The background of the entire page is a repeating pattern of various Brazilian banknotes. The notes are in different colors (green, yellow, orange, blue) and denominations (1000, 500, 100, 50, 20, 10, 5, 2, 1, 50000, 10000, 5000, 1000, 500, 100, 50, 20, 10, 5, 2, 1). They are arranged in a grid-like fashion, overlapping slightly.

O jornalismo de economia e a reivenção do Brasil no final do século XX

Volume 1

Hérica Lene



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Comunicação
Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ

O JORNALISMO DE ECONOMIA E A REINVENÇÃO DO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XX

Hérica Lene Oliveira Brito

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2009

HÉRICA LENE OLIVEIRA BRITO

**O JORNALISMO DE ECONOMIA E A REINVENÇÃO
DO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XX**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da UFRJ, elaborada sob orientação da professora doutora Ana Paula Goulart Ribeiro.

Linha de pesquisa: Mídia e Mediações Socioculturais.

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2009

Catálogo na publicação elaborada pela Bibliotecária
Marcileia Seibert de Barcellos – CRB-12/656

B862j Brito, Hérica Lene O.
O jornalismo de economia e a reinvenção do Brasil no final
do século XX / Hérica Lene O. Brito. – 2009.
423 p. : il.

Orientador: Ana Paula Goulart Ribeiro.
Tese (doutorado) em 2v. – Universidade Federal do Rio de
Janeiro. Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2009.
Inclui bibliografia.

1. Jornalismo - Brasil. 2. Jornalismo – Aspectos
Econômicos. 3. Economia – Brasil – Séc. XX. 4. Jornalismo
Comercial. I. Ribeiro, Ana Paula Goulart. II. Universidade
Federal do Rio de Janeiro. III. Título.

CDD 079.8

Hérica Lene Oliveira Brito

**O JORNALISMO DE ECONOMIA E A REINVENÇÃO
DO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XX**

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2009

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro

Doutora em Comunicação pela UFRJ e
Professora do PPGCOM-UFRJ - Orientadora

Profa. Dra. Alzira Alves Abreu

Doutora em Sociologia pela Université de Paris V
(Rene Descartes), U.P. V, França/Pesquisadora da FGV

Profª Dra. Marialva Barbosa

Doutora em História pela UFF e
Professora do PPGCOM da UFF

Prof. Dr. João Freire Filho

Doutor em Literatura Brasileira pela PUC-Rio
e professor da PPGCOM-UFRJ

Prof. Dr. Paulo Vaz

Doutor em Comunicação pela UFRJ
e professor da PPGCOM-UFRJ

A Cláudio Rocha, por ter me apoiado em todos os momentos.

Agradecimentos

Muitas pessoas contribuíram para que eu conseguisse fazer este trabalho e merecem minha carinhosa consideração.

Agradeço à minha querida orientadora Ana Paula Goulart Ribeiro, por ter acreditado no meu projeto desde o início e decidido acompanhar o desenvolvimento deste trabalho tão atenciosamente durante os quatro anos do doutorado.

E à minha eterna orientadora, Marialva Barbosa, que tem participação especial em minha trajetória na vida acadêmica. Ela me incentivou a fazer mestrado na UFF, quando eu ainda era repórter de jornal e estava fazendo uma especialização em Vitória (ES).

Agradeço profundamente os professores do programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ, com quem tive o prazer de conviver e que me deram aulas muito interessantes. E também a todos os professores que, ao longo da minha vida, contribuíram para a minha formação.

Aos meus pais, que, mesmo com poucos anos de estudo, sempre me incentivaram a estudar. À minha irmã Loislene, pelo apoio.

Agradeço aos jornalistas Joelmir Beting, Luís Nassif e Miriam Leitão, pela atenção em me conceder entrevistas que foram muito valiosas para esta pesquisa.

À bibliotecária Marcileia Seibert de Barcellos, pela ajuda na elaboração da ficha catalográfica, e aos professores de línguas estrangeiras Thais Costa e Sandro Decottignies, pela revisão das traduções dos resumos.

E, igualmente, a outros que não cheguei a mencionar, mas que também colaboraram de alguma forma para que eu produzisse este trabalho.

Resumo

Esta pesquisa aborda o jornalismo de economia brasileiro no final do século XX (1986-1999). O objetivo principal é compreender o processo de mudanças pelo qual passou nesse período, diante do curso de redemocratização do país, e, depois, de governos neoliberais e de um cenário mundial marcado pelo avanço tecnológico, pela convergência multimídia e pela acelerada globalização econômica. O objeto de estudo é analisado a partir de levantamento bibliográfico, de depoimentos de jornalistas e da cobertura dos dois principais jornais de circulação nacional no país: *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. A análise é desenvolvida a partir de acontecimentos marcantes para o país, com dimensões econômicas, políticas e sociais: os oito planos econômicos antiinflacionários de grande alcance que mudaram a moeda ou as relações de ordem econômica. Aborda-se também o surgimento de “jornalistas-personalidades” nessa cobertura.

Palavras-chave: Comunicação, Jornalismo de economia, Planos econômicos

Abstract

This study looks at the press in Brazil from 1986 through the end of twentieth century (1999), with a particular focus on economic journalism. It aims at understanding the three major phases journalism underwent within this period: first, the return of democracy to the country; second, the ascent of neoliberal governments and, third, the emergence of economic globalization, marked by fast technological advance and multimedia convergence. Our analysis will be grounded on a literature review and on a survey of the media coverage of the eight different anti-inflation governmental plans which have impacted the economic order and resulted in serious socio-political changes. Interviews with journalists will also be carried out. The two most important Brazilian newspapers, *Folha de São Paulo* and *O Globo*, will be used as our corpus for analysis. The new celebrity status of some economic journalists will also be discussed in this paper.

Key Words: Economic Journalism, Economic Plans, Communication

Résumé

Cette recherche s'intéresse au journalisme économique brésilien de la fin du XX^{ème} siècle (1986-1999) et a pour but de comprendre comment celui-ci a changé dans cette période, face au processus de redémocratisation du pays et aux gouvernements néolibéraux qui l'ont suivi, le tout sur une scène mondiale marquée par les avancées technologiques, la convergence multimédia et l'accélération de la mondialisation économique. L'objet d'étude est analysé à partir d'un relevé bibliographique, de témoignages de journalistes et de la couverture des deux principaux journaux de circulation nationale au Brésil : *Folha de Sao Paulo* et *O Globo*. L'analyse s'articule autour d'événements de grande importance pour l'histoire du pays du fait de ses dimensions économiques, politiques et sociales: les huit plans anti-inflationnistes de grande portée qui ont changé la monnaie ou les relations d'ordre économique. Un autre point abordé est l'apparition des « journalistes-célébrités » dans ce domaine.

Mots-clé: Communication, Journalismes économique, Plans économiques.

Lista de Ilustrações

Ilustração 1 - A primeira página da <i>Folha</i> de 26 de janeiro de 1984, o destaque às “Diretas-já”.....	63
Ilustração 2 - Cobertura dos comícios das “Diretas-já” em <i>O Globo</i> de 11 de abril de 1984.....	64
Ilustração 3 - Primeira página da <i>Folha</i> de 22 de abril de 1985.....	68
Ilustração 4 - A capa da edição de <i>O Globo</i> de 22 de abril de 1985.....	69
Ilustração 5 - A primeira edição da <i>Folha de Noite</i> em 19 de fevereiro de 1921.....	74
Ilustração 6 - A <i>Folha da Manhã</i> integrava a família das Folhas, mais tarde unidas sob o título <i>Folha de S. Paulo</i>	75
Ilustração 7 - As folhas unidas na 1ª edição da <i>Folha de S. Paulo</i> , em 1º de janeiro de 1960, com uma manchete de economia.....	76
Ilustração 8 - Capa da 1ª edição de <i>O Globo</i> , em 29 de julho de 1925.....	82
Ilustração 9 - Primeira página da <i>Folha de S. Paulo</i> do dia 28 de fevereiro de 1986.....	146
Ilustração 10 - Capa de <i>O Globo</i> do dia 28 de fevereiro de 1986.....	147
Ilustração 11 - Publicação do discurso do presidente na editoria de economia de <i>O Globo</i> de 1º de março de 1986.....	149
Ilustração 12 - Referência às Cruzadas e retórica de vida e morte nas páginas de <i>O Globo</i>	153
Ilustração 13 - Por dois domingos seguidos (9 e 16 de março de 1986), <i>O Globo</i> contou, em reportagem, os bastidores do Plano com “os personagens que planejaram o choque”.....	158
Ilustração 14 - Os mentores do plano deram explicações técnicas, em matérias na <i>Folha</i> , ao longo de março de 1986.....	159
Ilustração 15 - Maria da Conceição Tavares tornou-se a "musa" do Plano Cruzado.....	160
Ilustração 16 - A matéria sobre os técnicos contra o plano e o cuidado com as palavras em seu título em <i>O Globo</i> de 1º de março de 1986.....	163
Ilustração 17 - O editorial de <i>O Globo</i> de 7 de março de 1986 atacou Brizola enfaticamente.....	166
Ilustração 18 - Brizola também foi criticado no jornalismo dito "informativo" em <i>O Globo</i>	167
Ilustração 19 - Brizola aparece como "acusador" e "político superado" em títulos de matérias de <i>O Globo</i> de 8 de março de 1986.....	168
Ilustração 20 - Matérias que repercutiram a posição dos trabalhadores na <i>Folha</i> de 7 de março de 1986.....	172
Ilustração 21 - Em <i>O Globo</i> de 1º de março de 1986, o registro das primeiras reações contrárias ao pacote por parte dos trabalhadores.....	173

Ilustração 22 - O apoio da população foi retratado em matérias de pesquisa de opinião na <i>Folha</i>	176
Ilustração 23 - Reportagem sobre pesquisa de opinião favorável ao Cruzado na editoria O País de <i>O Globo</i> de 16 de março de 1986.....	177
Ilustração 24 - A "mudança" de comportamento dos consumidores foi registrada na editoria O País de <i>O Globo</i> de 30 de março de 1986.....	179
Ilustração 25 - Matéria com enfoque positivo sobre comerciantes em <i>O Globo</i> do dia 2 de março de 1986.....	181
Ilustração 26 - Preocupação dos banqueiros com redução dos lucros e Banco Central recomendando “adaptação” em matéria da <i>Folha</i> de 8 de março de 1986.....	182
Ilustração 27 - Os jornais adotaram uma linguagem pedagógica para atrair o leitor.....	186
Ilustração 28 - As colunas da editoria de economia da <i>Folha</i> na época do Plano Cruzado.....	189
Ilustração 29 - Os espaços em <i>O Globo: Panorama Econômico</i> , com notas, e <i>Faltou Dizer</i> , com a análise crítica de Aloysio Biondi.....	190
Ilustração 30 - Joelmir Beting e suas muitas metáforas para explicar o Plano Cruzado.....	191
Ilustração 31 - A imprensa cobriu as tensões com o Cruzado; Dílson Funaro deu entrevista no dia 7 de novembro de 1986 e, no dia seguinte, voltou atrás em suas declarações.....	207
Ilustração 32 - As matérias demonstraram o uso político do Cruzado nas eleições de 1986.....	208
Ilustração 33 - Jornais privilegiaram detalhamento para tentar explicar medidas.....	210
Ilustração 34 - Tornou-se freqüente o uso de gráficos na editoria de economia para mostrar o avanço da inflação, como se pode verificar no dia 14 de novembro de 1986, antes do Cruzado II.....	210
Ilustração 35 - Apesar das ilustrações, as páginas da editoria de economia tinham um ar sisudo porque traziam muitos textos.....	212
Ilustração 36- No Plano Bresser, tabelas e gráficos também foram usados para facilitar explicação.....	221
Ilustração 37 - Na <i>Folha</i> de 5 de outubro, o destaque para o término da transição democrática.....	227
Ilustração 38 - <i>O Globo</i> de 6 de outubro destacou a Carta de 1988 e a reivindicação dos governadores por medidas de combate à inflação.....	228
Ilustração 39 - Texto opinativo na capa de <i>O Globo</i> de 7 de janeiro de 1989: cobrança de medidas para a economia.....	232
Ilustração 40 - A <i>Folha</i> também deu destaque à sua opinião, na capa, como esta de 13 de janeiro de 1989.....	233
Ilustração 41 - A capa com o anúncio do Plano Verão; a opinião com a charge de Chico Caruso.....	235

Ilustração 42 - Na <i>Folha</i> , o uso de infográfico na capa, no anúncio do Plano Verão.....	238
Ilustração 43 - A <i>Folha</i> fez publicidade de sua antecipação do Plano Verão em um texto de auto-referenciação.....	240
Ilustração 44 - <i>O Globo</i> destacou, em 13 de maio de 1989, medida provisória do Verão II.....	244
Ilustração 45 – Em 13 de maio de 1989, a <i>Folha</i> mostrou o Governo defendendo que a economia estava em “equilíbrio estável”.....	245
Ilustração 46 - A confusão gerada pelas várias cédulas virou pauta na editoria de Cidades.....	246
Ilustração 47 - O destaque para o choque, em <i>O Globo</i> de 17 de março de 1990.....	261
Ilustração 48 – A capa da edição da <i>Folha</i> de 17 de março de 1990.....	262
Ilustração 49 - A aprovação da opinião pública foi destaque na <i>Folha</i> de 18 de março de 1990.....	270
Ilustração 50 - Collor apareceu fazendo exercícios nas páginas de <i>O Globo</i>	275
Ilustração 51 - A <i>Folha</i> se posicionou contra o Governo Collor em diversos editoriais e alguns foram publicados com destaque na capa.....	285
Ilustração 52 - O anúncio do Plano Collor II na capa da <i>Folha</i> de 1º de fevereiro de 1991.....	289
Ilustração 53 – A manchete da <i>Folha</i> mostrou reprovação da população; e o editorial, na capa, criticou medidas do governo.....	291
Ilustração 54 - A manchete foi sobre a guerra, mas o editorial na capa, assinado por Roberto Marinho, continha posição favorável ao Plano Collor 2.....	295
Ilustração 55- Otávio Frias Filho assinou uma carta contra Collor em 25 de abril de 1991.....	296
Ilustração 56 - O pedido de renúncia foi estampado na capa da <i>Folha</i> de 30 de junho de 1992.....	298
Ilustração 57 - O registro da votação histórica pelo <i>O Globo</i> de 30 de setembro de 1992.....	301
Ilustração 58 - A comemoração da votação na capa da <i>Folha</i> de 30 de setembro de 1992.....	302
Ilustração 59 - Os direitos do consumidor ganharam espaço nos jornais, como ilustra esta página de <i>O Globo</i> de 9 de janeiro de 1991.....	305
Ilustração 60 - A mudança para cruzeiro real, registrada na capa de <i>O Globo</i> de 29 de julho de 1993.....	320
Ilustração 61 - A <i>Folha</i> rememorou as moedas passadas, para contextualizar o cruzeiro real, na edição de 31 de julho de 1993.....	321
Ilustração 62 - <i>O Globo</i> de 1º de julho destacou a luta contra a inflação e trouxe o <i>Guia do Real</i> como encarte especial.....	332
Ilustração 63 - A primeira página da <i>Folha</i> de 30 de junho, anunciando o real.....	334
Ilustração 64 - A <i>Folha</i> de 1º de julho de 1994 destacou, na manchete, a vigência do	

real.....	335
Ilustração 65 - A vitória de FHC registrada em <i>O Globo</i> de 4 de outubro de 1994.....	339
Ilustração 66 - A manchete da <i>Folha</i> divulgou o resultado das eleições em 1994.....	340
Ilustração 67 - A “evolução” do consumidor ao longo dos planos em infográfico de <i>O Globo</i>	346
Ilustração 68 - A <i>Folha</i> chamou a atenção para o fato de FHC ser o primeiro a se reeleger.....	363
Ilustração 69 - <i>O Globo</i> citou a crise econômica ao falar sobre a reeleição de FHC.....	364
Ilustração 70 - A crise foi manchete dos jornais, consecutivamente, em janeiro de 1999, a partir do dia 14.....	369
Ilustração 71 - Uma das suítes da crise que afetou o Brasil, depois do México, da Ásia e da Rússia (acima); e a manchete da troca de comando no BC (abaixo).....	370

Lista de Quadros

Quadro 1 – Evolução do Jornalismo de economia 1950-1980.....	86
Quadro 1.1 – Evolução do Jornalismo de economia 1950-1980.....	87
Quadro 2 – “Jornalistas-personalidades” de economia	133
Quadro 3 – Perfil do jornalista de economia.....	134
Quadro 3.1 – Perfil do jornalista de economia.....	135
Quadro 3.2 – Perfil do jornalista de economia.....	136
Quadro 3.3 – Mercado no início do século XXI.....	136
Quadro 4 – Taxas anuais de inflação 1950-2000.....	198
Quadro 5 – Ministros de Estado da Fazenda a partir de 1964.....	359
Quadro 6 - Presidentes do Banco Central do Brasil.....	359
Quadro 7 - Economistas presentes no noticiário – 1985-2000.....	395
Quadro 7.1 - Economistas presentes no noticiário – 1985-2000.....	396

Lista de abreviaturas e sigla

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AD	Análise de Discursos
AJOESP	Associação dos Jornalistas de Economia de São Paulo
AJEF	Associação dos Jornalistas de Economia do Rio de Janeiro
AJOEB	Associação dos Jornalistas de Economia de Brasília
ANJ	Associação Nacional de Jornais
Anpec	Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia
Arena	Aliança Renovadora Nacional
BB	Banco do Brasil
BC	Banco Central
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BM&F	Bolsa Mercantil e de Futuros
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
BN	Biblioteca Nacional
BTN	Bônus do Tesouro Nacional
BPERJ	Biblioteca Pública do Rio de Janeiro
Cebrap	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CMN	Conselho Monetário Nacional
Conclat	Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Copag	Comissão para o Plano de Ação do Governo
Dasp	Departamento Administrativo do Serviço Público
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOP	Departamento Oficial de Publicidade

DPDC	Departamento de Propaganda e Difusão Cultural
DNP	Departamento Nacional de Propaganda
ECA	Escola de Comunicações e Artes da USP
Embratel	Empresa Brasileira de Telecomunicação
Enclat	Encontros Nacionais da Classe Trabalhadora
EPGE	Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV
EUA	Estados Unidos da América
Febraban	Federação Brasileira de Bancos
FEA/USP	Faculdade de Economia da USP
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Firjan	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
Fipe	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNM	Fábrica Nacional de Motores
Geipag	Grupo Executivo da Indústria de Papel e Artes Gráficas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibmec	Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
Ibope	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
Ibre	Instituto Brasileiro de Economia
IE/Unicamp	Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPC-R	Índice de Preços do Consumidor em Reais
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPi	Imposto sobre Produtos Industrializados
IVC	Instituto Verificador de Circulação
JC	Jornal do Commercio
JN	Jornal Nacional
JT	Jornal da Tarde
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MBA	Master in Business Administration

MDB	Movimento Democrático Brasileiro
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ORTN	Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
OTN	Obrigações do Tesouro Nacional
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCN	Partido Comunitário Nacional
PDC do B	Partido Democrata Cristão do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PJ	Partido da Juventude
PLP	Partido Liberal Progressista
PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PND	Programa Nacional de Desestatização
PN	Partido Nacionalista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PP	Partido Progressista
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
Procon	Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor
Prona	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

PUC	Pontifícia Universidade Católica
PV	Partido Verde
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
Sest	Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais
Sumoc	Superintendência da Moeda e do Crédito
Sunab	Superintendência Nacional do Abastecimento
Telebrás	Telecomunicações Brasileiras S.A.
UDN	União Democrática Nacional
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
Unesp	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Ufir	Unidade Fiscal de Referência
URV	Unidade Real de Valor
URP	Unidade de Referência de Preços
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

VOLUME 1

Introdução.....	20
1 JORNALISMO DE ECONOMIA NO BRASIL: DESENVOLVIMENTO E TRANSIÇÃO.....	35
1.1 Especificidades e formação no país.....	36
1.2 Imprensa nos anos 1960: regime militar estimula crescimento.....	44
1.2.1 O fortalecimento da economia e dos economistas.....	51
1.3 A passagem para a “Nova República”.....	60
1.3.1 A economia em crise e a intensificação da cobertura.....	70
1.3.2 <i>Folha</i> e <i>O Globo</i> : a configuração das páginas de economia nos anos 1980.....	73
2 JORNALISTAS DE ECONOMIA NO BRASIL: TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E PODER SIMBÓLICO.....	88
2.1 Jornalistas-personalidades ou de referência	89
2.1.1 Prestígio e credibilidade: autoridade jornalística.....	98
2.1.2 Estratégias de construção do texto jornalístico.....	107
2.1.3 Influência da TV na carreira.....	111
2.2 Perfil profissional dos jornalistas de economia.....	119
2.2.1 Mudanças no final do século XX?.....	124
2.2.2 Ocupação na redação:jovens na reportagem e experientes em cargos de chefia.....	126
2.2.3 Mulheres ocupam redações, mas são minoria nas chefias.....	128
2.2.4 Herança no jornalismo de economia.....	130
3 O CRUZADO E O FORTALECIMENTO DO JORNALISMO DE SERVIÇO.....	137
3.1 A preparação do 1º pacote da “Nova República”	138
3.2 A cobertura jornalística do Plano Cruzado.....	144
3.2.1 Dimensões técnicas e políticas.....	156
3.2.2 Trabalhadores, sindicalistas e consumidores.....	169
3.2.3 Empresários (indústria e comércio; e bancos).....	175
3.3 O fortalecimento do jornalismo de serviços.....	180
3.3.1 A torcida nas páginas de opinião.....	187
3.3.2 Novos rumos no contexto jornalístico dos anos 1980.....	192

VOLUME 2

4 A COBERTURA DE EMERGÊNCIA DEPOIS DO PRIMEIRO “CHOQUE”	203
4.1 As modificações do Plano Cruzado e a cobertura jornalística	205
4.1.1 A crise do Cruzado II	214
4.2 A tentativa de Bresser	218
4.2.1 A política do “feijão-com-arroz” e a Constituição de 1988	225
4.3 O Plano Cruzado Novo (ou Verão I e II)	226
4.3.1 O “ajuste” do Plano Verão	242
5 ‘BRASIL NOVO’ E FOCO EM UM LEITOR CONSUMIDOR-ESPECTADOR-CIDADÃO	250
5.1 Mito político e a cobertura do Plano “Brasil Novo” ou Collor I	257
5.1.1 Dimensões técnicas e políticas	266
5.1.2 Trabalhadores, sindicalistas e consumidores	267
5.1.3 Empresários (indústria e comércio; e bancos)	268
5.2 A linguagem jornalística e a narrativa mitológica	271
5.2.1 A opinião nas páginas dos jornais: apoio e confronto	277
5.3 A transição para o Plano Collor II	287
5.3.1 A derrocada de Collor	294
5.3.2 O foco em um leitor “consumidor-espectador-cidadão”	304
6 NOVOS RUMOS EM TEMPOS DE ESTABILIDADE	314
6.1 As inflações brasileiras e a transição para o real	315
6.2 A construção estratégica da credibilidade do Plano Real	323
6.2.1 A cobertura jornalística: dimensões técnicas e políticas	327
6.2.2 Consumidores no noticiário do Plano Real: mudança de comportamento	342
6.2.3 Empresários (indústria e comércio; e bancos)	347
6.2.4 A opinião dos jornais	349
6.3 Ampliação da pauta em tempos de estabilização?	351
7 ECONOMIA VIRTUAL E RISCO: O JORNALISMO NA ERA DOS MERCADOS	360
7.1 A crise do Plano Real em 1999 e o segundo mandato de FHC	361
7.2 A cobertura da crise	365
7.2.1 Crise e risco no jornalismo de economia	373
7.2.2 A opinião dos jornais sobre a crise, que atinge a mídia	380
7.3 Os economistas como fontes e os jornalistas	385
Conclusão	397
Referências Bibliográficas	405
Anexo 1 – Roteiro de entrevista semi-estruturada	422
Anexo 2 – Síntese dos Padrões Monetários Brasileiros	423

Introdução

A década de 1980 marcou, no Brasil, do ponto de vista político, a restauração da ordem institucional e o retorno dos militares aos quartéis. A propalada “transição democrática”, iniciada no final dos anos 1970, começou a se concretizar de forma mais definitiva em 1985, quando os militares deixaram o poder e Tancredo Neves foi eleito pelo Congresso Nacional o novo presidente da República. O processo de redemocratização se completaria mais tarde, em 1988, no governo José Sarney, com a promulgação da oitava Constituição do país.

Muitas foram as mudanças a partir desse momento de ruptura. No contexto político-econômico, foram quatro presidentes da República e oito planos econômicos antiinflacionários de grande alcance que, do início do regime civil até o final do século XX, mudaram a moeda ou as relações de ordem econômica, impondo, por exemplo, congelamentos ou novas fórmulas de correção de salários e preços.

E o campo da comunicação, como as demais esferas da sociedade, se inseriu nos novos tempos. As mudanças pelas quais passaram as empresas de comunicação no período não se restringiram à sua adaptação ao contexto político e econômico. A partir da década de 1980, a imprensa e o jornalismo vão sofrer transformações mais profundas na sua própria estrutura interna.

E o jornalismo – como a atividade que busca circunstâncias, analisa o momento em movimento, se destina, antes de tudo, ao tratamento dos fatos e lida com material mutante (DINES, 2001) – é sempre uma fonte instigante de pesquisa. Neste trabalho, ele é estudado com datação no período após o que se convencionou chamar de “Nova República”.¹

O objetivo principal é compreender o processo de mudanças da imprensa nas duas últimas décadas do século XX por meio da análise de dois dos principais jornais brasileiros: *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Trata-se de uma reflexão teórica e analítica que tem como objeto de estudo o jornalismo de economia. Esse subcampo² é identificado em

¹ Com a morte de Tancredo Neves, em 21 de abril de 1985, o vice José Sarney assumiu a presidência no dia seguinte e sua administração acabou ficando conhecida como “Nova República” (a expressão foi registrada pela imprensa e pelos livros de história), terminologia que designava o programa da Aliança Democrática (formada pela Frente Liberal e pelo PMDB).

² Tomando como base o conceito de campo de Pierre Bourdieu (1987), consideramos o jornalismo de economia um subcampo do jornalismo. O conceito será abordado no primeiro capítulo.

outras pesquisas, por exemplo a que desenvolveu Alzira Alves Abreu (2003)³, como o vetor das mudanças que, em seguida, provocaram alterações no perfil dos jornalistas e em sua forma de construir a informação.

O estudo do jornalismo de economia no final do século XX se justifica como tema desta pesquisa em função das mudanças que ocorreram no próprio campo econômico, quando o processo de globalização se consolidou, com a queda das barreiras alfandegárias entre os países e com a revolução tecnológica, em particular no que diz respeito à informação (telefone, televisor, computador e internet). O intercâmbio entre as economias e Estados nacionais aumentou e as grandes empresas se organizaram mediante fusões e parcerias e ampliaram seu poderio econômico.

O cenário mundial de comunicação passou por significativas alterações. E analisar as mudanças pelas quais as próprias empresas de comunicação e o jornalismo passaram para se adaptar ao novo contexto é, sem dúvida, pertinente.

Ao fazer um levantamento bibliográfico⁴, observamos que o foco das pesquisas sobre jornalismo de economia, a partir da segunda metade da década de 1990, tem sido, principalmente, em duas direções: análise da atuação dos grandes jornais brasileiros na cobertura dos assuntos econômicos, com discussão do papel desse subcampo desenvolvido pela imprensa no país e os fatos relativos à sua prática específica dentro do campo do jornalismo em alguns períodos; e análise da contribuição dessas coberturas para a difusão de informações sobre determinados temas dentro da economia, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) ou o mercado financeiro.

Em 1995, por exemplo, foram defendidas pelo menos duas dissertações na Universidade de São Paulo (USP): *O jornalismo econômico e os paradoxos da economia. Elementos para o exercício crítico do jornalismo econômico*, de Bernardo Kucinski, na qual procurou explicar o funcionamento da economia brasileira para jovens jornalistas; e *Jornalismo econômico de prestação de serviços e instituições financeiras: uma revisão necessária*, de Nancy Nuyen Ali Ramadan, que mostrou que, na esteira do “milagre econômico” (entre 1968-1982) e do autoritarismo político que o país viveu depois do Golpe de 1964, a notícia de economia passou a ocupar grande espaço nas páginas dos jornais, especialmente no que diz respeito à prestação de serviços ao leitor.

³ Ela desenvolveu uma pesquisa para analisar o perfil e a trajetória de vida dos jornalistas em atividade nos principais jornais de São Paulo e Rio de Janeiro com o objetivo de entender a transição política do país a partir do papel desempenhado pela imprensa. Os resultados estão no livro *Mídia e Política no Brasil*, publicado pela FGV em 2003.

⁴ Pesquisas feitas no *Banco de Teses da Capes*. Acesso em 20 de junho de 2006 e em 13 de outubro de 2008.

Em 1997, David Renault escreveu a dissertação *O discurso antecipatório no jornalismo econômico*, defendida na Universidade de Brasília (UnB), na qual analisou a cobertura dos assuntos econômicos pelos jornais brasileiros depois que o Plano Cruzado fracassou.

A partir de 2000, registram-se mais trabalhos sobre o tema. Naquele ano, Maurício Pontes Espósito escreveu *A reestruturação do setor elétrico brasileiro na visão do jornalismo econômico* (Mestrado em Ciências da Comunicação da USP). Em 2001, Patrícia Maurício Carvalho apresentou a pesquisa *O jornalismo econômico em jornal no Rio de Janeiro* (Mestrado em Comunicação e Cultura da UFRJ), que abordou essa prática nos jornais cariocas *O Dia*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e no caderno regional da *Gazeta Mercantil*.

Em 2002, foram, pelo menos, cinco trabalhos. Duas teses de doutorado: *Valor Econômico: a mudança no estado de arte do jornalismo econômico*, de Eun Yung Park (USP); e *Mundialização, neoliberalismo e discurso jornalístico: análise do jornalismo econômico* (UFRJ), de Ricardo Fonseca Rabelo. E três dissertações: *Jornalismo econômico – análise dos editoriais da Folha de S. Paulo* (Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp/Bauru), de Reinaldo César Cafeo; *O discurso econômico nos telejornais. A crise financeira de 1998 e a reeleição presidencial* (Mestrado em Economia da Unespe de Araraquara), de José de Souza Neto; e *Fatos e números – valores-notícia, quantidade e o poder das fontes no jornalismo econômico* (USP), de Omar Barreto Lopes.

Em 2003, Paulo Roberto de Toledo defendeu a dissertação *Jornalismo econômico – a construção da notícia e suas influências* (Unesp/Bauru). Em 2005, o mesmo objeto foi abordado por Rubens Damasceno Moraes, mas com ênfase no veículo televisão, na dissertação *O Eminente Discurso da Queda Iminente: O Telejornalismo Econômico em Foco* (Mestrado em Lingüística da UnB). Em 2007, Ayres Charles de Oliveira Nóbrega escreveu *Traduzindo o economês: metáforas da inflação em textos de jornalismo econômico* (Mestrado em Estudos da Linguagem da UFRN). Em 2007, o jornalismo de economia foi abordado no trabalho *Mídia, economia e governo: O enquadramento da economia no Jornal Nacional no primeiro governo Lula* (Mestrado em Comunicação da UnB), de Breno Lima Moreira.

Outros trabalhos envolveram esse objeto de estudo, com enfoque na *Gazeta Mercantil*, a qual apareceu como fonte de informação sobre determinados assuntos

econômicos que mereceram análises em programas de pós-graduação nas áreas de comunicação, economia, administração e sociologia política.⁵

O jornalismo de economia foi meu objeto de estudo no mestrado em Comunicação⁶ e continuou me instigando novos questionamentos. Eles me levaram a desenvolver esta tese, cuja proposta tem outro enfoque, diferente das abordagens citadas. Seu objetivo é contribuir para a discussão sobre esse subcampo, mas em um estudo mais amplo que envolve uma fase de turbulências da história econômica do país.

Ao fazer o levantamento bibliográfico, constata-se que não há pesquisas específicas sobre esse tema, com análise dos principais jornais brasileiros, que englobem os últimos 14 anos do século XX, e com a proposta de analisar a cobertura jornalística a partir dos oito pacotes econômicos implementados nessa fase da história do país.⁷

Esta pesquisa envolve uma reflexão sobre o contexto comunicacional nas duas últimas décadas do século XX e suas interfaces, levando-se em conta os fatores históricos, políticos, econômicos e culturais dessa fase. O campo do contexto comunicacional implica sempre situar os processos comunicativos em perspectivas e conjunturas históricas, sociais e culturais (SANTAELLA, 2002, p. 100).

Assim, para desenvolver este estudo, foi necessário pesquisar sobre o cenário histórico (e estão aí incluídas suas dimensões econômica, política e sociocultural) do período e sobre a cobertura dos dois principais jornais do país. Isso foi fundamental para contextualizar de forma adequada os dois grandes momentos que perpassam a pesquisa proposta: a instauração da “Nova República” e a consolidação do modelo neoliberal nos governos brasileiros a partir do mandato de Fernando Collor de Mello.

Nesta pesquisa, ao invés de utilizarmos a expressão “jornalismo econômico”, muito comum nos estudos sobre esse tema, como vimos, optamos por “jornalismo de economia”. Isso porque entendemos que o termo é mais apropriado por tornar seu sentido mais preciso: se referir à cobertura jornalística dos assuntos do campo econômico.

⁵ Foram desenvolvidas as seguintes pesquisas a partir da *Gazeta Mercantil*: 1) Na USP: *Um retrato do Mercosul*, de Andréia dos Santos Rodrigues (1996); 2) Na UFSC: *Contribuição ao estudo das relações entre empresariado e ambientalismo através de uma análise de conteúdo do jornal Gazeta Mercantil* (1996), de Wladimir Netto Ungaretti; 4) Na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP): *Decifrando as informações do mercado financeiro – estudo de uso dos indicadores publicados na Gazeta Mercantil São Paulo* (2000), de Delcimar Pires Martins; 6) Na UFRGS: *O Mercosul selecionado - a Gazeta Mercantil Latino-americana e o processo de consolidação do Mercado Comum do Sul* (2001), de Rosane Torres da Silva; 7) Na Metodista de São Paulo: *Internacionalização da Mídia Brasileira: a trajetória da Gazeta Mercantil* (2001), de Samantha V. C. B. R. Carvalho.

⁶ Analisei, na dissertação *A crise da Gazeta Mercantil: tradição e ruptura no jornalismo econômico brasileiro* (UFF, 2004), principalmente o período da história recente desse jornal (2000-2003) e expliquei as razões da crise financeira que o acometeu no final do século XX e que ameaça sua sobrevivência. Esse processo apresenta especificidades que vão além da crise que atinge os meios de comunicação em geral. Seria, além de financeira, uma crise simbólica.

⁷ Nesse sentido, uma pesquisa que se tornou referência para os estudos do jornalismo de economia, feita há 22 anos, é a dissertação *O Jornalismo Econômico no Brasil depois de 1964* (UnB, 1987), de Aylê-Salassíe Figueiras Quintão, que enfatizou o período do regime militar.

Sobre a hipótese (ou pressupostos)

Ao refletir sobre a imprensa brasileira no final do século XX, partimos do pressuposto que o jornalismo de economia tenha feito, pelo menos, três movimentos importantes: passou de uma fase em que servia ao regime militar e fazia propaganda econômica do governo para outra de caráter mais pedagógico e voltado para os cidadãos nos anos 1980; e, na década seguinte, se colocou a serviço da economia virtual e do mercado.

A questão que se coloca é: quais foram as características de tratamento da notícia que o jornalismo brasileiro adotou a partir da “Nova República”, diante do processo de redemocratização do país, governos neoliberais e de um cenário mundial marcado pelo avanço tecnológico, convergência multimídia e acelerada globalização econômica no final do século XX? Investiga-se, portanto, nesta pesquisa, as mudanças da imprensa, como e por que elas ocorreram no jornalismo de economia.

Segundo a hipótese central ou os pressupostos⁸ desta pesquisa, com a redemocratização do país, a economia se tornou uma área estratégica da política e a estabilização virou a meta principal dos governos. Os sucessivos planos econômicos levaram essa esfera para a centralidade das páginas dos jornais e reafirmaram sua importância na agenda nacional de debates.

Isso aconteceu no momento em que o mercado de imprensa passava por um processo de reconfiguração e os jornais (proprietários e direção) repensavam suas estratégias empresariais. Nesse contexto, um dos caminhos adotados foi a popularização dos periódicos, a afirmação de um movimento de aproximação com os leitores. Isso ocorreu, inclusive, na editoria de economia, tradicionalmente uma das mais herméticas e sisudas dos periódicos.

Na cobertura da área econômica, os jornalistas reforçaram sua importância ao assumirem como função fundamental de sua prática a legitimação do discurso de valorização de mercado em detrimento do poder do Estado.

Nesta reflexão, pretende-se estabelecer uma aproximação com a teoria da história, entendendo esse campo, como fazem Marialva Barbosa e Ana Paula Goulart Ribeiro (2004), como fundamental para os estudos de jornalismo pelo fato de a história se preocupar com as razões, as causas e os porquês. Considerar a história não é

⁸ Consideramos os dois conceitos com a mesma significação. Jorge Duarte (2005, p.63) explica que a noção de *hipótese* é típica da pesquisa experimental e tradicional e, por isso, tende a ser substituída pelo uso de *pressupostos*, um conjunto de conjecturas antecipadas que orientam o trabalho de campo.

necessariamente realizar estudos históricos, mas se valer da teoria da história para empreender a análise. O principal postulado da historiografia refere-se à questão da interpretação: não se trata de recuperar o que de fato ocorre (até porque não pode jamais ser recuperado), mas interpretar – a partir da subjetividade do pesquisador – as razões de uma determinada ação social (BARBOSA & RIBEIRO, 2004).

Tendo em vista a importância da interpretação, esta pesquisa do campo da comunicação busca aportes teóricos em outras áreas do conhecimento, além da história, na filosofia, na sociologia, na lingüística e na economia.

Sobre as metodologias de pesquisa e de análise

Esta pesquisa foi desenvolvida tendo em vista três objetivos gerais. O primeiro foi analisar a história do jornalismo de economia no país levando-se em conta o contexto histórico. O segundo foi identificar as mudanças que a imprensa sofreu, ao longo dos últimos 14 anos do século XX, nas páginas dos principais jornais brasileiros (a partir de análise do material empírico e dos relatos de jornalistas que atuaram nessa época), e refletir sobre elas. E, por último, comparar as diferentes fases do jornalismo de economia no país: a cobertura da época da ditadura (descrita em estudos já realizados e com base nas entrevistas com jornalistas) com a do período estudado para verificar as mudanças ocorridas.

O *corpus* de análise desta tese foi delimitado a partir da seleção dos acontecimentos econômicos mais marcantes desse período: os oito pacotes econômicos implementados a partir de 1986. Essa opção metodológica se justifica porque esses programas se constituíram como fatos/acontecimentos importantes do país – com dimensões econômicas, políticas e sociais – no final do século XX.

O conceito de acontecimento envolve abordagens na história, na filosofia e nas ciências sociais. Adriano Duarte Rodrigues (1993, p.27) o define como: “tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de fatos virtuais e que, pela sua natureza, situa-se na escala das probabilidades de ocorrência e é mais imprevisível quanto menos provável for a sua realização”.

Já Marialva Barbosa (2002) debate de forma bem mais complexa essa conceituação, dialogando com vários autores (BRAUDEL, 1978; KOSELLECK, 1990; LACOUTRE, 1990; BURKE, 1992; WHITE, 1994; RICOEUR, 1994; e NORA, 1979).

Ela registra que múltiplas definições emergiram desde o início dos anos 1970, quando as reflexões sobre o acontecimento se desenvolveram e se aprofundaram. De um lado, os estruturalistas debatiam as relações entre estrutura e acontecimento, que na história ganha, por vezes, definições imprecisas: estruturas históricas profundas, de um lado, fatos de superfície, de outro; história “acontecimental” e história fundamental profunda.

O historiador francês Pierre Nora (*apud* BARBOSA, 2002) distinguiu, em um texto de 1974, o que chama acontecimento moderno e localizou seu aparecimento nos últimos 30 anos do século XIX. Ele defende que a eclosão desse acontecimento particular ocorreu, no caso da sociedade francesa, no período que compreende a Comuna de Paris⁹ e o Caso Dreyfus¹⁰. Para ele, a sensação de que o presente já é possuído de um sentido histórico, existente na contemporaneidade, produz a percepção de que existiria uma circulação generalizada dessa percepção histórica no presente, o que culminaria com um fenômeno novo: o acontecimento. A partir daí, houve um movimento duplo: de um lado, os positivistas procurando fazer do acontecimento passado a matéria-prima da história, que, assim, se tornaria responsável pelo encadeamento desses acontecimentos e, de outro, os mídias promovendo um verdadeiro retorno da história, na medida em que nas sociedades contemporâneas seria por intermédio deles e “somente por eles que o acontecimento marcaria a sua presença” (BARBOSA, 2002, p. 181). O texto de Nora registra um momento singular de apagamento da memória do acontecimento do “ofício dos historiadores” e, ao mesmo tempo, o liga aos mídias.

Barbosa cita Reinhart Koselleck (1990), que chama a atenção para o movimento de perpetuação do acontecimento, o que obriga a uma permanente caracterização do presente com aspectos particulares. Os acontecimentos que merecem ser perpetuados devem, enfim, ser objeto de uma estruturação. Um novo tempo se caracteriza, sobretudo, pelo seu valor paradigmático. Sem essa característica, não se estrutura a idéia do novo, de algo que emerge no tempo. Nesse sentido, o acontecimento traz em si mesmo a ruptura e o acontecimento. De acordo com Paul Ricoeur (1994), eles ocorrem em função dos sujeitos

⁹ A Comuna de Paris foi o primeiro governo operário da história, fundado em 1871 na capital francesa por ocasião da resistência popular ante à invasão alemã (ALONSO, 2000, p.94).

¹⁰ Processo a que foi submetido, em 1894, o capitão do Estado-Maior francês Alfred Dreyfus (1859-1935), judeu, condenado por alta traição por ter passado segredos militares aos alemães – manual de tiro de campanha do exército francês (ALONSO, 2000, p.137). A participação de Émile Zola na defesa do capitão Alfred Dreyfus (linchado pelos pasquins de direita três anos antes) começou em novembro de 1897 no *Figaro*. Seu texto no recém-lançado *L'Aurore*, de 13 de janeiro de 1898, não teria a repercussão sem o tratamento jornalístico, sobretudo sem o sensacional título, rasgado em seis colunas, inovação histórica engendrada por Georges Clemenceau, que entrou para a história européia como “O Tigre”. O Affaire Dreyfus foi uma maquinação da direita nacionalista francesa, instrumentada pela imprensa a seu serviço. A reversão do caso e a reabilitação do militar judeu deveu-se à imprensa republicana e liberal. O Caso Dreyfus é um caso jornalístico mundial. A imprensa francesa foi irresponsável no julgamento sumário de Dreyfus e poderia ter evitado a tremenda injustiça contra um inocente (DINES, 2001).

históricos, que os fazem acontecer ou que sofrem sua ação. O acontecimento histórico seria um triplo pressuposto ontológico: absolutização, ação humana passada e alteridade absoluta.

E, no caso desta pesquisa, enfoca-se nesses acontecimentos econômicos porque, no final do século XX, o Brasil se tornou um laboratório de planos contra a inflação e, por força deles, congelamentos e confiscos entraram no cotidiano dos brasileiros. A economia ganhou espaço como temática jornalística, enquanto se esvaziava a cobertura política e o embate ideológico, e houve um surto inflacionário nessa década – a taxa de inflação no ano de 1980 foi de 110% e chegou ao espantoso percentual anual de 1.783% em 1989¹¹.

O recorte do material empírico se concentra nas edições dos meses de lançamento dos pacotes econômicos: Cruzado I (dia 28 de fevereiro e mês de março de 1986), Cruzado II (novembro de 1986), Bresser (junho de 1987), Verão I (janeiro de 1989), Verão II (maio de 1989), Collor I (março de 1990) e Collor II (janeiro de 1991). Sobre o Plano Real, por ser o de maior tempo de vigência, considerou-se o momento da entrada em vigor, em julho de 1994, e o início da crise que marcou o segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso em 1999 (mês de janeiro).

A cobertura jornalística brasileira está aqui representada pelos jornais *Folha de S. Paulo*, fundado em 1921, e *O Globo*, de 1925. Esses periódicos se destacaram nos anos 1970, mantiveram essa posição até os dias de hoje e têm influência política sobre a opinião pública nacional. Suas editorias de economia se consolidaram nesse período e serviram de modelo para a imprensa do Brasil (ABREU, 2003, p. 32). Basicamente, representam “a grande imprensa” porque têm cobertura nacional e, historicamente, são os de maior prestígio, que têm a maior capacidade de influenciar outros meios, como revistas, emissoras de televisão e de rádio, sites noticiosos, e também a agenda de debates do país.

Além das editorias de economia desses jornais, é necessário registrar como referências importantes no cenário da imprensa a *Gazeta Mercantil*, o *Valor Econômico* e o *Jornal do Commercio/RJ*; e as revistas *Exame*, *Carta Capital*, *Isto É Dinheiro* e *Amanhã*. Mas a pesquisa não tem como foco a análise do jornalismo segmentando em economia, que, por essência, dedica-se exclusivamente a essa cobertura. O objetivo é mostrar como a “grande imprensa” reconfigurou os espaços dedicados à cobertura dos fatos econômicos e a forma de desenvolvê-la para atender às demandas surgidas a partir da chamada “Nova República”. Por isso, o estudo não tratou especificamente da análise de veículos segmentados.

¹¹ Cf. Quadro 4 – *Taxas anuais de inflação*, no capítulo 3.

Os textos noticiosos (reportagens e notícias) e outros elementos (capas, editoriais e colunas) dos dois jornais pesquisados fazem parte do *corpus* empírico.¹² E a leitura dessa amostra se guiou principalmente pelo método da Análise de Discursos (AD) de cunho semiológico. É importante ressaltar que não se utiliza o método comparativo de análise de um diário com o outro. A intenção é analisar as coberturas jornalísticas dos dois principais jornais e, a partir delas, como um conjunto, perceber os traços ou características do jornalismo de economia do Brasil.

Fazer uma análise da cobertura jornalística de um dado período requer considerar o papel dos meios de comunicação na construção do mundo e de sua contribuição para a construção de verdades dentro do todo social. É pela linguagem que se constroem os termos pelos quais o mundo passa a ser conhecido. Sistemas de valores, conceitos e mesmo noções aparentemente simples sobre as coisas e fatos do dia-a-dia se tornam a base do sistema sobre o qual os vários discursos – como o social, o político, o econômico e o cultural – são construídos.

E a constituição da palavra e o seu uso estão associados a poder, que produz realidade, campos de objetos e rituais da verdade.¹³ “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar-nos” (FOUCAULT, 2001, p. 10).

E os meios de comunicação, como emissores essenciais de discursos sobre e para a sociedade, contribuem, portanto, para a construção de verdades. Na modernidade, o desenvolvimento de novos meios de comunicação afetou as maneiras pelas quais os indivíduos experimentam as características de espaço e tempo da vida social.¹⁴ Como

¹² O levantamento das edições dos dois periódicos foi realizado entre os anos de 2005 e 2006 nas bibliotecas Pública do Rio (BPERJ) e Nacional (BN) e no arquivo de *O Globo*. A BN permite o acesso aos fac-símiles digitalizados dos jornais, o que proporciona uma maior qualidade de reprodução. Na BPERJ o pesquisador tem acesso aos originais, mas em condições precárias de arquivamento. Foram feitas fotocópias desse material. No arquivo do jornal carioca, o acesso foi a pastas com recortes da cobertura jornalística desse periódico dos planos Cruzado I e II e Bresser (no próprio papel jornal original ou em reproduções). Em função dessa diferença na qualidade do material empírico coletado, parte dele reproduzida ao longo desta pesquisa tem baixa qualidade. Apesar dessa falha técnica, optou-se por inserir as reproduções com o objetivo de ilustrar a cobertura jornalística dos planos econômicos pela importância do registro.

¹³ Para Foucault (2001), os rituais de verdade são a forma mais superficial e mais visível dos sistemas complexos de restrição dos discursos. A troca e a comunicação são figuras positivas que atuam no interior desses sistemas. O ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados). Define também os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. “Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, os políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos” (*ibid.*, p.38-39).

¹⁴ Isso fez surgir o que Thompson (2002, p. 38-39) chama de “historicidade mediada” (nosso sentido do passado e de como ele nos alcança se torna cada vez mais dependente da expansão crescente de um reservatório de formas simbólicas mediadas) e a “mundanidade mediada” (nossa compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro dele, está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas). Assim, vivemos uma

afirma Ribeiro (2003, p. 97), a mídia é o principal lugar de memória e/ou de história das sociedades contemporâneas.

A proposta, na observação do *corpus* empírico desta pesquisa, não foi fazer uma Análise de Discursos (AD) clássica, pois o objetivo não foi deter-se na descrição detalhada das marcas enunciativas. Buscamos referência na semiologia dos discursos sociais como um instrumental teórico-conceitual para a leitura dos textos e para observações de caráter mais geral.

A semiologia dos discursos sociais, ao introduzir os princípios de *polifonia*¹⁵ e do *dialogismo*¹⁶, permite ultrapassar a problemática da AD como mero instrumento técnico de descrição de textos. Como explica Ribeiro (2000; 2003), ao retomar a idéia bakhtiniana do discurso como uma arena, a análise visa a dar conta não só do conteúdo das mensagens, mas das estratégias discursivas ligadas às relações de força de uma conjuntura dada.

Assim, os discursos de determinadas épocas históricas – principalmente os midiáticos – são espaços privilegiados, nos quais se travam as lutas sociais. É o campo por excelência do ideológico, em que várias vozes disputam a hegemonia das representações. “Uma página de jornal é um reflexo vivo das contradições da realidade social no corte de um dia” (RIBEIRO, 2003, p.107).

A análise do discurso jornalístico se faz importante e necessária já que este, como prática social, funciona em várias dimensões temporais simultaneamente: capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões e idéias da atualidade – lê o presente – ao mesmo tempo em que organiza um futuro – as possíveis conseqüências desses fatos do presente – e, assim, legitima, enquanto passado – memória – a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro. Dessa forma, a imprensa toma parte no processo histórico de seleção dos acontecimentos que serão recordados no futuro. E uma vez que, ao selecionar, está engendrando e fixando sentido para esses acontecimentos, ela acaba por constituir no discurso um modo (possível) de recordação do passado (MARIANI, 2001, p.33).

“socialidade mediada” (modificou-se o sentido de pertencimento dos indivíduos, a compreensão dos grupos e das comunidades a que eles sentem pertencer).

¹⁵ Em lingüística, polifonia é, para Bakhtin, a presença de outros textos dentro de um texto, causado pela inserção do autor em um contexto que já inclui previamente textos anteriores que lhe inspiram ou influenciam. A polifonia, que alguns autores preferem denominar de *intertextualidade*, é um fenômeno também identificado como *heterogeneidade enunciativa*, que pode ser *mostrada*, caracterizada pela manifestação, localizável pelos receptores/intérpretes a partir do contexto situacional imediato, de uma multiplicidade de outros textos citados (no caso de citações de outros autores em obras acadêmicas, por exemplo) ou *constitutiva ou interdiscurso*, constituída pelo entrelaçamento no texto presente de vestígios de outros textos preexistentes – como a influência de dramaturgos clássicos em Shakespeare, por exemplo, que não é mencionada diretamente, mas transparecida (PINTO, 2002, p. 31).

¹⁶ Todo texto se constrói por um debate com outros – o que foi denominado de dialogismo por Bakhtin (PINTO, 2002, p.31).

A metodologia de análise desta pesquisa toma também como aportes teóricos os conceitos de Mikhail Bakhtin (1995; 1997) e as propostas de análise de discursos de Michel Foucault (2001) e de Norman Fairclough (2001; 2003).

Foucault trata da existência de uma “ordem de discurso”, um conjunto (ou série de tipos de discursos), definido socialmente, a partir de uma origem comum. São os discursos produzidos em um mesmo contexto de uma instituição ou comunidade, para circulação interna ou externa e que interagem não apenas entre eles, mas também com textos de outras ordens discursivas (*ibid.*, p.7). Para desenvolver sua reflexão, Foucault parte da hipótese de que, em toda sociedade, a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm como função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.¹⁷

Fairclough (2001) defende o discurso como prática social e também político-ideológica, levando em conta que as práticas sociais incluem atividade produtiva, meios de produção, relações sociais, identidades sociais, valores culturais, consciência e semioses.

Nesta pesquisa, a análise toma como ponto de partida os textos publicados nos jornais (mistura de linguagem verbal, imagens e padrões gráficos), associando-os às práticas socioculturais no interior das quais surgiu – os contextos jornalístico e histórico; e levam-se em conta os gêneros predominantes no jornalismo brasileiro: o informativo (notícias, reportagens e notas) e o opinativo e o interpretativo (colunas e editoriais).

A análise das narrativas jornalísticas¹⁸ foi desenvolvida a partir de duas dimensões principais: a das estratégias discursivas dos jornais para tratamento dos pacotes no noticiário, com observação dos valores destacados nos discursos das diferentes fontes de

¹⁷ Foucault (2001) propõe uma análise das instâncias de controle discursivo e, para isso, diz ser necessária a observação de dois conjuntos: o crítico e o genealógico. O primeiro é o que põe em prática o princípio da *inversão*: procurar cercar as formas da exclusão, da limitação, da apropriação; mostrar como se formaram, para responder a que necessidades, como se modificaram e se deslocaram, que força exerceram efetivamente, em que medida foram contornadas. Para ele, são três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso: a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade (*ibid.*, p.19). O outro conjunto, que chama de genealógico, é o que põe em prática três outros princípios – *descontinuidade, especificidade e exterioridade* – e questiona como séries de discursos se formaram, através, apesar, ou com o apoio desses sistemas de coerção; qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação (*ibid.*, p. 60). As descrições críticas e as descrições genealógicas devem alternar-se, apoiar-se umas nas outras e completar-se. Para ele, a análise do discurso, assim entendida, não desvenda a universalidade de um sentido; ela “mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação”.

¹⁸ Consideramos uma distinção conceitual dos termos: narrativa jornalística e discurso jornalístico. A narrativa seria relativa aos “acontecimentos do dia”, envolveria uma temporalidade marcada pelo episódico, pela fragmentação, e seria geradora de curiosidade, de expectativa pelo que “há de novo”. Já o discurso jornalístico envolveria o “advento” do veículo, reconhecível em sua periodicidade pelo seu leitor. Assim, pode-se observar em um veículo impresso, por exemplo, ao lado dos textos novos sobre fatos novos, uma série de marcas que indicam repetição, familiaridade e que o identificam como aquele jornal (LANDOWSKI, 1992, p.118-120).

informação e os enfoques técnicos e políticos dados; e a da linguagem utilizada para falar sobre os planos (termos técnicos, objetividade textual e jornalística, recursos gráficos).

Sobre as fontes de pesquisa

O número de pesquisas acadêmicas sobre o jornalismo de economia no país tem aumentado nos últimos anos, mas ainda há poucos livros específicos sobre o assunto publicados. Para o desenvolvimento desta tese, recorreremos a essas obras e a dissertações e teses que abordam esse tema mesmo que não o tendo diretamente e especificamente como objeto de estudo.

Recorremos também à leitura dos dois jornais pesquisados, que funcionaram simultaneamente como fontes primárias, nos fornecendo dados históricos, e como objeto de estudo sobre o jornalismo brasileiro.

Os dados e informações obtidos pela análise dos jornais foram cruzados com aqueles obtidos por outras fontes, que consideramos como lugares de auto-referenciação dos jornais estudados. O conceito é utilizado aqui na mesma acepção adotada por Ribeiro (2000, p. 9), que define esses lugares como os discursos por meio dos quais os jornalistas, como profissionais, ou os diferentes jornais, como empresas de comunicação, constroem uma imagem de si mesmos e procuram se legitimar. Podem se localizar no interior do próprio jornal (nos editoriais, nas cartas de leitores, nas edições comemorativas, nas retrospectivas de fim de ano ou mesmo no noticiário) ou podem estar “fora” (nas propagandas institucionais, nos livros de memória dos jornalistas, biografias, etc.).

Outra importante fonte para o desenvolvimento desta pesquisa foram os relatos de jornalistas que atuaram em editorias de economia no período estudado. Por meio de depoimentos orais e escritos (também em entrevistas publicadas em livros ou na imprensa ou opiniões sobre o assunto expressas em artigos ou palestras), foi possível estabelecer uma comparação entre as características e especificidades do jornalismo de economia no período de redemocratização e as do período anterior, a época da ditadura militar, comparação também associada ao que diziam pesquisas já realizadas sobre imprensa e sobre esse subcampo.

A partir dos relatos, é possível observar os traços da cultura, dos hábitos e visões do jornalista que atua na cobertura de economia. Busca-se observar a trajetória desse grupo profissional e analisar um grupo social remete aos conceitos de identidade e de

memória. Não se pode falar em identidade sem se referir ao conceito de memória, de tal forma que podemos afirmar ser a memória uma identidade em ato. O significado central de identidade de um indivíduo ou grupo, isto é, um senso de igualdade sobre o tempo e o espaço, é sustentado pela lembrança; ou por meio do lembrar-se; e o que é lembrado é definido por meio da identidade admitida (GILLIS, 1996).

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva (LE GOFF, 1990, p. 46). Existe uma farta bibliografia sobre a questão da memória. Desde o trabalho fundador de Maurice Halbwachs, a relação entre memória, indivíduo e sociedade vem sendo pensada a partir de diferentes posturas teóricas, que ora desenvolvem a perspectiva desse autor, ora se lhe contrapõem. Halbwachs (1990) diz que as lembranças, apesar de pertencerem aos indivíduos, se originam na sociedade. Os sujeitos só lembram a partir do ponto de vista de um grupo social específico, ao qual de alguma forma se vinculam.

A memória está interligada diretamente às identidades sociais. As identidades – como demonstrou Michel Pollak (1989) – se edificam a partir de determinadas visões do passado, que funcionam como referência comum para um determinado grupo e fornecem coerência, no tempo, aos seus quadros de representação simbólica. A memória é um processo de ordenamento, de produção de sentido, que pressupõe enquadramentos, esquecimentos e silêncios. Fatos e aspectos do passado são recordados e enfatizados a partir da relevância que eles têm para os indivíduos que recordam pela sua contribuição na construção da identidade e das relações pessoais.

O ponto de partida de qualquer ato mnemônico é o presente. A memória, por ser essencialmente discurso, é sempre contextual e dialógica. A sua organização está ligada a processos de seleção e enquadramento, resultantes de conflitos e negociações que os sujeitos travam em situações sociais concretas.

Nesse sentido, foram realizadas entrevistas com três jornalistas de referência na cobertura de economia do país e com atuação nos diferentes veículos de comunicação: jornal impresso, rádio e televisão e, mais especificamente no final do século XX, também na internet.¹⁹

¹⁹ As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro de perguntas semi-estruturadas (*Ver Anexo I*). O objetivo é justamente captar o relato espontâneo, singular do entrevistado (ROESCH, 1996). Na entrevista semi-estruturada ou semi-aberta, ou em profundidade, em vez de o entrevistado responder à pergunta por meio de diversas alternativas pré-formuladas, busca-se obter o que ele considera como os aspectos mais relevantes de determinado problema: as suas descrições de uma situação em estudo. Por meio de uma conversação guiada, pretende-se obter informações detalhadas que possam ser utilizadas em uma análise qualitativa (RICHARDSON, 1999, p. 208). Esse tipo de entrevista geralmente tem algo entre quatro a sete questões, tratadas individualmente como perguntas abertas e suficientemente amplas para serem discutidas em profundidade (DUARTE, 2005, p.66).

Como se trata de um estudo qualitativo, conforme explica Duarte (2005, p.68), “são preferíveis poucas fontes, mas de qualidade, a muitas, sem relevo”. A amostra desse tipo de pesquisa não tem seu significado de representatividade estatística de determinado universo. Está ligada à significação e à capacidade que as fontes têm de dar informações confiáveis e relevantes sobre o tema pesquisado (DUARTE, 2005, p.68).

Considerou-se como critério de seleção de fontes, portanto, os chamados informantes-chaves: “fontes de informação consideradas fundamentais por estarem profunda e diretamente envolvidas com os aspectos da questão” (DUARTE, 2005, p.68). Assim, foram entrevistados os jornalistas Joelmir Beting, Luís Nassif e Miriam Leitão, cujos relatos perpassam os capítulos desta tese.²⁰ Também se utilizam, nesta pesquisa, depoimentos sobre o contexto histórico e econômico dos quatro presidentes do Brasil do período estudado. Seus relatos estão registrados no livro do jornalista Geneton Moraes Neto: *Dossiê Brasília - Os segredos dos presidentes* (2005).

Além das edições dos dois jornais, de pesquisa em livros e em trabalhos acadêmicos sobre o tema e dos relatos orais e escritos, serviram como fontes referenciais os manuais de redação, edições comemorativas e cadernos especiais da *Folha de S. Paulo* e de *O Globo*.

Os manuais de redação são utilizados como fonte dos discursos das empresas. Reúnem não só as normas de redação para padronização do estilo da linguagem do jornal, mas também as normas de comportamento que os jornalistas devem seguir e os princípios editoriais que guiam a produção do periódico.

E os livros *Primeira Página da Folha de S.Paulo* (2000), *O Globo – 70 anos de história* (1995), *Primeiras Páginas – 80 anos de História nas Manchetes do Globo* (2005) e os cadernos especiais *Tudo sobre a Folha* (2001) e *Globo 80 – Economia* (2005) forneceram informações factuais, as quais nos permitiram resgatar os fatos que promoveram o desenvolvimento do jornal e suas metas. Permitiram também analisar o processo de construção da auto-imagem das empresas jornalísticas e observar os valores que estavam em jogo.

²⁰ As entrevistas com Joelmir Beting e Luís Nassif foram realizadas em São Paulo, no dia 26 de março de 2007. A jornalista Miriam Leitão foi entrevistada no Rio de Janeiro, no dia 15 de maio do mesmo ano.

Sobre a organização dos capítulos

Esta tese está organizada em sete capítulos, que abordam o jornalismo de economia a partir da cobertura dos meses de lançamento dos oito planos econômicos. A abordagem segue em ordem cronológica, com maior ênfase nos pacotes mais importantes, pela dimensão e impacto que causaram nos últimos 14 anos do século XX: Plano Cruzado; Plano Collor e Plano Real. Em função de terem tido maior peso no período estudado, a análise dos três foi mais detalhada.

No primeiro capítulo, discute-se a formação do jornalismo de economia no Brasil, como ele se configurou depois da redemocratização, e as características dessa cobertura nos principais jornais impressos do país a partir de pesquisa bibliográfica e de relatos de jornalistas. Para contextualizar o período estudado, foi necessário abordar sua fase anterior, durante o regime militar, e a conjuntura político-econômica e social na qual a imprensa estava inserida.

O perfil profissional do jornalista que atua na cobertura de economia e o surgimento dos “jornalistas-personalidades” ou de referência no campo econômico compõem o segundo capítulo.

O capítulo seguinte trata do contexto histórico e jornalístico dos anos 1980 e o início da saga do Plano Cruzado. Nele, discute-se a conjuntura histórica e jornalística da implantação do pacote e as mudanças mais imediatas no jornalismo de economia com o fim do regime militar.

Os desdobramentos do Cruzado nos pacotes Cruzado II, Bresser, Cruzado Novo ou Verão (I e II) são abordados no quarto capítulo. O quinto aborda as mudanças no jornalismo da primeira metade da década de 1990 e o impacto do Plano Collor, as reconfigurações provocadas a partir dele no país, o Plano Collor II e a análise da cobertura desse período, perpassado, inclusive, pela discussão dos direitos do consumidor.

Os dois últimos capítulos são dedicados à análise do noticiário do Plano Real. Um aborda o processo de transição para esse pacote e sua entrada em vigor em julho de 1994. E o outro, o sétimo, trata do jornalismo de economia no período da crise do Real que desponta no início de 1999.

1 Jornalismo de economia no Brasil: desenvolvimento e transição

O jornalismo de economia tem uma larga tradição no Brasil. Os veículos de comunicação voltados para a indústria, o comércio e os negócios de maneira geral surgiram em todo o país em meados do século XIX. Esse tipo de cobertura foi consolidada ao longo do século seguinte.

Podemos considerar o jornalismo de economia como um subcampo do jornalismo, tomando-se como ponto de partida o conceito de campo, um termo fertilmente desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, que concebeu a noção de campo intelectual como um universo relativamente autônomo de relações específicas. Partindo dessa noção, ele montou uma teoria geral da economia dos campos, que permite descrever e definir a forma específica de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho).

Bourdieu (1999) leva em conta a estruturação social como que constituindo um ambiente de campos de poder (como o político e o cultural) e subcampos intelectuais (como o composto por jornalistas, escritores e educadores).²¹

O universo do jornalismo seria um campo que está sob pressão do campo econômico por intermédio do índice de audiência ou, no caso dos jornais, da venda dos exemplares por meio de assinaturas e em bancas. Mas, apesar de muito fortemente sujeito às pressões comerciais, exerceria, ele próprio, uma pressão sobre todos os outros campos, enquanto estrutura (BOURDIEU, 1997, p. 77).

Neste primeiro capítulo, discute-se esse subcampo do jornalismo voltado para a cobertura dos fatos econômicos, tendo em vista as seguintes questões: como se desenvolveu ao longo do tempo no Brasil? Quais são suas principais características? E como se constituíram as editorias de economia dos dois principais jornais do país: a *Folha de S. Paulo* e *O Globo*²²? O objetivo é abordar esse objeto de estudo dentro dos contextos jornalístico e histórico do final do século XX. Considerando que esta pesquisa se concentra

²¹ Seu objetivo é perceber a gênese social de um campo, apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, o jogo de linguagem que nele se joga, as coisas materiais e simbólicas que estão envolvidas, para explicar os atos dos produtores e as obras por eles produzidas. A noção de campo é um conceito fundamental da obra de Pierre Bourdieu.

²² De acordo com dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), referentes à circulação média diária de 2007, a *Folha* é o diário com maior circulação no Brasil, com uma média de 302,59 mil exemplares vendidos por dia. *O Globo* vem em segundo, com 280,38 mil. Dados divulgados pela Associação Nacional de Jornais (ANJ), disponíveis em <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>. Acesso em 19 de setembro de 2008.

no período entre 1986 e 1999, contextualizar o momento imediatamente anterior a esta conjuntura – o regime militar – nos parece essencial.

1.1 Especificidades e formação no país

Quais características específicas desse subcampo que o diferenciam do restante da cobertura jornalística? Podemos dizer que, no jornalismo em geral – considerando a cobertura de cidades, polícia ou segurança, política e esportes –, o objeto da informação é quase sempre o que foge a regras, uma anomalia, algo excepcional, e não a norma. As notícias nos informam sobre eventos singulares, descontinuidades, e não sobre modelos e processos.

Já no jornalismo de economia, pelo fato de a economia ser muito mais um processo do que uma sucessão de fatos singulares, processos e sistemas são igualmente objetos de interesses, e são singularizados pela linguagem jornalística, que os noticia como se fossem episódios. Eles precisam ser interpretados à luz de processos, leis ou relações econômicas, às vezes conflitantes. Essas relações são quase sempre ignoradas pelo senso comum, já que são formuladas em outro nível de saber: o das teorias econômicas (KUCINSKI, 2000, p. 21).

E como esse subcampo tem se desenvolvido no Brasil nas últimas décadas? Que ideologia perpassaria suas práticas? De onde surgem seus padrões? Os do jornalismo, em geral, surgem dos modelos ideológicos dominantes em cada momento, que são os padrões das elites dominantes, conforme a tese consagrada de Karl Marx em *A Ideologia Alemã* (1926). Na cobertura jornalística de economia, especificamente, influem muito as teorias econômicas dominantes em cada período.

Os padrões ideológicos do jornalismo, oriundos dessas teorias, são moldados em boa parte pelos seis grandes jornais do mundo ocidental e pelas duas ou três revistas de circulação mundial: *The New York Times*, *Washington Post*, *Le Monde*, *The Guardian*, *Financial Times* e *The Wall Street Journal*. Entre as revistas, estão *Time* e *The Economist* (*ibid.*, p. 184).

No jornalismo de economia, *The Economist* ocupa a posição-chave de geradora primária de ideologia, papel que assumiu como proposta editorial e por ser a revista transnacional por excelência, lida pela comunidade internacional de homens de negócios.

Os traços mais gerais e permanentes desses padrões têm sido: a defesa da livre empresa na esfera econômica e da democracia liberal na política; a escolha do capital e seu

processo de acumulação – e não do homem – como objeto central de preocupação; o otimismo noticioso e o descaso com questões estruturais. A escolha do capital e não do homem como sujeito de sua história e objeto de suas preocupações decorre da ideologia de livre mercado em suas várias manifestações, desde o marginalismo²³ até o neoliberalismo²⁴.

A opção pela escolha da boa notícia, ao contrário do catastrofismo que caracteriza o jornalismo geral, se justifica pela natureza do processo econômico, mas tem conotações ideológicas. A imprensa abre seus melhores espaços a notícias consideradas positivas sobre o desempenho da economia e reluta em aceitar as adversidades nessa área.

No jornalismo de economia, os ciclos expansivos sempre ganham uma sobrevida e as crises são em geral subestimadas. Destacar as crises seria admitir as disfunções do sistema. A propensão ao otimismo exagerado reflete também um comportamento do empresariado em geral, que aposta nas oportunidades e prefere esquecer depressa as adversidades. Esse subcampo seria displicente no trato de problemas estruturais e crônicos, como a fome, o desemprego, a falta de habitação e transporte, as desigualdades mundiais, a desordem monetária internacional, como se isso tudo desafiasse seus fundamentos ideológicos (KUCINSKI, 2000, p. 188-189).

A difusão generalizada desse jornalismo especializado na grande imprensa do país está intimamente ligada à reorganização do capitalismo em escala mundial e ao seu desdobramento na economia brasileira a partir da década de 1950. Naquela época, a cobertura de assuntos dessa área revelava-se incipiente, conforme mostram pelo menos três autores que desenvolveram estudos sobre o tema: Aylê-Salassiê Figueiras Quintão (1987), Nancy Nuyen Ali Ramandan (1994) e Samantha Carvalho (2001). Ela se fortaleceu, principalmente, a partir do final da década de 1960, e se identificava com o modelo de desenvolvimento econômico do Brasil.

²³ Até a grande depressão nos anos 1930, os economistas diziam que toda economia tendia ao pleno emprego e só não o atingia devido a obstáculos colocados pelos próprios trabalhadores ao funcionamento regular do mercado. O culpado pelo desemprego era a própria vítima dele: o trabalhador. O raciocínio básico subjacente a essa teoria é o de que sempre haverá emprego a um dado salário. Basta que o trabalhador aceite. Se não existissem sindicatos, que tornam os salários rígidos, haveria sempre pleno emprego, exceto o pequeno desemprego friccional (KUCINSKI, 2000, p. 134-135).

²⁴ Doutrina político-econômica derivada dos princípios fundamentais do liberalismo. Suas bases foram lançadas em 1938, durante o Colóquio Walter Lippmann, com a pretensão de adotar o modelo liberal às novas condições do capitalismo no século XX. Um de seus princípios básicos é o monetarismo, que defende o controle da inflação mediante a redução das despesas do Estado e a redução salarial. O texto que deu origem a essa doutrina foi *O caminho da servidão* (1944) do economista austríaco Friedrich Hayek (1899-1992). O neoliberalismo defende a menor intervenção protecionista do Estado na economia, embora devam existir intervenções estatais para regular a ordem econômica de livre concorrência, evitando as tendências monopolísticas. Os dois maiores expoentes dessa doutrina na política foram o ex-presidente norte-americano Ronald Reagan e a ex-primeira ministra britânica Margaret Thatcher (ALONSO, 2000, p.301; FILGUEIRAS, 2000, p.57). Atualmente, o termo vem sendo aplicado àqueles que defendem a livre atuação das forças de mercado, o término do intervencionismo do Estado, a privatização das empresas estatais, a abertura da economia e sua integração mais intensa ao mercado mundial (SANDRONI, 2005, p.590-591).

A marca dos assuntos econômicos, nas páginas dos grandes jornais de informação geral, na década de 1950, eram as pequenas notas ou artigos isolados os quais tratavam de questões específicas relacionadas com os interesses do comércio e dos cafeicultores, que continham informações sobre produção, exportação, movimento de portos ou taxas cambiais (QUINTÃO, 1987, p. 46).

Essas notícias eram originadas nas agências estrangeiras de informação, nas câmaras do comércio ou no Ministério da Fazenda. Eram acompanhadas por um reduzido grupo de interessados e os temas econômicos tratados pelos jornais sem qualquer distinção das demais notícias. Havia, nesse momento, uma nítida preferência pelo noticiário da área política.

As áreas do comércio e da indústria sofriam discriminações por parte da grande imprensa. Os editores dos jornais de cobertura geral entendiam que as notícias provenientes desses setores tinham caráter promocional e, por isso, deveriam ser tratadas como “matérias pagas”. Até os anos 1950, essa cobertura específica ficava sob a responsabilidade dos jornais do comércio, alguns editados pelas associações patronais nos estados. Em São Paulo, a Associação Comercial editava o *Diário do Comércio*; no Rio de Janeiro, a entidade representativa dos comerciantes era responsável por um veículo similar.

Publicações muito prestigiosas entre as categorias patronais do comércio e da indústria tinham como característica principal a sua fonte de receita: editais de cartório, protestos, atas de assembléias, balanços de empresas ou comunicados de empresas ao público. Entre elas, estavam: *Jornal do Commercio*, *Diário Comercial* e *Monitor Mercantil*, do Rio; *Diário do Comércio e Indústria*, de São Paulo; *Diário do Comércio*, de Belo Horizonte; *Jornal do Comércio*, de Porto Alegre; *Jornal do Commercio*, de Recife; *Diário Mercantil*, de Juiz de Fora; *Jornal do Comércio*, de Manaus (*ibid.*, p. 48).

Em termos de tiragem, os chamados jornais do comércio não chegaram a estar entre os primeiros diários, embora o *Jornal do Commercio (JC)* do Rio de Janeiro e o de Recife já tenham, no passado, registrado períodos de grandes edições. O *JC*, fundado em 1º de outubro de 1827, no Rio, é o segundo periódico mais antigo do país em circulação²⁵. Ele surgiu em um momento no qual a maioria das publicações tinha um caráter efêmero e se firmou – com sua linguagem austera – como um órgão tradicional e respeitado.

²⁵ O *Jornal do Commercio* foi pioneiro na cobertura de economia no país e se mantém até hoje em circulação, apesar de sua baixa difusão e crises freqüentes (SODRÉ, 1999; e BARBOSA, 2000). Foi fundado por Pierre Plancher, um bonapartista fervoroso que se exilara na França, fugindo da Restauração. Em Paris, tinha sido dono de uma editora, que publicava as obras de Benjamin Constant, Voltaire, Chateaubriand de Talleyrand, de Scheffer e outros. No Brasil, abriu uma livraria na Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, e começou a editar algumas obras (DIMAS FILHO, 1987, p. IX-X).

O *JC* representava o pensamento conservador e tinha como traço marcante o apoio a todos os governos (do Império à República). No início, sua tiragem era pequena, em torno dos 15 mil exemplares, e era apenas um órgão de informações comerciais e marítimas (noticiava as chegadas e saídas de navios, compras e vendas de escravos, etc.). Um ano após seu aparecimento, entretanto, passou a seguir uma orientação mais ampla e incluiu na sua cobertura os assuntos de política e literatura. Era lido pela elite econômica e cultural: por comerciantes, alta administração e aristocracia cafeeira (RIBEIRO, 2007, p. 84-87).

Em relação à área de circulação, os jornais do comércio, que representavam o jornalismo de economia dos anos 1950, se restringiam às regiões ou cidades onde eram editados. Eram conservadores do ponto de vista editorial e tecnológico e essa característica não era compatível com as transformações políticas e econômicas que começaram a se processar. Se, naquele período, a economia brasileira cresceu a uma taxa média de 7% ao ano, com uma contribuição elevada do setor agrário-industrial (QUINTÃO, 1987, p. 49), esses periódicos, contudo, acabaram entrando em um período de decadência. No final da década de 1970, havia os que tentavam se recuperar, mas algumas empresas estavam excessivamente debilitadas e tecnologicamente defasadas. Começaram, então, a perder leitores e clientes comerciais (*ibid.*).

Os anos 1950, decisivos para o processo de industrialização do país, refletiram esse clima diretamente sobre os jornais. A economia agrário-exportadora estava em crise. Em 1954 e 1955 o preço do café, que representava na época quase 40% do total das exportações, teve essa participação reduzida para 29%. No mercado internacional, o preço médio do conjunto de exportações teve uma queda de 21%, ao mesmo tempo em que o preço das importações diminuiu apenas 9%. Foi entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1950, que começaram a ser feitos grandes investimentos públicos em obras de infraestrutura e na indústria de base, como bens intermediários e de capital, usinas siderúrgicas, fábricas de produtos químicos, de papel, de vidro e refinarias de petróleo (SINGER, 1978, p. 44).

Também na época, o governo norte-americano, terminada a ajuda à Europa²⁶, passou a realizar grandes investimentos em países periféricos. Em relação ao Brasil, no entanto, os Estados Unidos (EUA) reduziram o ritmo de suas aplicações em represália à

²⁶ Trata-se do Plano Marshall, lançado em 5 de junho de 1947. O então secretário de Estado norte-americano, general George Catlett Marshall (1880-1959), em um discurso pronunciado na Universidade de Harvard, ofereceu ajuda econômica para o reerguimento da Europa após a II Guerra Mundial (1939-1945). Desde o fim da guerra até 1955, os EUA aplicaram na Europa US\$ 33 bilhões do total de US\$ 51 bilhões aplicados no mundo todo (ALONSO, 2000, p. 276).

política nacionalista de Getúlio Vargas. Com isso, entre 1951 e 1954, os investimentos estrangeiros no Brasil não passaram de US\$ 10 milhões (QUINTÃO, 1987, p.52-53).

Vargas deu continuidade à industrialização do país, ao inaugurar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e estatizar a geração de energia elétrica, decidido a lutar pelo que chamava de interesses nacionais. Quando morreu, em agosto de 1954, deixou uma economia estável e com uma infra-estrutura capaz de permitir uma decolagem industrializante²⁷. Esse deslanche ocorreu a partir do Plano de Metas²⁸ de Juscelino Kubitschek que, ao contrário de Vargas, abriu inteiramente o país para o capital estrangeiro.

A dinâmica criada na economia com o fortalecimento dos segmentos industriais e urbanos se refletiu também na imprensa, que introduziu em suas empresas algumas inovações tecnológicas, com o propósito de se adaptar à nova realidade. Foi no período que começaram a aparecer, nas páginas dos jornais, seções de economia com notícias – e não apenas artigos – sobre os acontecimentos econômicos (*ibid.*, p. 54).

O clima de liberdade que o país tinha no contexto constitucional e democrático – entre a queda do Estado Novo, em 1945, e o Golpe Militar de 1964 – estimulou o exercício da independência e da expansão dos meios informativos (RIBEIRO, 2007, p. 43). Durante a ditadura Vargas, a imprensa tinha sido completamente controlada pelo Estado, via ação censória e reguladora do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).²⁹ A extinção do DIP significou não apenas o desaparecimento da censura, mas também o fim do controle dos órgãos de imprensa, o que facilitou (pelo menos em um primeiro momento) o surgimento de novos títulos.³⁰

Na década de 1950, as grandes mudanças sociais (como industrialização, crescimento econômico e demográfico e aumento do nível de instrução da população) se

²⁷ Nos 16 meses seguintes ao suicídio de Getúlio Vargas, três presidentes cumpriram mandatos-relâmpagos em um período de forte turbulência político-eleitoral: Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos. Em outubro de 1955, Juscelino Kubitschek foi eleito presidente pelo Partido Social Democrático (PSD).

²⁸ Plano que tinha como proposta criar condições para um desenvolvimento econômico auto-sustentado, dando especial ênfase aos setores de transporte, indústria de base, energia, planejamento urbano e rural e agricultura (*ibid.*, p. 335).

²⁹ A criação do DIP foi precedida, no tocante à divulgação das iniciativas governamentais, por três outros órgãos: os departamentos Oficial de Publicidade (DOP), de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), e Nacional de Propaganda (DNP), que se sucederam a partir de 1931. Nenhum deles, no entanto, desfrutou do grau de autonomia e abrangência do DIP, dada a conjuntura especificamente diferente em que atuaram. O DIP só foi criado no Estado Novo, por meio do Decreto n.º 1.949, de 30 de dezembro de 1939 (RIBEIRO, 2007, p.43; DHBB, 2008).

³⁰ No pós-guerra, foram lançadas, no Rio de Janeiro, inúmeras folhas como a *Tribuna Popular* e *A Classe Operária*, ambas fundadas pelo Partido Comunista, no breve período de sua legalidade (1945-1947); o *Popular* (1951); *Vanguarda Socialista*, *Resistência* (1945), *Diário Trabalhista*, *O Mundo* (1947) e *Tribuna da Imprensa* (1949). O período de 1945-1950 foi marcado pelo desenvolvimento da imprensa de esquerda. Com a Constituição de 1946 e o desaparecimento dos órgãos censórios do Estado Novo, voltou à vigência o decreto n.º 24.776 de 1934, que garantia a livre manifestação de pensamento. Em 1952, foi sancionada a lei n.º 1.082 (de Segurança Nacional) e, no ano seguinte, em 12 de novembro, a lei de imprensa n.º 2.083. Ao longo da vigência dessas leis, entretanto, os órgãos de informação conheceram poucos momentos de repressão (RIBEIRO, 2007, p. 44).

combinaram a fatores conjunturais (como política de crédito e legislação fiscal) para impulsionar a transformação da empresa jornalística (RIBEIRO, 2007, p. 48).

A economia brasileira, sobretudo no período do governo de Juscelino Kubitschek, sofreu profundas transformações. Operou-se uma ruptura com a orientação das políticas econômicas anteriores. O Estado começou a adotar novas estratégias de financiamento para a indústria e elegeu o setor de bens de consumo duráveis como ponta da acumulação capitalista.

O governo se aproximou do capital estrangeiro na expectativa de, por meio dele, conseguir modernizar o incipiente parque industrial brasileiro. Prometeu, ao mesmo tempo, dar um salto na história do desenvolvimento do país e libertá-lo da mera condição de exportador de produtos primários e importador de bens industrializados.³¹

A ideologia desenvolvimentista, apregoada e praticada pelo governo com a ajuda do capital estrangeiro e refletida na geração de novos empregos urbanos e na produção brasileira de bens antes adquiridos no exterior, como automóveis e máquinas agrícolas, alimentou um clima de otimismo na sociedade.

Como consequência da nova política, o valor da produção industrial aumentou 80%, entre 1957 e 1961, com altas porcentagens nos setores de eletricidade e comunicações (380%) e no de transporte (600%). No mesmo período, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu anualmente 7% e correspondeu a uma taxa *per capita* de quase 4%. Se considerarmos toda a década de 1950, o crescimento do PIB brasileiro foi aproximadamente três vezes maior do que o do resto da América Latina (SKIDMORE, 1982, p. 204).

A política cambial dos anos 1950, que garantia custo privilegiado ao dólar para a importação de papel e de outros materiais de impressão, foi extremamente favorável à modernização das empresas jornalísticas. Todas as que podiam reunir recursos trataram de reaparelhar seus parques gráficos (RIBEIRO, 2007, p. 49).

Assim, o clima de otimismo tomou conta do noticiário. Os assuntos da economia que eram notícia estavam relacionados com o ufanismo desenvolvimentista, com a retórica nacionalista de defesa ou não do capital estrangeiro, com as questões relativas à

³¹ Bens produzidos em atividades agropecuárias ou resultantes de extração mineral e vegetal. São produtos originários, portanto, do *setor primário* de produção (SANDRONI, 2005, p.689). De acordo com uma das classificações mais correntes das atividades produtivas, originalmente proposta por Colin Clark, existem três setores básicos na economia de um país. Além do primário, há o *secundário*, que engloba a produção de bens físicos por meio da transformação de matérias-primas, realizada pelo trabalho humano com o auxílio de máquinas e ferramentas (produção fabril, a construção civil e a geração de energia); e o *terciário*, que abrange os serviços em geral: comércio, armazenagem, transportes, sistema bancário, saúde, educação, telecomunicações, fornecimento de energia elétrica, serviços de água e esgoto e administração pública (*ibid.*, p.768-769).

exploração do petróleo, às riquezas minerais, à defesa dos produtos primários de exportação, especialmente o café, com os índices de “carestia”. Na época, o fato econômico só tinha destaque, na imprensa de cobertura geral, transformado em fato político. Os jornais não davam ainda tratamento diferenciado a esses temas, embora um ou outro já mantivesse sua tímida seção de economia. As fontes eram, em geral, os políticos e os partidos (QUINTÃO, 1987, p. 59).

O modelo de industrialização aberto para o exterior estimulou o desenvolvimento de um elemento fundamental para a sobrevivência dos jornais nos anos seguintes: a instalação no país de representações das grandes agências de publicidade norte-americanas e européias. Essas empresas vieram junto com o capital industrial estrangeiro e com a missão de criar um dinamismo na sociedade brasileira para abrir mercado aos bens de consumo (*ibid.*, p. 59-60).

O crescimento do mercado interno e da indústria brasileira permitiu o desenvolvimento da publicidade, que, por sua vez, possibilitou aos órgãos de comunicação, de forma geral, aumentarem seus faturamentos. Além disso, a expansão do sistema de comunicação (telefone, rádio, telex), aliada aos novos sistemas de composição de impressão, fez com que os jornais adquirissem maior velocidade na captação das informações e na produção gráfica dos impressos.

O contexto propiciou o surgimento de novos espaços para a cobertura de economia e os jornais de maior porte começaram a criar seções e cadernos para essa área. Em 1949, o *Estado de S. Paulo* lançou seu *Suplemento Comercial e Industrial*, um caderno especial, semanal, que cobria os assuntos da área no mundo, em matérias analíticas enviadas pelas agências estrangeiras – *France Press*, *Reuters*, *Ansa* – ou escritas por seus colunistas. Foi o primeiro informativo de negócios do país com circulação regular e caráter doutrinário, liberal, anticomunista, com postura política bem delineada na área de economia. Circulou até 1964 (QUINTÃO, 1987, p. 50).

Em junho de 1951, foi criado no Rio de Janeiro o jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer. Esse diário tinha um grupo de colunistas que escrevia artigos de análise econômica, os quais tratavam de questões nacionais e demonstravam forte conteúdo doutrinário.

Na segunda metade da década de 1950, a *Folha* criou um *Caderno de Economia e Finanças*, com três a quatro páginas, e colocou repórteres para cobrir exclusivamente os assuntos econômicos em matérias analíticas. Sobre essa época, observa-se que:

O jornalismo econômico praticado até a metade da década de 1950 é representado principalmente pelo colunismo – jornalismo mais analítico que noticioso – e ocupa um reduzido espaço nas páginas dos jornais. Em um primeiro momento é exercido por estrangeiros especializados em economia internacional e, em seguida, por brasileiros também com formação econômica acadêmica, mas que não têm no jornalismo sua principal atividade profissional. Todos mantêm vínculos empregatícios com o setor econômico público e privado (QUINTÃO, 1987, p. 51) – *grifos nossos*.

Nota-se que não era um jornalismo marcado pela difusão regular de notícias de economia ou por uma pretensa imparcialidade analítica. Existia mesmo uma intenção de influenciar e até orientar a política econômica do país. Havia também, em geral, uma ligação entre quem escrevia e a área abordada, pois era comum que os redatores mantivessem um emprego também no setor público ou privado. O jornalista ocupava um duplo lugar, o que, muitas vezes, se refletia no conteúdo do que escrevia e evidenciava uma relação pouco ética na cobertura.

Posteriormente, outros jornais cariocas – *Diário Carioca*, *Diário de Notícias* e *Tribuna da Imprensa* – contrataram colunistas de economia. A reforma editorial e gráfica feita no *Jornal do Brasil*, na década de 1950, abriu também novos espaços dentro do periódico. Foram destinadas duas páginas para fatos gerais e econômicos. Mas a cobertura dessa época ainda se caracterizava por editar lado a lado as notícias de economia com outras de temas gerais (*ibid.*, p. 55-56).

Os assuntos abrangiam setores da indústria, portos, siderurgia, energia, preços, agricultura. Não havia ainda a cobertura regular da Bolsa de Valores e do mercado de capitais. Nota-se também, nessa época, a falta de especialização, entre os repórteres, para atuar na cobertura dessa área específica.

Foi somente a partir do início dos anos 1960, que a cobertura sistemática dos assuntos de economia pelos jornais começou a se delinear. Pelo fato de o governo federal funcionar no Rio de Janeiro, o noticiário político nesse Estado era mais abrangente. Os periódicos de São Paulo, embora localizados no centro das decisões econômicas, preferiam disputar com os congêneres do Rio o espaço editorial dedicado à política (QUINTÃO, 1987, p. 57).

1.2 Imprensa nos anos 1960: regime militar estimula crescimento

A política modernizante de Kubitschek foi substituída no governo de Jânio Quadros³² pelo controle de preços, pela diminuição do déficit público e pela redução dos privilégios fiscais ou tributários. A indústria editorial foi uma das primeiras de suas vítimas ao enfrentar a suspensão dos subsídios para o papel-jornal.³³

O governo de João Goulart (1961-1964), ao procurar controlar a entrada de capital estrangeiro no país, estancou o processo crescente, no período anterior, de manipulação das verbas publicitárias, exercido pelas agências estrangeiras estabelecidas no eixo Rio-São Paulo.

A década ficou marcada pelo Golpe Militar de 1964, que trouxe com ele o Estado de exceção, regulado pelos atos institucionais, editados no âmbito do Executivo, sob o comando dos militares. Os partidos políticos foram extintos; e políticos, jornalistas e cidadãos cassados ou perseguidos pela repressão. Novas leis de segurança nacional e de imprensa foram editadas, inclusive algumas para fortalecer o papel da censura.

O Golpe de 1964, que significou uma ruptura política com o populismo e o aprofundamento das tendências econômicas preexistentes, forneceu a moldura para algumas transformações expressivas na sociedade e nos rumos do capitalismo brasileiro. O período se caracterizou pela crescente participação do Estado na economia e pela ampliação das atribuições do Executivo em detrimento dos demais poderes e de canais de representação política. Aprofundou-se a interdependência entre o político e o econômico (MENDONÇA & FONTES, 1994, p. 5-6).

No período imediatamente posterior ao Golpe Militar, a economia foi submetida a um duro e eficiente processo de modernização, conduzido pela dupla Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, respectivamente ministros da Fazenda e do Planejamento. Criou-se o Banco Central (BC); reestruturou-se o sistema financeiro; instituiu-se a correção monetária, o que viabilizou os financiamentos de longo prazo, e as minidesvalorizações cambiais, o que garantiu as exportações; montou-se o Banco

³² Ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros venceu as eleições presidenciais de 1960 como candidato da União Democrática Nacional (UDN). Empossado em janeiro de 1961, começou seu governo alardeando uma política externa independente e a defesa da soberania nacional. Adotou medidas de austeridade econômica ditadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI): restringiu o crédito e controlou os reajustes de salários. Ao mesmo tempo, tomou decisões para agradar aos mais conservadores, como a proibição de jogos de azar, de corridas de cavalo e do uso de biquíni na praia. Para reforçar sua imagem popular e fortalecer sua autoridade, iniciou uma campanha de descrédito dos políticos, dos partidos e do Congresso. Renunciou em 25 de agosto de 1961, em um gesto nunca explicado claramente por ele.

³³ A queda dos subsídios elevou agudamente o custo industrial dos jornais e criou problemas de sobrevivência para a maioria deles. Além disso, aumentou a pressão de reivindicação salarial das categorias de classe jornalística, já melhor organizada em sindicatos.

Nacional da Habitação (BNH), como forma de incentivo à construção civil. E os salários foram achatados, a fim de se combater uma inflação que chegara à casa dos 100% ao ano (NASSIF, 1986, p.42).

Roberto Campos foi o principal representante da corrente de pensamento econômico autoritário-modernizante, adotada pelos governos militares. Até meados dos anos 1960, podem-se identificar as seguintes correntes teóricas como as que, principalmente, caracterizaram o campo dos economistas no Brasil: a interpretação que afirmava a vocação agrária da economia brasileira e a denominada nacional-burguesa. Ambas ocuparam o debate nas décadas anteriores ao período pós-1964. Depois do Golpe Militar, surgiram novas interpretações sobre o Brasil: a autoritário-modernizante e mais três outras visões: a funcional capitalista, na qual se incluem economistas de distintas gerações, como Caio Prado Júnior, João Manuel Cardoso de Mello, Francisco de Oliveira e outros; a da superexploração imperialista, de autores como André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos; e a da nova dependência, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (PEREIRA, 1982, *apud* LOUREIRO, 1997, p. 83).

No período pós-1964, foram criados mecanismos de incentivo à entrada de moeda estrangeira no país, para facilitar a remessa de lucros, e oferecidos, para exploração, recursos naturais em abundância, mão-de-obra barata e um mercado consumidor potencialmente amplo.

Foi também na década de 1960 que começou a se tornar perceptível a formação de uma indústria cultural no Brasil, no sentido mais estrito do termo, isto é, um sistema de complexos empresariais ligados ao setor da chamada comunicação de massa (TASCHNER, 1992, p. 103).

Ocorreu, nessa época, a expansão do jornalismo – e não só dos jornais, revistas, rádios e televisão, mas também do livro, do disco, da música e do teatro –, que estimulou a formação de cadeias e redes nacionais e regionais de comunicação (BAHIA, 1990, p. 267). Mas essa ampliação se deu dentro de um processo de concentração empresarial, iniciado nos anos 1950 e que se acirraria nas duas décadas seguintes.³⁴ Do ponto de vista econômico, foi resultado de uma aguda crise pela qual passou a imprensa, devido a um conjunto de fatores, como a queda do volume de publicidade (no período de 1960 a 1963), o desenvolvimento da televisão (que, ao se popularizar, a partir dos anos 1960, passou a

³⁴ Nesse período, desapareceram os seguintes jornais no Rio de Janeiro: *A Noite*, *Correio da Manhã*, *O Jornal*, *Diário da Noite*, *Diário Carioca*, *Última Hora*, *Diário de Notícias*, *O Radical*, *A Manhã*, *Folha Carioca* e *A Nação*. E as revistas *O Cruzeiro*, *Revista da Semana*, *Noite Ilustrada*, *Carioca* e *Vamos Ler* pararam de circular. No novo contexto de concentração empresarial, periódicos como *O Globo* e *Jornal do Brasil* se impuseram progressivamente (RIBEIRO, 2007, p. 207-208).

atrair fatias cada vez maiores do bolo publicitário) e os problemas com o papel (sobretudo no período 1957-1975). Além disso, o início dos anos 1960 foi marcado por uma crise econômica geral, com altas taxas de inflação (RIBEIRO, 2007, p.208).

O jornalista Joelmir Beting, que começou a trabalhar com jornalismo de economia em 1962, relembra que, à época, essa cobertura era muito restrita e ocupava pouco espaço nas páginas dos grandes jornais:

O jornalismo econômico separava o turfe dos classificados, nos jornais, e ia depois do futebol. O espaço era uma página, uma página e meia, nos grandes jornais do Brasil, que eram o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Estado*, *a Folha*, e alguns jornais especializados, mas também de baixa circulação e também pouco prestígio político, o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta Mercantil*. Tinha aqui em São Paulo também a revista *Visão*, que era mais especializada em economia, e nada além disso (*grifos nossos*).³⁵

Além de ter uma pauta restrita, a produção da editoria de economia, nos grandes jornais, nos anos 1960, ficava mais por conta de economistas do que de jornalistas:

Havia no jornalismo econômico uma espécie de gueto que era operado por economistas e não por jornalistas. Além de pouco espaço, esse espaço era ocupado por economistas convidados até no “peito”, pois não cobravam nada para escrever. Então, escreviam um artigo sobre a crise do café, outro sobre o câmbio, outro sobre política cambial. Não havia jornalismo econômico praticamente no Brasil. Aí, juntamente com Aloysio Biondi³⁶, que foi para o Rio de Janeiro e deu uma sacudida no *Correio da Manhã* e começou a dar um tratamento muito importante ao noticiário econômico e ao debate econômico no *Correio da Manhã*, eu fiz um trabalho parecido com a *Folha de S. Paulo*. E aí nós fomos formando, eu e ele, uma geração de jornalistas econômicos no Rio e eu uma geração em São Paulo. E ele como editor e eu também como editor. E ele chegou a ser editor do próprio jornal, além de editor de economia lá no Rio. Depois viria para São Paulo para levantar a revista *Visão* e deu um choque de qualidade muito grande nela (*grifos nossos*).³⁷

Durante o regime militar, a editoria de economia dos jornais se expandiu. O discurso oficial do governo concentrava-se em tecer elogios aos seus feitos na área econômica. Essa era a postura que deveria engajar as assessorias e os programas oficiais. Os jornalistas que trabalhavam no serviço público e as assessorias de imprensa passaram a

³⁵ Entrevista de Joelmir Beting concedida à autora em São Paulo em 26 de março de 2007.

³⁶ O jornalista Aloysio Biondi atuou na imprensa brasileira na área de economia de 1967 até a sua morte, em julho de 2000.

³⁷ Entrevista de Joelmir Beting concedida à autora em São Paulo em 26 de março de 2007.

ser chefiadas por militares, ou por civis identificados com os princípios básicos do Golpe de 1964 e que contribuíram para ele.

Esse discurso oficial era dirigido principalmente à classe média, cuja renda crescia, na época, e também aos segmentos sociais com poder de barganha política. Fundamentava-se na informação de economia e apoiava-se nos diversos indicadores de crescimento, na palavra e cálculos econométricos dos tecnocratas e em uma censura violenta aos meios de comunicação. Apregoava-se a paz social, a recuperação econômica e o “milagre do crescimento” (QUINTÃO, 1987, p. 71).

Beting relembra essa expansão da cobertura de economia ao longo do regime militar e a criação de sua coluna sobre a área econômica nesse período:

Todos os jornais começaram a descobrir que havia ali um filão, chamado informação econômica, que o brasileiro já estava de olho gordo nele. Enquanto a informação econômica estava decolando, estava aterrissando a informação política, que estava já sob controle. Então, esvazia a informação política e cresce a econômica. E a informação econômica acaba ganhando uma dimensão política até no vácuo da própria informação política. Aí o debate econômico virou um debate político, de opções e alternativas e críticas e, então, o debate político deslocou-se para a área econômica. E a gente estava no meio desse tiroteio, eu como editor da *Folha* e depois também como colunista. Passei a fazer a coluna diária, que duraria 33 anos de publicação diária, até acabar por fadiga de material, comigo (risos). Então foi tudo ali pelo final dos anos 1970, dos anos 1960 (*grifos nossos*).³⁸

O jornalista destaca, em seu relato, a dimensão política que a notícia de economia foi ganhando nesse período. A fase de censura aos meios de comunicação atingiu também a cobertura de economia, mas não de uma forma incisiva, como ocorreu no noticiário político, segundo complementa Beting:

Depois veio o AI-5 e tornou a informação econômica um pouco mais monitorada pelos jornais, não era pelos jornalistas, mas pelos jornais, porque estavam sob pressão do regime militar. Então, certos debates eram interditados não pela censura, porque não havia uma censura formal ainda, mas eram monitorados através das editorias, dos donos dos jornais. Houve um pacto entre eles de não cutucar a onça com vara curta. E depois acabou vindo a censura de vez e, em seguida, pegou todo o noticiário político e econômico. E foi aquele período triste lá. Agora, na economia, em compensação, nesse momento de escuridão política, houve uma explosão com o chamado “milagre econômico brasileiro”³⁹, o

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ Período entre 1969 e 1973 (crise do petróleo), no qual a economia brasileira apresentou elevadas taxas de crescimento, viabilizadas pelas reformas fiscal e financeira implementadas após o golpe militar de 1964. A expressão “milagre econômico brasileiro” decorreu de fenômenos idênticos ocorridos na Alemanha e no Japão. À frente desse surto de

que deu outra dimensão, ainda maior, à informação econômica. Por exemplo, em 1970, a economia passou a crescer quase 10% ano, o governo lançou grandes projetos, de Brasil potência, houve um ‘boom’ no mercado de capitais, nas Bolsas do Rio e São Paulo – a do Rio de Janeiro era o dobro da de São Paulo na época –, houve até aquela grande bolha especulativa, mas que era notícia. Motorista de táxi queria saber o que a gente estava achando das ações do grupo Ipiranga nas Bolsas, por exemplo. Quando? Em 1970. Então, aí é que aconteceu o seguinte: com o jornalismo dando esse segundo salto e o milagre econômico de 1970/1971 e 1972, as outras mídias, como rádio e TV, começaram a pensar no caso e a trazer a informação econômica para o rádio e para a TV (grifos nossos).⁴⁰

E o crescimento econômico, em seus diversos segmentos, passou a ser tema preponderante de encontros, seminários, visitas, entrevistas, viagens, inaugurações e discussões políticas. Os jornais de cobertura geral e grandes tiragens começaram a cobrir esses eventos, a acompanhar e difundir negócios, o movimento do mercado de capitais⁴¹ e as decisões do Conselho Monetário Nacional (CMN). Algumas reportagens abriram espaços para empresas (QUINTÃO, 1987, p. 74).

Outro jornalista que atua na cobertura jornalística e na análise dessa área na imprensa brasileira, Carlos Alberto Sardenberg⁴², também destaca que o jornalismo de economia do país é contemporâneo do período da ditadura de 1964-1985 e que se formou e adquiriu solidez nessa época por razões estruturais e históricas:

O regime militar tinha como doutrina básica a busca do desenvolvimento. Pregava-se que o país precisava ter determinadas condições políticas – as de um regime autoritário – para que isso permitisse um crescimento acelerado. Também se dizia que não era possível ter uma prática democrática ou um país civilizado, de primeiro mundo, sem uma base econômica sólida. Não era uma teoria brasileira, mas espalhada pelo mundo a fora, pois houve governos semelhantes em diversos outros países, todos com a mesma idéia e o mesmo objetivo básico. Isso criou uma demanda concreta para o jornalismo, mesmo porque, se olharmos a história do regime militar, veremos que ele teve dois grandes êxitos nessa área. O primeiro esteve representado pelos processos de ajuste da economia e de reforma do setor público, no

crescimento, estava Delfim Neto, ministro do governo de Médici (1905-1985). O PIB cresceu e foi favorecido pela fartura de recursos na economia mundial, que permitiu tomar empréstimos para financiar o crescimento, o que provocou o aumento da dívida externa. Houve um descompasso entre o crescimento econômico e os investimentos em programas sociais (ALONSO, 2000, p. 283).

⁴⁰ *Ibidem.*

⁴¹ O mercado de capitais é toda a rede de Bolsas de Valores e instituições financeiras (bancos, companhias de investimento e de seguro) que opera com compra e venda de papéis (ações, títulos de dívida em geral) a longo prazo. Tem a função de canalizar as poupanças da sociedade para o comércio, a indústria e outras atividades econômicas e para o próprio governo. Distingue-se do mercado monetário, que movimenta recursos em curto prazo, embora ambos tenham muitas instituições em comum (SANDRONI, 2005, p.531).

⁴² Comentarista de economia da TV Globo (desde 2007) e âncora da rádio CBN há mais de dez anos.

governo Castelo Branco (1964-1967). O setor público, que se deteriora ao longo do tempo, foi totalmente remodelado e tornou-se muito mais eficiente e competente. Criaram-se o Banco Central, o BNH, o sistema de controle das estatais, o orçamento monetário... Imprimiu-se um novo caráter ao BNDES. Enfim, houve uma série de medidas importantes, que arrumaram e modernizaram o setor público. O segundo sucesso, obviamente, ficaria patente no “milagre econômico” e nas taxas de crescimento de 14% ao ano, que colocavam o Brasil na ponta dos países que se desenvolviam (*grifos nossos*).⁴³

A marca do aparecimento do jornalismo de economia nos moldes como passou a ser praticado no final do século XX tem a influência de um encarte do *Correio da Manhã*, o *Diretor Econômico*. Com 16 páginas diárias dedicadas ao tratamento dos negócios no mercado, e por meio de reportagens sobre as empresas e o acompanhamento sistemático dos negócios, demonstrou que qualquer cidadão poderia aplicar em Bolsa de Valores, não apenas os iniciados, e chamou a atenção dos pequenos e grandes investidores para isso (QUINTÃO, 1987, p. 74-77).

A linha editorial do *Diretor Econômico* era, de acordo com Quintão (*ibid.*, p.78), “crítica, esclarecedora do mercado e denunciadora das práticas contábeis maliciosas das empresas ou do governo”. Muitas matérias esclareceram ao público fatos que o governo queria esconder sobre a política econômica e isso desagradou o então ministro Delfim Neto, que fez pressão para que o caderno fosse extinto. Ao sair do mercado, o *Diretor Econômico* despertou os periódicos para o espaço editorial que acabara de deixar. Rapidamente os grandes jornais começaram a multiplicar páginas de cobertura da área econômica.

Havia uma diferença significativa entre o jornalismo de economia do *Diretor Econômico* e o que foi desenvolvido pelos grandes jornais. O *Diretor* fazia uma cobertura de negócios. Já o noticiário e a análise econômica, na grande imprensa, na década de 1970, estavam preocupados com o discurso da sociedade política, no exercício do poder, endereçado à sociedade civil (QUINTÃO, 1987, p. 79).

Sobre o crescimento de publicações específicas da área de economia nessa época, é importante registrar que:

O novo noticiário econômico não tratará de questões polêmicas. Abordará, numa direção positiva, grandes operações financeiras internas

⁴³ Trecho da palestra “A transição no jornalismo econômico” proferida por Carlos Sardenberg em 24 de novembro de 1995 e publicada no site <http://www.bancobrasil.com.br/appbb/portal/bb/si/pbcs/rsm/CarlosAlbertoSad.jsp>. Acesso em 1º de maio de 2004.

ou externas, insistirá na abertura de capitais por empresas tradicionais, em novas linhas de produção industrial, ou questões ligadas à agropecuária, avançando em discussões meramente acadêmicas de categorias simbólicas da ciência econômica, como o comportamento dos agregados macroeconômicos, tipo crescimento do PIB, a composição do Balanço de Pagamentos, da Balança Comercial ou das contas correntes; discussão sobre fórmulas de análise dos componentes inflacionários; fluxo dos meios de pagamento, dos investimentos globais; discutirá o déficit público, o *open market* e até mesmo práticas econômicas desconhecidas no Brasil (*ibid.*, p. 79) – grifos nossos.

Outros temas abordados por anos seguidos foram as correntes do pensamento econômico e a inflação brasileira. Esses assuntos refletiam as mudanças introduzidas na economia do país e foram discutidos, em editoriais, pelos articulistas, por comentaristas econômicos que começavam a surgir e no próprio noticiário, em entrevistas com economistas e empresários.

Nos anos 1970, o jornalismo de economia continuou seu processo de ampliação. Até essa década, o noticiário era essencialmente financeiro/comercial, voltado para informações práticas: cotações da Bolsa, informações sobre câmbio, entrada e saída de navios, preços e produção de produtos agrícolas. Depois, passou a ter mais destaque, não só porque as notícias sobre política sofriam forte censura, mas também porque a economia havia se tornado um dos temas centrais do regime militar.

O jornalista Luís Nassif, que começou a atuar como repórter de economia em 1974, destaca qual era a principal característica desse subcampo nessa fase:

Era muito “oficialesco”. Você escrevia para o empresário e para o economista. Havia um abuso da terminologia técnica e muito pouco conhecimento sobre o que significavam os termos técnicos. O leitor comum era ignorado. Principalmente os mecanismos da economia não eram decifrados para o leitor. Você tinha o Joelmir Beting que, na época, já usava uma linguagem mais acessível, mas ele não entrava na explicação dos fundamentos da economia. E teve um período, nos anos 1980, em que a economia foi muito utilizada para manipulação política. Isso no final do regime militar. Quando você teve o fim da censura na *Veja*, a economia não teve uma matéria censurada. Os jornais eram contra, digamos, o regime político, mas no plano econômico não havia discordância.(grifos nossos)⁴⁴

Alzira Alves de Abreu (2003, p.14-23), ao buscar entender a transição política brasileira a partir do papel desempenhado pela imprensa escrita nesse processo, afirma que a repressão e a censura estimularam a escolha da profissão de jornalista por parte de

⁴⁴ Entrevista de Luís Nassif concedida à autora em São Paulo em 26 de março de 2007.

jovens engajados politicamente. Dessa forma, o jornalismo acabava sendo não só uma profissão, mas um canal de ação política. Dentro das redações, boa parte desses jovens engajados optou por trabalhar nas editorias de economia, criadas durante a ditadura militar. Afinal, na visão desses militantes de esquerda, influenciados pelo marxismo e pela linha de atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), as explicações econômicas superavam todas as demais.⁴⁵

1.2.1 O fortalecimento da economia e dos economistas

Na trajetória de mudanças ocorridas durante o regime militar, os economistas passaram a ter o papel e o espaço que antes eram dados à política e aos políticos. Os militares, em nome da eficiência econômica e da competência técnica, deram aos economistas os cargos de direção nos órgãos públicos, nos quais eles exerceram o poder de definir as políticas públicas e as orientações básicas para o desenvolvimento brasileiro. Eles atuaram praticamente como dirigentes políticos, mas sem as obrigações exigidas de um representante detentor de mandato eleitoral, pois não precisavam prestar contas de seus atos a um partido ou ao eleitorado (ABREU, 2001, p. 2).

Ao estudar como e por que os economistas se tornaram atores políticos importantes para o país, Maria Rita Loureiro (1997) parte do pressuposto que a posição deles como dirigentes políticos no Brasil não é um produto “natural”, decorrente do intervencionismo e da regulação econômica que caracterizam o Estado no período contemporâneo. Mas é resultado de uma combinação complexa de fatores: passa pela estrutura de poder e pelas formas de organização do aparato governamental e inclui os vínculos entre os meios acadêmicos (responsáveis pela formação da elite dirigente) e o governo. “O segmento específico das elites dirigentes no Brasil é aquele que se identifica e se legitima não pela representação partidária e eleitoral e sim pela competência técnico-científica” (LOUREIRO, 1997, p.49).

Vários fatores respondem pelo crescimento da autoridade e da influência dos economistas. Em primeiro lugar, uma espécie de síndrome de crise econômica motivou, desde a depressão dos anos 1930, a ascensão dos economistas, vistos como os portadores de instrumentos capazes de produzir resultados práticos na economia e de elaborar planos para o futuro. Em segundo lugar, o papel central desempenhado pelos problemas

⁴⁵ Voltaremos à questão do engajamento por parte dos jornalistas no próximo capítulo, que aborda o perfil do profissional dessa editoria.

econômicos tem convertido em processo contagioso a participação deles no governo. A presença de economistas em um ministério, especialmente naquele mais estrategicamente localizado no centro do processo decisório, garante freqüentemente a rápida proliferação desses profissionais por todos os lados. O papel que ocupam no governo tem mais a ver com a necessidade de legitimação política do que propriamente com determinações de eficiência (*ibid.*, p. 3-4).

Os economistas têm participado ativamente de órgãos governamentais e influenciado de modo marcante as decisões políticas no Brasil. O processo costuma ser relacionado, com razão, à tendência mais ampla de regulação e intervenção estatal na economia, predominante na maioria dos países capitalistas a partir da II Guerra Mundial. Como, até a depressão dos anos 1930, o Estado não intervinha e apenas garantia a operação do mercado, não existia razão para que interesses privados procurassem controlar o Estado. Quando ocorreu a revolução keynesiana, o Estado adquiriu a capacidade de administrar/intervir na economia e esse processo o tornou potencialmente mais fraco e suscetível às pressões sociais (*ibid.*, p.2-6).⁴⁶

O estudo de Loureiro (1997) mostra que o processo de formação da competência específica do economista e de sua identidade como segmento da elite dirigente no Brasil desenrolou-se não apenas no âmbito acadêmico das escolas de economia. Desenvolveu-se, sobretudo, nos órgãos governamentais e nas instituições de pesquisa aplicada e, ainda, no bojo das lutas político-ideológicas que atravessaram as décadas de 1930 a 1960 no país. A consolidação dos cursos universitários foi longa e difícil e ocorreu nos anos 1970, com os cursos de pós-graduação.

⁴⁶ Keynesianismo é uma modalidade de intervenção do Estado na vida econômica, que prega a adoção, no todo ou em parte, das políticas sugeridas na principal obra de John Maynard Keynes (1883-1946): *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936). A busca de Keynes era solucionar o problema do desemprego pela intervenção estatal, desencorajando o entesouramento em proveito das despesas produtivas, por meio da redução da taxa de juros e do incremento dos investimentos públicos. As propostas da “revolução keynesiana” foram feitas no momento em que a economia mundial sofria o impacto da Grande Depressão, que se estendeu por toda a década de 1930 até o início da II Guerra Mundial. Suas idéias influenciaram alguns pontos do *New Deal*, o programa de recuperação econômica de Franklin D. Roosevelt (1933-1939). Keynes afirmou que o nível de emprego não dependia do nível de salários, mas sim de outras variáveis, como a capacidade de consumo e investimento. Para ele, a Depressão de 1929 produziu-se por uma diminuição da demanda e, para aumentá-la, o que deveria ser feito era colocar mais dinheiro em circulação, aumentando o poder de compra dos trabalhadores. De fato, sob o estímulo de grandes despesas governamentais, impostas pelo conflito mundial, a crise do desemprego deu lugar à escassez de mão-de-obra na maioria dos países capitalistas. Para a maioria dos economistas, era a comprovação da eficácia das propostas keynesianas. Surgiu a convicção de que o capitalismo poderia ser salvo, desde que os governos soubessem fazer uso de seu poder de cobrar impostos, reduzir juros, contrair empréstimos e gastar dinheiro. Após 1945, essa teoria se converteu em ortodoxia, tanto para economistas quanto para políticos. Ela lançou raízes principalmente nos EUA, temerosos de que o regresso dos veteranos de guerra pudesse provocar nova depressão. No período imediatamente posterior à guerra, a política econômica e uma parcela dos trabalhos teóricos dos keynesianos centraram-se no problema da manutenção do pleno emprego. Foi a doutrina econômica mais difundida no sistema capitalista no século XX; as políticas keynesianas foram de uso geral na Europa ocidental entre 1945 e 1973 (SANDRONI, 2005, p.456-457; ALONSO, 2000, p. 246).

O conhecimento econômico se transformou em recurso político e, em suas dimensões tanto teóricas quanto instrumentais, não é consensual, mas objeto de disputas entre diferentes grupos de economistas. Salienta-se o papel que as agências – como conselhos técnicos do primeiro governo Vargas, as comissões econômicas internacionais, como a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal)⁴⁷, os grupos executivos do governo Kubitschek e órgãos como o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), o chamado “superministério” (que controlou o orçamento governamental durante todo o Estado Novo), a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc)⁴⁸ ou o BNDE desempenharam na formação do campo dos economistas no Brasil. Constituíram, ao longo dos anos 1930-1950, espaço privilegiado de decisão, apropriado pelos técnicos. Também se notabilizaram como escolas práticas de formação econômica e competência prática diferenciada para engenheiros, advogados e outros altos funcionários (*ibid.*, p.24 e 27-28).

Bielchowsky (1988), citado por Loureiro (*ibid.*, p.28), ao analisar o pensamento econômico brasileiro no período 1945-64, indica que o desenvolvimentismo, isto é, “o projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio do planejamento e do apoio decisivo do Estado”, mobilizou os autores mais importantes do período e produziu cinco diferentes correntes de idéias. A neoliberal, liderada por Eugênio Gudín e Octávio Gouvêa de Bulhões, opunha-se frontalmente aos desenvolvimentistas. A teoria do desenvolvimento tinha três variantes: a do setor privado, representada por Roberto Simonsen; a do setor público não-nacionalista, representada por Roberto Campos; e a do setor público nacionalista, liderada por Celso Furtado. Havia também a corrente socialista, liderada por Ignácio Rangel.

O espaço social dos técnicos-economistas organizou-se, desde seus primórdios, mediante inúmeras disputas: dos técnicos com outros agentes políticos, especialmente parlamentares e representantes patronais; entre diferentes segmentos da burocracia econômica, como as divergências, por exemplo, entre grupos do Banco do Brasil e do Ministério da Fazenda, em torno da criação do Banco Central; e ainda lutas internas entre diferentes grupos de economistas.

⁴⁷ Órgão da ONU criado em 1948 e sediado em Santiago do Chile.

⁴⁸ Órgão criado em 1945, junto com o Banco do Brasil (BB), com atuação importante na área monetária e cambial. Antes da criação do BC, o papel de autoridade monetária era desempenhado pela Sumoc, pelo BB e pelo Tesouro Nacional. O BC, autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional, foi criado em 31/12/64, com a promulgação da Lei nº 4.595.

Foi durante o regime militar que essa categoria se fortaleceu, inclusive com a melhoria dos cursos de formação específica.⁴⁹ A partir de meados dos anos 1960, a expansão de postos para economistas nos três níveis de governo, sobretudo nas agências de planejamento e desenvolvimento econômico, então criadas, tornou mais clara a situação de crise e de deficiência do sistema de ensino acadêmico. Daí surgirem várias propostas de reformulação de cursos e currículos. A Faculdade de Economia da USP, que havia sido criada em 1946, por exemplo, passou por intenso processo de reforma curricular (LOUREIRO, 1997, p.62).

A partir dos anos 1970, os cursos superiores tornaram-se o principal meio de formação de economistas e de quadros dirigentes para essa área. Concentravam-se nas faculdades de economia e, em particular, nos cursos de pós-graduação. Jovens de extração social mais elevada, inclusive, começaram a cursar graduação em economia. Isso se deveu a mudanças que reforçaram a identidade social do economista e, conseqüentemente, deram maior prestígio à profissão. As primeiras gerações desses profissionais, conforme registra Loureiro, eram formadas predominantemente por engenheiros ou advogados, que, interessados em assuntos econômicos por força da sua prática profissional, estudaram ciência econômica, seja como autodidatas (Eugênio Gudín e Roberto Simonsen), seja em cursos de especialização ou pós-graduação no exterior (Bulhões, Roberto Campos e Celso Furtado).

Muitas e novas categorias profissionais – administradores, publicitários, arquitetos, psicólogos – surgiram ou se desenvolveram a partir dos anos 60, graças à expansão e à

⁴⁹ Os primeiros cursos superiores de economia no Brasil foram criados nos anos 1940. Antes disso, o ensino dessa área se restringia a algumas poucas disciplinas destinadas à formação de cultura geral nos cursos de direito e engenharia, e ainda a uma das dimensões ou desdobramentos do ensino comercial profissionalizante. Como se sabe, as transformações políticas ocorridas no Brasil, nos anos 1930, tiveram importante repercussão nos meios intelectuais, já em efervescência desde a década anterior, ativando os debates em torno da criação de projetos de universidades no país, tidas como necessárias à formação de uma nova elite dirigente encarregada de levar avante a tarefa de modernização do Estado. O primeiro projeto de criação de uma faculdade de economia nasceu com a reforma de Francisco Campos, em 1931, que pretendia criar uma faculdade de ciências políticas e econômicas no Rio de Janeiro. Ela nunca chegou a ser criada com tal nome e foi objeto de muita disputa entre diferentes grupos de interesse. Havia, por um lado, os egressos das escolas de nível secundário de comércio e contabilidade e das faculdades privadas de ciências econômicas, que viam na nova faculdade a oportunidade de obter status universitário para seus cursos e, ao mesmo tempo, angariar o reconhecimento social para sua profissão. Para outros, ela deveria ser um núcleo de formação de quadros dirigentes, a fim de suprir as necessidades de modernização do Estado brasileiro. Eugênio Gudín e Octávio Gouvêa de Bulhões foram os principais representantes dos grupos ligados a essa orientação, que acabou definindo o projeto vitorioso em 1945, quando finalmente se criou a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil. Seu corpo docente foi recrutado entre estudiosos autodidatas (alguns dos quais já lecionavam na antiga Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, criada em 1938) e que se envolviam com os problemas práticos da gestão da economia nos diversos organismos governamentais criados no governo Vargas. Durante os anos 1940 e 1950, a formação de quadros de gestão econômica ocorria predominantemente em organismos do governo. Eram as chamadas “escolas práticas de saber econômico”, como a Sumoc e o BNDE. Ocorria também em centros de pesquisas econômicas aplicadas, como o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV, e ainda em agências internacionais. Até essa época, as escolas de economia pautavam-se, em geral, por um ensino de má qualidade, além de pouco adequado às demandas do mercado de trabalho (LOUREIRO, 1997, p.34-37 e 61-62).

diversificação do ensino superior e à ampla modernização da sociedade brasileira no período. Mas os economistas estão entre os que se beneficiaram com as transformações no sistema político e no aparato governamental, derivadas do Golpe Militar de 1964, em termos de expansão do mercado de trabalho e de elevação do prestígio profissional (LOUREIRO, 1997, p.62).

Com a reforma educacional do governo militar, em 1968, o sistema de ensino superior no Brasil sofreu modificações substanciais. Além da criação de novos cursos, os contingentes educacionais cresceram enormemente. Na área específica das ciências econômicas, em 1968, havia 84 escolas e cerca de 17 mil alunos matriculados em cursos de graduação no Brasil. Em 1980, o número de escolas subiu para 129 e as matrículas ultrapassaram 62 mil, segundo estatísticas do Ministério da Educação (*ibid.*, p.64).⁵⁰

As disputas entre monetaristas e estruturalistas constituíram um campo de lutas específico dos economistas. Loureiro explica que os monetaristas se organizaram, principalmente, em torno da Fundação Getúlio Vargas (FGV) – instituição criada em 1944, a partir de iniciativa de altos funcionários do primeiro governo Vargas. O objetivo era a formação dos quadros necessários à modernização do Estado. A FGV manteve, assim, desde sua criação, estreita vinculação com o governo. O Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV constituiu durante várias décadas o pólo mais importante de produção do conhecimento e o espaço onde a economia assumiu sua dimensão prática, afirmando-se como requisito básico de competência para a condução de políticas econômicas no país.⁵¹

O grupo “estruturalista” se originou a partir da Cepal, que teve, no Brasil, Celso Furtado como principal representante. Nos anos 1950, houve discordâncias entre o grupo da Cepal e da FGV. O pessoal da FGV já estava constituído (teoricamente identificado com orientações neoclássicas) e havia se consolidado ao longo de um trabalho de vários anos, efetuado nas escolas de economia e no Ibre. Esse grupo assentava sua visibilidade não só na publicação de revistas especializadas, mas também em matérias veiculadas por

⁵⁰ Na área de economia, existem pelo menos 15 centros de pós-graduação, que recebem, em seu conjunto, uma média anual superior a 500 candidatos, para o concurso nacional de seleção de nível de mestrado coordenado pela Associação Nacional de Pós-graduação em Economia (Anpec), o curso da PUC e o da UFRJ; em São Paulo, há o curso da Faculdade de Economia da USP (FEA/USP) e o do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, a IE/Unicamp (*ibid.*, p.64).

⁵¹ Cabe destaque para o trabalho de elaboração das contas nacionais e para elaboração de índices de preços, trabalho inédito e pioneiro que permitiu, por exemplo, o estabelecimento, anos mais tarde, do mecanismo de correção monetária. O grupo que construiu o Ibre formou-se ao longo de vários anos, com extensa rede de relações nos órgãos governamentais, nas instituições de ensino e nos meios empresariais. Gudín e Bulhões criaram o Ibre e o dirigiram por décadas. O sucesso do empreendimento institucional desse grupo pode ser associado também às características sociais que o particularizavam. Grande parte de seus membros nasceu no Rio de Janeiro, em famílias de extração social elevada: burguesia comercial, altos funcionários do governo, oficiais militares, profissionais liberais, etc. Predominavam entre eles os estudos de engenharia ou mesmo de ciências econômicas (*ibid.*, p.38-43).

jornais e revistas. Já os membros da Cepal, participavam de uma instituição nova, que pretendia afirmar sua identidade latino-americana e marcar sua posição de autonomia frente aos EUA. Eram, em geral, jovens saídos das escolas de direito, economia ou ciências sociais de diversos países da América Latina, alguns com estudos em instituições norte-americanas.

Foi no bojo dos debates que o grupo cepalino denominou “monetaristas”⁵² os membros da FGV, na medida em que privilegiavam os fatores monetários na análise das causas da inflação, e chamaram a si próprios de “estruturalistas”, porque procuravam apreender os determinantes estruturais do processo inflacionário. Diferentemente dos monetaristas, os membros desse grupo tinham vínculos menos orgânicos e institucionalizados (LOUREIRO, 1997, p.45-46).⁵³

O que se observa é que a instalação dos programas de pós-graduação, a expansão dos cursos de economia e do número de alunos, o crescimento da produção acadêmica, o desenvolvimento de um quadro institucional de pesquisa e, inclusive, a criação de novas revistas especializadas são componentes de um mesmo e mais amplo processo, que se pode definir como modernização (internacionalização ou “americanização”) da ciência econômica no Brasil.

Os dados indicam que, apesar das transformações ocorridas nas últimas décadas no campo dos economistas e também da modernização da ciência econômica no Brasil, antigas oposições (estruturalistas versus monetaristas ou ortodoxos versus heterodoxos), que organizavam o espaço social nos anos 1950-1960, ainda permanecem. Observa-se que a internacionalização da ciência econômica teve como impacto profissional mais significativo o reforço da polarização já existente nos meios acadêmicos de formação dos economistas brasileiros. Conseqüentemente, gerou diferenças importantes nas práticas e estratégias profissionais (LOUREIRO, 1997, p.70).

⁵² Monetarismo é a escola econômica que sustenta a possibilidade de manter a estabilidade de uma economia capitalista recorrendo-se apenas a medidas monetárias, baseadas nas forças espontâneas do mercado e destinadas a controlar o volume de moedas e de outros meios de pagamento no mercado financeiro. Para tanto, sugerem-se inúmeras políticas. Por exemplo, o governo pode comprar ou vender letras de câmbio oficiais, diminuindo ou aumentando o volume de crédito no mercado financeiro. Pode aumentar ou diminuir a taxa de juros cobrada pelos bancos oficiais para empréstimos aos bancos privados, que os repassam ao setor particular, e a parcela dos depósitos que os bancos privados são obrigados a manter sob guarda do BC. O norte-americano Milton Friedman, expoente da Escola de Chicago, é visto como o principal teórico dessa escola. De acordo com ele, devem-se explicar as variações da atividade econômica pelas variações da oferta de dinheiro, e não pelas de investimento. Assim, os monetaristas consideram inútil e prejudicial a intervenção do Estado na expansão do desenvolvimento econômico, por meio de despesas de investimento. Ao contrário, deve-se apenas dirigir cientificamente a evolução da massa de dinheiro em circulação para obter o crescimento e a estabilidade econômica: a inflação e outros fenômenos teriam raízes puramente monetárias (SANDRONI, 2005, p.572).

⁵³ Os principais membros da Cepal eram filhos de famílias da elite nordestina que migraram para o Rio de Janeiro, nos anos 1930 e 1940 em busca de novas oportunidades de carreira, concretizadas em órgãos do governo. A maioria era diplomada em direito ou em outros estudos humanísticos (como sociologia) e não teve formação regular em economia, à exceção de Celso Furtado, que frequentou curso de economia política na França e na Inglaterra, nos anos 1940 e 1950, depois de se formar em direito no Rio (*ibid.*, p.45-47).

De um lado, encontra-se a Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da FGV que, continuando a seguir as mesmas orientações básicas da FGV, é considerada, mesmo hoje, a versão monetarista mais ortodoxa. Seus membros valorizam muito a modelização matemática e o instrumental econométrico. No mesmo lado, está a PUC-Rio, constituída por antigos alunos e professores dissidentes da EPGE e por egressos de outras universidades (UFRJ e UnB). Dando grande ênfase à modelização matemática, conforme já mencionado, esses dois centros constituem o pólo mais internacionalizado, isto é, mais integrado ao *mainstream* atual. Basta observar que 80% dos professores da EPGE e 82% dos da PUC se formaram nos EUA. Esse pólo pode ser denominado “privatista” por serem instituições privadas, valorizarem teoricamente o papel do mercado no sistema econômico e estabelecerem laços estreitos com empresas privadas, particularmente bancos, onde seus representantes prestam consultoria (*ibid.*, p.70 e p.76).

Do outro lado, os cursos da Unicamp e da UFRJ, criados por ex-discípulos da Cepal, permaneceram ligados àquelas questões definidas como estruturais. Seus estudos são desenvolvidos em linguagem pouco formalizada matematicamente e valorizam a abordagem histórica e sociopolítica dos processos econômicos. Esse pólo menos internacionalizado pode ser definido como “estatista”, porque seus membros, além de trabalharem em universidades públicas e desenvolverem outras atividades profissionais – em geral, em agências governamentais e empresas públicas –, enfatizam, em seus trabalhos, os aspectos políticos da economia e, sobretudo, são mais críticos quanto às orientações neoliberais, que acreditam na eficiência do mercado para a alocação dos recursos e a distribuição da riqueza (LOUREIRO, 1997, p.77).

Finalmente, entre os dois extremos, encontra-se o curso de pós-graduação da USP, que é maior em número de professores. A Faculdade de Economia da USP (FEA/USP) representa o pólo intermediário, porque se manifesta também em orientações teóricas mais pluralistas e em práticas de consultoria mais heterogêneas por parte de seus membros, tanto no setor financeiro quanto em indústrias, organismos sindicais e agências públicas.

A participação dos economistas no governo cresceu enormemente a partir do regime militar. A intensificação da centralização política, a hipertrofia do Poder Executivo e de seus braços de controle econômico e, ainda, a necessidade de legitimação do autoritarismo por meio da eficiência econômica fizeram aumentar o número de postos de governo praticamente monopolizados por eles. A partir de 1964, dez entre 18 ministros da Fazenda eram economistas; desde 1963, quando foi criada a Secretaria (ou Ministério) do Planejamento, seis entre sete ministros também o eram (*ibid.*, p.84).

Afora os cargos correspondentes em nível estadual e municipal (secretários estaduais da Fazenda e do Planejamento), podem-se aduzir muitos outros que costumam ser monopolizados por economistas. Estão, nesse caso, os de secretário-geral (vice-ministro), os de assessores e secretários especiais daqueles e de outros ministérios, os de presidente e diretores do BC e do BNDES. E, ainda, a direção de órgãos como o IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Deve-se ressaltar que a “cultura” de valorização da economia e dos economistas, no país, consolidada durante a ditadura, acabou se estendendo também aos jornais – bem como ao jornalismo e aos jornalistas dessa área⁵⁴. Os repórteres dessa editoria continuaram a desfrutar de grande prestígio nas redações e o noticiário econômico permaneceu ocupando importantes espaços na imprensa, inclusive com aumento do número de páginas dos cadernos dedicados aos temas desse campo (ABREU, 2003, p. 64).

Pesquisas por amostragem demonstram que, entre 1968 e 1988, o espaço dedicado à economia pelos três principais jornais de São Paulo cresceu continuamente de 1,5 página diária em média para 6,5 páginas, à custa das demais áreas de cobertura. Um quinto das manchetes foi dedicado aos assuntos econômicos e os nomes dos ministros de economia tornaram-se mais populares e mais citados do que os dos presidentes (KUCINSKI, 2000, p. 16).⁵⁵

O modelo de desenvolvimento econômico adotado no Brasil a partir do final dos anos 1960 também abriu espaço para o aparecimento e desenvolvimento de um grande número de boletins (*news letters*) e revistas especializadas em economia (QUINTÃO, 1987, p. 83).

Para os militares, as editorias de economia representavam um espaço de menor risco porque as informações eram basicamente sobre o setor público, e os dados e índices eram oficiais, fornecidos pelo BNDE, pelo CMN, pela Associação Comercial, pelas Federações das Indústrias, e, fundamentalmente, pelo Ministério da Fazenda (ABREU, 2001, p. 3).

Esse jornalismo acabou sendo utilizado como instrumento de divulgação da política econômica do regime militar, que buscava se legitimar, diante dos governados, pela racionalidade da administração econômica – no governo Castelo Branco (gestão dos

⁵⁴ Voltaremos a abordar a questão dos economistas e sua participação no noticiário no último capítulo, após analisarmos o papel deles como fontes ao longo dos planos econômicos.

⁵⁵ Abreu (2003, p. 26), citando uma pesquisa realizada por Scavone, Belloni & Garbayo (1975), afirma que houve diminuição relativa das notícias de política nacional em benefício das notícias internacionais e econômicas, verificadas por meio de análise de conteúdo das matérias divulgadas na primeira página de dois jornais – o *Jornal do Brasil* e *Última Hora* – no período 1960-1971.

ministros Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões) – e pela eficácia da economia e pelo desenvolvimento – durante os governos dos generais Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici (gestão do ministro Delfim Neto).

Era importante que a imprensa divulgasse conquistas e avanços, já que a economia se tornara a moeda de legitimação de um regime sem legitimidade política. Não foi por acaso que, nos anos 1970, os jornais de maior prestígio e circulação no país criaram ou consolidaram suas editorias dedicadas a essa área (ABREU, 2003, p.25).

O noticiário econômico era originário do Rio de Janeiro porque ali ficavam os ministérios da Fazenda e do Planejamento e os principais órgãos estatais. Mas a censura atingia todos os setores dos jornais, alguns com mais intensidade que outros.

A modernização dos meios de comunicação foi, para os militares, parte de uma estratégia política ligada à ideologia de segurança nacional. A implantação de um sistema de informação capaz de “integrar” o país compunha um projeto em que o Estado era entendido como o centro irradiador de todas as atividades fundamentais no campo político. Para concretização desse projeto, eles estimularam a formação de grandes redes, o que exigiu grandes investimentos. Foi nesse período que surgiram os oligopólios da informação, formados com recursos obtidos junto ao governo. Nos anos do regime militar, a imprensa, o rádio e televisão já dependiam fundamentalmente da publicidade para sobreviver e os maiores anunciantes eram as empresas estatais e instituições governamentais (ABREU, 2003, p.23).

Um dos símbolos desse projeto foi a criação, em setembro de 1965, da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), que deu início à instalação da rede básica de telecomunicações, implantando os sistemas de microondas em visibilidades e em tropodifusão na Amazônia (nesse caso ainda não era possível a transmissão de televisão, que só chegaria à região em 1975). Em 1965, foi também criado o Ministério das Comunicações e, em 1972, a Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás), empresa pública federal responsável pela coordenação dos serviços dessa área em todo o território nacional (ABREU & LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 73).⁵⁶

Se, por um lado, os militares censuravam a imprensa e interferiam no conteúdo da informação, por outro, passaram a canalizar para a mídia grande massa de recursos, mediante financiamento e publicidade oficial, que beneficiaram os empresários da mídia.

⁵⁶ A criação da Embratel, com um plano de estações repetidoras e canais de microondas, permitiria a formação e a consolidação das redes de TV no país. Embora o Brasil tivesse entrado na era da televisão em 1950, só a partir da década de 1970 a TV se tornaria um veículo de comunicação de massa. Foi com a entrada no mercado da *TV Globo*, em 1965, que ocorreu a grande transformação da TV no país – é quando ela se torna uma grande empresa capitalista (ABREU & LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 73).

Por meio do Grupo Executivo da Indústria de Papel e Artes Gráficas (Geipag), vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio e que tinha por objetivo analisar e aprovar os pedidos de importação de equipamentos gráficos, foram dadas facilidades para a obtenção de empréstimos em bancos oficiais e para a compra de equipamentos, o que permitiu a modernização das redações. Foram concedidos também financiamentos para a construção de novos prédios, necessários para abrigar novas máquinas e permitir a expansão das redações (*ibid.*, 74).

Com relação à publicidade dos órgãos oficiais, é importante lembrar que aproximadamente 30% das receitas dos jornais eram obtidos dos clientes oficiais, o que significava uma dependência econômica considerável do Estado. Os proprietários dos meios de comunicação se submeteram à censura, em grande parte, devido a essa dependência, o que funcionou como amortecedor de uma possível oposição. Mas não se formavam alianças entre os vários proprietários dos meios nem entre eles e os jornalistas (*ibid.*, p. 75).

O jornalismo de economia atingiu a maioria, durante o regime militar, não apenas devido à modernização da economia e à censura ao noticiário político, como também por causa de novas necessidades e aspirações da classe média em ascensão, ávida por informações sobre opções de aplicações, investimentos e outros serviços, bem como por proteção contra o surto inflacionário que surgiu na esteira da decadência do “milagre” e trouxe de volta a realidade corrosiva do início dos anos 1960 (RESENDE, 2005, p. 9).

1.3 A passagem para a “Nova República”

O que mudou no jornalismo com o advento da chamada Nova República? O restabelecimento da democracia na segunda metade dos anos 1980 trouxe modificações sensíveis para o jornalismo brasileiro, a começar pelo fim da censura – e de parte da autocensura.

Depois de 15 anos de permanência dos militares no poder, o período relativamente curto entre 1979-1985 incluiu numerosos acontecimentos relevantes para o país, entre eles: a abertura política; a campanha pelas eleições diretas para presidente; a derrota da emenda pelas “Diretas-já” no Colégio Eleitoral; a eleição de Tancredo Neves, seu adoecimento e morte; e a posse do vice-presidente José Sarney no cargo de presidente da República.

O Brasil, nos últimos anos da década de 1970, passou por um processo que ficou conhecido como abertura ou distensão. Diferentes projetos pela redemocratização buscavam hegemonia na sociedade. Estudantes, sindicalistas, entidades de classe e outros grupos organizados criaram novos espaços de participação (REIS FILHO, 2002, p.69).⁵⁷

Mesmo entre os militares, havia grupos que discordavam da proposta de abertura “lenta, gradual e segura” do general Ernesto Geisel, presidente entre 1974 e 1979, mas havia também os que estimulavam esse processo. E as propostas de grande parte da sociedade civil mais atuante, ainda que com dificuldades, convergiram com as idéias centrais do grupo que detinha o poder entre os militares (FORTES, 2004, p.20).

Há controvérsias por parte de pesquisadores acerca do momento em que teria terminado o regime militar. Para o historiador Daniel Aarão Reis Filho (2002, p.11), o marco foi o ano de 1979, com a revogação dos atos institucionais e a lei de anistia. A partir daí, abriu-se um período de transição, até 1988, quando a aprovação de uma nova Constituição restabeleceu as condições de um pleno estado de direito no país. Para ele, “da ditadura fez-se democracia” no período 1979-1988, dentro do qual se encontra o período de vigência do Plano Cruzado⁵⁸.

O jornalista Bernardo Kucinski (2001, p. 133-139) registra que foi a greve do ABC paulista, em 1980, que marcou o começo do fim do regime militar. Ele cita que, ao todo, a transição “lenta, gradual e segura” foi a mais lenta de todas as transições das ditaduras latino-americanas dos anos 1960. Levou 15 anos para ser completada, desde sua primeira formulação, em fins de 1973. Foi também, de fato, a mais gradual, a mais segura. Apesar de alguns momentos de risco, como o das greves dos metalúrgicos e da campanha das Diretas-Já, as elites dominantes e seus aliados militares nunca perderam o controle do processo de abertura, que “reafirmou a tradição política brasileira da conciliação entre as elites”.

Outros autores, no entanto, apontam 1985 como o marco do fim do regime ditatorial, pois, no mês de março, um general deu lugar a um civil na presidência. Essa é a posição, por exemplo, das historiadoras Sônia Regina de Mendonça e Virgínia Maria Fontes (1994, p. 5), que registram esse como o ano que assinalou, em teoria, a tão propalada “transição democrática”, no sentido de restauração da ordem institucional e retorno dos militares aos quartéis.

⁵⁷ Além das organizações políticas e das diversas formas de resistência (armada e cultural, entre outras), destacaram-se, como espaços de convergência da sociedade organizada, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Igreja Católica, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entre outros (CARVALHO, 2002, p.185-186).

⁵⁸ O Plano Cruzado e a cobertura jornalística do período serão abordados no capítulo 3.

No plano político, o ano de 1980 foi marcado pelo fim do bipartidarismo e a fundação de diversos partidos, tanto novos, como o dos Trabalhadores (PT) e o Democrático Trabalhista (PDT), como oriundos dos dois partidos do período militar – Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Aliança Renovadora Nacional (ARENA) –, casos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido Democrático Social (PDS). Outros que existiam antes da ditadura retomaram suas atividades, por exemplo, o Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Socialista Brasileiro (PSB).

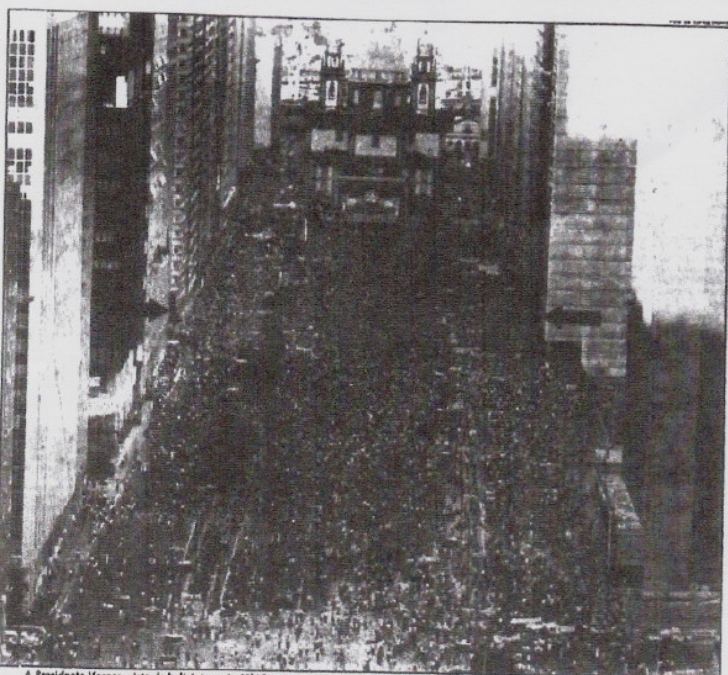
O clima de repressão da ditadura tornou o ambiente pouco propício para a existência de movimentos sociais (ou “populares”), que acabariam aflorando ao longo da década de 1980. Não seria correto dizer que o regime militar os bloqueou, mas que conteve sua emergência, pois, por prudência, atuavam de forma discreta ou mesmo semi-clandestina (FORTES, 2004, p.21). Nessa fase, com o crescimento da insegurança social, eles foram se dedicando à promoção dos direitos sociais e econômicos dos setores pobres da população.

Esses movimentos sociais ganharam força com o aumento da participação de novos setores da sociedade. O contexto foi marcado pela ascensão, desenvolvimento e afirmação de diversas formas de participação da sociedade civil. Um exemplo: em 1984, foi fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), atualmente um dos mais importantes do país.

Esse período foi marcado, também, por uma crescente participação da sociedade civil na vida política nacional. Não se tratava apenas do envolvimento de um número maior de pessoas. Disseminava-se a idéia de que cabia aos brasileiros participar do processo de decisão política – e, efetivamente, passava-se a acreditar que era possível influenciá-lo (NEVES, 1989). Tratava-se de uma conjuntura em que ser cidadão passara a significar o engajamento na vida política da sociedade.

O auge desse período, marcado pelo aumento da mobilização popular, foi a campanha pelas eleições diretas para a presidência, em 1984. Ela foi, sem dúvida, a maior mobilização popular da história do país, se medida pelo número de pessoas que, nas capitais e nas maiores cidades, saíram às ruas (CARVALHO, 2002, p. 188). O movimento “Diretas-já” mobilizou boa parte do país entre o fim de 1983 e o início de 1984 (*Ver ilustrações 1 e 2*).⁵⁹

⁵⁹ O movimento da esfera civil, endossado pelo PMDB, para restaurar a eleição presidencial em 1985, que ficou conhecido como “Diretas-Já”, tinha o apoio do clero católico e logo se tornou uma entusiástica mobilização com comícios regionais que alcançaram 500 mil pessoas no Rio e um milhão em São Paulo (SKIDMORE, 2003, p. 260).



A Presidente Vargas, vista de helicóptero, às 17h15m. A maior concentração de pessoas está pouco adiante da Rua Uruguaiana (essimolada)

Para o BB, juros altos não deixam Brasil se recuperar

O Presidente do Banco do Brasil, Osvaldo Culin, disse ontem em Brasília que a elevação das taxas internacionais de juros terá reflexos negativos sobre o

processo de recuperação da economia brasileira. Em Washington, o Ministro da Fazenda, Euzébio de Almeida, vai exigir que o Fundo Monetário Internacional

exerça fiscalização mais sobre a política de financiamento do déficit fiscal americano.

Página 10

Acordo adia aumento da gasolina e do álcool

Página 14

Governo punirá farmácia que não tiver tabela

As farmácias de todo o País terão 15 dias para colocar à disposição de seus clientes a lista de preços que será divulgada no "Diário Oficial" de segunda-feira. Depois desse prazo serão punidas pelo Sumb as que não cumprirem a medida, informou ontem o Secretário Especial de Abastecimento e Preços, José

Milton Dallari. O Secretário recomendou aos consumidores que, após o dia 25, denunciem à Sumb qualquer irregularidade praticada por farmácias. No Rio, nenhum dos estabelecimentos procurados ontem pelo GLOBO tinha a tabela e os preços variavam de uma farmácia para outra.

Página 16



Um carro para matar um Ministro

Um agente de segurança atira contra o automóvel que um jovem tentou ontem jogar sobre a cuniviv a do Ministro da Defesa da França, Charles Hernu (na foto, à direita, segurando-se do veículo), na Base de Pranczazal,

na cidade de Toulouse. Hernu assistiu aos lanceiros dos nove soldados franceses que morreram sábado passado no Chade e o jovem foi identificado como Laurent Nehal, de 25 anos, irmão de um dos mortos. Ao ser

atingido pelo tiro do agente de segurança, o agressor desviou seu automóvel, derrubando alguns dos nove atiradores alinhados no pátio de honra da base, e agora está internado em estado grave.

Página 15

Emenda deve chegar ao Congresso segunda

O Líder do PDS na Câmara, Deputado Nelson Marchezan, disse ontem que a emenda constitucional que o Governo pretende enviar ao Legislativo poderá incluir o restabelecimento do voto secreto na apreciação, pelo Congresso, dos vetos do Executivo. A emenda deverá chegar ao Congresso segunda-feira, assim que o Presidente Figueiredo regressar ao País.

Página 2

Adoção por estrangeiros

As denúncias sobre o suposto tráfico de bebês para o exterior revelam a existência de preconceitos xenofóbicos e sem sentido prático.

Editorial, página 4

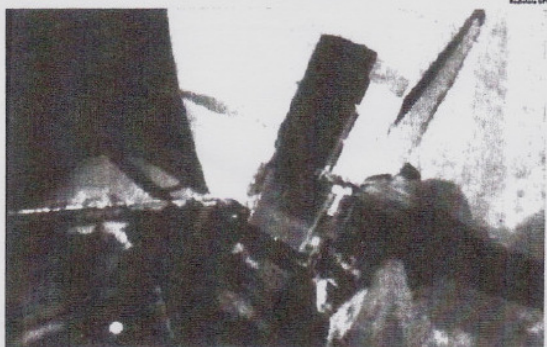
Alfonsín alerta para 'libanização' da Argentina

Página 14

Challenger resgata satélite avariado

Os tripulantes do ônibus espacial Challenger conseguiram ontem resgatar o satélite Solar Max e, hoje, tentarão consertá-lo no compartimento de carga da nave, para recolô-lo em órbita. Depois da primeira tentativa frustrada, domingo passado, ontem o Challenger aproximou-se do satélite de observação solar avariado e, com o braço mecânico computadorizado, recolheu-o suavemente. Caso não seja possível realizar o primeiro conserto no espaço sideral, o satélite será trazido de volta para reparos em terra.

Página 15



O Solar Max no compartimento de carga do Challenger, onde hoje será feita a tentativa de conserto

Inamps diz quanto deu para plano no Estado

O Superintendente Regional do Inamps, Nildo Aguiar, revelou ontem que o órgão destinou ao Estado e ao Município, no primeiro trimestre deste ano, respectivamente Cr\$ 1,36 bilhão e Cr\$ 1,30 bilhão, através do Plano de Co-gestão do Conselho Consultivo da Administração de Saúde Previdenciária (Conasp). Comentou que, de acordo com o plano, o Governo do Estado terá que participar com verba de igual valor, mas não sabe se isso já ocorreu. Cerca de 30 médicos tiveram manifestação em frente ao Inamps pedindo a nomeação de concursados.

Página 6

Aposentadoria especial não muda

O Ministro da Previdência, Jarbas Passarinho, garantiu ontem que o limite de idade a ser estabelecido para aposentadorias por tempo de serviço não será exigido de segurados que exerçam atividades especiais, como professores, mineiros, jornalistas e gráficos.

Página 8

Motorista detém 4 ladrões de banco

Quatro ladrões que roubaram ontem Cr\$ 10 milhões de um posto bancário dentro da Refinaria Duque de Caxias foram presos graças à audácia do motorista de uma carreta: ele lançou seu veículo seguidas vezes contra o dos bandidos, impedindo que fugissem.

Página 9

PRECISEM E INEMPAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Cr\$ 300,00

Classificados: 26 páginas
Arredondados: 54 páginas

O tempo no Rio de Janeiro é normal, mas a temperatura máxima de ontem, 28 graus em Jacarepaguá, atingiu 14 graus acima da média. Página 11

A campanha teve participação e cobertura ambíguas por parte da imprensa. Alguns órgãos, como a *Folha de S. Paulo*, tiveram papel importante na divulgação do movimento. Outros contribuíram para esvaziá-lo, como ocorreu com a *Rede Globo* (que, posteriormente, acabaria aderindo), a qual noticiou como mera comemoração do aniversário da cidade de São Paulo o comício da Praça da Sé, realizado na cidade em 25 de janeiro de 1984, com a presença de 300 mil pessoas (COSTA, 2004).

Mas a *Rede Globo* garante ser falsa a versão de que a emissora teria omitido que o comício era uma manifestação pelas eleições diretas. Admite, no entanto, que a matéria de dois minutos e 17 segundos sobre o tema provocou polêmicas por não ter feito referência a esse movimento na escalada do *Jornal Nacional*.⁶⁰

O jornalismo exerceu papel importante durante a ditadura e a abertura política. Ao colaborar para a derrubada do regime autoritário, a imprensa ganhou credibilidade e legitimidade junto ao público leitor (ABREU, 2002, p. 53-54). Ainda que a participação dos diferentes órgãos jornalísticos na transição da ditadura à democracia tenha sido bastante heterogênea, ela conferiu à imprensa um *status* importante de espaço de debates e de agente do processo político.

As editorias de economia também exerceram influência política significativa à medida que iniciaram uma campanha contra a orientação dada à economia, antes mesmo de os empresários se manifestarem. Constituíram-se no canal de expressão das críticas à política econômica do regime militar a partir de 1974, e apresentaram dados e informações sobre taxa de inflação e indicadores econômicos que até então eram ignorados pelo público, o que permitiu análises sobre um comportamento da economia que não coincidia com as informações divulgadas pelo governo (ABREU & LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 76).

Apresentaram os resultados de pesquisas econômicas, elaboradas nas universidades e institutos de pesquisa, que continham críticas à política econômica adotada, à distribuição de renda, à pobreza, à questão do emprego, entre outras. O modelo econômico foi utilizado como foco para a contestação ao regime e para questionar a continuidade dos militares no poder. Essa atuação das editoriais de economia provocou respostas de outros

⁶⁰Essa posição da *Rede Globo* está registrada no livro *Jornal Nacional – a notícia faz história* (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 156-158). “A cidade de São Paulo festeja os 430 anos de fundação” foi a chamada da matéria, lida pelo apresentador Marcos Hummel, que se referia ao comício como um dos eventos comemorativos do aniversário da capital paulista. Ao chamar a reportagem de Ernesto Paglia, o locutor falou: ‘Festa em São Paulo. A cidade comemorou seus 430 anos com mais de 500 solenidades. A maior foi um comício na Praça da Sé’. E, em seguida, Paglia relatou o objetivo político do evento: “pedir eleições diretas para presidente da República”. O texto integral da matéria está reproduzido na página 157 do livro.

atores que até o momento não haviam se manifestado, como os empresários e os sindicatos (*ibid.*).

A partir do governo Geisel, a imprensa atuou como mediadora entre grupos representativos da sociedade civil e os militares, em defesa da redemocratização. Houve uma relativa unidade, na atuação da imprensa, ante a possibilidade de intervenção no processo de abertura. Em muitos momentos desse processo, os jornalistas exerceram uma influência política e desempenharam o papel de catalisadores das reivindicações dos diversos setores sociais empenhados na volta à democracia (ABREU, 2003, p. 16).

Mas, apesar da pressão pública, a emenda das “Diretas” não foi aprovada (em 25 de abril de 1984). O esforço foi insuficiente no Congresso controlado pelo governo, onde os proponentes das eleições diretas ficaram com apenas 22 votos da maioria necessária de dois terços. Um outro presidente seria eleito indiretamente. O movimento, no entanto, deu fundamento para a eleição do candidato da oposição no colégio eleitoral da ditadura e determinou o ritmo da transição (SKIDMORE, 2003, p. 261).⁶¹

No que diz respeito à cidadania, a fundação de partidos como o PT e o próprio envolvimento de amplos setores da sociedade na luta pela abertura política e pela anistia para os perseguidos pelo regime militar foram movimentos iniciais de uma trajetória que se aprofundaria ao longo da década de 1980. Apesar de controlada pelo Estado, a transição para a democracia foi acelerada pelos movimentos da sociedade civil.

Segundo José Murilo de Carvalho (2002, p.184), houve uma tendência dos anos 1980 de abandonar orientações de cúpula e buscar o contato direto com a população. Exemplos foram o movimento sindical, no PT, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e os chamados movimentos sociais urbanos (como as associações de moradores, tanto de favelas como de classe média e as associações profissionais). A crescente participação em movimentos organizados levou a historiadora Lucília Neves (1997) a caracterizar o período pós-1985 como de “cidadania em expansão”.⁶²

⁶¹ Travaram-se grandes disputas em torno da composição das chapas para a eleição indireta para a presidência. Formou-se a Aliança Democrática, que reunia políticos de vários partidos, para disputar os votos. O PDS, do qual Sarney era líder na época, lançou a candidatura de Paulo Maluf, apoiada pelo regime militar. Sarney se desligou da agremiação e entrou como vice na chapa de Tancredo Neves, representando a Frente Liberal, dissidência do PDS, e filiou-se ao PMDB. Dissidentes do PDS que eram contrários ao apoio ao candidato do partido do governo formaram um partido, o PFL, e apoiaram Tancredo, candidato da oposição. Os votos dissidentes do PDS (sob a sigla PFL) combinaram-se com os do PMDB para tornar Tancredo o primeiro presidente civil eleito desde Jânio Quadros (SKIDMORE, 1998, p. 261).

⁶² A ampliação dos mercados de consumo e de emprego e o grande crescimento das cidades durante a ditadura criaram condições para a ampla mobilização e organização social que ocorreram após 1974. A campanha pelas eleições diretas em 1984 foi o ponto culminante de um movimento de mobilização política de dimensões inéditas na história do país. Pode-se dizer que serviu de aprendizado para a campanha posterior em favor do impedimento de Fernando Collor, outra importante e inédita demonstração de iniciativa cidadã (CARVALHO, 2002, p. 192-193).

É impossível, no entanto, compreender a sociedade brasileira sem levar em consideração seus fortes traços autoritários. Parte dela apoiou o regime militar e ainda hoje apóia, aberta, velada ou cinicamente, a repressão e a violação de direitos, mesmo os elementares. No entanto, de forma pertinente e um tanto irônica, a memória da sociedade tendeu a simplificar o passado recente, enxergando esse período como de exceção, e tendo, como contrapartida, “a ‘Nova República’, livre, regida pela Lei, o reino da cidadania, a sociedade reencontrando-se com sua vocação democrática” (REIS FILHO, 2002, p. 177).

Assim, nos anos 1980, a prática de cidadania da “Nova República” mostrava claros avanços, mas enfrentava sérias dificuldades. Era profundamente afetada pela recém-terminada ditadura. A retórica do interesse nacional – sedimentada em duas décadas de regime militar e evidenciada na forma como se construiu a cidadania no Brasil –, no entanto, permaneceu (e permanece até hoje), frequentemente sobrepondo-se a leis, regras e direitos instituídos.

A esperança depositada na campanha das diretas foi, de alguma forma, reelaborada e aplicada na candidatura de Tancredo Neves (PINTO, 1989, p. 70). Sua vitória no Colégio Eleitoral foi intensamente celebrada por boa parte da população. Mas em 14 de março de 1985, véspera da posse, ele foi levado às pressas para um hospital de Brasília. O vice, José Sarney, tomou posse interinamente. Também foram empossados os ministros escolhidos por Tancredo. Ao longo de cinco semanas, o país acompanhou, apreensivo, sua agonia. Com sua morte, em 21 de abril daquele ano, Sarney passou a ser efetivamente o presidente da República (*Ver ilustrações 3 e 4*).

A agonia e morte do chefe do Executivo foram registradas com destaque em manchetes nas páginas dos grandes periódicos brasileiros. Esse episódio exemplifica a função do jornal como testemunha – e fonte de registro – da história do país.

FOLHA DE S. PAULO



SEGUNDO CUICHI

Diretor de Redação: Otávio Farias Filho

São Paulo, segunda-feira, 22 de abril de 1985

Um jornal a serviço do Brasil

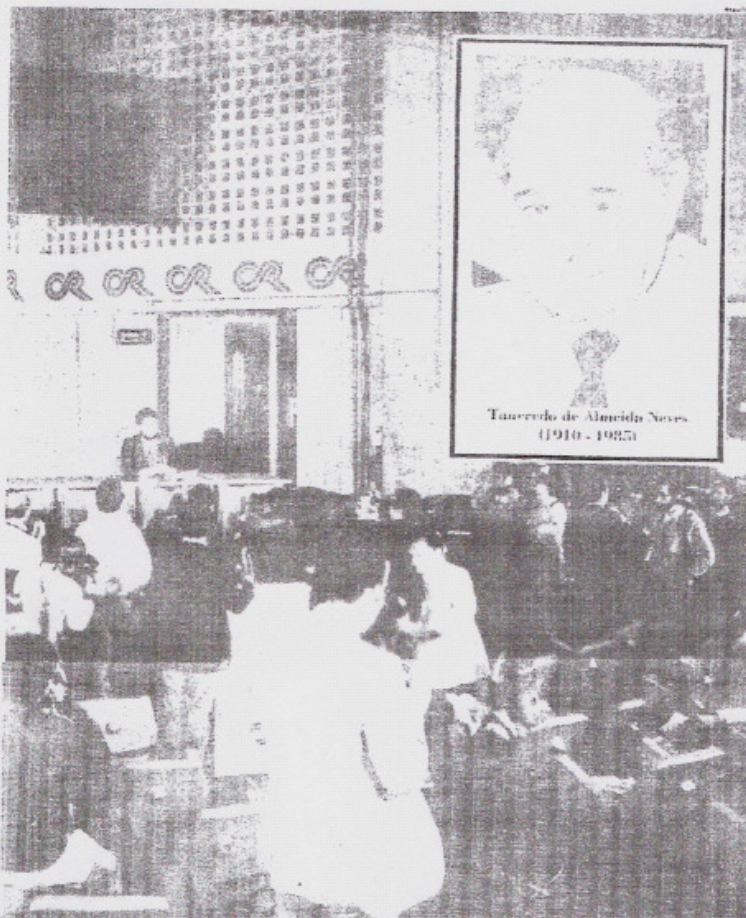
Ano 65

N.º 20.471

Al. Barão de Limeira, 425

Cr\$ 1.400

TANCREDO NEVES ESTÁ MORTO; CORPO É VELADO NO PLANALTO; SARNEY REAFIRMA MUDANÇAS



Tancredo de Almeida Neves
(1910 - 1985)

O presidente eleito Tancredo Neves morreu ontem, dia de Tiradentes, às 22h23, no Instituto do Coração, em São Paulo. O comunicado oficial foi feito pelo porta-voz da Presidência, Antônio Brito, às 22h29. A morte de Tancredo ocorreu 28 dias após sua internação no Hospital de Base de Brasília, na véspera da posse. Nesse período, Tancredo foi submetido a sete intervenções cirúrgicas, as cinco últimas em São Paulo, para onde havia sido transferido no dia 25 de março. Tancredo Neves tinha 75 anos.

O presidente José Sarney chorou ao receber a notícia, às 22h25, no Palácio Jaburu, em Brasília. Em seguida, foi para o Palácio do Planalto, de onde falou ao País em rede nacional de rádio e televisão, a 23h5. Em seu pronunciamento de seis minutos, Sarney afirmou que as mudanças reclamadas pela Nação serão feitas. "Nosso programa é o de Tancredo Neves." Prometeu um governo de concórdia, trabalho e austeridade e que o objetivo maior do programa será atingido com a Assembleia Nacional Constituinte. Disse que o legado de Tancredo permanece vivo e pediu a ajuda de todos. O Presidente decretou luto oficial de oito dias. Hoje é feriado nacional.

O presidente do Congresso Nacional, senador José Fragelli, convocou sessão extraordinária para as 10h de hoje, quando será declarada a vacância do cargo de presidente e confirmado José Sarney na Presidência da República. Assim, o primeiro na linha sucessória presidencial passa a ser o presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães. Ulysses falou à Nação do plenário da Câmara às 21h20 e garantiu que "a homenagem sincera e consequente dos que choram Tancredo será impedir qualquer recuo na caminhada pelas instituições livres que se consolidarão através da Assembleia Nacional Constituinte". Líderes de todos os partidos políticos reafirmaram apoio à investidura de José Sarney na Presidência. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo suspendeu sua greve, que começaria amanhã. Os do ABC devem tomar idêntica medida hoje.

O primeiro chefe de Estado a enviar mensagem de pêsames ao governo brasileiro foi o presidente Raúl Alfonsín, da Argentina. O presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, foi notificado da morte em Washington.

A última crise de Tancredo começou à tarde. O principal sintoma foi uma brusca queda da pressão arterial. Os problemas cardiovasculares eram decorrência do processo infeccioso abdominal, nunca delimitado, que motivou seis cirurgias, e do edema intersticial pulmonar constatado após a quarta operação.

Tancredo Neves estava inconsciente havia dez dias. Desde a sétima cirurgia, o presidente eleito fora mantido em coma induzido através de medicamentos. Suas últimas palavras, dirigidas ao neto Aécio, antes de ser anestesiado no dia 11 de abril, foram: "Eu não merecia isto."

O corpo embalsamado será transferido para Brasília hoje, por volta das 9h30, após missa a ser celebrada às 7h no Instituto do Coração. O cortejo seguirá pela avenida Reboque, tomando a avenida Brasil e a avenida Pedro Álvares Cabral na direção do parque do Ibirapuera. No monumento ao soldado constitucionalista, haverá uma salva de 21 tiros de canhão, com as autoridades perfileadas junto ao obelisco. Dali, continuará até o aeroporto de Congonhas. O embarque está previsto para as 11h30. O velório solene ocorrerá no segundo andar do Palácio do Planalto, onde o corpo ficará exposto à visitação pública por 24 horas. O enterro será na cidade natal, São João Del Rey, Minas Gerais.

PÁGS. 4 a 16

Dia a dia, todo o drama da doença

13 de março - O médico Jean Paul de Mattos Ribeiro diagnosticou uma forte crise de insuficiência cardíaca.

14 de março - As 20h, Tancredo é internado no Hospital de Base de Brasília e operado. Retirou-se um tumor benigno do intestino.

15 de março - O boléto revela que houve extração do divertículo de Meckel. Omitiu o tumor.

16 de março - Houve ocorrência de hemorragia gástrica.

17 de março - Surgem problemas respiratórios.

18 de março - As informações oficiais não eram afetadas nem de ânimo vital. Falou em "progressiva melhora".

19 de março - Chegou a Brasília a primeira missão integrada por especialistas de Minas, Rio e São Paulo.

20 de março - As 15h, ocorre a segunda cirurgia, provavelmente devida a uma trombose mesentérica.

21 de março - O médico flamengo Walter Funchal afirma: "Podem marcar a posse para dentro de duas ou três semanas."

22 de março - Funchal diz que a alta poderá ser dada em algumas horas.

23 de março - Tancredo dá uma nota para o presidente José Sarney elogiando sua conduta.

24 de março - Faltava emergência respiratória e transpiração. Os médicos arrancam a dala da alta até o final do mês.

25 de março - No campo do norte, é detectada uma hemorragia intestinal de manhã, havia pedido para fazer com a Hisselt e os médicos.

26 de março - Transferido em caráter de urgência para o Instituto do Coração, em São Paulo, nas primeiras horas da manhã. À tarde, é operado pela terceira vez para retirada de um segmento de arco intestinal.

27 de março - Admitiu-se a existência, no local da incisão cirúrgica, de uma infecção de origem hospitalar.

28 de março - O agente da infecção é a bactéria "Pseudomonas aeruginosa". A infecção não cedeu ao boléto, que também não fala em desidratação.

29 de março - Há aumento das frequências cardíaca e respiratória, atribuído à febre. Constatada anemia, com 300 mil de concentração de glóbulos vermelhos.

30 de março - Surge um foco infeccioso no lado superior do pulmão direito.

31 de março - A infecção na ferida cirúrgica, segundo o boléto, está controlada.

1.º de abril - Agrava-se o estado de saúde. Ocorrem surtos febris a cada seis horas, seguidos de elevação das frequências cardíaca e respiratória.

2.º de abril - Quarta cirurgia: uma hemia no lado esquerdo do abdome encoberto por uma alça de intestino. Há ascite hemorrágica e entorpecimento por

3.º de abril - A anestesia é feita por via oral. Omitiu-se informações sobre os focos infecciosos constatados.

4.º de abril - As 15h, submeteu-se à quarta cirurgia: duas pequenas incisões para a drenagem de dois abscessos. Por volta das 18h entra em estado de choque. Tem problemas de pressão, temperatura e instabilidade cardíaco-circulatória. Respira com auxílio de tubo orotraqueal.

5.º de abril - Os boléto fazem um resumo da infecção.

6.º de abril - A infecção da parte superior do pulmão direito atinge também a parte inferior, o que requer também um quadro de edema intersticial pulmonar. Conclusão da tomografia realizada no Hospital das Clínicas, para onde foi levado de maca.

7.º de abril - A capacidade respiratória está reduzida a 60%.

8.º de abril - Fica sedado durante 2 horas e 40 minutos na UTI do Instituto do Coração.

9.º de abril - É feita uma laparotomia para substituição do tubo orotraqueal. Após esta intervenção - a sexta - entra em estado crítico: os boléto, cardíacos, chegam a 160 por minuto, a temperatura sobe para 38,3 graus. Sobem as taxas de ureia e de creatinina no sangue, indicadoras de início de insuficiência renal aguda.

10.º de abril - Os boléto, cardíacos, apresentam oscilações: os primeiros ficam com capacidade reduzida. Ocorrem hemorragias, sinal de presença de bactérias no sangue.

11.º de abril - Novas funções alteradas e identificadas. É decidido a sétima

operação - uma laparotomia exploratória - que começa às 22h20 e termina às 01h20 da seguinte.

12.º de abril - Durante a cirurgia são detectados três focos infecciosos. O corte - no mesmo local das três primeiras operações - não avança mais pelas cirurgias e é colocado uma tela de plástico no abdome. As 18h, palpitantes e uma hemorragia. O estado é grave.

13.º de abril - Nova ultrassonografia de sangue; desde o dia anterior foi retirado 1,5 litro de líquido do corpo morto.

14.º de abril - Sofre duas crises de taquicardia. As funções renal e pulmonar pioram.

15.º de abril - Começa a ser submetido ao processo de hipotermia: a temperatura é reduzida para 35,5 graus.

16.º de abril - Recebe gamaglobulina hiperimmune para reforçar as defesas do organismo.

17.º de abril - Piora de que "respostas perspectivas de cura". O boléto afirma que o estado é grave.

18.º de abril - A temperatura é reduzida para 33 graus. O estado é extremamente grave.

19.º de abril - A temperatura é reduzida para 33 graus. Funchal chama a atenção para morte americana Warren

Mercal Taper.

20.º de abril - Tancredo está desorganizado, com 32h após o último

21.º de abril - As 22h23, morre a presidente eleito Tancredo Neves.

Opinião da Folha

Leu-se na pág. 2 de ontem: "O País sem Tancredo Neves", sobre o momento de luto, que são momentos que se tornam em momentos mais profundos. Acrescentamos a reportagem de especial sobre a doença de Tancredo, a "Doença da morte", e a reportagem sobre a morte de Tancredo Neves.

22.º de abril - Tancredo está desorganizado, com 32h após o último

23.º de abril - As 22h23, morre a presidente eleito Tancredo Neves.

24.º de abril - Tancredo está desorganizado, com 32h após o último

25.º de abril - As 22h23, morre a presidente eleito Tancredo Neves.

26.º de abril - Tancredo está desorganizado, com 32h após o último

27.º de abril - As 22h23, morre a presidente eleito Tancredo Neves.

28.º de abril - Tancredo está desorganizado, com 32h após o último

29.º de abril - As 22h23, morre a presidente eleito Tancredo Neves.

30.º de abril - Tancredo está desorganizado, com 32h após o último

31.º de abril - As 22h23, morre a presidente eleito Tancredo Neves.

1.º de maio - Tancredo está desorganizado, com 32h após o último

2.º de maio - As 22h23, morre a presidente eleito Tancredo Neves.

3.º de maio - Tancredo está desorganizado, com 32h após o último

4.º de maio - As 22h23, morre a presidente eleito Tancredo Neves.

5.º de maio - Tancredo está desorganizado, com 32h após o último

6.º de maio - As 22h23, morre a presidente eleito Tancredo Neves.

7.º de maio - Tancredo está desorganizado, com 32h após o último

8.º de maio - As 22h23, morre a presidente eleito Tancredo Neves.

9.º de maio - Tancredo está desorganizado, com 32h após o último

10.º de maio - As 22h23, morre a presidente eleito Tancredo Neves.

11.º de maio - Tancredo está desorganizado, com 32h após o último

12.º de maio - As 22h23, morre a presidente eleito Tancredo Neves.

Índice

1.º de maio - Tancredo está desorganizado, com 32h após o último

2.º de maio - As 22h23, morre a presidente eleito Tancredo Neves.

3.º de maio - Tancredo está desorganizado, com 32h após o último

4.º de maio - As 22h23, morre a presidente eleito Tancredo Neves.

5.º de maio - Tancredo está desorganizado, com 32h após o último

6.º de maio - As 22h23, morre a presidente eleito Tancredo Neves.

7.º de maio - Tancredo está desorganizado, com 32h após o último

8.º de maio - As 22h23, morre a presidente eleito Tancredo Neves.

9.º de maio - Tancredo está desorganizado, com 32h após o último

10.º de maio - As 22h23, morre a presidente eleito Tancredo Neves.

11.º de maio - Tancredo está desorganizado, com 32h após o último

12.º de maio - As 22h23, morre a presidente eleito Tancredo Neves.

13.º de maio - Tancredo está desorganizado, com 32h após o último

14.º de maio - As 22h23, morre a presidente eleito Tancredo Neves.

15.º de maio - Tancredo está desorganizado, com 32h após o último

16.º de maio - As 22h23, morre a presidente eleito Tancredo Neves.

17.º de maio - Tancredo está desorganizado, com 32h após o último

18.º de maio - As 22h23, morre a presidente eleito Tancredo Neves.

19.º de maio - Tancredo está desorganizado, com 32h após o último

20.º de maio - As 22h23, morre a presidente eleito Tancredo Neves.

21.º de maio - Tancredo está desorganizado, com 32h após o último

22.º de maio - As 22h23, morre a presidente eleito Tancredo Neves.

23.º de maio - Tancredo está desorganizado, com 32h após o último

24.º de maio - As 22h23, morre a presidente eleito Tancredo Neves.



O tempo no Rio: nublado, passando a chuva, com nevoeiro isolados ao amanhecer. Temperatura em elevação máxima de ontem, 27,7 graus em Bonfim; mínimo, 18,4 no Alto do São Vista. Ventos fracos a moderados. Página 13

O GLOBO

PREÇO DE VENDA: R\$ 1,200
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Classificação: 4 páginas
encadernadas entre as páginas 4 e 5
do Caderno de Esportes
4 cadernos: 12 páginas

Dir. Geral: RUIZ MARINHO
Dir. Administrativo: JOÃO ROBERTO MARINHO

Fundador: IRINEU MARINHO
Diretor-Editorial: Chefe: ROBERTO MARINHO
ANEXO — RIO DE JANEIRO, SEGUNDA-FEIRA, 22 DE ABRIL DE 1985 — Nº 18.799

Dir. de Redação: RICARDO MARINHO
Dir. de Produção: EVANDRO CARLOS DE ANDRADE

Morreu Tancredo

O Mártir da Nova República

O CALVARIO de Tancredo Neves nos convoca à serena meditação, no momento em que todos os brasileiros são atingidos pelo impacto brutal da sua morte.

POR trinta e nove dias, o povo brasileiro perplexo, comovido e desorientado diante das convulsões da fatalidade, acompanhou em seu martírio. Nesse período, a esperança na restauração era abastecida pela sua extraordinária resistência a adversidade, seu organismo a refletir a prodigiosa potencial da luta que o levava a arrastar todos os riscos até o elegível, por vontade desse mesmo povo. Presidente da República.

MISTÉRIO designa, esse que a privou de tomar posse no cargo que lhe estava reservado e assumir as funções pertinentes. Seu sofrimento paralisou, praticamente, o País, desde a madrugada dramática em que se viu submetido a uma operação de urgência poucas horas antes do momento marcado para os festejos de sua ascensão.

COBRE SE o Brasil de luto. Na dor com que acompanhamos seus funerais, estaremos homenageando um brasileiro exemplar pela coragem, pelo espírito público, pela abnegação e pela entrega de si mesmo aos superiores interesses de sua gente.

O ALTRUISMO é, neste instante, diante as virtudes da honra pública elevada, aquele que ressaltou como um laço de luto que ligou os povos de todo o preocupado e o bem-estar do nosso povo.

NÃO HAVIA exagero em afirmar que Tancredo Neves se sacrificou pela ordem democrática. Todas as depoimentos confirmam que a doença a elevar milhares dias antes do dia previsto para a sua posse na Presidência, e ele foi temporariamente prevenido da urgência de socorro que a crise impunha. Sua preocupação primeira, entretanto, era que o processo da sucessão não fosse interrompido a qualquer custo, por qualquer acidente que prejudicasse o andamento político, impugnassem de má-fé ou até

mesma simples impostas de interrupção técnica.

PARA Tancredo Neves, a posse transitória na Presidência da República simbolizava muito mais a conquista efetiva do poder, após tantas anos de espera, do que a oportunidade providencial de proporcionar uma era de normalidade institucional aos brasileiros. Por isso mesmo ele solicitou aos médicos que o sustentassem ao máximo até o momento do compromisso solene perante o Congresso Nacional; depois entregaria o seu cargo às necessidades e aos imperativos da cirurgia. Fundamentalmente importante era para ele que a bandeira da posse, da conciliação e da paz estivesse firmada, de forma irreversível, no terreno das reconciliações democráticas do País.



O PROGRAMA da Aliança Democrática converteu em princípios e normas o movimento que fizera de Tancredo Neves o candidato comum de forças políticas antes distancadas, com vistas na grande objetivo histórico que a seguir tomara o nome de Nova República.

ENTRE o Presidente Tancredo Neves e o programa de Aliança Democrática estabeleceu-se identidade política e moral de tal maneira profunda, que ao assumir interinamente a Presidência da República, o Vice-Presidente José Sarney pôde montar-se ponto focal e prioritário da estabilidade embora sem qualquer comunicação direta ou indireta com ele. O discurso de Tancredo

Neves preparado para o primeiro encontro do Ministério representativo, por sua vez, o síntese dos compromissos e das promessas do candidato da Aliança Democrática. Ao fazer a sua leitura, o Presidente José Sarney não se fez apenas o voz do fundador da Nova República, porém a projeção de todo o espírito e de todos os propósitos contidos no pronunciamento inaugural.

ESTÁRIAMOS subestimando o papel republicano e o inenarrável sacrifício pessoal de Tancredo Neves se concebêssemos o seu morte como o encerramento, também, de sua pregação e dos seus ideais. Se imaginássemos que o espírito contido no sonho de recuperação institucional, exandias a moral do Brasil.

DA-SE o contrário. O destino não permitiu a Tancredo Neves acionar com as próprias mãos o seu projeto, mas lhe deu tempo para montar-lhe as vistas-mestras, traçar as grandes coordenadas e até personalizar os principais co-eficientes das diretrizes estabelecidas.

A MESMA Constituição que assegura o sucesso definitivo ao Presidente José Sarney, serviu dos plenos poderes do supremo magistrado nacional, como este sucessor legal e legítimo com a autoridade necessária para desavalar por inteiro o projeto de Tancredo Neves, por ele acatado sem restrições, projeto de reconstrução e de constituição, de reordenamento e de paz.

DIFÍCILMENTE encontraremos na História outro homem público que, como Tancredo Neves, tenha encarnado, em tão alto grau, a unanimidade da esperança, das emoções e do estímo nacional. Esse patriotismo de convergência brasileira dentro de uma hora de crise transformou-se no seu maior legado. Os votos que elegeram o mártir de democracia também elegeram um sucessor — José Sarney — cujo maior compromisso e maior título de glória será o de manter-lhe as esperanças da Aliança Democrática, conduzindo em sequência o País pelo trilho da liberdade, do progresso e da concórdia.

O Presidente Tancredo Neves morreu ontem, às 22h23m, aos 75 anos de idade, depois de 39 dias de agonia e sofrimento, desde que foi internado, dia 14 de março, para uma operação no intestino delgado. No início da noite de ontem o estado de Tancredo Neves atingiu o que os médicos qualificaram de "gravidade irreversível": o coração, último órgão que resistia à doença e à agressão do tratamento de emergência, aumentou de tamanho no lado direito e não tinha mais condições de aguentar a pressão a que vinha sendo submetido pelo tratamento para oxigenar o sangue. Os médicos constataram, também, a ocorrência de novos focos infecciosos e concluíram que já não era possível combatê-los. Além disso, Tancredo sofreu uma hipotensão — sua pressão caiu a níveis críticos (9 por 4) — e, antes da missa das 18 horas, rezada na capela do hospital, a médi-

ca Angelita Gama comunicou a Dona Risoleta, mulher de Tancredo, que não havia mais qualquer esperança.

O Presidente do Senado, José Fragelli, informou que não é necessária uma solenidade de posse de José Sarney na Presidência — basta uma declaração do Congresso efetivando-o no cargo. O Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, fez um pronunciamento, ontem, na Câmara sobre a morte de Tancredo: "Acima de tudo, morreu o grande e apaixonado amigo do Brasil", afirmou. O corpo de Tancredo chegará hoje a Brasília, para ser velado no Palácio do Planalto durante 48 horas. Depois será levado para Barbacena (MG), de onde será conduzido, de carro, para o enterro em São João Del Rei. O Governo decretou hoje luto oficial de oito dias. Os metalúrgicos de São Paulo e do ABC suspenderam a greve.

Sarney: 'O legado de Tancredo permanecerá'

"Asseguro à Nação, com todas as forças da vontade e do coração, que o legado de Tancredo Neves permanecerá vivo", afirmou hoje o Presidente José Sarney, em pronunciamento feito às 04h40m, em cadeia de rádio e televisão. "Quis o destino que Tancredo Neves fosse, ele próprio e por sua morte, causa de mais um sofrimento, símbolo de mais uma privação", acrescentou o

Presidente. Sarney garantiu: "Saberei ser o responsável pelo Estado, pela Nação e pela visão histórica da Pátria." E prometeu: "As mudanças reclamadas serão feitas, o nosso programa será o mesmo de Tancredo Neves, o nosso compromisso é o da Aliança Democrática." Logo após o pronunciamento, José Sarney decretou feriado hoje, em todo o País.

Páginas 2, 3, 5, 6, 7, 8 e 9



O Secretário de imprensa, Antonio Brito, anuncia a morte de Presidente Tancredo Neves

Chico



1910/1985

A última frase dita a Aécio: 'Eu não merecia isso'

Página 5

A longa agonia acompanhada com emoção pelo povo

Página 6

Um interlocutor respeitado nas crises desde 45

Página 11

Otávio compara o irmão a um mártir: Tiradentes

Página 2

1.3.1 A economia em crise e a intensificação da cobertura

Em pleno regime militar ocorreu forte crescimento econômico no país, com um processo de verticalização da indústria e um aumento considerável da produção de bens duráveis. Com o período do “milagre econômico”, o PIB cresceu uma média de 10% ao ano e a inflação, “sob controle”, oscilava em torno dos 20% anuais. O modelo de desenvolvimento adotado permitiu importantes investimentos nas empresas estatais, em especial as de petróleo, produtos petroquímicos, aço, energia e comunicação (ABREU, 2003, p.23).

Após essa fase, o Brasil enfrentou, em meados da década de 1970, os reflexos da crise mundial do petróleo e da alta internacional dos juros, que desaceleraram a expansão industrial.

Com o financiamento externo mais caro, a economia entrou em um período de dificuldades crescentes, as quais levaram o país, na década de 1980, ao desequilíbrio do balanço de pagamentos e ao descontrole da inflação. O Brasil mergulhou, então, em uma longa recessão, que praticamente bloqueou seu crescimento econômico.

Assim, a economia, que, entre 1930 e 1980, gozava de uma das maiores taxas de crescimento do mundo, estagnou a partir dos anos 1980, depois que o país foi atingido pela crise da dívida externa. A corrente keynesiana se esgotou mundialmente e a monetarista tomou o seu lugar. E os estados nacionais, a começar pelos EUA, abandonaram qualquer pretensão de controle dos fluxos de capital privado e entregaram o comando da conjuntura econômica mundial ao jogo especulativo dos grandes blocos de capital privado multinacional (SINGER, 2001, p. 124).

No Brasil, o monetarismo constituiu um dos pilares da política econômica governamental após 1964, especialmente durante o período em que Delfim Neto foi ministro da Fazenda (1967-1974), e a partir de 1980.⁶³

Na década de 1980, o país se encontrava na euforia da redemocratização, empenhado em redigir nova constituição democrática, social e, por isso, fortemente redistributivista. No cenário internacional, no entanto, os ventos sopravam na direção do neoliberalismo, da priorização da estabilidade dos preços e da austeridade fiscal e monetária. A polarização entre a vocação do mercado interno, que exigia redistribuição de

⁶³ Durante os planos Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989) e Collor (1990), o monetarismo foi interrompido pela utilização de dispositivos como o congelamento de preços e o bloqueio de ativos financeiros, que colidem com suas recomendações. A partir do Plano Real (1994), as políticas monetaristas voltaram a prevalecer (SANDRONI, 2005, p. 573).

renda e aceleração do crescimento, e a atração do mercado global, que exigia redução do gasto e do tamanho do Estado e recessão, levou a um impasse, traduzido na longa crise inflacionária (SINGER, 2001, p. 124).

A redemocratização veio acompanhada de mudanças na estrutura econômica do país, com a passagem de um capitalismo de Estado para um capitalismo financeiro. A partir da segunda metade dos anos 1980, o Brasil aprofundou o processo de globalização, quando o modelo de desenvolvimento baseado na industrialização por substituição de importações foi considerado ultrapassado. Uma nova visão do Estado tornou-se predominante entre os dirigentes políticos, e o intervencionismo estatal, que havia feito a transição da sociedade agroexportadora para a urbano-industrial, passou a ser identificado como atraso, enquanto o símbolo do moderno tornava-se o mercado, a livre iniciativa e o internacionalismo.

Depois da redemocratização e, sobretudo, ao longo do processo traumático de tentativas para estabilizar a moeda, que tomou os dez anos seguintes, ocorreu um movimento de ampliação da imprensa de economia no país. Ela foi se especializando cada vez mais. Isso foi necessário para que o público entendesse a complexidade das questões envolvidas nas tentativas de proceder à estabilização da moeda; entendesse como e por que o Brasil tinha quebrado, nos idos de 1981; quais as novas condições da retomada do crescimento e por que era uma nação tão injustamente dividida entre ricos e pobres. As redes de televisão, que pouco espaço davam à economia, passaram a preocupar-se com o tema, e também surgiram publicações segmentadas, como *news letters* e revistas especializadas (BASILE, 2002, p. 75).

É importante lembrar que, até os anos 1970, a empresa jornalística era controlada por seu proprietário (ou por sua família), o que lhe dava a possibilidade de um total domínio sobre a orientação política e o noticiário. As transformações técnicas, acompanhadas de novos métodos racionais de gestão, incentivaram uma renovação na direção empresarial e nas redações. A partir das décadas de 1970 e 1980, o poder nas empresas adquiriu outra dimensão: não estava mais nas mãos de um dono só. O controle acionário passou a ser exercido por um número maior de membros da família, e quem dirigia eram os herdeiros da segunda geração ou novos proprietários.

Os donos dos meios de comunicação se tornaram homens de organizações profissionais: eram agora economistas, administradores, engenheiros de produção,

engenheiros de informática, submetidos a conselhos de administração, a comitês de diretoria e coordenação. Sobre isso, vale registrar que:

Como empresa comercial, a mídia atuou de acordo com as regras do mercado e com a lógica do capitalismo, em busca do lucro. Os empresários da mídia, para enfrentar a concorrência, fizeram grandes investimentos em novos equipamentos de impressão e transmissão e na informatização dos estúdios e das redações. Os altos investimentos na modernização da produção exigiram uma rentabilidade maior, fazendo com que os empresários buscassem aumentar a venda de espaço publicitário, o que passou a ser um objetivo prioritário dentro das empresas (ABREU & LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 76) – *grifos nossos*.

E a expansão da imprensa brasileira de economia se intensificou, portanto, nos anos 1980, em um processo que vinha evoluindo desde as duas décadas anteriores. Após os anos 1960, adquiriu maior expressão para refletir tendências, reações e comportamentos do mercado financeiro. Depois dos anos 1970, a *Gazeta Mercantil*, revistas semanais de informação econômica e técnica, como *Senhor* e *Exame*, e programas de economia no rádio e na TV projetaram e revitalizaram no país esse tipo de jornalismo (BAHIA, 1990a, p. 225).

O mercado das notícias de economia saltou de uma demanda pequena para uma elevada, estimulada pela mudança de hábitos dos consumidores e pelo processo de desenvolvimento econômico e social. O novo público consumidor desse tipo de informação reunia empresários, economistas, assessores técnicos privados e governamentais, estudantes de economia e administração, investidores das Bolsas, especuladores financeiros.

Sobre essa expansão de leitores, é importante verificar que:

Um público que no passado recente conhecera padrões de cobertura econômica do nível de um *Jornal do Commercio*, de uma *The Economist* ou de um *The Wall Street Journal*, amplia-se e diversifica-se para consumir informações impressas e audiovisuais cujos critérios classificatórios compreendem natureza jurídica (edições privadas, semiprivadas, oficiais); caráter técnico (especialidade noticiosa, científica, etc.); periodicidade (diária, semanais, quinzenais, mensais, semestrais, anuais); e formato – jornais, revistas, cartas de notícias, boletins, programas de rádio e de televisão (BAHIA, 1990, p. 226).

O aumento de espaço e de tempo que os veículos dedicaram à economia, dos anos 1960 em diante, foi decorrente também da demanda do mercado e da dinâmica do processo de comunicação. O tratamento da notícia, as técnicas de editoração, o

processamento de dados foram fatores que contribuíram para a nova forma e estilo do jornalismo de economia (BAHIA, 1990, p. 226).

E a consequência mais significativa dessa mudança foi que a informação do campo econômico se libertou do limitado interesse das elites para começar a se popularizar. A sua audiência, nos países em desenvolvimento, como o Brasil, incorporou investidores populares cada vez mais interessados em saber o que é *spread*, estagflação, debêntures, recessão, quanto rende a poupança, quais os danos da dívida externa à situação interna, por que o déficit público agrava a inflação, etc.⁶⁴

1.3.2 *Folha e O Globo*: a configuração das páginas de economia nos anos 1980

A conjuntura dos anos 1970-1980 foi propícia, como assinalamos, à ampliação do jornalismo de economia. Nesse sentido, duas questões compõem esta seção: quais são as memórias dos jornalistas sobre as mudanças na cobertura no período que se seguiu a redemocratização do país? Houve alterações nas páginas dessa editoria na *Folha* e em *O Globo* nesse período?

A *Folha*, da Empresa Folha da Manhã, foi fundada em 1921 e se tornou, na década de 1980, o jornal mais vendido no país. Nasceu como *Folha da Noite* – a primeira de um trio de Folhas que incluiria ainda a da *Tarde* e a da *Manhã* –, em meio às contradições políticas e econômicas da Velha República brasileira, particularmente nos cenários paulista e paulistano (*Ver ilustrações 5, 6 e 7*).

Em mais de 80 anos de existência, a *Folha* se caracterizou por oscilações de posição política e pela contínua renovação das formas de conceber e fazer jornalismo. Da iniciativa pioneira de Olival Costa e seus parceiros, na efervescente década de 1920, passando pelas gestões de José Nabantino Ramos e de Carlos Caldeira Filho e Otávio Frias de Oliveira⁶⁵, nos anos 1950 e 1960, até a reforma protagonizada por Cláudio Abramo e acelerada por Otavio Frias Filho no último quarto do século XX, um traço do jornal foi a permanente capacidade de se amoldar a novas circunstâncias históricas e de se atirar à busca do novo (ABREU & LATTMAN-WELTMAN & ROCHA, 2003, p. 146).

⁶⁴ *Spread* é a taxa adicional de risco cobrada sobretudo (mas não exclusivamente) no mercado financeiro internacional (SANDRONI, 2005, p.795). Estagflação é a situação na economia de um país na qual a estagnação ou o declínio do nível de produção e emprego se combinam com uma inflação acelerada (*ibid.*, p. 313). E debênture é um título mobiliário que garante ao comprador uma renda fixa, ao contrário das ações, cuja renda é variável. O portador de uma debênture é um credor da empresa que a emitiu, ao contrário do acionista, que é um dos proprietários dela (*ibid.*, p. 224).

⁶⁵ As Folhas foram vendidas por Nabantino no dia 13 de agosto de 1962, por 1,5 bilhão de cruzeiros (TASCHNER, 1992, p.99).

NUM. 1

CONGRESSO NAZIONALE

11

[illegible]

Ilustração 5 - A primeira edição da *Folha de Noite* em 19 de fevereiro de 1921

1.º caderno

Jurídica	4	Engenharia	5
Medicina	4	Economia e Finanças	6
Formas de Moedas	4	Progresso Técnico	8

Edição de hoje — 2 cadernos

1.ª FOLHA DE S. PAULO

EDIÇÃO

FOLHA DA MANHÃ - 4 HORAS

ANO XXXV * São Paulo - São Paulo, 1.º de Janeiro de 1960 * N.º 10.550

PREVISÃO DO TEMPO
(Elaborada pelo Instituto Nacional de Meteorologia e publicada no 1.º de Janeiro de 1960 para o Estado de São Paulo)
TEMPO: variável, com trovoadas na tarde e noite.
VENTOS: do sudoeste forte, brisas com rajadas.
TEMPERATURA: máxima: 24°C; mínima: 18°C; média: 21°C.
Umidade: na 1.ª pag. — 10 km/h.

DETERRAÇÃO DA INFLAÇÃO, OBJETIVO DO GOVERNO NO ANO QUE COMEÇA

NESTA EDIÇÃO

Café para a Argentina

Registra-se queda vertiginosa no preço do café no mercado de São Paulo. O preço caiu 10 por cento.

Condenado a 25 anos de reclusão

Um dos líderes do movimento de libertação do Brasil, o ex-governador de São Paulo, foi condenado a 25 anos de reclusão por crimes de corrupção.

Bananas no mercado italiano

Revela-se que os produtores de bananas no Brasil estão sendo prejudicados pela concorrência italiana.

Central térmica nuclear-elétrica

A primeira central nuclear-elétrica do Brasil está sendo construída em São Paulo, com o objetivo de gerar energia elétrica e aquecer água para a indústria.

Posse da nova Edilidade

A posse da nova edilidade de São Paulo será realizada no dia 1.º de Janeiro, com a presença do governador e do prefeito.

FOLHA DE S. PAULO

Manchete principal da 1.ª edição da Folha de São Paulo, destacando a situação econômica e política do país.

A SITUAÇÃO EM LAOS

Reportagem sobre a situação política e social no Laos, destacando os conflitos internos e a influência estrangeira.

ANO POLITICO INDIANO: A AGRESSÃO CHINESA

Análise da situação política no Índia, destacando a agressão chinesa e as tensões regionais.

JK CONVIDOU STROESSNER A VISITAR O BRASIL

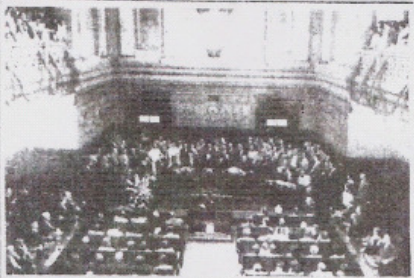
Notícia sobre a visita planejada do presidente brasileiro Juscelino Kubitschek ao Paraguai, liderado por Stroessner.

Remoção policial - ELVIRA NOVA

Reportagem sobre a remoção policial em São Paulo, destacando a violência e a situação de insegurança.

Grinchin e Courmayeur

Notícia sobre o filme "Grinchin e Courmayeur", destacando o sucesso de bilheteria e a crítica.



NOVOS DIRIGENTES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Os novos dirigentes do Tribunal de Justiça de São Paulo, incluindo o presidente e os membros do colegiado.

Visita de Ike ao Brasil e à URSS

Notícia sobre a visita planejada do presidente dos Estados Unidos, Dwight D. Eisenhower, ao Brasil e à União Soviética.

REPERCUSSÃO DA INSTRUÇÃO 192 DA SUMOC

Análise da repercussão da Instrução 192 da SUMOC, destacando os impactos na indústria e no comércio.

Crise no gabinete da RAU

Reportagem sobre a crise no gabinete da República da Alemanha Ocidental, liderada por Konrad Adenauer.

Tratados Brasil-México

Notícia sobre os acordos comerciais e políticos entre o Brasil e o México, destacando a importância para a economia.

Brasileira entre as debutantes em Nova York

Reportagem sobre a participação de uma brasileira no evento de debutantes em Nova York, destacando o sucesso e a recepção.

ANO POLITICO INDIANO: A AGRESSÃO CHINESA

Análise da situação política no Índia, destacando a agressão chinesa e as tensões regionais.

JK CONVIDOU STROESSNER A VISITAR O BRASIL

Notícia sobre a visita planejada do presidente brasileiro Juscelino Kubitschek ao Paraguai, liderado por Stroessner.

Remoção policial - ELVIRA NOVA

Reportagem sobre a remoção policial em São Paulo, destacando a violência e a situação de insegurança.

Grinchin e Courmayeur

Notícia sobre o filme "Grinchin e Courmayeur", destacando o sucesso de bilheteria e a crítica.

O FERIADO DE HOJE

Notícia sobre o feriado de hoje, destacando as atividades e eventos planejados para o dia.

ANO NOVO E GUERRA ARGENTINA

Reportagem sobre o Ano Novo e a situação política na Argentina, destacando os conflitos e a instabilidade.

Cumbica substitui o Galeão

Notícia sobre a substituição do Aeroporto de Galeão pelo Aeroporto de Cumbica em São Paulo, destacando os impactos na aviação.

CONFLITO NO RIO: ESTUDANTES CONTRA POLÍCIAS

Reportagem sobre o conflito entre estudantes e policiais no Rio de Janeiro, destacando a violência e a situação de tensão.

ALUDE ARRASA REFUGIO NAS ALPES FRANCÊSAS

Notícia sobre o aluvão que atingiu um refúgio nas montanhas francesas, destacando o desastre e o número de vítimas.

Grinchin e Courmayeur

Notícia sobre o filme "Grinchin e Courmayeur", destacando o sucesso de bilheteria e a crítica.

JK DENUNCIA AÇÃO SUBVERSIVA E DECLARA-SE PRONTO PARA REPRIMI-LA

RIO, 31 (FOLHA DE S. PAULO) — O presidente da República anunciou que o ano que se inicia será dedicado a recuperar o trabalho da nação, a manter a ordem e a equilibrar as despesas públicas, sem prejuízo das medidas necessárias ao desenvolvimento nacional. Ao fazer essa afirmação, em mensagem de Ano Novo que dirigiu ao povo brasileiro, o presidente Juscelino Kubitschek afirmou que 1960 foi "um ano crucial e decisivo" para sua administração, e enumerou uma por uma as realizações que considerou mais importantes em seu governo. Afirmando que "esse Brasil já não é o Brasil de 4 anos atrás", afirmou que o país está muito bem preparado para enfrentar os inúmeros problemas desta época e que "um milagre está por ser realizado em breve".

Aludindo a um plano econômico para a rejeição da economia continental, contra o subdesenvolvimento anunciado que o OPA se transformará numa realidade. Ainda sobre as relações externas do país, disse que intensificamos grandemente contatos de natureza econômica com a União Soviética e reafirmamos a tradicional amizade com os Estados Unidos.

Para o presidente, o Brasil não deve esquecer que o governo se preocupa em recuperar os setores básicos da produção exportável, destacando o recorde de vendas de café, a produção de petróleo e a redução do déficit orçamentário.

Sobre a situação política-militar, afirmou que "chegou a hora em que não mais se justifica a tolerância para com os promotores da desordem". Citou os mais recentes movimentos grevistas como parte de um plano de subversão de ordem nacional e afirmou que o governo sabe da existência e está preparado para reprimir uma ação subversiva com que se pretenda paralisar a vida do país.

Em mensagem de Ano Novo, o presidente afirmou que o Brasil não deve esquecer que o governo se preocupa em recuperar os setores básicos da produção exportável, destacando o recorde de vendas de café, a produção de petróleo e a redução do déficit orçamentário.

Aludindo a um plano econômico para a rejeição da economia continental, contra o subdesenvolvimento anunciado que o OPA se transformará numa realidade. Ainda sobre as relações externas do país, disse que intensificamos grandemente contatos de natureza econômica com a União Soviética e reafirmamos a tradicional amizade com os Estados Unidos.

Para o presidente, o Brasil não deve esquecer que o governo se preocupa em recuperar os setores básicos da produção exportável, destacando o recorde de vendas de café, a produção de petróleo e a redução do déficit orçamentário.

Sobre a situação política-militar, afirmou que "chegou a hora em que não mais se justifica a tolerância para com os promotores da desordem". Citou os mais recentes movimentos grevistas como parte de um plano de subversão de ordem nacional e afirmou que o governo sabe da existência e está preparado para reprimir uma ação subversiva com que se pretenda paralisar a vida do país.

Em mensagem de Ano Novo, o presidente afirmou que o Brasil não deve esquecer que o governo se preocupa em recuperar os setores básicos da produção exportável, destacando o recorde de vendas de café, a produção de petróleo e a redução do déficit orçamentário.

Aludindo a um plano econômico para a rejeição da economia continental, contra o subdesenvolvimento anunciado que o OPA se transformará numa realidade. Ainda sobre as relações externas do país, disse que intensificamos grandemente contatos de natureza econômica com a União Soviética e reafirmamos a tradicional amizade com os Estados Unidos.

Para o presidente, o Brasil não deve esquecer que o governo se preocupa em recuperar os setores básicos da produção exportável, destacando o recorde de vendas de café, a produção de petróleo e a redução do déficit orçamentário.

Sobre a situação política-militar, afirmou que "chegou a hora em que não mais se justifica a tolerância para com os promotores da desordem". Citou os mais recentes movimentos grevistas como parte de um plano de subversão de ordem nacional e afirmou que o governo sabe da existência e está preparado para reprimir uma ação subversiva com que se pretenda paralisar a vida do país.

Em mensagem de Ano Novo, o presidente afirmou que o Brasil não deve esquecer que o governo se preocupa em recuperar os setores básicos da produção exportável, destacando o recorde de vendas de café, a produção de petróleo e a redução do déficit orçamentário.

Aludindo a um plano econômico para a rejeição da economia continental, contra o subdesenvolvimento anunciado que o OPA se transformará numa realidade. Ainda sobre as relações externas do país, disse que intensificamos grandemente contatos de natureza econômica com a União Soviética e reafirmamos a tradicional amizade com os Estados Unidos.

Para o presidente, o Brasil não deve esquecer que o governo se preocupa em recuperar os setores básicos da produção exportável, destacando o recorde de vendas de café, a produção de petróleo e a redução do déficit orçamentário.

Sobre a situação política-militar, afirmou que "chegou a hora em que não mais se justifica a tolerância para com os promotores da desordem". Citou os mais recentes movimentos grevistas como parte de um plano de subversão de ordem nacional e afirmou que o governo sabe da existência e está preparado para reprimir uma ação subversiva com que se pretenda paralisar a vida do país.

Em mensagem de Ano Novo, o presidente afirmou que o Brasil não deve esquecer que o governo se preocupa em recuperar os setores básicos da produção exportável, destacando o recorde de vendas de café, a produção de petróleo e a redução do déficit orçamentário.

Aludindo a um plano econômico para a rejeição da economia continental, contra o subdesenvolvimento anunciado que o OPA se transformará numa realidade. Ainda sobre as relações externas do país, disse que intensificamos grandemente contatos de natureza econômica com a União Soviética e reafirmamos a tradicional amizade com os Estados Unidos.

Para o presidente, o Brasil não deve esquecer que o governo se preocupa em recuperar os setores básicos da produção exportável, destacando o recorde de vendas de café, a produção de petróleo e a redução do déficit orçamentário.

Sobre a situação política-militar, afirmou que "chegou a hora em que não mais se justifica a tolerância para com os promotores da desordem". Citou os mais recentes movimentos grevistas como parte de um plano de subversão de ordem nacional e afirmou que o governo sabe da existência e está preparado para reprimir uma ação subversiva com que se pretenda paralisar a vida do país.

Em mensagem de Ano Novo, o presidente afirmou que o Brasil não deve esquecer que o governo se preocupa em recuperar os setores básicos da produção exportável, destacando o recorde de vendas de café, a produção de petróleo e a redução do déficit orçamentário.

Aludindo a um plano econômico para a rejeição da economia continental, contra o subdesenvolvimento anunciado que o OPA se transformará numa realidade. Ainda sobre as relações externas do país, disse que intensificamos grandemente contatos de natureza econômica com a União Soviética e reafirmamos a tradicional amizade com os Estados Unidos.

Para o presidente, o Brasil não deve esquecer que o governo se preocupa em recuperar os setores básicos da produção exportável, destacando o recorde de vendas de café, a produção de petróleo e a redução do déficit orçamentário.



Cumprimentos para o governador

Os cumprimentos para o governador de São Paulo, destacando o sucesso e a recepção.

Transportes mais caros desde hoje

Notícia sobre o aumento das tarifas de transporte, destacando o impacto na população e no comércio.

Grinchin e Courmayeur

Notícia sobre o filme "Grinchin e Courmayeur", destacando o sucesso de bilheteria e a crítica.

Remoção policial - ELVIRA NOVA

Reportagem sobre a remoção policial em São Paulo, destacando a violência e a situação de insegurança.

Grinchin e Courmayeur

Notícia sobre o filme "Grinchin e Courmayeur", destacando o sucesso de bilheteria e a crítica.

Remoção policial - ELVIRA NOVA

Reportagem sobre a remoção policial em São Paulo, destacando a violência e a situação de insegurança.

Grinchin e Courmayeur

Notícia sobre o filme "Grinchin e Courmayeur", destacando o sucesso de bilheteria e a crítica.

Remoção policial - ELVIRA NOVA

Reportagem sobre a remoção policial em São Paulo, destacando a violência e a situação de insegurança.

Grinchin e Courmayeur

Notícia sobre o filme "Grinchin e Courmayeur", destacando o sucesso de bilheteria e a crítica.

Remoção policial - ELVIRA NOVA

Reportagem sobre a remoção policial em São Paulo, destacando a violência e a situação de insegurança.

Grinchin e Courmayeur

Notícia sobre o filme "Grinchin e Courmayeur", destacando o sucesso de bilheteria e a crítica.

Remoção policial - ELVIRA NOVA

Reportagem sobre a remoção policial em São Paulo, destacando a violência e a situação de insegurança.

Para o presidente, o Brasil não deve esquecer que o governo se preocupa em recuperar os setores básicos da produção exportável, destacando o recorde de vendas de café, a produção de petróleo e a redução do déficit orçamentário.

Ilustração 7 — As folhas unidas na 1.ª edição da Folha de S. Paulo, em 1.º de janeiro de 1960, com uma manchete de economia

O Projeto Editorial de 1984, elaborado já sob os rumos da abertura do país, defendeu – no discurso da empresa – que a *Folha* adotasse um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno⁶⁶. No mesmo ano, foi implantado o *Manual da Redação*, editado em livro. Foi o primeiro veículo de comunicação do Brasil a adotar a figura do *ombudsman*⁶⁷ e a oferecer conteúdo *on-line* a seus leitores.

Atualmente, o jornal é organizado em cadernos temáticos diários e suplementos e tem circulação nacional. Com o título *Folha Dinheiro*, o caderno de economia tem em torno de 14 páginas de notícias de uma média de cem (incluindo todos os cadernos e suplementos e os classificados), divididas com espaço publicitário. Cobre a conjuntura econômica, brasileira e internacional, e o mundo dos negócios. A opinião, marca registrada da linha editorial da *Folha*, tem lugar de destaque na página 2 da editoria, com artigos e análises de colaboradores fixos.⁶⁸

Como se deu a configuração da editoria de economia no periódico paulista, sobretudo a partir dos anos 1980? Essa editoria faz parte de um processo de renovação editorial da *Folha*, iniciado na década de 1970, e cuja meta era transformá-la em um grande “jornal de opinião” nacional. Otavio Frias Filho, que assumiu a direção do veículo em 1984, disse que as reformas feitas no jornal tinham como objetivo torná-lo mais politizante, no sentido de “forçar aos poucos os limites do que então se chamava de abertura”.⁶⁹

A editoria de economia passou por adaptações nessa época. O jornalista Gabriel Sales, que chegou à *Folha* em 1982, a convite do então editor dessa área, Teodoro Meissener, para ser o segundo da editoria, lembra como foi o período de reformas do jornal: “A *Folha* já estava numa fase de mudanças. (...) E também uma fase de mudanças na editoria de economia, em que passaram uns dez editores assim num período muito curto”.⁷⁰

⁶⁶ Projeto Editorial 1984 da *Folha*. In: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/>. Acesso em 30 de setembro de 2005.

⁶⁷ A *Folha de S.Paulo* instituiu o cargo de *ombudsman*, em 1989. As atribuições desse cargo são as seguintes: redigir diariamente crítica interna sobre o trabalho da redação, ouvir os leitores e preparar uma coluna pública semanal com críticas aos meios de comunicação e ao próprio jornal.

⁶⁸ Um dos destaques da editoria de economia da *Folha* era a coluna assinada por Luís Nassif, que entrou na *Folha* em 1983 e escrevia para a seção *Dinheiro Vivo*, que criou. Depois de 15 anos de trabalho conjunto, no dia 13 de agosto de 2006, Nassif saiu da *Folha* e passou a se dedicar aos novos projetos da sua empresa, a *Agência Dinheiro Vivo*. No final dos anos 1980, a Agência introduziu o jornalismo eletrônico no país. Foi a primeira a trabalhar no conceito multimídia, com a informação sendo distribuída para os terminais em tempo real. Na época, Nassif foi obrigado a descontinuar o serviço em tempo real. Cf. “Luís Nassif fala de sua despedida da *Folha* e da nova fase na carreira”, matéria do site Comunique-se de 14 de agosto de 2006. In: <http://www.comunique-se.com.br/>. Acesso em 10 de outubro de 2006.

⁶⁹ Entrevista de Otavio Frias Filho concedida a Alzira Alves Abreu e Fernando Lattman-Weltman em 8 de dezembro de 1997.

⁷⁰ Entrevista de Gabriel Sales concedida ao jornalista José Venâncio de Resende e publicada em 2005.

Essa editoria havia sido estruturada dentro do jornal, no final dos anos 1960, com a participação do jornalista Roberto Müller Filho, que relata o seguinte sobre o período:

Naquela época, as seções de economia eram pequenas, muito burocráticas. Tive a oportunidade de viver o crescimento dessa área na imprensa escrita. Voltei a ser editor de economia da *Folha* acho que uma duas vezes e aí eu já fazia um caderno. A economia cresceu, as empresas estavam se profissionalizando, começava a haver mais investimentos estrangeiros, inspirados pela confiança que o Brasil passou a despertar em decorrência do governo militar e da aliança estratégica com os americanos...Acho que essas foram algumas razões que fizeram com que os jornais passassem a ter seções de economia muito mais fortes. Por outro lado, havia uma demanda reprimida de informações de negócios. Isso entrou na minha cabeça, e foi essa percepção que me ajudou mais tarde a conceber o projeto da *Gazeta Mercantil* (grifos nossos).⁷¹

Inicialmente, a *Folha* tinha uma editoria de economia pequena, mas aos poucos ela foi ganhando importância dentro do jornal. Em 1971, já tinha um caderno de 16 a 20 páginas, sobre a responsabilidade de Matias Molina. Com a subida ao poder do general Ernesto Geisel, o periódico entrou em uma fase de importante reformulação, sob a orientação do jornalista Cláudio Abramo, que prosseguiu nos anos seguintes.⁷²

A *Folha* foi, claramente, o jornal escolhido pelos estrategistas da abertura política como um dos mediadores nesse processo. Durante o período de maior repressão, o diário acatou as instruções dos órgãos de censura e se identificava com as posições do regime militar. Sobre isso, explica Frias Filho:

Desde o início do governo Geisel, já não havia censura à chamada grande imprensa. A censura foi mantida em relação aos jornais alternativos, mas, em relação à grande imprensa, salvo engano meu, as ordens cessaram antes mesmo da posse do Geisel. A *Folha* havia sido um dos veículos, no governo Médici, que deliberaram acatar as instruções da censura. Ela não teve a atitude que tiveram outros veículos, como a *Veja*, o *Estado de S. Paulo*, por exemplo, ou o *Jornal do Brasil*, no Rio, de se negar a acatar essas ordens e ter um censor na redação. As ordens cessaram já no final de 1973, na pior das hipóteses no começo de 1974, mas, a partir da morte do Vladimir Herzog, realmente, o jornal passou a agir com muito mais desenvoltura. Isso foi num crescendo. (...) A *Folha* já tinha se tornado quase um porta-estandarte da luta pela democratização, pela anistia, pela Constituinte, etc, e tinha uma posição

⁷¹ Müller trabalhou por mais de 20 anos na *Gazeta Mercantil* – periódico especializado na cobertura de economia e negócios – e foi responsável pelo processo de modernização desse jornal na década de 1970. A entrevista citada foi concedida a Alzira Alves Abreu em 27 de agosto e em 28 de setembro de 2002.

⁷² Para um maior detalhamento das reformas da *Folha de S. Paulo*, Cf. TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento - análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

muito visível de crítica, e até de fustigação do governo e do regime (grifos nossos).⁷³

Em meio aos ares da abertura e do abrandamento da censura, nos anos 1980, a editoria de economia, sob a chefia de Joelmir Beting, aprofundou o debate sobre a distribuição de renda no país, sobre a continuidade do processo de industrialização e seu financiamento e sobre o papel dos sindicatos e o futuro do sindicalismo, convidando especialistas das áreas acadêmica e empresarial para escrever em suas páginas. Nomes como José Serra, Eduardo Suplicy, Emílio Matsumoto e Jair Borin colaboraram com o jornal (ABREU, 2003, p. 63).

Em julho de 1985, o Projeto Editorial da *Folha* definiu, como uma orientação para a editoria de economia, dar enfoque no tratamento dos temas com a sofisticação técnica que os assuntos do setor reclamavam, mas evitar o jargão e a linguagem cifrada. A recomendação era a seguinte:

A própria tecnicidade de que se revestem os assuntos econômicos impõe uma obsessão redobrada com o didatismo, por um lado, e com a exatidão, por outro. Precisamos encontrar um balanceamento adequado entre macro e microeconomia, desenvolvendo melhor a cobertura nessa última área (empresas e negócios) e aprofundando a investigação de bastidores na primeira bem como as implicações, nela, entre fatos aparentemente isolados (grifos nossos).⁷⁴

A orientação era de que a editoria deveria ser dedicada também à cobertura dos conflitos entre capital e trabalho, e ter uma preocupação especial em publicar a versão dos vários lados envolvidos. O jornalismo opinativo também ganhou mais espaço. Em 1985, o jornal queria consolidar uma coluna de bastidores do mundo dos negócios, então chamada *Painel Econômico*, seção que tinha sido editada por vários jornalistas. Naquela fase, não tinha estilo próprio, pois os responsáveis, embora competentes, dedicavam-se a outras atividades na redação, conforme lembra o jornalista Frederico Vasconcelos, que já tinha experiência acumulada nas funções de repórteres, editor e secretário-adjunto de redação da *Gazeta Mercantil* e foi convidado para trabalhar na *Folha* (VASCONCELOS, 2008, p.16).

Ele elaborou um pequeno projeto para essa coluna. Propôs que pudesse abrigar informações *off the records*, sem mencionar fontes, e também que todas as notícias relevantes apuradas fossem publicadas apenas nesse espaço, para que ele se valorizasse.

⁷³ Entrevista de Otavio Frias Filho concedida a Alzira Alves Abreu e Fernando Lattman-Weltman em 8 de dezembro de 1997.

⁷⁴ Projeto Editorial 1985-1986 da *Folha*. In: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/>. Acesso em 30 de setembro de 2005.

Propôs também se dedicar apenas à coluna. Depois de alguns meses, segundo ele relata, o *Painel Econômico* começou a se firmar como uma seção influente. Conseguiu, depois, ganhar lugar nobre, no alto da segunda página do caderno de economia (*ibid.*).

No aniversário de 70 anos, em fevereiro de 1991, a *Folha* passou por mais uma reforma editorial e mexeu na editoria de economia. Passou a circular com uma nova organização de seus cadernos: o primeiro caderno passou a se chamar Brasil (com cobertura de política e política econômica); o segundo, criado naquela época, foi chamado de Mundo (cobertura internacional); e o terceiro é o Dinheiro, que fundiu os antigos cadernos de economia (sem o noticiário de política econômica) e de negócios. A proposta era oferecer cobertura da economia privada e informações indispensáveis para o pequeno investidor. O quarto caderno era composto pelas editorias de Cidades e Esporte.⁷⁵

Outras reformas gráficas foram feitas depois. Em 2006, apresentou-se a seguinte orientação para a editoria de economia:

A conjuntura econômica, brasileira e internacional, e o mundo dos negócios são o principal alvo do caderno *Folha Dinheiro*. A seção Opinião Econômica tem como objetivo manter o pluralismo de opiniões. Com informações precisas, linguagem clara e elucidativa, o caderno orienta quanto a investimentos, traz indicadores econômicos e faz a cobertura de temas que mereçam atenção especial em função da conjuntura econômica.⁷⁶

E qual foi a configuração da editoria de economia de *O Globo*? Lançado em 29 de julho de 1925, o jornal foi a primeira empresa das Organizações Globo (*ver ilustração 8*). Atualmente, as notícias sobre fatos econômicos ocupam em torno de sete páginas de uma média de cem (incluindo todos os cadernos e suplementos e os classificados), divididas com espaço publicitário. A manchete, em geral, é macroeconômica e há preocupação com a economia do Rio de Janeiro.

É uma publicação atenta em conquistar leitores com assuntos de interesse do consumidor. Tem uma página chamada *Defesa do consumidor*, uma seção semanal, publicada às quartas-feiras, desde 25 de novembro de 1981, e que, a partir de 17 de setembro de 2000, passou a sair também aos domingos. A proposta do jornal, ao criá-la, era destinar um espaço para que os leitores pudessem denunciar práticas ilegais e reclamar de empresas, de órgãos do governo e de concessionárias de serviços públicos.

⁷⁵ O registro da mudança nos 70 anos foi feito nas matérias “Um jornal cada vez mais fácil de ler” e “O noticiário de economia e o de política ficam mais organizados”, publicadas em uma edição especial da *Folha* de 17 de fevereiro de 1991.

⁷⁶ Informações divulgadas no site da *Folha*: http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/cadernos_diarios.shtml. Acesso em 10 de outubro de 2006.

Inicialmente, ocupou uma página inteira na editoria *Grande Rio* e, posteriormente, na de economia. Funciona como um guia para os consumidores conhecerem seus direitos e deveres e teve especial importância na prestação de serviços durante a implementação dos planos econômicos das décadas de 1980 e 1990.⁷⁷

A editoria de economia de *O Globo* também tem espaço de opinião e análise dos fatos econômicos, com destaque para a coluna diária *Panorama Econômico*, que começou a ser publicada na segunda página da editoria de economia em 3 de maio de 1960. A proposta do jornal era criar um espaço que juntasse diariamente, com o noticiário, informações, comentários e pequenas notas da área de economia.

“A importância a cada dia maior dos assuntos econômico-financeiros, cuja projeção nacional e internacional não se pode desconhecer, levou *O Globo* a criar uma nova seção a eles dedicada.” Essa foi a chamada na primeira página no lançamento de *Panorama Econômico*. A coluna publicava comentários sobre a conjuntura econômica ou sobre a política governamental, aos quais se seguiam pequenas notas informativas, que iam desde índices estatísticos até notícias de visitas de autoridades internacionais.⁷⁸

O contexto do período do “milagre econômico” e da censura política fez com que a economia se tornasse o grande assunto da imprensa no início da década de 1970 e também foi responsável por muitas manchetes de *O Globo*.

⁷⁷ De acordo com informações do setor *Memória da Globo*, no início, essa seção recebia em média 40 cartas por semana. Atualmente, recebe cerca de 60 por dia. São essas correspondências que inspiram os temas abordados. Ao se constatar que um problema vem atingindo muitos leitores, prepara-se uma matéria sobre o assunto, ao mesmo tempo em que se oferece o caminho para o leitor tentar solucionar a questão nos órgãos de defesa do consumidor ou na justiça. Os textos procuram mostrar no que o consumidor deve prestar mais atenção para evitar ser lesado no momento de contratar um serviço, acertar um contrato de locação ou comprar um produto. Durante oito anos, ficou sob a responsabilidade da jornalista Vânia D’Ávila. Mais tarde, quando passou para a editoria de economia, Nadja Sampaio assumiu. Entre 1982 a 1993, foi publicada como uma pequena coluna, chamada *Queixas e Respostas*, que ajudava o leitor a solucionar seus principais problemas. Em 1996, começou a sair *Mala Direta*, espaço no qual as empresas respondem às queixas dos consumidores. Voltaremos a falar dessa seção no capítulo 5.

⁷⁸ No início, segundo o setor de *Memória Globo*, o responsável pela coluna era o jornalista João Alberto Leite Barbosa, especializado em questões econômico-financeiras. Ele parou de assiná-la em 1966. A partir de então, ela deixou de ser assinada e era escrita por diferentes jornalistas de *O Globo*, que se alternavam. Em 1972, Ângela Coronel passou a selecionar as informações publicadas. Em 1976, George Vidor e Luiz Alberto Bettencourt assumiram, seguindo a orientação do então diretor de redação Evandro Carlos de Andrade, que queria a coluna com maior destaque. Nessa época, a editoria de economia do jornal cresceu e *Panorama Econômico* passou a ocupar mais de meia página. O jornalista Wilson Thimóteo também participou da equipe. Em 1986, Vidor assumiu o cargo de editor de economia e passou a assinar a coluna com a preocupação de publicar “furos”, antecipar o que estava acontecendo, divulgar fatos ou ações das quais se ouviu falar e que ainda não tinham ocorrido, como negociações envolvendo grandes companhias e as altas e baixas da Bolsa. A proposta era mesclar notícia, opinião e interpretação. Em 1994, Vidor foi substituído por Miriam Leitão. Atualmente, a jornalista, também comentarista do *Bom Dia Brasil* da *Rede Globo* e da rádio *CBN*, é a responsável pela seção.

Um processo de mudanças em *O Globo* foi iniciado em 1972, logo após Evandro Carlos de Andrade assumir a direção da redação. A estratégia de Roberto Marinho, ao lhe entregar o cargo, era a de reformular o periódico para torná-lo competitivo e disputar a liderança com o *Jornal do Brasil*. *O Globo*, conforme registra Abreu (2001), era um veículo conservador que havia apoiado a derrubada do regime constitucional em 1964 e que não se renovava. Estava com uma imagem desgastada, era o mais identificado com o regime militar e começara a perder leitores e espaço publicitário.

Uma pesquisa, encomendada pela direção do jornal em 1967, mostrou que a idade média dos leitores de *O Globo* era de 45 anos e não havia renovação. Isso significava que a expectativa de vida dos leitores era muito baixa e que em poucos anos tenderiam a desaparecer. Além disso, era um periódico que não tinha importância nacional, com um noticiário centrado na cidade do Rio de Janeiro (ABREU, 2001; 2003).

A decisão de rejuvenescer *O Globo* foi tomada por seu proprietário quando já se avizinhava a crise que levou ao desaparecimento de vários jornais na década de 1970 – como o *Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias* e *O Jornal* – e provocou a decadência de outros, como o *Última Hora*. Tornava-se urgente o aumento do seu faturamento, já que a introdução de novas tecnologias exigia altos investimentos e a reestruturação da redação e da gestão da empresa.

Nesse contexto, a reestruturação da editoria de economia foi uma das primeiras preocupações do novo diretor de redação, que permaneceu no cargo por 24 anos. Sobre sua chegada na direção de *O Globo*, Evandro Carlos de Andrade contou, em 1997, que as mudanças foram feitas aos poucos:

Quando eu entrei, por exemplo, não havia uma editoria de economia estruturada. A imagem do jornal também estava desgastada por ter ficado associada à força muito grande que tinha na redação a seção de polícia. Enfim, havia a incumbência dada pelo dr. Roberto (Marinho) de modificar aquilo, mas aos poucos, e convivendo com uma realidade política que ainda era a ditadura (*grifos nossos*).⁷⁹

Para organizar a editoria de economia, foi contratado, em 1972, o jornalista Ismar Cardona. Esse setor contava, nesse momento, com dois ou três repórteres, sob a chefia de Pery Cotta. Para reestruturar-se e competir no mercado, era preciso formar uma equipe mais profissional e dar uma nova orientação ao noticiário. Com esse objetivo, foi montada

⁷⁹ Quando Evandro Carlos de Andrade morreu, em 2001, aos 69 anos, ocupava há quase seis o cargo de diretor de Jornalismo da *TV Globo*. A entrevista citada foi concedida a Alzira Alves Abreu e Fernando Lattman-Weltman em 29 de outubro de 1997.

uma equipe constituída por 22 jornalistas, qualificados e engajados em partidos ou movimentos de esquerda.

Cardona disse que a idéia era criar uma editoria de economia ágil, moderna e agressiva, algo considerado fundamental para a nova fase de *O Globo*, a fim de que passasse a disputar os balanços com o *Jornal do Brasil*, que tinha o monopólio de sua publicação. “Sem uma editoria de economia eficiente, o jornal ficava sem os balanços e sem eles não tinha acesso ao *filé-mignon* da receita publicitária dos jornais em alguns meses do ano. Estávamos vivendo o auge do chamado milagre brasileiro.”⁸⁰

Aos poucos, a editoria adquiriu a conformação que passaria a ter ao longo dos dez anos seguintes. Cardona conta que, em vez de cobrir as principais áreas da economia por zona, a editoria chegou a ter, no mínimo, um repórter especializado para cada uma ou duas das principais áreas da economia: construção naval, construção civil, BNH, seguros, ministérios da Fazenda e do Planejamento, BC, mercado de capitais, Bolsa de Valores, Petrobras, energia, mineração, petroquímica e abastecimento. Essa setorização também ocorreu porque, em boa parte dos anos 1970, os centros de decisão política econômica ainda estavam localizados no Rio de Janeiro.

O resultado da ampliação da cobertura de economia, na avaliação de Evandro Carlos de Andrade, fez com que essa editoria “se tornasse a principal de toda a imprensa” naquela época. Além das mudanças nessa seção, as medidas iniciais do processo de reformulação de *O Globo* incluíram a reestruturação das sucursais nos estados e a compra de serviços da Agência Estado, o que reforçou o diário do ponto de vista informativo. A chamada cobertura policial foi integrada, nessa reforma, à reportagem geral. O copidesque, que era o meio de padronizar a linguagem do jornal, foi descentralizado, e cada editoria passou a ter os seus redatores. Essa decisão ajudou a tornar o periódico mais diversificado (ABREU, 2001; 2003).

Houve também uma reestruturação dos cargos e salários da redação, para melhorar o padrão salarial, e, ao mesmo tempo, deu-se a exigência de dedicação exclusiva dos jornalistas à empresa. O acúmulo com cargos públicos ou em outras empresas foi abolido nos novos contratos.

Outras transformações ocorridas foram: o lançamento do Classifone, em 1975, que ampliou a venda de espaço no Caderno de classificados, criado em 1969; a edição matutina; o lançamento da edição dominical (1972) e o forte investimento em vendas por

⁸⁰ Entrevista de Ismar Cardona concedida ao jornalista José Venâncio de Resende e publicada em 2005.

assinatura. Mas foi a reorganização da redação em editorias e a criação da editoria de economia que representou um grande salto de qualidade para *O Globo* (ABREU, 2001, p.3).

Neste primeiro capítulo, discutimos a formação do jornalismo de economia no Brasil, seu fortalecimento durante o regime militar, à medida que os economistas também foram mais valorizados – quando passaram a ocupar mais cargos no governo e se investiu na melhoria de sua formação, no país, com a criação de faculdades de economia –, como se configurou depois da redemocratização e as características dessa cobertura nos principais jornais impressos do país.

O próximo capítulo vai abordar a trajetória profissional dos jornalistas que atuam nessa área e os que se tornaram referência nesse subcampo depois da redemocratização do país.

Quadro 1 - Evolução do jornalismo de economia 1950-1980

Características	Década de 1950	De 1960 a 1970	De 1970 a 1980
CARACTERÍSTICAS GERAIS DA COBERTURA DOS FATOS ECONÔMICOS	<p>Cobertura incipiente dos fatos e marcada pela improvisação</p> <p>Pouco espaço para a notícia econômica</p>	<p>Começava a se delinear nos jornais uma cobertura sistemática dos assuntos econômicos, mas ainda havia improvisação</p> <p>Criação de páginas ou cadernos de economia nos grandes jornais</p>	<p>Aumentava a cobertura, em função do crescimento econômico do país, e diminuía a improvisação</p> <p>A notícia de economia ocupava definitivamente um espaço nas páginas dos grandes jornais</p>
TRATAMENTO DA ECONOMIA PELOS JORNAIS	<p>Os temas econômicos eram tratados pelos jornais sem qualquer distinção das demais notícias. Havia preferência pelo noticiário da área política</p> <p>Os editores dos grandes jornais de cobertura geral entendiam que as matérias dos setores comercial e industrial tinham caráter promocional e que deveriam ser tratadas como “matérias pagas”</p> <p>Predominava o colonismo – jornalismo mais analítico que noticioso. Pequenas notas ou artigos isolados tratavam de questões específicas relacionadas com os interesses do comércio e dos cafeicultores, com informações sobre produção, exportação, movimento de portos ou taxas cambiais</p>	<p>Notícias de economia ainda eram editadas lado a lado com outras de temas gerais. E, com o Golpe de 1964 e a ausência de atividade política, o jornalismo político ia se silenciando</p> <p>O discurso oficial concentrava-se agressivamente em tecer elogios aos feitos do governo na área econômica e crescia o jornalismo de economia</p> <p>Os jornais começavam a oferecer aos leitores informações de serviço e de utilidade pública</p>	<p>O noticiário econômico não tratava de questões polêmicas. Era a época do “milagre econômico”</p> <p>Os jornais faziam abordagens positivas de grandes operações financeiras internas ou externas, sobre novas linhas de produção industrial, e discussões acadêmicas sobre economia</p> <p>Crescia o jornalismo de negócios e serviços</p>

Quadro 1.1 – Evolução do jornalismo de economia 1950-1980

Características	Década de 1950	De 1960 a 1970	De 1970 a 1980
ORIGENS DAS NOTÍCIAS	<p>Originadas nas agências estrangeiras de informação, nas câmaras do comércio ou no Ministério da Fazenda</p> <p>A cobertura específica da indústria e do comércio ficava sob a responsabilidade dos jornais do comércio, alguns editados pelas associações patronais nos estados</p>	<p>Os assuntos abrangiam setores da indústria, portos, siderurgia, energia, preços, agricultura</p> <p>Não havia ainda a cobertura regular da Bolsa de Valores e do mercado de capitais</p>	<p>Os jornais de cobertura geral e grandes tiragens começavam a marcar presença no setor, acompanhando e difundindo os negócios, o movimento das Bolsas de Valores, o novo mercado de capitais e acompanhando as decisões do CMN</p>
FORMAÇÃO DOS JORNALISTAS	<p>Faltava especialização, entre os repórteres, para a cobertura dessa área específica</p> <p>Predominava o colonismo</p>	<p>Com o crescimento da editoria de economia, o trabalho de apuração das informações passava a ser segmentado por setores econômicos específicos. Surgia a especialização</p>	<p>Tendência de aumento da especialização por meio de cursos de treinamento e informação promovidos por segmentos específicos</p>
LEITORES	<p>O noticiário era acompanhado por um reduzido grupo de interessados</p>	<p>Começava a aumentar a demanda por notícias de economia</p>	<p>Expansão do número de leitores</p> <p>O novo público consumidor de informação econômica reunia empresários, economistas, assessores técnicos privados e governamentais, estudantes de economia e administração, investidores das Bolsas e especuladores financeiros</p>

2 Jornalistas de economia no Brasil: trajetória profissional e poder simbólico

Quais são os profissionais que se tornaram referência no jornalismo de economia? Como conquistaram esse capital simbólico? Como se posicionam com relação à sua atuação nesse subcampo? Qual é o perfil de quem cobre essa área? Essas questões perpassam este capítulo, que tem como proposta abordar a trajetória dos jornalistas que atuam nessa cobertura específica, no Brasil, e os valores reiteradamente afirmados que conformam a identidade desse profissional.

Esta reflexão é desenvolvida por meio de uma análise do perfil do jornalista de economia, feita do “particular” para o “geral”. Explica-se: iniciamos com a abordagem sobre o que chamamos de “jornalistas-personalidades”, ou de referência, nessa cobertura, a partir dos relatos dos próprios profissionais que atuaram na imprensa brasileira, durante o período estudado, nos diferentes veículos de comunicação: jornal impresso, rádio e televisão. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas⁸¹ com os jornalistas considerados informantes-chaves desta pesquisa: Joelson Beting, Luís Nassif e Miriam Leitão (por ordem de tempo de atuação).

Na sequência, a reflexão parte para um quadro geral: verifica-se o perfil do profissional que atua nessa editoria, a partir da coleta de informações sobre um número maior de membros dessa categoria. Nessa etapa, a opção foi pela análise documental de três fontes: uma pesquisa feita no 1º Encontro de Jornalistas de Economia, realizado no dia 27 de outubro de 1979, no Rio de Janeiro, com 82 participantes (QUINTÃO, 1987); outra, com 55 profissionais da imprensa do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília sobre o jornalismo de economia na transição democrática (ABREU, 2001;2003); e um levantamento do currículo de 491 jornalistas de todo o país, realizado entre dezembro de 2004 e maio de 2005 (RIBEIRO & PASCHOAL, 2005).

A análise documental, aqui, compreendeu a identificação e a verificação das referidas pesquisas, funcionando como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos. As fontes, nesse caso, foram de origem secundária: constituíram conhecimento, dados ou informação já reunidos ou organizados por outro pesquisador (MOREIRA, 2005, p. 269-279).

⁸¹ Conceito abordado na Introdução.

2.1 Jornalistas-personalidades ou de referência

Joelmir Beting, Luís Nassif e Miriam Leitão estão entre os principais jornalistas de economia da imprensa brasileira no início do século XX. Eles atuaram durante a cobertura dos planos econômicos que compõem o recorte de análise desta pesquisa e têm o diferencial de trabalharem simultaneamente em diferentes veículos de comunicação.⁸² Esta seção é composta pelos relatos deles sobre suas próprias carreiras e de uma reflexão sobre o capital simbólico que acumularam. Por que alcançaram o *status* de referência nessa área?

Bourdieu (1997, p.57-58) diz que, para tentar compreender o que pode fazer um jornalista, é preciso ter no espírito alguns parâmetros. O primeiro é a posição do órgão de imprensa no qual ele se encontra no campo jornalístico: é preciso conhecer o poder específico que possui o veículo de comunicação no qual o jornalista atua e que se mede, entre outros indícios, por seu peso econômico, pelas fatias de mercado, mas também por seu peso simbólico, mais difícil de quantificar. Em segundo lugar, sua própria posição no espaço do jornal ou da emissora na qual trabalha.

Dessa forma, é preciso verificar onde esses jornalistas de economia trabalharam no período estudado e qual a posição deles no espaço do veículo. Os três atuaram, ao longo de suas carreiras, nos principais meios de comunicação do país e ganharam prêmios jornalísticos. O que atua há mais tempo na imprensa brasileira – pouco mais de meio século – é Joelmir Beting.

Descendente de alemães, nascido em 21 de dezembro de 1936, em Tambaú (SP), ele conta como foi o início de sua carreira, como revisor do *Diário da Noite*, em 1956, aos 19 anos, ainda enquanto estudava na USP:

Eu comecei no futebol e não em economia. Eu estava estudando Sociologia na USP. Estudei de 1956 até 1961. Quando eu me formei, em 1961, aí eu resolvi sair do jornalismo esportivo para o jornalismo econômico. Mas, antes disso, eu tive de aguardar a Copa do Mundo de 1962, só depois é que eu deixei o jornalismo esportivo e fui para o econômico, inicialmente cobrindo o setor da indústria automobilística, que estava, no caso do Brasil, decolando. Havia uma lacuna ali, na informação para consumidor de automóvel. Foi o primeiro foco no consumidor, porque até então a gente só noticiava os lançamentos das fábricas, as provas, os modelos, mas não falava do mercado, do

⁸² Logicamente, há outros jornalistas que se destacaram na imprensa de economia, como George Vidor, Paulo Henrique Amorim, Sidnei Basile e Lillian Witte Fibe (que trabalhava na *TV Globo* durante os planos econômicos e se destacou ao entrevistar a ministra Zélia Cardoso sobre o Plano Collor, episódio que será abordado no capítulo 5), mas que não necessariamente atuaram em vários e diferentes veículos ao mesmo tempo durante o período estudado nesta pesquisa.

consumidor brasileiro, da inclusão que estava ocorrendo já no índice de motorização da população, e já então em plena era fusca. Então, comecei a trabalhar nessa linha (*grifos nossos*).⁸³

Com pouco tempo na *Folha de S. Paulo*, onde ingressou em 1964, Beting assumiu a função de editor de economia. Sobre essa mudança, ele conta:

Em 1964-1965, houve uma baita discussão nacional sobre privatização e desnacionalização da fábrica nacional de motores, que acabou sendo comprada por um italiano da Alfa Romeu, que inclusive na época era independente, não pertencia ainda à Fiat. Aqui, no Brasil, ainda havia uma certa abertura política, antes do AI-5, então houve uma discussão aberta, inclusive no Congresso, contra a alteração. Eu fiz um trabalho no qual demonstrava os dois lados da moeda, qual era a possibilidade da gente desenvolver a indústria nacional ou fracassar nesse projeto e atrasar tudo. Então, fiz um trabalho chamado “Vida, paixão e morte da Fábrica Nacional de Motores (FNM)”, que teve muita repercussão, foi colocado nos anais do Congresso. E eu estava na *Folha* e me descobriram. O Octavio Frias me chamou até o gabinete e me disse: “Você gostaria de ser o editor de economia?” Eu disse: “Editor de economia? Não sei que bicho é esse”. E ele falou: “Nós não temos uma editoria de economia, e você vai lançar uma editoria de economia”. Daí eu comecei para valer no jornalismo econômico, mas já como editor de economia. Entrei de pára-quedas, de cima para baixo como editor, não fiz nenhum estágio na redação. Como encarregado da cobertura de automóveis, eu não trabalhava na redação, trabalhava fora. Tinha uma coluna semanal. E nada além disso (*grifos nossos*).⁸⁴

A ascensão repentina ao cargo de chefia demonstra que predominava uma certa improvisação na composição dos quadros nas redações. Não havia ainda uma preocupação excessiva com a formação ou a experiência dos profissionais que eram contratados. No caso de Beting, ele não tinha prática como editor, mas tinha como diferencial uma formação acadêmica voltada para o estudo da economia:

Eu fiz o curso de ciências sociais na USP, com grande interesse pelas disciplinas de economia política, e depois fiz mestrado em Sociologia Industrial. Então, basicamente, é o seguinte: eu estudei cinco anos de doutrina econômica ou de economia política que, para o jornalismo econômico, é o que mais prevalece, o que mais interessa. (...) E isso eu fui adaptando para a linguagem de jornal, para a mídia impressa. E fomos traduzindo assim, dessa forma e com esse enfoque de doutrina econômica, o “economês”. Aí a gente passa ao largo da teoria econômica para tratar dos efeitos da economia na sociedade, nesse sentido, as políticas públicas, as escolhas privadas de empresas e famílias; então,

⁸³ Entrevista de Joelmir Beting concedida à autora, em São Paulo, em 26 de março de 2007.

⁸⁴ *Ibidem*.

esse processo de usar a linguagem adequada com uma abordagem adequada causou grande receptividade (grifos nossos).⁸⁵

Essa questão da linguagem é fundamental. O capital de Beting como jornalista era exatamente o seu conhecimento de economia (ele é um especialista, em certo sentido) e sua capacidade de “traduzir” esse saber – o “economês” – para o público em geral. Essa “tradução” se fazia necessária porque, ao contrário do jornalista, que deve ter capacidade de falar de forma clara, o vocabulário usado por economistas, o “economês”, é hermético e legitima o capital simbólico desse profissional, que detém um saber esotérico, para iniciados na área.

Beting conta que sua atuação como jornalista foi influenciada, em primeiro lugar, pela sua formação religiosa: ele se mudou para São Paulo seguindo o conselho do padre Donizetti Tavares Lima (1890-1961), uma espécie de guru espiritual e profissional de Beting, que o orientou a estudar Sociologia na USP e a seguir o jornalismo. E, em segundo, pelo jornalista Nelson Rodrigues, com o qual conviveu durante coberturas de esportes na década de 1960:

Eu trabalhei fazendo a cobertura do Santos. No jogo do Fluminense e do Santos, no Maracanã, no dia de 5 de março de 1961, o Pelé pegou a bola na área do Santos e saiu com a bola dominada, foi passando por todo mundo, até pelo presidente do Fluminense, e fez o gol desse lado. Eu estava na tribuna, para fazer o jogo dos Santos pelo jornal *O Esporte*, de São Paulo, e eu sempre procurava me sentar ao lado do meu grande mestre, Nelson Rodrigues, que era fluminense roxo, e ele escrevia para o *Jornal dos Sports*, do irmão dele, o Mário Filho Rodrigues – que hoje é o nome do Maracanã –, e também para *O Globo*. Eu procurava fazer um texto parecido com o dele. Ele teve, no futebol, a influência de texto. Aquelas frases curtas, pontuadas, com bastante ironia, sarcasmo, humor, ou dramatizar, deixar a coisa tenebrosa. Então, aquele melodramático dele eu também comecei a fazer no futebol (grifos nossos).⁸⁶

⁸⁵ *Ibidem*.

⁸⁶ É interessante registrar, por ser um fato da história da imprensa, o relato de Beting sobre o surgimento da expressão “gol de placa”. Ela surgiu depois desse jogo, de 5 de março de 1961, no Maracanã, no qual Pelé fez uma jogada descrita como espetacular, em que cruzou todo o campo e terminou com um gol: “Aí, nesse dia, nesse gol, o estádio inteiro, 130 mil pessoas, na época, estavam no Maracanã, levantaram e começaram a bater palma para o Pelé. Eu me lembro que até hoje nunca se ouviu no Maracanã 130 mil pessoas batendo palma, sem gritar, sem falar nada, só palmas. Mas nem para o papa, nem para o Frank Sinatra, para ninguém. Só palmas. E foi naquele momento. Fez um barulho tão esquisito. Só palmas. Aí o Pelé, que estava comemorando, parou para olhar o que estava acontecendo. Viu todo mundo de pé, batendo palmas, aí veio o juiz cumprimentá-lo, que não podia fazer, mas veio e cumprimentou. Foi uma cena assim que, para a história do futebol, foi aquele momento inesquecível. Algumas pessoas choravam de emoção e o Nelson Rodrigues era o que mais chorava. Ele tirou aquele lenço branco, tipo Pavarotti, parecendo uma toalha e enxugou o rosto. Daí ele sentou e bateu no meu joelho, ele me chamava de guri: ‘Pena guri, pena. Esse gol não vai ter memória. Não vai ter memória’. Porque não havia televisão, era proibida a televisão, e não havia videoteipe também. E havia só o cinema lá, o canal 100, mas aí o Nelson perguntou para o Geraldo Alves, que era o editor chefe de jornal que estava do outro lado: ‘Geraldo, o canal 100 está aí? Filmou isso?’. Geraldo disse: ‘Tá, mas só filmou a chegada’. Por que ele foi avisado que ele ia fazer isso? Não. Só a televisão hoje teria feito esse acompanhamento. Mas o cinegrafista atrás do gol, não, né? Só filmou a chegada, que era um gol qualquer, não tinha nada de especial. Mas esse movimento todo aqui ficou uma coisa fantástica. Mas como ele disse que ‘esse gol não vai ter memória’, eu, voltando para São Paulo, na ponte aérea, fiquei pensando: ‘Por que o nosso jornal não cria uma placa, em homenagem a esse gol, e, domingo, quando o Vasco jogar outra vez no

No jornalismo impresso, como pôde ser observado, Beting começou como redator, pelo *Diário da Noite*, depois foi repórter em *O Esporte*, mas foi na *Folha* que começou a consolidar sua carreira na área de economia – foi onde se tornou editor, em 1968, e lançou uma coluna diária, em 9 de janeiro de 1970, que passou a ser publicada em 42 jornais do país.

Simultaneamente, fez carreira na mídia eletrônica. Trabalhou nas emissoras de rádio *Jovem Pan*, *Gazeta*, *Bandeirantes* e *CBN* e, em televisão, na *Gazeta*, na *Record*, na *Bandeirantes* e na *Globo*. Desde 2004, atua como comentarista na rádio e na TV *Bandeirantes*. Recebeu várias premiações: Prêmio Esso de Jornalismo, Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo Econômico, Apimec-SP e o de Jornalismo em TV do site *Comunique-se* (RIBEIRO & PASCHOAL, 2005, p.198).

Ao contrário de Beting, o mineiro Luís Nassif atuou mais tempo como repórter de economia. Ele nasceu em 24 de maio de 1950, em Poços de Caldas (MG) e, em 1969, foi para São Paulo, onde desenvolveu toda sua carreira. Formou-se em jornalismo na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, em 1978, e se especializou em matemática financeira. Ele se lembra do início de sua atuação na reportagem:

Comecei na *Veja*, na reportagem geral. Em 1974, fui para a economia e, em 1975, para a cobertura da área de finanças. Em 1979, fui para o *Jornal da Tarde*, daí tentamos adotar já um estilo de jornalismo de serviço, muito ligado ao início da inflação e ao início da descompressão política também (*grifos nossos*).⁸⁷

Nassif conta que aprendeu a fazer jornalismo de economia com a ajuda do jornalista Aloysio Biondi, a quem ele chama de “grande mestre”:

Olha, lá atrás, naquele período que eu trabalhava na *Veja*, que eu colaborava com a parte de opinião, ali tinha nossa referência de jornalismo brigão e independente, que foi Aloysio Biondi, que foi um grande mestre. Eu tive grandes polêmicas com ele lá, questionei algumas coisas dele lá. Mas ele é um dos pais dessas modernas editorias de

Maracanã, a gente coloca a placa ou atrás do gol ou na tribuna da imprensa ou no saguão, em algum lugar?’. Aí eu fiz a placa. O jornal não me pagou a placa até hoje. Levei a placa para o Maracanã no jogo contra o Vasco, colocamos no saguão, numa área onde tem retratos e placas, e aí botamos mais uma em homenagem. E quando o Pelé foi entrar em campo no jogo contra o Vasco, nós o levamos até a placa, ele puxou uma toalha de banho, amarrada com o barbante, e abriu a placa: “Neste estádio foi marcado o gol mais lindo da história do Maracanã”... Aí os locutores que estavam acompanhando foram lá ver e falaram: ‘Fala Gaspar, o Pelé está aqui no saguão inaugurando uma placa em homenagem ao gol que ele fez no domingo passado. De fato, justa homenagem’. Bom, a partir desse dia, quando saía um gol bonito, eles começaram a falar: ‘Verdadeiro gol de placa. Esse gol também merece uma placa’. Aí virou ‘gol de placa’. Saiu uma versão aí, até saiu na *Veja*, de que eu sou o autor da expressão ‘gol de placa’. Não. Eu sou o autor da placa da qual se gerou ou foi gerada a expressão ‘gol de placa’ por terceiros, por todo mundo. E hoje é uma expressão do vocabulário popular. É uma coisa bacana, mas a expressão não é minha. O que é minha é a placa”.

⁸⁷ Entrevista de Luís Nassif concedida à autora, em São Paulo, em 26 de março de 2007. O jornalismo de serviços será abordado no próximo capítulo, que analisa a cobertura do Plano Cruzado.

economia. A *Visão* também teve um papel relevante. O Biondi foi o primeiro que criou a primeira editoria de economia. Antes dele, tinha um cara importante que criou muitos indicadores, que foi o Geraldo Banas, mas era um jornalismo mais empresarial, interessante também (*grifos nossos*).⁸⁸

Alguns economistas também ajudaram na sua formação de jornalista especializado, segundo ele relata:

Quando fui me aprofundar mais no jornalismo, há algumas pessoas pelas quais tive admiração. Uma delas foi um economista chamado Ignácio Rangel, que era muito criativo. Rômulo de Almeida é outro que pensava muito bem o país. Depois, tinha o Roberto Campos, que era maldito por causa da ditadura. Talvez eu tenha sido o primeiro jornalista a publicamente reconhecer a importância dele, depois da abertura. Tanto que ele ficou muito amigo meu. (...) O ponto central da minha formação foi não ter preconceito. Era saber entender qual era a contribuição do grande economista conservador, qual era a contribuição do grande economista inovador, qual era a contribuição do grande economista de esquerda. As idéias têm de ter valor em si. E o país é resultante de um conjunto de idéias criativas que independem do autor. Então, digamos, o Celso Furtado, com os trabalhos de integração regional dele, era importante; o Octávio Bulhões, com os trabalhos de formação de mercados de capitais, era importante; e Roberto Campos, com a criação do BNDE, também era. Então, para isso, você tem de se aprofundar em história econômica. O grande problema dos jornalistas de economia é que a questão da história econômica se desconhece solenemente. Não se conhece história econômica, que é um elemento central.(*grifos nossos*).⁸⁹

No jornalismo impresso, Nassif passou pela revista *Veja* (a partir de 1970), *Jornal da Tarde* (a partir de 1979) e pela *Folha de S. Paulo* (de 1983 a 1987), onde foi secretário de redação e também criou uma coluna chamada *Dinheiro Vivo*. Em 1986, a seção passou a ser publicada também no *Jornal do Brasil* e em mais 28 jornais.

Como Joelmir Beting, Nassif trabalhou na televisão na década de 1980. Atuou como comentarista na programação que a Abril Vídeo tinha na *TV Gazeta*. Foi convidado para ser comentarista da *TV Globo*, mas recusou e preferiu montar um programa independente na *TV Gazeta*, com o nome *Dinheiro Vivo*. Ganhou Prêmio Esso de Jornalismo em 1986.

No final de 1987, Nassif lançou um serviço em tempo real, por meio de terminais de informações de mercado. Trabalhou na *TV Bandeirantes* e na *TV Record*, com o

⁸⁸ Entrevista de Luís Nassif concedida à autora, em São Paulo, em 26 de março de 2007.

⁸⁹ *Ibidem*.

programa *Dinheiro Vivo* e como comentarista do *Jornal da Record*. Em 1991, voltou para a *Folha*, com uma coluna diária que levava o seu nome, para substituir Joelmir Beting.

Em 1996, foi considerado pela Pesquisa Mapa das Elites, da Fernando Pacheco Jordão Pesquisas, como o brasileiro que mais influenciava os formadores de opinião do país. Em 2002, uma pesquisa do site *Comunique-se*, junto a 14 mil jornalistas brasileiros, apontou-o como o melhor jornalista de economia do país (RIBEIRO & PASCHOAL, 2005, p.216). Em 2007, recebeu da revista *Imprensa* o “Troféu Dia da Imprensa”, na categoria “Melhor Blog de Jornalismo e/ou Jornalista”, por ter ficado com 65% dos votos dos internautas, a maior votação de todas as categorias.⁹⁰

Já a mineira Miriam Leitão, que nasceu em Caratinga, em 7 de abril de 1953, começou no jornalismo quando tinha 18 anos, em 1972, no jornal *A Tribuna*, no Espírito Santo, antes mesmo de ingressar no curso de Comunicação. Ela conta como foi o início de sua carreira:

Eu fiz vestibular para História e não sabia que eu queria fazer jornalismo, mas era meio um pouco óbvio. Depois ficou claro para mim. Eu era uma leitora compulsiva de jornal. Eu lia vários jornais, desde os 15 anos, quando eu morava em Caratinga. Eu lembro de mim com 11 anos acompanhando noticiário de rádio. Era uma pessoa assim. Então, não sabia o que era que eu queria exatamente. Então, fiz vestibular para História. Mas aí eu estava procurando emprego e *A Tribuna* estava contratando estagiário. Fiz um teste e passei. Eu costumo dizer que eu entrei por acaso e para sempre no jornalismo.⁹¹

No relato de Miriam Leitão, observa-se o posicionamento de adesão à profissão por vocação, que é recorrente nos depoimentos de jornalistas. Marialva Barbosa (2007, p.94-101), ao falar das memórias desses profissionais em uma abordagem sobre a história cultural da imprensa no Brasil de 1900 a 2000, registra que, por meio dos relatos, “o fazer jornalístico passa à história como missão, uma árdua e ao mesmo tempo agradável tarefa”.

As memórias dos jornalistas, destaca Barbosa, são discursos cuja principal função é forçar uma imagem do grupo e sua própria identidade. Ao lembrar um número restrito de acontecimentos, ao priorizar determinados fatos e relegar outros ao esquecimento, e ao manter o mesmo fio condutor nas narrativas, percebem-se essas histórias de vida como instrumentos de construção da identidade do grupo. Os jornalistas, evidencia, reconstroem sua vivência baseados em um lugar social no qual se enxergam como detentores de

⁹⁰ Cf. “Descentralizar informação”. In: Especial II Troféu Dia da Imprensa. Revista Imprensa, ano 20, nº. 225, julho/2007, p. 60.

⁹¹ Entrevista de Miriam Leitão concedida à autora, no Rio de Janeiro, em 15 de maio de 2007.

informação, como transmissores da atualidade inédita e imediata, e como uma espécie de orientadores do público, cumprindo com o que vão construindo como missão – espécie de sacerdócio – da imprensa.

A imagem de sacerdócio ligada à atividade profissional, prossegue Barbosa, faz com que os jornalistas destaquem, em suas memórias, sacrifícios inerentes à profissão e ao cotidiano duro, com horários incertos e poucos recursos materiais. Eles transmitem ao futuro um legado de experiências adquirido no dia-a-dia da profissão, construindo-se como espécies de testemunhas privilegiadas de uma época. Ao fazê-lo, elaboram uma imagem preponderante do seu eu – sujeito de sua própria descrição –, caracterizando-se de maneira peculiar e transmitindo essa idealização como memória do grupo (*ibid.*).

No caso dos jornalistas de economia, essa idealização da profissão e das experiências adquiridas na prática jornalística vai aparecer em vários momentos de seus relatos. Miriam Leitão, por exemplo, destacou que aprendeu a fazer jornalismo no dia-a-dia da redação, a partir de seu trabalho no Espírito Santo. No início, chegou a ouvir do editor chefe que não tinha o menor jeito para ser repórter. Foi também nesse Estado que ela acabou sendo presa durante o regime militar:

O chefe de redação que foi muito importante na minha vida foi o Marien Calixte, porque eu sentei ao lado dele para fazer a minha primeira matéria. Ele disse: você começa do seguinte jeito. Então, depois, eu tive uma série de professores, mais que meus professores da universidade, do curso que eu fiz depois – acabei fazendo curso de jornalismo, que comecei no Espírito Santo e terminei em Brasília (na UnB) –, mas as pessoas que me acompanharam nesses primeiros anos lá, tanto Marien, quanto Hésio Pessali, Sérgio Egito, Rogério Medeiros, Paulo Torre, fica até difícil citar porque era tanta gente importante que foi para minha vida, que me orientou demais. Eu tive, no Espírito Santo, uma espécie de curso intensivo do que é jornalismo. Encontrei várias pessoas que me ajudaram muito e pessoas que me jogaram bem para baixo, como o Plínio Marquini, que na época disse que eu não tinha o menor talento para isso e que eu tentasse outra coisa. Dois anos depois, eles reabriram e eles me chamaram, que era uma primeira prova que eu tinha ganhado a briga com ele, mas aí fui demitida de novo de *A Tribuna*, por pressão do governador, o Élcio Alves, que queria a demissão dos comunistas da redação, segundo ele. E a lista começava com o meu nome (*grifos nossos*).⁹²

Depois, já em Brasília, é que ela começou a atuar efetivamente na editoria de economia. Ingressou na *Gazeta Mercantil*, que considera como outra “escola” que teve na

⁹² *Ibidem.*

profissão, onde ficou por cinco anos. Na cidade satélite, fazia a cobertura do Ministério das Relações Exteriores (MRE), conhecido como Itamaraty:

O jornal estava começando e não tinha muito bem uma definição de como cobrir a diplomacia, o Itamaraty, e eu dei um pouco o formato, com a ajuda do meu chefe (Sidnei Basile), que era uma pessoa brilhante, que foi me orientando e a gente foi construindo uma coisa que era a cobertura econômica do Itamaraty, não só econômica. Cobria política também, cobria a negociação com a Argentina, mas cobria o comércio internacional.⁹³

Com relação à sua formação, Miriam Leitão conta que sua maior influência foram seus pais:

Meu pai era pastor de igreja protestante, era um homem que veio da extrema pobreza nordestina, filho de uma negra com um imigrante português pobre. Ele era muito pobre e teve de trabalhar para se educar, trabalhava na limpeza do colégio para ganhar bolsa de estudo. Deu muito valor à educação. E ele me orientou para algumas coisas básicas, que eram: a ética protestante, a dedicação a tudo que faço, a idéia de que eu, como mulher, podia ter tudo que eu quisesse. Eu tive uma educação do interior do Brasil. E ele me perguntava o que é que eu ia ser quando crescesse. E eu dizia, pequeninha, “mamãe”. Aí ele falava assim: “Mamãe você pode ser, pode ser que sim, pode ser que não. Mas o que é que você vai estudar?”. Enquanto minhas amigas, minhas vizinhas, eram ensinadas a esperar marido, eu era ensinada a buscar uma profissão. E eu tive uma educação assim: “você não é menor por nada. O fato de você ser mulher não te tira nada, você pode ter tudo”. Então, ele me ajudou a formar uma postura assim. A educação religiosa protestante me deu muito conhecimento de princípios e valores, e é muito fundamental isso. E era assim: minha mãe e meu pai eram pessoas que falavam e agiam. A minha mãe teve 12 filhos, eu sou a número 6, e ela voltou a estudar quando eu era criança. Eu tenho uma foto com ela no dia da formatura com 8 filhos e eu no meio. Ela estava formada no segundo grau. Depois, fez curso superior. Cuidava dos filhos e da casa, e trabalhava fora, era professora. Então, do ponto de vista dos princípios e valores, da importância da educação, do ponto de vista da condição legítima, sou fruto desse casal: Mariana e Uriel Leitão. Os dois já são falecidos (*grifos nossos*).⁹⁴

Por ser mulher, a questão do gênero está muito marcada no relato de Miriam Leitão. Outros dois aspectos também são destacados pela jornalista: o social, de classe, pois ela veio de uma família de origem pobre e conseguiu superar essa dificuldade por

⁹³ *Ibidem.*

⁹⁴ *Ibidem.*

meio do estudo e do próprio jornalismo, visto como lugar de ascensão social; e a questão religiosa, pois ela enfatiza a importância da ética disciplinar em sua formação.

No jornalismo impresso, além de *A Tribuna*, Miriam Leitão atuou como repórter da *Gazeta Mercantil* (1978 a 1982), de onde saiu para ser editora assistente da revista *Veja*. Por dois anos ficou na *Abril Vídeo* como repórter e entrevistadora. Depois, foi editora de economia e colunista no *Jornal do Brasil* (1988). Em 1990, editava a coluna *Caixa Forte*, no *Estado de S. Paulo*, e atuava como comentarista de economia da *Rede Manchete*. Sobre essa fase, ela lembra:

Eu fiz uma carreira híbrida, porque, quando eu saí da *Veja*, fui para a *Abril Vídeo*, que foi uma tentativa de fazer televisão da Editora Abril, com uma produtora independente. Eu fiz uma série. Foram quatro horas de programa diário. Foi lá que fui aprender a fazer televisão. Era uma televisão que era pouco vista, passava na *TV Gazeta* de São Paulo, então só São Paulo via, e tinha um alcance muito pequeno. Foi bom, porque eu pude aprender sem estresse, porque é um outro bicho, outra forma de falar, de se colocar, de levantar informação, de fazer pergunta, tudo é diferente. Então, eu não quis nunca perder a intimidade com a câmera. Quando eu vim para cá (Rio de Janeiro), fiz um programa com a *Bandeirantes*, depois fiz o *Programa de Domingo* da *Manchete*, que gravava na sexta-feira.⁹⁵

Em 1991, Miriam Leitão foi para o jornal *O Globo*, onde é colunista de economia. É comentarista na rádio *CBN* e no *Bom Dia Brasil*, da *TV Globo*, e também apresentadora do programa *Espaço Aberto*, da *Globo News*. Recebeu várias premiações jornalísticas. Foi a primeira jornalista brasileira a receber o "Maria Moors Cabot Prize", o mais antigo prêmio internacional de jornalismo, em 2005. Criado pela Universidade Columbia, ele é um reconhecimento entregue a profissionais de imprensa dos Estados Unidos e da América Latina cujo trabalho contribui para a liberdade de imprensa e o entendimento entre as Américas. Mais recentemente, recebeu o prêmio "Jornalista Econômico 2007", concedido pela Ordem dos Economistas do Brasil, e também o de "Reportagem sobre a Biodiversidade da Mata Atlântica", junto com Sérgio Abranches.⁹⁶

⁹⁵ *Ibidem*.

⁹⁶ Cf. DINIZ, Leila. "O jornalismo multimídia de Miriam Leitão". In: Observatório da Imprensa, ISSN 1519-7670 - Ano 12, nº 447, 21 de agosto de 2007.

2.1.1 Prestígio e credibilidade: autoridade jornalística

Em seus relatos sobre o início e desenvolvimento de suas carreiras, os três jornalistas enfatizam a questão da busca de conhecimento permanente na área de economia como um diferencial. Apenas Beting teve uma formação acadêmica formal mais voltada para essa área, pois se formou em sociologia com ênfase em economia. Os outros dois jornalistas têm formação em comunicação social, mas ressaltam que buscaram se especializar por meio de cursos e do estudo permanentemente sobre os temas econômicos.

Mas que outros fatores os ajudaram a adquirir prestígio e credibilidade atuando como jornalistas de economia? Por que detêm autoridade para falar como comentaristas e analistas dos fatos econômicos?

Os três jornalistas entrevistados apontam que o prestígio e a credibilidade de suas carreiras se devem a um trabalho contínuo ao longo do tempo. Eles participaram da cobertura dos planos econômicos implementados após a redemocratização e acompanharam as mudanças que essas medidas trouxeram. Joelmir Beting, por exemplo, destaca a importância de ter participado da formação do próprio jornalismo de economia do país. Ele faz questão de ressaltar seu pioneirismo na TV como comentarista dessa área:

Com o milagre econômico de 1970, 1971 e 1972, as outras mídias, como rádio e TV, começaram a pensar no assunto e trazer a informação econômica. E eu estava aqui, em São Paulo, à frente também desse processo. Fui o primeiro a fazer jornalismo econômico no rádio e o primeiro a fazer na televisão. Acho até que do Brasil inteiro. (...) Eu comecei na TV em 1970. Eu fiquei na Band até 1975. Aí eu sai para a Globo. Nos planos econômicos, eu estava no ar, no *Jornal Nacional*, no *Fantástico*, explicando os planos, fazendo matérias de serviço para o consumidor, o poupador. Era uma pauta riquíssima cada plano, porque ninguém entendia nada. Então, a gente trabalhava ali num palco fantástico, com o desafio de explicar grandes eventos. Não era uma questão de jornalismo econômico europeu, americano. A gente trabalhava no Brasil com grandes eventos, com choques encavalados, encadeados. Então, o debate econômico assume um espaço imenso e está assumindo até hoje. As editorias de economia são as mais bem pagas do jornalismo (grifos nossos).⁹⁷

Beting começou a participar eventualmente do *Jornal Nacional (JN)*, como comentarista, desde 1985. Ele apareceu no telejornal, pela primeira vez, em 26 de agosto daquele ano, comentando a saída do ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, do

⁹⁷ Entrevista de Joelmir Beting concedida à autora, em São Paulo, em 26 de março de 2007.

governo.⁹⁸ É interessante ressaltar que houve, nessa época, uma valorização da análise no noticiário do *JN*, que aumentou a participação de comentaristas especializados a fim de contextualizar e explicar para os telespectadores as informações políticas e econômicas. Além de Beting, atuaram nessa função os jornalistas Paulo Henrique Amorim, Lillian Witte Fibe e Alexandre Garcia (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.188-189).

A participação regular dos comentaristas, no *JN*, começou no início de 1989 e aumentou a partir de junho, quando eles passaram a gravar em ambientes externos. Tradicionalmente postados em fundos neutros de estúdio, em pose sóbria, foram para as ruas e passaram a falar seus textos em cenários variados. A idéia era dar mais flexibilidade ao *JN* e tornar a atuação dos jornalistas mais descontraída, com o uso também de uma linguagem mais coloquial (*ibid.*).

O processo de aumento dos espaços destinados à notícia de economia nos veículos de comunicação fez nascer uma nova geração de jornalistas, mais preparada para essa cobertura, segundo Beting:

Nós partimos para uma geração de jornalistas econômicos que se especializaram e já tem alguns especializados em mercado financeiro, em mercado de trabalho, em indústria, em agricultura, em informática. É uma geração mais preparada e de elite, hoje, nas redações. São os mais bem pagos das redações, até porque também são os mais solicitados. Eles têm de ser especialistas. Não são generalistas. E são poucos os que têm dado certo nisso. Há uma escassez de profissionais no jornalismo econômico, então, até por isso, eles são mais bem remunerados (*grifos nossos*).⁹⁹

E o prestígio do jornalismo de economia cresceu, acompanhando o crescimento dos espaços da notícia dessa área, conforme ressalta Beting:

Exatamente porque essa cobertura passou a vender jornal, revista, passou a vender livro até, a vender simpósio, seminário, congresso, e passou, sobretudo, a dar audiência em rádio e em televisão. Eu, como trabalhei até hoje nos três veículos – imprensa e os de mídia eletrônica –, falo isso por experiência própria, depoimento pessoal. Eu mesmo fui largamente beneficiado por isso (*grifos nossos*).¹⁰⁰

⁹⁸ Esse episódio será citado no próximo capítulo, que analisa o Plano Cruzado.

⁹⁹ Entrevista de Joelmir Beting concedida à autora em São Paulo em 26 de março de 2007.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

Beting afirma ainda que o seu método de trabalhar a notícia de economia foi um fator importante na conquista de credibilidade. E novamente a questão da linguagem jornalística aparece com destaque em suas memórias:

Foi o grande trunfo a linguagem com a abordagem. Pegar o gancho que interessa ao público, ao que realmente interessa à vida de cada um, quer dizer, humanizando a informação econômica e aplicando a linguagem quase futebolística em cima disso. Por exemplo, eu uso muita metáfora, porque a metáfora é um mecanismo poderoso de comunicação. Às vezes você converte uma grande idéia em uma frase. Além disso, tem sua graça própria a metáfora e as pessoas ficam repetindo. Então, tem algumas expressões, como “economês”, fui eu que inventei. (grifos nossos).¹⁰¹

Para Luís Nassif, os jornalistas de economia ganharam uma aura de milagheiros durante a cobertura dos planos econômicos e formaram, nessa época, uma elite no interior da própria profissão. Tinham mais *status* e também melhores salários:

Nos anos 1970, por exemplo, o bom jornalista de economia era o que tinha o melhor caderno de endereços de autoridades. Nos anos 1980, por conta dos pacotes econômicos, ganhou uma aura aí que os jornalistas de economia dariam dicas para você enriquecer, aquele negócio todo, numa mitificação fantástica. Eu diria que, até o Plano Real, o jornalista de economia tinha um peso desproporcional à sua importância porque era visto como milagroso. O cara, quando era jornalista de economia, tinha uma diferença grande com relação aos demais jornalistas perante o público comum. E, como se tinha muita instabilidade econômica, e todo mundo estava meio perdido, então aquele que apontava caminho era visto como milagroso. De 1994 em diante, reduziu-se essa aura do jornalismo econômico (grifos nossos).¹⁰²

Nassif analisa o mercado como muito restrito para a atuação dos jornalistas que se destacam e fala como construiu sua credibilidade e sua proximidade com o público:

A referência é um trabalho continuado. Você tem jornalistas que surgiram aí e, em alguns desses planos, tiveram destaque e depois não tiveram continuidade. E o mercado é muito restrito. Então, se você está ancorado numa grande publicação, você tem espaço. Quando você perde essa âncora, você tem de achar outro espaço. Por exemplo, no período em que eu larguei a *Folha*, eu tinha a *TV Gazeta* e a *Rádio Bandeirantes*. Aquilo lá me garantia um espaço grande. Agora, que eu saí da *Folha*, eu esperei um tempo que eu teria de dar um mergulho aí até que o conceito

¹⁰¹ *Ibidem*.

¹⁰² Entrevista de Luís Nassif concedida à autora em São Paulo em 26 de março de 2007.

blog pegasse. Para minha surpresa, dois meses depois, eu estava com mais solicitação de palestra do que eu tinha antes. Hoje, eu acho que meus textos têm mais repercussão do que os que eu andei escrevendo na minha última fase da *Folha*. Quando eu saí da *Folha*, eu tinha uma *newsletter* e um programa de televisão. Para você chegar no público, era complicado. Hoje, de repente, você faz um veículo desse e vai para a internet. Pelas próprias características do veículo, de interação, a condição que você tem de formar a opinião e de receber uma resposta do leitor é imbatível (*grifos nossos*).¹⁰³

Observa-se que tanto Nassif quanto Beting chamam atenção sobre esse mercado paralelo para o jornalista de economia, que é o de realização de palestras em seminários e outros eventos de empresas. Essa é uma área muito bem remunerada, segundo destacaram os dois jornalistas. Beting conta, inclusive, que gosta de dar palestra, porque realiza um pouco um sonho frustrado que era o de ser professor:

Se eu pudesse voltar a fita, eu gostaria de ser professor. Fui até convidado pelo meu professor, o Fernando Henrique Cardoso, para ser professor, lá em 1961, na USP. Eu fiz um trabalho no mestrado chamado “Adaptação da mão-de-obra nordestina na indústria automobilista de São Paulo”. Ele foi assistente da tese, gostou muito e deu nota 10 para a tese. E me convidou para continuar na academia, como assistente. Mas eu tinha problema de arrimo de família e tinha de ter três empregos fora. E no jornalismo eu saí para a economia, sabendo que eu podia desenvolver melhor do que no futebol. E deu certo. Mas eu tenho uma atividade paralela, que são as palestras, que eu faço em empresas, escolas, sindicatos, às vezes, e simpósios, seminários e congressos. Eu tenho uma demanda de uma palestra por dia. Eu não posso atender todo mundo e cobro, porque é um trabalho de informação qualificada que vale até como consultoria. Então, isso tem um preço. E nunca vi conflito de interesse em trabalhar com auditórios corporativos ou acadêmicos. Só que para a academia eu não cobro nada. Para a empresa eu cobro, porque vão me tomar um tempo. Tenho de preparar palestra, tenho de viajar. Agora, é uma atividade que me dá um retorno financeiro maior do que o da mídia convencional. Então, eu estou acumulando as duas para ter um patrimônio razoável, até porque eu estou completando agora 50 anos de jornalismo e 45 de informação econômica. Mas essa atividade de palestra me realiza como professor. Só que a sala de aula não tem 40 pessoas. Tem 400 pessoas. Então, você fica ali, literalmente, dando uma aula, com direito a debate, a pergunta, de uma hora, uma hora e meia. Então, me realizo ali mais como professor do que como jornalista ou palestrante. E procurando não ser professoral. Tento ser um palestrante muito aberto (*grifos nossos*).¹⁰⁴

¹⁰³ *Ibidem*.

¹⁰⁴ Entrevista de Joelmir Beting concedida à autora, em São Paulo, em 26 de março de 2007.

Em seu relato, Beting conta também que foi convidado para ser paraninfo de turmas de economia em diversas faculdades de economia do país:

No meio universitário eu fui eleito mais de 250 vezes patrono ou paraninfo, em São Paulo e no Brasil. E eu parei de ser patrono ou paraninfo num momento em que, de repente, a minha agenda já não permitia mais honrar o compromisso e se é um compromisso sagrado é você aceitar um convite da turma de economia da Federal do Rio para patrono. Na época também tinha formatura, hoje nem tem mais, mas naquela época tinha. Então, eu cheguei a passar de 200, acho que foram 267 turmas de formandos em economia, administração, engenharia, agronomia, direito, medicina. Acho que eu tenho umas 30 turmas de médicos, hoje, que são todos meus afilhados (risos). Alguns até médicos notáveis, hoje, que são meus afilhados. Aí na internet, onde cabe tudo, apareceu num site uma listagem, da qual não me recordo o nome agora, que o terceiro maior paraninfo do Brasil foi o Assis Chateaubriand, mais do que o Roberto Marinho, que viveu 96 anos. Depois, o segundo foi Dom Helder Câmara. E o primeiro foi Joelmir Beting (grifos nossos).¹⁰⁵

Aliás, o número de convites para proferir conferências e também o fato de ser paraninfo de turmas de formandos em economia em diversas escolas do país – como cita Beting – podem ser tomados como indicadores da respeitabilidade desse profissional no campo dos economistas também, uma vez que atua como intérprete dos fatos econômicos para o público, mesmo sem ser economista.

Sobre a consolidação de sua carreira, Miriam Leitão também a atribui, como o faz Beting, ao fato de estudar o campo econômico permanentemente:

O jornalista está sempre muito exposto, e um erro pode custar muito caro. Um erro de avaliação, de análise. Eu acho que, se tem um segredo, é você estudar todos os dias. Eu aprendi que temos de fazer aquilo que me ensinaram no primário: estudar todos os dias. Eu sempre fui muito estudiosa. No Espírito Santo, eu passei em primeiro lugar no vestibular sem ter feito cursinho. Então, sempre fui aquela pessoa estudiosa. Até hoje, sou a mesma pessoa estudiosa que um dia os professores lá do ensino fundamental formaram em Caratinga. (...) Então, eu tenho de ajudar as pessoas a entenderem. Por que eu chamo de ajudar? Imagina um médico ali, atendendo um paciente, tentando entender como é que ele faz com um caso novo, um remédio novo, e eu posso precisar procurá-lo daqui a pouco para curar a minha doença. E posso ajudar esse médico, esse professor ou esse advogado. Eu tenho de ler algumas coisas que ele não vai ter tempo de ler. Quem vai ler, se não for jornalista ou gente especializada no assunto, o parecer do Ibama sobre a hidrelétrica do Rio Madeira? Eu é que tenho de ler 226 páginas chatíssimas para entender e trocar aquilo em miúdos para que o médico, que está ocupado, cuidando

¹⁰⁵ *Ibidem.*

do doente diga assim: “Eu acho que é uma boa ou não é uma boa ter hidrelétrica do Rio Madeira” (*grifos nossos*).¹⁰⁶

Está presente no relato da jornalista uma imagem da profissão. Ela atribui valores e sentidos para seu exercício profissional. Atribui ao jornalismo de economia uma função social dentro do próprio campo jornalístico e no campo social como um todo. Duas idéias aparecem novamente: o saber (ter conhecimento especializado, que ela enfatiza vir do estudo e não é qualquer um que tem tempo para isso; o jornalista tem de ter) e o poder de comunicação, que é o “trocar em miúdos”, apresentar o fato com linguagem fácil. Dessa forma, ela define da seguinte forma sua própria função:

O que é que eu sou hoje? Eu pego a informação, a processo e a entrego. Mas eu entrego com um diferencial, que é a minha própria opinião, que está marcada na maneira como eu interpreto, analiso e apresento. E porque é isso que o mercado pede de mim. É para isso que me empurram. Por exemplo, outro dia eu fiz uma coluna em que eu mostrei os dois lados sobre determinado tema e ficaram brincando: o que que é, você ficou em cima da barragem? Porque era uma discussão sobre hidrelétrica. Eu não posso falar sem estudar. Se eu falar o que eu acho sem estudar, no terceiro assunto que eu for abordar, vai virar palpite (*grifos nossos*).¹⁰⁷

Os jornalistas de referência do campo econômico atuam como analistas da notícia de economia, pois fazem interpretações e emitem suas opiniões sobre os assuntos de outro campo que não o jornalístico, conforme esse último trecho do relato de Miriam Leitão destaca.

Eles se posicionam, dentro do campo jornalístico, como analistas dos assuntos do campo econômico, dotados de uma autoridade jornalística específica para isso, conquistada pela experiência e pelo estudo que adquiriram na área.

Como se constitui a autoridade dos jornalistas perante o público? A abordagem sobre autoridade jornalística tem sido feita por muitos pesquisadores. Ao analisarem a mídia como um lugar de produção e circulação de memória, estudiosos têm defendido a tese de que a mídia não leva apenas ao enfraquecimento ou esfacelamento da memória, mas funciona como um lugar onde a amnésia e a memória podem coexistir, ainda que de forma tensa (HUYSSSEN, 2000; COLOMBO, 1986).

Na esfera do jornalismo, essa tensão adquire maior nitidez: ao tentarem agir como uma fonte de conhecimento codificado para a sociedade, os jornalistas disputam com

¹⁰⁶ Entrevista de Miriam Leitão concedida à autora, no Rio de Janeiro, em 15 de maio de 2007.

¹⁰⁷ *Ibidem*.

outras profissões – médicos, advogados, policiais – o papel de legítimos intérpretes da realidade. Dessa forma, para reforçar sua autoridade, eles tendem a construir a notícia de modo que apenas a sua versão seja memorável.

Preocupada com tais questões, Barbie Zelizer (1992) analisou as narrativas jornalísticas sobre o assassinato do presidente norte-americano John. F. Kennedy e os modos pelos quais os jornalistas transformaram a história do assassinato em uma narrativa sobre si mesmos, reforçando sua posição como autoridades culturais acerca dos eventos do “mundo real”. Nesse estudo, ela parte do pressuposto de que a autoridade age como uma fonte de conhecimento codificado que orienta as pessoas acerca de padrões adequados de ação, criando uma comunidade entre as que compartilham noções semelhantes sobre ela. Dessa forma, a memória coletiva é importante para as discussões sobre a autoridade cultural porque possibilita a emergência dos padrões de autoridade através do tempo.

Ao se referir ao termo “memória coletiva”, a autora nos remete ao clássico conceito de Maurice Halbwachs (1990). De acordo com essa concepção, a memória não fica adstrita ao indivíduo e se constrói na inter-relação dos sujeitos de forma compartilhada. Dessa forma, é produzida à medida que o indivíduo se relaciona com a família, a classe social, a Igreja, o Estado, enfim, com os grupos de convívio e de referência particulares. Assim, torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo. Trata-se de uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, que, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais. Daí a importância da distinção entre as memórias coletiva e individual.

Enquanto a individual compreende as representações que compõem o quadro da personalidade e da vida pessoal do indivíduo, a coletiva abrange as representações impessoais de determinados grupos sociais. Essas duas memórias necessariamente se interpenetram. A individual utiliza a coletiva para precisar suas representações e cobrir suas lacunas. A coletiva, por sua vez, também envolve as memórias individuais.

Sob esse ponto de vista, a autoridade jornalística pode ser entendida como um conjunto de estratégias utilizadas pelos jornalistas para se firmarem como porta-vozes legítimos e confiáveis da realidade. Isso é especialmente relevante na medida em que outros grupos – advogados, historiadores, políticos – também se valem de construções da realidade para moldar os eventos externos nos seus próprios termos. Nesse sentido, a autoridade jornalística está constantemente em disputa com outras supostas autoridades.

No caso do assassinato de Kennedy, Zelizer (1992, p.1-13) demonstra que grupos diferentes, com agendas próprias, promoveram versões diferentes e competitivas dos eventos da morte do presidente desde o momento em que ela ocorreu. Ao rememorarem esse episódio, os jornalistas revelaram, por meio dos seus padrões de repetição da narrativa, os modos como eles se auto-atribuíram autoridades interpretativas legítimas acerca do ocorrido, as maneiras pelas quais certas interpretações difundiram-se por meio das empresas noticiosas e o modo como os repórteres marginalizaram outros grupos, que tinham versões alternativas dos mesmos eventos. Esses padrões sugerem que os jornalistas funcionam como uma comunidade interpretativa, como um grupo que se autocredencia por meio de suas narrativas e memórias coletivas. A análise dos depoimentos dos três entrevistados – Beting, Nassif e Miriam Leitão – demonstra isso com bastante clareza.

Zelizer (*ibid.*) considera a comunidade jornalística não apenas como uma profissão, mas também como uma comunidade interpretativa que usa as narrativas e as memórias coletivas para se manter coesa. Pelo uso da narrativa, o papel do indivíduo, a organização/instituição e a estrutura da profissão tornam-se fatores-chaves no delineamento dos comos e porquês da prática jornalística. Por meio dos fatos e tradições narrativas compartilhadas – uma espécie de “trabalho secreto” –, os repórteres são capazes de exprimir valores e idéias coletivas que os ajudam a manter-se como uma comunidade interpretativa autorizada perante eles próprios e perante o público para o qual se dirigem.

Diversos estudos têm demonstrado que a autoridade interpretativa dos jornalistas se fundamenta em bases contraditórias (ZELIZER, 1992; CAREY, 1987; TUCHMAN, 1993), como a objetividade e o senso comum. Michael Schudson (1978), ao investigar as razões que levaram os jornalistas norte-americanos a buscar na objetividade o princípio de legitimação de sua autoridade para descrever e interpretar o mundo, constatou que o ideal de objetividade foi uma reação contra o ceticismo e o pessimismo que dominavam a sociedade norte-americana no período entre guerras. Nesse contexto, esse ideal surgiu como afirmação consensualmente validada sobre a realidade, baseada em uma radical separação entre os fatos e a opinião.

Essa “nova” maneira de construir o noticiário, associada a uma prática íntegra e imparcial, conferiu maior prestígio à comunidade jornalística, implicou uma melhora de salários e um aperfeiçoamento da profissão. Além disso, aproximou o discurso jornalístico do discurso da ciência, à medida que também foi responsável pelo desenvolvimento de um conjunto de valores e concepções – que, longe de serem estáveis e absolutos, estão em constante mutação – compartilhado pelos jornalistas no desempenho de sua profissão.

O discurso jornalístico, porém, não é considerado legítimo apenas por manter certo distanciamento, mas por estimular uma constante identificação com o público ao qual se dirige. Para tanto, ele se aproxima da lógica do senso comum.

Richard Campbell (1991, p.1-24) sugere que a naturalidade com que as notícias são percebidas advém do senso comum presente em sua estrutura e reconhece cinco características dessa presença no noticiário. A primeira seria a obviedade: as notícias parecem naturais e transparentes na medida em que não chamam atenção para o processo em que foram construídas. A segunda seria a praticidade: são práticas, porque obedecem a pressões cotidianas, de data e de hora, do jornalismo.

As notícias teriam pouca densidade: são pouco densas, porque defendem uma postura literal ou descritiva, sugerindo que os fatos são transparentes e, geralmente, não ambíguos. Como o senso comum, seriam não-metódicas porque se expressam não em métodos formalizados ou em leis codificadas, mas na reserva cultural de provérbios e de outras instâncias da sabedoria convencional: “ater-se aos fatos” ou “contar os dois lados de uma história” funcionam como provérbios que justificam os relatos jornalísticos sem demandar uma auto-análise. E, por fim, proporcionariam acessibilidade: a compreensão da notícia, em regra, não requer nenhum conhecimento específico.

Na prática, a conciliação da objetividade com o senso comum não é nem um pouco simples. Diversas estratégias têm sido usadas no desempenho dessa tarefa. O emprego de convenções narrativas é uma delas. De acordo com Schudson (1978), essas convenções são maneiras incontroversas e despercebidas por meio das quais os jornalistas interpretam o mundo sem parecer distantes da objetividade. Elas ajudam a tornar legíveis as mensagens que são culturalmente consoantes e ilegíveis as que são culturalmente dissonantes. Sua função não é aumentar ou diminuir o valor de verdade das mensagens que elas transmitem, mas traçar os limites dos tipos possíveis de verdade que podem ser ditos.

A adoção de um lead, da técnica da pirâmide invertida em detrimento de um relato cronológico do evento, a separação entre as notícias “de fato” e as de opinião, o uso de aspas de citação, a escolha de palavras neutras, a apresentação de ambos os lados da questão e o uso do ponto de vista distante da terceira pessoa são alguns exemplos de convenções noticiosas. No caso dos comentaristas de fatos econômicos, ocorre o contrário. Os leitores de Miriam Leitão, por exemplo, querem que ela se posicione, que emita a sua opinião sobre os assuntos que comenta.

Essas convenções noticiosas fazem parte do campo jornalístico, que, como os outros campos, baseia-se em um conjunto de pressupostos e de crenças partilhadas (para além das diferenças de posição e de opinião). Esses pressupostos, os que estão inscritos em certo sistema de categorias de pensamento, em certa relação com a linguagem, estão no princípio da seleção que os jornalistas operam na realidade social, e também no conjunto das produções simbólicas (BOURDIEU, 1997, p. 67)

Não há discurso (análise científica, manifesto político, etc.) nem ação (manifestação, greve, etc.) que, para ter acesso ao debate público, não deva submeter-se a essa prova da seleção jornalística, isto é, a essa formidável censura que os jornalistas exercem, sem sequer saberem disso, ao reter apenas o que é capaz de lhes interessar, de “prender sua atenção”, isto é, de entrar em suas categorias, em sua grade; e ao relegar à insignificância ou à indiferença expressões simbólicas que poderiam merecer atingir o conjunto dos cidadãos (*ibid.*).

2.1.2 Estratégias de construção do texto jornalístico

A aquisição de poder simbólico do jornalista referência no campo econômico –que se situa em um dado lugar de autoridade para analisar os fatos dessa área – passa por estratégias de construção de um texto jornalístico com capacidade de transmitir a informação de economia de forma objetiva, para ser assimilada pelo leitor, telespectador ou ouvinte. Beting explica sobre como desenvolveu seu trabalho nesse sentido a partir da década de 1970:

Eu passei a fazer multimídia diário: a mídia impressa, a eletrônica de rádio e de TV, e também estava fazendo coluna de economia para a *Veja*. A *Veja* também criou sua editoria de economia e abriu espaço de oito a dez páginas, coisa que ela não tem mais hoje. Mas, naquela época, ela abriu e eu participei junto com Mino Carta do projeto da editoria de economia da *Veja*. Então, esse era o clima, o ambiente, dessa época. Trabalhando nas três mídias, eu comecei a pensar em um negócio que eu estava vivendo, ou seja, vou refletir sobre aquilo. Aí eu comecei a descobrir que nós temos três linguagens para três mídias, três abordagens para três mídias e três pautas para três mídias, ou seja, o assunto que eu posso tratar no jornal, tipo reforma do FMI, eu não posso tratar no rádio da mesma forma, muito menos na TV. Até porque, no jornal, eu me permito escrever um texto para ser lido em até meia hora. No rádio, não posso ficar falando meia hora sobre o mesmo assunto. E, na TV, um minuto. Então, como você tem de fazer? Isto vale até hoje com a internet. Cada veículo tem sua pauta própria, no mesmo universo (grifos nossos).¹⁰⁸

¹⁰⁸ Entrevista de Joelmir Beting concedida à autora, em São Paulo, em 26 de março de 2007.

Para Beting, seu crescimento profissional deve-se, além do tempo de experiência, também ao tratamento diferenciado que ele deu à notícia nos diferentes veículos de comunicação. Segundo ele, cada veículo tem seu próprio tratamento de pauta. Assuntos apropriados para um jornal não são necessariamente para a TV ou para o rádio. A adequação do texto ao tipo de veículo deve ser apropriada no jornalismo de economia. A respeito dessa adequação, ele faz questão de detalhar:

Não basta a abordagem adequada. Você seleciona o assunto correto, aplica sobre ele a abordagem adequada, mas falta a terceira perna do tripé, que é a linguagem de cada um. Se eu pegar um texto de jornal e ler num microfone de rádio ou televisão, não vai funcionar. No rádio, principalmente, a linguagem é muito mais coloquial. É muito mais livre, com muito mais liberdade poética, mais do que na televisão. Rádio é o veículo que é mais solto em matéria de linguagem. O rádio aceita qualquer assunto, desde que tratado na linguagem de rádio. As pessoas estão ouvindo rádio como se estivessem numa churrascaria ouvindo a conversa da mesa ao lado. (...) E esse é o grande gancho do rádio e ele não morre, ao contrário, ele está cada vez mais forte por conta disso: as pessoas têm necessidade de ouvir alguém falando sobre alguma coisa, e ali, escondidinho, ele está sozinho. Por exemplo, o leitor de jornal, revista ou de livro é ativo, só lê o que interessa. O ouvinte de rádio ainda é, eu diria, é semi-ativo, ele ouve o que interessa, mas fica ligado no que não interessa. (...) Na TV, o telespectador é passivo, ele aceita e não interfere. A TV fica ligada, mesmo se o cara não está interessado no assunto. (...) Então, o leitor é ativo, o ouvinte é mais ou menos ativo e o telespectador é completamente passivo (*grifos nossos*).¹⁰⁹

Outra estratégia de Beting foi a utilização de metáforas, em seus textos, para traduzir o “economês”:

Foi o seguinte: quando eu fazia futebol, cuidei de mudar a linguagem do futebol, o “futebolês”. E aí, quando fui fazer economia, eu achei que tinha de fazer jornalismo mudando a linguagem, o “economês”, que era uma linguagem de economista escrevendo para economista. Então, hoje, você tem isso em algumas profissões. Você tem o publicitário fazendo anúncio para publicitário. Da mesma forma que o arquiteto faz arquitetura para arquitetos. E o advogado faz advocacia para advogados. E quando você vê qualquer parecer de justiça você fala: meu Deus, que língua é essa? Não dá para entender aquele “advogadês” todo. É advogado escrevendo para outro advogado. Não é para o público. E na economia era a mesma coisa. Não era para o público. Eu me lembro que uma vez eu tive de perguntar por telefone para um engenheiro o que era esse negócio de coeficiente de baixa hidraulicidade de Itaipu? É o nível do lago. Está bom! Obrigada. Coeficiente de hidraulicidade! Na economia, então, era uma festa esse tipo de coisa. Então, você começa a

¹⁰⁹ *Ibidem*.

traduzir isso, e o pessoal começa a entender e a gostar dos eventos, dos fatos e das análises econômicas. Então, vem o debate, em casa ou no bar, e se começa a discutir economia mais ou menos informado (grifos nossos).¹¹⁰

Está presente no depoimento de Beting, como um diferencial legitimador do campo profissional, o fato de que o jornalista fala para o público e não para os seus pares, como outros profissionais. Ao contrário de Beting, Miriam Leitão diz que não pretende ser didática e define o modo como desenvolveu o seu trabalho buscando a clareza:

Eu não quero ser didática, eu quero ser clara. Eu busco sempre a clareza, não o didatismo. Eu acho que o didatismo até tem seu papel. Tem uma hora que você faz um boxezinho “Entenda como funciona”. Isto aí é importante, uma janelinha bem explicativa, bem mastigadinha. Mas eu falo para pessoas inteligentes, pessoas inteligentes de qualquer classe, qualquer área do país (grifos nossos).¹¹¹

Ela destaca que trabalha em busca de localizar o que chama de “palavra agregadora” para traduzir os fatos econômicos:

Eu faço todo o esforço possível para ser clara. É a busca da palavra mais agregadora. Se tem uma palavra mais difícil e outra mais simples, eu uso a mais simples. Eu chamo palavras agregadoras aquelas que são entendidas por mais gente. Então, é obrigação do jornalismo ser claro. Se o seu leitor não te entendeu, a culpa é do jornalista. A clareza vem junto com o respeito ao leitor. Quando você coloca de uma forma clara, você está dizendo: você não é especialista nisso, mas você tem toda a capacidade de entender isso. Mas não é aquele didatismo de: eu sou a professora e vou te ensinar isso. Esta postura eu não quero ter nunca. É esta a diferença que eu faço: não sou professora, sou jornalista. (...) Então, eu quero é ser clara: quanto mais pessoas entenderem aquele assunto que está sendo tratado naquela semana, naquele mês, naquele dia, melhor (grifos nossos).¹¹²

Miriam Leitão explica como é seu trabalho na cobertura do campo econômico nos diferentes veículos de comunicação:

Eu tenho uma experiência, que é a seguinte hoje: eu faço uma coluna de jornal, que é publicada em vários jornais do Brasil, eu faço um comentário no *Bom Dia Brasil*, que é TV aberta, completamente diferente; faço um programa na *Globo News*, que é TV fechada, um público mais seletivo e tal; faço comentário em rádio, que geralmente é a pessoa que tem carro que está me ouvindo; e o jeito de falar no rádio é

¹¹⁰ *Ibidem*.

¹¹¹ Entrevista de Miriam Leitão concedida à autora, no Rio de Janeiro, em 15 de maio de 2007.

¹¹² *Ibidem*.

completamente diferente, porque você tem de ser bem próxima da pessoa. Na TV você tem a imagem. No jornal, tem o texto para ler, então, está ali, cérebro com cérebro. O rádio você tem de ser bem coloquial e bem próxima da pessoa, porque ele está ali dirigindo e você tem de pegar uma faixa da compreensão dele; ou ele está ali em casa tomando banho, se aprontando, ou está na ginástica. Então, você tem de ser próxima, bem coloquial, bem natural como se estivesse do lado dele. E isto é o truque do rádio. E faço blog (grifos nossos).¹¹³

Os três jornalistas ganharam destaque atuando, sobretudo, como comentaristas dos fatos econômicos. Esse formato jornalístico, do qual se espera especialização por parte de quem exerce a função, segundo registra José Marques de Melo (1985, p.89-90), surgiu na imprensa brasileira na década de 1950, principalmente com a expansão da televisão, e depois sofreu um declínio, após o Golpe de 1964, com a censura aos processos de difusão e também ao fechamento das fontes de informação. Com a abertura, a partir de 1975-1976, o gênero opinativo reapareceu com vigor. Muitos veículos, como a *Folha de S.Paulo* e a *TV Globo*, passaram a abrir seus espaços para comentaristas, como citamos anteriormente. Sobre esse crescimento depois da redemocratização, Melo acrescenta que:

Na imprensa escrita, esse gênero encontra na *Folha de S.Paulo* oportunidade para seu desenvolvimento e também para sua melhor configuração estrutural. (...) Outra inovação é a de valorizar o comentário econômico pela significação cada vez maior que a economia assumiu no quadro da modernização nacional. Emerge, então, o maior cultor desse gênero no país, que é Joelmir Beting (MELO, 1985, p.90).

Também faz parte das estratégias discursivas desses jornalistas de referência, além da atuação como comentaristas e colunistas, a publicação de livros, com análises sobre episódios importantes da economia brasileira. Beting escreveu os livros *Na prática a teoria é outra* (1973) e *Os juros subversivos* (1985), além de dezenas de ensaios para revistas semanais.

Luís Nassif escreveu *O Cruzado – por dentro do choque* (1986), *Jornalismo nos anos 1990* (2003) e *Os cabeças de planilha – como o pensamento econômico da era FHC repetiu os equívocos de Rui Barbosa* (2007). Também escreveu uma obra de crônicas: *Menino de São Benedito e outras crônicas* (2002).

Miriam Leitão participou de dois livros junto com outros jornalistas. Um é *Ciro Gomes – no país dos conflitos* (1994)¹¹⁴, outro é *ACM – Política é paixão* (1995)¹¹⁵. Ela

¹¹³ *Ibidem*.

¹¹⁴ É uma entrevista, transformada em livro, feita por cinco jornalistas (além de Miriam Leitão, Suely Caldas, Ancelmo Gois, Geneton Moraes Neto e Marcelo Pontes), com *Ciro Gomes*, quando ele era ministro da Fazenda do governo FHC.

também escreveu *Produtividade: a chave do desenvolvimento acelerado* (1998), baseado no relatório McKinsey.

Ao publicar um livro, o jornalista busca romper um pouco a barreira da efemeridade a qual aprisiona sua produção fragmentada nos jornais, que tratam das notícias no curso de um dia. Eles tentam projetar no tempo uma parte de sua obra. No caso dos jornalistas de economia, as publicações ajudam a alimentar seu *status* como profissionais analíticos desse campo.

2.1.3 Influência da TV na carreira

Para os profissionais entrevistados, a atuação na TV e simultaneamente em jornal impresso e em emissoras de rádio trouxe popularidade a seu trabalho. E essa consequência não ocorreu à toa. No Brasil, a TV reina absoluta entre os veículos de comunicação em termos de audiência. Um exemplo disso é que ela é considerada mais importante do que geladeira para grande parte da população. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Censo Demográfico 2000, o país tem 87,5% de casas com televisão e 82,5% com o outro eletrodoméstico.

O papel e a linguagem da TV têm sido objeto de análise de diversos estudos no campo da comunicação. O espanhol Jesús Martín-Barbero (2003, p.303-315), por exemplo, ao propor uma teoria social da comunicação, cita três lugares de mediação¹¹⁶ da TV: a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural.

Da família, como espaço das relações estreitas e da proximidade, a TV assume e forja os dispositivos fundamentais: a *simulação do contato* (o tom coloquial e a imitação de um diálogo) e a *retórica do direto* – que organiza o espaço da TV sobre o eixo da *proximidade* e da *magia de ver*, por oposição ao espaço cinematográfico dominando pela distância e pela mágica da imagem. No cinema, explica Martín-Barbero (*ibid.*, p.306-307), a função comunicativa central é a poética, quer dizer, transfiguração arquetípica da realidade. Na TV, a visão predominante é aquela que produz a sensação de imediatismo, que é um dos traços que dão forma ao cotidiano.

¹¹⁵ Esse livro traz uma longa entrevista de ACM aos jornalistas Marcelo Pontes, Maurício Dias, Miriam Leitão, Rui Xavier e Ancelmo Góis.

¹¹⁶ O conceito de mediações foi introduzido originalmente por Jesús Martín-Barbero para abordar a interação entre os meios e seus públicos. As mediações são entendidas como o lugar do qual é possível perceber e compreender a interação entre o espaço da produção e o de recepção. O autor diz que o que se produz na televisão não responde unicamente a requerimentos do sistema industrial e a estratégias comerciais, senão também de exigências que vêm da trama cultural e dos modos de ver. A TV assume, segundo ele, demandas dos grupos receptores, mas não pode legitimar essas demandas sem ressignificá-las em função do discurso social hegemônico.

Com relação à temporalidade social, a programação que a TV oferece é marcada por uma estética da repetição e um sentimento de duração. A competência cultural, por sua vez, está relacionada com os modos de ver: “enquanto uma classe normalmente só pede informação à TV, porque vai buscar em outra parte o entretenimento e a cultura – no esporte, no teatro, no livro e no concerto –, outras classes pedem tudo isso só à televisão” (*ibid.*).

Sobre a influência da TV na sua carreira, Joelmir Beting acredita que:

A televisão te dá popularidade, mas não te dá prestígio. No jornalismo de economia, você precisa de prestígio, credibilidade. E isso não vem de TV, não. Isso é da mídia impressa. (...) Pelo conteúdo do jornalismo de economia, a informação impressa é que dá densidade, credibilidade ao jornalista, ou o próprio veículo. A TV pega carona no entretenimento, no *show business*, então, você até tem de fazer um pouco de *show business* tratando da notícia econômica (*grifos nossos*).¹¹⁷

Para Beting, a coluna que produziu na mídia impressa por 34 anos foi responsável pela consolidação de sua credibilidade, mas seu capital simbólico se construiu também pela sua atuação simultânea nos vários veículos.

Havia um somatório. Na coluna, você tinha prestígio, levava esse prestígio para a televisão. A televisão te devolvia aquilo em popularidade para a coluna. Então, tinha um agregado de leitores que só passava a te ler por causa da TV. Você tinha como referência a coluna.¹¹⁸

Beting afirma que a capacidade de explicar o fato econômico, inclusive na TV, foi um diferencial, o que o ajudou a se tornar uma referência na área:

A gente informava conceitos, não só notícias, também conceitos dentro da notícia. Então, a gente foi, na verdade, popularizando o entendimento. E aí eu não estava sozinho. A partir desse momento, a gente tinha dez, 15, 20 colegas fazendo a mesma coisa e se espalhou pelas editorias todas (*grifos nossos*).¹¹⁹

Para Nassif, o fato de atuar na TV também ajudou na sua projeção e influenciou positivamente na recepção de seu trabalho nos diversos meios. “Ajudou pelo seguinte: eu comecei a ficar mais conhecido na questão do BNH e nos planos econômicos. Tinha esses

¹¹⁷ Entrevista de Joelmir Beting concedida à autora, em São Paulo, em 26 de março de 2007.

¹¹⁸ *Ibidem.*

¹¹⁹ *Ibidem.*

debates na televisão, e eu participava dos debates. Isso deu uma visibilidade grande”.¹²⁰ Ele conta que essa influência ocorreu, mesmo ele não tendo ido para a emissora de TV hegemônica no país, e destaca a independência que buscou como elemento de construção de sua credibilidade:

Em 1985 ou 1986, eu recusei um convite para ser comentarista da *Globo*. Eu mantive meu programa independente na *TV Gazeta* de São Paulo. Por quê? Porque eu queria ser dono do meu nariz, ter minha opinião. Eu saí da *Folha* brigado, em 1988/1989, e eu tinha o programa em uma TV pequena de São Paulo, fazia comentário no rádio e tinha minha agência de informações. Essa participação na TV também me trouxe retorno, mas porque eu tinha uma produção independente. Era um programa restrito, um programa que cobria mercado, agora, eu tinha um espaço para respirar. A opinião era minha. Eu não tinha restrição. Esse programinha na *TV Gazeta* de São Paulo tirava o sono do Sarney e do Fernando Collor. Tanto que foi tirado do ar pelo Marcelo Neto, na época em que estava na Radiobrás. Então, saí da *Folha* e, a partir de um certo momento, a *Folha* deixou de dar aquele oxigênio que sempre deu. Aí, você vai para o blog, que é um meio totalmente diferente. E o que o blog me dá? Total liberdade. Então, eu não consigo trabalhar em algo no qual tenha restrição de opinião (*grifos nossos*).¹²¹

Para Miriam Leitão, a popularidade em decorrência da TV existe, mas não deve influenciar no trabalho do jornalista:

Sobre a idéia do jornalista-celebridade, eu não acredito em celebridade. Não é que estou fazendo tipo, é porque, no jornalismo, você tem de exercer em público o seu trabalho e, na TV, mais ainda. Então, na cabeça de quem acompanha, o telespectador, às vezes fica uma mistura entre o jornalismo, os jornalistas e a parte de celebridade mesmo, que é o entretenimento. Muitos jornalistas confundem essas coisas. Mas eu cheguei muito velha na televisão para saber que jornalismo se faz com trabalho diário, que o jornalista bom é o operário da notícia, que essa idéia da fama, que o que te dá é contato mais direto com pessoas que podem aferir a qualidade do seu trabalho. Você tem uma reação mais direta de aprovação ou desaprovação. Você tem uma relação mais imediata, de primeiro grau, com o seu público do que o pessoal de jornal. Sou de jornal, televisão e revista, já passei por várias mídias e hoje estou em várias. Eu sei que a TV especificamente dá um tipo de notoriedade que, quando você é muito jovem, você confunde as coisas. Mas, quando você chega com maturidade, sabe que isso não existe. Isto é uma bobagem. É notório hoje e não é amanhã se você passa para outra mídia. O importante é o jornalismo, não é onde é feito. Eu já vi alguns achando que são atrizes, que representam a notícia. Mas eu já cheguei velha na televisão para acreditar nisso (*grifos nossos*).¹²²

¹²⁰ Entrevista de Luís Nassif concedida à autora, em São Paulo, em 26 de março de 2007.

¹²¹ *Ibidem*.

¹²² Entrevista de Miriam Leitão concedida à autora, no Rio de Janeiro, em 15 de maio de 2007.

A jornalista, em seu relato, faz questão de separar informação de entretenimento e critica os colegas de profissão que se comportam como celebridades. Sobre ser uma referência na imprensa de economia no país, ela diz que:

Eu não sei se eu sou referência. Eu sei que eu faço isso há muito tempo e estou exposta a várias mídias, e mídias muito poderosas como a TV Globo. Mas eu acho que tem muito jornalista de economia importante e referência no Brasil. Eu diariamente me pergunto o que eu preciso estudar, ler, ver, o que eu preciso buscar de informação, quem que vai me ajudar a informar a opinião sobre isso. E isso eu nunca vou perder. Isso eu sei que é o eixo central do meu trabalho. Eu sei que, se eu perder isso, vou virar uma palpiteira. Vou sair dando palpite. Palpite todo mundo pode dar. E todo mundo tem de ter o direito de dar palpite. O médico pode falar “Ah! Eu acho isso” sobre um assunto que não é da área dele. Mas eu não posso falar sem embasamento. Eu tenho de buscar meu embasamento (*grifos nossos*).¹²³

Observa-se no relato da jornalista o que ela entende como uma origem da autoridade de sua fala como comentarista: palpite todo mundo tem; o jornalista, no entanto, tem uma opinião embasada. A atuação em diferentes veículos, associada ao tempo de trabalho, para Miriam Leitão, a ajudou a construir sua credibilidade. Ela reitera mais uma vez a questão do estudo como sua prática constante:

Eu acho que o fato de estar aí há muito tempo contribuiu. Mas o que eu acho que me ajuda basicamente é o meu entendimento que eu sou uma privilegiada. Eu estou fazendo um curso que nunca vai acabar. Só quando eu morrer. Eu estou estudando. Me sinto aquela pessoa privilegiada que tem todos os professores disponíveis. Eu posso ligar hoje para qualquer pessoa. Tem gente que pode não me atender, mas eu posso ligar e falar: me explique isso! Então, você imagina que maravilha! A quantidade de professor bom que eu já tive na minha vida e entender o assunto mais profundamente. E “me explique isso” pode ser qualquer pessoa, de vários níveis, educacionais inclusive. Ele pode entender alguma coisa que eu não sei e vai me explicar como é que funciona. Então, acho que essa é a grande fonte de minha credibilidade. A grande fonte do meu trabalho é que eu sei que tenho de estudar todo dia, que amanhã eu vou estudar, e depois vou estudar, vou sempre estudar. E que eu tenho esse privilégio. A melhor coisa da vida é ser estudante. E eu estou estudando ao longo de toda a minha vida (*grifos nossos*).¹²⁴

¹²³ *Ibidem.*

¹²⁴ *Ibidem.*

E a popularidade adquirida com o trabalho na TV influenciaria no contato com as fontes e na forma de captar a informação econômica? Como esse processo ocorre no jornalismo interpretativo na visão desses jornalistas?

Joelmir Beting conta que desenvolveu um trabalho mais focado em pesquisa do que em entrevistas com fontes:

A gente trabalha com 30% de contato com as fontes e com 70% com documentação, o que é um desafio grande. Documentação não tem fim. Todo dia chega. No meu caso, que sou uma referência, eu não vou atrás da notícia, a notícia vem atrás de mim. Todo dia eu tenho na minha mesa um vasto material – trabalhos, estudos, ensaios, livros, relatórios e balanços. Tenho de fazer uma triagem daquilo e é pessoal, você não pode transferir para ninguém. Só você sabe qual é a importância desse ou daquele. E nesse documento é onde está o seu interesse ou não está o seu interesse. Se alguém fizer por você, você vai se perder no meio do caminho. Então, é um trabalho cumulativo de 15 horas por dia, não tem como fazer diferente. Você mais estuda do que trabalha, ou melhor, o trabalho virou estudo. Então, se alguém estuda economia no Brasil, é o jornalista econômico. Estuda mais do que economista. O jornalista tem de estudar mais economia do que economista, porque trabalha com uma documentação viva, diária, cumulativa, além das fontes perenes, das fontes permanentes, que são os grandes ensaios, os grandes autores, os grandes livros. Eu, por exemplo, não tenho reserva de um minuto para ler ficção de qualquer natureza. A minha cota de não-ficção e voltada para a economia política diária esgota todo o meu tempo. Quando eu quero refrescar a cabeça, fico ouvindo música, mais nada. E sempre trabalhei de segunda a domingo, das 8 da manhã às 22 da noite (*grifos nossos*).¹²⁵

Mais uma vez, a questão do estudo aparece no relato de Beting como algo muito importante para atuar como jornalista de economia, que lhe dá autoridade para falar sobre os fatos econômicos.

Sobre o relacionamento com as fontes, particularmente durante o período em que escreveu uma coluna sobre os fatos econômicos na *Folha de S.Paulo*, Luís Nassif diz que:

Eu sempre tive posição muito marcada. Nunca fiquei em cima do muro, digamos, na coluna. Agora, as fontes sabiam que eu não sacaneava. Então, eu não tinha dificuldades de ouvir fontes, mesmo as que eu criticava, porque elas sabiam que eu tinha convicções e, se tivessem bons argumentos, eu me curvava. Ter convicções não quer dizer você estar preso numa idéia e não mudar nunca. Você tem de estar aberto... O que eu sempre usei jornalisticamente é que você não tem um pensamento que é totalmente virtuoso, nem um que seja totalmente pernicioso. Vamos pegar o mercado de capitais, que vai ser fundamental para alavancar a próxima etapa do desenvolvimento. Então, com essa distorção, fica todo

¹²⁵ Entrevista de Joelmir Beting concedida à autora, em São Paulo, em 26 de março de 2007.

mundo aplicando em taxa de juros, ganhando dinheiro fácil, e não olha para cá. Então, quando você pega o pensamento desenvolvimentista, tem todos os exageros dos anos 1980 e tem um papel pró-ativo do estado. Então, eu acho que o papel do jornalista não é se envolver ideologicamente. Em todo o campo de conhecimento, você pode pegar as coisas boas, exemplos bons, e disseminar. (...) Então, o primeiro ponto é você estar aberto às idéias e o segundo ponto é a fonte saber que você não vai sacanear (grifos nossos).¹²⁶

Miriam Leitão explica que, muitas vezes, é complicado o relacionamento com as fontes ao trabalhar a notícia em vários veículos:

Olha, às vezes, é complicado. Porque o rádio quer que eu seja bem opinativa. E, às vezes, eu vou fazer uma crítica feroz a uma pessoa que depois eu precisaria ligar. Então, eu tenho de fazer uma opção. E faço opção por dizer claramente o que eu penso. Eu não posso deixar de dar minha opinião porque preciso daquela fonte depois. Eu não posso fazer essa escolha. Se eu fizer, eu estou traindo algo, ou aquela pessoa, o ouvinte de rádio (grifos nossos).¹²⁷

Ao analisar a posição desses jornalistas na cobertura de economia do país, verifica-se que eles se reconhecem como profissionais que pensam e estudam sobre os fatos econômicos, que se diferenciam na imprensa, porque conseguiram atuar principalmente no campo da análise (como colunistas e comentaristas). Seguindo esse raciocínio, eles teriam um papel de intelectuais na imprensa brasileira?

A questão do jornalista como intelectual envolve abordagens divergentes. Para Bourdieu (1997, p.66), o fato de estar próximo às instâncias do poder e de ter a chance de se exprimir publicamente leva jornalistas a se posicionarem como intelectuais.

Bourdieu ressalta que os jornalistas devem sua importância no mundo social ao fato de que detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação e, por meio desses instrumentos, sobre o acesso dos simples cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, ao que se chama por vezes de “espaço público”, isto é, à grande difusão.

Embora ocupem uma posição inferior, dominada, nos campos de produção cultural, segundo destaca Bourdieu, os jornalistas exercem uma forma raríssima de dominação: têm o poder sobre os meios de se exprimir publicamente, de existir publicamente, de ser conhecido, de ter acesso à notoriedade pública (o que, para os políticos e para certos

¹²⁶ Entrevista de Luís Nassif concedida à autora, em São Paulo, em 26 de março de 2007.

¹²⁷ Entrevista de Miriam Leitão concedida à autora no Rio de Janeiro em 15 de maio de 2007.

intelectuais, é um prêmio capital). No caso dos três profissionais citados, o fato de trabalharem em vários veículos de comunicação simultaneamente lhes conferiu ter acesso a mais canais para se fazerem ouvir. E eles detêm um lugar de poder enorme, porque trabalham no campo da análise de informações e podem, com seus posicionamentos, até mesmo influenciar decisões econômicas.

Bourdieu enfatiza que esse poder de se exprimir para o público proporciona aos jornalistas serem cercados (pelo menos os mais poderosos deles) de uma consideração muitas vezes desproporcional aos seus méritos intelectuais:

Eles podem desviar uma parte desse poder de consagração em seu proveito. O fato de que os jornalistas estão, mesmo os mais reconhecidos, em posição de inferioridade estrutural com relação a categorias que eles podem dominar ocasionalmente, como os intelectuais – entre os quais eles ardem por classificar-se – e os políticos, contribui sem dúvida para explicar sua tendência constante ao antiintelectualismo (BOURDIEU, 1997, p.66).

Mas, estando em condições de ter acesso permanente à visibilidade pública, à expressão em grande escala, principalmente no caso de quem trabalha na televisão, os jornalistas – principalmente os que atuam como comentaristas – podem impor ao conjunto da sociedade seus princípios de visão do mundo, sua problemática, seu ponto de vista. Bourdieu (*ibid.*) enxerga, portanto, de forma crítica os jornalistas que, ocasionalmente, se intitulam como intelectuais.

Já na perspectiva de Antônio Gramsci, todo homem é um intelectual. Para ele, os intelectuais não se constituem pela concepção de um “saber superior”, mas pelas funções que essa categoria assume nas relações sociais: “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1989, p.7).

No pensamento gramsciano, ser intelectual não quer dizer ter uma formação acadêmica específica, mas significa uma ação social, ser um tipo de agente capaz de fazer a ligação entre superestrutura e infra-estrutura, independentemente de sua escolaridade específica, mas em vínculo estreito com o “lugar” que ocupa nas relações materiais/sociais de uma determinada produção social.

Para Gramsci, a estrutura e a superestrutura formam um “bloco histórico”, isto é, um conjunto complexo e contraditório, no qual a superestrutura é o reflexo da totalidade das relações sociais de produção. Porém, é preciso observar que a relação entre superestrutura e infra-estrutura não se dá abstratamente. Ela acontece de maneira concreta,

histórica e teria de ser feita de forma orgânica, necessariamente, e ao intelectual caberia mais essa função (além da que lhe cabe na classe social): a de realizar a vinculação dentro do bloco histórico.

Gramsci fala dos jornalistas na sua abordagem sobre intelectual orgânico: “O tipo tradicional e vulgarizado do intelectual é fornecido pelo literato, pelo filósofo, pelo artista. Por isso, os jornalistas – que crêem ser literatos, filósofos, artistas – crêem também ser os ‘verdadeiros’ intelectuais” (GRAMSCI, 1989, p.8).

Ao discutir a emergência do “intelectual jornalista”, Fábio Henrique Pereira (2004, p.1-8) destaca que, na sociedade globalizada, a mídia ocupa seu espaço político e cultural, articulando-se com as massas, ao mesmo tempo em que define uma visão de mundo hegemônica. Sua centralidade, contudo, é ancorada também na ação dos intelectuais orgânicos, que lhe garantem unicidade e produzem um discurso midiático universalizante, calcado no ideal do interesse público. Nesse processo, atribui-se papel relevante ao jornalista.

Ele registra que vários pesquisadores, utilizando perspectivas teóricas distintas, já haviam apontado para a emergência dos intelectuais-jornalistas. Os autores espanhóis Ortega e Humanes (2001), citados por Pereira (*ibid.*), por exemplo, dizem que os jornalistas teriam preenchido o vácuo intelectual deixado pela igreja e pelos partidos políticos. A mídia seria responsável por estabelecer um horizonte de referências culturais e modificar a estrutura da pauta cotidiana por meio da construção de uma realidade que vai além da representação. A função do jornalista seria, portanto, a de sistematizar a produção e a distribuição da cultura a partir de princípios incontornáveis – as rotinas produtivas –, que funcionariam à maneira dos paradigmas científicos.

Eles baseiam sua análise não só na importância adquirida pelas corporações midiáticas na sociedade contemporânea, mas no crescente prestígio que os jornalistas desfrutam junto ao público, na medida em que vários deles figuram entre as constelações de famosos e possuem grande autonomia na produção do noticiário. Esse é o caso dos jornalistas de referência na cobertura e análise das notícias de economia que foram estudados neste capítulo.

Outra abordagem interessante foi feita por Beatriz Sarlo (1997, p.159-168) em uma perspectiva ligada aos estudos culturais. Para ela, os intelectuais no sentido “clássico”, detentores de um monopólio discursivo calcado na diferença de saberes, estariam, agora, imersos em uma rede, onde se sobressairiam técnicos e intelectuais ligados à comunicação de massa. Dois fatores teriam contribuído para a diluição dos saberes intelectuais em uma

espécie de “pluralismo midiático”: a ascensão dos saberes técnicos em detrimento dos saberes filosófico-morais e o fim das utopias políticas. A autora acredita que só a mídia seria capaz de estabelecer uma relação comunitária de proximidade com o público.

Para Pereira (2004, p.1-8), os jornalistas seriam intelectuais orgânicos, que desempenham funções hegemônicas na sociedade, por meio das instituições midiáticas. Concordamos com a perspectiva apontada por Pereira, mas entendemos que ela não se estende a todos os jornalistas. Alguns, por alcançarem uma posição de prestígio – entre os próprios colegas de profissão e também por parte do público –, se posicionam na imprensa como intelectuais pelo fato de deterem o “poder” de analisar e comentar fatos jornalísticos. É o caso dos jornalistas de referência citados nesta abordagem, que chamamos de “particular”, sobre essa categoria.

No próximo tópico, partimos para a abordagem “geral” sobre os jornalistas de economia, considerando como essa categoria se caracterizava nos anos 1970 (regime militar), no período específico estudado (a partir da “Nova República”) e no início do século XXI.

2.2 Perfil profissional dos jornalistas de economia

O perfil do jornalista de economia mudou do regime militar para a “Nova República”? Quais as características gerais dessa categoria no final do século XX? Por meio de análise documental em pesquisas realizadas, é possível verificar traços desse grupo profissional nesses períodos.

Nos anos 1970, o jornalista de economia começava a buscar uma maior especialização para atuar nessa cobertura, além da formação de nível superior. Em uma pesquisa sobre o jornalismo dessa área no período do regime militar, Quintão (1987, p.121-124) registrou o perfil do profissional nessa época, a partir de informações levantadas por meio de questionário com 82 dos 150 participantes do 1º Encontro de Jornalistas de Economia, realizado no dia 27 de outubro de 1979, no Rio de Janeiro.¹²⁸

¹²⁸ O evento foi patrocinado pelas três associações desses profissionais criadas na década de 1970: a Associação dos Jornalistas de Economia de São Paulo (AJOESP), fundada em São Paulo, em 1972, com 70 associados; a AJEF, que surgiu em 1973, no Rio de Janeiro, com 50 sócios; e a AJOEB, criada em 1976, em Brasília, com cerca de 100 associados. O objetivo era se fortalecer como categoria, porque esses profissionais tinham dificuldade de acesso às fontes e estavam submetidos ao rigor da censura (Quintão, 1987, p.118-121). Com a redemocratização do país, Abreu (2003, p.48) registra que essas associações deixaram de existir, porque acabaram perdendo o objetivo, à medida que se ampliaram as fontes de informação e que deixou de ser um privilégio de alguns o acesso aos responsáveis pelas decisões políticas e econômicas do país.

Participaram desse evento jornalistas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Sergipe, Ceará, Pernambuco e Bahia. O levantamento das informações sobre esses profissionais mostrou que a maioria começou a atuar no período do “milagre econômico”: 92,6% iniciaram suas atividades jornalísticas entre 1967 e 1976 e 38% entre 1969 e 1972.

Rio de Janeiro e São Paulo apareceram como os Estados que mais empregavam esses profissionais. Dos 82 entrevistados, 42,7% começaram a trabalhar na profissão no Rio e 36,6% em São Paulo. Juntos, esses dois centros urbano-industriais absorviam 79,3% dos jornalistas de economia no país nos anos 1970.

Com relação à formação desse profissional e seu preparo formal para o exercício das atividades dessa cobertura jornalística, a pesquisa feita por Quintão (1987, p.121-124) mostra que 60,9% eram graduados apenas em Comunicação e 27% em outro curso da área de ciências sociais: 9,7% em Ciências Sociais; 8,5% em Economia; e 8,5% em Direito. O percentual restante representava os que começaram, mas não concluíram um curso superior e os que não tinham nenhuma formação universitária.

Dos 79,5% dos jornalistas com curso superior, 43% estudaram no Rio de Janeiro e 36,5% em São Paulo. Os graduados em Comunicação Social começaram a ocupar espaço nesse mercado de trabalho já a partir de 1966.¹²⁹ As instituições mais citadas como local de formação desses profissionais foram: as Faculdades Cândido Mendes e a de Filosofia, a UFRJ e a PUC, no Rio de Janeiro; e a Faculdade Cásper Líbero e a USP, em São Paulo.¹³⁰

Nos anos 1970, poucos jornalistas tinham pós-graduação. A pesquisa feita em 1979 mostrou que apenas dois dos 82 entrevistados tinham feito esse tipo de curso, sendo que um fez mestrado em comunicação pela PUC-Rio e, o outro, mestrado em economia internacional em São Paulo.

O jornalista tinha uma formação suficiente para atuar no jornalismo de economia? Quintão (1987, p.121-124) constata que a experiência desses profissionais para cobrir a área não era suficientemente sólida nessa época. Os cursos acadêmicos formais apresentavam deficiências do ponto de vista da preparação para essa cobertura específica.

¹²⁹ Somente em 1969 o diploma de bacharel em jornalismo ou comunicação passou a ser de fato condição para se obter o registro profissional e para o exercício das atividades (através do decreto-lei 972, de 17 de outubro de 1969). Mas o movimento para a consolidação de uma formação específica da categoria começou em 1938, quando Getúlio Vargas, através do decreto-lei n.910, dispôs sobre as condições de trabalho nas empresas jornalísticas e criou as escolas de jornalismo (RIBEIRO, 2007, p.93). Os cursos de jornalismo de nível superior haviam sido criados em 1943, mas a grande procura por eles deu-se a partir dos anos 1960 (ABREU, 2003, p.31).

¹³⁰ O primeiro curso regular de jornalismo do país foi fundado pela Fundação Cásper Líbero, vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Bento, da PUC de São Paulo, autorizado pelo decreto nº. 23087, de 19 de maio de 1947. O primeiro curso de uma instituição pública foi criado na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, a atual UFRJ (RIBEIRO, 2007, p.293-294).

Nessa fase, surgiram cursos rápidos de especialização ou treinamento nessa área (25,6% dos entrevistados afirmaram que o fizeram em busca de suplementar sua formação).

No que diz respeito ao posicionamento dos jornalistas de economia sobre sua atuação no período, Quintão identificou nesse grupo duas principais correntes nos anos 1970. Uma defendia o treinamento e a especialização como fundamentais para a preparação dos repórteres de economia, considerando-a um instrumento novo e essencial para o exercício da profissão na área. E a outra entendia que a especialização, pelo contrário, servia para legitimar um regime político autoritário e o sistema econômico concentrador de renda e alienante em vigor. “Para esse segundo grupo, os jornalistas de economia tornam-se veículos de difusão da ideologia do segmento de classe que se apodera dos aparelhos do poder do Estado a partir de 1964” (QUINTÃO, 1987, p.110).

Em um período no qual a imprensa era vigiada pelo regime militar, predominou o oficialismo na cobertura de economia. Nesse contexto, freqüentemente ocorria a cooptação desse profissional por parte das autoridades governamentais.

Abreu (2001; 2003), em uma pesquisa realizada com 55 jornalistas da imprensa do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, também fez uma abordagem sobre o posicionamento político e a formação educacional desses profissionais. Ela verificou que, entre os jornalistas que ocupavam cargos de prestígio ou de direção nas redações, e iniciaram a vida profissional nos anos 1970-1980, houve um aumento dos que concluíram cursos universitários de Jornalismo (53%) em relação aos formados em Ciências Sociais, História ou Economia (23%) e em Direito (6%). Na geração anterior, a que ingressou nas redações no período do pós-guerra ou durante os anos 1950, somente 8% tinham feito o curso de Jornalismo; e os que freqüentaram universidade, em sua maioria, concluíram a graduação em Direito (ABREU, 2003, p.31).¹³¹

O estudo de Abreu, realizado no final do século XX, mostrou que a geração de jornalistas a qual iniciou a vida profissional nos anos 1960, durante o regime militar, viveu o auge do engajamento político. E também que a profissionalização foi, inclusive, procurada como recurso para uma atuação autônoma do ponto de vista político, “um meio de o jornalista obter o reconhecimento social através da especialização”.

¹³¹ O curso de Direito era procurado pela maioria dos jornalistas que atuavam na imprensa carioca no final do século XIX e início do XX, conforme registra Barbosa (2000, p. 61-112), em um estudo sobre os principais jornais diários do Rio de Janeiro entre 1880 e 1920. Em segundo lugar, vinham os cursos da área de Biomédicas. Grande parte dos jornalistas se formava nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Mapeando um total de 44 jornalistas oriundos das Faculdades de Direito, descobriu-se que 27 eram formados pelo Rio e sete por São Paulo. Nove outros haviam concluído o curso em Recife e apenas um no exterior (em Coimbra).

Antoine Prost (1998, p.14-26), citado por Abreu (2001, p.4; 2003, p.17), registra que o engajamento é típico do século XX, porque foi nesse século que caíram todas as barreiras as quais impediam o direito do indivíduo de se associar, se reunir e se expressar e ampliaram-se os sindicatos, os partidos políticos, os movimentos de reivindicação, as associações cívicas, etc. O engajamento é uma atitude pessoal, é uma decisão “voluntária”, e se engajar politicamente significa a adesão a uma ideologia e o exercício de uma atividade organizada no interior de um partido ou movimento.

Abreu (2001, p.4; 2003, p.17), ao citar Michelle Perrot (1998, p.4-13), explica que ser engajado é participar de um conjunto de valores, atitudes, de um processo de identidade. O engajamento teria nascido do sentimento de intolerável, diante da injustiça, da indignação provocada pela arbitrariedade, levando à idéia de que a passividade é culpada e cúmplice.

O indivíduo engajado se mobiliza em torno de objetivos políticos, que podem ser orientados para a luta pela garantia das liberdades democráticas, pelos direitos dos cidadãos, contra as ditaduras, pela reunião ou separação dos territórios de uma nação, em defesa da classe operária, em defesa dos oprimidos, etc.

No Brasil, ser engajado, nos anos 1960/1970, representava participar de ações a serviço de uma sociedade mais justa, mais igual, derrubar os militares do poder e implantar um regime democrático ou socialista. Nesse último caso, estavam os filiados aos partidos Comunista Brasileiro (PCB) e Comunista do Brasil (PC do B) e a outros movimentos de esquerda, bem como aos movimentos revolucionários de guerrilha que se formaram no final dos anos 1960 (ABREU, 2001, p.3-4; 2003, p.18).

A imprensa foi, para muitos jovens, o caminho para divulgar suas posições ideológicas, uma forma de exercer um engajamento político. Essa ação resultou na introdução de mudanças na forma de praticar o jornalismo.

Abreu (2001, p.6) registra que, dos entrevistados para sua pesquisa, 42% foram filiados a partidos ou movimentos de esquerda, sendo que 60% declararam sua filiação ao PCB durante os anos 1960/70. Os outros 40% se distribuíam entre os vários movimentos de esquerda que atuaram no final dos anos 1960 e que atraíram um grande número de jovens universitários, com propostas de mudanças sociais por meio da luta armada.

É importante assinalar que, no período pós-guerra, no Brasil, muitos jornais de prestígio e grande circulação tinham, entre seus jornalistas, filiados ou simpatizantes do PCB. A escolha por essa profissão era uma forma de exercer um engajamento político,

divulgar uma ideologia e atuar politicamente. No final dos anos 1960, foram os dissidentes do PCB que utilizaram a imprensa como forma de engajamento.

Essa predileção por parte das redações em contratar jornalistas “engajados” para seus quadros aparece em relatos de profissionais da imprensa que atuaram nessa época, como é o caso do feito pelo jornalista Cláudio Lachini no livro *Anábase – História da Gazeta Mercantil* (2000). Ao relatar o processo de modernização pelo qual passou esse diário de notícias de economia na metade dos anos 1970, ele registrou:

A redação do jornal foi se fortalecendo com novas contratações. Muitos eram ex-militantes da política estudantil. Luiz Fernando Levy¹³² chegou a confessar que preferia jornalistas de esquerda e, particularmente, quem tivesse passado pelo PCB por serem considerados “os melhores quadros da imprensa, disciplinados, combativos, leais e conservadores” (LACHINI, 2000, p. 24).

É possível verificar se o jornalista mudou com relação ao seu posicionamento político do regime militar para o período de redemocratização? Abreu (2001, p.12-13) afirma que, a partir dos anos 1980, esse engajamento começou a diminuir ou a assumir novas formas.

As editorias de economia, criadas ou reestruturadas durante a ditadura militar, com a abertura do país, continuaram a deter um grande prestígio nas redações. A redemocratização, no Brasil, se deu paralelamente à desilusão política com o socialismo, com a desagregação do regime comunista, com o desprestígio da ideologia marxista e com o fim das utopias de construção de um mundo socialista, mais justo e mais igual. Nesse contexto, velhas formas de engajamento político desapareceram, foi o momento de atitudes “apolíticas”, de recuo dos intelectuais, que não desempenhavam mais o papel de mediadores ou porta-vozes das idéias de mudança e de revolução. Houve uma ascensão dos técnicos, dos “experts”, dos jornalistas, que falavam sem paixões (*ibid.*).

Para Abreu, está nascendo um novo tipo de engajamento, em que o cidadão tem pouco interesse em uma participação institucional, não se interessa em aderir a um partido ou movimento, em atuar politicamente por meio de expressão artística, literária, etc. “O engajamento agora se atomizou e se privatizou. Não tem mais motivações revolucionárias, não quer mudar o mundo” (ABREU, 2001, p.12).

Os jornais passaram a valorizar os aspectos técnicos, mais profissionais do jornalismo, em detrimento de ideologias e da política. Atualmente, quando o país vive um

¹³² Luiz Fernando Levy herdou, em 1980, o jornal *Gazeta Mercantil*, fundado em 1920 e adquirido por sua família em 1934 (LACHINI, 2000, p.62).

período de plena liberdade de imprensa, com o funcionamento das instituições democráticas, há um desinteresse crescente, que é geralmente atribuído ao público consumidor de notícias, pelos temas políticos. Alguns jornalistas declaram que os leitores ou telespectadores têm um interesse cada vez maior pelo noticiário jornalístico de forma utilitária; o público se interessa por aquilo que ele pode usar, busca informações que podem lhe trazer algum ganho direto e imediato. Tem cada vez menos tempo para se dedicar à leitura de jornais; está cada vez mais seletivo, mais pragmático, utilitário. Por outro lado, houve uma enorme fragmentação de interesses e o número de assuntos que têm a atenção do público é cada vez maior.

A pesquisa de Abreu identificou, portanto, algumas orientações do jornalismo que são praticadas no início do século XXI. “Os jornalistas ontem eram engajados politicamente, tinham uma ação dentro de partidos políticos ou movimentos. Hoje são profissionais ou técnicos que vivem a crise do engajamento” (ABREU, 2001, p.13).

2.2.1 Mudanças no final do século XX?

Que outras mudanças podem ser observadas no grupo de jornalistas que atuam na cobertura de economia a partir das duas últimas décadas do século XX? O aumento da capacitação profissional por meio de cursos de pós-graduação e de extensão na área de economia no Brasil e no exterior é, certamente, uma delas, principalmente porque os profissionais enfrentam um mercado de trabalho muito mais concorrido e exigente do que o dos anos 1970 e 1980.

A partir da análise dos currículos de 491 profissionais publicados no livro *Jornalistas Brasileiros – quem é quem no jornalismo de economia* (RIBEIRO & PASCHOAL, 2005), resultado de um levantamento realizado entre dezembro de 2004 e maio de 2005, é possível verificar o perfil de quem produz a notícia de economia no início do século XXI.¹³³

Nesse livro, levaram-se em conta dois critérios para publicação dos currículos: jornalista que trabalha com economia e que tenha alguma ligação com um veículo de comunicação, considerando-se veículo agências de notícias, emissoras de rádio e de televisão, jornais, revistas e sites. Além dos que trabalham com economia em veículos ou

¹³³ Embora o período estudado seja de 1986 a 1999, a fonte de consulta para traçar o perfil profissional do jornalista de economia envolve informações também dos primeiros cinco anos do século XXI.

colaboram com algum deles, também foram incluídos os diretores de redação e/ou editores chefes.¹³⁴

A partir dos dados dessa publicação, constata-se que a maioria dos profissionais que atua no noticiário de economia é formada em Comunicação Social. Do total, 340 declaram ter graduação em jornalismo (69,24%), sendo que 44 desses também são formados em outro curso superior (8,96%).

Dos 44 que têm dupla formação, nove são formados em Jornalismo e em Economia (1,8% dos 491 entrevistados), seis em Jornalismo e em Letras, um em Jornalismo e em Matemática e sete em Jornalismo e Direito.

Dos que atuam como jornalistas, mas não são formados em Comunicação Social, somente três têm formação superior apenas em Economia; 12, em Direito, sendo que dois em Direito e em outra graduação da área de humanas; três, em Ciências Sociais e 14 têm graduações em outras áreas.

A região Sudeste abriga o maior mercado de trabalho para os jornalistas de economia e é onde se encontram as instituições de ensino mais procuradas para a formação acadêmica. Os 491 jornalistas da pesquisa de 2005 estão empregados ou têm outros tipos de vínculos trabalhistas com 108 veículos de comunicação, sendo que 65,75% estão nessa região (57 em São Paulo, dez no Rio de Janeiro, três em Minas Gerais e um no Espírito Santo). O restante está distribuído nas outras regiões do país: 11,11%, tanto no Nordeste quanto no Sul; 6,5%, no Centro-Oeste e 4,63%, no Norte.

Dentro do universo dessa análise, observa-se que o profissional que atua na cobertura dos fatos econômicos se emprega em pelo menos: oito jornais especializados nessa área; 41 jornais de cobertura geral, inclusive a de economia; em 18 revistas especializadas; em nove revistas gerais; em sete emissoras de TV; em três canais de TV a cabo; em dez agências de notícia; em sete emissoras de rádio e em cinco sites especializados.

Na região Sudeste, se formaram 52,74% dos 491 profissionais. Como nos anos 1970, São Paulo e Rio de Janeiro continuam sendo os dois grandes centros de formação acadêmica e de iniciação na carreira do jornalismo de economia: 180 se formaram em instituições paulistas e 52 em escolas cariocas. Do total, 39 graduaram-se na região Sul do país, 35, no Nordeste, 14, na Centro-Oeste e 8, na Norte.

¹³⁴ O universo de 491 entrevistados ficou dividido da seguinte forma: 402 jornalistas que atuam em redação; 72 que ocupam cargos de direção (diretor ou editor-chefe) e 17 classificados na publicação como “independentes” porque trabalham em redação e, embora não estejam vinculados a um veículo, continuam trabalhando com jornalismo econômico como *free-lancers*.

As instituições de ensino superior responsáveis pela formação da maior parte dos jornalistas de economia no país continuam sendo as tradicionais USP, Faculdade Cásper Líbero e UFRJ. Na sequência das mais procuradas, estão as PUC de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Ainda com relação à formação do jornalista de economia, observa-se que o profissional do final do século XX e início do XXI está mais preocupado em continuar a se capacitar. Dos 491 considerados na pesquisa, 31,6% fizeram uma pós-graduação: 86 fizeram especialização (17,5%); 30, mestrado (6,10%); 38, *Master in Business Administration* (MBA), que representam 7,73%, e apenas um fez doutorado.

O jornalista de economia está buscando se especializar mais para desenvolver a cobertura específica na qual atua. Das áreas procuradas para a pós-graduação, 81 fizeram cursos dentro do campo da economia (incluindo cursos de jornalismo de economia), 50 fizeram em comunicação e 21 em outras áreas.

A formação complementar por meio de cursos de extensão ou de curta duração também tem sido procurada para a absorção de conhecimentos específicos sobre os diversos segmentos que compõem a cobertura jornalística do campo econômico. Do total, 48 declaram que fizeram esse tipo de aperfeiçoamento profissional: 26, na área de economia; 15 fizeram treinamentos em jornalismo promovidos por veículos de comunicação (*Estado de S. Paulo*, *Editora Abril* e *Gazeta Mercantil*) e sete fizeram outros cursos na área de jornalismo.

2.2.2 Ocupação na redação: jovens na reportagem e experientes em cargos de direção

Verifica-se uma maior participação de profissionais jovens na imprensa de economia. A maior parte dos 491 jornalistas começou na profissão nas duas últimas décadas do século XX: 24,43% nos anos 1980 e 34% nos anos 1990. Por que a imprensa de economia no Brasil é formada predominantemente por jovens?

O fato de o século XXI ter começado mal para as empresas jornalísticas, que passaram a existir diante de um cenário de crise financeira, pode ser uma das principais causas. A crise que assolou o mercado e as empresas de comunicação, entre os anos 2000 e 2004, acabou expulsando do mercado jornalistas experientes e abriu espaço para jovens.

O crescimento do endividamento – com a tomada de créditos externos nos anos 1995-1998, com o dólar em baixa – somado a investimentos nem sempre bem sucedidos em telecomunicações e combinado com a estagnação da economia nacional, desde 2001,

levaram grandes empresas a refazer suas estruturas, renegociar dívidas com credores e a demitir funcionários.

A história mostra que, quando a economia do país vai mal, a mídia é um dos primeiros setores atingidos, porque empresas privadas, estatais e governo se retraem e cortam imediatamente verbas publicitárias. Empresas antes sólidas e de tradição, como o *Jornal do Brasil* e a *Gazeta Mercantil*, deixaram de recolher impostos, terceirizaram seus funcionários para não pagar encargos trabalhistas e, volta e meia, enfrentam greves por atraso de salários (CALDAS, 2003, p. 35).¹³⁵

Enquanto as editorias de economia das redações estão sendo ocupadas por jovens profissionais na produção da notícia, nos cargos de direção (diretor ou editor chefe) predominam jornalistas com mais experiência. Verifica-se essa característica ao se observar que 52 dos 72 entrevistados dessa categoria (que informaram a época na qual começaram a trabalhar no jornalismo) entraram nesse mercado nas seguintes décadas: 16 nos anos 1950; 18, nos anos 1960; e 13, nos anos 1970. Apenas cinco entraram no mercado nos anos 1980 e somente um nos anos 1990.

Com relação à formação desses 72 jornalistas mais experientes que ocupam cargo de direção, 36 têm curso superior em jornalismo, sendo cinco com duas graduações (em jornalismo e em outra área das ciências humanas).

Como nas décadas de 1950 e 1960 ainda não estava consolidada a exigência de diploma em jornalismo para o exercício da profissão, verifica-se a formação em outros cursos superiores: oito, em Direito; dois, em Ciências Sociais; um, em Economia; um, em Matemática; um, em Letras; e um, em Letras e Matemática.

A preocupação dos profissionais que entraram no mercado jornalístico entre os anos 1950 e 1970 em buscar uma formação acadêmica após a graduação era menor. Havia uma valorização da experiência prática na área de jornalismo que não necessariamente passava pelo fato de o profissional ter especialização, mestrado ou mesmo doutorado.

Do total dos ocupantes de cargo de direção, dois fizeram curso de extensão (na área de economia), oito de especialização, três fizeram mestrado e nenhum fez MBA ou doutorado. Dos que fizeram pós-graduação, dois foram na área de economia, seis em comunicação e dois em outras áreas das ciências humanas.

¹³⁵ As redações da *Gazeta Mercantil* chegaram a empregar 500 jornalistas em todo o Brasil. Eles produziam a edição nacional e também os 21 jornais regionais que a empresa chegou a ter antes da crise que a acometeu nos últimos anos do século XX. Em 2001, demitiu 400 pessoas (incluindo jornalistas e outros profissionais) em um só dia. Em 2004, aproximadamente 300 jornalistas trabalhavam para a produção do conteúdo da *Gazeta Mercantil* (LENE, 2004).

2.2.3 Mulheres ocupam redações, mas são minoria nas chefias

A cobertura do noticiário econômico, no início do século XXI, tem a participação de grande número de mulheres. Do total, levando-se em consideração os jornalistas que atuam em redação (fixos e *free-lancers*) e os que ocupam cargos de direção, 251 são homens e 236 são mulheres. A presença feminina, portanto, é praticamente proporcional: 51% homens e 48% de mulheres.

Mas percebe-se que há uma diferença na ocupação dos cargos e distribuição de poder entre os gêneros. As mulheres têm uma maior presença na reportagem: 222 dos 419 que compõem o grupo de jornalistas os quais atuam como repórteres em veículos para a cobertura de economia, ou seja, elas representam 45,21%. E são 188 homens: 38,28% desse grupo.

Em cargo de direção, no entanto, predomina o gênero masculino. Dos 72 jornalistas dessa subcategoria, 63 são homens e apenas oito são mulheres. Esse dado reflete a distorção na ocupação de cargos que ainda ocorre no mercado de trabalho no Brasil: as mulheres representam metade da população economicamente ativa do país, mas ainda são minoria nos cargos de chefia.¹³⁶

No jornalismo, pouco a pouco, contudo, esse hiato vem diminuindo e a mudança de comportamento já aparece nos registros em livros e em sites da categoria como uma conquista e uma evolução do mercado. No *Comunique-se*, por exemplo, foi registrada em um artigo do jornalista Eduardo Ribeiro:

As mulheres, por todos os indicadores existentes, já são maioria tanto nas redações quanto nos bancos universitários, nos cursos de jornalismo. Apesar disso, sua ascensão ao comando dos veículos ainda se dá de forma lenta e de certo modo parcimoniosa. Mas a cada dia vemos que os tabus vão caindo e os postos de comando, mesmo em veículos apontados como "privativos" de homens, começam a ser ocupados com naturalidade por mulheres. Temos, é bem verdade, vários tabus para serem quebrados ainda, mas isso é apenas uma questão de tempo. Pode demorar alguns anos, mas chegará o dia em que também veremos mulheres no comando de publicações " másculas" como *Veja*, *IstoÉ* e *Época*, de jornais da estirpe de um *Estadão*, de uma *Folha de S.Paulo*, de um *O Globo*, de um *Zero Hora*, de um *Estado de Minas*, do

¹³⁶ No ambiente corporativo brasileiro, 72% dos cargos de gerência e supervisão são ocupados por homens, de acordo com uma pesquisa realizada pela empresa Ken Blanchard, no país, com 2,3 mil líderes de 47 empresas nacionais, de 14 segmentos diferentes, e divulgada em 2005. Ela mostra que a representação de mulheres em cargos de chefia ainda é pequena, mas não foi constatada diferença de eficácia entre os sexos em suas ocupações. O ambiente empresarial brasileiro ainda se mostra muito tradicional, e nele se espera tipicamente que o gerente seja homem (REIS, 2005). A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2002), realizada pelo IBGE, mostra que há, no país, discriminação também com relação à remuneração no mercado de trabalho. A presença das mulheres vem se tornando cada vez maior, mas, em 2002, elas continuavam com rendimento inferior ao dos homens.

jornalismo das principais redes de televisão do país como *Globo* (sem esquecer que Alice Maria já chegou lá), *Band*, *Record* e *Cultura*, etc (RIBEIRO, 2005).

As mulheres foram chegando às redações, sobretudo, nos anos 1980, conforme registra Suely Caldas (2003). Nessa época, os homens começaram a se afastar para criar suas próprias empresas de assessoria de imprensa. Ela estima que, hoje, a proporção de mulheres no jornalismo de economia seja de 70% para 30% de homens. Também registra o fato de elas começarem a ocupar cargos de chefia:

No início dos anos 90, elas já dominavam a área: a editora econômica de *O Globo* era Joyce Jane, do *Estado*, Célia Chaim, da *Folha de S. Paulo*, Leonora de Lucena, e do *Jornal do Brasil*, Cristina Calmon. Na *Gazeta Mercantil*, brilhavam muitas estrelas, entre elas Claudia Safatle, Maria Clara do Prado, Beth Cataldo, Célia Gouveia Franco, Angela Bittencourt e Vera Brandimarte. E, na *Globo*, Lílian Witte Fibe, egressa da *Gazeta*, acumulava a editoria de economia com o papel de apresentadora de telejornais (CALDAS, 2003, p.33).

Com relação aos salários, Caldas (*ibid.*) conta que elas começaram ganhando menos que os homens, mas que depois passaram a disputar o mercado de trabalho em condições iguais e não enfrentavam mais os preconceitos dos anos 1960 e 1970. “Hoje, o critério de escolha é o da competência, experiência e talento, não de sexo”, ressalta a autora, que começou na carreira em 1966 e se formou em jornalismo pela UFRJ em 1967.

Sobre a questão da remuneração dos jornalistas de economia, os dados disponíveis não abordam esse aspecto. Sobre os salários, Suely Caldas (*ibid.*, p.34) registra que o jornalista de economia já foi o mais bem pago no passado, quando as editorias dessa área ainda estavam se organizando:

Hoje, os salários ainda são ligeiramente mais altos que os de outras editorias, mas não muito. Não é mais o setor do jornalismo que define os melhores salários. É conhecimento, cultura, competência, talento, bom texto e, sobretudo, capacidade de fazer uma reportagem em qualquer área do jornalismo, sensibilidade de capturar a atenção do leitor e transmitir o que tem a dizer com simplicidade e emoção, qualquer que seja o assunto (CALDAS, 2003, p.34).

A autora cita alguns valores médios de remuneração de jornalistas de economia. As empresas têm políticas de recursos humanos diferenciadas e os salários variam. Nas grandes publicações – *Valor Econômico*, *Estado de S. Paulo*, *Folha* e revistas

especializadas – o salário médio é próximo de 16 salários mínimos, ligeiramente acima do que é pago por outras editorias, com exceção de política. “Em Brasília, a média salarial melhora, há mais competição por talentos, e os bons profissionais ganham entre 32 a 40 salários mínimos mensais, aproximadamente” (CALDAS, 2003, p.34).

O *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro é o que paga menores salários, mas virou uma espécie de formador de profissionais para outros jornais. O repórter iniciante nesse veículo ganha, em média, seis salários mínimos, passando para cerca de oito se for transferido para uma empresa de comunicação maior (*ibid.*).

2.2.4 Herança no jornalismo de economia

Além da questão da ocupação das redações pelos gêneros, a análise dos currículos do levantamento feito em 2005 mostra também que há influência das relações de parentesco na ocupação dos cargos na imprensa de economia ou na decisão de seguir a profissão. Muitos jornalistas dessa área têm parentes atuando no jornalismo, tanto consangüíneos (pais e filhos, avós e bisavós, irmãos, tios e sobrinhos) quanto por afinidade (cunhados, tios e sobrinhos irmãos do cônjuge, noras e genros).

Do total, 72 afirmaram ter parentes jornalistas e dois especificaram que têm parentes trabalhando com jornalismo de economia. O casamento com jornalistas também pode ser verificado na pesquisa: 27 são casados com pessoas da mesma profissão e mais seis têm como cônjuge jornalistas que atuam na área de economia.

Essas relações de parentesco ou até mesmo de amizade contribuem para a inserção desses profissionais nas redações. Isabel Travancas (1993), em uma pesquisa sobre o mundo dos jornalistas, registra que a entrada no mercado de trabalho implica a conjunção de dois fatores: competência e relações pessoais – fatores que vão influenciar também na ascensão dentro da carreira. Ambos, segundo ela, são apontados pelos jornalistas como importantes.

A pesquisa de Travancas mostra que quase todos arranjaram o primeiro emprego graças, principalmente, a algum amigo ou parente que lhes abriu as portas de um veículo. Também são comuns os casos em que o bom desempenho na faculdade levou à obtenção de um estágio ou emprego, ainda que temporário, por intermédio de algum professor (*ibid.*, p.86-87).

Aliás, essa característica – indicação de parentes ou amigos – compõe um traço profissional dos jornalistas há um longo tempo. Em um estudo sobre a imprensa carioca no

período de 1880 a 1920, Barbosa (2000) registra esse como um dos principais traços da profissão no final do século XIX e início do XX:

No caso dos jornalistas, a condição de ser hereditariamente ligado a um profissional do setor facilita o ingresso nos jornais, uma vez que a admissão se faz invariavelmente por apresentações pessoais: o jovem acadêmico torna-se repórter levado pelas mãos de um parente próximo ou de um conhecido com prestígio político e/ou alguma relação com um dirigente dessas publicações. A partir dos próprios conhecimentos travados nos jornais pode ser convidado para assumir postos em outras publicações (BARBOSA, 2000, p.79).

Na imprensa de economia do final do século XX e início do XXI, há alguns exemplos desses fatores de influência, inclusive entre as fontes-chaves desta tese, citadas na primeira parte deste capítulo.

Joelmir Beting, por exemplo, é chefe de um clã de jornalistas. Além do filho Mauro, são também jornalistas a nora Helen Martins, a cunhada Cecília Zioni, e os sobrinhos Graziella Beting, Erich Beting, Vico Iasi e Letícia Zioni (RIBEIRO & PASCHOAL, 2005, p.187-198).

Luís Nassif tem dois parentes na profissão: Luiz Fernando Mercadante, que foi casado com uma tia de Nassif, e foi diretor da revista *Realidade* e da *TV Globo*; e a irmã, Maria Inês Nassif, jornalista política de várias publicações (*ibid.*, p.215-216).

Outro jornalista da área, Sidnei Basile, que é advogado e cientista social formado pela USP, iniciou sua carreira na imprensa em 1968 e ocupa o cargo de vice-presidente do Grupo Abril, também fez herdeiros no jornalismo de economia. Seu filho, Juliano Basile, é repórter da sucursal do *Valor Econômico* em Brasília desde 2000 e também é, por sua vez, casado com uma jornalista, Viviane Basile, da *TV Globo* de Brasília (RIBEIRO & PASCHOAL, 2005, p.203).

A importância das relações pessoais para o ingresso na profissão ou a ascensão na carreira também pode ser exemplificada pelo relato da jornalista Vera Saavedra Durão, formada em jornalismo pela UFF:

Comecei a me aventurar no jornalismo depois que saí da cadeia da ditadura, no longínquo ano de 1973. Como tinha iniciado o curso de jornalismo, resolvi concluí-lo e me tornar jornalista. Fui ajudada, na época, pelo fato de que conheci a Suely Caldas, cujo marido, Álvaro Caldas, estava preso junto com o meu, aqui no Rio.¹³⁷

¹³⁷ Depoimento registrado no livro “Jornalistas Brasileiros – quem é quem no jornalismo de economia” (2005, p.309), organizado por Eduardo Ribeiro e Engel Paschoal.

Vera Durão foi indicada pela amiga, que trabalhava na pesquisa do *Jornal do Brasil*, para fazer um *free-lancer* para o veículo. “Depois, consegui com o Ramaiana, jornalista que também estava preso com o Álvaro Caldas, um estágio na rádio *JB*, em 1973”, contou ela, acrescentando que, na época, “era mais fácil arranjar emprego”.




Neste capítulo, observamos que alguns jornalistas se tornaram “personalidades” ou referências da cobertura de economia na imprensa brasileira e conquistaram esse *status* ao longo de suas carreiras, construídas com atuação em diferentes veículos de comunicação, muitas vezes simultaneamente, e como comentaristas dos fatos econômicos.

Compõe o grupo profissional do jornalista de economia, no país, fazer graduação em jornalismo, geralmente cursada nas principais instituições brasileiras de ensino superior localizadas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Mas o profissional do final do século XX buscou se especializar na área de economia por meio de pós-graduações. As oportunidades do mercado, como os principais locais de formação desse profissional, também estão concentradas na região Sudeste e, como vimos, as relações de parentesco com outros jornalistas com carreiras em andamento influenciam na inserção desses profissionais nos postos de trabalho.

Assim, após delinear um panorama do desenvolvimento do jornalismo de economia no Brasil, no primeiro capítulo, e analisar o perfil do jornalista que atua nessa área nesta segunda etapa, perpassando o olhar pelo “particular” – os jornalistas de referência – e depois pelo “geral” – traços que fazem parte desse grupo de profissionais na imprensa do país –, partiremos para o início da análise do *corpus empírico* que compõe esta tese.

A questão que começa a ser discutida a partir do próximo capítulo é: quais características e mudanças a cobertura jornalística de economia dos principais jornais brasileiros revela a partir da redemocratização do país e dos sucessivos planos econômicos nas duas últimas décadas do século XX? Começaremos pela análise do papel desempenhado pela imprensa e o contexto histórico do Plano Cruzado – o primeiro implementado após a transição do país para a democracia –, percorrendo as páginas da *Folha* e de *O Globo*.

Quadro 2 – “Jornalistas-personalidades” de economia

	Joelmir Beting (1936-)  Divulgação	Luís Nassif (1950 -)  Divulgação	Miriam Leitão (1953-)  http://oglobo.globo.com/economia/miriam/
Formação	Sociologia na USP e mestrado em Sociologia Industrial	Jornalismo na ECA/USP e especialização em Matemática Financeira	Jornalismo na UnB
Início de carreira	Como revisor do <i>Diário da Noite</i> (1956)	Como repórter geral na <i>Veja</i> (anos 1970)	Como repórter do jornal <i>A Tribuna</i> (ES) - 1972
Onde trabalhou (incluindo colunas)	<i>O Esporte</i> <i>Folha de S. Paulo</i> Rádios <i>Jovem Pan</i> , <i>Gazeta</i> , <i>Bandeirantes</i> e <i>CBN</i> <i>TV Gazeta</i> , <i>TV Record</i> <i>TV Bandeirantes</i> <i>TV Globo</i>	<i>Jornal da Tarde</i> <i>Folha de S. Paulo</i> <i>Jornal do Brasil</i> Abril Vídeo na <i>TV Gazeta</i> . <i>TV Gazeta</i> <i>TV Bandeirantes</i> <i>TV Record</i>	<i>Gazeta Mercantil</i> <i>Veja</i> <i>Abril Vídeo</i> <i>Jornal do Brasil</i> <i>Estado de S. Paulo</i> <i>Rede Manchete</i> <i>TV Bandeirantes</i>
Onde trabalha	Desde 2004, atua como comentarista na rádio e na <i>TV Bandeirantes</i> .	Em sua própria empresa, a agência <i>Dinheiro Vivo</i> , e tem blog	Em 1991, foi para <i>O Globo</i> , onde é colunista de economia. É comentarista na rádio <i>CBN</i> e no <i>Bom Dia Brasil</i> , da <i>TV Globo</i> , e também apresentadora do programa <i>Espaço Aberto</i> , da <i>Globo News</i> .
Prêmios	Várias premiações: Esso de Jornalismo, Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo Econômico, Apimec-SP e o de Jornalismo em TV do site <i>Comunique-se</i>	Esso de Jornalismo (1986); “Brasileiro que mais influenciava os formadores de opinião do país (Pesquisa Mapa das Elites, 1996) “Melhor jornalista de economia do país” (<i>Comunique-se</i> , 2002); “Troféu Dia da Imprensa”, na categoria “Melhor Blog de Jornalismo e/ou Jornalista” (revista <i>Imprensa</i> , 2007)	Várias premiações jornalísticas: primeira jornalista brasileira a receber o “Maria Moors Cabot Prize”, (Universidade Columbia, 2005). “Jornalista Econômico 2007”, (Ordem dos Economistas do Brasil), e também o de “Reportagem sobre a Biodiversidade da Mata Atlântica”

Quadro 3 – Perfil do jornalista de economia no Brasil

	Anos 1970	Final do séc. XX	Início do século XXI
Metodologia para aferição do perfil	Questionário com 82 dos 150 participantes do 1º Encontro de Jornalistas de Economia, em 1979, no Rio de Janeiro	Entrevistas com 55 profissionais da imprensa do Rio, São Paulo e Brasília sobre o jornalismo de economia na transição democrática	Análise documental dos currículos de 491 jornalistas de todo o país, a partir de um levantamento entre dezembro de 2004 e maio de 2005
Ingresso no mercado	Período do “milagre econômico”: 92,6% iniciaram suas atividades entre 1967 e 1976 e 38% entre 1969 e 1972		24,43% começaram nos anos 1980 34% nos anos 1990
Estados que concentram os postos de trabalho	Rio de Janeiro e São Paulo concentravam 79,3% dos jornalistas de economia no país		São Paulo e Rio de Janeiro continuam sendo os maiores mercados e os maiores centros formadores
Formação	60,9% eram graduados apenas em Comunicação Social 27% em outro curso da área de ciências sociais (9,7%, em Ciências Sociais; 8,5%, em Economia; e 8,5%, em Direito)	Aumento dos formados em Jornalismo (53%) em relação aos em Ciências Sociais, História ou Economia (23%) e em Direito (6%) Na geração anterior – que ingressou no pós-guerra ou anos 1950 – apenas 8% tinham feito curso de jornalismo	340 jornalistas ou 69,24% são formados na área 44 são formados em jornalismo e têm outra graduação (9, em Jornalismo e em Economia) Três são formados em Economia 12, em Direito
Instituições que mais formam	<i>Rio de Janeiro:</i> Faculdades Cândido Mendes e de Filosofia da UFRJ <i>São Paulo:</i> Faculdade Cásper Líbero e USP		Continuam sendo a USP, a Cásper Líbero e a UFRJ, seguidas das PUCs desse dois Estados

Quadro 3.1 – Perfil do jornalista de economia no Brasil

	Anos 1970	Início do século XXI
Complementação da formação	Menos preocupação em se capacitar	Mais preocupação em se capacitar, com exigência do mercado
Pós-Graduação	Apenas dois tinham feito (um mestrado em Comunicação no Rio de Janeiro e outro em Economia Internacional em São Paulo)	<p>➤ 36,6% fizeram uma pós-graduação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 86 fizeram especialização (17,5%); • 30 mestrado (6,16%); • 38 MBA (7,73%); • apenas um fez doutorado; <p>➤ Áreas mais procuradas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 81 fizeram pós na área de economia; • 50 fizeram pós na área de comunicação; • 21 em outras áreas;
Outros cursos na área de economia	25,6% fizeram aperfeiçoamento profissional	<p>➤ 48 fizeram aperfeiçoamento profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 26 na área de economia; • 15 cursos de treinamento em jornalismo dos próprios veículos; • 7 cursos na área de jornalismo;
Formação suficiente para cobrir economia?	Não	Busca de uma maior capacitação para cobrir economia

Quadro 3.2 – Perfil do jornalista de economia no Brasil

	Anos 1960/1970	Final do séc. XX
Posicionamento ideológico	<p>Geração que iniciou a vida profissional nos anos 1960, durante o regime militar, viveu o auge do engajamento político</p> <p>No Brasil, ser engajado, nos anos 1960/1970, representava participar de ações a serviço de uma sociedade mais justa, mais igual, derrubar os militares do poder e implantar o regime democrático ou socialista</p> <p>42% foram filiados a partidos ou movimentos de esquerda</p> <p>60% filiados ao PCB nos anos 1960/1970</p>	<p>Anos 1980, o engajamento começou a diminuir ou a assumir novas formas</p> <p>Redemocratização no Brasil e desilusão política com o socialismo, com a desagregação do regime comunista</p> <p>Ascensão dos técnicos, dos “experts”, dos jornalistas que falam sem paixões</p> <p>Novo engajamento, em que o cidadão tem pouco interesse em uma participação institucional, em uma adesão a partido</p> <p>Início do século XXI: jornalismo mais apartidário, despolitizado e pluralista</p>
Redações	Contratação de jornalistas engajados	Valorização dos aspectos técnicos da profissão, em detrimento de ideologias e da política

Quadro 3.3 – Mercado no início do século XXI

Veículos	O profissional se emprega em pelo menos: 8 jornais especializados; 41 jornais de cobertura geral, inclusive a de economia; 18 revistas especializadas; 9 revistas gerais; 7 emissoras de TV; 3 canais de TV a cabo; 10 agências de notícia; 7 emissoras de rádio; 5 sites especializados.
Mercado de trabalho concentrado	<p>108 veículos de comunicação, sendo que 65,75% estão na região sudeste: 57, em São Paulo; 10, no Rio de Janeiro; 3, em Minas Gerais; e 1, no Espírito Santo;</p> <p>O restante está distribuído nas outras regiões do país: 11,11% tanto no Nordeste quanto no Sul; 6,5% no Centro-oeste e 4,63% no Norte.</p>
Relações de trabalho e de parentesco	<p>Maior participação de profissionais jovens na imprensa de economia no começo do século XXI</p> <p>Cargos de chefia são ocupados pelos profissionais mais experientes</p> <p>As mulheres têm participado cada vez mais desse mercado, mas continuam em pouca quantidade nos cargos de direção, ocupados em sua maioria por homens e com maior experiência no jornalismo</p> <p>Alta rotatividade. É comum o jornalista de economia ter passado por vários veículos de comunicação e mudar com certa frequência de emprego</p> <p>A entrada no mercado de trabalho implica a conjunção de dois fatores: competência e relações pessoais (incluindo parentesco com outros jornalistas) – fatores que vão influenciar também na ascensão dentro da carreira</p>

3 O Cruzado e o fortalecimento do jornalismo de serviço

Qual era o contexto histórico e jornalístico dos anos 1980 em um Brasil que começava a sair do regime militar? A ditadura deixou de herança inflação e correção monetária – uma invenção engenhosa do primeiro governo do regime militar, de Castelo Branco, mas que se transformou em um problema mais grave que o próprio aumento sem controle dos preços.

A correção, criada para dar segurança a investidores e a credores, foi instituída para vigorar em prazos longos. Porém, no governo Sarney, já era calculada diariamente. E assim se tornou um motor de realimentação da própria inflação. O Plano Cruzado, baixado pelo Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, veio para tentar desligar esse mecanismo.

Mas, antes de assumir provisoriamente a Presidência da República em função da doença de Tancredo Neves, e, depois, definitivamente, em 21 de abril de 1985, após sua morte, José Sarney era há muito um membro da elite política (foi eleito deputado federal pela primeira vez em 1958), era presidente nacional do PDS e representava um estado nordestino assolado pela pobreza, o Maranhão. Foi colocado na chapa junto com Tancredo como uma concessão aos congressistas do PDS que haviam desertado para votar com o PMDB (SKIDMORE, 2003, p. 269). Sarney assumiu a presidência, apesar de enfrentar resistências, particularmente dos setores mais democráticos e de esquerda do PMDB, que preferiam para o cargo o então presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães (MAZZEO, 1995, p. 58).

Ao se tornar presidente, estava diante de duas tarefas gigantescas: reconstruir a democracia, depois de um hiato de quase duas décadas, e solucionar uma crise inflacionária. Para fortalecer a si mesmo, sua primeira ação foi pressionar o Congresso a fim de prolongar seu mandato de quatro para cinco anos. Após uma intensa barganha e uma liberal distribuição de concessões de estações de televisão para congressistas, houve a prorrogação do mandato que ele queria (SKIDMORE, 2003, p. 269).

Ao longo do primeiro ano de mandato – e também no lançamento do Plano Cruzado –, Sarney carecia de legitimidade política. A morte de Tancredo havia produzido um vácuo de poder que a figura do político maranhense, historicamente ligado à ditadura militar, eleito vice – e de forma indireta –, não conseguia preencher. Governando

inicialmente com um ministério escolhido por Tancredo, ele enfrentou duras críticas de diversos setores da sociedade. Muitos, como o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, continuavam defendendo a realização imediata de eleições diretas para a Presidência da República.

Ao tomar posse, o problema econômico que Sarney enfrentava eram as altas taxas de inflação – a do ano de 1985 foi de 235% – e a contínua crise da dívida externa. O governo recorria à crescente dívida pública interna e à criação de dinheiro inflacionário para efetuar os pagamentos da dívida externa, que o forçavam a retroalimentar as chamadas da inflação, a qual estava crescendo (SKIDMORE, 2003, p. 271).

Na fase pré-Plano Cruzado, o índice de inflação mensal era uma verdadeira obsessão nacional, conforme registra o jornalista Carlos Sardenberg:

Não passava um dia sequer sem que os jornais trouxessem comentários sobre os índices já conhecidos e especulações sobre os meses seguintes. Esta é, aliás, a mais clara manifestação da cultura inflacionária. Nada mais importa, nenhum indicador econômico – investimentos, aumentos salariais, emprego, balança comercial – é relevante diante do índice de preços. Por ele se mede o sucesso ou o fracasso do governo: subiu, o governo está perdendo; caiu alguns pontos, está ganhando. A cultura é nacional, penetra e orienta as decisões de governo (SARDENBERG, 1987, p.195).

E como se combateria esse problema e essa cultura que alimentava os índices inflacionários? Neste segundo capítulo, analisamos partes da cobertura jornalística do Plano Cruzado, o primeiro pacote econômico depois da redemocratização do país e a primeira tentativa, nessa nova fase brasileira, de controlar esse grave problema.

3.1 A preparação do 1º pacote da “Nova República”

Até o início dos anos 1980, o pensamento econômico acadêmico se dividia basicamente em duas escolas. À esquerda, os economistas ligados à Unicamp, entre os quais Luiz Gonzaga Beluzzo, João Manuel Cardoso de Mello, Maria da Conceição Tavares e Carlos Lessa, herdeiros da tradição estruturalista de Celso Furtado. À direita, um grupo de economistas monetaristas, formados na Universidade de Chicago, como Paulo Guedes e Paulo Rabello de Castro, discípulos de Roberto Campos e de Mário Henrique Simonsen, reunidos em torno da FGV, no Rio de Janeiro, na qual Francisco Lopes, conhecido como Chico Lopes, e o jovem economista Paulo Nogueira Baptista Júnior eram vozes dissidentes.

No começo da década de 1980, a Faculdade de Economia da PUC-Rio começou a montar seu círculo de economistas. Contratou Edmar Bacha, Pedro Malan, Chico Lopes, Pêrsio Arida e André Lara Resende, entre outros. Todos esses grupos tinham a característica e não serem ligados à ditadura. Naquele momento, compunham a enorme frente que se montava para ocupar o poder (NASSIF, 2007, p.110-112).¹³⁸

A partir dos anos 1980, o debate teórico acerca da natureza da inflação brasileira fez emergir três orientações no campo dos economistas: a visão monetarista ortodoxa e as que a ela se opunham, a corrente inercialista (tanto na versão de Francisco Lopes quanto na de André Lara Resende e Pêrsio Arida, todos da PUC-Rio) e a visão pós-keynesiana da inflação, cunhada por Maria da Conceição Tavares e Belluzo, professores da UFRJ e da Unicamp, respectivamente (LOUREIRO, 1997, p.83).

No início do governo Sarney, o primeiro grande embate entre os grupos que davam sustentação ao novo governo teve como elemento determinante a elaboração das diretrizes econômicas: de um lado, estava o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, indicado por Tancredo (aliás, seu sobrinho); de outro, o ministro do Planejamento, João Sayad, vinculado ao PMDB. Para Dornelles, as medidas imediatas de combate à inflação deveriam estar subordinadas a um novo acordo com o FMI. Elas seriam, conseqüentemente, medidas ortodoxas que certamente desagradariam diversos segmentos da sociedade, sobretudo os vinculados à produção – tanto empresários como trabalhadores, ainda que por razões radicalmente distintas (MAZZEO, 1995, p. 61).

Sayad, por sua vez, entendia que a situação positiva das reservas externas e do balanço de pagamentos possibilitava o protelamento de um novo acordo com o FMI, para que pudesse ser feito em bases mais favoráveis ao país, pois, apesar de uma inflação desenfreada, a economia brasileira estava em crescimento. O PIB de 1985 alcançou a cifra de 8,3% e pôs o país no rol dos de economia mais dinâmica do mundo. A grande questão era o fato de que o desenvolvimento econômico do Brasil estava agora centrado na produção de bens de consumo, o que, a longo prazo, não lhe daria condições de arranque para um desenvolvimento mais estruturado de sua economia, nem perspectivas para atacar

¹³⁸ Chico Lopes era filho de Lucas Lopes, figura central do Plano de Metas de Juscelino Kubistcheck, e um professor brilhante na FGV, da qual saiu por conflitos internos. Pedro Malan notabilizara-se pela atividade sindical, tendo sido funcionário público ligado ao Ipea. Bacha tinha vindo de Minas, passara pelo Ipea e, nos anos 1970, escrevera uma utopia a quatro mãos com Roberto Mangabeira Unger, professor de Harvard. Depois, se notabilizara pelo estudo dos chamados “déficits gêmeos” e por ter cunhado a expressão “Belíndia” para definir Brasil, mistura de Bélgica e Índia. Em determinado momento dos anos 1980, ganhou a consagração, a partir de um elogio de Mário Henrique Simonsen, reputando-se o seu sucessor no pensamento econômico brasileiro. André Lara Resende era filho de Otto Lara Resende, cronista mineiro, jornalista respeitado nos ambientes intelectuais do Rio de Janeiro e genro de Hélio Jaguaribe, um dos mais importantes pensadores da nacionalidade dos anos 1950 e 1960. Pêrsio Arida, filho de um comerciante paulista de origem libanesa, guerrilheiro precoce, foi preso antes dos 20 anos e desistiu da militância. André Lara e Pêrsio Arida eram considerados os mais brilhantes do grupo (NASSIF, 2007, p.112).

a fome e o subdesenvolvimento endêmico das regiões mais pobres, particularmente as do Norte e do Nordeste (MAZZEO, 1995, p. 61).

Após um período de quatro meses de disputa, venceu a proposta capitaneada por Sayad e pelo PMDB: a de combater a inflação sem diminuir o ritmo de crescimento, o que provou a renúncia do desgastado ministro Dornelles. O Ministério foi uma fonte particular de problemas para Sarney. Na área econômica, por exemplo, havia a “mistura incompatível entre os desenvolvimentistas do PMDB e os conservadores que vinham da Velha República, todos formando a Aliança Democrática” (SARDENBERG, 1987, p. 75). As divergências chegaram ao ápice em agosto de 1985, com o pedido de demissão de Dornelles. Para seu lugar, Sarney escolheu Dílson Funaro, empresário paulista que ocupava a presidência do BNDES e era vinculado ao PMDB. A posse dele no Ministério da Fazenda foi o começo efetivo da política econômica da “Nova República”. Tratava-se do primeiro ministro nomeado por Sarney e o presidente fez questão de deixar clara essa circunstância (*ibid.*, p.120-130).

Funaro e Sayad iniciaram a reestruturação da economia brasileira a partir de uma política de controle de preços, em uma tentativa de combater a inflação (MAZZEO, 1995, p. 61-62). Ao assumir, Funaro levou consigo economistas ligados à Unicamp, liderados por Luiz Gonzaga de Mello Belluzo e João Manuel Cardoso de Mello. Além desses nomes, indicou para a presidência do Banco Central (BC) Fernão Bracher, especialista em câmbio. Bracher, por sua vez, levou Pêrsio Arida e André Lara como diretores do BC e Chico Lopes como assessor.

Ao longo dos meses, aumentaram as reclamações de membros do PMDB, apesar de esse ser o partido de Sarney, com relação à “inércia” do governo, na economia e em outros setores, e a base de sustentação de seu governo no Congresso. Em fevereiro de 1986, o presidente realizou uma reforma ministerial e afastou alguns dos ministros que haviam sido escolhidos por Tancredo.

O Plano Cruzado demorou a começar, de fato, a ser planejado, mas suas origens remontam a novembro de 1984, quando Chico Lopes apresentou suas idéias a respeito de um caminho heterodoxo para conter a inflação¹³⁹. Essas idéias influenciariam o Plano Austral, que seria adotado na Argentina, mas não entusiasmaram Tancredo Neves. No processo de escolha do presidente do BC, o presidente descartava os nomes que aparecessem na imprensa defendendo idéias heterodoxas.

¹³⁹ O caminho ortodoxo consistia em corte dos gastos públicos e recessão, além da manutenção da indexação da economia.

Mas a idéia de um choque heterodoxo acabou sendo aprovada por Sarney em abril de 1985. E, em agosto, com a saída de Dornelles – inimigo das idéias heterodoxas¹⁴⁰ – do Ministério da Fazenda e sua substituição por Funaro (que, já na posse, afirmou a disposição de fazer o choque), Sarney ordenou ao ministro Sayad que se iniciasse o planejamento de um plano econômico a ser adotado pelo governo. Formou-se, então, um grupo de economistas para discutir as medidas a serem adotadas, baseadas em idéias heterodoxas que alguns deles vinham estudando e defendendo há anos.

Participaram constantemente das atividades André Lara Resende (diretor de Dívida Pública do BC), Pêrsio Arida (secretário de Coordenação Econômica e Social da Secretaria de Planejamento – Seplan), Luiz Carlos Mendonça de Barros (engenheiro e empresário; diretor de Mercado de Capitais do BC), João Manuel Cardoso de Mello (assessor especial do Ministério da Fazenda), Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo (secretário especial para assuntos econômicos do Ministério da Fazenda) e Andrea Calabi (professor de economia da USP e secretário-geral da Seplan). Tiveram participação menos constante, mas não menos relevante, na discussão, planejamento e elaboração do plano econômico: Chico Lopes, Eduardo Modiano (economista, professor da PUC-Rio e sócio de Chico Lopes), Fernão Bracher (advogado, presidente do BC) e Edmar Bacha (presidente do IBGE).

A preparação do plano incluiu viagens de membros do grupo a Israel e à Argentina, países que haviam adotado choques heterodoxos em 1984-1985. Os erros observados na elaboração e no andamento dos planos nesses países foram fundamentais nas discussões sobre o Plano Cruzado. Essas viagens e a movimentação dos membros do grupo entre Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo eram feitas cuidadosamente, de maneira a não levantar suspeitas de que um plano econômico estava sendo gestado. Sarney acompanhava de perto os preparativos por meio de conversas com Sayad e Funaro, embora tudo fosse mantido em sigilo absoluto – condição imposta a (e adotada por) todos que participavam do planejamento. Além do segredo, uma série de medidas de despiste foi tomada pelo governo e pela equipe que planejava as medidas econômicas (SETTI, 1986; SARDENBERG, 1987).

Durante a preparação do plano, Sarney não tinha como prever a reação pública às medidas. Mas o assunto estava na pauta das preocupações. Assim, certas medidas de

¹⁴⁰ A Comissão para o Plano de Ação do Governo (Copag), criada por Tancredo Neves para elaborar seu plano de governo e chefiada por José Serra, já havia sugerido a desindexação da economia – sugestão engavetada pelo ministro Dornelles.

proteção ao trabalhador foram inseridas no pacote¹⁴¹ e elaborou-se uma cartilha a ser distribuída no mesmo dia do lançamento das medidas. Sarney, por sua vez, foi extremamente cuidadoso na redação do discurso que anunciaria o plano, no dia 28 de fevereiro de 1986, e enfatizou a convocação pessoal do presidente aos cidadãos, uma fórmula que havia dado certo em Israel e na Argentina.

A parte em que apelava diretamente ao cidadão foi de autoria do próprio presidente, que inclusive lançou mão de um improviso e uma pausa para marcar aquela que considerava uma parte fundamental do discurso. A preocupação de “preparar o terreno” fez com que, na mesma quarta-feira, 26 de fevereiro, em que revelou o plano a Ulysses Guimarães, Sarney também o fizesse aos donos dos principais jornais, revistas e emissoras do país – com a condição de que não divulgassem a notícia (SETTI, 1986; SARDENBERG, 1987, p.280).

Como se pode perceber, a preocupação em agradar a opinião pública influenciou tanto o conteúdo das medidas econômicas quanto a forma de sua apresentação – o que incluiu iniciativas para que a recepção, em certos setores, fosse, senão simpática, no mínimo, não antipática (SERRANO, 1999, *apud* FORTES, 2004, p.29). Há que se considerar, ainda, que tudo isso se deu dentro de um governo “democrático”, sujeito a avaliação nas urnas (e, com o correr dos meses, ficaria cada vez mais evidente para o governo a importância eleitoral do Plano Cruzado).

Inaugurou-se, a partir de 1985, um período em que a conquista de corações e mentes da opinião pública se tornaria essencial para o bom andamento de governos – e, é claro, para a manutenção do poder.¹⁴² Há que se considerar ainda que o Plano Cruzado foi anunciado por meio de um pronunciamento de Sarney em cadeia nacional de rádio e TV. Desde a véspera do anúncio, corriam notícias acerca de mudanças na economia; o feriado bancário decretado para a sexta-feira, 28, contribuiu para acentuar o clima de ansiedade e expectativa.

Entre fins de 1985 e fevereiro de 1986, já haviam sido tomadas algumas medidas de ajuste para conter um pouco a inflação e, paulatinamente, preparar a economia para o choque. Em novembro de 1985, um pacote tributário baixado pelo governo foi aprovado no Congresso, aumentando a participação dos impostos no PIB e diminuindo – zerando,

¹⁴¹ Numerosos pontos do plano foram objeto de discussão e divergência – econômica, mas também política, social e até mesmo filosófica – entre os planejadores, ministros e o próprio Sarney, que, em diversos casos, tomou para si a decisão final.

¹⁴² Embora houvesse eleições durante a vigência do regime militar, a Presidência da República estava assegurada. Além disso, o governo intervinha com frequência nas esferas federal, estadual e municipal da política (ou seja, nos poderes Executivo e Legislativo – e não menos no Judiciário), sempre de forma a assegurar seus interesses. A realização de eleições sofria uma série de restrições, incluindo desrespeito ao seu resultado.

segundo alguns cálculos – o déficit público. Nos meses seguintes, o governo aumentou as reservas em dólar, permitiu um aumento mais generoso dos salários dos funcionários das estatais e adotou um novo índice para medir os preços, substituindo o Índice Geral de Preços, da FGV, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do IBGE (SETTI, 1986; SARDENBERG, 1987).

Foi nesse contexto de partidos fracos, com a conseqüente sobrevalorização do Poder Executivo e, particularmente, do presidente, que se fez o discurso de lançamento do Plano Cruzado com o objetivo principal de provocar a adesão da população.

Céli Regina Jardim Pinto (1989, p. 83) registra que esse foi o primeiro exemplo, desde 1964, de mobilização popular a favor (e a partir) do Estado, e não contra ele, como haviam sido as passeatas de 1968 e a campanha pelas “Diretas-Já”. O Plano Cruzado introduziu o cidadão no discurso político brasileiro. Mas é interessante notar as características desse cidadão: ele atua apenas como fiscal, individual, com um espaço que não é conquistado, mas investido pelo presidente, que baliza sua atuação.

A idéia central do plano consistia em eliminar o elemento inercial da inflação. Esse componente, de acordo com a análise da inflação, fazia com que os preços subissem porque tinham subido antes. Subiam em relação ao valor da moeda, mas tinham pouca variação entre si. E o combate a esse processo se daria através de uma troca de moedas, e de um processo conduzido de conversão dos preços da moeda antiga para a nova moeda, especialmente dos contratos. Em relação à conversão, o plano trabalhava com o conceito de fluxo e de estoque. Fluxos (no caso de contratos continuados) eram convertidos pela média; estoques, pelo pico. Havia ainda um vetor para impedir que resíduos da inflação da antiga moeda contaminassem a nova (NASSIF, 2007, p.113).

Seguia-se um congelamento de preços e de câmbio por determinado tempo, necessário para que a população se acostumasse com a nova moeda. Decidiu-se, finalmente, que a conversão dos salários também seria feita pela média, mas com um acréscimo de 8%, para tornar o plano mais palatável (*ibid.*).

Nos primeiros meses, o plano parecia ser um brilhante sucesso: a inflação caíra para menos de 2% ao mês; houve uma explosão de consumo, seguida por falta de mão-de-obra, o que provocou aumentos salariais subseqüentes. Em meados de 1986, a economia estava claramente superaquecida, mas as medidas corretivas recomendadas pela equipe de tecnocratas eram politicamente impalatáveis, tanto para o ministro da Fazenda, Funaro, quanto para o presidente Sarney (SKIDMORE, 2003, p. 272).

3.2 A cobertura jornalística do Plano Cruzado

Como se deu a cobertura jornalística do Plano Cruzado? As edições da *Folha de S. Paulo* e de *O Globo* do mês de lançamento desse programa (dia 28 de fevereiro e mês de março de 1986) registram uma cobertura que pode ser classificada como ufanista. O governo desenvolveu o discurso de conclamar a nação, em prol de um esforço conjunto para que o novo pacote alcançasse êxito, e os jornais deram amplo espaço, em suas páginas, para as discussões e as repercussões sobre as medidas implementadas.

A primeira característica do discurso de interesse nacional do governo e emplacado na cobertura foi a de ser unificado. Não se tratava da confluência e negociação dos diversos interesses existentes na sociedade, mas da escolha de um ponto obrigatório para adesão de todos. A unicidade foi feita por oposição, por meio da identificação de um inimigo comum: a inflação. Isso ocorreu nos jornais pesquisados e também na cobertura das revistas semanais *Veja* e *Isto É*, conforme registrou Rafael Fortes (2004, p. 96), ao desenvolver um estudo sobre esses veículos de comunicação.

As primeiras páginas dos dois jornais, na sexta-feira em que o Plano Cruzado foi anunciado oficialmente pelo governo, mostram de que modo a questão do combate à inflação foi ressaltada pelos veículos: como um poderoso fator, que prejudicava cada setor da sociedade brasileira. Combater esse grande problema era justamente o ponto central das medidas econômicas.

O lançamento do plano ocupou quase toda a capa da edição da *Folha* daquela data. A manchete “Economia leva um choque” privilegiou a apresentação didática das medidas mais importantes do pacote por meio de cinco subtítulos, numerados e em destaque. Na fotografia, grande e única, da primeira página, aparece Sarney, alegre e sorridente, acenando. Na chamada principal, o primeiro parágrafo da notícia (o *lead*) anuncia que “o governo decidiu adotar um tratamento de choque (...) para acabar com a inflação”, cujo índice de fevereiro, anunciado no dia anterior pelo IBGE, tinha chegado a 14,36% e, nos 12 meses anteriores, alcançado 255,1% e atingido um novo recorde no país (*Ver Ilustração 9*).

A capa de *O Globo* foi dedicada quase que totalmente ao Plano Cruzado (apenas duas pequenas chamadas abordaram outros assuntos). A manchete anunciava: “Medidas drásticas contra a inflação”. O recurso utilizado também foi anunciar as principais medidas como títulos secundários embaixo da manchete (*Ver ilustração 10*). A palavra inflação foi usada novamente no segundo subtítulo: “Salários: abono já e reajuste se inflação passar de

20%”. A ênfase na luta contra “o inimigo” apareceu nas primeiras linhas do *lead*: “O presidente José Sarney anuncia hoje um conjunto de medidas destinadas a deter o processo inflacionário através de mudanças radicais na economia do País, afetando salários, preços e praticamente todo o mercado financeiro”.

Nas fotografias da capa de *O Globo*, Sarney não aparece em destaque como na *Folha*. Foram colocadas duas fotos, uma de outro personagem central na defesa do pacote, o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, e a outra de populares, em uma fila, para tirar dinheiro em caixa eletrônico.

Os dois jornais anunciaram, naquele dia, as principais medidas do pacote e que o presidente faria um pronunciamento público à nação, por meio da TV e do rádio, para explicar ao povo brasileiro as mudanças. Entre as principais medidas adotadas pelo choque heterodoxo implementado por Sarney, por meio do Decreto-lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986, destacam-se: o congelamento de preços nos níveis praticados no dia da publicação do decreto, inclusive o preço dos serviços; e a alteração da unidade do sistema monetário, que passou a denominar-se cruzado, com valor correspondente a mil unidades de cruzeiro (SANDRONI, 2005, p.652).

Aliás, podemos ilustrar o valor dessa moeda, após a mudança, citando alguns preços de produtos, na época, como o de bebidas populares, por exemplo. Um cafezinho, que custava 2,5 mil cruzeiros passou a custar 2,50 cruzados; e uma cerveja passou de Cr\$ 6,8 mil para Cz\$ 6,80. Um bem mais caro, como um carro (Volkswagen a álcool), passou de 42.257.000 cruzeiros para 42.257,00 cruzados.¹⁴³

Outras medidas de destaque implementadas foram a substituição das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), instituídas em 1964, pela Obrigação do Tesouro Nacional (OTN), cujo valor foi fixado em Cz\$106,40, congelado por um ano; o congelamento dos salários pela média de seu valor dos últimos seis meses e o do salário mínimo em Cz\$ 804,00 (SANDRONI, 2005, p.652).

¹⁴³ Preços publicados na tabela “Cruzeiro X Cruzado” em *O Globo* do dia 28 de fevereiro de 1986 (Economia, p.17).

O tempo está...
Ainda de chuvas esparsas; temperatura em elevação declinando durante o dia. Máxima de ontem: 36,2 graus em São Paulo; mínimo: 23 no Alto do São Paulo.
Página 11

O GLOBO

Fundador: IRINEU MARINHO Diretor-Editor: Chefe: ROBERTO MARINHO
ANDRÉ — RIO DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 28 DE FEVEREIRO DE 1986 — Nº 19.97

Unificado classifica mais 1.405

O Casprens divulgou ontem e lista dos 1.405 candidatos classificados através do edital que alarcará 6.142 vagas acima. Os classificados deverão fazer hoje a matrícula nas instituições.
Página 7

Diretor-Secretário: RICARDO MARINHO Diretor de Redação: EVANGELISTA CARLOS DE ANDRADE

Medidas drásticas contra inflação

Nova moeda: o cruzado, equivalente a mil cruzeiros
Salários: abono já e reajuste se inflação passar de 20%

Prestação de casa e aluguel: reajustes serão anuais

Preços serão tabelados pelo CIP e depois congelados

Pazzianotto só sairá em maio, se for candidato

O demissionário de Almir Pazzianotto do Ministério do Trabalho, que chegou a ser nomeado ontem, foi substituído pelo próprio ministro e pelo Secretário de Imprensa da Presidência da República, Fernando Collor Mesquita. Este disse que se Pazzianotto decidir se desincompatibilizar em maio, para disputar a Vice-Governança de São Paulo, já tem um eventual substituto, o Deputado Alirton Soares (PMDB-SP). Pazzianotto declarou que, se sair, quer voltar ao Governo pela porta da frente, com boas relações com os Ministros e com o Presidente Sarney.
Página 3

O Presidente José Sarney anuncia hoje um conjunto de medidas destinadas a deter o processo inflacionário através de mudanças radicais na economia do País, afetando salários, preços e praticamente todo o mercado financeiro. A base da reforma — definida como um programa de estabilidade econômica — é a instituição de nova moeda: o cruzado, equivalente a mil cruzeiros, e que será encontrado nos bancos segunda-feira (serão notas de cruzeiros carimbadas). Hoje será feriado bancário. Estas são as principais medidas:

1. Todos os assalariados receberão já um abono fixo, que deverá ser de 8,5 por cento. Haverá

outro abono, móvel, que dependerá da variação da inflação entre a data do último reajuste e hoje. Assim determinados, os salários só aumentarão, e automaticamente, quando a inflação passar de 20 por cento. Será criado o seguro-desemprego.

2. Os produtos industriais terão seus preços fixados com base na inflação dos últimos 24 meses e em seguida congelados.

3. Prestações da casa própria e aluguéis passam a ter reajuste anual. Uma vez alterados segundo a tabela de conversão de cruzeiro para cruzado, portanto, não sobem durante um ano.

4. As cadernetas de poupança serão o único ativo financeiro a ter correção monetária além

de juros anuais de 6 por cento. A correção será trimestral.

5. Os títulos prefixados não terão correção integral. Quanto às ORTNs, serão convertidas em Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs), ao serem resgatadas pelo Banco Central.

Todas as medidas serão anunciadas por Sarney em cadeia nacional de rádio e televisão, às 10 horas, em seguida a uma reunião ministerial. O Presidente, pessoalmente ou através do Ministro Marco Maciel, informou a todos os Ministros, Governadores e líderes partidários, sobre sua decisão, tomada ontem em face do índice da inflação em fevereiro.
Página 10 e 19

Leônidas: ampanha das diretas-já é inoportuna

É inoportuna a campanha pelas eleições diretas-já, e isto não se faz a um Presidente que trabalha com grande responsabilidade social e política", afirmou ontem, em Porto Alegre, o Ministro do Interior, Leônidas Pires Gonçalves. Ele disse que o mandato de seis anos fixado pela atual Constituição para o Presidente da República só pode ser modificado pelo Constituinte. O Ministro também se pronunciou contra o restabelecimento imediato das relações com Cuba: "Não vejo necessidade de pressa".
Página 5

Escolas particulares têm aumento de 89,2%

São de 89,2 por cento o reajuste semestral das mensalidades das escolas particulares. O índice foi aprovado ontem pelo Conselho Estadual de Educação e beneficiou as escolas com 20 por cento a mais que o índice aprovado em dezembro pelo próprio Conselho. Para o Sindicato de Estabelecimentos Particulares de Ensino do Município, o aumento impedirá que muitas escolas fechem.
Página 9

RECEITA EXEMPLO
CÓDIGO DE POSTO 14-0000
CPL 3.000
Classificado: 10 páginas
3 Códigos: 34 páginas
Cópia com taxa de 10% e Código de Postos e Previsão Privada, com 8 páginas



Com documentos na mão, Fustar deixa o Planalto



Corrida aos bancos eletrônicos

Com o anúncio da decretação do feriado bancário hoje, houve ontem no Rio, São Paulo e em outras cidades uma verdadeira corrida aos caixas eletrônicos — Banco 24 horas, Caixa Automático e Banco Dia e Noite. Nas filas, muitas com mais de cem pessoas, a espera era

em média de 50 minutos para poder retirar o dinheiro (na foto, um banco da Avenida N. S. de Copacabana, às 23h). Os carros-fortes abasteceram os caixas eletrônicos durante toda a noite de ontem e hoje o sistema funcionará normalmente.
Página 17

Inflação: 14,36% em fevereiro. Poupança renderá 14,9318%

A inflação de fevereiro foi de 14,36 por cento, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado ontem pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Alimentação, com 17,94 por cento, foi o item que mais pesou na inflação. Com o índice de fevereiro os rendimentos da poupança — a serem creditados em março — são de 14,9318 por cento. Os aluguéis residenciais terão em março reajuste de 84,384 por cento nos contratos semestrais e 204,128 por cento nos anuais.
Página 14

Empresariado, em geral, aprova as medidas econômicas

De uma forma geral, os empresários apoiam a reforma econômica. Antônio Ermírio de Moraes, Superintendente do Grupo Votorantim, disse aprovar "a ideia da desindexação", mas acha que "congelar preços e salários, só se for de forma total". Abílio Diniz, do Grupo Pão de Açúcar, membro do Conselho Monetário Nacional, é de opinião que a mudança, "no Brasil, deve ser mais branda do que na Argentina". Mário Amato, Vice-Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo é contra: "As consequências serão desastrosas".
Página 15

Economistas do PMDB usam planos de Argentina e Israel

Baseado no estudo do professor de Economia da FUC do Rio de Janeiro Francisco Lopes, que deu origem ao Plano Austral da Argentina, e adaptado pelas observações do Assessor da Sepian, Pêrsio Arida, que estudou a situação da Argentina e de Israel, o novo programa econômico do Governo foi idealizado pelo grupo de economistas do PMDB reunidos da FUC e hoje instalados nos diversos órgãos da administração federal. Economistas de Unilemp, assessores do Ministro da Fazenda, Delfino Fúaro, são colaboradores de plano.
Página 17

Como a economia foi desindexada, instituiu-se uma tabela de conversão para transformar as dívidas contraídas em uma economia com inflação muito alta para uma economia em que a inflação fosse praticamente nula. Foi criada uma espécie de seguro-desemprego para aqueles que fossem dispensados sem justa causa ou em virtude do fechamento de empresas. Outra medida determinou que os reajustes salariais se dessem por um dispositivo chamado “gatilho salarial” ou “seguro-inflação”, que estabelecia o reajuste automático de salários sempre que a inflação alcançasse 20% (SANDRONI, 2005, p.652).

É interessante ressaltar que, depois de um longo período de regime militar, a imprensa estava diante de uma nova postura de um chefe de estado. Sarney adotou um posicionamento aberto, o de conclamar a nação à implementação do plano, que teve, inclusive, uma dimensão simbólica, pois ele anunciou por meio da TV as mudanças na economia. Ele adotou a atitude supostamente de transparência para convencer a população sobre a possibilidade de sucesso do plano.¹⁴⁴

A inflação foi apontada pelo presidente Sarney e seus defensores – ministros, economistas e assessores do governo – como o principal inimigo do “Plano para um programa de estabilidade econômica” e, conseqüentemente, do país. Essa abordagem foi amplamente aceita pelos veículos de comunicação analisados nesta pesquisa.

O “mote” principal do discurso de lançamento do pacote, feito pelo presidente e publicado nos jornais, no dia 1º de março de 1986, e também dos demais pronunciamentos, realizados ao longo do primeiro mês de vigência do plano, foi que o fator inflação deveria ser derrotado e perseguido pela nação (*Ver Ilustração 11*).

No início do discurso inaugural do Plano Cruzado, Sarney afirmou que o pronunciamento se tratava “de uma reunião do governo com todo o povo brasileiro” e que se iniciava, naquele momento, “uma guerra de vida ou morte contra a inflação”. Ele ressaltou que aquela era uma convocação para que juntos – governo e povo – tomassem uma decisão grave e difícil, que marcaria a sorte da sociedade nos próximos anos. “Afirmar em discurso à nação: combater a inflação é ponto de honra do governo. Faremos todos os sacrifícios. E acentuei: tomaremos todas as decisões para que ela não fuja aos nossos controles”, frisou.

¹⁴⁴ A questão da comunicação foi uma preocupação do governo Sarney, quando o marketing governamental recebeu grande impulso. Uma comissão especial de comunicação, com status de consultoria, foi criada, com a participação de 25 profissionais, dentre os mais celebrados da comunicação e da propaganda nacional, sob a coordenação do secretário de Comunicação do governo, Fernando Mesquita. Sua missão era ajudar o governo a estabelecer a política e as diretrizes de comunicação com a sociedade. Nesse trabalho de aparelhagem governamental, nesse aspecto, diversos ministérios receberam planos estratégicos de comunicação (TORQUATO, 2004, p.18-19).

Governo conclama o povo à guerra contra a inflação

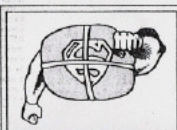
NO DISCURSO PRESIDENCIAL, AS GARANTIAS

Estabilização dos preços acabará com o pior inimigo

BRASILIA — "Iniciamos hoje uma guerra de vida ou morte contra a inflação", afirmou ontem o Presidente José Sarney em discurso de abertura da quarta reunião ministerial do seu Governo, realizada para anunciar as novas medidas econômicas. As decisões, explicou, não foram tomadas com precipitação, mas assumidas "num momento de confiança" no País e preparadas com muito trabalho, critérios e seriedade.

O Presidente ressaltou que o programa anunciado é em defesa do poder de compra dos assalariados. Enfatizou que o Governo não poupará "empenho e energia" para cumprir os seus propósitos, e que também não poderá faltar a coragem do povo. Dirigindo-se a cada brasileiro afirmou:

— Você está investido pelo Presidente para ser um fiscal dos preços em qualquer lugar do Brasil. Ninguém poderá, a partir de agora, praticar a indústria da remarcação. O estabelecimento que o fizer poderá ser fechado, e esta prática ensejará a prisão dos responsáveis.



O SUPERPACOTE



João Sayad e Dilton Funaro examinam o texto do Decreto

Nos telefones do Palácio a ânsia por explicações



José Richa e Rosane Murad assistem à leitura do Ministério

Apertos de mãos, abraços. Apoio geral a Sarney

Ele a integra do discurso do Presidente José Sarney:

"Esta é uma reunião do Governo com todo o povo brasileiro."

"Brasilistas e brasileiros:

"Esta é uma convocação para que juntos, Governo e povo, tomemos uma decisão grave e difícil. Ela marcará a sorte de nossa sociedade nos próximos anos."

"Venho refletindo há tempos sobre sua oportunidade. Medidas conservadoras, analíticas ricas e pesadas as resoluções. Minha consciência me diz: para com o País não nos faltarão lutas."

"A política tem um compromisso com a coragem e os homens de Estado não podem fugir à força do destino na hora de decisões maduras."

"Determinar mudanças fundamentais na economia."

"Chegamos à conclusão política e moral: a natureza exige. E não há para nós que os inevitáveis caminhos do destino me faltarão. Presidente da República."

"Mas comprometido é com o Brasil, com a história. E assim eu devo agir. Este compromisso não colide com os meus direitos éticos, para com os princípios da Aliança Democrática, uma vez que nossos objetivos são comuns."

"Brasilistas e brasileiros, as principais decisões são as seguintes:

— "Criação de uma nova moeda — cruzado."

— "Extinção da cunha com paridade inicial de um cruzado por mil cruzeiros."

— "Conversão automática, em cruzados, de notas, rendas e depósitos à vista no sistema bancário."

— "Extinção da correção monetária geralizada."

— "Escalada móvel de salários."

— "Congelamento total de preços, tarifas e serviços."

— "Criação de um mercado interbancário."

— "Seguro-desemprego, auxílio e justa aplicação da classe trabalhadora."

— "Garantia de rendimento dos depósitos de cadernetas de poupança e fortalecimento de nossa moeda em face de outras moedas."

"As medidas não são copias de nenhum programa adotado por qualquer outro País. A nossa economia tem peculiaridades e condições próprias, que exigem soluções próprias."

"Minha decisão não foi tomada, assim, em



Durante o discurso, o Presidente José Sarney ressaltou que defendeu os assalariados

na hora da precipitação. Ele é o representante de um momento de confiança na nova País.

"O Brasil cresce, o desemprego cai. As ilusões políticas estão salidas. Mas esta decisão se impõe justamente para evitar que se nos soltem com qualquer risco."

"Faltam em discurso a técnica completa: a inflação e ponto de honra do Governo. Fazemos todos os sacrifícios."

"E, portanto, lançamos todos os desafios para que ele não seja uma simples decisão."

"O exemplo de outros países mostra que a chegada às decisões quando os governos vacilam nasce cedo."

"A inflação tem sido o pior inimigo da sociedade. Ela não confunde apenas o salário, confunde o país. Este, portanto, é um programa de defesa do poder de compra dos assalariados."

"A inflação, a continuar nos inflar, infla, em poucos meses e até mesmo em poucos

anos pelo preço de um ano."

"O programa de estabilização com a nova moeda forte — o cruzado — resguardará as condições estabelecidas nos contratos celebrados em cruzeiros. Sob este aspecto a reforma social a vontade privada e é neutra no que diz respeito às relações entre credores e devedores."

"O congelamento dos preços é a transição para a estabilidade. Se, por um lado, desajustamos certo a inflação inflacionária, por outro não pretendemos instaurar o dinamismo do mercado e a palavra de iniciativa privada."

"Venho contar, portanto, agora, com o fortalecimento inflacionário."

"Estamos certos de que o sistema financeiro, neste novo ambiente de segurança, compra com eficiência redobrada suas funções de transferir fundos para a nossa atividade produtiva."

"Brasilistas e brasileiros:

"Estamos derrotando os maus da história inflacionária."

"Ainda enfrentaremos a força de hábitos há tempos arraigados. Basta lembrar que a inflação e a corrupção monetária fazem parte da vida e dos hábitos das nossas novas gerações, que não conhecem outra economia senão esta. Elas não conhecem uma economia livre dessas distorções."

"O caminho que eu escolhi não é, sem dúvida, o caminho dos francos. Por isso, o Governo não poupará empenho e energia para fazer cumprir os seus propósitos."

"Mas não bastará a nossa firmeza se falar a coragem do povo."

"Foi a coragem do povo que nos reintroduziu na democracia. Foi a coragem do povo que restaurou a credibilidade econômica. Foi a coragem do povo que assegurou a necessidade soberana da nossa dívida externa. Foi a coragem do nosso povo que vai derrotar a inflação."

"Esta coragem do povo será a minha coragem."

"A Nova República instalou-se entre esperança e angústia. A esperança da liberdade, das mudanças, da democracia. E a angústia da falta de segurança sobre a nossa política econômica. Da inflação crônica e líquida. Da falta de recursos, de poder no desemprego."

"Bastamos a democracia, recuperamos a economia. Revolvemos os empregos, promovemos a restauração do poder de compra dos salários. Voltamos a construir nosso destino

de economia dinâmica e auto-determinada."

"O Brasil passou a ser respeitado. O povo e o Governo, juntos, edificaram sua primeira etapa da obra de revalorização nacional."

"Mas das angústias sobre a saúde, a solidez, a justiça das relações sociais, a justiça com os mais desprotegidos. A inflação tornou-se o inimigo número um do povo."

"Iniciamos hoje uma guerra de vida ou morte contra a inflação."

"A decisão está tomada. Agora, sempre e sucessivamente, a vencer."

"Com impetuosa assiduidade ao espírito dos salários aumentados diante do INPC dos índices das prestações de INPC dos salários e dos direitos."

"Mas o sucesso deste programa não reside num decreto."

"Prezarei, com muito trabalho, o caminho para que essas medidas possam ser tomadas. Desde o início do Governo ocupamos sistematicamente a atenção da economia e estabelecemos algumas alternativas. Tudo foi estudado criteriosamente e com seriedade. Mas este programa tem que ser um programa do povo brasileiro."

"Todos os nossos esforços serão feitos. Cada brasileiro de Brasília está a vencer e a vencer os preços."

"E se posso me dirigir a você, brasileiro de Brasília, para invocar a sua força de vontade, para a execução fiel desse programa em todos os cantos deste Brasil. Ninguém poderá, a partir de hoje, praticar a indústria da remarcação. O estabelecimento que o fizer poderá ser fechado, ensejar a prisão dos responsáveis."

"Concedo para esta data ao Governo Estabilizador a colaboração. Coragem e povo brasileiro para viver este grande momento."

"Este programa não é um programa meu. É de cada brasileiro. É pelo Brasil que não vamos deixar. A sua vitória será a vitória de todos nós."

"O eclesiástico senhor Ministro da Fazenda vai dizer os detalhes e as providências a serem tomadas. Ele apresentará o programa que será de mudanças e destinado à estabilidade e ao crescimento."

"Peço a todos os ministros, aos congressistas, para que nos fortaleçam com o apoio e com determinação."

"E Deus, que não me tem falado, ajude-me nesta hora."

"Muito obrigado."

Funaro explica os motivos da reformulação da economia

BRASILIA — "Hoje iniciamos um programa corajoso, coerente e que terá, não o apoio de cada cidadão, trabalhadores, empresários, donos de casa, fãilo indiscutível". Com este apelo à população brasileira, o Ministro da Fazenda, Dilton Funaro, explicou a necessidade das medi-

das econômicas adotadas, durante a reunião ministerial de ontem.

Neste pronunciamento, o Ministro explicou que apesar de todas as medidas tomadas, a inflação continuou resistindo e o cruzado, como moeda fraca, era usado apenas para calcular o valor dos salários. "Todos começaram a fazer cálculos de seus

rendimentos e de seus patrimônios em CRTNs".

Avizando que o Governo será inflexível com os infratores do congelamento de preços, Funaro salientou que o Governo não poderá admitir "desordens nesta guerra contra o inimigo terrível" que é a inflação.

UM PAÍS FERIDO, A HERANÇA DA NOVA REPÚBLICA

Era preciso crescer, sem ingerências externas

Esta é a abertura do discurso em que o Ministro da Fazenda, Dilton Funaro, explicou o programa econômico do Governo.

"O Brasil, Sr. Presidente acabou de entrar à noite e de manhã seguinte do Governo de promover uma profunda reforma econômica."

"A Nova República herdou um País ferido por anos de recessão e de desemprego. Recebeu uma economia governada pela dívida externa e isolada pelo estrangeiro, as

mas não podemos nos conformar com uma inflação de 15% ao mês, nem desconhecemos os danos que provoca sobre os desprotegidos. Brinquem de se falar quanto a quantidade de atual processo inflacionário, abastecido pelo combustível da indexação e entendiado pelo alto dos produtos agrícolas. Andar às cegas no sentido da inflação, quando de 500, 600 por cento ao ano, levaria a um só resultado: recessão, desemprego e baixa do salário real. Não há recessão e o desemprego e, nes-

uma vez, a participação de todos os setores e o Governo não se empolga de nada."

"A reforma econômica parte do princípio de que todos os contratos devem ser respeitados. Os contratos salariais mantidos todos os salários e o crescimento e o Governo cuida de garantir que o salário real, o salário real, o poder de compra dos salários seja respeitado. Os valores anunciados pelo Presidente Sarney, o aumento real do salário mínimo e o índice de re-

Ilustração 11 - Publicação do discurso do presidente na editoria de economia de O Globo de 1º de março de 1986

Ao explicar as principais medidas, o presidente conclamou o povo na luta contra a inflação:

Mas não bastará a nossa firmeza se faltar a coragem do povo (...). Todos estaremos mobilizados nesta luta. Cada brasileiro ou brasileira será e deverá ser um fiscal dos preços. E aí posso me dirigir a você, brasileiro ou brasileira, para investi-lo num fiscal do Presidente, para a execução fiel desse programa em todos os cantos deste Brasil. Ninguém poderá, a partir de hoje, praticar a indústria da remarcação (*grifos nossos*).

A solicitação do apoio da nação à causa – a luta contra a inflação – foi uma constante do governo nas declarações e pronunciamentos sobre o Plano Cruzado, reproduzida fartamente na cobertura jornalística dos veículos pesquisados. Ela se estabeleceu como uma narrativa da nação.

Octávio Ianni (1992, p. 27) assinala que a preocupação com a questão da nação se revela particularmente acentuada nas conjunturas assinaladas e simbolizadas nos momentos de ruptura, como o da Declaração da Independência (1822), da Abolição da Escravatura (1888), da Proclamação da República (1889), da Revolução de 1930. E o Plano Cruzado, o primeiro pacote econômico anunciado na “Nova República”, constituiu também um desses momentos de ruptura na história do país.

Os conceitos de nação, nacionalidade, nacionalismo são considerados por alguns autores como difíceis de definir. Benedict Anderson (1983) é um dos que ressaltam essa dificuldade e afirma que a nacionalidade e suas múltiplas significações são artefatos culturais de um tipo peculiar. “Dentro de um espírito antropológico, proponho, então, a seguinte definição para nação: ela é uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana” (*ibid.*, p. 14). Ela é imaginada, segundo ele, porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão.

Maria Luís Rovisco (2000, p.1-18), discutindo as “narrativas da nação”, afirma que, no pensamento social em geral, e em particular nos estudos sobre nacionalismo e cultura nacional, a generalidade dos argumentos vem corroborar a asserção de que o estabelecimento de um sentimento de pertença que se possa dizer comum aos membros do Estado-nação dependeria do sucesso da imposição de uma “cultura nacional” uniforme e

congregadora, sustentada por instituições como o exército, o sistema de educação estandardizado, a burocracia civil e as instituições políticas democráticas.

Voltando ao Plano Cruzado e ao seu tratamento oficial pelo governo, além de único e elaborado antagonicamente à inflação, outra característica fundamental na construção do interesse nacional foi a retórica de guerra que a imprensa assumiu por meio das declarações das fontes oficiais sobre o pacote econômico.

Conforme registra Fortes (2004, p. 96-97), assim como aconteceu com diversos outros aspectos da cobertura do Plano Cruzado, a retórica de vida e morte na luta contra a inflação não foi uma criação da imprensa, mas foi instaurada pelo discurso inaugural do presidente, na sua narrativa para e da nação.

A retórica de guerra foi recorrente na cobertura, por meio do uso de palavras como inimigo, combate, luta, cruzadas, morte (*Ver Ilustração 12*). Outro elemento fundamental nesse imaginário utilizado pelos veículos foi a figura do líder, aquele que ocupa o lugar da fala legitimada da autoridade. O presidente Sarney apareceu como o líder carismático que convocava os cidadãos, como se fossem soldados, para a guerra contra a inflação. Ele se dirigiu à nação, ao povo, munido de um discurso de poder, como que mesclando a autoridade legal/racional com a autoridade carismática, consideradas tipos puros de legitimação por Max Weber.

Entre os sociólogos clássicos, Weber foi um dos que mais claramente isolou o conceito de poder, tentando abordá-lo tanto do ponto de vista da interação (o poder é uma relação assimétrica entre pelo menos dois atores) como do ponto de vista da agregação (de uma variedade de tipos de interações elementares).

As percepções da autoridade no poder, nos escritos de Weber, enquadram-se em três categorias, que ele classifica como os “tipos puros de legitimação”. O primeiro seria a autoridade tradicional, baseada em uma crença estabelecida em tradições imemoriais ou costumes consagrados pela tradição, que o sociólogo chama de autoridade do “ontem eterno”.

Trata-se de uma percepção das sociedades de privilégios hereditários, sociedades em que os termos da transmissão da herança foram estabelecidos em um passado tão remoto que só fazem sentido a guisa de mitos e lendas, e não da vida prática e imediata. O sentimento de autoridade, de estabilidade, provém da própria extensão temporal da duração dessa lembrança. O segundo tipo seria a autoridade legal/racional, que se baseia na crença na legalidade das normas e no direito de dar ordens, que fica reservado aos que ocupam cargos em virtude dessas normas. O sentido está no que o líder ou patrão

realmente faz; além disso, suas razões podem ser descritas e aplicadas a quem quer que ocupe essas posições de poder (WEBER, 1982, p. 99).

A última categoria é a autoridade carismática, “a autoridade do *dom da graça* (carisma)”, que se assenta na devoção incomum e extraordinária de um grupo de seguidores à sacralidade, à força heróica ou à exemplaridade de um indivíduo e da ordem revelada ou criada por ele. O modelo desse tipo de autoridade é exercido pelo profeta ou, no campo da política, pelo senhor de guerra eleito, pelo governante plebiscitário, o grande demagogo ou o líder de partido político (WEBER, 1982, p. 99).

Weber acreditava que as pessoas pensam no poder de diversas maneiras, mas que apenas alguns tipos de pensamentos as levam a conceber os poderosos como autoridades, e esses pensamentos seriam determinados pelos tipos de controle exercidos pelos poderosos.

Richard Sennett (2001, p. 36) destaca que o mais importante aspecto geral da abordagem de Weber é sua identificação da autoridade com a legitimidade. As pessoas se recusam a obedecer, acredita ele, àqueles que consideram ilegítimos.¹⁴⁵

Já Bourdieu (2000), cujo projeto intelectual era tentar fazer uma economia dos fenômenos culturais e simbólicos, se propôs a continuar o que considerou como uma grande contribuição de Weber. Ele diz que Weber, ao fazer uma economia das práticas culturais, religiosas, artísticas, etc., de tipo materialista, ocupou o terreno que Karl Marx abandonara.¹⁴⁶

¹⁴⁵ Sennett (2001, p. 33-34) diz que Weber não é um simples determinista social e que muitos marxistas do passado acreditavam que os poderes das classes dominantes traduziam-se automaticamente em imagens de autoridade: imagens de quem era forte, de quem podia julgar os outros, de princípios de disciplina e medo. Esses, sobretudo Jules Guesde, na França, tomavam como verdade evidente que as idéias da classe dominante eram as idéias que regiam uma época. As pessoas não pensavam no poder: pensavam aquilo que os poderosos lhes inculcavam como crença. Weber e muitos outros de sua geração ficaram insatisfeitos com essa visão. Se ela fosse verdadeira, como se poderia explicar o surgimento da inteligência crítica, ou o fato de que, como prelúdio das revoluções, as classes dominantes freqüentemente perdiam sua autoconfiança? Essa idéia mecanicista, de qualquer modo, era um marxismo de má qualidade, como não tardaria a assinalar Antônio Gramsci, pois os termos do poder na sociedade capitalista são contraditórios, e são essas contradições que instigam as pessoas a pensar.

¹⁴⁶ Ele explicou o propósito de sua obra: “A nossa cultura, no sentido acadêmico do termo, é construída sobre a oposição entre o cultural e o econômico, entre a arte e o dinheiro, entre tudo o que é gratuito, desinteressado, e tudo o que é material e econômico: essa grande oposição histórica impede que se faça uma ciência econômica dos bens simbólicos. Nesse aspecto, meu projeto pode ser entendido como uma maneira de prolongar o que foi, a meu ver, a grande contribuição de Max Weber: ao fazer uma economia das práticas culturais, religiosas, artísticas, etc., de tipo materialista, ele ocupou o terreno que Marx abandonara” (BOURDIEU, 2000, p. 18).

Bourdieu usa o conceito de poder simbólico para explicar a questão da autoridade. Ele percebe as relações sociais, sobretudo, como simbólicas, isto é, como relações de comunicação nas quais estão envolvidas trocas lingüísticas. Assim, os chamados sistemas simbólicos – arte, língua, religião – devem ser vistos em primeiro lugar como instrumentos de conhecimento e construção do mundo, mas que atuam em relações de poder por estarem socialmente estruturados.

O poder simbólico, portanto, é um mecanismo de construção da realidade, em que predominaria uma ordem, determinada por uma pré-noção de conhecimento, a partir do qual se construiria o sentido imediato do mundo social. Bourdieu considera como premissa básica que as relações de comunicação, expressas nos sistemas simbólicos, são, sobretudo, mecanismos do próprio poder simbólico e servem não apenas à reprodução da ordem social, mas à sua própria manutenção.

As relações de comunicação são sempre relações de poder que dependem do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes envolvidos nessas relações. Os sistemas simbólicos (como instrumentos estruturantes e estruturados de comunicação), nesse contexto, cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação.

Para Bourdieu, esse poder quase invisível – o simbólico – atua em todos os níveis da vida social, se manifestando nos chamados sistemas simbólicos, construindo a realidade, estabelecendo o sentido imediato do mundo social, e não se reduz à função comunicativa, tendo, para além dessa, uma função política. É nesse sentido que os símbolos são instrumento de integração social, de conhecimento, de comunicação e de dominação.

Nas relações de comunicação se estabelece uma certa relação de forças simbólicas entre um produtor (com certo capital lingüístico) e um consumidor (ou mercado) que procura certo proveito material ou simbólico. Nesse sentido, os discursos, para além de signos a serem decifrados, são signos de riqueza a serem avaliados e signos de autoridade a serem acreditados e obedecidos. A troca lingüística, portanto, é também uma troca econômica.

Na cobertura jornalística do Plano Cruzado, o presidente Sarney e os ministros representavam o lugar da fala legitimada para explicar as novas medidas econômicas do pacote e, também, com autoridade legal/racional e carismática, tentar arregimentar o povo em prol dessa luta coletiva e, portanto, para o bem de todos.

No discurso carismático utilizado no lançamento do Plano Cruzado, esteve presente também um sentido religioso, o qual apareceu na cobertura jornalística, nos

momentos em que foram feitas referências às Cruzadas, em função do nome da nova moeda que “nascia” naquele momento – o cruzado –, causando a “morte” do cruzeiro¹⁴⁷.

O cruzado é a denominação de moeda originária da Europa, intimamente vinculada às Cruzadas, expedições de caráter militar e religioso cujo objetivo principal era reconquistar a Terra Santa em poder dos muçulmanos.¹⁴⁸ A moeda que passou a ter essa designação surgiu inicialmente na Espanha, cunhada em prata, e seu uso em Portugal foi determinado por Dom Afonso V, em 1457, ao receber do papa Pio II a Bula da Cruzada, que o autorizava a participar da guerra santa contra os mouros.

No Brasil, ao iniciar-se a colonização, em 1532, o cruzado passou a integrar o meio circulante brasileiro, embora em pequena escala. No século XVIII, com o advento do ciclo do ouro, foi também cunhado no Brasil, na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, entre 1707 e 1727, e na Casa da Moeda de Minas Gerais, entre 1724 e 1727 (SANDRONI, 2005, p.206).

Na cobertura jornalística, a referência às Cruzadas apareceu, por exemplo, em *O Globo*, que utilizou charges, em vários dias da cobertura do primeiro mês do Plano Cruzado, nas quais Sarney ou os ministros estavam vestidos de cavalheiros e combatiam o dragão que representava a inflação (*Ver Ilustração 12*).

Foram feitas matérias sobre o significado da nova moeda, para informar ao leitor suas origens, como as que publicadas em *O Globo* com os títulos “37 tipos de dinheiro até chegar ao cruzado” e “Governo ressuscita moeda do tempo do império”, ambas na edição de sexta-feira, 28 de fevereiro de 1986.

Nessa mesma data, o filólogo Antônio Houaiss apareceu como fonte em *O Globo* para explicar que a palavra cruzado representa vários símbolos: “da fé católica predominante no país; da constelação do Cruzeiro do Sul; e como lembrança medieval, quando o cavaleiro andante partia a serviço de uma esperança para conquistar um lugar no futuro e garantir o campo santo”.

Tanto a *Folha* quanto *O Globo* utilizaram recurso gráfico para marcar as páginas com a cobertura sobre o Plano Cruzado e, assim, remeter o leitor diretamente para o

¹⁴⁷ Unidade monetária brasileira, implantada em novembro de 1942, em substituição ao milréis. Em 1967, passou a valer mil cruzeiros antigos e a ser chamada durante algum tempo de cruzeiro novo. A partir de 28 de fevereiro de 1986, foi substituída pelo cruzado. Depois foi reintroduzida, como padrão monetário, por meio do Plano Collor (SANDRONI, 2005, p.207). O Plano Collor será abordado no capítulo 5.

¹⁴⁸ As Cruzadas foram um conjunto de expedições militares empreendidas pelos europeus, entre o final do século XI e o século XIII, para acabar com a dominação dos turcos muçulmanos sobre Jerusalém e outras regiões do Império Bizantino onde se iniciara o cristianismo. Além do sentimento religioso, o movimento foi animado por importantes motivações econômicas. As Cruzadas ofereciam a possibilidade de saque às cidades orientais e o acesso a glebas de terra quando, na Europa, já não havia mais feudo a ser doado (*ibid.*, p.206)

assunto. A *Folha* optou pelo uso do selo¹⁴⁹ *Economia de choque*, seguindo, de certa forma, as palavras usadas na composição da manchete da primeira edição sobre o pacote.

Já *O Globo* optou por um selo na forma de desenho de um pacote com características humanas: com braços fortes e com o símbolo do S do herói Superman no centro do “peito”, ele tinha também uma capa voadora do super-herói. Embaixo do desenho, havia a frase *O Superpacote* (Ver Ilustração 12).

3.2.1 Dimensões técnicas e políticas

Como os agentes/fontes que apareceram na cobertura jornalística do Plano Cruzado se posicionavam quanto ao interesse maior, que era o sucesso do pacote? Esta seção se propõe a analisar como a *Folha* e *O Globo* cobriram e repercutiram as medidas do pacote econômico com relação aos interesses particulares dos diversos setores da sociedade. É possível observar alusões a dois aspectos diferentes do programa: um técnico e outro político.

Na dimensão técnica, predominou o discurso da competência da equipe que elaborou o plano. O lado técnico das medidas, as fórmulas e regras de cálculos, bem como sua criação e sua formulação, foram constantemente afirmados pelos jornais.

Nas reportagens sobre o choque, foi freqüente a legitimação do pacote a partir da qualidade técnica das medidas. Os argumentos eram muitos. O primeiro era o congelamento de preços, estabelecido em 28 de fevereiro de 1986, com vigência de um ano, que foi tratado como a vedete do plano e se tornou a principal fonte de adesão popular às medidas. O segundo era a tabela de conversão, que passou a ser utilizada pelos consumidores como arma no combate aos aumentos de preços.

Um terceiro argumento afirmava a vantagem de o Plano Cruzado ser calcado na experiência anterior, mas recente e atual, de outros dois países, Argentina e Israel. Observação, estudo, análise e aprendizado dos erros e acertos das duas experiências conferiam aos economistas conhecimento e segurança na elaboração do pacote, pois eles tinham tido a seu dispor dois laboratórios anteriores.

¹⁴⁹ O Manual Geral da Redação da *Folha de S. Paulo* (1984, p.77-78) define selo como uma palavra ou expressão curta, em corpo pequeno, diagramada no alto da página, abaixo do fio-data e separada do noticiário por um fio de um ponto tipográfico. Pode cobrir de quatro a seis colunas. É utilizado para “amarrar” o noticiário: todos os textos publicados sob o selo referem-se necessariamente ao mesmo assunto.

Os economistas que formularam o Plano Cruzado foram caracterizados como o grupo de idealizadores do programa. As matérias, embora dessem espaço a uma ou outra divergência pontual entre eles, descreveram o grupo como fundamentalmente coeso. A coesão se dava em vários aspectos: eram economistas formados em universidades de renome; trabalharam secretamente na elaboração do pacote; eram professores e acadêmicos competentes, reconhecidos por seus pares; publicavam livros, trabalhavam com complexas fórmulas e teorias econômicas; e estavam habituados ao debate. Foram apresentados como intelectuais, técnicos altamente qualificados, que colocavam seu conhecimento a serviço do governo e do país no combate à inflação.

O Plano Cruzado, assim, dava continuidade ao processo de ascensão da economia e dos economistas a uma posição de grande importância dentro da vida nacional. Os “personagens” que planejaram o choque heterodoxo, apresentados pelos jornais, foram: Chico Lopes, André Lara Resende, Andréa Calabi, Edmar Bacha, Luiz Gonzaga Beluzzo, Pérsio Arida, Eduardo Modiano e João Manoel Cardoso de Mello (*Ver ilustrações 13 e 14*).

Com efeito, eram esses economistas – e também Maria da Conceição Tavares – as principais fontes citadas nas reportagens que tratavam das discussões técnicas sobre o pacote. Maria da Conceição Tavares não integrava a equipe que formulou o Plano Cruzado, mas era conhecida por sua oposição ao governo nos 20 anos anteriores, tinha reputação entre os economistas progressistas e era militante ao lado das causas populares.

Na cobertura do lançamento do pacote, ela apareceu como uma de suas mais ferrenhas defensoras e acabou sendo chamada de “musa” por políticos que defendiam as medidas, título reproduzido pela mídia. Foi fonte de várias matérias em prol do sucesso do plano e, em uma entrevista na *TV Globo*, chegou até a chorar ao falar sobre o assunto (*Veja Ilustração 15*).

Como registra Sardenberg (1987, p.299), os economistas – tanto os “pais” do pacote quanto a “musa” – “eram os sábios que a sociedade queria”. Eram os tecnocratas que iam falar para o povo e para a imprensa sobre o Plano Cruzado, o suposto milagre que ia acabar com a inflação.

De como a Nova República mudou o modelo econômico

OS PERSONAGENS QUE PLANEJARAM O CHOQUE HETERODOXO

Na terça-feira, dia 25 de fevereiro, o professor de economia da PUC Francisco Lopes recebeu o que parecia ser apenas mais um dos muitos telefonemas de Brasília com que um amigo aluno seu, André Lara Resende, pretendia mantê-lo informado sobre o andamento, dentro do Governo, dos estudos para a execução de um choque heterodoxo na economia brasileira. Diretor da Divisão Pública do Banco Central, André era um dos principais defensores da aplicação do plano de seu antigo professor, que já demonstrara bons resultados no combate à inflação na Argentina, onde fora utilizado em junho de 85 com o nome de Plano Austral.

— Venha para Brasília na quinta-feira. Esta quente.

Há tempos André Lara Resende vinha utilizando a velha brincadeira infantil do "está quente", "está frio" para dar a Chico Lopes uma ideia de como iam as coisas. Se que Chico Lopes já não acreditava que a temperatura do Poder fosse chegar ao ponto ideal para tornar possível o plano. Tere ênfase de dizer a André que não poderia estar em Brasília naquele dia. Mas a mensagem era, pela primeira vez, recheada de conselhos.

— Estamos chamando também o Dudu (Eduardo Modiano, também economista da PUC). Mas vocês não devem viajar no mesmo avião para não dar tinta.

Quase à mesma hora, Eduardo Modiano recebeu as mesmas orientações através de um chamado telefônico de Persio Arida, assessor especial do Ministério do Planejamento. A orientação era clara: deveria viajar separado de Chico Lopes e entrar no prédio do Banco Central em Brasília pelo elevador da garagem, para que não fossem vistos. Uma demonstração de que os dois não acreditavam que as coisas estavam tão quentes assim e que resolveriam viajar no mesmo avião. Para eles, tratava-se apenas de mais uma reunião de trabalho que acabaria não dando em nada. Só sentiram que a situação mudara quando, ao chegarem ao Banco Central, Persio Arida foi logo avisando: "Daqui vocês não saem tão cedo".

Para chegar àquela quinta-feira



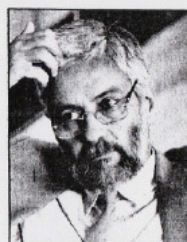
FRANCISCO LAFARTE LOPES — Mineiro, 78 anos, casado, três filhos, doutor em economia pela Universidade de Harvard, EUA. Lopes foi Diretor de Ensino da Fundação Getúlio Vargas e hoje coordena os cursos de pós-graduação em economia na Pontifícia Universidade Católica (PUC). Coautor do Plano Austral argentino.



ANDRÉ LARA RESENDE — Diretor da DIT da PUC, professor da Pontifícia Universidade Católica, fez mestrado na Fundação Getúlio Vargas e hoje coordena os cursos de pós-graduação em economia na Pontifícia Universidade Católica (PUC). Coautor do Plano Austral argentino.



EDMAR BACHA — Paulista, Secretário-Geral do Ministério do Planejamento formado em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e tem título de Doutor pela Universidade da Califórnia, em Berkeley. Foi Presidente da Distribuidora de Valores do Estado de São Paulo (Divesp) e é professor de Economia da USP.



EDMAR LISBOA BACHA — Presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Ministro de Lavoura, 42 anos, concluiu cursos de mestrado e doutorado na Universidade de Yale. Foi professor visitante em Harvard e lecionou no Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas de 1969 a 1971.



em Brasília para uma reunião com o Presidente da República, que daria oficialmente a aprovação do plano.

Na hora da reunião estavam todos no Palácio da Alvorada, menos Edmar Bacha. Para não revelar à mulher que teria que estar em Brasília para uma reunião com o Presidente, ficou em Belo Horizonte e voltou dirigindo o automóvel da família para o Rio. Em Brasília, o Ministro Dilson Funaro apresentou oficialmente o projeto e todos os economistas envolvidos discutiram os detalhes da operação até de madrugada com o Presidente. Na hora de se retirar, o Presidente disse aos presentes:

— Bem, senhores, a decisão está tomada. Agora é o vosso reser.

Na quarta-feira à noite, o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, convocou uma reunião noturna em seu gabinete no Palácio do Planalto. Ele, que sabia de partes do plano, fora informado na noite dia pela Presidente de que estava tudo pronto para ser desencadeado. No mesmo dia o Presidente reuniu seus Ministros militares no Palácio do Planalto para lhes dar notícias do que decidira. Os Ministros saíram, em linhas gerais, e que estava sendo estudado, mas pelo menos um deles, o General Bayma Denis, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, achava que o prazo para a inflação cair por meios ortodoxos era mais. A mais de um intercorrente ele confidenciou que em maio haveria uma profunda alteração na economia se a inflação não caísse de patamar. A reunião de quarta-feira à noite no Palácio do Planalto chamou a atenção dos jur-



LUÍZ GONZAGA DE MELLO BELIZOSO — Assessor para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, nasceu em São Paulo em 1941 e formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da USP. Foi dois cursos de pós-graduação na Califórnia e atualmente é professor em economia na Universidade de Campinas em 1975.



PERSIO ARIDA — Secretário de Coordenação Econômica do Ministério do Planejamento, paulista, 34 anos, casado, uma filha, economista formado pela USP com doutorado no Massachusetts Institute of Technology (MIT). Foi conselheiro da Secretaria de Fazenda de São Paulo. É autor do livro Inflação Zero, com André Lara Resende.



EDUARDO MODIANO — Defendeu tese de doutorado no Massachusetts Institute of Technology (MIT), em Boston, Estados Unidos. Casado, 32 anos, três filhos, produtor do livro de Francisco Lopes o Plano Austral, com base no congelamento de preços e salários, adotado na Argentina em junho de 1985.



JOÃO MANOEL CARDOSO DE MELLO — Assessor do Ministério da Fazenda, paulista, 43 anos, formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo. Doutor em economia pela Unicamp com a tese "O Capitalismo Tardio". É diretor do Instituto de Economia da Unicamp e segue a escola keynesiana, com inspirações marxistas.

30 • ECONOMIA

Domingo, 16/3/86 • O GLOBO

A reforma está feita. Agora, é zerar a inflação

O grande risco de se colocar uma nave em órbita está justamente no seu lançamento: se não explodir nos primeiros momentos, pode-se assegurar o sucesso. O Programa de Estabilização Econômica, após 13 dias de seu lançamento, encontra-se em fase mais crítica e, se a inflação for negativa no primeiro mês e perto de zero nos próximos, a economia entrará em sua trajetória de normalização.

A comparação feita por um dos idealizadores do programa, o Professor Francisco Lopes, criador do cruzado brasileiro, durante um debate com dois de seus colaboradores — o Presidente do IBGE, Edmar Bacha, e o Professor da PUC Eduardo Modiano — revela o otimismo das três economistas sobre as perspectivas do Programa de Estabilização Econômica.

Para eles, os grandes problemas a curto e a médio prazo poderão ser as escassez de bens de consumo duráveis, a necessidade de uma reestruturação total do sistema financeiro do País para se adaptar a uma ordem econômica, e a inevitável explosão da base monetária.

O GLOBO: Já pode ser feito um balanço do programa nas primeiras semanas?

BACHA: Acho que o balanço é muito positivo. A receptividade do programa só não surpreende quem como Francisco Lopes havia dito que isso tudo iria acontecer. Na verdade, o próprio Presidente José Sarney já tinha ouvido do Presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, que esse programa seria a melhor forma de se conseguir sustentabilidade popular. Eu não tinha dúvidas sobre isso, do ponto de vista político: o que se não estava muito claro para mim era o grau de repulsa à inflação que estava regendo a alma do povo.

MODIANO: O povo, agora, está percebendo que a proteção do seu poder de compra depende da fiscalização, da estabilidade dos preços. Antes, não havia maneira de controlar o preço, de supor, se adquiria consciência de que os preços têm de ficar estáveis.

O GLOBO: Esse momento de euforia será duradouro?

CHICO LOPES: Não. Na Argentina, houve uma mobilização muito grande no começo e, depois, caiu. Aqui, daqui a pouco, o mundo estará concentrado na Copa do Mundo e deverá sofrer também uma mobilização. Mas o fundamento é que nos próximos meses, se conseguirmos zerar a inflação, muito rapidamente

O Brasil poderá superar todos os obstáculos se conseguir realmente zerar a inflação. Esta é a opinião dos idealizadores da reforma econômica, Francisco Lopes (responsável pelo Plano Austral, que venceu a inflação argentina), Edmar Bacha (Presidente da Fundação IBGE) e Eduardo Modiano.

"Os preços dos fornecedores para as lojas terão de ser negociados entre eles, com a participação mínima do Governo."

"O primeiro grande problema do programa será o da excitação da demanda. Os salários terão aumentos consideráveis."

"O povo, agora, está percebendo que a proteção do seu poder de compra depende da fiscalização, da estabilidade dos preços."



Os economistas Francisco Lopes, Edmar Bacha e Eduardo Modiano

O GLOBO: Esse tipo de empresa conseguirá se enquadrar na nova estrutura?

MODIANO: Em três semanas, pode conseguir esse ajuste. Por enquanto, ainda existe muita perplexidade e pelo impacto do programa, mas as empresas conseguirão se ajustar.

CHICO LOPES: Os preços dos fornecedores para as lojas terão de ser negociados entre eles, com a partici-

participação bem, o congelamento pode ser mais curto. Ou seja, se o sistema conseguir para uma inflação zero, muito rapidamente, como se está esperando, o congelamento pode ser até bem curto, de uns três meses.

MODIANO: Isso seria o ideal. Assim, você pode começar a ter uma política de preços ativa.

CHICO LOPES: Isso quer dizer que você não pode ter preços só seguindo o que acontece. Quando se con-

tem o problema de liquidez que seria administrável, mas, a médio prazo, um problema de equidade estrutural, para que não haja uma explosão de inflação.

O GLOBO: O que os bancos podem fazer?

BACHA: Cada banco, imagine, terá uma estratégia de sobrevivência alternativa. O Governo tem de deixar claro, em primeiro lugar, que não há nenhuma intenção de nacionalizar

tem um problema estrutural e isso dará tempo para as instituições tentarem se adaptar.

O GLOBO: Mas há o problema também da rentabilidade do aplicativo?

CHICO LOPES: A moeda não pode dar liquidez e rentabilidade. Isso é uma deformação. O que tem de ser entendido é que o que se fez foi limpar o sistema da inflação. Não houve nenhuma diferença fundamental de

quase-moeda, de coisas que eram substitutos muito próximos de moeda, que, só por serem líquidas, pagavam corretamente monetária. E, obviamente, esses papéis, que estavam em overnight eram muito superiores aos que se emitia em papel-moeda, o chamado "moeda Tardio". É difícil do Instituto de Economia da Unicamp e segue a escola keynesiana, com inspirações marxistas.

O GLOBO: E isso não provocará uma grande expansão monetária?

CHICO LOPES: Naturalmente não vamos observar uma expansão monetária violenta. Nos vamos conviver com preços estáveis enquanto a base monetária deve se expandir 10% por cento ao ano. Mas isso não tem nenhuma relevância inflacionária. Porque você está simplesmente atendendo a uma mudança de preferência. As pessoas, agora, querem usar o cruzado, uma moeda estável.

MODIANO: O que é preciso tomar cuidado é para que essas taxas de expansão monetária não venham a dentro de alguns meses, grande indicio de desmonte.

BACHA: A base monetária vai expandir. Não porque há excessiva oferta de dinheiro, mas porque há um excesso de demanda de dinheiro.

CHICO LOPES: E, se não explodir, serão as taxas de juros que irão expandir com consequência necessária. Se o Governo não atender essa demanda de moeda, as taxas de juros irão explodir.

O GLOBO: A taxa de juros no Brasil continua a mesma. Qual será a consequência disso?

CHICO LOPES: Nessa fase inicial, o Banco Central vai ter de ser muito cauteloso. O sistema financeiro está mudando tanto que o Banco Central tem de ter muita precaução na sinalização dos juros daqui para a frente, para eles não caírem abruptamente.

MODIANO: Se a taxa de juros ficar um pouco baixa, há o risco de que as pessoas façam estoques de bens e, com isso, haverá escassez de bens, o que pode prejudicar o programa.

Agora, se a taxa de juros ficar muito alta, pode gerar investimento, alterar a atividade na economia, provocar uma recessão. A administração da taxa de juros é uma das coisas principais para o sucesso do programa.

O GLOBO: Sobre a questão de preços, o Governo está preparado para receber uma grande quantidade de denúncias de remarcação?

BACHA: Olha, o que pode acontecer é que os coletores de preços do IBGE estão sendo muito bem recebidos pelas primeiras semanas de congelamento. Inclusive, um prioridade de um estabelecimento do Nordeste regressou ao IBGE para pedir a lista dos preços que estavam sendo cobrados por ele no dia 25 de fevereiro. Isso, porque ficou com medo de o público achar que ele estava remarcando os preços. Nós cedemos a listagem com os preços e o sistema de estabelecimento.

MODIANO: Os coletores também devem trabalhar com fiscalização.

Ilustração 13 — Por dois domingos seguidos (9 e 16 de março de 1986), O Globo contou em reportagem os bastidores do Plano com "os personagens que planejaram o choque"

Para Lopes, reação popular garante o sucesso

JOSÉ ONOFRE
Enviado especial o Brasil

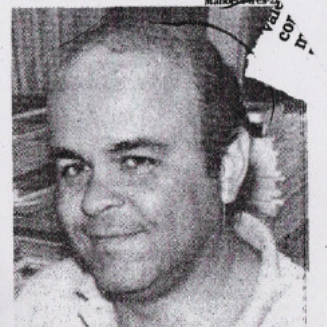
Nas primeiras 48 horas de aplicação do seu Plano para o Programa de Estabilidade Econômica, o governo já obteve o requisito considerado fundamental para essa operação: a participação dos consumidores como força de vigilância no cumprimento, pelos pontos de venda, do congelamento de preços. "Foi importante essa reação saudável da população", disse o professor Francisco Lopes, da PUC-Rio, desde outubro um dos principais assessores informais de André Lara Rezende e Pêrsio Arida, os economistas do governo que articularam o projeto.

Lopes é considerado o responsável pela formulação das idéias do Plano Austral argentino, uma experiência — junto com a de Israel — que deu origem à decisão brasileira de desindexar a economia. "Mas há diferen-

ças entre a experiência argentina e o que está sendo feito no Brasil. No Austral houve o congelamento dos salários. O cruzado traz a livre negociação e a escala móvel. O programa brasileiro defende muito mais a renda do trabalhador. É extremamente progressista", disse Lopes. As reações contrárias — surgidas de empresários e da Central Única de Trabalhadores — são avaliadas, pelo professor Lopes, como naturais nos primeiros dias de execução do plano. "Os opositores são os que não entenderam e os que ganhavam com a inflação alta. O importante é que a economia foi desindexada. Vamos entrar num mundo de inflação de um por cento. Dois por cento já será muito", diz Lopes.

Ele confia que a existência de listas com os produtos de preços congelados e a estrutura de controle de preços dão ao governo condições para controlar a aplicação do seu

projeto, "mas o mecanismo mais eficaz é o clima que se criou na população compradora". Uma possível reação empresarial, com o desaparecimento de produtos e o surgimento do mercado negro, é uma hipótese recusada por Lopes. "Não houve mercado negro na Argentina", diz ele. Admite que surjam problemas, causados por uma inadaptação de trabalhadores e investidores que, acostumados a conviver com uma inflação muito alta, levarão algum tempo para perceber as vantagens da nova situação econômica. "Há trabalhadores, com reajuste previsto para março, que estavam calculando uma modificação de 100% em seu salário e não terão, o que significa que terão perdido poder aquisitivo". Esclarece que o plano nasce de idéias que amadureceram nos últimos dois anos, em cima de experiências concretas, ao ponto de poderem ser executadas sem sequelas. "Prevejo



Professor Francisco Lopes, da PUC-RJ

um grande movimento nas bolsas de valores e duvido que o dólar no paralelo vá subir. Não acredito em evasão de capitais. O Brasil continua a ser um país com enormes possibilidades de investimento, principalmente agora. O fundamental é que as pessoas se engajem no processo".

Congelamento não será longo, diz Cardoso de Mello

ARMANDO OURIQUE
Enviado especial o Brasil

O governo Sarney não pretende manter o congelamento de preços por um período muito longo, segundo o assessor especial do ministro da Fazenda, João Manoel Cardoso de Mello. A estratégia é trazer a inflação a zero ou próximo disso durante alguns meses, para depois permitir uma salutar variação nos preços relativos.

"A inflação será controlada sem trauma", disse, enfatizando que o programa brasileiro não guarda muitas semelhanças com o tratamento de choque do Plano Austral argentino, de julho do ano passado. Ao contrário do caso argentino, o governo Sarney preferiu não tabelar os juros. Também não realizou uma maxidesvalorização cambial, que inibiria a demanda interna.

"O programa brasileiro é flexível", afirmou. "O segredo é que não tem choque", acrescentou Cardoso de Mello, em entrevista à Folha na noite de sexta-feira. Segundo ele, o Plano Austral aguçou a recessão argentina por ter tabelado as taxas de juros em níveis muito elevados e por ter congelado os preços por um período muito longo. Além disso, a economia argentina carecia de qualquer dinamismo no momento do "choque".

No Brasil, a reforma monetária está sendo implementada num momento de forte expansão econômica, após os trabalhadores terem obtido ganhos reais de salário e do governo

ter colocado o déficit orçamentário sob controle. Cardoso de Mello disse que o programa anunciado na sexta-feira "não foi improvisado". "Estamos trabalhando desde a terceira semana de setembro para criar condições propícias", afirmou. A operação mais complexa executada pelo governo nos últimos meses, em preparação à reforma monetária, foi o alinhamento dos preços relativos dos produtos industrializados.

Segundo Cardoso de Mello, praticamente todos os produtos controlados pelo CIP estão com os seus preços relativos alinhados conforme a média de preços praticados entre dezembro de 1984 e fevereiro de 1986. O Ministério da Fazenda, disse, apurou, através de listagens do IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), os preços médios de centenas de produtos nesse período de 15 meses. Com esta informação, desde a terceira semana de setembro, o governo alinhava os preços relativos segundo suas médias. Essa operação exaustiva terminou na última quarta-feira, com o aumento para as tarifas de energia elétrica.

Esse alinhamento de preços industriais, segundo Cardoso de Mello, foi imprescindível para o êxito da reforma monetária. Se a defasagem entre preços estivesse muito acentuada no dia 27, o governo não conseguiria manter o congelamento sem provocar um trauma recessivo. O governo, segundo Cardoso de Mello, não será inflexível na manutenção dos atuais preços relativos.

Depois de trazer a inflação a zero ou próximo disso, permitirá a variação de preços, favorecendo dessa forma o dinamismo da economia. Com um volume elevado de reservas cambiais, os principais preços agrícolas serão mantidos com o auxílio de importações (alternativa que a Argentina não teve). Eventualmente, os preços agrícolas também poderão variar.

Com a expansão da economia, disse Cardoso de Mello, a indústria brasileira atingiu nos últimos meses "margens escandalosas" de lucro. Dessa forma, as empresas poderão absorver com facilidade o congelamento de preços. Cardoso de Mello não teme o risco de a indústria reduzir sua produção por problemas de custos. "A empresa que reduzir a produção, perderá o seu mercado para as concorrentes", disse. Mencionou também que a iniciativa privada não terá dificuldades para absorver o abono de 8% concedido aos trabalhadores pelo decreto-lei 2.283. Lembrou que a indústria costuma embutir nos seus preços defasagem de 30 a 40 dias entre a entrega da mercadoria e o pagamento da venda. Com a inflação zerada, essa diferença será convertida em lucros.

O governo não precisou realizar uma maxidesvalorização cambial porque a paridade do cruzeiro para o exportador de produtos industrializados estava desvalorizado em pelo menos 7% no último dia 26. O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado) aumentou mais nos últimos meses por pressão do choque

agrícola, o que favoreceu o exportador de produtos industrializados. Além disso, desde os últimos meses do ano passado, o dólar sofreu uma desvalorização de 26% contra outras moedas fortes, o que também favoreceu as exportações brasileiras, que atingiram níveis recordes, por esses motivos, em janeiro e fevereiro.

A reforma fiscal de dezembro, segundo Cardoso de Mello, foi outro passo importante para criar condições adequadas às medidas anunciadas na sexta-feira. O governo conseguiu controlar o déficit orçamentário (com a ajuda da transferência de recursos das cadernetas de poupança para o Banco Central). Em janeiro e fevereiro, o governo retirou Cr\$ 24 trilhões (com o resgate de títulos da dívida pública) da economia. "A reforma monetária, afirmou Cardoso de Mello, permitirá uma redução acentuada da dívida pública e um aumento expressivo da arrecadação (favorecida pela ausência de inflação entre o fato gerador do imposto e o seu pagamento).

A reforma monetária, segundo ele, está devolvendo ao governo "o comando da política fiscal e monetária". E acrescentou: "Agora poderemos fazer política econômica". A maior preocupação de Cardoso de Mello no momento é com a imposição inicial do congelamento de preços. "Nisso, seremos implacáveis, estamos dispostos a fazer o que for necessário para impor o congelamento", afirmou Cardoso de Mello, que espera o apoio da população nesse sentido.

6 — ECONOMIA — Sábado, 29 de março de 1986

FOLHA DE S. PAULO

Para economista, o choque no Brasil foi o mais bem sucedido

Do Sucursal do Rio

O Programa de Estabilização Econômica, que completou ontem o seu primeiro mês de execução, surtiu até agora melhores resultados de estabilização de preços ao consumidor do que a experiência argentina e israelense, afirmou ontem o professor de pós-graduação em economia da PUC (Pontifícia Universidade Católica), Eduardo Modiano, que prestou importantes contribuições para a for-

mulação teórica do choque heterodoxo e participou da elaboração do plano do governo Sarney.

Deflação de 1 a 2%

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) deverá registrar em março, segundo o prognóstico de Modiano, uma variação negativa de 1% a 2%. A deflação neste primeiro mês dará credibilidade ao programa de estabilização, creó Modiano. A queda da média dos preços ao consumidor

demonstrará que o Brasil está iniciando a execução do "Plano de Inflação Zero" com maior êxito do que na Argentina e em Israel.

Segundo Modiano, desde o início do programa na Argentina, em julho passado, não se obteve nenhum mês de inflação zero de preços ao consumidor. Israel teve uma greve geral no dia seguinte ao plano ser anunciado e levou três meses para zerar a inflação de preços ao consumidor.

A mobilização no Brasil contra o aumento de preços no varejo tem sido surpreendente, na opinião de Modiano, que acompanhou de perto os casos dos outros países. Ele também atribui o maior êxito do Brasil no primeiro mês de execução do plano ao fato de o governo não ter transferido para cruzados pressões inflacionárias, com o aumento de tarifas ou desvalorização cambial. Na Argentina e em Israel, os governos realizaram desvalorizações cam-

biais de 18% a 20% e aumentaram tarifas públicas à véspera do plano. No Brasil, o comércio está descontando de seus preços de compra os custos financeiros embutidos nos vendas a prazo da indústria, o que também tem contribuído para a estabilização dos preços no varejo.

Preços interindustriais
A grande dificuldade na execução do programa até agora são os acordos de caso a caso em bases impasses nas negociações de preços

interindustriais. Modiano disse que este problema já era esperado, mas que está se prolongando demasiadamente. Mencionou que a ameaça feita pelo governo nesses últimos dias, de decretar um desconto padrão de 14,5% ao mês sobre os preços de vendas a prazo de fornecedores, deverá ser um importante incentivo para que as empresas acelerem acordos de caso a caso em bases mais razoáveis.

Ilustração 14 – Os mentores do plano deram explicações técnicas em matérias na *Folha* ao longo de março de 1986

O choro emocionado de Maria da Conceição

Quando o comentarista econômico Joelmir Beting, da TV Globo, pediu para a professora Maria da Conceição Tavares que "disparasse seus cartuchos nos dois minutos de tempo de que dispunha", todos esperavam que ela fosse estrabalar, falar com o mesmo rigor que sempre mostrou na televisão nos últimos anos. Surpreendentemente, a economista começou com voz suave e deixou a emoção crescer e crescer, até não resistir. Maria da Conceição chorou. E sem qualquer constrangimento limpou as lágrimas diante das câmaras para confessar a milhões de telespectadores que o momento atual no Brasil é dos raros em que ela pode dizer que se orgulha de sua profissão.

Conhecida por sua combatividade e oposição ao Governo durante os últimos 20 anos, Conceição mostra agora seu outro lado, após ter evitado se pronunciar sobre temas econômicos desde o início da Nova República. Com a mesma emoção e vigor com que defendeu suas ideias na oposição, Conceição agora apoia a política econômica do Governo com o entusiasmo que lhe é peculiar. Mais do que isso: com esperança e confiança nas ideias que sempre defendeu e que estão sendo postas em prática.

Conceição é uma pessoa transparente, em toda sua dimensão. Ela consegue ser passionai e racional ao mesmo tempo, duas características muito difíceis de se encontrar em uma mesma pessoa. Sua coragem é do tamanho do corpo. O depoimento



Maria da Conceição defendeu a reforma econômica com o vigor que sempre demonstrava

e de Carlos Lessa, Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e que foi seu contemporâneo na antiga Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) e trabalhou junto com ela no Brasil e no exterior e militando no PMDB.

Lessa disse que no momento em que Conceição se emocionou frente às câmaras de televisão soube entender e sentir perfeitamente as razões de seu desabafo:

— Nós todos estamos emocionados em ter visto 90 por cento da população apoiar o conjunto de ideias do

PMDB com o programa econômico do Governo; emocionados com a coragem do Presidente da República; emocionados com o início de uma mudança que começa agora com as ideias que todos nós defendemos durante anos.

Emoção foi também o que não faltou ao ex-aluno de Conceição Aloisio Teixeira, professor da UFRJ e Diretor do Flap, quando viu a economista chorar na televisão:

— A personalidade de Conceição é absolutamente fantástica, seja por sua inteligência e rapidez de raciocínio ou pela transparência com que ela defende suas ideias. Ela põe a vida nas coisas que faz, seja como

professora, seja na vida pública ou em seminários.

Na verdade, as lágrimas de Conceição Tavares representam toda a emoção com que os economistas que estiveram envolvidos no processo de elaboração até a aplicação do programa econômico de estabilização do Governo vivem no momento. O Diretor da Dívida Pública do Banco Central, André Lara Resende, um dos principais criadores e articuladores do programa, admitiu que a participação popular que o projeto provocou foi realmente gratificante e emocionante.

Mas a transparência desse sentimento só poderia ter sido mesmo de Maria da Conceição Tavares, segundo um de seus ex-alunos, Franklin Serrano, de 24 anos, professor da UFRJ. Ele afirmou que "Conceição é assim mesmo, as pessoas que convivem com ela sabem que ela chora mesmo, não é fantasia".

Franklin trabalhou com Conceição nas pesquisas coordenadas por ela de escala móvel de salários e de abono salarial para contribuir nas discussões sobre o programa de estabilização. Ele disse que nos últimos meses, Conceição estava muito preocupada com a inflação e com o risco de ser aplicado no Brasil um choque como o da Argentina, sem que fosse concebido o abono ou a escala móvel.

Outro ex-aluno de Conceição, David Kupfer, de 29 anos e pesquisador da UFRJ, disse que já viu Conceição chorar por diversas vezes. Como, por exemplo, nos anos de 1981

e 82, quando falava do Brasil em suas aulas ou se referia à situação do Chile, onde ela tem muitos amigos.

As aulas da economista não podem ser comparadas a um modelo clássico, tradicional, em tudo que ela faz coloca a emoção no convívio com os colegas de profissão, com os alunos, nos seminários que realiza etc. "Ela é uma paixão pensante — define o professor José Luiz Fiori, cientista político da UFRJ e amigo particular de Conceição Tavares há mais de 20 anos.

— E por toda a emoção que deixa transparecer, Conceição não é política, não tem a frieza necessária para enfiar os fatos. Ela é antes de mais nada uma intelectual comprometida sobretudo com as ideias. Se há alguma discussão qualquer sobre um assunto que ela tem uma opinião e, em geral, ela tem opinião sobre tudo, Conceição irá defender sua ideia com unhas e dentes, apoiar aquilo que ela acredita — afirma José Luiz.

Um outro traço característico da personalidade de Maria da Conceição Tavares é a lealdade com seus amigos. A adição e solidariedade ao grupo de pessoas de seu convívio particular são traços marcantes desta portuguesa que está no Brasil há 35 anos e que durante todo esse tempo demonstrou sua dedicação e amor ao País, sem nunca ter pensado voltar para sua terra natal, arrebatada José Luiz.

GUILHERME BARROS



Dentel explica como pagar a taxa do Fistel

Em nota encaminhada às emissoras de rádio e televisão, o Diretor Regional do Dentel no Rio de Janeiro, Catarino de Moraes Jouvai, solicitou a transmissão de texto explicando o pagamento da taxa do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.

O Dentel informou que essa taxa deve ser paga através de Darf, em cruzados, na paridade de Cr\$ 1.000 por Cr\$ 1.000, mediante perfeita transcrição dos dados constantes da guia emitida pelo departamento.

CMN examina na próxima semana poupança rural

BRASILIA — A proposta de criação da Caderneta de Poupança Rural será apresentada ao Conselho Monetário Nacional (CMN) na próxima semana. A informação foi dada ontem pelo Ministro da Agricultura, Iria Resende. O Ministro ressaltou que, com a criação da nova caderneta, a agricultura terá mais recursos.

Segundo Iria Resende, a Caderneta Rural funcionará nos mesmos moldes da Caderneta Imobiliária, com remuneração de 0,5 por cento ao mês. Qualquer pessoa poderá fazer aplicações, que serão investidas no setor agrícola. Iria adiantou que, em princípio, de acordo com os estudos, a caderneta será implantada usando-se a infra-estrutura do Banco do Brasil.

Quanto à falta de produtos no mercado varejista, o Ministro da Agricultura disse ser uma reação natural, devido ao aperto econômico. afirmou que dentro de pouco tempo a situação se normalizará, destacando que, caso haja escassez de produtos agrícolas, o Governo tem estoques suficientes para abastecer o mercado. Chamou a atenção para a entrada da próxima safra, que já está ocorrendo.

Sobre a possibilidade de importação, Iria Resende afirmou que o Governo não se preocupará. Ressaltou que, em relação à carne, a safra se estenderá ainda por quatro meses. Defendeu a formação de estoques reguladores em torno de 300 mil toneladas.

Pacote elevou depósitos, diz Luís Vieira



economistas do PMDB. Um adversário político, o Deputado Federal Eduardo Marinho Suplicy, do PT, continua a dizer que ele é um homem agressivo. Cabeço curto, repentinamente da esquerda para a direita, ele acabou de conquistar o País inteiro na quinta-feira ao defender emocionadamente a reforma econômica

A ECONOMIA NOS ELOGIOS

Há muito tempo não estava tão contente

A seguir, publicamos o trecho final da entrevista que a professora Maria da Conceição Tavares deu à TV Globo quinta-feira.

— Eu estou muito contente de ver uma crise econômica que reúne politicamente este País; que dá uma contribuição política; que ajuda o Governo a reencontrar seu rumo; que dá direito a que a gente rejeite a bandeira do não Partido. "Nunca e esperança". Há muito tempo que eu não estava tão contente. Você sabem que eu não sou de vir à televisão elogiar o Governo, só pelo contrário, tenho sido muito crítica nos últimos meses, por-

que não tinha grandes coisas para elogiar, a não ser três ou quatro coisas boas que eu achava. Eu acho que o programa é um programa sério, eu acho que se o povo brasileiro, as organizações dos trabalhadores, a Justiça deste País, têm de lutar com afinco contra tudo que ainda vai sendo ocorrendo, finalmente, um conflito negociado sério ao longo das regras dos jogos mais civilizados ocorrer, nós podemos ter esperanças.

De lutar pelo futuro dos nossos filhos e dos nossos netos. Esta é a única razão pela qual eu vim hoje a esse programa acompanhando gente que, eles sim, são responsáveis pelo Governo. E fico muito grata

a vocês por terem deixado que o povo brasileiro esta semana tenha sido informado e instruído. Eu não acho que vocês estejam fazendo propaganda do Governo. Acho que vocês estão cumprindo a missão de imprensa. E acho que os jornalistas, de agora em diante, devem continuar a ter os olhos do povo: onde eles vivem corrupção devem ajudar a denunciar, levar à câmara. Onde eles vivem uso abusivo de recursos, eles devem testemunhar. A imprensa deste País tem sido sempre mais importante do que a polícia. Continuo confiando na imprensa deste País para ajudar a essa tarefa com esperança e a redimir esse País. Obrigado a vocês.

Economista denuncia retenção de estoques

BRASILIA — "A falta de alguns produtos nas prateleiras dos supermercados deve-se a muita dos fornecedores. Eles emburrem uma inflação de 15 por cento ao mês nos seus preços e agora não querem retirar", afirmou ontem a professora de Economia da UFRJ, Maria da Conceição Tavares. Ela disse que, para se rebaixarem seus preços, os fornecedores não retiram os estoques e, com isso, aglomera e impede que o Ministério da Fazenda, Dilton Pinheiro, tome providências urgentes para garantir a normalização das entregas.

Maria da Conceição Tavares referiu-se ao fato de que as vendas no atacado são sempre negociadas para pagamento em 30 ou 60 dias contando com uma parcela adicional referente à inflação do período, além do preço de custo e do lucro. A economista considera impróprio que os preços no atacado sejam reduzidos, sob pena de comprometerem os resultados do programa de congelamento adotado pelo Governo.

— Há três dias estou praticamente sem dormir, trabalhando de graça para dar minha contribuição a fim de que tudo isso

com a economista Maria da Conceição Tavares são feitos através do gabinete do Ministro de Planejamento, João Sarney. Ontem, durante todo o dia, os telefones do gabinete não pararam de tocar em busca da professora. Grande número de pessoas procura para parabenizá-la pela emocionada defesa do programa econômico que fez na noite de quinta-feira passada através da Rede Globo de Televisão.

— Como comentar esse episódio? O que a televisão mostrou, era o que eu estava sentindo naquele momento — concluiu.

● REFORMA — "O plano e a cara da Ualcamp, e tem tudo para dar certo". No dia em que foram divulgadas as medidas econômicas, essa era a frase mais ouvida pelos corredores do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, de onde saíram há meses para o Ministério da Fazenda dois de seus mais destacados professores: João Manoel Cardoso de Melo, assessor especial do Ministro Dilton Pinheiro, e Luis Gonzaga Bezerra, Secretário Especial de Assuntos

BREVE PERFIL DA PROFESSORA

Agressiva e amável, irônica e brilhante

Crítica severa da política econômica adotada pelo Brasil depois de 1964, a economista Maria da Conceição Tavares anda radiante. As mudanças promovidas pelo Governo Sarney coincidem, em muitos pontos, com as teses que ela defende há anos diante da comunidade acadêmica.

Aos 56 anos, portuguesa de nascimento e naturalizada brasileira em 1957, Maria da Conceição chegou ao Brasil em 1954. Já era formada em Matemática e decidiu estudar economia na Escola Nacional do Rio de Janeiro. Coliga de turma de Mario Henrique Simonsen, logo se destacou entre os alunos.

Os professores, impressionados com a facilidade que demonstrava para compreender e criticar teorias de nomes como John Maynard Keynes e outros clássicos da economia, também a admiravam. E alguns deles formaram uma das principais gerações de professores do Brasil em todos os tempos, como Eugênio Gudin, Orlando Gomes de Albuquerque e Roberto Campos.

O professor Gudin torçeria tanto em Maria da Conceição que escreveu para ela sua tese de doutorado no Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro, professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade de Campinas, continua a ler os jornais onde faz palestras e obter um salário conquistado por poucos.

Dia desses, ao viajar para Brasília, começou a debater o plano econômico do Governo e, em questão de minutos, estava rodeada de outros passageiros, que não se importaram em sentar no chão para ouvir suas ensinamentos. Dois casamentos, dois filhos e um neto, aos fins de semana costuma dar longas caminhadas pela praia, sempre partindo do Leme, onde mora.

Morou no Chile em 81, onde ao lado de

Ilustração 15 — Maria da Conceição Tavares virou a "musa" do Plano Cruzado

Por que a imprensa valorizou, nessa cobertura, e valoriza tanto o discurso dos especialistas? O jornalismo se constitui como um campo que tem a pretensão de construir discursos sobre um mundo a ser traduzido constantemente para as pessoas comuns. Atua, portanto, entre o que Robert Park (1976, p.168-185) chamou de “conhecimento de” e “conhecimento acerca de”.

O “conhecimento de” seria o adquirido mais através do uso e do hábito do que de qualquer espécie de investigação formal ou sistemática – o chamado senso comum – e o “acerca de” seria o conhecimento metodicamente buscado com todo o aparelhamento formal e lógico criado pela pesquisa científica, embora não exista nenhum método totalmente independente da intuição e da percepção (*ibid.*).

A notícia teria uma localização própria dentro desses dois mundos do conhecimento, porque tenta interpretar os acontecimentos presentes para ser acessível ao maior número possível de leitores. E ganha um caráter de documento público no momento em que é publicada. “A notícia é mais ou menos autenticada por haver sido exposta ao exame crítico do público a que se dirige e com cujos interesses se relaciona” (PARK, 1976, p.178).

E, assim, ao atuar no limite entre essas duas faces do saber, o jornalismo busca referenciar suas narrativas sobre os fatos ancorando-se no conhecimento dos especialistas, em fontes de informação que tenham reconhecido o seu acúmulo de conhecimento, adquirido principalmente por meio da educação formal, fontes legitimadas, então, pela sociedade.

E as fontes oficiais graduadas ou mais qualificadas são consideradas mais seguras que outras pelos jornalistas, porque tendem a gerar, no leitor, uma sensação de credibilidade. Herbert Gans (1979, p.116-146), ao discutir a relação entre as fontes e os jornalistas, diz que esses profissionais tendem a selecionar suas fontes de informação a partir de uma relação caracterizada principalmente por: conveniência passada (se elas forneceram anteriormente informações que resultaram em reportagens adequadas); produtividade (capacidade de fornecer bastante informação sem desperdício de tempo e de trabalho); confiabilidade; veracidade; autoridade (fontes que ocupam posições oficiais de autoridade e de responsabilidade); e articulação (capacidade de expressar sua idéia de modo conciso).

Na cobertura do Plano Cruzado, as fontes mais adequadas para falar sobre o principal fato noticioso do momento eram os tecnocratas que participaram da elaboração das medidas e outros economistas, como Maria da Conceição Tavares, que teoricamente tinham o saber daquele campo específico – a economia – para analisar as novas medidas.

Uma vez lançado o pacote, por parte da equipe, todos se uniram no esforço de explicar as medidas e defendê-las frente ao público e aos críticos (políticos de oposição, à esquerda e à direita; sindicalistas; empresários). Nessa tarefa, os economistas apareciam dando as explicações técnicas, ao passo que Sarney e os ministros apresentavam as justificativas políticas e conjunturais. Aliás, a defesa política foi tão enfática quanto a técnica (*Ver Ilustração 11*).

Do ponto de vista político, destacaram-se os ministros (principalmente os da área econômica) e o presidente Sarney, tratados pelos jornais como os executores e patrocinadores do plano. Os ministros aliavam os aspectos técnico e político do pacote. João Sayad (Planejamento), Almir Pazzianotto (Trabalho) e, principalmente, Dílson Funaro (Fazenda) faziam a defesa por meio da articulação dos dois lados. O elogio à técnica do plano, encampado pela mídia, incluiu também a competência dos ministros, principalmente o da Fazenda, como condutores do processo. O Cruzado era apresentado como uma competente e precisa elaboração técnica que incluía alguns itens acrescentados por decisão política.

No que diz respeito ao posicionamento contrário por parte de técnicos, essa categoria se caracterizou muito mais pela pouca presença na cobertura. A construção de legitimação dos economistas como intelectuais, por meio dos jornais, sem dúvida fez parte da busca de hegemonia em torno do plano e do próprio governo Sarney. Na amostragem pesquisada, foi encontrado apenas um texto noticioso em que técnicos se posicionaram com relação a aspectos negativos que o pacote poderia trazer (*Ver Ilustração 16*).

Na categoria políticos-contra, houve repercussões sobre o que diversas fontes achavam das medidas do plano, mas predominou a expectativa positiva com relação ao seu sucesso. Geralmente, o ponto de vista de onde o crítico falava era identificado, na cobertura, com a defesa de algum interesse particular – o que, algumas vezes, somava-se ao fato de o crítico fazer parte da oposição política ao governo, como no caso de políticos e sindicalistas.

Técnicos prevêem ganho menor para todos

BRASILIA — Todos os trabalhadores sofrerão perdas reais de salário com as medidas adotadas pelo novo pacote econômico do Governo, segundo cálculos de técnicos do Ministério do Trabalho. Quem ganha até agora, por exemplo, o equivalente a três salários mínimos — Cr\$ 15.800 — e tem reajuste este mês passará a receber Cr\$ 2.750,48. Caso o aumento seguisse o Índice Nacional de Preços no Consumidor Amplo (IPCA) de setembro a março teria que receber 3.825,38. Esta diferença de Cr\$ 875,67 entre os dois salários representa uma perda real de 25 por cento.

Quem ganha salário mínimo Cr\$ 600,00 sofrerá perda de 20,4 por cento em consequência das novas medidas, apesar de ter tido o aumento anulado para março, passando a receber Cr\$ 800,00. Segundo os cálculos do Ministério do Trabalho, o salário mínimo teria que ser hoje Cr\$ 1.094,60 para que seu valor de compra fosse o mesmo de novembro passado, data do último reajuste.

O economista Pêrsio Arida, encar-



regado pelo Governo de explicar as novas medidas econômicas, disse, no entanto, que os trabalhadores não terão perdas. Isto porque, segundo ele, as autoridades estão tirando uma média dos salários dos últimos seis meses e aplicando sobre este re-

sultado um abono de oito por cento. No caso específico do salário mínimo, foi adotado um abono de 15 por cento, já que, pelo raciocínio do Governo, o valor real do mínimo em março seria de Cr\$ 706.

Os técnicos do Ministério do Trabalho divergem desta opinião. Eles afirmam que os salários somente não sofreriam perdas caso fossem congelados no momento em que atingissem seu pico, ou seja, no mês em que fossem reajustados pelo IPCA. De acordo com os técnicos, ao corrigir os salários pela média dos últimos seis meses, o Governo não está recompondo as perdas causadas pela inflação passada.

O trabalhador com reajuste em fevereiro, por exemplo, terá, a partir deste mês, seu salário convertido pela nova fórmula. Portanto, se ganhava Cr\$ 5 mil e em fevereiro passou a Cr\$ 10.067,00, em março receberá Cr\$ 8.553,99 pois o reajuste pelo IPCA será anulado e passará a valer a média salarial dos últimos seis meses. Esta modificação representará uma perda de 16 por cento.

Dieese calcula prejuízo de 27%

SÃO PAULO — As 142 categorias que estão em campanha salarial até abril terão uma perda, aproximadamente, de 27 por cento nos salários, em virtude da atualização automática a partir de hoje. O cálculo foi divulgado, ontem, pela CUT, com base em estudos do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (Dieese).

O caso mais grave é dos bancários — 700 mil em todo o País — que deverão ter um reajuste de apenas 62,4 por cento (com o adicional do abono de oito por cento), quando, pela fórmula antiga, teriam um aumento de 105 por cento.

— Isso mostra como o Governo quis, na verdade — adotando o recetário típico do FMI —, administrar sua dívida pública e controlar a inflação pela via salarial. Tudo isso é para que o País possa pagar sua dívida externa — disse Jair Menezes, Presidente da CUT.

Presidente da Price assegura que com perda salarial faltará apoio

SÃO PAULO — As medidas adotadas pelo Governo em relação aos salários vão trazer perda real para os assalariados e comprometerão o plano econômico, que perderá o apoio da sociedade. A opinião é do Presidente da empresa de consultoria Price Waterhouse, Nilton Latorraca.

Para ele, pontos importantes do plano, como o congelamento de preços, que é de execução difícil, ficarão inviabilizados se o Governo não contar com todo o apoio da sociedade. "Com a perda salarial que será provocada pela nova sistemática de reajuste, será difícil ao assalariado dar um voto de confiança ao Governo", disse.

Afirmando que a correção dos salários, como foi fixada pelo Governo, não tem lógica e agride o senso comum, Latorraca explicou que, como o salário será determinado pela mé-

dia real dos últimos seis meses, e não pelo pico do salário — que seria o valor recebido pelo trabalhador efetivamente em fevereiro — o novo reajuste ficará sempre abaixo do que o trabalhador estaria recebendo em março. Além disso, os oito por cento dados a título de abono não são suficientes para cobrir a diferença entre o valor médio encontrado e o valor do salário em fevereiro, porque essa porcentagem está abaixo da inflação dos meses subsequentes ao último reajuste salarial.

Para Latorraca, existe ainda outro ponto desfavorável ao assalariado. Na tabela anexa ao decreto-lei 2.283, assinado ontem pelo Presidente Sarney, a correção dos salários para efeito de determinar o salário médio, considera inexistente a inflação do mês de fevereiro, dando como coeficiente para cálculo o índice zero.

Ilustração 16 — A matéria sobre os técnicos contra o plano e o cuidado com as palavras em seu título em *O Globo* de 1º de março de 1986

Políticos dos partidos PMDB e PFL apareceram na cobertura apoiando o pacote. Na primeira semana de lançamento do plano, a *Folha* registrou em matéria na editoria de economia no dia 2 de março de 1986: “Moderados e conservadores do governo vêem o plano econômico com ceticismo” (p.36). A desconfiança era com relação ao congelamento de preços, que “nunca funcionou em lugar nenhum do mundo”, segundo frisou, na época, o deputado federal Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP).

Ao virar a página, o leitor encontrava outra matéria com fontes dos partidos, dessa vez com integrantes dos dois partidos confirmando o apoio: “Programa recebe apoio do PMDB e PFL”. No dia 7 de março, a *Folha* trouxe uma notícia com destaque para o apoio do PMDB.¹⁵⁰

No jornal *O Globo*, o PMDB e o PFL também apareceram, demonstrando seu apoio, em várias matérias. No dia 1º de março de 1986, por exemplo, o destaque foi: “Governo pede prazo de 30 dias e PMDB dá crédito”.¹⁵¹

O pacote foi apontado como fator de esmorecimento de uma crise que estava ocorrendo entre os peemedebistas e o governo. Os dirigentes do PMDB cobravam que o governo acelerasse as medidas de contenção da inflação e consideraram o pacote como uma resposta a essa cobrança.¹⁵² O presidente do PMDB na época, Ulysses Guimarães, fez um apelo aos integrantes do partido e aos diretórios municipais e regionais para que ajudassem a fiscalizar o congelamento de preços.¹⁵³

A direção do PT se manifestou desde o início, preocupada com os impactos das medidas para os trabalhadores. Em *O Globo* do dia 2, o então presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, se manifestou em uma notícia com o título “PT não deixará de elogiar o que for bom” (editoria O País, p.3) e disse que “o partido não deve ter medo de dizer que há coisas boas e razoáveis no pacote econômico”.

Mais tarde, Lula já aparecia mais receoso quanto aos resultados do plano na matéria da *Folha* do dia 29 de março: “Lula e Joaquinção mostram pessimismo”. Lula e o presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), antes denominada Conclat¹⁵⁴,

¹⁵⁰ “PMDB propõe alteração na escala móvel”, *Folha* de 7 de março de 1986 (Economia, p.15).

¹⁵¹ Texto da editoria O País (p.2) de *O Globo* de 1º de março de 1986. Outras se seguiram a essa nessa mesma editoria. Por exemplo: “Bancada do PFL na Câmara comparece ao planalto para aplaudir medidas” (dia 5); “Peemedebistas tiram as dúvidas e recomendam aperfeiçoamentos” (dia 6).

¹⁵² “Pacote esvazia crise entre peemedebistas e governo”, *O Globo* de 1º de março de 1986 (O País, p.3).

¹⁵³ “Ulysses conclama o PMDB a fiscalizar os preços”, *O Globo* de 2 de março de 1986 (*O País*, p.2).

¹⁵⁴ A Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) foi um encontro de líderes sindicais dos trabalhadores brasileiros, realizado pela primeira vez de 20 a 23 de agosto de 1981, em Praia Grande, São Paulo. Teve a participação de 5.036 delegados, representantes de 1091 entidades de classe – sindicatos urbanos e rurais, federações, associações pré-sindicais e confederações de trabalhadores –, e foi precedida de assembleias sindicais estaduais, os Encontros Nacionais da Classe Trabalhadora (Enclat). Uma vasta agenda de temas relacionados a direito trabalhista foi discutida na Conferência. Decidiu-se, nela, a criação de uma Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, para viabilizá-la, foi eleita

Joaquim dos Santos Andrade, o “Joaquinzão”, avaliaram que haveria redução de salários para os trabalhadores.

Não foi o PT, partido de esquerda, o retratado como o vilão político do plano. O PDS se manifestou, logo no início da cobertura, como oposição declarada ao programa de estabilização do governo. No dia 4 de março, por exemplo, *O Globo* trouxe a matéria “PDS teme caos se pacote não for bem desenvolvido” (*O País*, p.5). “Com responsabilidade dos economistas do PMDB, o pacote pode levar o país ao caos, caso não seja bem sucedido”, dizia nota do partido divulgada para a imprensa.¹⁵⁵

O PDT também se manifestou criticando as medidas e teve como fonte de destaque o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, que apareceu como opositor ao plano, característica que se estendeu ao longo da cobertura.¹⁵⁶ Brizola foi constantemente identificado como alguém que defendia interesses particulares, que seriam manter-se no noticiário e colher dividendos eleitorais para seu partido, por meio das críticas ao Plano Cruzado, pois seria dotado de “uma ambição política desvairada”, como afirmou editorial de *O Globo* do dia 7 de março de 1986 (*Ver Ilustração 17*).

Em alguns momentos, a posição em que Brizola era colocado extrapolava a categoria interesses particulares e ele aparecia como contrário ao interesse maior da nação no momento: o combate à inflação.

A posição hostil ao posicionamento de Brizola a respeito do Plano Cruzado também teve reflexos nos espaços destinados à informação dita objetiva, ou seja, nos textos informativos. *O Globo* dedicou uma página inteira contra o governador do Rio de Janeiro em sua edição do dia 8 de março de 1986. A retranca principal foi “Sarney reage com ironia às críticas de Brizola”, seguida de sub-retrancas com fontes se pronunciando contra as declarações de Brizola, chamado em um dos títulos de “acusador” e em outro de “político superado” (*Ver Ilustrações 18 e 19*).

Esse comportamento em desacordo com o valor da objetividade jornalística não se restringiu aos jornais. As revistas semanais *Veja* e *Istoé* também criticaram Brizola, em apoio ao Plano Cruzado (FORTES, 2004, p.111). Com a adoção do jornalismo informativo, os jornais teoricamente se tornaram mais referenciais, não assumindo explicitamente posições políticas ou ideológicas.

uma comissão nacional composta por 56 sindicalistas, urbanos e rurais, de todos os estados. As reivindicações aprovadas nesse encontro foram encaminhadas ao governo federal (SANDRONI, 2005, p.171).

¹⁵⁵ Outras notícias dessa editoria de *O Globo*, por exemplo: “PDS quer saber até onde vão as influências do FMI no programa” (dia 6 de março); “PDS protesta contra uso de decreto com obstrução” (dia 7).

¹⁵⁶ “Ivan apóia; Brizola critica plano”, *Folha* de 2 de março de 1986 (Economia, p.36); “Brizola anuncia que dará ‘apoio crítico’ às medidas tomadas”, *Folha* de 4 de março (Economia, p.8).

Brizola luta pelo espaço perdido

NUMA DESESPERADA tentativa de recuperar o espaço político perdido e o projeto de poder pessoal desalojado pela instituição do programa de estabilização econômica, o Governador Leonel Brizola serviu-se ontem do horário do PDT em cadeia nacional de rádio e TV para abrir baterias demagógicas e insidiosas contra a reforma mais importante de toda a História do País.

COMO espetáculo de falta de identificação com o ânimo popular e cívico desta hora, hora de verdadeira comunhão nacional em torno da corajosa estratégia antiinflacionária posta em jogo, será quase impossível encontrar paralelo. Começando por fingir-se engajado nos objetivos históricos do Presidente José Sarney, o Governador do Estado do Rio não demoraria a explodir em demonstrações de frustração e arrependimento. Os itens da reforma que prometeu apoiar, poucos minutos depois pulverizavam-se sob o peso da sua argumentação recheada de acusações, suspeitas, insinuações preconceituosas e outras perfídias dirigidas a pontos fundamentais do projeto.

A FINALIDADE central do pronunciamento brizolista de ontem era colocar a classe assalariada em oposição às medidas econômicas da inflação zero estigmatizando-as como confiscatórias dos ganhos do trabalho em proveito dos interesses do grande capital nacional e estrangeiro. Em torno dessa intriga primária Brizola teve todos os seus delírios de ignorância e desinformação econômicas, mas sobretudo foi capaz de chegar a extremos de falta de espírito público e patriótico procuran-

do de toda maneira tirar os trabalhadores e o povo em geral do seu espontâneo esforço de apoio ao Governo para entrincheirá-los nas linhas adversas da omissão, da deserção, da rebeldia.

BRIZOLA não mediu palavras, nem responsabilidades, nem consequências: o "indecoroso" capítulo salarial da reforma constitui um ato de "desumanidade" contra o trabalhador. O Governo outra coisa não iria fazer senão subtrair o feijão do prato do assalariado, particularmente o das categorias de menor renda, para aumentar o poder e a opulência dos ricos, dos industriais, das multinacionais. As perdas decorrentes do confisco salarial em um ano dariam para pagar os juros da dívida externa brasileira e construir inúmeras escolas (subentendido, Cieps) para as crianças brasileiras.

UM AUTÊNTICO homem de Estado deve explorar os caminhos de maniqueísmo e discórdia sociais que o Governador Leonel Brizola agora decide seguir, simplesmente porque não aceita sequer a proteção dos seus planos de conquistas do poder?

NEM UMA só palavra no pronunciamento sobre a eliminação abrupta e absoluta da especulação financeira no País, a recuperação dos valores do trabalho e da vocação produtiva. O setor bancário foi seguramente o mais atingido pelos impactos de estabilização econômica do pacote, e no entanto o olho de Brizola ao mesmo tempo socialista e (por conveniência circunstancial) protetor da iniciativa privada e da economia de mercado só consegue enxergar uma imaginária locupletação

dos donos do capital como consequência do chamado choque heterodoxo.

SE OS CREDORES internacionais do Brasil aplaudem a reforma, se a aplaudem também importantes expressões da liderança empresarial, se economistas e homens públicos dos mais considerados do País adotam a mesma posição confiante, isso para Brizola é a sinalização suficiente para que o povo desconfie e fique do lado oposto. "O que é bom para eles só pode ser ruim para nós."

DECLARANDO-SE disposto a mover céu e terra na defesa dos antigos critérios que ofereciam o salário de bandeja à voracidade da inflação, o Governador Brizola não poupa sequer os seus companheiros de classe política. Todos os que compreendem e sustentam a reforma, ou nela acreditam, estão apenas à caça de votos. Em nome do interesse eleitoral claudicam nos seus compromissos de honradez e dignidade. Do elenco de vilania catalogado pelo Governador e chefe do PDT só escapam desta vez, os agricultores.

É UMA LÁSTIMA que se pretenda torpedear, com armas tão falseadoras ou intencionalmente equivocadas, o clima de adesão e comoção nacionais em torno da reforma econômica. Mas seguramente o mesmo Governador que avaliza as manobras aumentistas e antipopulares do Prefeito do Rio de Janeiro ficará sozinho no meio da guerra total à inflação, desorientado e aflito sob a carga de suas ambigüidades e contradições, delirando com assombrações e fantasmas que só conseguem assustar a sua ambição política desvairada.

Ilustração 17 - O editorial de *O Globo* de 7 de março de 1986 atacou Brizola enfaticamente

Sarney reage com ironia às críticas de Brizola

SÃO PAULO — "Presidente, como o senhor recebeu as críticas do Governador Leonel Brizola, pela televisão, ao programa de estabilização da economia?" A pergunta dos repórteres, em meio a um tumulto na escada de acesso à pista do Aeroporto de São Paulo, o Presidente José Sarney não resistiu e parou, contrariando a decisão anunciada de não dar entrevistas:

— Não recebi — respondeu, com um sorriso irônico.

A parada deu chance a outras perguntas, mas Sarney foi genérico, limitando-se a defender mais uma vez o programa econômico e a manifestar sua fé no apoio popular permanente na fiscalização de preços. A segunda pergunta, com o Presidente ainda subindo a escada, foi sobre como ele avaliava o plano depois de uma semana de implantação.

Sarney respondeu que a primeira semana mostrou que o programa tem todo o apoio popular e mereceu a confiança de toda a nação.

— A primeira base do plano seria a confiança, e esta confiança foi conquistada. O plano vai bem, com o apoio do povo brasileiro.

Já no rumo do avião, Sarney se deteve outra vez e a pergunta foi sobre se as férias coletivas concedidas pela Mercedes-Benz prejudicariam a execução do programa político:

— O plano tem a confiança do povo brasileiro e isto é o fundamental. Garanto que vamos até o fim.

Depois, embarcou no jato da FAB rumo a Baur e a Lencóis Paulista.

O Presidente chegou a São Paulo pontualmente às 13h30. No Boeing 737 vieram vários parlamentares, com os quais o Presidente conversou durante alguns minutos, em grupo, antes do pouso. Em outro Boeing 737 vieram o Deputado Ulysses Guimarães que não pode viajar no mesmo avião do Presidente, (pois é o primeiro na linha de sucessão) e os Ministros da Cultura, Celso Furtado, das Relações Exteriores, Abreu Sodré, do Planejamento, João Sayad, e do Gabinete Militar, Rayma Denys.

Esperavam o Presidente, no aeroporto, o Governador Franco Montoro e o Vice-Gestor Quirino, o Comandante do Comando Militar do Nordeste, General Sebastião Ramos de Castro, o Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), vários parlamentares, como Alcides Francisco (PFL-SP), e empresários, como Sebastião Camargo (da Camargo Correla) e o plantador de soja Olacir de Moraes.



Marco Maciel: o apoio do povo é a melhor resposta às críticas ao pacote econômico

Maciel: Melhor resposta do Governo é o apoio dado pela opinião pública

BRASILIA — O Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, afirmou ontem que as críticas feitas pelo Governador do Rio, Leonel Brizola, ao programa de estabilidade econômica do Governo não têm fundamento e são motivadas por meros interesses políticos em um ano eleitoral.

— Acho que a melhor resposta às críticas que o Governo dá é o comportamento da opinião pública, e 91 por cento já demonstraram apoio às medidas. A sociedade sabe que não existe problema salarial: o salário mínimo foi antecipado e concedido um abono. A sociedade sabe também que é um compromisso do Governo e o programa assegura o desenvolvimento — afirmou o Ministro.

Marco Maciel ressaltou que apesar de não ter sido avisada e preparada antecipadamente para as medidas, a sociedade brasileira reagiu muito bem, foi capaz de se reciclar rapidamente, e prova disso foi a queda do dólar no mercado paralelo e o aumento dos depósitos à vista nos bancos.

— Os pontos negativos do programa

foram pequenos e já foram ultrapassados pelo apoio da opinião pública, demonstrando que o povo brasileiro está maduro e preparado para a prática democrática. A sociedade, deu provas de muito amadurecimento e aumentou a confiança no Governo — observou o Ministro.

Quando à informação de que está havendo sonegação de produtos alimentícios nos mercados, o Ministro disse que em "brevíssimo" tempo o Governo vai oferecer uma política de abastecimento, a fim de eliminar problemas como instabilidade climática e falta de produtos agrícolas.

Em Lencóis Paulista, o Ministro da Cultura, Celso Furtado, disse que são impatrióticas as posições contrárias ao programa de estabilidade econômica, fazendo alusão ao Governador do Rio, Leonel Brizola.

Confessando estar profundamente impressionado com a recepção dada ao Presidente José Sarney nesta cidade, o ex-Superintendente da Sudec disse que o programa é um pacto de aliança entre o Presidente e o povo. Acrescentou que a ampla participação popular tem o objetivo de "resgatar o País da especulação".

Lins deplora o pronunciamento

BRASILIA — O pronunciamento do Governador Leonel Brizola, no programa nacional do PDT, com críticas e restrições ao pacote econômico, foi contestado ontem no plenário do Senado. O Senador José Lins (PFL-CE) disse que foram "de rara infelicidade" as declarações do Governador.

Primeiro a se pronunciar contra as declarações de Brizola, o Senador Américo de Souza (PFL-MA) citou trechos do editorial do GLOBO de ontem, que considerou como uma resposta suficiente ao Governador.

Após citar o trecho do editorial que afirma ter sido a finalidade do pronunciamento de Brizola tentar colorar a classe assalariada em oposição às medidas econômicas do Governo, Américo de Souza afirmou que o editorial disse muito mais (ele pediu a sua transcrição, na íntegra, nos anais do Senado).

— Mas o povo não se ilude mais, o povo tem a sensibilidade que não tiveram nem os políticos do Rio de Janeiro. O povo está consciente do bem que lhe causou o programa de estabilidade econômica do Presidente José Sarney — disse Américo de Souza.

PMDB suspeita de sabotagem

BRASILIA — Em nome da Liderança do PMDB, o Deputado Aírton Soares (SP) condenou ontem, em sessão na Câmara, as opiniões do Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, no programa nacional do PDT pela televisão, sobre o plano de estabilização econômica.

— Tudo leva a crer que ele esteja querendo sabotar o plano do Governo, pois, para ter sucesso nas suas aspirações personalísticas de chegar à Presidência, não pode viver num país com inflação zero — disse.

Aírton acrescentou que Brizola luta contra o tempo e utiliza o partido no seu próprio interesse. O Deputado disse que o PMDB pergunta a Brizola que propostas foram apresentadas pelo PDT para o aperfeiçoamento do programa e ele mesmo responde:

— Nada. O ressentimento e o desespero foram a tônica do discurso, a imagem de um homem que não sabia o que dizer e então mentiu para o povo brasileiro. Mentiu e insistiu na mentira.

Símbolos augustos etc.

Contam que um dia o pessoal do Mercado Comum Europeu quis que a França desvalorizasse o franco. De Gaulle, velho especialista em patriotismo, negou-se terminantemente: seria o mesmo que desvalorizar a França.

Não, nem nos hinos nem na vida, jamais havíamos pensado em incluir a moeda no rol ilustre dos símbolos augustos da Pátria. Pelo contrário, nem mil-réis nem cruzeiro em momento algum de suas atribulações existências tiveram direito a citação ouvalada nos dobrados que fazem correr um frio na espinha da cidadania.

Com o cruzado, a história começa a ser outra. Ele está preenchendo todas as condições exigidas de um legítimo símbolo nacional, a começar pelas duas principais: 1. ser um imutável motivo de orgulho (na mesma proporção em que se despreza o similar estrangeiro); 2. ser algo cuja defesa está a cargo do cidadão; o exorciza-se o alívio dentro de suas possibilidades individuais.

Se o plano der certo, como o País inteiro acredita, assim será pelo tempo a forte, hino, bandeira e moeda associadas na representação concreta do patriotismo, esse sentimento indefinido, desprestigiado pelo mau uso e pelo desuso.

O problema é que nos acostumamos a ser vergonha de sermos patriotas. Em vista de certos precedentes do acima mencionado mau uso, com justa causa. Mas a coisa está mudando, como se nota em qualquer corredor do supermercado. Ali, os consumidores estão, admita-se, agindo em legítima defesa de seus bolsos, mas o fazem com gana e brilho no olho, e ninguém se iluda: isso é briosa participação em um projeto nacional — patriotismo, portanto.

E o que dizer das lágrimas de Maria da Conceição Tavares, quinta-feira na televisão? Quem não viu, perdeu, quem viu, chorou junto, igualzinho a quando a gente vê Paul Huroard respondendo a Mardelina em "Casablanca". Essa portuguesa sem pela, de voz áspera e coração na bo-

ca, há muito tempo trouxe para o debate econômico uma santa virtude: a capacidade de se indignar, de falar com raiva da má fé e do erro tolo. Dêla se esperava a impaciência face à ignorância que ameaça a lógica e a porreitada no cocoruto dos bandidos do faroeste econômico. Pois ela outro dia nos deu tudo isso e mais, subitamente mais lágrimas fartas de emoção, ao falar de seu orgulho de ser economista no momento em que o trabalho de alguns redime toda uma profissão, de ser brasileira nesta hora de esforço nacional por um país menos hipócrita. Que nome dar a isso, se não patriotismo? Que outra reação, se não compartilhar essas belas lágrimas?

A ressurreição do patriotismo é um dos fatos psicológicos que mexem com o Brasil pós-pacote. É reconfortante saber que esse tal de fator psicológico não serve apenas para alimentar inflação. Na verdade, ele é como revólver, que tanto dispara para o bem como para o mal, dependendo de quem puxa o gatilho.

Outro fator da família das psicococas é o da recuperação do valor do trabalho. Uma vez que dinheiro parou de girar dinheiro na escala absurda de antes estamos caindo na realidade de que dinheiro tem de vir mesmo é do trabalho. Abaixo o jogo do open e do over, viva o suor honesto — precisamos ensinar toda uma geração de nossa privilegiada classe média alta a trabalhar, e aqueles que sempre viveram de trabalhar, que não estão perdendo bônus algum, pelo contrário, é o único jeito.

Nada poderá ser mais saudável do que essa troca de idólos: em vez dos gravatões do mercado, a turma do balão mágico de Dilton Funaro, esse pessoal que comete a ousadia de ser altamente competente antes dos 50 anos e, em alguns casos, pouco depois dos trinta.

Patriotismo, trabalho — vai levar tempo para muita gente se acostumar.

LUIZ GARCIA
Editor-Chefe do GLOBO

Ilustração 18 - Brizola também foi criticado no jornalismo dito "informativo" em *O Globo*

Antônio Carlos: Amaral Neto e Maluf estão com acusador

BRASILIA — "Os aliados de Leonel Brizola são Paulo Maluf e Amaral Neto". A afirmação é do Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, sobre as críticas do Governador do Rio de Janeiro ao programa de estabilização econômica.

— Enquanto toda a Nação está integrada para vencer a batalha da inflação, apoiando o programa econômico do Governo, o que se via na quinta-feira foi um esforço desesperado de Brizola para evitar que o pacote do Governo dê certo. E burlando a Justiça Eleitoral, porque aliás são muito poucas — afirmou.

Antônio Carlos comentou particularmente a acusação de que há alguma coisa no ar com o pacote a medida em que ele está sendo apelado por Delfim Neto, Mário Henrique Simonson e Roberto Campos.

O Ministro alertou para a inconstitucionalidade do reajuste do IPTU e do ISS, que, segundo ele, foram aumentados com objetivo de desestabilizar "um programa sério, feito pelo Governo em benefício do povo".

Apesar das críticas do Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, ao pacote econômico, o recém-eleito líder do PDT na Câmara, Mateus Schmidt (RS), disse ontem que os Deputados do partido vão votar pela aprovação do decreto-lei.

As lamentações de um político superado

O nosso companheiro Roberto Marinho, Presidente das Organizações Globo, recebeu a seguinte carta: "Ilmo. Dr. Roberto Marinho. Nunca me importei de ser um cidadão comum, consciente que estou de cumprir meu papel na sociedade. Neste momento, lamento não ter a importância de um dos nossos grandes empresários ou políticos para manifestar publicamente meu repúdio ao Sr. Brizola, por vê-lo tentando subverter para o público as intenções da Rede Globo na ampla e patriótica missão jornalística de divulgação do programa de ajuste da nossa economia. Aliás, subversão é uma das especialidades do Sr. Brizola."

"Acodado como em 64 quando via perder as chances de chegar ao poder, quase estabelecendo uma guerra civil, hoje, quando a última oportunidade de chegar à Presidência cai por terra, reúne uma clique para aplaudi-lo, talvez para que o barulho do aplauso aplaque o choro das carpeleiras em seus ouvidos pela morte de suas intenções."

"Mas felizmente o Brasil é outro e ninguém mais quer ouvir a mesma cantilena. Não é com demagogia e falsidades que se engana uma população que se acostumou aos novos hábitos de um governo de gestão cristalina."

O povo não se alinhará com políticos que dizem se preocupar com o trabalhador brasileiro mas colocam seus investimentos para gerar empregos e riquezas em outros países. Embora o Sr. Brizola continue macio como uma ovelha, escondendo suas verdadeiras intenções numa falsa defesa do trabalhador, transformando-os em inocentes úteis, dá para perceber pelo rabo e pelas patas que continua o mesmo lobo de sempre.

Bem, Dr. Roberto. Eu só gostaria que V.Sa. pudesse distinguir que os comentários do Sr. Brizola não são neste momento a manifestação de um gaúcho e tão somente de um político desesperado. O serviço que suas organizações e seus profissionais prestam à Nação dentro e fora do País são reconhecidos pela população e seus índices de audiência demonstram isso de forma inequívoca.

"Com os cumprimentos de um cidadão comum, Darcy de Ávila Ferreira"

"Em tempo: apreciaria que fizesse chegar à Professora Maria da Conceição Tavares o comentário de que muitas vezes as Novelas da GLOBO emocionam a mim e a minha família até as lágrimas mas jamais imaginá-los uma emoção mais forte diante de um programa econômico."

A OPINIÃO DAS RUAS

Concorda com críticas do Governador?

"Você concorda com as críticas do Governador Leonel Brizola à reforma econômica do Presidente Sarney?" Essa pergunta foi feita ontem pelo GLOBO a dezenas de pessoas no Grande Rio. Apenas uma deu apoio integral às teses defendidas pelo Governador no programa do PDT transmitido na véspera pela televisão.

● "Não concordo com as críticas. O Brizola usou o espaço do PDT para desmoralizar o pacote mas não conseguiu. Li e gostei do editorial do GLOBO de hoje. Está perfeito". (Mário Gasanheira, professor de artes e motorista de taxi, morador no Cachambi)

● "Nós fazemos fé no pacote. Acho que o Brizola só estava com razão quando nos alertou para o fato de o FMI ter batido palmas. Acho também que ele poderia esperar um pouco mais para fazer suas críticas" (José dos Santos, funcionário municipal, residente em Nova Iguaçu)

● "Acho que foi um ato muito pouco político de Brizola vir a público fazer críticas ao Governo Federal numa hora em que todo mundo está se unindo para o combate à inflação". (Ana Rowe, analista de sistemas, moradora na Tijuca)

● "Não concordo com a posição do Governador. Ficou evidente que ele aproveitou a oportunidade de um momento político para aparecer um pouco. Procurou elogiar o pacote naquilo que o povo gosta e meiu o pau no terri em que todo mundo ainda está apreensivo: como ficarão os salários". (Mauro Franco, chefe de informática da CNL, residente no Leme)

● "O Governador Brizola é muito esperto. Não poderia perder esta oportunidade para tentar se destacar. Seus conceitos são cheios de contradição. Quanto ao pacote, as suas medidas são positivas. Vamos rezar para que dê certo" (Yara Zelloni, bancária, moradora na Tijuca)

● "Ele poderia ter ficado quietinho, mas aproveitou um momento de conexão popular para fazer sua propaganda para chegar à Presidência. Sou a favor do pacote. Temos que dar um voto de confiança no atual Governo do País". (Darcy Santos, aposentado IAPAS, morador do Flamengo)

● "Claro que eu não concordo com as críticas que o Governador fez ao Governo Federal. É muito cedo para fazer um julgamento. Como político, Brizola perdeu bons pontos. Poderia esperar um pouco mais". (Ana Elvira Madeira, assistente social, residente em Copacabana)

● "Acho que as medidas do



Diva Teixeira



Carlos Alberto Bacha



Cristina Ferreira



Darcy Santos



Roberto Silveira



Mauro Franco

Presidente Sarney estão certíssimas. Só assim o povo vai dar valor ao seu dinheiro e passará a fiscalizar tudo. Achei estranho o Brizola aparecer para criticar uma coisa que será bom para todas as categorias". (Maria Luci Barbosa, vendedora, moradora em Nova Iguaçu)

● "Não é certo o que o Governador está fazendo. Ele deveria é sair por aí ajudando a fiscalizar os preços de todo o comércio do nosso Estado. Soube de pessoas que desligaram a televisão com raiva". (Jussara Matos, vendedora, moradora em Nova Iguaçu)

● "Realmente, acho que o pacote vai trazer bons resultados. Ainda é cedo para críticas e o Governador Leonel Brizola deve reconhecer que deu uma tremenda mancada, fazendo críticas do tipo "não vi o filme e não gostei". (Maria Leila Ribeiro de Oliveira, doméstica, moradora na Vila Aliança, em Banque)

● "Perfei uma boa oportunidade de ficar calado. Qualquer pessoa de bom senso faz um período de avaliação para atacar ou elogiar uma medida. Politicamente ele perdeu muito". (Ismael de Souza, funcionário público estadual, morador em Jacarepaguá)

● "O discurso dele aos brasileiros foi uma ofensa gratuita, uma provocação, uma baleia. O povo tem que combater a inflação e o Brizola devia dar o exemplo. Meu salário vai ser um pouco prejudicado, mas tudo bem. Meu poder de compra vai cair, mas a reação não tardará a vir — e para melhor". (Carlos Alberto Bacha, analista de mercado de capitais, morador no Jardim Botânico)

● "Achei horrível, já que quer saber. Leonel Brizola nasceu comunista e vai morrer comunista. É um péssimo exemplo para o povo brasileiro. Uma decepção geral. Não gostei nem um pouco (Diva Gervy Teixeira, secretária, moradora de Botafogo)

● "O Brizola convenceu alguns nas eleições. Agora estou a favor das medidas econômicas e contra ele". (Roberto Ricardo Ferreira do Queiroz, engenheiro, residente na Tijuca)

● "Brizola está certo. Falou o óbvio, o que todos tinham que ouvir: achatamento salarial, fiscalização das empresas pelo CIP...". (Concordo com tudo que falou". (Marcelo César Lima, programador de computadores, residente em Lagoa)

Ilustração 19 - Brizola aparece como "acusador" e "político superado" em títulos de matérias do *Globo* de 8 de março de 1986

As idéias do jornalismo informativo foram incorporadas pela imprensa brasileira na década de 1950, o momento crucial de sua afirmação junto ao imaginário jornalístico. A objetividade, a neutralidade e a imparcialidade (idéias associadas a um modelo de jornalismo moderno, empresarial) já vinham ganhando força há muito tempo, conforme registra Ana Paula Goulart Ribeiro (2007).

Foi, sobretudo, nos anos 1950, que a imprensa brasileira, influenciada pelo modelo norte-americano, começou a estabelecer novos padrões de produção discursiva, se autonomizando em relação às esferas literárias e políticas, que até então a dominavam. No cerne desse processo, estava a incorporação do ideal da objetividade, que se formalizou numa série de procedimentos técnicos de redação – *lead*, pirâmide invertida, *copydesk*, *style book*, etc. (RIBEIRO, 2007, p. 344).

Apesar de os jornais analisados se posicionarem publicamente como objetivos – ou seja, separando opinião de informação e dando voz aos vários lados do fato –, desenvolveram uma cobertura bastante “parcial” no caso do Plano Cruzado. O noticiário sobre o pacote demonstrou um comportamento marcado por características de ufanismo e elogios no tratamento noticioso. Os periódicos deram menos espaço em suas páginas para os opositores das medidas ou, quando deram, foi para criticá-los. A posição pública era de pretensa objetividade jornalística, mas os jornais desenvolveram um noticiário de torcida pelo êxito do pacote.

3.2.2 Trabalhadores, sindicalistas e consumidores

Ao verificar a cobertura das revistas semanais *Veja* e *Isto É*, Fortes (2004, p. 98) afirmou que os opositores e contestadores das medidas foram apresentados como porta-vozes de interesses particulares, ou seja, seus próprios, que poderiam ser econômicos (como no caso de sindicalistas, empresários, consumidores e banqueiros) ou políticos (como no caso de políticos e sindicalistas). Não se tratava necessariamente de posições francamente contra o interesse nacional, mas que esses agentes, na maioria dos casos, estavam colocando seus interesses acima do interesse maior, o sucesso do plano.

Como os dois jornais pesquisados retrataram os interesses particulares na cobertura jornalística do primeiro mês do Plano Cruzado? No caso dos trabalhadores e consumidores, houve uma discussão que opunha busca de aumentos e reposição de perdas salariais (interesse particular) a um sentido social do Plano Cruzado (interesse nacional). A reação dos sindicalistas foi tratada como oposta ao pacote em seus diversos aspectos.

O medo de que as novas medidas acarretassem perdas aos trabalhadores predominou na cobertura jornalística do mês de lançamento do pacote, com entidades representativas das classes trabalhistas ora apoiando ora posicionando-se contra. A título de exemplo, podemos citar matérias da *Folha de S.Paulo* do dia 7 de março de 1986 (*Ver Ilustração 20*).

Na mesma página, nº 15, a editoria de economia trouxe duas matérias sobre o posicionamento de entidades trabalhistas. O título da retranca principal foi “Confederações querem mudanças nos reajustes salariais”. Na matéria, os presidentes de oito confederações nacionais de trabalhadores, quatro delas filiadas a Conclat, manifestavam seu apoio ao programa de estabilização econômica, prometiam ajudar o governo na fiscalização dos preços, mas sugeriam mudanças no decreto-lei que instituíra o plano com relação a reajustes de salários.

A outra matéria da página sobre os trabalhadores teve como título “Conclat dá apoio irrestrito ao programa de governo” e abordou que o apoio da entidade se devia ao fato de que o pacote precisava dar certo, “pois do contrário não é o governo quem ‘dança’, ‘dançamos’ todos nós”, como afirmou o presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo na época, Antônio Rogério Magri.

Já a Central Única dos Trabalhadores (CUT)¹⁵⁷, apareceu na mesma edição, em uma matéria sobre uma manifestação contra a reforma econômica do governo federal no Rio de Janeiro. Em notícia na *Folha* de 4 de março de 1986, representantes da CUT chamaram o pacote de “anti-trabalhador”.

Em *O Globo*, da mesma forma que na *Folha*, foi dado espaço na editoria de economia para as diferentes manifestações sobre o pacote por parte das entidades representativas. A CUT apareceu como uma opositora do programa econômico e, evidentemente, como defensora dos interesses dos trabalhadores com relação aos reajustes salariais.

Fortes (2004, p. 100), ao analisar a cobertura do Plano Cruzado nas revistas, afirma que, embora certas categorias tenham sido lesadas e muitos críticos contestassem o fato de os salários terem sido convertidos pela média dos seis meses anteriores – ao passo que os preços foram congelados pelo valor de 27 de fevereiro, véspera da edição do pacote –, tais

¹⁵⁷ A CUT é uma das centrais sindicais brasileiras, fundada em agosto de 1983 em congresso que contou com a participação de 5.059 trabalhadores, delegados de sindicatos urbanos e rurais. No congresso, foi eleita uma coordenação composta de 86 membros, tendo como presidente o ex-presidente do Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Jair Meneguelli. A CUT e a CGT constituem as duas grandes centrais do movimento sindical brasileiro. Por seu programa e pelas greves e ações coletivas que tem patrocinado no campo e na cidade desde a sua origem, a CUT é considerada mais à esquerda do que a CGT (SANDRONI, 2005, p.219).

categorias não eram tratadas como prejudicadas, mas menos beneficiadas: “enquanto os benefícios eram ressaltados, os prejuízos eram minimizados: deles pouco se falou, e, quando isto se deu, foram tratados como um pequeno efeito colateral de medidas eminentemente benéficas” (FORTES, 2004, p. 100).

Os jornais deram espaço para fontes que divergiam quanto à questão do salário dos trabalhadores, mas houve também um certo cuidado no uso das palavras, de forma a não frisar aspectos negativos das medidas. No dia 1º de março de 1986, na página 18 da editoria de economia de *O Globo*, foi publicada a matéria “Técnicos prevêm ganho menor para todos” (*Ver ilustração 16*). Em vez de no título ser usada a palavra “perda”, por exemplo, optou-se por usar “ganho menor”.

E como os jornais tratavam a participação dos consumidores? No primeiro dia após o lançamento do plano, as edições dos dois jornais trouxeram a repercussão do pacote e as reações por parte dos diversos setores da sociedade. Os consumidores foram retratados como perplexos, com dúvidas, desconhecimento e desconfiança com relação às medidas, mas também com esperança de que a situação econômica do país melhorasse.

O papel dos consumidores foi de envolvimento, desde o início, quando o governo tomou a iniciativa concreta de conclamá-los para combater a inflação. Grande parte deles assumiu, de fato, o papel de “fiscal do Sarney” – expressão popularizada pela imprensa a partir do discurso inaugural de Sarney, que usou literalmente a frase “fiscal do presidente”.¹⁵⁸

¹⁵⁸ Um dos “fiscais” que ficou particularmente conhecido, em março de 1986, como o “fiscal número 1 do Sarney” foi o empresário Omar Marczyński porque, poucos dias depois do congelamento de preços, ele fechou um supermercado de Curitiba que estava reajustando preços após a decretação do Plano Cruzado. Ele saiu no noticiário e justificou sua atitude como “um ato em nome do povo brasileiro”. Depois, em fevereiro de 1991, quando o presidente Fernando Collor baixou a segunda edição do Plano Collor, Marczyński foi nomeado superintendente da Sunab, conforme mostra a matéria “Fiscal número 1 do governo Sarney é o novo chefe da Sunab”, de *O Globo* (Economia, p.20) de 22 de fevereiro de 1991. Abordaremos o jornalismo de economia durante o Plano Collor no capítulo 5.

Confederações querem mudança nos reajustes salariais

Do Suroeste de Brasília

Os presidentes de oito confederações nacionais de trabalhadores, quatro delas filiadas à Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), manifestaram ontem ao presidente José Sarney, 55, seu apoio ao programa de estabilização econômica e prometeram ajudar o governo na fiscalização dos preços. Mas sugeriram algumas modificações no texto do decreto-lei que institui o plano. Entre as principais, destaca-se a de que os salários sejam reajustados automaticamente a cada vez que a inflação ultrapassar os 5%. O PMDB quer reduzir esse percentual para 10%.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas — de Crédito (Conctec), Wilson Gomes de Moura, 55, disse que, com a inflação mensal de zero a 1% prevista pelo governo, 20% "são uma carga muito pesada para os trabalhadores". Contudo, segundo relatou após a audiência com o presidente,

ele sentiu dificuldades para o atendimento dessa reivindicação.

O presidente Sarney fez algumas comparações e disse que o pacote monetário recompos o poder aquisitivo do salário mínimo, elevando-o do nível mais baixo alcançado em seu governo, correspondente a US\$ 12, para US\$ 57 mensais. O presidente não prometeu atender a qualquer dos pedidos, mas encaminhou-os para estudo ao ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, que acompanhou os sindicalistas à audiência.

Salários e Estabilidade

Na área salarial, os sindicalistas pediram ainda que a inflação de fevereiro (14,36%) seja incluída no cálculo do salário médio mensal — o que não ocorre na tabela dos fatores de conversão constante do Anexo III do decreto—. Reivindicaram também a não-redução do salário nominal de janeiro e fevereiro para as categorias cujas datas-base caem nestes meses, a correção do valor do salário mínimo pela inflação do período de novembro de 1985 a

fevereiro de 1986, a eliminação da contribuição dos aposentados e pensionistas para a Previdência Social e a isenção dos tributos sobre aposentadorias e pensões.

Para Gomes de Moura, a mais importante reivindicação apresentada ao presidente foi sobre a estabilidade no emprego. Ele disse que os sindicalistas pediram o apoio do governo a um projeto em tramitação no Congresso que proíba as dispensas sem justa causa.

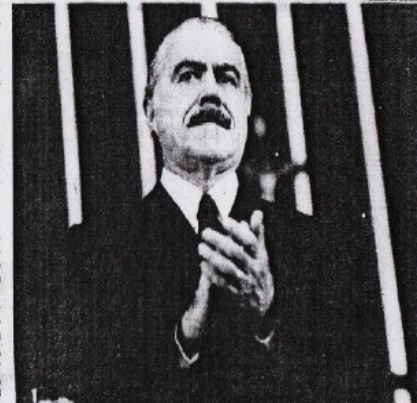
No tocante ao seguro-desemprego, os sindicalistas também pediram mudanças. São elas: a redução do prazo mínimo de contribuição para a Previdência (36 meses, pelo decreto) para o trabalhador ter direito ao benefício, aumento do valor do seguro mensal e a inclusão dos trabalhadores avulsos e rurais.

Juros

Os sindicalistas solicitaram ainda o tabelamento dos juros. O presidente Sarney respondeu que o mercado ainda está nervoso e que o governo aguarda sua normalização para melhor analisar seu comportamento.

Porém, disse que, se as taxas se exacerbarem, vai tabelar os juros do crédito direto, porque eles influem sobre os preços e, consequentemente, sobre a inflação. Manifestou, porém, sua firme convicção de que acabou a época da especulação financeira.

A audiência foi realizada às 15 horas, no Palácio do Planalto. Dela participaram, além do ministro do Trabalho, os presidentes das confederações nacionais representativas dos trabalhadores na indústria (ligada à Conclat), José Calixto Ramos; no comércio (da União Sindical Independente — USI), Antônio Alves de Almeida; na comunicação e publicidade (Conclat), José Alceu Portocarrero; nas empresas de crédito (Conclat), Wilson Gomes de Moura; profissionais liberais (sem vinculação com qualquer central de trabalhadores), Carlos Falkenberg; em educação e cultura (sem vinculação), Miguel Abrão; nos transportes marítimos, fluviais e aéreos (Conclat), Alípio Ribeiro; e nos transportes terrestres (sem vinculação), Orlando Coutinho.



Sarney encaminha pedidos dos sindicalistas ao ministro Almir Pazzianotto

Conclat dá apoio irrestrito ao programa do governo

Do Suroeste de Brasília

Depois de longa reunião, ontem, com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, 49, dirigentes da Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) decidiram manifestar total apoio ao programa de estabilização econômica lançado pelo governo. "O que a Conclat acha, sob o ponto de vista do programa, é que esse pacote precisa dar certo, pois do contrário não é só o governo que 'dança', 'dançamos todos nós', afirmou o presidente do Sindicato dos Eletricitários do Estado de São Paulo, Antônio Rogério Magri, falando ao final do encontro em nome dos demais dirigentes.

O ministro do Trabalho disse que as manifestações de apoio da Conclat e de dirigentes das confederações de trabalhadores, que estiveram ontem com o presidente José Sarney, expressam o desejo da sociedade de viabilizar o programa de estabilização. Segundo Pazzianotto, também foi importante observar que os dirigentes sindicais reconheceram ter havido conquistas para os trabalhadores dentro do decreto-lei 2.263, como o congelamento de preços, a escala móvel de salários, o seguro-desemprego e o combate à especulação financeira.

Os dirigentes da Conclat, porém, deixaram o Ministério do Trabalho depois de se reunirem com o ministro das 10h às 17h, com pequeno intervalo para almoço — sem verem atendidas as alterações que pretendiam no decreto-lei 2.263. As principais mudanças que reivindicavam eram: redução de 20% para 5% do patamar de inflação a partir de quando haveria reajustes automáticos de salários (escala móvel); extensão do seguro-desemprego a todos os trabalhadores, e não somente aos que tenham contribuído durante 36 meses para a Previdência Social; e reformulação da tabela de conversão dos salários — que entendem ter sido feita pela média, quando os preços foram congelados no "pico" da inflação.

Além de ponderar que algumas das reivindicações eram de "difícil implementação", Pazzianotto pediu aos sindicalistas da Conclat uma trégua de um mês, para que as medidas antinflacionárias comecem a surgir efeitos. "O governo tem o direito de pedir que um decreto seja executado antes de qualquer alteração", afirmou mais tarde o ministro, repelindo o argumento apresentado aos dirigentes da Conclat.

Pazzianotto disse também aos sindicalistas que esperavam alterações no decreto-lei do programa de estabilização, devido à informação de que ele será reeditado — que a republicação do decreto-lei 2.263, preparado pelo governo, não pode alterar essencialmente nada do texto original, por razões legais. "Serão apenas correções de erros dialécticos — questões de problemas gramaticais", afirmou o ministro.

Antônio Rogério Magri afirmou que, independentemente da resposta oficial às reivindicações que os dirigentes da Conclat apresentaram a Pazzianotto, a entidade está decidida a "trabalhar por dentro do pacote, mobilizando as massas para as campanhas de fiscalização e contra remarcações de preços, como já vem fazendo". Mas ressaltou que a entidade manterá uma postura de crítica "constitutivamente" todos os erros que detectar no programa de estabilização. "Esse programa é uma espécie de repressão e tememos de ficar atentos a qualquer vazamento, para fechá-lo logo".

O coordenador da Conclat, Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, esteve presente somente à primeira parte da reunião com Pazzianotto, voltando a São Paulo quando ela foi interrompida para o almoço, às 13h. Sobre a ausência dos dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) ao encontro, o ministro do Trabalho afirmou que "isso não ocorreu por vontade do governo, pois continua aberto o convite para que eles sentem conosco".

PMDB propõe alteração na escala móvel

Do Suroeste de Brasília

O PMDB apóia as medidas econômicas do governo, mas isso não significa que o partido considere a reforma concluída. Quer, por isso, o tabelamento dos juros bancários, a redução para 10% do nível de inflação a partir do qual é aplicada a escala móvel, exame da política de crédito rural, principalmente para pequenos e médios agricultores e participação de representantes dos trabalhadores no Conselho Interministerial de Preços (CIP). O PMDB também reivindica a fixação de um limite para o pagamento do serviço da dívida, baseado nas receitas de exportação.

As posições do partido foram definidas ontem, em reunião de seu diretório nacional, realizada entre 9h e 15h no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados. O documento "Compromisso é com mudanças — sugestões para um programa mínimo do PMDB" também incorpora propostas nas áreas de dívida externa, alimentação, abastecimento, reforma agrária, política salarial.

O documento classifica como "enrascada" as medidas aprovadas pelo

governo, mas ressalta que "resulta evidente da leitura do ato governamental a falta de uma disciplina para os juros bancários, num momento em que todos os valores da economia são virtualmente congelados". Para o PMDB, "os beneficiários da especulação financeira deveriam ser chamados a contribuir com a maior cota de sacrifícios para a retomada da normalidade".

Na questão salarial, o PMDB considera que a limitação do seguro-desemprego a, no máximo, US\$ 1.200,00 mensais, "praticamente o torna inoperante para os assalariados que ganham mais de dois salários mínimos". Da mesma forma, no caso da escala móvel, o documento afirma que o limite de 10% de inflação para detetar o reajuste automático dos salários "parece mais adequado" e que os 20% fixados pelo decreto-lei 2.263 configuram "uma posição inaceitável para os trabalhadores". Isto porque, raciocina o PMDB, os salários podem sofrer perdas durante três ou quatro anos antes que aconteça a reposição automática.

Na área da dívida externa, a proposta mais ouvida do PMDB é de que o país passe, como decidiu o

governo do Peru, a fixar uma porcentagem das exportações para pagamento dos juros externos. "O país não pode assumir compromisso de pagamento sem estabelecer vínculos entre essas remessas e as receitas de exportação".

A justificativa é de que a "onda de protecionismo", principalmente nos Estados Unidos e na Europa, tem determinado redução do comércio externo, "tornando virtualmente impossível a manutenção do calendário de pagamentos".

Além de pregar a aquisição, pelo governo, de uma capacidade real de negociação, o documento aprovado pelo PMDB pede que os acordos externos referentes à dívida não contenham cláusulas que deixem o país "à mercê de acontecimentos deflagrados por outras potências e sobre os quais não temos nenhuma tipo de controle". Sugere, também, a obtenção do referendo do Congresso para os acordos que criem qualquer tipo de obrigação para o país.

No documento, o PMDB denuncia que através de empréstimos fictícios junto a suas matrizes, empresas estrangeiras acrescentaram pelo menos US\$ 15 bilhões ao montante da

divida externa. Isto, sustenta o partido, permite a estas empresas evitar impostos internos, como o Imposto de Renda, uma vez que seus balanços sempre se apresentam deficitários. Quanto à política trabalhista, PMDB entende que as mudanças introduzidas pelo governo garantiram que o poder de compra dos salários será defendido de forma muito mais eficaz do que pela "mera redução dos intervalos de reajustamento automático". O partido, porém, continua defendendo lutas como a redução da jornada de trabalho, a liberdade de organização sindical, autonomia sindical, direito de greve etc.

Em relação à reforma agrária, o PMDB salienta que, nos últimos vinte anos, a "modernização conservadora do campo", adotada pelos regimes autoritários, agravou o problema agrário ao estimular o modelo econômico dependente, concedendo à agricultura de exportação e à produção de álcool largos subsídios. O documento sugere mudanças no Plano Nacional de Reforma Agrária, como: delimitação das áreas regionais prioritárias; definição das áreas de latifúndio consideradas prioritárias e instituição da Justiça Agrária.

Novo salário será calculado a partir do último aumento

Da Redação de Folha

Apesar do congelamento geral dos preços, como existe a possibilidade legal de revisões salariais de preços e, além disso, há projetos que fomentam a possibilidade de qualquer "congelamento" (por exemplo, a produção de hortifrúti-granjeiros ou mesmo a produção agrícola em geral, sujeita aos percalços de safra e entressafra, secas e geadas), admite-se que a inflação no país possa não se manter no nível zero. Aliás, mesmo em países de economia estável sempre existiu alguma taxa de inflação, ainda que na faixa de 1% anual, como no caso da Suíça, por exemplo.

Os salários serão reajustados na mesma base. O nível da inflação, para os fins desse reajuste automático, será medido a partir da data-base de cada categoria profissional (que será duas vezes após o último reajuste semestral. No caso de a partir de 1º de março — quando iniciou-se a nova medição da inflação brasileira, partindo do nível zero — a taxa acumulada de inflação passar dos 20% antes de chegar a data-base de alguma categoria profissional, esta categoria terá direito automaticamente ao reajuste, que será considerado antecipação salarial.

Esse esquema, que é conhecido como "escala móvel de salários", aplica-se também às pensões e apo-

Reichstul admite defasagem e defende negociação direta

Do Suroeste de Brasília

Os trabalhadores terão que se organizar para conquistarem seus ganhos, pois as medidas anunciadas pelo governo no plano de estabilização não restabelecem o poder real dos salários em seu pico. A afirmação foi feita ontem pelo secretário de Controle das Estatais (Sesi), Henri Philippe Reichstul, 36, durante debate com 1.500 sindicalistas de 23 unidades da federação, através de circuito fechado de televisão.

A secretária de Emprego e Salários do Ministério do Trabalho, Dorcilene Werneck, afirmou, durante o debate, que "a greve não está proibida" e que o governo, desde março do ano passado, "não se utiliza das medidas cobrativas existentes na legislação",



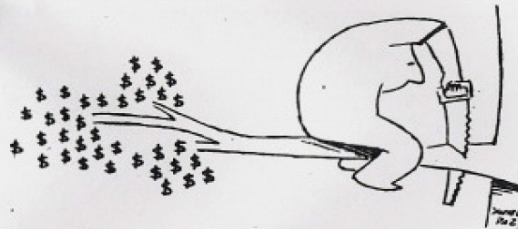
Ilustração 20 — Matérias que repercutiram a posição dos trabalhadores na *Folha* de 7 de março de 1986

CUT não apóia programa e poderá declarar greve

SÃO PAULO — "As campanhas salariais deste ano devem ser encaminhadas em uma nova direção, basicamente como parte da campanha nacional de lutas. Isto significa que as campanhas salariais não terão começo nem fim, mas serão um momento da campanha nacional. Portanto, não nos interessam embates isolados, devemos ter uma respectiva tática de acumulação de forças, no sentido de prepararmos uma greve geral nacional"

Essa perspectiva foi apontada, no documento final do seminário realizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) de São Paulo no início de fevereiro em Valinhos, como a única maneira de enfrentar a inflação que ameaçava atingir rapidamente 400 por cento ao ano.

Segundo o documento, o



impasse econômico implicaria "arrocho salarial, contenção dos gastos públicos, aumentos dos impostos, aceleração da inflação e recessão econômica, com agravamento da crise social, comprometendo o resultado das eleições.

Para a burguesia, que tem como plano principal a abertura política via calendário eleitoral, a decisão do crescimento limitado é uma correção de rota e tem folego curto. Neste contexto, a possibilidade de um

recrudescimento da repressão no futuro não deve ser descartada e a questão central que se coloca é a construção de uma alternativa que assegure os interesses da classe trabalhadora para o impasse.

A campanha nacional de lutas pretende, na avaliação da CUT estadual, "armar a classe para resistir a eventuais ofensivas da política econômica do Governo e dos patrões e forçar uma reorientação da política econômica".

CUT não fala com o Governo

SÃO PAULO — A Central Única dos Trabalhadores não aceitou convite dos Ministros do Trabalho, Almir Pazzianotto, e do Planejamento, João Sayad, para a reunião na qual seriam explicados os motivos pelos quais o Governo decidiu, através de decreto-lei, instituir novo modelo econômico no País. Seu Presidente, Jair Meneguelli, acha que "a greve geral torna-se cada vez mais necessária".

A Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), por sua vez, resolveu ontem à tarde, enviar comissão a Brasília, mas um dos seus líderes, Antônio Rogério Magri, advertiu: "Se não houver possibilidade de negociação em alguns pontos — como salário mínimo e reposição salarial — partiremos para a organização de uma greve geral."

OPINIÃO DOS TRABALHADORES

Pacote ainda não convenceu

JOSE FORTUNATTI, Presidente regional da Central Única dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul: "Sou contra as medidas governamentais, porque não atendem aos interesses sociais. Mas a minha maior dúvida é com relação ao novo salário mínimo, fixado em Cz\$ 800, enquanto o Dieese calcula que ele deveria ser de Cz\$ 3.327 para recompor o poder aquisitivo do trabalhador. Lamento ainda que o pacote proíba a reposição nas negociações dos dissídios".

ANTÔNIO ALVES DE ALMEIDA, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio: "Aprovo o pacote econômico do Governo. Algumas medidas adotadas, como o salário-desemprego e a adoção do reajuste móvel, já vinham sendo defendidas pela categoria. Acho bom também o congelamento de preços e salários. Isso vai acabar com as distorções existentes na economia do País".

SEBASTIÃO MATOS, jornalista em São Bernardo do

Campo: "Não gostei do pacote porque ele vai prejudicar mais os trabalhadores que os patrões. Vão segurar os salários por um ano, mas os produtos continuarão subindo, enquanto não houver controle maior dos preços. Aliás, como a gente vai acreditar no congelamento se ontem mesmo recebi a tabela com os novos preços dos jornais?"

MARIA DA ANUNCIAÇÃO Alves, secretária da Presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo: "Acho que se realmente algumas medidas forem adotadas, será bom para a classe trabalhadora. Mas no Brasil, a gente sabe que não existe moral para cumprir as determinações do Governo".

FRANCISCO LUKE, do Conselho Fiscal da Associação dos Aposentados de São Bernardo: "Considero as medidas boas, mas estou acostumado a ver as leis em favor dos trabalhadores serem burladas. Nós, aposentados, já estamos fritos e vamos ficar mais ainda".

Ilustração 21 - Em *O Globo* de 1º de março de 1986, o registro das primeiras reações contrárias ao pacote por parte dos trabalhadores

Os jornais publicaram pesquisas de opinião pública, durante o mês de lançamento do Plano Cruzado, que mostravam o apoio da população com relação às medidas (*Ver Ilustrações 22 e 23*). Nos primeiros dias do pacote, o governo já contava com “um requisito considerado fundamental para executar as medidas: a participação dos consumidores como força de vigilância no cumprimento, pelos pontos de venda, do congelamento de preços”, como dizia o *lead* da matéria “Para Lopes, reação popular garante o sucesso”, publicada na *Folha* de 2 de março de 1986. A principal fonte de informação foi Chico Lopes, assessor dos economistas André Lara Resende e Pêrsio Arida, que articularam o projeto.

Os consumidores tinham papel fundamental na campanha em favor do êxito do plano e, assim, ganharam espaço nos jornais. Foram criadas seções específicas para que o leitor entrasse em contato com os periódicos a fim de fazer denúncias de abusos com relação aos preços, como a coluna *Folha Emergência*, que dispunha de números de telefones para receber as ligações dos leitores (*Ver Ilustração 22*).

O engajamento da população com relação ao pacote foi quase que total em alguns momentos, como mostrou a reportagem na editoria *O País*, de *O Globo* de 16 de março de 1986: “Plano de inflação zero recebe o apoio de 96%”. Uma sub-retranca, com o título “Nove em cada dez vão fiscalizar”, registrava a disposição do povo no combate à inflação no *lead*: “88% dos entrevistados no Rio de Janeiro e 92% em São Paulo disseram que pretendem fiscalizar os preços e denunciar os aumentos ilegais às autoridades encarregadas de conter a carestia” (*Ver ilustração 23*).

Ao completar um mês de Plano Cruzado, a repercussão registrada nas páginas foi relativa às mudanças de hábitos dos brasileiros, diante de um novo quadro econômico e da motivação que o pacote teria provocado nas pessoas, não só por ter aumentado o seu poder de compra, mas também por ter evidenciado o quanto era importante a sua participação no processo (*Ver ilustração 24*).

É interessante notar que o noticiário sobre o Plano Cruzado não se restringiu às páginas de economia dos jornais. Invadiu também o espaço destinado à política, não só com relação a pronunciamentos do presidente Sarney e dos ministros, mas, eventualmente, em notícias de aferição da opinião pública sobre o pacote. Os limites que separam o campo de cobertura das editorias de economia e política são muito tênues, principalmente quando o Estado intervém na economia.

3.2.3 Empresários (indústria e comércio; e bancos)

E como os empresários apareceram se manifestando sobre o pacote nessa cobertura? Optamos por subdividir essa categoria em dois segmentos econômicos: indústria e comércio; e bancos.

As matérias relacionadas ao comércio retratavam, de um lado, o governo chamando a atenção dos consumidores para que fiscalizassem os preços e, de outro lado, as entidades representativas desse segmento alertando para a precaução no registro dos preços dos produtos para que não houvesse perdas com o congelamento.

Na guerra contra a remarcação, as principais vítimas da ira dos consumidores foram as grandes redes de supermercados. No espaço destinado a denúncias criado na *Folha*, por exemplo, as reclamações com relação a esse segmento foram freqüentes (*Ver Ilustração 22*).

Em uma das matérias, no *Globo* do dia 5 de março de 1986, o destaque foi que o presidente teria afirmado que “remarcar preços também é violência”. A resposta teria sido dada a um interlocutor que reclamou da violência dos consumidores na fiscalização dos preços das lojas e dos supermercados. “Se o salário do trabalhador está congelado, é uma violência a remarcação de preços”, teria dito Sarney, segundo seu porta-voz.

Os dois veículos deram espaço para matérias negativas sobre os comerciantes, nas quais consumidores denunciavam aumento de preços, e para positivas, nas quais comerciantes apoiavam o plano.

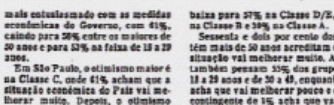
Um exemplo de notícia favorável a esse segmento foi publicado na editoria Grande Rio de *O Globo* do dia 2 de março de 1986 (*Ver Ilustração 25*). O texto mostrava que muitos desses empresários declararam seu apoio ao pacote e que o acatamento dos preços determinados pelo governo dependeria mais da atitude do consumidor do que da pressão da Sunab ou da Polícia. “A maior punição para um comerciante é a casa vazia”, afirmou um deles.

Nas revistas, Fortes (2004, p. 102) registra que, desde o início da cobertura, os comerciantes foram tratados como inimigos em potencial do Plano Cruzado, na medida em que eram os responsáveis pela remarcação de preços. No caso de *Veja* e *Istoé*, a “demonização” desse grupo não teria sido absoluta, porque a postura da maior parte deles era contextualizada historicamente e explicada pelos anos de convivência e lucros com a correção monetária, a especulação e também com o aumento de preços (inflação).

ESPERANÇA EM MELHORES DIAS MOBILIZA 90% DA POPULAÇÃO

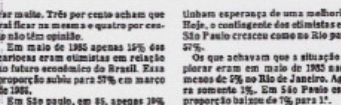
Em São Paulo, é também entre os jovens de 18 a 29 anos e entre os portadores de diploma de curso superior que aumenta o entusiasmo pela regulamentação dos preços: 37% e 99%, respectivamente. Em relação aos grupos sociais, é como no Rio a Classe C a mais disposta a fiscalizar os preços, com 95%, contra 94% da classe A, 33% da Classe B e 8% da classe D/E.

ESPERANÇA EM MELHORES DIAS MOBILIZA 98% DA POPULAÇÃO



MAIOR PARTE ACREDITA QUE SALARIO ACOMPANHARA CUSTO DE VIDA

A LUTA CONTRA O INIMIGO COMUM EMPOLGA A QUASE UNANIMIDADE



OS MODOS SÃO OS QUE MAIS ACREDITAM NAS MEDIDAS DO GOVERNO

4. *Other* (specify): _____

No Rio de Janeiro, 89% esperam que a espiral inflacionária seja controlada, enquanto 5% acham que a inflação vai ficar como estava antes do pacote econômico. Outros 2% garantem que a inflação vai aumentar e 7% dizem que o Governo não conseguirá reduzir a taxa inflacionária.

A esperança de que a inflação se torne controlada é maior ou menos a mesma nos grupos sociais: 74% na Classe A, 80% na Classe B, 66% na Classe C e 62% na Classe D/E. Por falta de crédito, a esperança é maior entre os que têm mais de 50 anos, com 80%, calçados para 80%, no grupo de 38 a 39 anos e para 60%, no grupo de 34 a 43 anos.

A confiança na queda da inflação é maior entre os que têm curso superior, com 90%, calçados para 90%; entre os que (44) estudam secundariamente e para 85% no nível de instrução primária.

Em São Paulo, 90% acham que o Governo conseguirá diminuir a inflação. No espectro social é a Classe C a que tem maior esperança na redução da inflação: 94%, caindo para 82% na Classe A, 86% na Classe D/ E e 85% na Classe B.

Os mais jovens são também mais esperançosos: na faixa de 18 a 29 anos, 82% esperam uma redução da inflação, caindo para 18% entre os que têm de 30 a 49 anos e entre a maioria de 50 anos.

A esperança numa redução da taxa de inflação é maior também entre os que têm curso secundário: 84%, caído para 80%, tanto entre os portadores de diploma de curso superior como entre os de nível primário.

Somente 3% dos paulistanos acham que a inflação vai aumentar nos próximos meses, enquanto outros 3% não têm opinião sobre o assunto.

Setenta e seis por cento dos entrevistados no Rio e 70% em São Paulo têm confiança em que a inflação desaparecerá completamente da economia brasileira nos próximos meses.

O grau maior de confiança, no E1 está entre os que têm curso secundário, com 86%, caindo para 72% entre os de nível primário e superior. É a relação aos grupos sociais, é na Classe C que se concentra o maior índice de confiança, com 78%, contra 70% na Classe B, 75% na Classe D/E e 62% na Classe A.

A confiança é maior no grupo com idade de 30 a 49 anos, com 77%, calando para 73%, entre os que têm de 18 a 29 anos e para 74%, entre os de mais de 50 anos.

Os homens cariacas, com 79%, têm mais confiança na "inflação zero" do que as mulheres, com 73%.

Também em São Paulo os entrevistados com instrução secundária são os que mais confiam na "inflação zero", com 74%, contra 70% entre os de nível primário e 59% entre os de nível superior.

Em relação às classes sociais, a confiança é mais compacta na Classe D/E, com 73%, diminuindo na Classe B, com 71%; Classe C, com 68%, e Classe A, com 66%.

Mas vinte e três por cento dos paulistas acreditam que a inflação vai continuar crescendo, com uma concentração do pessimismo na Classe A, na qual 28%, não acreditam na "inflação zero".

ara 32% dos cariocas e 48% dos distantes, as medidas econômicas adotadas pelo Governo vão permitir aumento do poder aquisitivo da população ao decorrer dos próximos anos.

o maior otimismo em relação ao poder aquisitivo do povo está grupo de idade de 19 a 29 anos, com 38%, caindo para 32% entre os de 30 a 39 anos e para 44% entre os de 40 a 49 anos ou mais.

O otimismo é também mais acentuado entre portadores de diploma de nível superior, com 53%. Entre os de nível secundário baixa para 34%, e para 26% entre os de nível inferior ao grupo de nível primário até pa-

Em São Paulo, 49% dos consultados acham que vão poder comprar a mesma coisa, enquanto outros 49% dizem que vão comprar mais.

Tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo os jovens são os que mais acreditam que a reforma econômica val beneficiar o povo de uma forma geral. Setenta e dois por cento dos

No quadro geral, 48% dos cariocas e 63% dos paulistas acreditam em benefícios decorrentes da política econômica do Governo.

Maí outros 18% de caríacas e 17% de paulistanos creem que o pacote vai beneficiar justamente os que já têm muito dinheiro. Esse grupo, no entanto, não representa a maioria. Entre os paulistanos, 67% acreditam que o pacote vai beneficiar justamente os que têm menos dinheiro. Os caríacas, por sua vez, acreditam que o pacote vai beneficiar justamente os que têm menos dinheiro em 54%, mas também acreditam que vai beneficiar os que têm mais dinheiro em 30%.

O GOVERNO VAI CONTAR COM A AJUDA MÁGICA DO POVO PARA VIGIAR OS PREÇOS

Ofensa e oito por cento dos entrevistados no Rio de Janeiro e 32% em São Paulo disseram que pretendem localizar os preços e denunciar os elementos ilegais às autoridades encarregadas de combater a carestia.

Tão no Rio como em São Paulo
sua decisão empolga mais os ho-
mens do que as mulheres: aqui, 90%,
os homens pretendem fiscalizar
vêcos, contra 87% das mulheres.
Em São Paulo, o contingente mae-
ço é também maior do que o femi-
ino: 93% a 91%.

No Rio, apenas 8% das comunidades não pretendem colaborar na fiscalização dos preços. Em São Paulo, esse contingente cai para 1%. Os mais entusiasmados com a fiscalização são os jovens entre 18 e 29 anos, com 52%, e os portadores de diploma de nível superior, também com 52%. Entre os grupos sociais, é a Classe C que é mais entusiasmada, com 50%.

Em São Paulo, é também entre os jovens de 18 a 29 anos e entre os portadores de diploma de curso superior que aumenta o entusiasmo pela regulamentação dos preços: 37% e 99%, respectivamente. Em relação aos grupos sociais, é como no Rio a Classe C, a mais disposta a fiscalizar os preços, com 95%, contra 94% da classe A, 32% da Classe B e 8% da classe D/E.

Todas as pessoas entrevistadas no Rio e em São Paulo tinham conhecimento das medidas econômicas adotadas pelo Governo. O congelamento de preços foi a providência mencionada maior número de vezes.

[illegible]

	63%
Conselamento de preços	63%
Fim da corrupção monetária	62%
Sigla-desemprego	57%
Aumento do salário mínimo	56%
Resgate automático de salários	50%
Valorização da moeda	50%
Benefícios à poupança	49%
Fiscalização dos preços	48%

SÃO PAULO	
Consolidamento de preços	88%
Seguro-desemprego	79%
Aumento de salário mínimo	27%
Fim de cortejo eleitoral	15%
Resposta automática de salários	15%
Benefícios à poupança	7%
Valorização da moeda	2%
Fiscalização dos preços	2%

OS TRABALHOS de pesquisa foram realizados entre 1º e 9 de março através da técnica de entrevistas pessoais e domiciliares junto a uma amostra representativa do universo considerado. Foram tomadas 633 en-

trevisas no Rio de Janeiro e 614 em São Paulo, incluindo adultos de ambas as sexos, todas as níveis socioeconômicos e diferentes grupos de idade.

Ilustração 23 - Reportagem sobre pesquisa de opinião favorável ao Cruzado na editoria O País de *O Globo* de 16 de março de 1986

No segmento de indústria e comércio, a cobertura nos jornais oscilou entre simpatia, quando se tratava de narrar os esforços de adaptação às mudanças, e crítica, quando se relatavam medidas que mantinham hábitos antigos, contrariando o interesse nacional.

Apesar das denúncias de sabotagens que foram registradas no dia-a-dia dos jornais, havia, na cobertura, um clima de otimismo, confiança e sucesso com relação às novas medidas econômicas. O empresariado, de maneira geral, demonstrava apoio às medidas, como pode ser ilustrado com a matéria “Vidigal apóia medidas estabilizadoras do governo”, em que o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, se manifesta favorável ao governo.¹⁵⁹

E os banqueiros? Como foram tratados pela imprensa? Como se destinava a acabar com a farra financeira, o plano gerava muitas reclamações de banqueiros, para os quais a inflação era benéfica, ao passo que, tendo beneficiado os assalariados, estes o apoiavam entusiasticamente. As pessoas apoiavam o pacote porque acreditavam que ele iria atender aos interesses da nação e dos trabalhadores.

Nos jornais, os bancos não foram tratados como vilões, mas como os empresários, que defendiam seus interesses e se preocupavam com a possibilidade de ter menos lucro em função do fim da correção monetária. As matérias tratavam de suas reivindicações e da preocupação com as perdas que teriam, mas predominava o discurso do governo de que os bancos poderiam “perder rentabilidade”, mas teriam de “adaptar-se” à nova realidade, “modificando suas estruturas de serviços” (*Ver ilustração 26*).

¹⁵⁹ Notícia de *O Globo* de 5 de março de 1986 (Economia, p.25).

Brasileiro muda os hábitos com um mês de pacote

Mais do que simplesmente estabilizar os preços, as medidas econômicas decretadas há um mês pelo Governo trouxeram embutido um outro importante subproduto que começa a ser notado tanto pelos cientistas políticos como pelas próprias donas-de-casa: o fenômeno político da motivação do povo brasileiro.

Convocados a serem "fiscais de Sarney", os consumidores de todas as classes sociais despertaram para o fato de que são uma parcela importante da sociedade, modificaram seus hábitos e trocaram a antiga inércia por uma participação ativa, que as torna menos "doentes", segundo o psicanalista Luis Alberto Py, ou mais felizes, como diz a dona-de-casa Dulce Ferrari.

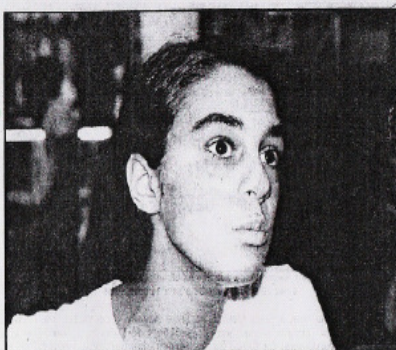
— O povo "vai à luta" para conquistar seu estatuto de cidadão e isso é irreversível, quer queiram as elites, quer não — resume o sociólogo Paulo Bala, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-Presidente da Associação Nacional dos Cientistas Sociais, sobre a mudança de comportamento do brasileiro.

Para ele, a inflação era um dado cultural incorporado a todas as práticas sociais do povo e o decreto acabou mexendo nas raízes da indignação e da desesperança do brasileiro, tornando manifesto o que era latente:

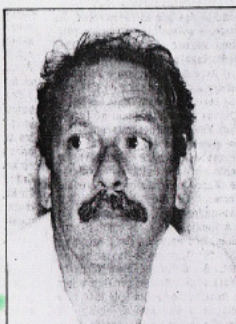
— O Decreto fez com que surgisse a necessidade de se exercer a cidadania em um país em que ser cidadão nunca foi grande coisa. A convocação do Presidente para que todos sejam seus fiscais equivale a convocar o povo a exercer a função de povo.

Paulista, 48 anos, a dona-de-casa Dulce Ferrari, que agora atua "com orgulho" na fiscalização, exigindo que os preços sejam cumpridos — o que não fazia antes — e acha que o pacote fez surgir um novo brasileiro, "feliz" e um exemplo dessa participação:

— A dona-de-casa ficou em evidência e isso é um orgulho para nós, que vivíamos "apagadas" e agora sentimos que nosso papel é fundamental. Isto provocou uma mudança de comportamento. Antes, havia um pavor de ir ao supermercado e a dona-de-



Salomira Reis quer saber como fica sua vida depois do fevereiro de 87. Até lá, tudo bem



Luis Alberto Py acha que o povo está "menos doente"

casa fazia as compras nervosa. Hoje, faz com alegria.

A estabilidade representa o alívio, o ponto de apoio, na opinião do psicanalista Luis Alberto Py, para quem as pessoas passaram a ficar mais tranquilas e com maior equilíbrio, a partir da estabilidade da moeda:

— Não precisamos mais fugir da realidade, onde estávamos mal-assados. Estamos recuperando o poder de transformar a realidade e is-

so contribui para o equilíbrio e o aprimoramento da saúde mental.

Ele acha que o pacote alertou a população para a inflação. Todos conviviam com ela, mal ou bem, mas somente quando ela deixou de existir, como explicou, é que as pessoas perceberam como incomodava.

— A gente precisava ter o raciocínio rápido e atento para não ficar um só dia com o dinheiro do salário ou qualquer valor na mão, por que a inflação o corria. Era preciso ser entendido em economia e finanças, era preciso ser um investidor para não ser prejudicado pela conjuntura — destaca o aposentado Alfredo Duarte, 51 anos, de Porto Alegre.

Qua fazer como Vally Perazzone, italiana, 48 anos, dona de restaurante em Belo Horizonte, que se considerava "piloto da promoção":

— Sempre tive o hábito de entocar qualquer produto que estivesse com preço razoável. Ganhava mais do que na poupança.

Galba Feres Magalhães, 71 anos, aposentada, também de Belo Horizonte, fazia o mesmo e chegava a estocar óleo de soja e material de limpeza e higiene para até seis meses. Já outro mineiro, Paulo Barbosa, de 55 anos, funcionário aposentado, usava o cartão de crédito para "proteger o bolso":



Galba Magalhães, com a filha. Agora ele não vai mais estocar óleo e material de limpeza

— Fazia minhas compras mensalmente e ganhava 40 dias para pagar. Apesar dos juros, era vantajoso porque, quando pagava, os preços já estavam deflacionados.

A tranquilidade destacada pelo psicanalista manifesta-se na perspectiva de fazer planos, como o da bancária baiana Maria Rodrigues Silva, que pretendia comprar móveis de quarto no início do mês passado, juntando seu salário ao do marido, para aproveitar os preços de uma loja, mas decidiu agora "esperar um mês mais tranquilo no orçamento, talvez dezembro".

— Acho que o efeito mais positivo do pacote do Governo é que agora a gente está mais calma, não tem mais aquela agonia de comprar as coisas rápido, antes que elas subam.

E ainda na certeza de poder sobreviver sem sobresaltos, mesmo desempregada, como diz a secretária gaúcha Salomira Reis, de 18 anos, que faz doces para fora enquanto procura um emprego:

— A nova situação econômica aliviou um pouco a luta de todos os dias porque definiu o que as pessoas precisam gastar com a certeza de que não serão surpreendidas por aumentos absurdos.

De duridão, apenas o que fazer com o dinheiro que eventualmente sobrar, "para não correr o risco de

gastá-lo facilmente", como alerta a dona-de-casa gaúcha Marlene Antunes, que continuará depositando na poupança "menos pelos rendimentos, que agora serão baixos, mas para dificultar um pouco que ele seja usado ao primeiro desejo consumista".

Toda a segurança e tranquilidade trazidas pelo congelamento de preços, entretanto, causa uma certa apreensão quanto ao futuro, manifestada pela secretária Salomira Reis, que já se pergunta o que acontecerá dentro de um ano:

— Quero saber como será a minha vida depois de fevereiro de 1987, pois até lá me sinto segura, pelo menos dentro das minhas possibilidades.

É um alerta do psicanalista Luis Alberto Py e do professor Paulo Bala. Py acha que, se houver estímulo e resultados, o empicho do povo perdura, "mas será fundamental para esse povo esperanoso que tudo não seja um engano, pois a energia pode ser transferida para uma outra coisa: muito tática que não quero nem pensar". E Bala, mais incisivo, define:

— É um fenômeno de massa desorganizado que tende a se organizar. E, se daqui a quinze ou cinco meses o povo não receber resposta positiva, poderá se voltar, "com a ira dos deuses", contra o Governo.

Tuma atua como mediador e vigia

BRASÍLIA — A situação está sob controle, mas a posição do Governo é delicada: quer manter os preços finais congelados e ao mesmo tempo também a oferta. E mais que isso deseja manter todos os setores funcionando normalmente. A causa do problema era, basicamente, a mesma: a fixação do reajuste dos preços no atacado, sem que alterassem o preço final para o consumidor.

Com a experiência que ganhou, Tuma passou a ser, como ele mesmo se define, um especialista em "economia política" — e, na simplicidade dessa "nova ciência", explica com uma frase a essência do problema maior do Programa de Estabilização:

— Prateleira não dá mais lucro. Só lucra agora quem vende muito. Não existe mais o lucro financeiro decorrente das aplicações das vendas à vista no varejo de produtos comprados no atacado com futuras vendas até 60 dias depois. E isso criou um impasse entre produtor e distribuidor.

Segundo o Secretário-Geral do Ministério da Justiça, Honório Severo, "o Governo não quer entrar de peito aberto" na discussão entre empresas para fixar o índice deflator, ou seja, não quer intervir como agente do processo econômico nessa fase de adaptação da economia.

Mas mantém Romeu Tuma como representante dos Ministros da área econômica, participando de todas as reuniões entre fornecedores, intermediários e comerciantes, para discussão da oferta e preço de produtos. A Polícia Federal atua como informante da situação real das partes envolvidas, a fim de evitar especulações durante as negociações que fixam preços.

Surgem os 'economistas de Sarney' e sugestões para melhorar o Plano

Que tal se todos os produtos já viessem da fábrica com preço definido e o preço, a exemplo dos cigarros? A sugestão é do técnico em eletrônica Walter Satoshi Missu, de São Paulo. A 2.725 quilômetros de distância, a dona-de-casa Carla Buitão, moradora no bairro dos Afogados — de classe média —, em Recife, teve a mesma ideia e acrescenta: o nome do produto e a data de fabricação não podem faltar na etiqueta.

Os "fiscais de Sarney" dão um passo à frente. Depois de um mês de muita vigilância intensa em todo o País, para impedir que seus salários sejam derrotados pela desobediência ao congelamento de preços, muitos consumidores se tornaram "economistas da Presidência", e não faltam sugestões para aperfeiçoar o pacote

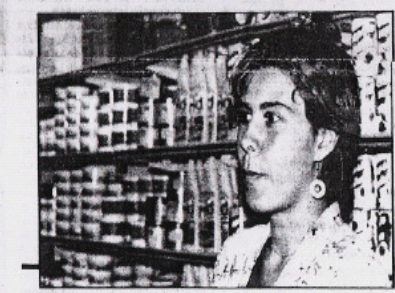


Sei que o porco teve o preço reduzido este mês

Nos primeiros 30 dias do pacote econômico, a Delegacia Regional da Sunab em Pernambuco recebeu mais de 25 mil denúncias de consumidores e autuou mais de 500 comerciantes que tentaram, de alguma forma, burlar o congelamento de preços. E o famoso "jeitinho" brasileiro, aplicado contra a população e as determinações do Governo.

O Delegado Regional da Sunab, Otávio Augusto Cavalcanti, deu um exemplo: o supermercado Pão de Açúcar do bairro Espinheiro (próximo ao Centro) vendia na semana passada ovos pequenos pelo preço dos grandes tipo extra. Em decorrência da denúncia do consumidor José Campelo — que esperou mais de duas horas para conseguir uma nota fiscal e provar a fraude na Delegacia, uma dificuldade comum aos "fiscais de Sarney" — o gerente do supermercado, Frederico Souza, foi

Jeitinhos que estão sendo usados para burlar a lei



Isso é um absurdo. Estão cobrando mais de R\$ 4,00 pelo congelamento de plástico em volta

A venda em padarias de leite reconhecido como se fosse tipo C, o cancelamento dos contratos de clientes mensais nos estabelecimentos, obrigando-os a pagar como diários, o que sai mais caro, e aumento do contraponto na venda de carne de melhor qualidade são outros exemplos que chegam diariamente à Sunab.

As punições demoram e desestimulam os consumidores. Maria Angela Haddad, de São Paulo, diz que já tentou fazer denúncias por telefone, mas nunca conseguiu. Grávida de sete meses, ela não se dispôs a perder horas indo até uma Delegacia ou à própria Sunab e diz que gostaria de ver uma ação mais eficaz do Governo na punição dos delitos contra a economia popular.

Os processos se arrastam e no interior, onde a Sunab não tem fiscais e as denúncias chegam às Delegacias de Polícia, as ocorrências são

Ilustração 24 - A "mudança" de comportamento dos consumidores foi registrada na editoria O País de O Globo de 30 de março de 1986

3.3 Fortalecimento do jornalismo de serviço

Uma das características mais significativas da cobertura do Plano Cruzado foi que os jornais tentaram fortalecer o seu papel pedagógico diante do leitor na editoria de economia. Houve uma mudança de postura no jornalismo – o qual desenvolveu um noticiário que, ao mesmo tempo, era predominantemente otimista e tentava ser didático. Esse momento é apontado como um marco no fortalecimento do jornalismo de serviço por autores como Juarez Bahia (1990a), Bernardo Kucinski (2000), Luís Nassif (2003; 2007) e Rafael Fortes (2004).

Bahia (1990a, p. 227) registra que a informação econômica prestada pelos veículos assumiu uma função política e social, valorizada pela qualidade da orientação que fornecia ao público. Naquele momento de choque econômico, leitores, ouvintes, telespectadores buscavam informações sobre bolsas, aplicações de curto prazo, investimentos de risco, sobre como assegurar o valor do salário e também como funcionava o seguro-desemprego. Essa necessidade de informações econômicas acessíveis aos leigos aumentou a oferta do jornalismo de serviço por parte dos jornais, o que se mostrou uma tendência nos anos 1980.

Diários como *Folha de S. Paulo* e *Jornal da Tarde (JT)* aperfeiçoaram, nessa década, a edição de serviços informativos econômicos que se tornaram padrões na imprensa brasileira. A seção *Confira o seu dinheiro*, do *JT*, de São Paulo, lançada em julho de 1981, publicava orientação técnica e conselhos para o bolso do leitor (salários, habitação, emprego, renda fixa, poupança, etc.) e era reproduzida por outros veículos nacionalmente (*ibid.*).

Foi em fins de 1979 que o *JT*, veículo da família Mesquita, iniciou uma experiência nesse sentido em caráter local, mas com fortes desdobramentos futuros na imprensa nacional do período. Passou a investir pesadamente no chamado jornalismo de serviço, buscando aproximar-se das necessidades imediatas dos leitores.¹⁶⁰

¹⁶⁰ Em meados dos anos 1960, sua criação havia sido uma revolução na mídia brasileira. Foi criado por Mino Carta e trazia novos padrões de diagramação, pautas novas, com forte apelo no cotidiano, manchetes criativas. Com a saída de Mino Carta, assumiu seu lugar como secretário de redação Murilo Felisberti e, posteriormente, com sua saída, o jornal acabou mergulhando em uma crise de identidade no final dos anos 1970 (NASSIF, 2003, p. 11).

Lojistas da Saara acreditam em bons resultados se houver ajuda de todos

Andar pelas ruas da Alfândega, Buenos Aires e Senhor dos Passos, na região do Saara, remexendo cestos e bancadas de roupas, calçados e bijuterias parece ter sido ontem o único programa ao alcance do consumidor, que parava intrigado diante de preços antigos, como os Cr\$ 29.999 cobrados por uma bermuda. Na Laba Jeans, o proprietário João José Saliba encontrou solução fácil para fazer a conversão: acaba com todos os nove e passa a cobrar Cz\$ 30,00.

Da mesma forma que João José, os comerciantes da Saara acreditam que as medidas do Governo para conter a inflação terão bons resultados "se houver colaboração de todos". Nas Casas Pernambucanas, os vendedores ficaram contentes ao perceber que a casa oferecia preços ainda mais vantajosos do que os da lista de produtos tabelados. Na opinião de muitos comerciantes, o acatamento dos preços determinados pelo Governo vai depender mais da atitude do consumidor do que de repressão da Sunab ou da Polícia. "A maior punição para um comerciante é a casa vazia, "As moscas", garantiu um comerciante.

Com base neste julgamento, o dia de ontem seria de total abandono para muitas casas comerciais. Nas farmácias e drogarias por exemplo, sabonetes, dentífricos e absorventes higiênicos custavam bem mais do que o estabelecido na lista divulgada pelo Governo. Na Drogaria Povão, da Rua Uruguaiana, um sabonete Phebo de luxo estava ao preço de Cz\$ 4,30, quando pela tabela o preço seria de Cz\$ 2,60; absorvente comum, Cz\$ 6,40, e na tabela, Cz\$ 5,20; um tubo de creme dental comum de 32 gramas custava Cz\$ 2,00, enquanto o preço de tabela para o tubo de 65 gramas é de Cz\$ 2,40.

Mais adiante, nas Lojas Americanas,



João Saliba converte o preço no cartaz

o sabonete Quatro Estrelas, 100 gramas, era vendido por Cz\$ 4,75, o Vale Quanto Pesa de 90 gramas custava Cz\$ 2,10. A mesma diferença foi constatada na Drogaria Popular na Rua São José, onde o sabonete Sprees comum, de 90 gramas, estava a preço de Cz\$ 2,20.

Nesta segunda-feira, com a reabertura dos bancos e funcionamento normal das atividades, a maior preocupação do comerciante será o recebimento de cheques, obrigatoriamente grafados em cruzados, lembrou o Presidente da Sociedade dos Amigos da Rua da Carioca e Adjacências, Roberto Curi. Conforme informou, o comércio da área teve prejuízo de Cz\$ 45 milhões com o quebradeira de sexta-feira passada no Largo da Carioca. Nesse dia, as 450 lojas da Sarea fecharam as portas às 16h, atendendo a um apelo do Comando Geral da PM, informou Roberto Curi, ele esclareceu que o funcionamento de apenas três horas foi o que motivou o prejuízo por ele calculado.

Comércio surpreso não exhibe preços

As principais lojas de eletrodomésticos do Centro abriram suas portas ontem sem a costumeira exibição de anúncios de preços. Apanhado de surpresa pelo tabelamento de dez tipos de geladeiras, máquinas de lavar, fogões e televisões e pelo congelamento dos preços dos demais artigos, o comércio funcionou precariamente. Com as tabelas de financiamento de fevereiro ultrapassadas, houve casos de vendedores que aconselharam o cliente a voltar na segunda-feira, quando serão divulgados os índices oficiais para cálculo da prestação.

Quem fez pesquisa de preços com base no tabelamento do Governo acabou tendo a surpresa de encontrar uma geladeira Brastemp 36-S mais barata Cz\$ 200 na loja Tele Rio da Rua Uruguaiana do que na lista oficial divulgada ontem. Nessa loja, a outra geladeira tabelada — Climax 240 litros, a Cz\$ 2,35 mil — estava em falta, da mesma forma que as máquinas de lavar Climax 6 e Brastemp, tabeladas em Cz\$ 4,1 mil e Cz\$ 3,5 mil.

Como já havia acontecido em duas outras lojas, o vendedor Alcir, da loja Arapuã da Rua Uruguaiana, disse que tinha orientação para não dar qualquer informação sobre preços de eletrodomésticos ontem. Desconfiado, citou um único preço, o da geladeira Brastemp 36-S, que estava por Cz\$ 3,27 mil na loja e Cz\$ 3,02 mil na lista de preços tabelados. De um modo geral, gerentes e vendedores evitaram comentários sobre o tabelamento, limitando-se quando muito a dizer que sua loja cumpriria a determinação do Governo.

Ilustração 25 – Matéria com enfoque positivo sobre comerciantes em *O Globo* do dia 2 de março de 1986

Ao assumir a chefia da reportagem de Economia do *JT*, em 1979, Nassif conta que a orientação dada aos repórteres e à edição foi a de privilegiar os efeitos diretos das medidas econômicas sobre o bolso. Se houvesse matérias sobre tarifa de energia elétrica, por exemplo, invertia-se a ênfase: a retranca principal seria sobre a conta de luz e o boxe sobre a política tarifária. Completava-se o quadro com matérias analíticas pequenas, sob o olho de “Entenda a Economia”:

No *Jornal da Tarde*, nós radicalizamos a cobertura de serviços em dois sentidos. O primeiro era o seguinte: cada tema econômico que aparecia, a matéria principal era como que afetava o seu bolso. E depois você tinha uma sub-retranca, que era a matéria em si, e tinha um negócio chamado “Entenda a economia”, onde você tentava trocar em miúdos o significado econômico daquelas decisões. Então, você separava muito bem, digamos, a parte que afetava o bolso, que era o tema principal, e a parte em que você tentava explicar os mecanismos econômicos, que era o “Entenda a economia”. Então, a matéria mesmo ia para terceiro plano, a notícia em si, já que todos os jornais iam dar mesmo, então não precisava cobrir tão detalhadamente (*grifos nossos*).¹⁶¹

Outros assuntos se incorporaram à pauta de economia do jornal, como questões ligadas a condomínio, seguro, financiamento habitacional, o conjunto de temas que compõem o orçamento doméstico. Nassif afirma que o *JT* consagrou um padrão de jornalismo didático, com temas do dia-a-dia do leitor. As manchetes, em sua maioria, se voltavam diretamente para ele, tipo “entenda como se faz isso”, “defenda seus direitos”, etc. O modelo implantado ajudou a abrir caminho para novas formas de aproximação com o leitor e novas fontes de receita, com expansão, por toda a imprensa diária, de cadernos de serviços e cadernos segmentados¹⁶²:

E lá no *Jornal da Tarde* eu montei o projeto “Seu Dinheiro”. Nos anos 1980, os jornais abordavam o tema, mas a economia pessoal não era só investimento, eram as despesas. Você abordava aluguel, previdência, supermercado, gastos com carro, e depois abordava, na outra ponta, a questão dos investimentos, poupança, ações e tudo mais (*grifos nossos*).¹⁶³

O jornalismo de serviço, segundo Nassif (2003, p. 14), foi “a primeira tentativa contemporânea de vocalizar os direitos difusos dos leitores”. Seu ponto alto, segundo ele,

¹⁶¹ Entrevista de Luís Nassif concedida à autora, em São Paulo, em 26 de março de 2007.

¹⁶² Para Nassif (2003, p. 13), o *JT* poderia ter sido o veículo da família Mesquita a barrar o crescimento da *Folha de S. Paulo*, que começava a se projetar. Avaliações internas concluíram, erroneamente, que o crescimento do *JT* poderia canibalizar o “Estadão”. “Impedir seu crescimento foi um erro fatal de avaliação” (*ibid.*).

¹⁶³ Entrevista de Luís Nassif concedida à autora, em São Paulo, em 26 de março de 2007.

“foi o Plano Cruzado, quando se tornou padrão utilizado por todos os grandes jornais, resultando em grandes aumentos de tiragem, além de ter aberto novas fontes de faturamento publicitário através de cadernos de serviço”.

A análise das páginas da *Folha* e de *O Globo* do mês de lançamento do Plano Cruzado comprova a consolidação do jornalismo de serviço nessa época. Os veículos buscaram simplificar a linguagem, na tentativa de explicar de forma acessível e legível as medidas econômicas, e utilizaram, acompanhando as matérias principais, recursos gráficos, como boxes, tabelas e ilustrações, para facilitar o entendimento por parte do leitor.

Um exemplo interessante desse esforço pelo didatismo por parte dos jornais está registrado na edição de *O Globo* de 2 de março de 1986. A matéria “Saiba o que vai mudar amanhã na rotina dos bancos” trouxe como sub-retranca “Como preencher corretamente um cheque em cruzados”, com a reprodução de um cheque preenchido em letra cursiva e com orientações de como o leitor deveria fazer diante da mudança da moeda (*Ver ilustração 27*).

Esse jornalismo de serviço ou de utilidade pública passou definitivamente a fazer parte da rotina e do papel dos jornalistas durante a era de turbulências na economia, inaugurada pelo Plano Cruzado, segundo relembra a jornalista Miriam Leitão:

A hiperinflação criou tumultos no dia-a-dia das pessoas, nas tarefas do cotidiano. Então, de repente a gente acorda no dia 28 de fevereiro de 1986 e fala assim: acabou a inflação, a moeda é outra, corta zeros, tudo agora vai ser diferente, tem uma tablita para você pagar suas contas e cobrar as dívidas dos outros, e tudo é diferente. Os preços vão ser tabelados. Está aqui a tabela. Então, a gente de repente era de utilidade pública, a gente fazia jornalismo de utilidade pública. A demanda em cima da gente era impressionante! Os telefones tocavam o dia inteiro. As pessoas perguntavam coisas elementares e ligavam dizendo minha situação é diferente de tudo que está sendo explicado, deixa eu te explicar a minha história. Então, você tinha de entender. Quando aconteceu o Plano Cruzado eu estava numa fase de transição, saindo de São Paulo e vindo para o Rio de Janeiro. Mas, ao longo de 1985, já se falava dos pacotes heterodoxos. Aquilo me pareceu uma coisa completamente estranha. O que é que isso? Plano heterodoxo, mudança monetária? Eu achava aquilo complicadíssimo. Então, eu vim para o Rio, e para minha sorte, perto da PUC do Rio. Quem comandou todo o processo das tentativas de estabilização sempre foi a corrente do Rio de Janeiro (*grifos nossos*).¹⁶⁴

¹⁶⁴ Entrevista de Miriam Leitão concedida à autora, no Rio de Janeiro, em 15 de maio de 2007.

Sobre o jornalismo de serviço, ela concorda com Nassif quanto ao seu fortalecimento a partir do Plano Cruzado:

O jornalismo de serviço sempre existiu, mas foi levado a níveis como nunca mais ele vai ter tão grandes em importância. Ele vai continuar sendo importante, mas naquele momento ele atendia uma coisa emergencial (grifos nossos).¹⁶⁵

Para Kucinski (2000, p. 16), a expansão desse tipo de jornalismo ocorreu a partir dos desdobramentos da crise do “milagre econômico”: primeiro, com a alta do petróleo; depois, com as greves operárias e a profunda recessão dos anos 1980; e, finalmente, com a alta dos preços. A inflação alimentou essa forma de abordagem, voltada para os problemas econômicos e financeiros de seus leitores de classe média, como prestações da casa própria, aplicações em poupança, impostos e taxas escolares, custo de vida e defesa do consumidor. Apesar de reforçar a ideologia do consumismo junto às classes médias, trata-se de um jornalismo que, de certa maneira, tenta recolocar o cidadão como sujeito da história e objeto da preocupação jornalística.

Por que isso ocorreu e se consolidou principalmente a partir dos altos e baixos da economia brasileira? Porque a prestação de serviço por meio das páginas também reforçava a utilidade do jornal, enquanto produto, por parte das empresas de comunicação. Tratava-se, portanto, também, da estratégia de atrair os leitores para as notícias.

¹⁶⁵ Entrevista de Luís Nassif concedida à autora, em São Paulo, em 26 de março de 2007.

3.3.1 A torcida nas páginas de opinião

Como se desenvolveu, ao lado dos textos informativos, a dimensão da opinião na cobertura do Plano Cruzado? Os espaços destinados aos gêneros jornalísticos opinativo e interpretativo – os editoriais e as colunas – dos jornais pesquisados também foram locais de torcida em favor do plano. Neles prevaleceu, como ocorreu nas notícias e reportagens, a defesa do interesse nacional maior: o combate à inflação.

Na *Folha*, foram feitos textos analíticos sobre as medidas do pacote econômico, sobretudo por economistas. Roberto Macedo, economista do Conselho Editorial do jornal, na época, assinou uma dessas análises, logo na edição do segundo dia de vigência do Plano Cruzado (2 de março de 1986), com o título “Sob o choque, sobre o choque”, publicada na editoria de economia. No texto, ele tentou explicar os pontos fortes e fracos do pacote, finalizando com uma torcida declarada:

Embora discordando do “*timing*”, encontrando aqui e ali divergências de concepção e alertando sobre esses problemas de implementação é precisamente por não pretender voltar ao Brasil tão inflacionário dos últimos anos que vejo o choque, agora uma realidade, aceitavelmente bem articulado, com boas chances de sucesso e torço por ele. Não apenas como economista, mas também como todo brasileiro que gostaria de dizer que a inflação já era (*grifos nossos*).

No texto escrito pelo economista, vê-se claramente, portanto, o teor do posicionamento em prol do pacote e a expectativa de que este tivesse êxito. Na mesma página, embaixo, foi publicada a coluna *Joelmir Beting – Notas Econômicas*. O título foi “Sem pajelança” e o jornalista ressaltou, no texto, a necessidade de participação de toda a sociedade para que o programa de medidas econômicas pudesse dar certo. Ele deu destaque para o fato de que o congelamento de preços tinha sido estabelecido por decreto-lei e afirmou que este, por sua força de lei maior, era autoritário. “Pela primeira vez, a violação do congelamento vai para a categoria de ilícito penal, passível de outras punições que não a simples bravata dos estatutos que supostamente protegem a economia popular.”

Criada pelo próprio Beting, sua coluna diária na *Folha* nasceu no dia 7 de janeiro de 1970, quando o jornalista ocupava o cargo de editor de economia desse periódico (*Ver ilustração 28*). Depois, passou a ser publicada simultaneamente em outros jornais e foi

ininterrupta até 30 de janeiro de 2004.¹⁶⁶ A *Folha* publicava também outra coluna com notas econômicas, a *Painel Econômico*.

A coluna diária de Beting era publicada também nas páginas de *O Globo*, com um nome praticamente igual ao de seu espaço na *Folha*. A única mudança era na ordem das palavras: *Notas Econômicas/Joelmir Beting*. Comentando acontecimentos relevantes da economia nacional e internacional, ele começou a assinar esse espaço fixo nas páginas da seção de economia de *O Globo* em 1º de agosto de 1979 e o ocupou até 2003.¹⁶⁷

Nos jornais analisados, os textos da coluna de Beting foram guiados por metáforas para simplificar a análise sobre os fatos econômicos¹⁶⁸. Na edição de *O Globo* de 4 de março de 1986, por exemplo, ele se referiu aos “fiscais do presidente” como “exército de controle dos preços” ou “consumidor fuzileiro”, que faria o “patrulhamento dos preços e contratos congelados” pelo Plano Cruzado. Nesses espaços opinativos, como se vê, também predominou a retórica de guerra na cruzada contra o maior inimigo: a inflação.

Mais antiga que a coluna de Beting na editoria de economia de *O Globo* era a *Panorama Econômico*, que, como já citado, foi criada em 1960. Nela, na cobertura jornalística do Plano Cruzado, predominou a publicação de pequenas notinhas que repercutiam não só as medidas do pacote, com diversas fontes de informação, mas também notícias de mudanças e movimentações nos segmentos econômicos.

A coluna que desempenhou um papel mais crítico e menos de torcida com relação ao Plano Cruzado em *O Globo* foi a *Faltou Dizer*, que começou a ser publicada semanalmente, na editoria de economia, em 1985, e prosseguiu até 1990 (*Ver ilustração 29*). Quem assinava essa coluna era outro renomado jornalista da área, Aloysio Biondi, que morreu em 2000. Ela coincidiu com um período de redirecionamento da política econômica brasileira e tratou de questões como o Plano Cruzado, a inflação, a relação do governo brasileiro com o FMI.¹⁶⁹

¹⁶⁶ Segundo o jornalista, em entrevista à autora concedida em 26 de março de 2007, a coluna foi seu trampolim para inaugurar, ainda em 1970, a informação econômica diária em rádio (*Jovem Pan*, *Gazeta*, *Bandeirantes* e *CBN*) e em televisão (*Gazeta*, *Record*, *Bandeirantes* e *Globo*). Na *Rede Globo*, a partir de agosto de 1985 e até julho de 2003, ele atuou como comentarista. Passou também pelo programa “Espaço Aberto” na *GloboNews*. E voltou a trabalhar na *Bandeirantes* em março de 2004.

¹⁶⁷ Em 1988, a coluna adquiriu um formato que, na sua parte inferior, tinha um conjunto de pequenas notas, sob o título “Secos e Molhados”. Durante a década de 1990, incluía no alto um pensamento de autor ilustre, configurando um comentário prévio ao tema abordado. Os dados foram fornecidos pelo setor de *Memória da Globo*, em 6 de outubro de 2006.

¹⁶⁸ O uso de metáforas por Beting como estratégia discursiva foi abordado no capítulo anterior.

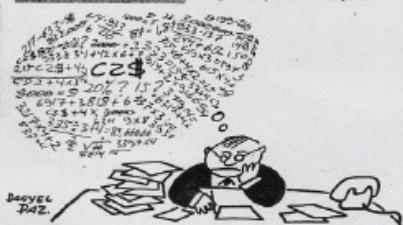
¹⁶⁹ Dados fornecidos pelo setor de *Memória da Globo* em 6 de outubro de 2006.



Ilustração 28 – As colunas da editoria de economia da *Folha* na época do Plano Cruzado

Pazzianotto admite revisão do reajuste automático

PANORAMA ECONÔMICO



Inflação anual de 20%?

A taxa de 20 por cento como limite de aumento de preços acumulados para detonar os reajustes automáticos de salários pressupõe um índice mensal de pouco mais de 1,5 por cento ao longo de 12 meses (12 meses a 1,5 por cento ao mês é igual a uma taxa acumulada de 19,56 por cento).

A taxa mensal de 1,5 por cento foi obtida na Argentina, quando da aplicação do Plano Austral, em julho do ano passado, depois de taxas de inflação de 30 por cento ao mês. No Brasil, com a inflação na média de 15 por cento nos últimos dois meses, essa redução para 1,5 por cento pode vir rapidamente.

Há uma questão delicada em relação ao primeiro mês de inflação da aplicação da reforma monetária do cruzado. O plano de congelamento de preços entrou em vigor no dia 1º de março (on-

Se o Governo tivesse adotado o reajuste trimestral, corrigindo o salário mínimo pela variação do IPCA de novembro a fevereiro, o novo salário seria de Cr\$ 904.000. Se convertido, então, em cruzados, passaria a Cr\$ 904.00. Mas o Governo, ao antecipar, via redução, o reajuste em cruzado, chegou a Cr\$ 800 mil = Cr\$ 800.

tem). Mas a inflação de 14,36 por cento em fevereiro teve a coleta de preços encerrada no dia 14, com início em 15 de janeiro.

— Como serão captados os preços entre 15 de fevereiro e 1º de março? — pergunta o Diretor de Pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Professor Julian Chalchulak. Ele acredita que o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) mencionado no Programa de Estabilização será um bom índice de preços.

Dúvidas operacionais à parte, Chalchulak possui muito do programa e tem grande confiança em que o Índice da Fundação IBGE, como o Índice Geral de Preços, pelo qual responde, na FGV, voltarão a registrar níveis inferiores a 30 por cento em 12 meses, como ocorreu entre 1965 e 1973, antes dos efeitos da crise do petróleo.

Desindexou

Depois de dois dias de intensas reuniões em Brasília, o Professor Francisco Laffayette Lopes, da PUC-Rio, um dos pais do programa de estabilização, chegou tão cansado ao Rio, sexta-feira à noite, que se esqueceu seu carro no estacionamento do Aeroporto do Rio

Os fiscais

De jovem economista Eduardo Mediano, de 32 anos, da PUC-Rio, um dos principais responsáveis pela reforma monetária que levou à criação do cruzado, sobre a viabilidade do congelamento de preços, uma das pedras de toque do programa de estabilização:

BRASILIA — O Ministro, admitiu ontem que o índice de salários totais por cento poderá ser revista a necessidade. O Ministério de O. M. chegou a desistir por conta da dificuldade de somente um sistema ser testado.

— Não está descartado aprimorar a escala em caso de desemprego caso seja necessário. Pazzianotto disse que não está contra a ideia de que a inflação será de 20 por cento ao mês.

— Isto irá atenuar o trabalho, que tinha se deteriorado, devido à inflação. Além disso, entre salários e empregos, resultará em aumento salarial.

A ideia de se estabelecer um índice de salários e Governo também descartada pelo Ministro que um acordo nacional de preços e salários é necessário. Adianou que Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Coordenação de Trabalhadores (COT) reúnem para discutir o assunto.

— Se não irá a esta altura, não é para ser mal educado — disse Pazzianotto sobre as medidas adotadas pelo econômico poderio de deflagração de uma grande crise.



- DETALHAMENTO EDIFÍCIO EM C
- Período: 10.83
- PROJETO E CAI
- Período: 11.83
- CONTENÇÃO D
- Período: 12.83
- PLANEJAMENTO

O negativa para este mês

FALTOU DIZER/Aloysio Biondi

As dúvidas (crescentes) sobre o êxito do "pacote"

Quando a nova política econômica foi implantada, no final da última semana, surgiu um imenso conjunto de dúvidas sobre sua viabilidade, questionando-se desde a possibilidade de uma volta à recessão, a um possível "estouro inflacionário" quando o congelamento de preços fosse suspenso, no futuro. A postura levada pelo Programa vai assestando, mostrando que as possibilidades de êxito da estratégia contra a inflação são concretas:

● **RECESSÃO** — O principal temor, inegavelmente, da classe empresarial e mesmo da massa trabalhadora. Aparentemente, a nova sistemática de reajustes salariais, restabelecendo apenas o valor médio real dos salários nos últimos meses, traria o risco de uma queda na demanda. A conclusão, porém, é equivocada. O sistema provocou prejuízos a cada trabalhador, individualmente. Mas, no conjunto de toda a massa trabalhadora, que é o que interessa para o funcionamento da economia, não haverá efeitos negativos. Pode-se dizer que a "massa salarial", isto é, o total dos salários pagos no País, manteve o mesmo poder aquisitivo médio dos últimos meses. Não há risco de queda na demanda, e de recessão, por aí — e isso explica que o Governo não tenha suspenso, de imediato, as restrições ao crédito ao consumidor estabelecidas poucos dias antes do grande "pacote".

● **CONGELAMENTO DE PREÇOS** — Para muitos críticos, esta decisão apenas criaria uma "bomba de retardamento" dentro da economia, com nova explosão inflacionária quando houvesse o descongelamento, daqui a alguns meses. O raciocínio não procede, desta vez. Na verdade, o Governo aproveitou uma oportunidade única, para fazer o congelamento: Na escalada inflacionária dos últimos meses, houve reajustes abusivos (e não faltam observadores que, a esta altura, acreditam até que o Governo tolerou deliberadamente a escalada, exatamente para que, ao sobrevir o congelamento, as empresas já tivessem uma mar-



gem de folga para aceitar o congelamento, ou, mesmo, reduzir preços.

● **QUEDA DAS EXPORTAÇÕES** — Um dos pontos frágeis do Programa, segundo alguns críticos, seria o "congelamento" do valor do dólar, que poderia — dizem — acabar desestimulando ou mesmo impedindo exportações, o que acabaria reduzindo o saldo da balança comercial de que o Brasil necessita para pagar seus compromissos externos. Também aqui o risco é inexistente: Pela primeira vez nos últimos anos, o cruzado está subvalorizado, com um valor inferior ao "real", em relação ao dólar e outras moedas, evitando a necessidade de desvalorizações. De onde vem essa subvalorização que segundo os estudos oficiais chegaria a mais de 20 por cento em relação ao nível atingido pela moeda nacional depois da "máxi" de 1983 (altamente vantajosa para os exportadores)? De um lado, o cruzado desvalorizou-se em relação a uma série de moedas, no mercado internacional, por acompanhar (nessa medida) as oscilações do dólar, que vem caindo há meses; de outro, a subvalorização é uma decorrência da correção cambial dos últimos meses. Melhor explicado: A correção cambial, como a correção monetária, situou-se na faixa

dos 12 a 15 por cento, acompanhando a taxa de inflação: como a inflação do período decorreu sobretudo do aumento dos preços dos alimentos, que não afetam a verdade os custos da maioria das empresas exportadoras, elas acabaram lucrando com uma correção cambial muito superior ao aumento de seus custos.

● DEFICIT DO SETOR PÚBLICO

— Pelos resultados de janeiro e fevereiro, verifica-se que o "pacote" de dezembro trouxe aumento de arrecadação e um superávit de caixa muito superior às previsões. Com o aumento de caixa, o Governo já reduziu em 30 bilhões de cruzados a sua dívida interna, eliminando juros (e correção monetária) sobre essa parcela. Além do mais, com a inflação zero (ou ínfima) a partir de março, elimina-se totalmente (ou quase) a corrosão dos recursos devidos pelo Governo, e que ocorria no prazo existente entre o fato gerador da arrecadação (como vendas) e a data da arrecadação.

Uma última restrição ora feita ao Programa Econômico do Governo: a impossibilidade de fiscalização e a falta de engajamento da população brasileira nessa e outras empreitadas de interesse coletivo. Esta tese, tão do agrado de cientistas políticos, não fragorosamente por terra, como todas as outras teses que têm sido construídas em torno da economia e do comportamento da sociedade brasileira. A medida que o apoio popular ao programa foi ficando patente, não por terra também a desconfiança, por parte da classe empresarial, quanto à sua manutenção. Resultado: Nos primeiros dias desta semana, empresas começaram a renegociar preços com seus fornecedores, desta vez para baixo, e não apenas nos casos em que os preços desses fornecedores impediam que o revendedor cumprisse o tabelamento determinado pelo Governo. Estabeleceu-se, efetivamente, uma "correção nacional" para dar suporte à queda da inflação.

Ilustração 29 — Os espaços em O Globo: Panorama Econômico, com notas, e Falta Dizer, com a análise crítica de Aloysio Biondi

NOTAS ECONÔMICAS/Joelmir Beting

Na era do cruzado

A dona-de-casa inaugura vida nova com o advento da era do cruzado. Desde os tempos do Marechal Dutra, ela vinha administrando um orçamento verdadeiramente mágico (ou matemático): o casamento, no fim do mês, da receita fixa do salário do marido com a despesa variável da família — variável para o alto.

Nos últimos seis meses, por exemplo, o salário real do brasileiro, na média do período, sofreu um desgaste de 31% em seu poder de compra (entre o pico do reajuste, no primeiro mês, e o piso da chegada, no último). Nos próximos seis meses, pelo regime anterior essa perda real poderia chegar aos 50%. Esse cálculo acaba de ser depositado na mesa do Presidente José Sarney. Seguinte: O Presidente da República, no esquema agora derrubado, estaria ganhando por mês Cr\$ 20,570 milhões, de janeiro a junho. Com a mudança, ele passa a receber Cr\$ 20,346 mil (ou Cr\$ 230 mil a menos). Acontece que em junho o poder de compra do salário do Presidente, convertido em cruzados, será rigorosamente o mesmo de março. Pelo sistema anterior, seu poder de compra estaria corroído pela metade (para uma inflação de 104 por cento no semestre). Na média do período, o salário em cruzado ficaria 33 por cento menor. Em cruzado, vai ficar o mesmo.

Tanto a primeira dama, D. Marly Sarney, como qualquer dona-de-casa do Brasil, passam a administrar um orçamento digno do nome. O planejamento das contas e um projeto da família tornam-se, finalmente, um exercício seguro.

Claro, tudo vai depender da própria dona-de-casa, agora promovida a marechal da guerra santa contra a carestia. Ninguém

melhor do que a mulher tem condição de patrulhar os preços congelados nos balcões da vida. A dona-de-casa é do ramo, não se ilmeta a exigir preço de tabela, passa a exercer o olímpico direito da pechischa, explorando as brechas da competição que vem aí. Até porque, a tabela oficial de preços funciona como listagem de "preços máximos", aqueles preços praticados, comprovadamente, até 26 de fevereiro (salvo alguns ajustes autorizados pelo Governo em nome de um realinhamento justo). A existência das tabelas oficiais dos "preços máximos" não proíbe a redução dos preços sob o selo generoso da competição escordada pela competição. Não é proibido vender mais barato. Com o detalhe: qualquer estabelecimento comercial (ou industrial) pode trabalhar com tabela própria ou diferenciada — desde que contendo, dentro delas, preços inferiores aos da tabela oficial.

Assim colocado, o esquema sugere uma alteração de natureza semântica: os preços estão tabelados ou limitados e não propriamente congelados — eles podem ser "descongelados" para baixo. O rebalçamento de balcão ou mesmo de fábrica é um aprendizado, que já começou. As empresas com folga de rentabilidade ou com elástico de produtividade, conduzidas por administradores sérios e comboidas por acionistas inteligentes, podem liderar o movimento da "dedetização" do mercado, saneando a economia brasileira por dentro. Essa expectativa empolga os arquitetos do programa de estabilização. A tal ponto que o Professor Francisco Lopes acredita em deflação de até 1,5 por cento, agora em março: mais que zerar o índice dos preços, a deflação reflete a queda dos preços e não apenas do

de de universo econômico hospeda desvios e variações em qualquer estrutura de preços congelados. As próprias tabelas oficiais não podem alcançar todos os preços de todos os produtos e serviços em todos os pontos de venda do Brasil inteiro. Assim sendo, a dona-de-casa deve organizar e operar uma "tabela familiar", de uso particular, montada com a ajuda de todos os membros da família.

Que tabela é essa? A caprichosa coleção de notas fiscais, "caçadas" pela família. A nota fiscal, com produtos e preços especificados (ou anotados), passa a funcionar como autêntico contrato de garantia de preço futuro, aprisionando, hoje, legalmente, o preço da véspera de Natal no cabaleiro, no dentista, no estacionamento, na lavagem do carro, na escola maternal, na aula de ginástica, de natação ou judô, os produtos "distraídos" da quitanda, da boutique ou da lanchonete.

Essa tabela particular coloca o consumidor fuzileiro no papel de fiscal de preços e de fiscal de impostos. O brasileiro transformado em cidadão vai descobrir, intrigado, que a sonegação fiscal de balcão é menos um desfalque do Governo e mais um achaque do comprador. Quem paga o imposto é o consumidor do produto ou serviço com impostos ocultos no preço final. Esse imposto efetivamente pago, quando não transferido para os cofres da sociedade como um todo, constitui um furto descarado contra o bolso do consumidor. O Governo deixa de ganhar. O consumidor perde o que pagou.

Essa descoberta do contribuinte embutido no consumidor pode ter umdobramento político inimaginável para quem vive aqui e agora. Voltaremos ao assunto.

Repasar a baixa é um jogo bruto

A população mobilizada permanece patrulhando os preços da economia brasileira, os agentes econômicos terão de praticar um jogo especialmente bruto: o repasse da baixa na contramão dos usos, dos costumes e dos vícios de 40 anos. Ou desde a era da estabilidade econômica no Governo do Marechal Dutra.

O repasse da alta era tranquilo, automático, sem contestação e sem remorso. A culpa era da inflação e a inflação era culpa do Governo. O consumidor bufava, mas pagava a conta. O repasse da baixa, bem ao contrário, é um penoso exercício de negociação diuturna, uma área de fricção e de conflito nas relações do mercado enjaulado.

O repasse da baixa começa pelo terminal do consumo, multidão em revoadas contestando preços e esgrimindo tabelas garantidas por decreto-lei. Uma investida dramatizada, na outra ponta, pelo enquadramento dos salários e dos outros rendimentos de trabalho. Encurralada, a loja contesta e renegocia os preços da fábrica. Pressionada, a fábrica repassa o bloqueio para todos os seus fornecedores de bens e serviços, além de rezar para que o Governo honre o congelamento de energia, combustível, encargos sociais e a tal de carga fiscal líquida.

Em matéria de carga fiscal, a era do cruzado coíbe na redução sensacional dos índices de sonegação no varejo e no atacado, sob cobrança de consumidores ligados. O Ministro Dilsen Fumero lembra que a fiscalização dos

Na edição do jornal carioca do dia 5 de março de 1986, por exemplo, Biondi fez comentários e questionamentos a respeito das medidas do Plano Cruzado sobre recessão, congelamento de preços, queda das exportações, déficit do setor público. O jornalista, também, em um texto intitulado “As dúvidas (crescentes) sobre o êxito do pacote”, citou a existência de uma “corrente nacional” para dar suporte à queda da inflação. No dia 13 de março de 1986, Biondi fez uma crítica ao fato de que o governo estaria dispensando um tratamento brando à questão dos salários em um artigo com o título “Reajustes de salários, o perigoso precedente”. Essa discussão fazia parte de alguns assuntos que o jornalista elegeu como prioritários para defender na coluna *Faltou Dizer*.

3.3.2 Novos rumos no contexto jornalístico dos anos 1980

Além do fortalecimento do jornalismo de serviço ou de utilidade pública nas editorias de economia, que novos rumos pareciam se desenhar, na imprensa, nos idos da “Nova República”? A indústria jornalística estava em expansão. Em 1986, ano atípico do Plano Cruzado, *O Globo* era lido diariamente por 2 milhões e 377 leitores. Acompanhando a configuração do mercado de jornais nas principais praças (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Curitiba), segundo registra Bahia (1990, p.373), a Marplan identificava um perfil do leitor brasileiro. Nesse perfil, se destacavam, como os maiores consumidores dos diários, os homens, as classes de maior poder aquisitivo e as pessoas com formação universitária; e o maior índice de leitura ocorria aos domingos.

Do ponto de vista de organização enquanto empresas, a imprensa diária e as revistas semanais se tornaram mais automatizadas. Desde os anos 1970, empresas empregam processos computadorizados de edição. Entre os grandes jornais, a *Folha* foi pioneira nesse sentido, seguida do *Estado*, de *O Globo* e do *Jornal do Brasil*. Entre as publicações semanais de informação, as primeiras foram *Manchete* e *Veja* (BAHIA, 1990, p. 374). A nova redação automatizada permitiu que repórteres e redatores enviassem seus textos diretamente à fotocomposição.

O Plano Cruzado abriu mais oportunidades para os jornais brasileiros e desmentiu previsões de esgotamento da capacidade de influência e penetração dos veículos impressos. Com o lançamento do pacote, os brasileiros correram às bancas em busca de informações (tabelas, ilustrações, cálculos, dados comparativos, etc.) que nem o rádio nem a TV podiam fornecer de forma satisfatória (BAHIA, 1990, p. 391).

A euforia do Cruzado perdeu fôlego antes de completar-se um ano de mudanças econômicas. No entanto, a circulação dos jornais cresceu 32% nos primeiros seis meses e subsequente manteve-se 13% acima da média. O congelamento dos preços do exemplar e da publicidade – imune ao ágio que a quase totalidade dos produtos alcançava em desafio ao programa antiinflacionário – incrementou a leitura e levou os anunciantes a investirem mais. A saturação da TV como meio publicitário favoreceu a expansão dos jornais e revistas. Nesse ano, os jornais ficaram com 32% dos negócios publicitários, contra 60% da televisão (*ibid.*).

Os jornais ganharam a batalha da notícia com a TV, na emissão de informação que exigia referência, confirmação, verificação ou conferência, elementos que melhor se apuram mediante a manipulação física do papel.

A apresentação do pacote foi feita por meio de uma cadeia de rádio e televisão (como já foi dito), amparada por um impacto de surpresa, oral e visual. Entretanto, passado esse momento, o campo de atração e interesse do Plano Cruzado se deslocou para as páginas dos jornais e das revistas.

Por que isso ocorreu? Tal deslocamento relaciona-se com as maneiras de ler do leitor. O jornal impresso pode ser carregado, dobrado, lido por muitos. E, nesse suporte, o leitor pode voltar ao texto quantas vezes e na hora em que quiser para reler ou entender de forma mais detalhada alguma informação. O texto está lá, gravado no papel e à disposição do leitor para consulta a qualquer momento. No caso da TV aberta, a menos que o telespectador faça uma gravação do noticiário, a notícia é mais efêmera, porque só é veiculada no horário do telejornal.

Roger Chartier (1999; 2005) explica que a leitura do objeto impresso é bem diferente da leitura em outro suporte, como a tela de um computador, por exemplo. Essa diferença evidencia-se em como, com a leitura do impresso, é construído o sentido de cada artigo e do conjunto do jornal a partir da presença de diferentes elementos textuais, como artigos, editoriais e publicidade, em um mesmo objeto tipográfico.

Também observa que a relação da leitura com o texto depende do texto lido, mas, da mesma maneira, depende do leitor, de suas competências e práticas, e da forma na qual ele encontra o texto lido ou ouvido. O texto implica significações que cada leitor constrói a partir de seus próprios códigos de leitura, quando ele recebe ou se apropria desse texto de forma determinada (CHARTIER, 1999, p.152).

Na cobertura do Plano Cruzado, o clímax da supremacia da palavra impressa abrangeu os primeiros seis dias do lançamento das medidas; até o décimo dia, ainda se

observava alto índice – além do normal – de consumo de leitura. Daí em diante, foi grande a penetração dos jornais que exploraram bem o interesse e a expectativa da sociedade com guias, reprodução de tabelas e gráficos explicativos e outras informações “de bolso” (BAHIA, 1990, p. 391-392).

No dia 5 de março de 1986, a *Folha de S.Paulo* bateu todos os recordes da imprensa brasileira. Juntamente com a *Folha da Tarde*, imprimiu 1 milhão 714 mil exemplares de uma edição extra com a tabela de preços congelados de 300 produtos, válida somente para o estado de São Paulo e emitida pela Sunab às 6h45. A edição extra (oito páginas em formato tablóide) chegou às bancas às 10h35 (*ibid.*).

O impacto da notícia de economia, a partir do Plano Cruzado, gerou mudanças no projeto gráfico da *Folha*, conforme a direção do periódico lembrou mais tarde, em sua edição de 24 de maio de 1989:

A partir de junho de 1986, quando foi criado o Caderno de Economia, a *Folha* vem dividindo suas edições em cadernos, cada um sobre uma temática determinada e própria. Essa política permite agrupar melhor os assuntos e facilita a vida do leitor que quiser ir diretamente ao noticiário que mais o interessa.¹⁷⁰

Durante a cobertura do Plano Cruzado, *O Globo* também superou seu próprio recorde de circulação. No dia 6 de março de 1986, sua tiragem foi de 814 mil exemplares. Bahia (1990, p. 392) registra que os demais grandes jornais puseram nas ruas edições cujas tiragens também se beneficiaram da preferência dos leitores e registraram altos índices de venda.

Na edição dessa data, inclusive, o presidente Sarney destacou a participação da imprensa na divulgação das medidas do pacote, ao tomar parte, em Salvador, da abertura da reunião plenária da Sociedade Interamericana de Imprensa. Ele afirmou que os meios de comunicação tiveram papel fundamental na divulgação do programa de estabilização e possibilitaram ao governo levar uma nova mensagem ao povo brasileiro: “Você é o presidente; o presidente é você”. Ele agradeceu à imprensa por “sua participação na construção da Nova República”.¹⁷¹

Na veiculação do Plano Cruzado, as emissoras de TV defenderam-se como puderam e, em muitas ocasiões, impuseram seu ritmo aos jornais. As redes *Manchete*, *Bandeirantes*, *SBT* e as próprias *TVEs* registraram boas coberturas, mas a *Rede Globo* se

¹⁷⁰ “Folha muda para tornar sua leitura mais veloz”, reportagem publicada no 24 de maio de 1989, na editoria de Política da *Folha* (p.A-5).

¹⁷¹ “Sarney destaca participação da imprensa” (*O Globo*, 6 de março de 1986).

destacou. Sua estratégia foi concentrar maior tempo nos debates, retomando tradição da imprensa escrita, dinamizando-os com os recursos da televisão.¹⁷²

Para Bahia (1990), o episódio do Cruzado sugere duas lições em um contexto de comportamento cultural da sociedade em relação à notícia: a) a imprensa é mais útil na medida em que consegue responder satisfatoriamente às expectativas de informação da opinião pública, e não só quando julga estar fazendo isso, em uma estrita avaliação de seus editores; b) em um grande acontecimento, como no caso do programa sobre o Cruzado, a vantagem de tempo (diferença de 12 horas) que a TV leva sobre a imprensa só tem utilidade com apoio de iniciativas talentosas e competentes, que ofereçam à audiência algo além da rotina – como os debates com a participação de ministros e economistas.

Na cobertura do primeiro choque da “Nova República”, portanto, a fase de impacto foi dominada pela TV; e a de compreensão, interpretação e vulgarização dos fatos pela imprensa. E foi uma época de crescimento da imprensa de economia e também aprendizado para os jornalistas da época, conforme destaca Carlos Sardenberg:

O jornalismo econômico cresceu porque atendia uma demanda bastante considerável: o crescimento econômico e uma mudança nas bases econômicas do país. Da mesma forma, esteve presente durante os momentos de instabilidade. O Brasil mergulhou em uma crise prolongada a partir da década de 1980 – chamada década perdida. E o que aconteceu com o jornalismo econômico? Continuou sendo notícia, embora de um modo inverso. Paramos de falar de crescimento para falar de estagnação, recessão e de um personagem novo, a inflação. Aquela conhecida, desde 1964, era brincadeira, ridícula, de 100% ao ano. Nesse novo período, este chegou a ser quase o índice mensal – 80% no último mês do governo Sarney. Depois, 45% ao mês era o normal. A crise econômica, caracterizada por uma inflação ascendente, crônica, também criou uma demanda importante. E o jornalismo econômico soube atendê-la de uma maneira que julgo muito eficiente. Sobretudo se compararmos as páginas econômicas dos jornais brasileiros com as de outros países (grifos nossos).¹⁷³

Sobre o desenvolvimento do jornalismo pela imprensa no episódio do Plano Cruzado, Sardenberg, que na época estava em uma posição que ele considerou privilegiada, pois era assessor do ministro do Planejamento João Sayad, relembra ainda que:

¹⁷² A Rede Globo cedeu terreno à *Manchete* e à *Bandeirantes* na transmissão parcial dos debates entre o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, e parlamentares no plenário da Câmara dos Deputados. Na noite de 6 de março de 1986, a *Globo* reuniu convidados (ministros e outros debatedores) e ofereceu um exemplo da privilegiada capacidade da TV para dar notícias rápidas e impactantes (BAHIA, 1990, p.392).

¹⁷³ Palestra “A transição no jornalismo econômico” proferida em 24 de novembro de 1995 e publicada no site <http://www.bancobrasil.com.br/appbb/portal/bb/si/pbcs/rsm/CarlosAlbertoSad.jsp>. Acesso 1º de maio de 2004.

Na cobertura de planos e pacotes econômicos, o jornalismo deu demonstrações de êxito, apesar de alguns erros e fracassos ao longo do caminho, porque fazê-lo é das coisas mais complicadas e difíceis que existem. Sai tudo em um dia só, e o governo desaba em nossas cabeças uma enorme quantidade de medidas. (...) Para dar uma idéia de como funcionava, nem dentro do próprio governo se entendiam as coisas. Pior, ninguém sabia as respostas que deveriam ser passadas ao público, pois existiam informações contraditórias. Foi a primeira vez que se utilizou a idéia de corrigir salários pela média. Hoje, as pessoas conhecem isso razoavelmente, mas na época a confusão foi monumental. A própria idéia de conversão também foi se alterando na dinâmica do processo. A tal ponto que só na véspera do lançamento do plano a equipe econômica chegou a uma fórmula (*grifos nossos*).¹⁷⁴

Sardenberg destaca, em seu relato, como também o fizeram Beting, Nassif e Miriam Leitão, o papel do repórter de economia como tradutor dos fatos econômicos e sua importância em uma situação de emergência como era o momento de lançamento de um novo plano. Ele fala sobre o desafio e a necessidade do jornalista de compreender as medidas com agilidade:

Era tamanha a mudança que se fazia, que ninguém estava compreendendo direito o que era. Imagine a situação dos repórteres – a maioria foi tomada de surpresa, mas os bons profissionais sabiam que alguma coisa estava em andamento. Como era o primeiro dos planos econômicos, a imprensa ainda não estava treinada para identificar indícios de que haveria um pacote. Hoje, está. Na época, era possível ao governo elaborar em segredo um plano daquelas proporções. Os bons repórteres desconfiavam, porque, entre outras coisas, havia algo parecido em Israel e no México. E quem acompanhava a literatura acadêmica, além de alguns artigos que apareciam nos jornais brasileiros, podia adivinhar que alguma coisa estava no ar (*grifos nossos*).¹⁷⁵

A “era” do Cruzado foi, portanto, um marco da recente história política e econômica do país, não só porque provocou um choque na economia que, inicialmente, deu resultados, mas porque teve também uma conotação sensacional, de extasia até, para a população brasileira, que se engajou em nome da nação na luta contra o inimigo comum – a inflação – e, muitas vezes de forma apaixonada e passional, partiu para o confronto físico em nome do controle de preços.

E qual a participação do jornalismo de economia nesse processo? Por que desenvolveu uma cobertura com essas características nesse momento? A imprensa dessa área construiu um noticiário para explorar a extrema participação popular no andamento do Cruzado. E sua narrativa foi construída de forma sensacional. O que se observa é uma

¹⁷⁴ *Ibidem.*

¹⁷⁵ *Ibidem.*


busca também da editoria de economia, tradicionalmente marcada por uma linguagem mais hermética e sisuda, de popularizar a cobertura dos fatos econômicos e conquistar leitores.

O próximo capítulo aborda o desdobramento do Plano Cruzado nos pacotes Cruzado II, Bresser, Cruzado Novo (ou Verão I) e Plano Verão II e o desenvolvimento da cobertura jornalística diante das sucessivas mudanças na economia.

Quadro 4 – Taxas anuais de inflação 1950-2000

Ano	Inflação (%)
1950	9,2
1960	25,4
1965	58,2
1970	16,4
1975	33,9
1980	110,0
1985	235,0
1986	65,0
1987	416,0
1988	1038,0
1989	1783,0
1990	1477,0
1991	480,0
1992	1158,0
1993	2489,0
1994	929,0
1995	22,0
1996	11,0
1997	4,0
1999	8,9
2000	6,0

Fontes: SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003, 4ª edição, p.325 e 328. BERVILAQUA, Afonso. *Brazil: Recent Economic Developments*. Banco Central: Fevereiro de 2006.

The background of the entire page is a repeating pattern of various Brazilian banknotes, including 10,000, 5,000, 1,000, 500, 100, 50, 20, 10, 5, and 2 real notes, featuring portraits of historical figures and national symbols.

O jornalismo de economia e a reivenção do Brasil no final do século XX

Volume 2

Hérica Lene



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Comunicação
Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ

**O JORNALISMO DE ECONOMIA E A REINVENÇÃO
DO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XX**

Hérica Lene Oliveira Brito

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2009

HÉRICA LENE OLIVEIRA BRITO

**O JORNALISMO DE ECONOMIA E A REINVENÇÃO
DO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XX**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da UFRJ, elaborada sob orientação da professora doutora Ana Paula Goulart Ribeiro.

Linha de pesquisa: Mídia e Mediações Socioculturais.

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2009

Sumário do Volume 2

4 A COBERTURA DE EMERGÊNCIA DEPOIS DO PRIMEIRO “CHOQUE”	203
4.2 As modificações do Plano Cruzado e a cobertura jornalística	205
4.1.1 A crise do Cruzado II	214
4.2 A tentativa de Bresser	218
4.2.1 A política do “feijão-com-arroz” e a Constituição de 1988	225
4.3 O Plano Cruzado Novo (ou Verão I e II)	226
4.3.1 O “ajuste” do Plano Verão	242
5 ‘BRASIL NOVO’ E FOCO EM UM LEITOR CONSUMIDOR-ESPECTADOR-CIDADÃO	250
5.1 Mito político e a cobertura do Plano “Brasil Novo” ou Collor I	257
5.1.1 Dimensões técnicas e políticas	266
5.1.2 Trabalhadores, sindicalistas e consumidores	267
5.1.3 Empresários (indústria e comércio; e bancos)	268
5.2 A linguagem jornalística e a narrativa mitológica	271
5.2.1 A opinião nas páginas dos jornais: apoio e confronto	277
5.3 A transição para o Plano Collor II	287
5.3.1 A derrocada de Collor	294
5.3.2 O foco em um leitor “consumidor-espectador-cidadão”	304
6 NOVOS RUMOS EM TEMPOS DE ESTABILIDADE	314
6.1 As inflações brasileiras e a transição para o real	315
6.2 A construção estratégica da credibilidade do Plano Real	323
6.2.1 A cobertura jornalística: dimensões técnicas e políticas	327
6.2.2 Consumidores no noticiário do Plano Real: mudança de comportamento	342
6.2.3 Empresários (indústria e comércio; e bancos)	347
6.2.4 A opinião dos jornais	349
6.3 Ampliação da pauta em tempos de estabilização?	351
7 ECONOMIA VIRTUAL E RISCO: O JORNALISMO NA ERA DOS MERCADOS	360
7.1 A crise do Plano Real em 1999 e o segundo mandato de FHC	361
7.2 A cobertura da crise	365
7.2.1 Crise e risco no jornalismo de economia	373
7.2.2 A opinião dos jornais sobre a crise, que atinge a mídia	380
7.3 Os economistas como fontes e os jornalistas	385
Conclusão	397
Referências Bibliográficas	405
Anexo 1 – Roteiro de entrevista semi-estruturada	422
Anexo 2 – Síntese dos Padrões Monetários Brasileiros	423

4 A cobertura de emergência depois do primeiro “choque”

Nas primeiras semanas após seu lançamento, o Plano Cruzado despertou enorme entusiasmo da população, com a sensação de que a inflação realmente fora eliminada e de que se iniciava uma nova era de prosperidade, com estabilização de preços. Em alguns meses, no entanto, a anestesia foi perdendo seus efeitos e os problemas se avolumando.

O Plano Cruzado gerou impactos imediatos para a economia do país, como a queda da inflação, o crescimento da demanda e o aumento da produção e do emprego. Ocorreu uma remonetização (política de aumento das emissões monetárias) da economia bastante rápida, influenciada pela chamada “ilusão monetarista” e por taxas de juros reais baixas, que levaram à fuga dos pequenos poupadores da caderneta de poupança (FILGUEIRAS, 2000, p.80).

Com o término do imposto inflacionário e da “ciranda financeira”, nessa época, as camadas da população de mais baixa renda foram diretamente beneficiadas, observando-se uma melhora, momentânea, na distribuição de renda. Isso provocou uma valorização dos ativos reais e a necessidade de os bancos se ajustarem, uma vez que não poderiam mais viver, essencialmente, dos rendimentos das aplicações financeiras alimentadas pela inflação.

Mas inúmeros fatores conspiraram contra o sucesso desse programa de estabilização. Na avaliação de Nassif (2007, p.114-115), as condições da economia na época não recomendavam a adoção do plano. Em planos dessa natureza, com âncora cambial e congelamento de preços, há a necessidade de um comércio exterior atuante, que permita a importação de bens em setores pressionados pela demanda interna. O comércio exterior brasileiro era praticamente inexistente.

Havia a necessidade de uma política cambial flexível, que absorvesse os choques de demanda. A política cambial brasileira era indexada e, depois do Cruzado, foi congelada. Mas todo o congelamento – o câmbio, de preços e de contratos – tinha data certa para terminar: assim que o Cruzado completasse um ano.

Ficou claro que o congelamento não podia abarcar todos os preços da economia: era impossível fazê-lo, por exemplo, em relação aos produtos não padronizáveis, como vestuário e moradia. E os empresários aprenderam rapidamente a “maquiar” seus produtos, escapando do congelamento e do tabelamento (SANDRONI, 2005, p.652).

Outro problema é que alguns preços foram congelados antes de serem alinhados, como aconteceu, por exemplo, com a maioria das tarifas do setor público. Ocorreu a eliminação da correção monetária e, conseqüentemente, a redução das taxas de juros nominais¹⁷⁶, o que estimulou o consumo e inibiu a poupança: a expansão da demanda correspondente conspirou contra o congelamento e criou o caldo de cultura para a ampliação do mercado negro e cobrança de ágio (SANDRONI, 2005, p.652).

Além desses fatores, a taxa cambial permaneceu congelada durante nove meses, enquanto vários preços se elevaram no mercado interno: isso, ao mesmo tempo em que estimulou as importações, desestimulou as exportações, provocando uma erosão nas reservas internacionais do país e inviabilizando os mecanismos de pagamento do serviço da dívida externa (*ibid.*).

Nesse contexto, seriam necessários instrumentos consistentes de política monetária, que permitissem estender o prazo das aplicações e melhorar a eficácia da política de juros. O *open market* no Brasil, contudo, era constituído de títulos públicos de curtíssimo prazo, pelos quais se pagavam taxas astronômicas de juros – plena liquidez com plena rentabilidade. Finalmente, deve-se ressaltar que as empresas não estavam preparadas para operar em regime de estabilidade. Não havia programas de qualidade, gestão moderna, nem parcerias (NASSIF, 2007, p. 114).

Mesmo assim, tocou-se o plano. Fim da inflação, câmbio apreciado, salários aumentando e desestímulo à poupança provocaram uma explosão de vendas e uma pressão incontrolável sobre os preços, não havendo como aliviar do lado das importações, nem do lado dos juros. O plano explodiu antes de completar o primeiro ano (*ibid.*).

Apesar disso, o Cruzado trouxe uma lição a seus formuladores: o enorme poder de que dispunham para, através de regras de conversão de contratos, influir pesadamente nos mercados futuros, que começavam a se ampliar no país com a criação da Bolsa Mercantil e de Futuros (BM&F).

Enquanto se transformava em um fracasso econômico, o Cruzado teve enorme eficácia política. As tensões que envolviam o plano foram represadas até as eleições parlamentares e para governadores de novembro de 1986. No pleito, o presidente José Sarney e o PMDB obtiveram uma vitória espetacular: a representação dessa legenda na Câmara dos Deputados subiu de 201 para 261 (em 487), e seu número de senadores de 23

¹⁷⁶ Juro nominal é o juro correspondente a um empréstimo ou financiamento, incluindo a correção monetária do montante emprestado. Quando a inflação é zero, inexistindo correção monetária, o juro nominal é equivalente ao juro real, que é aquele cobrado ou pago sobre um empréstimo ou financiamento, descontada a inflação do período (SANDRONI, 2005, p.447).

para 45, o que proporcionou uma maioria ainda mais ampla no Senado. O PMDB também venceu as eleições para governador nos estados mais populosos (SKIDMORE, 2003, p. 272).¹⁷⁷

4.1 As modificações do Plano Cruzado e a cobertura jornalística

Depois das eleições, no entanto, o Plano Cruzado sofreu modificações e a inflação voltou com intensidade, agora acompanhada por um claro processo recessivo. Seis dias após o pleito, em 21 de novembro, foi lançado o Plano Cruzado II (Decreto-lei n.º 2.290/86), que descongelou os preços de produtos e serviços, liberou os preços dos aluguéis para serem negociados entre proprietários e inquilinos e alterou o cálculo da inflação, que passou a ser medida com base nos gastos das famílias com renda de até cinco salários mínimos.

Como o jornalismo de economia se desenvolveu após o primeiro choque heterodoxo da chamada Nova República? Como os jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo* cobriram a transição do Cruzado I para o Cruzado II? No mês de novembro, nos dias que antecederam o anúncio das modificações no programa de estabilização econômica, a pauta predominante era a da insegurança com relação ao futuro do Cruzado. Os segmentos técnicos – economistas, industriais, representantes de associações ou entidades relacionadas com setores da economia – ocupavam o noticiário em matérias que davam dicas ou que reclamavam da condução das medidas pelo governo. A cobertura não era mais de entusiasmo absoluto, como havia sido no lançamento do Cruzado em fevereiro de 1986.

Por que o entusiasmo tinha diminuído por parte da imprensa? Os jornais não poderiam mais sustentar o clima de otimismo dos primeiros dias do Plano Cruzado, porque os problemas já vinham ficando cada vez mais visíveis para o mercado e para os consumidores. E era preciso mostrar essas tensões em suas páginas até para o noticiário econômico continuar atraindo leitores. Afinal, a inflação permanecia uma ameaça iminente.

¹⁷⁷ Na campanha geral de 1986, o Brasil foi tomado pelo surto do marketing político. As candidaturas, em todos os Estados, ampararam-se em esquemas de marketing. Pela primeira vez no país, estruturas e profissionais, deslocando-se dos grandes centros do Sudeste, partiram para os estados do Norte. O PMDB, alavancado pela estratégia de Sarney de “capturar o boi no pasto” e, assim, segurar o preço da carne, conseguiu eleger todos os governadores, com exceção de Sergipe. Fez 261 cadeiras na Câmara contra 116 do PFL (TORQUATO, 2004, p.18-19).

A cobertura já associava o fato de as eleições ocultarem a real situação do plano. No dia 7 de novembro de 1986, essa associação foi feita claramente em uma sub-retranca da *Folha*, assinada pelo jornalista Gilberto Dimenstein, com o título “Cruzado tem seus piores resultados”. A matéria acompanhava a retranca principal da página (*Ver ilustração 31*).

No dia seguinte, 8 de novembro de 1986, Sarney deu entrevista para garantir que a eleição não influenciaria nas decisões do governo, e suas declarações ocuparam a editoria de política. O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, por sua vez, voltou ao noticiário para consertar o que havia falado no dia anterior e tentar amenizar o impacto das declarações que havia feito afirmando que a inflação seria superior a 2%.

Não havia mais tanta unidade no discurso das fontes do governo, como no período de lançamento do Plano Cruzado. Havia certo “disse me disse” por parte das fontes principais, o que demonstra que não existia um consenso sobre que rumos tomar com relação ao andamento das medidas econômicas.

Dias depois, na quarta-feira, 12, Sarney fez um pronunciamento à nação para ressaltar a importância das eleições que seriam realizadas no sábado, 15, porque o resultado, segundo ele, iria definir os rumos da economia do país (*Ver ilustração 32*). Após o pleito, com a iminente vitória do PMDB, a *Folha* do dia 17 trouxe uma matéria com o título: “Sarney atribui vitória nas eleições a Cruzado”. A economia influenciou os rumos da política naquele momento, e o presidente fez questão de fazer essa associação, em suas declarações, como estratégia, inclusive, de fortalecimento político.

O suspense sobre as medidas econômicas que seriam baixadas para reajustar o Plano Cruzado foi a tônica do noticiário nos dias anteriores ao anúncio oficial das modificações. E, nessa nova fase de turbulências, as notícias de economia tinham espaço garantido nas capas dos jornais.

No dia 21 de novembro de 1986, os periódicos trouxeram como manchete o início do pacote de ajuste do Plano Cruzado, que começou com o aumento de 60% da gasolina e do álcool carburante. No sábado, 22, a *Folha* trouxe nova manchete para detalhar as medidas que haviam sido anunciadas no dia anterior em rede de rádio e televisão (*Ver ilustração 33*).

FOLHA DE S. PAULO

Economia

Sexta-feira, 7 de novembro de 1986 — 33

Funaro diz que inflação será superior a 2%

De Sucursal de Brasília

O ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, 53, atribuiu novamente ontem aos preços dos carros usados e das roupas a responsabilidade pela maior inflação mensal depois do Plano Cruzado. Segundo ele, a taxa será superior a 2% em outubro. O ministro apontou os boatos sobre uma possível maxidesvalorização do cruzado como a razão do mau desempenho da balança comercial em outubro, cujo saldo poderá ser um dos menores do ano. Ele falou à imprensa na portaria do Ministério da Fazenda, ao retornar de um despacho com o presidente Sarney.

Funaro disse que a balança comercial (diferença entre as exportações e importações) deverá recuperar-se em novembro, atingindo níveis próximos a US\$ 1 bilhão, depois das últimas medidas do Conselho Monetário Nacional (CMN). Quanto à inflação de mais de 2% em outubro, o ministro minimizou seu reflexo sobre a classe assalariada. Segundo ele, o custo da cesta básica de alimentos ficou estável, "enquanto o salário real aumentou quatro vezes mais este ano".

O ministro atribuiu a alta de juros ao resultado da inflação de outubro, mas manifestou a certeza de que as taxas tendem a baixar. "Todos acham que as taxas estão extremamente altas. Isso é sinal que elas começam a baixar", disse. Ele reconheceu que, num primeiro momento, quando o Banco Central começou a promover a alta das taxas, em setembro, o objetivo era desaquecer o consumo.

Em relação ao desempenho da balança comercial de outubro, o ministro não confirmou as informações de que o saldo teria baixado a US\$ 400 milhões. "Meus números são outros", disse, mas afirmou que o desempenho foi inferior ao de setembro, quando o saldo comercial com o exterior atingiu US\$ 640 milhões. Segundo ele, o baixo desempenho decorreu dos boatos surgidos, em meados de outubro, sobre uma maxidesvalorização do cruzado em relação ao dólar. Esses boatos teriam provocado uma paralisação das exportações na última semana do mês.

Funaro reconheceu também que a balança comercial do ano fechará com um saldo abaixo dos US\$ 12 bilhões inicialmente previstos, mas não manifestou grande preocupação a respeito. "O desenvolvimento nacional, com o aumento da procura de produtos no mercado interno, provocou isso. Mas temos que ver o outro lado, uma vez que os juros internacionais baixaram".

O ministro negou que o mau desempenho da balança comercial tenha provocado a suspensão das emissões de guias de importação pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cocex). Essa medida não entrou nas negociações com base na média mensal de janeiro/agosto. Em setembro o outubro as emissões aumentaram, de acordo com Funaro, em razão das compras de alimentos básicos.

Tudor Nogueira



Dilsen Funaro, ministro da Fazenda

Cruzado tem seus piores resultados

De Sucursal de Brasília

O governo anunciou ontem os piores números do Plano Cruzado desde 28 de fevereiro, quando foi criado. Não foram as eleições, certamente já estariam divulgadas mudanças no rumo da economia: o mês de outubro registrou a inflação mais alta, superior a 2%, e o saldo de balança comercial mais baixo.

Por trás destes números, esboça-se a área de estrangulamento do Plano Cruzado. Com uma inflação de 2% no mês de outubro tornando-se, por exemplo, praticamente inevitável o congelamento do salário mínimo, e congelamento dos preços sofre mais um abalo com o aumento da expectativa inflacionária — o que significa estocagem e especulação com produtos.

Com a redução no saldo comercial, a balança de pagamentos sofre também um abalo; os boatos no mercado financeiro produzem recuo no exportador, que segura seu produto à espera de uma maxidesvalorização; aceita o impeto importador. E o dólar no paralelo, claro, sobe.

O principal efeito não é propriamente econômico, mas político-psicológico. Ou seja, o sucesso da política econômica depende da credibilidade, de confiança dos investidores. Em meio à onda de boatos, a posição esboçada por empresários é o retraimento. E se a produção não aumenta, permanece a inflação de demanda, afetando a balança comercial. (Gilberto Dimenstein)

Agora Funaro afirma que a inflação pode não ir a 2%

Da Sucursal de Brasília

A taxa de inflação do mês de outubro poderá ficar abaixo de 2%. Foi o que informou ontem o ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, contrariando as previsões feitas por ele próprio, no dia anterior, quando as suas estimativas apontavam para uma taxa superior a 2%, a maior depois de 28 de fevereiro, quando foi anunciado o fim da correção monetária.

Funaro disse que, até ontem, o IBGE havia processado 70% do Índice de Preço ao Consumidor, o que resultava numa taxa de inflação igual a 1,9% para outubro. Segundo ele, estes dados lhe foram passados, por telefone, pelo presidente do IBGE, Edmar Bacha, com a ressalva de que ainda faltavam os números de oito Estados.

No caso específico da cesta básica de alimentos, o ministro disse que a inflação não deverá superar 1,2%, o que significaria que a maioria da população, que ganha até cinco salários mínimos, não foi muito prejudicada com as variações de preços. Funaro descartou a possibilidade de haver descongelamento e justificou as altas, como no preço do tomate, com o argumento de que "é natural que alguns produtos subam em períodos de entressafra".

O ministro disse que o governo esperava que houvesse um aumento de demanda, principalmente no que se refere à alimentação, em função dos aumentos reais de salários. Ele afirmou que "nos grandes centros", os salários apresentaram um índice real de crescimento de 34%.

Ilustração 31 – A imprensa cobriu as tensões do Cruzado; Dilsen Funaro deu entrevista no dia 7 de novembro de 1986 e, no dia seguinte, voltou atrás em suas declarações

Como no mês de lançamento do Cruzado I, em fevereiro do mesmo ano, os jornais criaram um selo para o Cruzado II para reafirmar que se tratava de uma nova edição do programa de estabilização iniciado nove meses antes. A *Folha* utilizou “O ajuste do Cruzado” e *O Globo*, “Reforma do Cruzado”. O diário paulista abordou as mudanças na editoria de economia e criou uma subeditoria, chamada *Política Econômica*, na qual repercutia os fatos com fontes do campo político.

Sobre a linguagem utilizada nas notícias a respeito do pacote, prevaleceu, no jornalismo de economia, a tentativa de ser didático/pedagógico. Por que esse comportamento da parte do noticiário econômico? Observa-se, como citamos no capítulo anterior, a adoção de um padrão de jornalismo de serviço.

O que o avanço na análise dos planos indica com relação a essa característica de comportamento da cobertura jornalística? Nesse momento de intensa turbulência da economia brasileira, após a “ilusão” dos primeiros meses do Cruzado – criada com ênfase pelo governo e capitaneada pela cobertura dos jornais – de que ele teria êxito, os jornais continuaram a buscar uma posição de decifradores do mundo da economia para tentar traduzir esses fatos para o público.

O jornalismo e os jornalistas de economia tomaram para si esse papel de decifradores do campo econômico com o objetivo de reafirmar sua importância, e isso implicava também a tentativa de incluir o leitor nessa cobertura – e torná-lo capaz de compreender as notícias.

Nesse processo de tentativa de tradução dos fatos, observa-se que essa editoria procurou diminuir o caráter hermético do campo da economia. Na *Folha*, por exemplo, a abordagem sobre as mudanças no Cruzado foi feita com a divisão dos assuntos em matérias pequenas. Tentava-se explicar o impacto das diferentes medidas ou nos diversos produtos em sub-retrancas, acompanhadas de ilustrações ou tabelas. Em *O Globo*, para discutir as medidas, optou-se frequentemente pela publicação de matérias formadas por um texto de abertura, seguido de tópicos numerados com explicações detalhadas sobre as mudanças.

Observa-se, nessa cobertura, a ênfase, por parte dos jornais, na publicação praticamente diária de gráficos para ilustrar aumentos do custo de vida e da inflação. Mas essa ênfase em ilustrar os números não era apenas um recurso para ilustrar de forma didática a notícia de economia. Servia também para demonstrar a ascensão da tão temida inflação para o leitor. Era uma forma de retratar o clima de insegurança com relação aos resultados do Plano Cruzado (*Ver ilustrações 34*).

ENCADERNAÇÃO

FOLHA DE S. PAULO

★

SEGUNDO CÍCLIO

Director de Redacção: Otávio Frias Filho

São Paulo, sábado, 22 de novembro de 1986

Um jornal a serviço do Brasil

Ano 66

N.º 21.052

Al. Barão de Limeira, 425

Cz\$ 3,00

Começa contenção do consumo



Dilson Funaro explica as novas medidas de ajuste do Plano Cruzado, no Ministério da Fazenda, em Brasília.

- ★ Sobem preços de automóveis (80%), cigarros (45% a 120%), bebidas (100%), açúcar (25%), tarifas de energia elétrica residencial (35% em média), telefone (35%), correios (80%)
- ★ A taxa de câmbio passa a ser divulgada diariamente; ontem, o cruzado já sofreu nova minidesvalorização de 0,26%, ficando o dólar cotado a Cz\$ 14,126 no câmbio oficial
- ★ Extinta a OTN (Obrigação do Tesouro Nacional) e com ela a correção monetária; contratos e cadernetas de poupança passam a ser corrigidos de acordo com a variação dos juros das Letras do Banco Central (LBC)
- ★ Os salários serão corrigidos toda vez que a inflação atingir 20%; antecipações salariais serão descontadas
- ★ A inflação oficial passa a ser medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC restrito); refletirá a variação de preços da cesta básica de produtos essenciais ao trabalhador com renda de até cinco salários mínimos

O governo anunciou ontem, às 16h, um rede de rádio e televisão, as medidas de ajuste do Plano Cruzado, visando inibir o consumo da população de renda mais alta, conter os gastos públicos e estimular as exportações e a poupança. Entre elas, estão os reajustes de preços dos cigarros (de 45% a 120%), automóveis (80%), bebidas (100%), açúcar (25%), tarifas de energia elétrica residencial (35% em média), telefone (35%) e correios (80%), além dos 60% já em vigor para a gasolina e o álcool carburante. Os aumentos começaram a vigorar a partir da publicação das medidas no "Diário Oficial", o que deve ocorrer na segunda-feira. O congelamento continua para os demais produtos. Conforme a Folha antecipou em sua edição de ontem, grande parte dos aumentos de preços irá para o governo, com a elevação das alíquotas do IPT (Imposto sobre Produtos Industrializados). O reajuste automático dos salários, quando a inflação chegar a 20% (o "gatilho"), foi regulamentado: as antecipações salariais serão descontadas. A correção monetária, baseada em índices de preços, foi extinta junto com as Obrigações do Tesouro Nacional (OTN). Os reajustes de contratos e da caderneta de poupança serão agora baseados na variação dos juros das Letras do Banco Central (LBC), ficando a correção monetária limitada ao reajuste de salários e à utilização do "gatilho". O índice oficial da inflação refletirá a variação dos preços de produtos considerados essenciais à subsistência do trabalhador com renda de até cinco salários mínimos (uma cesta básica que o governo se compromete a manter com preços congelados). A taxa de câmbio passará a ser fornecida diariamente pelo Banco Central, e será flutuante. Ontem, o cruzado já sofreu uma minidesvalorização de 0,26%, elevando a cotação do dólar no câmbio oficial para Cz\$ 14,126. A flutuação da taxa de câmbio visa manter a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional e pôr um fim nos boatos de maxidesvalorização, que, segundo Funaro, paralisaram o fluxo de exportações no final do mês passado. Com isso, o superávit da balança comercial em outubro, divulgado ontem, caiu para US\$ 210 milhões, bem abaixo da estimativa já pessimista de US\$ 600 milhões. Ao mesmo tempo em que procurou garantir um aumento de receita com a elevação do IPT (estima-se uma arrecadação suplementar de Cz\$ 170 bilhões), o governo resolveu adotar medidas de contenção de seus próprios gastos, através da segunda fase da reforma administrativa. Extinguiu órgãos e empresas (BNH, Coalibra), promoveu a fusão de estatais, estendeu a proibição de contratações de pessoal até o final de 1987 e determinou também o fechamento de delegacias e escritórios de ministérios. PAGs. A-23 a A-27 e A-31

Letra de apoio do jornal no editorial "Operação estabilizador", na pág. A-7

Ilustração 33 - Jornais privilegiaram detalhamento para tentar explicar medidas

FOLHA DE S. PAULO

Economia

Sexta-feira, 14 de novembro de 1986 — A - 55

Inflação atinge 1,9%, a maior do Cruzado

Funaro confirma medidas, mas nega compulsório sobre o 13º

Do Suroeste de Brasília

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, afirmou ontem que o governo promoverá ajustes no Plano Cruzado até o final deste mês e que ele entregará as propostas de correção ao presidente José Sarney na próxima semana. O ministro foi enfático ao dizer que as mudanças preservarão o princípio de crescimento da economia e o compromisso do governo com os que recebem salários mais baixos.

Funaro negou qualquer propósito governamental de introduzir uma poupança compulsória sobre o 13º salário e de mexer no "gatilho" do reajuste automático de salários previsto no decreto 2.284 que criou o Programa de Estabilização Econômica. Também negou qualquer propósito de liberar todos os preços. Segundo ele, serão feitos alguns ajustes de preços. Perguntado se as tarifas públicas serão reajustadas, ele respondeu: "Semana que vem falamos sobre isto".

"Mentira e sabotagem"

As negativas às informações que

Do Suroeste do Rio

A inflação de outubro foi de 1,90%, segundo afirmou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trata-se do maior índice mensal de inflação desde o início do Plano Cruzado. Em nove meses de reforma monetária, a inflação acumulada atingiu 10,25% e a tendência, revelada pelo comportamento mensal do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), é de crescimento inflacionário. De agosto a outubro, a inflação foi de 3,40%, palmar que servirá de base para o reajuste das cadernetas de poupança em novembro.

Segundo o IBGE, o item vestuário foi o maior responsável pelo aumento da inflação em outubro, tendo registrado uma variação de preços de 5,54%. A valorização dos automóveis usados, como já vinha ocorrendo nos meses anteriores, também pesou no IPC de outubro, ao contribuir para a elevação de 3,47% do item transporte e comunicação. Os demais itens tiveram oscilação menor: 2,4% para artigos de residência, 1,8% para as despesas pessoais, 0,60% para habitação, 0,60% para saúde e cuidados pessoais. O custo da alimentação subiu apenas 0,57% em outubro.

O custo de vida subiu menos para as famílias de baixa renda. O INPC, que reflete a cesta de consumo das famílias com renda mensal de um a cinco salários mínimos, ficou em 1,43% em outubro, enquanto o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado), que espelha o custo de vida dos que ganham de um a trinta salários mínimos, subiu 1,9%.

Do Suroeste de Brasília

O ministro Dilson Funaro é recebido em audiência pelo presidente Sarney.

homôgeneo. "Tem gente de todas as tendências", afirmou.

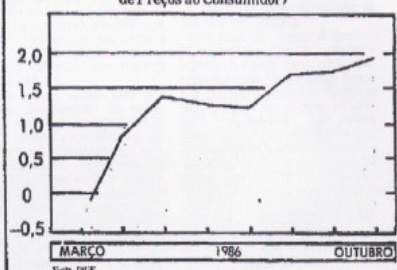
O porta-voz atribuiu às informações que vêm sendo divulgadas nos últimos dias em todos os jornais à "vaideade acadêmica de alguns técnicos de segundo escalão". E comentou: "Um quer derrubar o outro. Esses caras estudam de tudo, desde o casimbo de barro enfiado até...

tidio de repórteres, fotógrafos e cinegrafistas, o ministro procurou tranquilizar. Disse que "cada um tem um Plano Cruzado neste momento", e que alguns desses planos têm até semelhanças com estudos que vêm sendo feitos no governo, enquanto outros não apresentam quaisquer semelhanças.

Depois, ele se queixou de que as

O RECORDE NO PLANO CRUZADO

(Inflação — % mensal do Índice de Preços ao Consumidor)



Mês	Inflação (%)
MARÇO	1,90
ABRIL	1,50
MAIO	1,20
JUNHO	1,10
JULHO	1,00
AGOSTO	0,90
SEPTEMBRO	0,80
OCTUBRO	1,90

Fonte: IBGE

Felizes estatísticas do IBGE. Belém foi a capital que registrou o INPC mais elevado — 2,49% —, enquanto Fortaleza foi a capital com menor elevação do custo de vida para as famílias de baixa renda (0,98%). Em São Paulo, o INPC subiu 1,73% e, no Rio de Janeiro, 1,65%. Na composição do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), o encarecimento das roupas femininas teve forte influência (7,76%). o mesmo ocorrendo com carros usados (5,4%).

O item vestuário não pesou só no bolso das famílias de baixa renda: também porta os que ganham até trinta salários mínimos mensais, ele aparece como o de maior peso na composição do IPCA. Para a classe média, o custo de vida foi maior em Curitiba (2,86%), e menor em Fortaleza (1,43%). Em São Paulo, o IPCA subiu 2,23% e, no Rio de Janeiro, 1,46%.

A linha laranja do gráfico das despesas pessoais está na pág. 55

Ilustração 34 – Tornou-se freqüente o uso de gráficos na editoria de economia para mostrar o avanço da inflação, como se pode verificar no dia 14 de novembro de 1986, antes do Cruzado II

Apesar da fragmentação da abordagem e também do uso de recursos como tabelas e ilustrações, as páginas dos jornais, do ponto de vista gráfico, ainda mantinham um aspecto sisudo, pois continham mais textos que imagens (*Ver ilustração 35*).

No que diz respeito ao jornalismo opinativo, os jornais se posicionaram de forma crítica durante o período de lançamento do plano, insistindo enfaticamente, nos editoriais, que era preciso o governo tomar medidas as quais ajudassem a salvar o Cruzado. Criticaram a “retórica triunfalista” do governo, no período pós Cruzado, e cobraram do presidente novos rumos para o país. Também pediram maior transparência na explicação das medidas.

Nas seções destinadas à publicação das cartas do leitor, podemos verificar traços das reações dos leitores com relação às medidas econômicas implementadas pelo governo. Percorremos esses comentários fazendo um paralelo com as notas marginais dos livros sobre as quais fala Chartier (2005, p.88): as marginálias são as anotações que os leitores escrevem nos espaços brancos dos livros que leram e elas representam um dos caminhos que permitem o encontro com eles.

As cartas dos leitores são uma espécie de “marginálias das notícias”, mas com a diferença de que, no caso dos espaços destinados à publicação desse tipo de texto, nos jornais, esses comentários são escritos com a intenção de se tornarem públicos, de ganharem a atenção de outros leitores, e não apenas como reações pessoais que ficariam encerradas nas bordas das páginas. Além disso, as cartas publicadas passam pelo filtro do próprio periódico, que escolhe – segundo seus critérios próprios – entre todas as recebidas quais devem ser publicadas; das cartas selecionadas são escolhidos trechos. Os trechos são arrumados (ordenados, hierarquizados, enquadrados) segundo a lógica do periódico. As cartas, apesar de serem do leitor, constroem, portanto, uma narrativa que é do jornal.

Os comentários dos leitores sobre o Plano Cruzado, publicados no período, tinham três teores principais: criticavam, veementemente, as medidas do governo e o fato de ele continuar sacrificando a população; demonstravam preocupação com os rumos da economia; e mencionavam o apoio ao plano ou a expectativa de que ele tivesse sucesso.

REFORMA DO CRUZADO

Sarney veta poupança compulsória sobre salários

BRASILIA — O Presidente José Sarney já descartou três propostas que integravam o elenco de medidas de ajuste do Plano Cruzado, elaborado pela área econômica do Governo: a criação de uma poupança compulsória que incidiria sobre os rendimentos de quem ganha acima de 15 salários-mínimos, a eliminação completa do subsídio ao trigo e do "gatilho salarial" (na escala mínima).

A decisão, segundo fontes do Palácio de Planalto, foi tomada a partir de uma avaliação política do Presidente, que não deseja que as classes de menor poder aquisitivo da sociedade, beneficiadas pelo Plano Cruzado, sejam agora penalizadas.

O "gatilho salarial" permanecerá, mas com modificações. Até ontem Sarney ainda não tinha se decidido sobre a questão, mas a proposta considerada como a mais provável é a manutenção do "gatilho" para quem ganha até 15 salários mínimos (C\$ 12.000,00). Os trabalhadores que ganham acima desse limite terão direito a uma recomposição automática e o valor restante diretamente com os patrões. Esse esquema de "casaca" foi proposto pelo Ministro de Trabalho, Almir Pazianotto, que recebeu indicações do próprio Presidente, com quem despachou à tarde, de que essa é a fórmula mais provável, informaram as fontes do Planalto.

Com o "pacote" de ajuste do Plano Cruzado, o Governo espera arrecadar cerca de C\$ 130 bilhões, informaram fontes governamentais que participam da elaboração das medidas. Esses recursos serão obtidos através do realinhamento das tar-

ifas da setor público (energia elétrica, combustíveis, correios e telégrafos) e pela elevação do imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) cobrados nos automóveis, cigarros e bebidas. O realinhamento de preços da iniciativa privada e do setor público implicará impacto inflacionário estimado em 15 por cento, revelaram as fontes.

A redação original do "pacote", que era bem mais radical, foi anulada pelas considerações de natureza política e social levadas ao Presidente da República pelas lideranças do PMDB.

O texto inicial propunha a eliminação completa dos subsídios ao trigo e ao açúcar e álcool, a revisão total dos incentivos fiscais, e a eliminação do "gatilho" salarial, com o Governo garantindo a recomposição automática apenas para quem ga-

zha até cinco salários-mínimos (C\$ 4.000,00). Acima desse limite, seria instituída a livre negociação entre patrões e trabalhadores. A proposta previa também a criação de uma poupança compulsória.

Esse "pacote" deveria ter sido anunciado na última terça-feira, um dia depois de uma reunião do Presidente da República com os Ministros da área econômica, que terminou sendo cancelada. Depois de ouvir as considerações de natureza política, Sarney descartou a eliminação do subsídio ao trigo, por considerar que a medida iria penalizar significativamente todos os trabalhadores que ganham salário-mínimo. Esse segmento da população já recebe até mesmo seu padrão alimentar, e os ajustes propostos poderiam impor um retrocesso nessas conquistas. Na avaliação de Sarney, a instituição de uma poupança compulsória sobre as faixas de maior poder aquisitivo causaria um grande desgaste político para o Governo e para as paridades que o sustentam, sem que a medida tivesse uma repercussão significativa em termos de arrecadação. O Presidente considerou preferível a criação de estímulos à poupança voluntária. Os assessores governamentais que participam da elaboração das medidas afirmam que elas deverão ser anunciadas até amanhã. Explicam que o mercado financeiro está paralisado, e a copera dessas medidas, e que existe uma grande expectativa no mercado do câmbio, em função de informações descontrariadas que estão sendo veiculadas pela imprensa. Além disso, argumentam, o anúncio do "pacote" na sexta-feira daria a sociedade todo o final de semana para digerir as medidas.

2. REALINHAMENTO DAS TARIFAS PÚBLICAS — Aumento médio de 40 por cento para as tarifas de energia elétrica residencial e comercial. O aumento da tarifa comercial será menor que o da residencial. Aumento não inferior a 50 por cento para as tarifas postais. Aumento de 30 por cento para as tarifas de água e eletricidade para indústrias e comércio. Aumento de 10 a 20 por cento para as tarifas de gás.

3. PREÇOS DA INICIATIVA PRIVADA — Serão reajustados alguns preços da área privada que estão deflacionados. Os produtos são: açúcar, café, leite, óleo, arroz, feijão, milho, mandioca, batatas e legumes. O Governo está dividido sobre o aumento para o açúcar e o leite. O preço do leite terá o seu reajuste em janeiro, porque há recursos suficientes para balizar o subsídio do produto até dezembro.

4. PREÇOS DA INICIATIVA PRIVADA — Serão reajustados alguns preços da área privada que estão deflacionados. Os produtos são: açúcar, café, leite, óleo, arroz, feijão, milho, mandioca, batatas e legumes. O Governo está dividido sobre o aumento para o açúcar e o leite. O preço do leite terá o seu reajuste em janeiro, porque há recursos suficientes para balizar o subsídio do produto até dezembro.

5. PREÇOS DA INICIATIVA PRIVADA — Serão reajustados alguns preços da área privada que estão deflacionados. Os produtos são: açúcar, café, leite, óleo, arroz, feijão, milho, mandioca, batatas e legumes. O Governo está dividido sobre o aumento para o açúcar e o leite. O preço do leite terá o seu reajuste em janeiro, porque há recursos suficientes para balizar o subsídio do produto até dezembro.

6. PREÇOS DA INICIATIVA PRIVADA — Serão reajustados alguns preços da área privada que estão deflacionados. Os produtos são: açúcar, café, leite, óleo, arroz, feijão, milho, mandioca, batatas e legumes. O Governo está dividido sobre o aumento para o açúcar e o leite. O preço do leite terá o seu reajuste em janeiro, porque há recursos suficientes para balizar o subsídio do produto até dezembro.

7. CADERNETAS DE POUPANÇA — A LBN 101, que estabelece o controle de preços, será substituída por uma nova legislação, que permitirá a livre negociação de preços de uma cesta básica de produtos de consumo. A medida será aplicada imediatamente.

8. FUNCAONALISMO — Antecipação da instituição de uma nova escala, na Secretaria de Fazenda, para o pagamento de funcionários, e o cadastro do funcionário público, que vai permitir que os salários sejam pagos, mesmo quando o funcionário estiver em licença ou afastado.

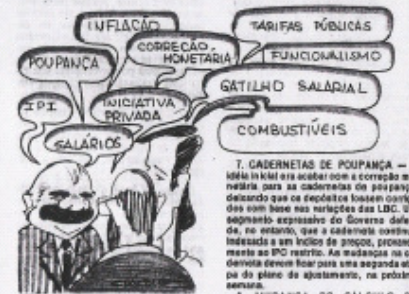
9. SALÁRIOS — A decisão de manter o "gatilho" salarial de 70 por cento para quem ganha até 15 salários-mínimos, com uma interrupção sobre o que faz com a complexidade dos salários por ocasião das mudanças das diversas categorias. A decisão inicial do Governo era instituir a livre negociação salarial, permitindo a recomposição automática dos salários apenas para quem ganha até cinco salários mínimos (C\$ 4.000,00).

SALÁRIOS, POUPANÇA, TARIFAS, COMBUSTÍVEIS, INDICES

Em 10 pontos, o que deve mudar na economia

As principais medidas em estudo são:

1. GATILHO SALARIAL — Quem ganha até 15 salários-mínimos (C\$ 12.000,00) terá direito a uma recomposição salarial automática quando a inflação atingir 30 por cento, com uma parte do aumento de cada categoria. O trabalhador que ganhar acima desse limite, terá direito a recomposição automática sobre o equivalente a 15 salários, podendo negociar o valor restante diretamente com o empregador. Por exemplo: uma pessoa que ganha C\$ 20 mil, terá direito a uma recomposição automática sobre C\$ 12.000,00 e negociará diretamente um restante sobre os C\$ 8.000,00 restantes. Esta fórmula, de autoria do Ministro Almir Pazianotto, impediu o movimento de "casaca", ainda não foi aprovada pelo Presidente, mas assessores do Palácio de Planalto garantem ser ela a mais provável.
2. REALINHAMENTO DAS TARIFAS PÚBLICAS — Aumento médio de 40 por cento para as tarifas de energia elétrica residencial e comercial. O aumento da tarifa comercial será menor que o da residencial. Aumento não inferior a 50 por cento para as tarifas postais. Aumento de 30 por cento para as tarifas de água e eletricidade para indústrias e comércio. Aumento de 10 a 20 por cento para as tarifas de gás.
3. PREÇOS DA INICIATIVA PRIVADA — Serão reajustados alguns preços da área privada que estão deflacionados. Os produtos são: açúcar, café, leite, óleo, arroz, feijão, milho, mandioca, batatas e legumes. O Governo está dividido sobre o aumento para o açúcar e o leite. O preço do leite terá o seu reajuste em janeiro, porque há recursos suficientes para balizar o subsídio do produto até dezembro.
4. PREÇOS DA INICIATIVA PRIVADA — Serão reajustados alguns preços da área privada que estão deflacionados. Os produtos são: açúcar, café, leite, óleo, arroz, feijão, milho, mandioca, batatas e legumes. O Governo está dividido sobre o aumento para o açúcar e o leite. O preço do leite terá o seu reajuste em janeiro, porque há recursos suficientes para balizar o subsídio do produto até dezembro.
5. PREÇOS DA INICIATIVA PRIVADA — Serão reajustados alguns preços da área privada que estão deflacionados. Os produtos são: açúcar, café, leite, óleo, arroz, feijão, milho, mandioca, batatas e legumes. O Governo está dividido sobre o aumento para o açúcar e o leite. O preço do leite terá o seu reajuste em janeiro, porque há recursos suficientes para balizar o subsídio do produto até dezembro.
6. PREÇOS DA INICIATIVA PRIVADA — Serão reajustados alguns preços da área privada que estão deflacionados. Os produtos são: açúcar, café, leite, óleo, arroz, feijão, milho, mandioca, batatas e legumes. O Governo está dividido sobre o aumento para o açúcar e o leite. O preço do leite terá o seu reajuste em janeiro, porque há recursos suficientes para balizar o subsídio do produto até dezembro.
7. CADERNETAS DE POUPANÇA — A LBN 101, que estabelece o controle de preços, será substituída por uma nova legislação, que permitirá a livre negociação de preços de uma cesta básica de produtos de consumo. A medida será aplicada imediatamente.
8. FUNCAONALISMO — Antecipação da instituição de uma nova escala, na Secretaria de Fazenda, para o pagamento de funcionários, e o cadastro do funcionário público, que vai permitir que os salários sejam pagos, mesmo quando o funcionário estiver em licença ou afastado.
9. SALÁRIOS — A decisão de manter o "gatilho" salarial de 70 por cento para quem ganha até 15 salários-mínimos, com uma interrupção sobre o que faz com a complexidade dos salários por ocasião das mudanças das diversas categorias. A decisão inicial do Governo era instituir a livre negociação salarial, permitindo a recomposição automática dos salários apenas para quem ganha até cinco salários mínimos (C\$ 4.000,00).



exemplo: será concedido um reajuste para os preços dos automóveis, com base nas reajustes sobre os combustíveis e os materiais para os autopartes e os demais produtos que entram na fabricação do veículo. Com isso, haverá garantia a recomposição dos preços de uma cesta básica de produtos de consumo. A medida será aplicada imediatamente.

8. FUNCAONALISMO — Antecipação da instituição de uma nova escala, na Secretaria de Fazenda, para o pagamento de funcionários, e o cadastro do funcionário público, que vai permitir que os salários sejam pagos, mesmo quando o funcionário estiver em licença ou afastado.

9. SALÁRIOS — A decisão de manter o "gatilho" salarial de 70 por cento para quem ganha até 15 salários-mínimos, com uma interrupção sobre o que faz com a complexidade dos salários por ocasião das mudanças das diversas categorias. A decisão inicial do Governo era instituir a livre negociação salarial, permitindo a recomposição automática dos salários apenas para quem ganha até cinco salários mínimos (C\$ 4.000,00).

10. SALÁRIOS — A decisão de manter o "gatilho" salarial de 70 por cento para quem ganha até 15 salários-mínimos, com uma interrupção sobre o que faz com a complexidade dos salários por ocasião das mudanças das diversas categorias. A decisão inicial do Governo era instituir a livre negociação salarial, permitindo a recomposição automática dos salários apenas para quem ganha até cinco salários mínimos (C\$ 4.000,00).

11. SALÁRIOS — A decisão de manter o "gatilho" salarial de 70 por cento para quem ganha até 15 salários-mínimos, com uma interrupção sobre o que faz com a complexidade dos salários por ocasião das mudanças das diversas categorias. A decisão inicial do Governo era instituir a livre negociação salarial, permitindo a recomposição automática dos salários apenas para quem ganha até cinco salários mínimos (C\$ 4.000,00).

12. SALÁRIOS — A decisão de manter o "gatilho" salarial de 70 por cento para quem ganha até 15 salários-mínimos, com uma interrupção sobre o que faz com a complexidade dos salários por ocasião das mudanças das diversas categorias. A decisão inicial do Governo era instituir a livre negociação salarial, permitindo a recomposição automática dos salários apenas para quem ganha até cinco salários mínimos (C\$ 4.000,00).

13. SALÁRIOS — A decisão de manter o "gatilho" salarial de 70 por cento para quem ganha até 15 salários-mínimos, com uma interrupção sobre o que faz com a complexidade dos salários por ocasião das mudanças das diversas categorias. A decisão inicial do Governo era instituir a livre negociação salarial, permitindo a recomposição automática dos salários apenas para quem ganha até cinco salários mínimos (C\$ 4.000,00).

14. SALÁRIOS — A decisão de manter o "gatilho" salarial de 70 por cento para quem ganha até 15 salários-mínimos, com uma interrupção sobre o que faz com a complexidade dos salários por ocasião das mudanças das diversas categorias. A decisão inicial do Governo era instituir a livre negociação salarial, permitindo a recomposição automática dos salários apenas para quem ganha até cinco salários mínimos (C\$ 4.000,00).

15. SALÁRIOS — A decisão de manter o "gatilho" salarial de 70 por cento para quem ganha até 15 salários-mínimos, com uma interrupção sobre o que faz com a complexidade dos salários por ocasião das mudanças das diversas categorias. A decisão inicial do Governo era instituir a livre negociação salarial, permitindo a recomposição automática dos salários apenas para quem ganha até cinco salários mínimos (C\$ 4.000,00).



Presidente passará hoje o dia estudando as medidas

BRASILIA — O Presidente José Sarney vai dedicar os dias de hoje e amanhã ao estudo minucioso das medidas de ajuste do Plano Cruzado que lhe foram propostas pelo Ministro da Fazenda, Celso Figueiredo. A informação é do próprio Ministro Figueiredo, que falou ao GLOBO, ontem, ao sair da residência do Deputado Ulysses Guimarães.

O Ministro foi à casa do Presidente do PMDB sem marcar hora e sem avisar a ninguém, para evitar a presença da imprensa e por isso surpreendeu o Deputado titular de sua cidade, ao chegar lá na manhã, lendo os jornais do dia.

Ulysses leva ao Planalto os argumentos do Partido

JORGE BASTOS MORENO

BRASILIA — O Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, depois de verificar que o projeto presidencial José Sarney entendeu que o Governo não deve sacrificar as classes mais pobres, conseguiu, ontem, praticamente embargar as medidas mais impopulares do programa de ajustamento do Plano Cruzado.

O presidente do PMDB, após o almoço na casa de Archer Cardoso Moreira, entrevistou coletiva à imprensa, mas se recusou a comentar sua posição a respeito do ajustamento do Plano

de hoje, desde que compensado com um abono salarial para os trabalhadores de baixa renda, e o aumento do IPI sobre cigarros, bebidas e automóveis, condicionado à aplicação de parte de sua receita em programas sociais.

O presidente do PMDB, após o almoço na casa de Archer Cardoso Moreira, entrevistou coletiva à imprensa, mas se recusou a comentar sua posição a respeito do ajustamento do Plano

Empresário afirma que pacote vai ser bem mais moderado

SÃO PAULO — O pacote econômico, que o Governo Federal vai anunciar, será muito moderado, foi o que afirmou o empresário Hugo M. de Oliveira, presidente do Grupo Braskem, o maior fabricante de polímeros, máquinas de lavar e ôpões do País.

Elizabete acredita que as novas medidas não trarão modificações

Ilustração 35 - Apesar das ilustrações, as páginas da editoria de economia tinham um ar sisudo porque traziam muitos textos

Em algumas cartas, ficou explícita a insatisfação da população, como esta publicada na *Folha* de 26 de novembro de 1986, cinco dias após o anúncio do Cruzado II:

Não sei como esconder meu desgosto e minha repulsa pela traição clara, de “cara lavada”, de que foi vítima o povo brasileiro com os novos ajustes no Plano Cruzado. Essas medidas decretaram o fim da já agonizante classe média brasileira. Nosso salário permanecerá como está, enquanto a vida fica cada vez mais cara. Isso vai contra todas as propostas originais do plano antiinflacionário (Marco A. da Silva, de Osasco, SP).

As reclamações registradas nas cartas dos leitores refletiam, principalmente, as reações da classe média, que, em geral, compunha nos anos 1980 – e ainda compõe – parte do público leitor dos grandes jornais. De acordo com uma pesquisa realizada pela Marplan, publicada no Jornal da ANJ de abril de 1985, em um universo de 22,9 milhões de pessoas com idade entre 15 e 65 anos, 53% declararam ler jornais. Em termos socioeconômicos, o hábito de leitura concentrava-se nas classes AB, com 80%. Nas classes CDE, o percentual, nessa década, foi de 43% (BAHIA, 1990, p.373).¹⁷⁸

É interessante refletir sobre a relação entre leitores, jornais e nação. Os periódicos ajudam a fixar o sentido da nação brasileira para seus leitores. Aqui nos referimos à acepção utilizada por Benedict Anderson (1989, p. 9-16 e 34): nação como uma comunidade política imaginada como implicitamente limitada e soberana, que se estabeleceu com a ajuda de dois recursos técnicos que floresceram na Europa no século XVIII: o romance e o jornal.

O jornal permite a vinculação imaginada do indivíduo ao conceito de nação de duas formas. A primeira se dá com a fixação do calendário. A data do periódico, a marca peculiar importante que ele apresenta, fornece a conexão essencial, que é a marcação regular da passagem do tempo homogêneo. A segunda fonte de vinculação imaginada encontra-se na relação entre o jornal, como uma forma de livro, e o mercado. Em sentido muito especial, o livro foi a primeira mercadoria industrial produzida em série no estilo moderno. O jornal não passa de uma “forma extrema” do livro, vendida em escala imensa, porém de popularidade efêmera.

Para Anderson (*ibid.*), os jornais são *best-sellers* por um só dia. A obsolescência deles no dia seguinte ao de sua impressão cria, no entanto, essa extraordinária cerimônia de massa: o consumo (“o imaginar”) quase que exatamente simultâneo do jornal-como-

¹⁷⁸ No início do século XX, a ANJ registrou algumas mudanças no perfil do leitor de jornal em 2002: a mulher passou a responder por 50% do total de leitores; o meio se popularizou e alcançava 71% dos leitores centrados nas classes B e C; seu público rejuvenesceu e 60% situavam-se na faixa etária dos 15 aos 39 anos (JORNAL ANJ - maio de 2002).

ficção. O leitor comunga da cerimônia de leitura com milhares de outros, de cuja existência está seguro, embora não tenha a menor idéia sobre suas identidades. Vendo réplicas exatas desse produto sendo consumidas por seus vizinhos, no trabalho ou mesmo na rua, ele se sente permanentemente tranqüilo a respeito de que o mundo imaginado está visivelmente enraizado na vida cotidiana (ANDERSON, 1989, p. 42-44).

Na cobertura dos pacotes econômicos, essa cerimônia de leitura de forma ritual envolveu, de certa maneira, a nação. Afinal, como os próprios jornais faziam questão de ressaltar, o problema da economia afetava a todos. O sentimento de combate à inflação era comum, era um ponto de atração para a leitura do noticiário.

4.1.1 A crise do Cruzado II

Os temores dos leitores, em suas cartas publicadas nos jornais, acabaram se concretizando. O Plano Cruzado II teve uma vida curta. As *causas mortis* desse segundo pacote pós-redemocratização foram registradas por historiadores, economistas e pesquisadores.

Segundo o jornalista Carlos Sardenberg (1986, p.348), o Cruzado II agiu espalhando sua devastação: “destinado a estabilizar a economia, provocava, ao contrário, ondas de aumento de preços. Começou a grande remarcação, tal era o resumo de toda a imprensa. E isso indicava que o pacote fora entendido exatamente ao inverso do que pretendia o governo”.

O Plano Cruzado II provocou um aumento generalizado de preços. Bebidas, por exemplo, subiram 100%; automóveis, 80%; combustíveis, 60,16%. A inflação disparou e a população perdeu a confiança no governo. Cinco meses após sua edição, o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, foi substituído por Luís Carlos Bresser Pereira (SKIDMORE, 2003, p.272-273).

Havia problemas também na frente do balanço de pagamentos. A taxa cambial, oficialmente congelada, estava se tornando cada vez mais sobrevalorizada, com as importações sendo favorecidas e as exportações desencorajadas. O sinal inequívoco de pânico veio em fevereiro de 1987, quando, com as reservas cambiais estrangeiras caindo rapidamente, Funaro suspendeu os pagamentos dos juros da dívida externa aos bancos privados. Era a moratória unilateral que os ministros da Fazenda brasileiros há tanto tempo evitavam. Foi também o último gesto populista de Funaro, que estava lutando contra um câncer terminal (SKIDMORE, 2003, p.272-273).

Em 1987, o Plano Cruzado havia se tornado apenas outro plano de estabilização fracassado. Apesar do apoio popular, acabou entrando em crise por diversos fatores. Entre os elementos técnicos, para o professor de economia Mário Henrique Simonsen (1986 e 1986a), o problema era que o déficit público não estava sob controle e os preços não estavam alinhados na velha moeda, o que é totalmente impossível de ocorrer, por definição, em uma economia com altas taxas de inflação. Portanto, o congelamento – a passagem abrupta da velha para a nova moeda – apenas cristalizou essa mesma situação na nova moeda. Isso, somado ao crescimento da demanda – que implicou, em muitos setores, o esgotamento da capacidade produtiva instalada –, levou ao desabastecimento, à fuga do congelamento e ao surgimento do “ágio” nos preços.

O economista Luiz Filgueiras (2000, p. 82) afirma que a questão fundamental que fulminou o Plano Cruzado foi a situação internacional desfavorável, cujos mercados financeiros permaneciam com baixa liquidez, em particular no que se refere ao acesso de países como o Brasil a novos empréstimos.

Na visão do cientista político e social Antonio Carlos Mazzeo (1995, p. 62), o plano acabou entrando em crise pelos elementos técnicos da sua implantação e, principalmente, os elementos políticos. No que se refere às questões técnicas, ele diz que elas constituíram um aspecto secundário, apesar de terem sido importantes:

Não podemos deixar de considerar que o congelamento dos preços determinou um acelerado crescimento do consumo, na medida em que os salários adquirem um grande poder de compra. Muitas mercadorias desaparecem do mercado, como a carne e os automóveis, e, com o escasseamento desses produtos, surge o ágio como medida especulativa. Além disso, os inimigos do plano, como os especuladores e os banqueiros, passam a agir solapando permanentemente as metas governamentais. Outro aspecto relevante foi o próprio despreparo da população (principalmente os estratos da classe média) em viver numa economia com baixa inflação. As pessoas continuam fazendo estoques de tudo, como no passado, quando a desvalorização monetária chegava à casa dos 16% ao mês. Esse elemento contribuiu decisivamente para a desarticulação do Plano Cruzado e, principalmente, para as ações especulativas (MAZZEO, 1995, p. 62-63).

A questão central para o fracasso do Plano Cruzado, segundo ele destaca, “reside no campo das injunções políticas”. Se, de um lado, o pacote era defendido nas ruas pelo povo mobilizado, de outro, era torpedeado pelos setores da burguesia que mais perdiam com o fim da ciranda financeira – os banqueiros e grande parte dos empresários

vinculados à circulação de mercadorias, isto é, os comerciantes (MAZZEO, 1995, p. 62-63).

O movimento popular e, particularmente, os partidos de esquerda não conseguiram dar ao Plano Cruzado os parâmetros necessários para seu ajuste e aprofundamento, na medida em que não articularam uma ação parlamentar e de opinião pública eficiente, que propiciasse alterações estruturais na política fiscal, introduzindo modificações significativas na distribuição de renda e no saneamento organizativo e financeiro dos investimentos públicos. Também não foi alterada a política de prioridades de investimentos, que continuaram a ser canalizados para bens de consumo.

Efetivamente, na visão de Mazzeo (*ibid.*), o governo Sarney não teve pulso nem vontade política para implementar radicais reformas que permitiriam a sobrevivência do Plano Cruzado, pois tal decisão implicaria necessariamente o enfrentamento com poderosos grupos econômicos e empresariais e, conseqüentemente, o fortalecimento das posições do campo democrático-popular.

Skidmore compartilha da visão de que os fatores políticos acabaram se sobrepondo aos técnicos e que isso levou à irreparável derrocada do Plano Cruzado:

Nunca saberemos ao certo, é claro, mas há um consenso razoável entre os especialistas de que, se os políticos não tivessem vencido os tecnocratas – se Sarney tivesse acionado o freio na economia no momento certo –, o Plano Cruzado teria tido uma boa oportunidade de vencer a inflação e colocar o Brasil numa via estável de crescimento (SKIDMORE, 1998, p. 273).

Mas, nos últimos dois anos da presidência Sarney, a economia foi saindo cada vez mais de controle, com a inflação, em 1988, alcançando o índice de 1.038%. De acordo com Skidmore (*ibid.*), os brasileiros haviam sempre (desde a Segunda Guerra Mundial) vivido com taxas de inflação que pareciam inimagináveis aos norte-americanos, mas nunca tão elevadas como aquela da época. Uma pesquisa de opinião pública, em meados de janeiro de 1989, nas regiões metropolitanas do Rio e de São Paulo, registrava uma proporção de 70% de “não confiança” no presidente. A questão óbvia era: como o Brasil seria capaz de claudicar até que um novo presidente fosse empossado em março de 1990?

O fim do Plano Cruzado trouxe de volta, e com maior força, a inflação, tornando mais grave o desequilíbrio distributivo, que resultou em hiperinflação crônica¹⁷⁹. Depois

¹⁷⁹ A hiperinflação é um caso especial de inflação galopante, em que os preços aumentam tanto (em geral por uma expansão substancial dos meios de pagamento), que as pessoas não procuram reter dinheiro, mesmo por poucos dias, em razão da rapidez com que diminui seu poder de compra. Cai assim a confiança dos agentes econômicos na estabilidade

dessa experiência, outros planos foram colocados em prática, ainda dentro do governo Sarney: Bresser, Cruzado Novo ou Verão (I e II).

Ao fazer um balanço sobre seus anos de governo, em 2005, José Sarney disse que seu pior momento como presidente foi quando fez o Plano Cruzado II:

Fui o melhor presidente quando presidi a transição democrática. Consegui realizar essa passagem e, ao mesmo tempo, me legitimar no governo. Nesse ponto, fui o melhor presidente, porque, num período difícil da história do Brasil, criei uma sociedade democrática. Fui o pior presidente quando fiz o segundo Plano Cruzado. Naquele dia, fui o pior presidente porque tomei a pior decisão entre as opções que me deram. Os técnicos estavam lá, mas o presidente é que toma a decisão. A minha escolha foi a pior que existia. O Plano Cruzado II foi uma tragédia. Paguei caro por ele. O país também (grifos nossos).¹⁸⁰

Como citado no capítulo anterior, a popularidade de Sarney atingiu o auge no Plano Cruzado, que congelou os preços para combater a inflação. Mas o Cruzado II, baixado dias depois das eleições de novembro de 1986, aumentou preços, tarifas e impostos. Sarney apontou quatro principais erros desse segundo pacote:

O momento foi errado, logo depois da eleição. Segundo, a opção de aumentar os impostos, por achar que os produtos afetados eram da elite e não se comunicariam às populações mais pobres, foi um erro também crasso. Em terceiro lugar, a solução mais correta seria a que o ministro João Sayad estava pleiteando – a de aumentarmos o imposto de renda, em vez de entrarmos num imposto sobre o consumo. Quarto erro: eu deveria ter administrado as reservas de uma maneira que se pudesse negociar a nível internacional para fugir da moratória.¹⁸¹

Sarney avalia que, apesar do fracasso dos planos, fez a restauração de instituições e ajudou a construir, no Brasil, uma sociedade democrática:

Os historiadores do futuro vão ver. Primeiro, o Plano Cruzado teve um aspecto político. Todo mundo se sentiu “fiscal do Sarney”, porque era cidadão, participava, fechava supermercado. Descobriu-se a cidadania naquele momento. Criaram-se sociedades, houve liberdade, sindicatos livres – que não existiam. Isso se derramou na sociedade como um todo. Todo mundo passou a ter direitos: o consumidor, as minorias, a mulher,

da moeda e eles procuram gastá-la o mais rapidamente possível. Isso provoca um aumento na velocidade de circulação da moeda e acelera ainda mais o aumento de preços. O mais famoso caso de hiperinflação (um trilhão por cento entre agosto de 1922 e novembro de 1923) ocorreu na Alemanha, após a Primeira Guerra Mundial (SANDRONI, 2005, p.398).

¹⁸⁰ Entrevista de José Sarney concedida ao jornalista Geneton Moraes Neto para o programa *Fantástico*, da Rede Globo, em 2005, e registrada na íntegra no livro *Dossiê Brasília - Os segredos do presidente*, da editora Globo, 2005.

¹⁸¹ *Ibidem*.

os negros. São coisas que nasceram e floresceram nesse período. Como estamos muito próximos, não vamos enxergar, mas quem chegar daqui a 50 anos vai detectar, naquele período, um tempo em que a sociedade brasileira mudou (*grifos nossos*).¹⁸²

Apesar das turbulências na economia, dados oficiais relativos a 1986 mostram que o PIB apresentou um aumento de 39 bilhões sobre o de 1985. A renda per capita era de US\$ 1635 e o crescimento da economia se mantinha em um ritmo entre 6% e 8%.

Em 1987, com 141 milhões de habitantes (crescimento anual em torno de 2%), o país voltou a enfrentar dificuldades econômicas e sociais, determinadas pelas disparidades regionais, uma economia em crise e moratórias da dívida externa. O governo Sarney, então, teve de buscar novas tentativas de estabilização da economia, que são o tema das seções que se seguem.

4.2 A tentativa de Bresser

No primeiro semestre de 1987, foi lançado o Plano Bresser ou Novo Plano Cruzado (Lei N° 2.335/87, de 12 de junho de 1987), elaborado pelo ministro Luís Carlos Bresser Pereira para tentar debelar o processo inflacionário. Ele incorporava as características consideradas positivas do Plano Cruzado, mas com algumas modificações para evitar seus pontos negativos.¹⁸³

O novo choque era fundamentalmente heterodoxo, mas incorporava alguns elementos ortodoxos. As medidas mais importantes foram: congelamento geral de preços e salários por um prazo de 90 dias; após essa primeira fase de congelamento, o plano previa uma fase de flexibilização de preços com reajustes de preços e salários, a fim de corrigir eventuais desequilíbrios herdados da fase anterior.

Depois dos ajustes da flexibilização, estabelecia a liberação de preços, que passariam a ser definidos pelas forças do mercado e um novo indexador, a Unidade de

¹⁸² *Ibidem*.

¹⁸³ A equipe que elaborou o Plano Bresser foi composta pelos seguintes membros (a maioria economistas com mestrado e doutorado na área), segundo a matéria “Bresser Pereira implanta projeto com equipe unida”, publicada em *O Globo* do dia 28 de julho de 1987: Yoshiaki Nakano (assessor do ministro da Fazenda e um dos pais do plano); Fernando Milliet (presidente do BC); Fernão Carlos Bracher (formado em Direito e assessor do Ministério da Fazenda); Maílson da Nóbrega (secretário-geral do ministro); Francisco Lopes (elaborador dos planos Cruzado e Bresser); Adroaldo Moura (professor da USP e diretor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - Fipe); André Sandro Calabi (secretário do Tesouro Nacional); Antônio de Mesquita (secretário da Receita Federal); Eduardo de Freitas (diretor do BC); Antônio de Pádua Seixas (diretor do BC); Pérsio Árida (colaborador do Plano Bresser); Júlio Colombi Neto (chefe da Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais - Sest); Gilda Portugal Gouveia (socióloga e representante do Ministério da Fazenda em São Paulo); Robert Nicol (assessor especial do ministro da Fazenda); Geraldo Gardenalli (assessor do ministro da Fazenda); Akimar Ribeiro Moura (prof. Da FGV); Luiz Aranha do Lago (diretor do BC); e Fernando Dall’Acqua (prof. da FGV e assessor do ministro).

Referência de Preços (URP), que reajustaria os salários e determinaria os tetos para os reajustes de preços.

O choque também adotava uma política monetária e fiscal rigorosa, com a intenção de reduzir o déficit público e impedir um crescimento explosivo da demanda, como acontecera durante os primeiros meses do Plano Cruzado (SANDRONI, 2005, p. 648-649).

Deve-se destacar que o Plano Bresser, ao contrário do Cruzado, já encontrou a economia em processo de desaceleração e procurou conservar esse estado de coisas (para evitar expansão da demanda e o malogro do congelamento), por meio da redução dos salários reais, assim como de uma manutenção em níveis elevados das taxas de juro e de uma elevação real da taxa cambial.

Nas páginas dos jornais pesquisados, a cobertura do mês de lançamento do Plano Bresser foi marcada pelo ceticismo e, por parte da população, também por insegurança e medo. Ao contrário do clima de entusiasmo verificado na primeira edição do Plano Cruzado, já reduzido no Cruzado II, nesse terceiro programa até o “pai da criança”, o ministro da Fazenda Luís Carlos Bresser Pereira, foi cauteloso ao falar sobre ele.

Como nos dois planos anteriores, os jornais criaram selos para marcar a cobertura jornalística sobre o assunto. A *Folha* usou “Novo choque” e *O Globo*, “Novo Cruzado – as mudanças na economia”.

Na primeira semana do mês de junho, rumores movimentaram o mercado – e a pauta do jornalismo de economia – sobre a possibilidade de ocorrer um novo choque. Na *Folha* do dia 12 de junho de 1987, por exemplo, isso está demonstrado na matéria “Rumor de choque gera altas nas bolsas”. A possibilidade de um novo congelamento foi inicialmente descartada pelo governo, na véspera do anúncio oficial das medidas do chamado “programa de consistência macroeconômica”, que, ao contrário, apresentou justamente uma proposta desse tipo, mas por um período determinado (três meses).

A inflação continuou sendo o inimigo a ser combatido. Esse era o terceiro plano econômico do mandato do presidente Sarney e foi citado como uma tentativa de o governo recuperar sua credibilidade. A cobertura jornalística demonstrou o tom moderado com que esse “novo” programa foi tratado pelas fontes oficiais.

O presidente Sarney recorreu à TV e ao rádio para explicar o Plano Bresser, o tachou de “exequível e austero” e acrescentou que o governo havia adquirido experiência com os programas anteriores. Ele conclamou, mais uma vez, o povo a apoiar as medidas.

Os jornais impressos registraram a íntegra das declarações do presidente e do ministro da Fazenda, como ocorrera nos dois momentos anteriores de anúncios de pacotes.

O ceticismo das fontes – técnicas, políticas e da população – e o clima de insegurança foram mostrados na cobertura jornalística. A título de exemplo, a *Folha* de 21 de junho de 1987 trouxe a reportagem “Empobrecida, classe média não tem ilusões com o choque”, que mostrou o desânimo de consumidores, inclusive dos que antes se intitulavam “fiscais do Sarney”.

Como ocorreu durante os outros planos, a repercussão ocupou as editorias de economia e de política. Nessa mesma edição de 21 de junho, por exemplo, a *Folha* trouxe a matéria “Plano Bresser, sem apoio, deixa políticos em cima do muro”, para abordar as implicações políticas que o eventual fracasso do pacote traria ao governo e, em especial, ao ministro Bresser e ao presidente Sarney.

A cobertura jornalística de repercussão com as diferentes esferas da sociedade, nas páginas dos jornais, enfatizou bastante a questão de como ficariam os salários e utilizou gráficos e tabelas para demonstrar as alterações. Na *Folha* de 14 de junho de 1987, por exemplo, ambos os recursos foram utilizados na mesma página para detalhar as mudanças. Em *O Globo* de 28 de junho, um gráfico mostrava como havia ficado o poder de compra, do Plano Cruzado I ao Bresser.

Como haviam sido largamente adotados nas coberturas dos dois planos anteriores, recursos como gráficos e tabelas ajudavam a tornar mais didáticas as explicações sobre as mudanças e foram incorporados como parte da cobertura da editoria de economia nos jornais pesquisados (*Ver ilustração 36*).

Com o Plano Bresser, a economia se manteve em um crescimento muito pequeno e a tentativa de reajustar os preços do setor público trouxe novas pressões inflacionárias, que foram aceleradas pelos reajustes mensais de preços e salários, oficializados nesse pacote. A perspectiva de um novo congelamento na economia fez com que esses preços tendessem a se elevar mais ainda e a escalada inflacionária do final de 1987 levou não apenas à substituição de Luiz Carlos Bresser Pereira, mas também à volta dos princípios ortodoxos, isto é, monetários, para o combate do processo inflacionário (SANDRONI, 2005, p. 648-649).

O novo choque

Ganho ou perda do salário depende do ritmo da inflação

Da Redação do Folha

Com o fim do gatilho, foram criadas novas regras para os reajustes salariais fora da data-base, isto é, aqueles considerados antecipações no período de doze meses. No descongelamento a recém-criada Unidade de Referência de Preços (URP) corrigirá os salários pela inflação média do trimestre anterior.

O decreto-lei diz que a URP será calculada pela inflação registrada durante o congelamento, com início oficial em julho (inciso 3º do artigo 4º). Suponha, então, que o congelamento dure três meses. A partir de outubro os salários passarão a ser corrigidos mensalmente pela URP.

Não levando em conta as perdas com o resíduo do gatilho e a inflação de junho, como se comportará o poder aquisitivo dos salários corrigidos por este novo tipo de escala móvel? Há três hipóteses:

1 — com inflação estável, os salários não perdem tanto. Os reajustes terão no descongelamento o mesmo percentual da inflação registrada no trimestre anterior. No exemplo do gráfico, a URP seria de 3% se a inflação fosse de 3% ao mês no trimestre anterior.

2 — com inflação ascendente, os salários perderão rapidamente seu poder aquisitivo. A URP teria durante três meses consecutivos um percentual médio e fixo abaixo da inflação. Veja novamente o exemplo do gráfico: inflação de 3%, 5% e 8% em julho, agosto e setembro, o que daria uma média de 5,3%. Seria esta a percentual da URP. Em outubro, novembro e dezembro os salários subiriam 5,3% ao mês quando a inflação, nesta hipótese, já estaria passando de 10% para 12%. Quanto maior a inflação, maior a perda.

3 — os salários teriam a chance de recuperar logo e manter o seu valor real se a inflação começasse a cair. Volte ao gráfico: inflação de 6% em julho, 5,5% em agosto e 5% em setembro, processo que correu o valor real do salário. Entra-se então no período de correções mensais pela URP, cuja média, neste caso, seria de 5,5%. Sendo reajustados todo mês a 5,5%, de outubro a dezembro os

Os índices permitem medir poder aquisitivo

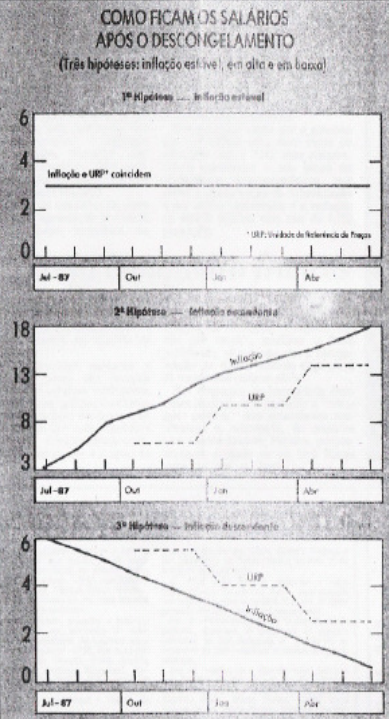
Toda medida de valor, em economia como em qualquer área onde os fenômenos possam ser quantificados, supõe um padrão de medida. Assim, o peso dos objetos é baseado na definição de quilo, a extensão supõe um sistema métrico, o tempo é medido através de relógios e calendários. Na economia, as coisas têm valores definidos através de preços. Mas ao contrário do quilo, do metro ou da hora, não existem preços absolutos, imutáveis. Os preços estão sempre se alterando uns em relação aos outros. Para saber o valor real de alguma quantidade econômica (salário, renda, valor da produção, juros etc.) é preciso encontrar alguma forma de medir como variaram os preços.

Formas

Há várias formas possíveis. São os índices de inflação. Assim, por exemplo, o salário nominal tem seu valor real calculado através do desconto dessa inflação sobre a variação salarial de um dado período. Como a cada aumento salarial os preços aumentam em reação, o salário nominal pode subir enquanto o salário real, ou seja, o poder de compra efetivo do salário vai caindo. O salário real médio é, portanto, o resultado do desconto da inflação sobre o salário para uma sucessão de vários períodos.

salários conseguiriam reaver o seu poder aquisitivo porque a inflação é declinante: 4,5% em outubro, 4% em novembro e 3,5% em dezembro.

Se a inflação mantém a tendência de queda (3%, 2,5% e 2% nos três primeiros meses do ano seguinte), os salários continuariam ganhando porque seriam corrigidos por uma URP de 4%, ou seja, pela média do trimestre anterior, quando a inflação era mais alta.



QUEM GANHA E QUEM PERDE COM O NOVO CRUZADO	
Ganha	Perde
Aluguel	
O inquilino que, nas próximas três meses, terá de reajustar seu aluguel.	Uma das principais vítimas dos novos medidos é o locatário, obrigado a enfrentar um congelamento de até noventa dias no reajuste.
Juros	
Empreendedores vão enfrentar custos financeiros menores. Bancários terão melhor garantia de recebimento de seus empréstimos. Governo diminuirá o custo de sua dívida pública, além de não ter pressões, no Tesouro, de empresas privadas à procura de crédito subsidiado. A atividade produtiva vai, no geral, ganhando.	Quem estava obtendo ganhos apenas na especulação financeira, beneficiado pelas altas de juros nominais e reais, não terá tanta rentabilidade em suas aplicações.
Salários	
Governo e empresas que não pagaram o gatilho — o fôlego de pagamento, em especial dos governos estaduais e prefeituras, está em condições de cobertura.	O trabalhador não terá um reajuste que recupere as perdas recentes, já que a inflação no mês de junho não deverá ser incluída nos próximos reajustes, a partir da URP. Bresser diz que os salários ganharão porque a inflação vai cair.
Desvalorização cambial	
As empresas que dependem de insumos importados. É o governo que, além de ter título de dívida pública com cláusula cambial, vê aumentar sua carga de dívida externa.	Os exportadores terão mais facilidade para vender seus produtos no mercado internacional.
Subsídios	
O governo, que se vê livre de um dos componentes mais expressivos de pressão no déficit público.	O consumidor de produtos como o pão, que terá de pagar mais. Eventualmente, os produtores podem perder, caso o aumento de preços implique a diminuição do consumo.
Congelamento	
O governo, que depende da compra de bens e serviços e não perde recursos com a inflação, já que existe uma diferença entre o tempo de arrecadação até o gasto. Ganha o consumidor.	Quem estiver com os preços deflacionados ou não conseguiu reajustar com suficiente rapidez os aumentos que o governo acaba de decretar em produtos e tarifas como água, energia elétrica e combustíveis.
Bolotas	
Neste caso, ganham os elevadores, sobretudo os que fizeram contratos recentemente.	Quem esperava receber nos próximos meses contratos já fechados com estimativas de uma inflação alta.

Ilustração 36- No Plano Bresser, tabelas e gráficos também foram usados para facilitar explicação

Bresser, ao analisar, no início deste século, a esfera da economia no Brasil pós-redemocratização, disse que faltou o apoio da população para ajudar a dar certo o plano que elaborou e que os aspectos políticos também o teriam prejudicado:

No plano econômico, a democratização foi acompanhada, como já acontecera em 1945, por um ciclo populista que teve na execução do Plano Cruzado, em 1986, seu auge. Os dois partidos que comandaram a transição eram democráticos, mas populistas. Não tinham, como a sociedade brasileira também não, a noção da gravidade da crise fiscal – mais do que isso, da crise do Estado – que o país estava atravessando desde que se desencadeara a crise da dívida externa. Havia, ainda, uma espécie de euforia democrático-populista, uma idéia de que seria possível voltar aos anos dourados da democracia e do desenvolvimento brasileiro que foi a década de 1950. O Plano Cruzado, concebido com competência a partir da teoria inercial da inflação, foi deturpado de forma grosseiramente populista, e produziu durante um ano uma falsa prosperidade. Após seu fracasso, houve uma tentativa de ajuste fiscal, iniciada durante minha rápida passagem pelo Ministério da Fazenda (1987), a qual, entretanto, não contou com o apoio necessário da sociedade brasileira, que testemunhou perplexa, a crise do regime pelo qual tanto almejava. Em vez do ajuste e da reforma, o país, sob a égide de uma coalizão política no Congresso – o Centrão –, mergulhou em 1988 e 1989 em um regime de descontrole da política econômica que, dada a crise fiscal existente, o levou à hiperinflação no início de 1990 (PEREIRA, 2001, 242-243) – grifos nossos.

A jornalista Miriam Leitão lembra-se de sua experiência como editora de economia durante o Plano Bresser. Ela tinha se mudado de São Paulo para o Rio de Janeiro a fim de trabalhar no *Jornal do Brasil*, onde ficou de 1985 a 1990, e foi chamada para assumir o cargo depois do Plano Cruzado:

Então, em 1987, quando teve o Plano Bresser, eu percebi isso e montei uma mesa de atendimentos. Aquele momento era um momento de emergência. Você não podia ficar discutindo filosofia, como vamos resolver o problema do crescimento econômico, não. Você tinha um incêndio na casa, então você não podia ficar discutindo como reformar a sala. Você tinha de cobrir o incêndio. Então, eu botei uma mesinha de gente que ficava no telefone o dia inteiro para contar o caso das pessoas. E aqueles casos das pessoas comuns a gente transformava em pauta. Às vezes, a gente ligava para o Ministério da Fazenda para saber como é que resolvia o problema daquela pessoa que estava com uma dívida de três meses atrasada, ela aplicava a tablita ou não aplicava, sabe? Então, eram várias as situações que surgiam assim. As pessoas tinham as mais variadas histórias. E, às vezes, a gente ligava para o Ministério da Fazenda e as pessoas respondiam assim: “Eu não pensei nisso ainda”. Então, a realidade tinha muito mais situações do que os elaboradores do plano tinham previsto. Então, a gente acabava sendo o elo de ligação entre todo mundo com todo o tipo de rolos, de dificuldades, com o grupo

do Ministério da Fazenda, que ficava alterando a vida de todo mundo (*grifos nossos*).¹⁸⁴

Durante o plano econômico, os jornalistas, portanto, partiam das demandas dos leitores, que ligavam para reclamar e acabavam gerando pautas na editoria de economia. Diferentemente do que ocorrera no Plano Cruzado, em que a população incorporou o papel de “fiscais do Sarney”, no Plano Bresser os jornalistas, muitas vezes, assumiam esse papel, conforme relato de Miriam Leitão:

O plano econômico caía como um pacote na cabeça das pessoas. Você precisava ver como chegava à redação para a gente. No Plano Bresser, uma vez eu disse: “Meu Deus, eu vou afundar aqui”. Na minha mesa, estava aquela montanha de papel e eu não conseguia entender aquilo. A informação vinha de todos os lados e vinha com boato também. Agora, a caderneta de poupança vai ter isso, o salário vai ser convertido, assim, pela média ou pelo pico? O que isso significava para cada categoria? Cada categoria tinha um mês de vencimento. Então, eles faziam um vetor de conversão de salários que iam alterando ao longo do tempo. (...) Às vezes, se perdia salário na conversão, mas perda de salário real, então você tinha de fazer um cálculo complexo. Então, eu peguei minha subeditora e falei: você vai pegar toda a tablita do governo e refazer a tablita todinha para ver se está certo. Ela, a Cristina Calmon, encontrou um erro na tablita do Plano Bresser. Você vai ouvir os grandes economistas para ver se está certo ou está errado. Você vai ouvir o Mário Henrique Simonsen. Tudo era assim, tipo guerra, numa emergência grande. O Plano caiu na cabeça da gente numa sexta-feira, porque ficava assim boato, boato, boato e de repente ele caía na cabeça da gente. E você tinha de destrinchar todas aquelas medidas provisórias, aqueles decretos, aquelas mudanças de todas as regras: como é que você paga a casa própria, quanto será remunerada sua caderneta de poupança, como você vai pagar suas dívidas, como você paga as contas públicas, tinham várias exceções, não era simples. (*grifos nossos*).¹⁸⁵

Ao assumirem a função de “fiscal”, os jornalistas também legitimavam o seu próprio papel de mediadores entre a população e o público. Também estavam construindo uma “legitimidade da fala”, uma “autoridade simbólica”. Nessa cobertura, eles atuavam como catalisadores dos boatos e tinham a dificuldade de filtrar as informações que chegavam à redação e desenvolver um jornalismo de utilidade pública, segundo acrescentou Miriam Leitão:

Depois do primeiro plano, os supermercados faziam elevação de preços preventivos. Então, uma das técnicas que a gente desenvolveu era: assim que começava a circular o primeiro boato, e o governo negava sempre,

¹⁸⁴ Entrevista de Miriam Leitão concedida à autora, no Rio de Janeiro, em 15 de maio de 2007.

¹⁸⁵ *Ibidem*.

eu colocava uma pessoa para cuidar do abastecimento. Você vai todo dia ao supermercado, vai a vários supermercados, você vai anotar o preço de tudo, todos os dias. Porque na hora em que vinha o plano, os supermercados fechavam no fim do dia e trabalhavam a noite inteira, remarcando tudo. Quando abriam, eles diziam: olha, estava assim. Está congelado como estava. E a gente conseguiu provar algumas vezes que houve aumento. Isso é que eu chamo de utilidade pública. A gente tinha de fazer esse tipo de jornalismo do dia-a-dia mesmo, do arroz com feijão. Por outro lado, você tinha de entender a macroeconomia, entender o que era aquele plano, se ele tinha chance de dar certo ou não (grifos nossos).¹⁸⁶

Ao falar sobre como foi a cobertura, Miriam Leitão está simultaneamente falando sobre o que é (ou deve ser) o próprio jornalismo, em sua visão. Ela está construindo uma imagem sobre a profissão, reforçando certos valores do campo.

A cobertura do dia-a-dia dos planos econômicos e a inflação provocaram uma ampliação da cobertura de economia e de pautas que não eram cobertas durante o regime militar:

O que é que era a ditadura? Você tinha inflação, mas não tinha nenhum plano assim destrambelhado. Tivemos dois momentos de surpresa, que foram as desvalorizações do Delfim, em 1982, quando o Brasil quebrou. Depois disso, a gente só teve planos econômicos após a redemocratização. Foi a democracia tentando acabar com uma herança maldita que tinha recebido, que era uma inflação alta e indexada. Porque não era só uma inflação alta, mas com indexação, que ia encurtando e, quanto mais encurtava a indexação, maior era a inflação. Era uma doença que trazia em si mesma o vírus de sua reprodução. (...) Se tivesse um choque de oferta, teve uma quebra de safra, os alimentos subiam, aí a gasolina subia, porque os alimentos tinham subido. Nada tinha a ver uma coisa com a outra. Aí o preço do álcool subia, porque o preço do arroz tinha subido. Mas as coisas subiam porque subiam. Porque nada baixava nunca. Então, você tinha de entender tudo isso. (...) Você tinha de entender tanto o lado social e político da inflação quanto tinha de entender como é que lá na ponta a inflação se formava para você poder lutar contra isso (grifos nossos).¹⁸⁷

Na continuação da cobertura de emergência dos planos econômicos, o que se observa é a ênfase do jornalista em oferecer uma notícia de utilidade pública. Na editoria de economia, ganham prestígio os profissionais que têm capacidade de traduzir rapidamente as medidas dos planos.

¹⁸⁶ *Ibidem.*

¹⁸⁷ *Ibidem.*

4.2.1 A política do “feijão-com-arroz” e a Constituição de 1988

A história, de certa forma, se repetiu. O Plano Bresser também não resistiu por muito tempo, e o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, acabou sendo substituído por outro economista, Maílson Ferreira da Nóbrega. Na ausência da definição de instrumentos efetivos de controle sobre os preços, o programa tornou-se insustentável, segundo registram as historiadoras Sônia Regina de Mendonça e Virgínia Maria Fontes (1994, p.82).

Em janeiro de 1988, Maílson da Nóbrega deu início à chamada política “feijão-com-arroz”, com modestos propósitos e metodologias. Visava apenas a estabilizar a inflação em torno de 15% ao mês e reduzir o déficit público mediante o corte dos incentivos fiscais e a suspensão do pagamento da URP ao funcionalismo (*ibid.*).

A política simplista dependia largamente das flutuações conjunturais. Assim, a decretação da moratória dos juros do serviço da dívida externa possibilitava, por um lado, um curto fôlego para a asfixiada economia brasileira. Por outro lado, a promulgação da nova Constituição retirava do poder central uma parcela expressiva dos recursos. Resgataram-se, para o Congresso, tímidas prerrogativas de política econômica, acrescentando-se um complicador ao ajuste fiscal pretendido. Uma maior quantidade da receita federal ficava comprometida com os estados e municípios.

A Constituição de 1988, a oitava do país, consolidou valores democráticos e avançou na definição e na proteção dos direitos sociais, coletivos e individuais. Manteve o estado como República presidencialista e federativa e inovou com a incorporação das emendas populares como instrumento de ação política direta da sociedade civil organizada.

As primeiras páginas dos jornais daquela primeira semana de outubro de 1988 abordaram a promulgação da Carta. Na *Folha* do dia 5, a ênfase da manchete era que, com a Constituição, terminava a fase de transição para a democracia. Na capa de *O Globo* do dia 6, houve destaque também para a reivindicação, nessa data, de oito governadores de estados, por uma política econômica de emergência para combater a inflação (*Ver ilustrações 37 e 38*).

Mendonça e Fontes (1994, p.83) ressaltam que o “feijão-com-arroz” desembocou na “ingovernabilidade”. A crise econômica chegou a tal ponto que, em fins de 1988, estabeleceu-se acordo inédito entre governo, empresários e trabalhadores – assumido apenas pela CGT e não pela CUT: o chamado Pacto Social, que tentou criar um redutor

para a prefixação dos reajustes de preços nos dois últimos meses do ano. Frágil e temporário, o pacto logo se desfez e a resposta do governo foi um novo plano.

4.3 O Plano Cruzado Novo (ou Verão I e II)

Anunciado em 15 de janeiro de 1989, o Plano Cruzado Novo ou Verão foi o quarto choque econômico e a segunda reforma monetária do governo Sarney. Elaborado sob a supervisão dos ministros Maílson da Nóbrega (Fazenda), João Baptista Abreu (Planejamento), Dorothea Werneck (Trabalho) e Ronaldo Costa Couto (Casa Civil), o Plano Verão teve a mesma concepção dos pacotes antiinflacionários aplicados anteriormente no Brasil e em outros países.¹⁸⁸

Estabelecido por meio do recurso constitucional da medida provisória, e dependente de posterior aprovação do Congresso (Lei n° 7.730/89, de 31 de janeiro de 1989), esse plano teve as seguintes medidas: o congelamento dos preços com prazo indefinido; extinção da OTN e da URP; criação do “cruzado novo” (valendo mil cruzados antigos); e desvalorização do câmbio em 16,3805%. A partir daí, o câmbio ficou congelado até segunda ordem, o dólar norte-americano passou a valer 1 cruzado novo, e o dólar-turismo teve suas cotações fixadas pelo mercado (SANDRONI, 2005, p. 656-657).

Para entender a conversão: ao fazê-la, era necessário transformar valores expressos em cruzados (Cz\$) em cruzados novos (NCz\$), cortando três zeros ou dividindo por mil. Por exemplo: Cz\$ 10.000.000,00 passavam a valer NCz\$ 10.000,00.¹⁸⁹ O preço de um carro, por exemplo, é ilustrativo do poder de compra da nova moeda: o Chevette SL 1.6 a álcool, o automóvel brasileiro mais barato na época, custava NCz\$ 8.460,66.¹⁹⁰

O choque determinou a suspensão do processo de indexação da economia (correção monetária). Os gastos da administração federal, geradores de déficit público, foram limitados, pelo governo, ao montante da arrecadação de cada órgão (*ibid.*).

¹⁸⁸ Os “pais” do novo choque, que ficaram conhecidos no Ministério da Fazenda como “grupo dos dez”, foram Paulo César Ximenes (secretário-geral da Fazenda); Cláudio Adilson Gonçalves (participou dos planos Cruzado e Bresser e era assessor especial do ministro); João Batista Camargo (secretário de assuntos econômicos da Fazenda), Luiz Antônio Gonçalves (secretário do Tesouro Nacional); João do Carmo de Oliveira (do Ipea); Jorge Vitor Rodrigues (secretário-adjunto da Receita Federal); Sílvio Rodrigues Alves (do Departamento Econômico do BC); Roberto Figueiredo (da Secretaria do Tesouro); Michael Gartenkratu (secretário-geral-adjunto da Fazenda) e o ministro.

¹⁸⁹ “Entenda a conversão”, tabela publicada em *O Globo*, na “Cartilha do Cruzado Novo” (Economia, p. 23), em 17 de janeiro de 1989.

¹⁹⁰ “Carro mais barato custa NCZ\$ 8.460”, *O Globo* (Economia, p.22), em 19 de janeiro de 1989.



O tempo no Rio: encoberto e massivo, muito nublado, com chuvas ocasionais, principalmente a partir da tarde. Temperatura atual: 24, máxima de ontem foi de 30,3 graus, em Bangu, a menor de 19,2, no Alto do São Vista. Página 14

O GLOBO

Novo Brasil, nova missão

As vendas da nova Constituição, não deve a Redação esquecer a promessa da Carta depende — e dependem sempre — dos valores dos leitores, políticos do País. Editorial, página 4

SEU PRECATORIO

JOÃO ROBERTO MARINHO

FUNDADOR: RENE MARINHO

Diretor-Editor-Chefe: ROBERTO MARINHO

Gerente Executivo

Editor de Notícias

Promulgada a nova Constituição



Com um discurso poético e de forte conteúdo oposicionista, o Deputado Ulysses Guimarães declara promulgada a nova Constituição, sob os aplausos emocionados de um plenário lotado.

Chefe militar reconhece a derrota de Pinochet

O Comandante-em-Chefe da Aeronáutica, Fernando Matthei, membro da Junta Militar que governa o Chile, admitiu na manhã da madrugada da derrota do General Augusto Pinochet no plebiscito para decidir sua permanência ou não na Presidência até 1997. "Para mim, pelo menos, a vitória da Oposição está bastante clara", declarou Matthei ao entrar no Palácio de La Moneda para uma reunião de emergência convocada pelo Presidente. Pelas contas oficiais, apurados apenas 3,4 por cento dos 7,4 milhões de votos, o "sim" a Pinochet contava com 51,3 por cento, contra 46,5 por cento do "não". Mas a Oposição garantia que, computados 50 por cento dos votos até a meia-noite, estava ganhando, com 57,8 por cento contra 39,8 por cento pro-Pinochet.

Página 23

Governadores querem mudanças na economia

Oito Governadores do PMDB reuniram-se em Brasília logo após a promulgação da Constituição e reivindicaram uma política econômica de emergência para combater a inflação. Participaram do encontro os Governadores Moreira Franco, do Rio, Orestes Quercia, de São Paulo, Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, Miguel Arraes, de Pernambuco, Geraldo Melo, do Rio Grande do Norte, Marcelo Miranda, do Mato Grosso do Sul, Waidir Pires, da Bahia, e Tasso Jereissati, do Ceará. O Governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, considerou cruel a "Operação Desmonte" do Governo federal. O Governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, que não estava na reunião, afirmou que "a política do feijão com arroz não deu certo".

Página 24



Romário churros a sua noiva, Mônica, com quem já está fazendo planos para a nova vida na Europa.

A frase proferida com voz emocionada às 15h30m de ontem pelo Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, ecoou no plenário e chegou a todo o País. "Declaro promulgado o documento da liberdade, da dignidade, da democracia, da justiça social no Brasil", encerrando a fase da vida brasileira regida por Ato Institucional e Cartas outorgadas. A emoção da sentença contagiou o Presidente Sarney, que, não trêmulo, prometeu cumprir e defender a nova Constituição. A mesma promessa foi feita pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Rafael Mayer.

O pronunciamento de Ulysses, interrompido 53 vezes por aplausos, foi o ponto alto do ato de promulgação. Com forte conteúdo político, foi sobretudo um discurso de candidato. Uma crítica ao regime autoritário — "A sociedade foi Rubens Paiva, não os facinorosos que o mataram" —, longamente aplaudida pelo plenário, irritou os Ministros militares. Henrique Sabota, da Marinha, condenou a referência e o do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, deixou o Congresso sem se despedir de Ulysses.

■ O Presidente do STF afirmou que todos os direitos estabelecidos na Carta serão garantidos pelo Tribunal, através de "legislação intermediária", a ser elaborada em regime de urgência. Páginas 2, 3, 6, 7, 8 e 9

Romário é vendido por 6 milhões de dólares

O preço do passe do atleta Romário, vendido ao PSV Eindhoven, da Holanda, e um novo recorde no mercado do futebol brasileiro: o negócio foi feito por US\$ 6 milhões (cerca de CZ\$ 2,25 bilhões), dos quais o Vasco receberá US\$ 4 milhões e o jogador US\$ 2 milhões, entre juízos, salários e outras vantagens, por um contrato de dois anos e oito meses. Romário passará a maior parte do dia de ontem com a noiva, Mônica, num churrasco em Jacarepaguá, fazendo planos para viver na Europa.

■ O Maracanã abriu seus portões à torcida para um espetáculo diferente: Fluminense e Botafogo, que se recusaram a decidir nos pênaltis o jogo (1 a 1) pela primeira rodada da Copa União, foram ao estádio ontem só com este objetivo. O Fluminense venceu por 3 a 1, somando mais dois pontos e passou a ocupar a liderança isolada do Grupo A com 15 pontos ganhos. Páginas 32, 33 e 34

Segundo Caderno

Os psicanalistas sob ameaça

A psicanálise de grupo e mais barata que a individual e tão eficiente quanto esta. Mas alguns analistas — classificados de "aventureiros e carreiristas" — sentem-se ameaçados diante de um conjunto de pessoas, não conseguem adaptar ao grupo os métodos analíticos de relação individual e ainda temem a perda



Ouro Preto, em festa no sábado, pela tradicional Escola de Minas.

Caderno de Turismo

- Memória histórica e natureza exuberante: é a fórmula com que Petrópolis atrai visitantes em qualquer época do ano. Na primavera, a cidade está especialmente bonita e é um convite, para quem vive em metrópoles, a esquecer os problemas cotidianos.
- Ouro Preto estará em festa a partir de sábado, dia 8, e o 112º aniversário de sua tradicional Escola de Minas, um bom pretexto para visitar a cidade e ver ou rever suas ruas tortuosas, suas igrejas e seus museus.
- Quem vai a Suíça não pode deixar de conhecer Grandval, um cantão ao sul de Berna, imperdível para quem gosta de ar saudável, muita verde, montanhas e picos cobertos de neve e gelo.
- L'Ermitage e reconhecidamente um dos mais importantes museus europeus, mas não o único que vale a pena visitar por quem vai à União Soviética. No Kremlin, por exemplo, o Museu de Armas guarda significativo registro da história russa.

Freedom, pronta, custa 6,6 trilhões

Primeira liberdade é a nome da estação espacial de US\$ 19 bilhões, fruto de CZ\$ 6,6 trilhões no cash on hand que a Snam planeja contrair na sétima tentativa. Quando ela estiver pronta, oito tripulantes passarão três meses a bordo para estudar a microgravidade. Cada um terá seu quarto e a "casa" será um saco de dormir preso à parede. O trabalho será um sistema de vácuo para resfriar a água. Página 1

Moda italiana faz as saias descerem

Os lineamentos dos vestidos italianos para a primavera-verão mostram que a volta da mini-saia é breve resumo. As saias estão definitivamente mais longas, no máximo mostram os joelhos e podem descer até os tornozelos. As elegantes e modernas em Milão trazem uma moda supertradicional, que veste a mulher de dia e à noite, de trabalho e nas festas, e fica à moda pelo longo. A peça vendida foi a jaqueta. Página 2

Nas páginas dos jornais, a cobertura do Plano Verão começou antes de seu anúncio oficial, no dia 15 de janeiro de 1989, pelo presidente Sarney. Após os choques anteriores, a imprensa estava muito mais atenta às movimentações em torno da economia e o preparo das medidas do chamado “choque verão” virou pauta diária dos jornais.

A editoria de economia da *Folha* começou 1989 fazendo um balanço da “década perdida”. No domingo, 1º de janeiro, todas as páginas da editoria trouxeram matérias sobre os setores e também análises feitas por economistas sobre os anos 1980 e as perspectivas para o decênio seguinte. Cada página continha um texto de análise de um especialista da área. A expectativa mostrada nos textos era de que a década de 1990 seria muito melhor e discutia-se a teoria econômica dos ciclos Juglar¹⁹¹.

A obsessão em torno de um problema que persistia – o processo inflacionário – continuava alimentando o noticiário. Discutia-se agora que a inflação teria passado por uma mudança ao longo dos anos 1980. “Ela teria deixado de ser preponderantemente inercial para ganhar mecanismos endógenos (internos) de aceleração contínua”, como afirmou o economista Yoskiaki Nakano (que havia sido secretário especial para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda na gestão de Bresser), na matéria da *Folha* daquele 1º de janeiro de 1989, assinada pelo jornalista João Carlos Oliveira. Um desses fatores endógenos foi chamado de “pacto pró-inflacionário”, que seria “firmado entre os grandes sindicatos de trabalhadores e inúmeras poderosas empresas”.¹⁹²

Ao embalo dessa obsessão com a inflação, a grande vilã rendeu matérias com abordagens criativas. No dia 2, por exemplo, a *Folha* registrava as mudanças de comportamento do brasileiro para conviver com a alta da inflação. O repórter Paulo Silveira Lima buscou inspiração na novela da *Rede Globo*, que estava fazendo bastante sucesso na época, para abrir sua matéria:

Odete Roitman entra em casa. Na sala, a irmã Celina, o filho Afonso e a amiga Laís estão sobre o sofá com ar de desalento. Odete vira-se para eles e diz: “Por que estas caras? O dólar caiu? A Bolsa despencou? O governo baixou um novo pacote fiscal? Esta cena vivida por mais de 20 milhões de brasileiros que acompanham a novela global “Vale Tudo”, ilustra a preocupação de uma sociedade agoniada por uma inflação de 1000% ao ano. Na tentativa de salvar o salário, os ativos financeiros e os reais da corrosão inflacionária, vale

¹⁹¹ O economista francês Clément Juglar (1819-1905) foi o pioneiro no estudo dos ciclos econômicos e na constatação da natureza periódica das crises. Seu nome denomina os ciclos curtos, o “ciclo Juglar”, de oito a dez anos, de variações alternadas na atividade econômica. Médico, Juglar se interessou pela economia ao estudar os fenômenos demográficos. Em seguida, passou a analisar as crises econômicas, que, para ele, tinham causas naturais, inevitáveis, mas previsíveis, e que retornariam em ciclos (SANDRONI, 2005, p. 446).

¹⁹² “Natureza do processo inflacionário muda a partir de 84”, matéria da *Folha* (Economia, p.B-15), de 1º de janeiro de 1989.

tudo: estipular o aluguel de casa de veraneio em dólar; jogar o dinheiro em cadernetas de poupança com aniversários diferentes, vender a mercadoria pela OTN fiscal, atrasar o pagamento da mensalidade escolar para pagar uma multa inferior à correção monetária, comprar com cartão de crédito deixando o dinheiro no *overnight*¹⁹³ e diversos outros truques.¹⁹⁴

No terceiro parágrafo da matéria, o jornalista registrava os impactos da vilã para os leitores e jornais:

A inflação mudou a rotina, os costumes e o comportamento de muita gente. Nunca as seções econômicas dos jornais foram tão procuradas. Na televisão, proliferam os “globos economias”, “dinheiros vivos”, “vamos sair da crise” – além das inserções nas novelas (*grifos nossos*).¹⁹⁵

O texto ilustra como uma fotografia aquele momento da vida nacional. A tensão com a questão econômica era abordada em novelas e as seções dos jornais que tratavam do assunto de forma facilitada ganhavam a preferência dos leitores. Todos queriam sair da crise.

Às vésperas de mais um plano, a cobertura dos jornais pesquisados foi desenvolvida tendo como ponto de referência comparações com os pacotes anteriores. A rememoração era sempre feita para contextualizar a notícia. O jornalismo, como narrativa dos acontecimentos diários, tem esse papel de contextualizar e trazer à memória dos leitores informações relacionadas com o fato abordado.

A discussão sobre as medidas ocupou grande parte das primeiras páginas dos jornais no primeiro mês de 1989. Um traço da cobertura dessa época foi a publicação do editorial na capa de algumas edições. *O Globo* do dia 7 de janeiro, por exemplo, trouxe, ao lado da manchete “Fim da URP ainda causa impasse”, um texto opinativo com o título “Momento decisivo”. A discussão era sobre a necessidade de implementar medidas que trouxessem resultados para a economia do país.

Na sexta-feira, 13 de janeiro, os dois jornais publicaram sua opinião nas primeiras páginas, ao lado das manchetes econômicas. *O Globo* trouxe a manchete “Correção monetária pode acabar”, com o texto opinativo “Monstrengo totalitário”, no qual fez uma crítica ferrenha ao projeto do governo que puniria abusos do poder econômico (*Ver*

¹⁹³ Expressão em inglês que significa “durante a noite”, utilizada para indicar as aplicações financeiras feitas no mercado aberto (*open market*) em um dia para resgate no dia seguinte ou o primeiro dia útil, quando coincide com fins de semana ou feriados (SANDRONI, 2005, p.613).

¹⁹⁴ “Alta da inflação muda comportamento do brasileiro”, matéria da *Folha* (Economia, p.B-6) de 2 de janeiro de 1989.

¹⁹⁵ *Ibidem*.

Ilustração 39). Já a *Folha* da mesma data trouxe em destaque “Brasil apresenta ‘choque verão’ a credores” e o editorial “Máxima ousadia contra a hiperinflação”. O diário paulista se posicionava também pedindo a adoção de medidas duras e de cortes de despesas públicas para combater o maior problema do país no momento. O medo era de que houvesse “uma corrida hiperinflacionária” (*Ver ilustração 40*).

Por que a ênfase dos jornais em colocar nas primeiras páginas seus posicionamentos sobre o novo plano que estava para ser anunciado nos próximos dias? Depois da cobertura jornalística eufórica do Cruzado I, seguida de coberturas mais cautelosas durante o Cruzado II e o Bresser, a imprensa cobrou do governo, de forma enfática, a questão da tomada de medidas que trouxessem algum resultado no Plano Cruzado Novo ou Verão. Depois das experiências anteriores, os jornais criticavam o presidente Sarney e deixaram isso bem claro nos editoriais publicados antes e depois do anúncio oficial do programa, tanto nas capas quanto nas páginas de opinião.

Pode-se imaginar que, às vésperas do anúncio oficial, os jornais teriam colocado os editoriais na capa como uma forma de pressionar o governo e a opinião pública sobre o assunto.

Ao longo da existência da *Folha* e de *O Globo*, ao percorrer as edições que esses periódicos elegem como as mais importantes publicadas no século XX¹⁹⁶, verifica-se que o editorial apareceu na capa para criticar ou enfatizar o registro de acontecimentos de peso na história do país. A presença da opinião na primeira página, separada da informação, ocorreu, principalmente, a partir dos anos 1950, período em que se registrou a adoção do chamado jornalismo informativo na imprensa brasileira, conforme citado no capítulo anterior. Durante o período do regime militar, os editoriais acabaram perdendo destaque nas capas dos jornais em função da ação repressora.

¹⁹⁶ Foram observadas as capas da *Folha*, publicadas entre 1921 e 2000, registradas no livro *Primeira Página da Folha de S. Paulo* (2000) e as do jornal carioca, entre 1925 e 2005, da edição comemorativa *Primeiras Páginas - 80 anos de História nas Manchetes do Globo* (2005).



Brasil apresenta 'choque verão' a credores

CIP autoriza aumentos de 77 produtos

Massas, pão de forma, açúcar refinado, fermento fresco e refrigerantes estão 24,9% mais caros. Os reajustes foram autorizados pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP) e publicados ontem no "Diário Oficial do União". Ao todo, foram autorizados reajustes para 77 itens, dentro dos 24,5% fixados pelo acordo inflacionário. A maioria dos aumentos é retroativa ao dia 11.

O CIP fixou ainda os preços máximos para uma relação de 258 produtos. A garrafa média de refrigerante passa a custar Cr\$ 146,08. **PAG. B-3**

Carros da Autolatina têm 2º reajuste em 15 dias

Os automóveis Volkswagen e Ford estão mais caros. E o segundo reajuste em 15 dias. A Autolatina, "holding" que controla as duas marcas, anunciou ontem que os modelos da Volks subiram 2,74% e os da Ford 2,83%. O presidente da Volks, Heinz Gundlach, negou que o reajuste seja uma forma de prevenção contra um possível congelamento. **PAG. B-3**

EDITORIAL

Máxima ousadia contra a hiperinflação

A ousadia insubstituível, iminente e assistida de um colapso hiperinflacionário no Brasil não permite, ao governo Sarney, nem mais um dia de hesitação. Hoje a adoção de medidas não apenas dura — seria pouco na atual circunstância —, mas de uma desastrosa, cruel, extrema violência no controle dos gastos públicos. Não basta as promessas de que o governo só gastará o que arrecadar. É necessário vencer, com máxima ousadia, um agravamento insuperável de todo o descalço e o cenário que cerca o seu governo — o que viria a provocar, com uma fuga de capitais e uma aceleração vertiginosa das expectativas inflacionárias, o mais grave, o mais alarmante desastre econômico e institucional de que se possa ter notícia no país.

Riscos desta natureza não se afastam com um simples plano de ajustes técnicos — por mais competentes que sejam — mas em função de uma radical inversão política: de uma desmontagem de autoridade arrogada e insubstituível de um ato de coragem capaz de ganhar, mesmo em um contexto surpreendente, heróico e entusiasmado, a confiança plena da sociedade brasileira.

Não convence o argumento de que o governo Sarney careceria de sustentação para uma iniciativa deste

tipo. Apoio político não é algo que se detém aos mãos, como um tesouro imune às frustrações experimentadas pela sociedade. É algo que se conquista, com audácia, com determinação, com ímpeto, com a consciência presente e inabalável dos perigos a enfrentar.

O presidente Sarney não está atabalado, decerto, à dramaticidade da situação vivida pela economia brasileira. A dúvida, a urgência, a grande ameaça de aumento é a de que não saiba reagir com o impulso necessário. Não se pode minimizar o grau das exigências, dos reclamos, das dificuldades que pesam sobre o próximo choque econômico. São de tal modo veementes, carregam consigo a experiência de tantos desastres, de tantos fracassos, de tantas projeções vazias, de tantos equívocos cometidos pelo governo, que somente atitudes espetaculares, abrangentes e corajosas poderiam conduzir ao novo choque a credibilidade de que necessita. Medidas incompletas, de compromisso, tímidas, graduais ou simplesmente erradas só contribuirão para precipitar, em vez de aliviar e de demorralização definitiva do governo, uma corrida hiperinflacionária da qual não há retorno — que termina, forçosamente, na instabilidade institucional.

O governo está ameaçado de um malogro que teria origem na sua própria torção, na sua própria hesitação, na sua própria ausência de ousadia. Avançar, todavia, apoiar para as medidas econômicas — se vierem acompanhadas de uma avalançada audácia no corte das despesas públicas. Não tem por que se intimidar diante das críticas autoritárias e vazias de um sindicalismo sem propostas, sem responsabilidades e sem percepção das emergências reais em que se debate a economia. Não tem por que se curvar, mais uma vez, às pressões anônimas de um folhetismo insubstituível, que de resto já lhe concedeu o tempo de mandato pretendido. Note-se, a este respeito, que não há quem exija o silêncio de aborrecido. Mas incoerência às principais forças políticas — muito menos, evidentemente, ao presidente Sarney — precipitar o país numa desestabilização institucional. É este, contudo, o risco que estará presente, se o governo não souber responder com máxima coragem à ameaça que se aproxima.

Não há mais um minuto a perder. Este momento configura uma emergência de máxima para o país. A decisão está nas mãos de um presidente que, até agora, parece não ter sido consciente da autoridade de

seu cargo e das responsabilidades que este pressupõe que falhou por omissão, por excesso de otimismo, por timidez, por submissão a um esquema político que rejeita o que há de mais avançado, de mais pessoalista, de mais parassitário na sociedade brasileira. Terá de romper com tudo isto. Terá de afastar, pela clareza e pelo impacto de suas atitudes, uma desconfiança que durante quase quatro anos, com algumas interrupções, mas num ritmo implacável, acumulou-se amargamente na população. Terá de vencer o espírito acomodado, o anáclito, o incoerente e o dúbil que dirige suas atividades até agora.

Terá de vencer a si mesmo — os erros se vão, em questão de meses, de semanas ou de dias, arrastado por um desastre econômico, político e social sem precedentes na história brasileira. Será o único responsável por isto. Mas é a nação inteira — na dissolução absoluta de seus valores de convicção política, na destruição brutal de seus projetos de desenvolvimento, no torvelim de uma convulsão social irreversível, no pesadelo infernal da hiperinflação, da recessão econômica, da crise de valores e do colapso das instituições democráticas — quem irá pagar pelo seu fracasso.

O secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, encontra-se neste final de semana em Nova York com representantes dos bancos credores da dívida externa brasileira. Ele vai apresentar as medidas do "choque verão". O Brasil quer que os bancos eliminem ou reduzam o total de recomprimentos e conversões de dívida incluídas no acordo de refinanciamento assinado em setembro passado. Essas operações financeiras são consideradas inflacionárias. Amaral e o embaixador brasileiro nos EUA, Marcílio Marques Moreira, vão pedir também ao governo norte-americano empréstimo de US\$ 3 bilhões.

O ministro do Exército, Leonidas Feres Gonçalves, disse que as medidas serão adotadas segunda-feira. O presidente Sarney deve fazer o anúncio através de uma cadeia de rádio e televisão. **Coluna de Economia**

Sarney nomeia ministro para pasta do Trabalho

O presidente Sarney nomeou ontem Darcius Wernick, 45, para o Ministério do Trabalho. Os sindicalistas Jair Meneguelli (CUT) e Luiz Antonio de Medeiros (CGT) consideram a nomeação uma habil negociação. Sarney convidei o ex-governador de Minas Gerais Francisco Pereira para a pasta de Minas e Energia. O convite ainda não foi aceito. **PAGS. A-6 e B-7**

Ilustração 40 - A Folha também deu destaque à sua opinião, na capa, como esta de 13 de janeiro de 1989

Naquele janeiro de 1989, às vésperas do quarto choque econômico do período pós-redemocratização, o momento foi considerado de extrema importância pelos jornais, que publicaram suas opiniões nas primeiras páginas. Afinal, o país estava na iminência de uma crise hiperinflacionária, como o próprio presidente ressaltou no discurso de anúncio do plano no domingo 15. Ele afirmou que o Brasil estava às vésperas de uma hiperinflação, “que poderia em pouco tempo subir dos 1000% para até 1.500% ano”, conforme reproduziu *O Globo*.

Na edição do dia seguinte ao anúncio, a segunda-feira, 16, os jornais deram destaque às medidas propriamente ditas, nas primeiras páginas, com textos informativos e tabelas (*Ver ilustrações 41 e 42*).

Nessa data, a *Folha* colocou, na primeira página da editoria de economia, abaixo dos textos informativos, um opinativo com o título “Sarney apela ao egoísmo como último recurso”, para analisar o discurso feito pelo presidente no domingo. Nesse texto, assinado pelo jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva, na época diretor-adjunto da Redação, a *Folha* ressaltou que o prestígio do presidente andava baixo e que o discurso de 35 minutos pela TV havia sido longo demais:

No Plano Cruzado, num lance genial de oratória, criou de improviso a imagem do “fiscal do presidente”. Ontem, ao anunciar na TV o “choque verão”, preferiu apelar ao egoísmo humano: “Você não é fiscal de ninguém, você é fiscal de você mesmo, do seu salário, do seu suor”. (...) O final de exagerado otimismo soou artificial diante do quadro geral de extrema gravidade diagnosticado pelo próprio Sarney.

O tempo no Rio: ensaio com livros e breves histórias; tempo de estival. Máximo de 21,9 g/dm³, em Bangu, cidade, 20,6, no Alto da Boa Vista, Ventos de Norte, com nebulosidade. Página 7

O GLOBO

Educação e profissionalização
O crescente investimento de grandes empresas no treinamento de pessoal é elemento de dinamismo sobre o sistema educacional e o mercado de trabalho do País. Editorial, página 4

Fundador: IRINEU MARINHO Diretor-Resposta-Chefe: ROBERTO MARINHO
Ano LVII - Rio de Janeiro, Segunda-Feira, 16 de Janeiro de 1979 - Nº 32.144
Diretor-Geral: RICARDO MARINHO Diretor de Redação: EVANILDO CARLOS DE ANDRADE

Após a reunião no Palácio do Planalto, Medeiros diz que o pacto acabou

Pelo menos, em reunião de duas horas, o Presidente José Sarney explica aos empresários as principais mudanças ocorridas com as novas medidas

Lista dos preços congelados do Plano Cruzado Novo tem 177 itens

As principais mudanças

- O cruzado vira cruzado novo e perde três zeros.
- Acaba a correção monetária. As extintas a OTN e a URP.
- Governo vai gastar apenas o necessário. Vai privatizar estatais.
- Pagamentos prioritários do público serão os de pessoal.
- O crédito para compra de carros novos será reduzido para 12 meses

O Governo adotou ontem, através de medida provisória, um congelamento geral de preços, por prazo indeterminado, com base nos valores efetivamente praticados no dia 14 de janeiro de 1979. A Sunab divulgou tabelas de preços para todas as capitais. A do Rio contém 177 itens. Qualquer aumento de preço por estabelecimentos comerciais realizado no fim de semana não será considerado, valendo o preço da tabela. O Presidente Sarney convocou a população a fiscalizar o congelamento: "Pague essa lista, não compre com o preço anterior e não pague. Procure comprar onde for mais barato". O líder sindical Luiz Antônio Medeiros,

depois de reunião com Sarney, informou que sai do pacto social, por considerar que o Plano Cruzado Novo traz perdas para os salários dos trabalhadores. O industrial Mário Amato apoiou o plano e disse que praticamente tudo o que os empresários queriam foi atendido, como a redução do déficit público e a não edição da Lei de Delinquência Econômica. O Banco Central estendeu o feriado bancário até esta terça-feira.

Valores do Plano Cruzado Novo nas páginas 17, 18, 19 e 20. Tabela de preços congelados nas páginas 25 e 26.

Sarney acaba com 5 Pastas e 42 órgãos e demite 60 mil funcionários

O Presidente José Sarney assinou ontem medida provisória reduzindo de 27 para 22 o número de Ministérios e extinguindo 42 órgãos da administração federal, entre os quais colegiados, fundações e empresas. A reforma implicará o fim dos cargos comissionados dos Ministérios extintos e a demissão de 60 mil funcionários públicos contratados nos últimos cinco anos. As medidas reduzirão em 50 por cento os gastos do orçamento da União.

Para o Ministério da Educação, o Presidente José Sarney convidou ontem o Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), em substituição ao Senador Hugo Napoleão (PFL-PI). O ex-Ministro da Irrigação Vicente Fialho, segundo o Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, deverá ocupar o Ministério das Minas e Energia. Páginas 2, 3 e 5

SALÁRIOS

Negociação de perdas é livre

O Plano Cruzado Novo vai realinhar todos os salários de janeiro pelo seu valor médio real em 88, que será calculado pela conversão do rendimento-base com a OTN, incluindo a URP de 26,05% de janeiro. Salários inferiores a esta média serão reajustados e os que estiverem acima serão congelados. A reposição de perdas que ainda restarem não está garantida por lei, mas poderá ser negociada livremente nas datas-base entre patrões e empregados. O Plano Nacional de Salários de fevereiro foi fixado ontem em NCZ\$ 63,00.

POUPANÇA

LFT corrigirá em janeiro

A poupança continua a ser rendimento mensal, mas os aplicadores não podem fazer depósitos em contas antigas até o dia 31 de janeiro. Devem ser abertas contas novas, que terão a mesma remuneração das antigas. Não podem haver saques nas contas novas por seis meses.

A correção da poupança, em janeiro, será calculada com base no rendimento da LFT.

As mensalidades escolares serão congeladas. Os alunos obedecerão a uma tabela de conversão. A prestação da casa própria deve acompanhar o reajuste salarial do inquilino.

Chico Costa (à esquerda), Malton, Abruc e Dorothea Werneck analisam oficialmente o novo plano

DESVALORIZAÇÃO

US\$ 1,00 vale hoje NCZ\$ 1,00

O Governo desvalorizou o cruzado em relação ao dólar em 17%. Com a reforma monetária, cortando três zeros do antigo cruzado, e o ajuste cambial, US\$ 1,00 passou a valer exatamente NCZ\$ 1,00. A medida, que aumentou a dívida externa em US\$ 18 bilhões, foi justificada pelo Governo como forma de proteger as exportações até abril, quando se fará o primeiro reajuste do Plano Cruzado Novo.

Chico Costa (à esquerda), Malton, Abruc e Dorothea Werneck analisam oficialmente o novo plano

Loteria Esportiva

1	Esportivo	0	Esportivo
2	Esportivo	4	Esportivo
3	Esportivo	1	Esportivo
4	Esportivo	0	Esportivo
5	Esportivo	2	Esportivo
6	Esportivo	1	Esportivo
7	Esportivo	1	Esportivo
8	Esportivo	0	Esportivo
9	Esportivo	2	Esportivo
10	Esportivo	1	Esportivo
11	Esportivo	1	Esportivo
12	Esportivo	1	Esportivo
13	Esportivo	1	Esportivo
14	Esportivo	1	Esportivo
15	Esportivo	0	Esportivo
16	Esportivo	1	Esportivo

Loto

Ninguém acertou a quina sorteadora ontem (15, 25, 28, 36 e 90) pelo concurso 584 da Loto. Segundo os revendedores, a próxima pagará em torno de NCZ\$ 500 mil. Página 5

PREÇO DESTA EXEMPLAR: NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: CLASSIFICADOS: CADERNO A = 6 PÁGINAS NCZ\$ 0,35 4 CADERNOS: 1,40 PÁGINAS

Chico Costa (à esquerda), Malton, Abruc e Dorothea Werneck analisam oficialmente o novo plano

TESTE 2-3

O teste 2-3 da Loteria Esportiva teve três milhões de apostas — jogos 2, 3 e 4. O vencedor foi o jogador de Souza Adelfo, que pode não haver ganhadores com os pontos. Se houver, será três no máximo. Já com 15 pontos, calcula-se um mínimo de dez a um máximo de 40 acertos. O prêmio, descontado o Imposto de Renda, é de NCZ\$ 169.847,00, para o primeiro.

Na cobertura do Plano Cruzado Novo ou Verão II, houve uma valorização do jornalismo opinativo, com a publicação de editoriais na capa e também de análises ao lado dos textos informativos. Foi o momento de avanço dos recursos gráficos nos jornais pesquisados. As tabelas e gráficos foram incrementados e evoluíram, nessa época, para infográficos¹⁹⁷. A *Folha* da data do anúncio oficial desse pacote, por exemplo, destacou um infográfico iluminista – de acordo com classificação proposta em um estudo sobre o assunto por Valdenise Schmitt (2006) – na primeira página, ao lado da manchete, para detalhar de forma simplificada as principais mudanças (*Ver ilustração 42*).¹⁹⁸

Por que a utilização desse recurso mais sofisticado por parte dos jornais nessa época? O infográfico ganhou mais espaço e passou a ser utilizado pelos periódicos brasileiros como um recurso de informação eficaz nos anos 1980. De acordo com o editor de arte de *O Globo*, Léo Tavejnhansky, que trabalha nessa área desse diário há mais de 20 anos, em meados da década de 1970, *O Globo*, como a maioria dos grandes jornais, já contava com profissionais especializados em gráficos e mapas e os departamentos de Arte começaram a ser estruturados. No entanto, apenas nos anos 1980 a infografia passou a chamar grande atenção, com o lançamento, em 1982, do *USA Today*, que revolucionou o design dos jornais no mundo inteiro com seu uso da infografia e da cor:

A maior expansão da técnica, porém, aconteceu em 1985, com a chegada do Macintosh. A infografia deixou de ser artesanal, industrializou-se e se espalhou pelo mundo. Hoje, ela e suas derivações são fundamentais no bom jornalismo, quer em momentos em que apresentam a notícia de maneira rápida e de fácil compreensão, quer elucidando acontecimentos intrincados, ou ainda aprofundando a informação com toques enciclopédicos. A verdade é que as pessoas entendem melhor certos fatos quando mostrados visualmente (*grifos nossos*).¹⁹⁹

¹⁹⁷ O termo vem do inglês *informational graphics* e o seu uso revolucionou o *layout* das páginas de jornais, revistas e sites. É uma forma de representar informações técnicas como números, mecanismos e/ou estatísticas, que devem ser, sobretudo, atrativos e transmitidos ao leitor em pouco tempo e espaço. Normalmente utilizado em cadernos de Saúde ou Ciência e Tecnologia, em que dados técnicos estão mais presentes, vem atender a uma nova geração de leitores, que é predominantemente visual e quer entender tudo de forma prática e rápida. Segundo pesquisas, a primeira coisa que se lê em um jornal são os títulos, seguidos pelos infográficos, que, muitas vezes, são a única coisa consultada na matéria. Os ancestrais do atual infográfico na imprensa são os primeiros desenhos informativos utilizados para contar histórias visualmente, publicados nas páginas dos jornais há aproximadamente 200 anos. Alguns autores registram que sua origem remonta aos primeiros desenhos pintados pelos homens nas cavernas. Mas o primeiro exemplo de infográfico usado em jornais data de 1702, no *The Daily Courant*, primeiro diário inglês. O *The Times*, de Londres, estreou um infográfico na primeira página em 1806, mostrando o passo a passo do assassinato de Isaac Blight. A parte superior continha uma vista da casa de Blight e a parte inferior um plano interno da residência onde aconteceu o assassinato, incluindo o local onde o assassino, Richard Patch, se escondeu até disparar a arma. Também aparecia a trajetória da bala e o lugar onde Blight caiu morto (CAIXETA, 2005, p.1-8; SCHMITT, 2006, p.21 e p.36).

¹⁹⁸ De acordo com a tipologia de infográfico proposta por Gonzalo Peltzer (1991), citado por Schmitt (2006, p. 27), o do tipo iluminista é aquele que apresenta textos acompanhados de pictogramas ou ícones. Trata-se da unidade visual determinada por um marco retangular, que apresenta conteúdos verbais e icônicos, mas o texto não segue os princípios de sequência discursiva única.

¹⁹⁹ Entrevista de Léo Tavejnhansky a Rodrigo Caixeta em julho de 2005.

Massimo Gentile, editor de Arte da *Folha*, diz que esse recurso é tradicional na cultura do veículo “que foi o primeiro jornal brasileiro a usá-lo”, segundo ele. Fábio Marra, infografista desse diário paulista, lembra que os primeiros Macintosh com *softwares* gráficos só chegaram à redação no fim dos anos 1980 e que, até essa época, tudo era construído com habilidade manual, nanquim e letra set. Com os computadores, ficou mais fácil fazer.²⁰⁰

A orientação da *Folha de S. Paulo* para que se utilizassem recursos a fim de informar, de forma mais fácil, o leitor e a defesa de que foi pioneira nessa área estão registradas em seu *Projeto Editorial de 1988-1989*:

A primeira edição do Manual, de setembro de 1984, já dizia que "tudo o que puder ser dito sob a forma de mapa, gráfico ou tabela não deve ser dito sob a forma de texto". Fomos pioneiros na valorização desses recursos. Eles ocupam hoje uma posição de destaque no conjunto de cada edição da *Folha* e são reconhecidos como instrumento altamente eficaz para tornar a leitura dos jornais mais atraente, mais rápida e mais proveitosa. Foi à custa de muito esforço que esses recursos se impuseram e hoje aparecem ao lado dos textos, em pé de igualdade com eles - mas ainda fracamente integrados a eles. Os recursos de arte não constituem apenas um complemento do texto; devem formar um todo com ele e a preocupação do arte-finalista com a reportagem deve ter por contrapartida uma idêntica preocupação do jornalista com o aproveitamento ao menos de parte das informações que ele apurou sob a forma de tabelas, quadros, gráficos etc. O restante da imprensa diária está, ainda, num estágio muito primitivo de confecção do seu material iconográfico (grifos nossos).

Observa-se que o discurso do jornal nessa época não era só de destaque ao pioneirismo na valorização dos recursos gráficos na imprensa brasileira, mas também de que a *Folha* estava na frente dos outros jornais na qualidade deles.

²⁰⁰ Entrevista de Fábio Marra a Rodrigo Caixeta em julho de 2005.

Joseph Maria Serra (1998), citado por Schmitt (2006, p.21), registra que o infografismo ou infografia só passou a ser reconhecido como gênero informativo em 1989. Em dezembro desse ano, Karl Tate, jornalista da *Associated Press*, escreveu na revista especializada *Design* que o *Usa Today* teria forçado os diários a pensar mais nos infográficos. Mais do que as novas tecnologias, o que impulsionou seu uso foi o fato de os editores terem passado a valorizá-los como auxiliares para contar histórias.

Nas notícias de economia dos dois jornais pesquisados, percebe-se uma evolução desse recurso a partir do Plano Verão, em janeiro de 1989. Na cobertura dos pacotes anteriores, predominava a publicação de tabelas com textos em tópicos e de diagramas infográficos, que é um tipo mais simples de infografia (que apresenta uma combinação de diagrama e pictograma).

Na cobertura do “choque verão”, a *Folha* também aproveitou para fazer publicidade sobre o jornalismo que desenvolvia, em um texto de auto-referenciação²⁰¹ na forma de matéria. Na editoria de economia de 16 de janeiro de 1989, como parte da cobertura jornalística sobre os impactos das medidas anunciadas pelo presidente no dia anterior, o jornal paulista trouxe a matéria: “*Folha* noticiou o congelamento cinco dias antes de ele acontecer”. Em cima da matéria, foram publicadas miniaturas de seis primeiras páginas do periódico nas quais se abordava a questão do plano econômico que ainda seria anunciado (*Ver ilustração 43*).

Nesse texto de auto-referenciação travestido de matéria jornalística, a *Folha* destacava, no *lead*, o fato de que o ministro Maílson da Nóbrega teria criado uma nova expressão no vocabulário da política econômica: “efeito Folha”. Isso, em função das consequências da manchete do jornal, em sua edição da terça, 11 de janeiro de 1989: “Congelamento é iminente: Seplan resiste”.

No texto de seis parágrafos, a *Folha* destacava o fato de ter antecipado a notícia do “choque verão” para seus leitores. Por quê? Essa estratégia demonstra uma forma de publicidade do desempenho do próprio jornal, por conseguir divulgar os fatos em primeira mão com relação aos seus concorrentes. Essa ênfase na sua competência está relacionada com uma preocupação de mercado e é um termômetro do cenário de concorrência que os periódicos enfrentavam naqueles idos da década de 1980.

²⁰¹ O conceito foi citado na Introdução.

O *Projeto Editorial da Folha de 1988-1989* – a quinta edição de um rol de normas elaborado em 1981 – registra essa preocupação:

As transformações no restante da imprensa diária e a concorrência permanente da televisão impõem um tipo de preocupação que não mais decorre, simplesmente, da necessidade de fazer um bom jornal –idéia que vai sendo absorvida pelos concorrentes – mas de corresponder, de fato, ao lugar de liderança obtido pela *Folha* até agora. A necessidade de investir no pluralismo, na preocupação com ser um jornal ágil e moderno, de fornecer informações precisas e confiáveis ao leitor foi-se tornando evidente e disseminando na imprensa brasileira. É sinal do sucesso do Projeto Editorial da *Folha*. Mas não é mais a garantia do sucesso para a *Folha* enquanto produto (grifos nossos).

O cenário de concorrência é de guerra, como define o jornal paulista, no final, em seu *Projeto Editorial da Folha de 1988-1989*:

No setor da imprensa diária, a competição por prestígio, por mais anúncios e por mais leitores adquire uma característica feroz de guerra total: os jornais que se contentaram com a sua aura de tradição e elegância se vêem subitamente ameaçados de extinção; outros, que demoraram a compreender o que se passava, se lançam agora a uma tentativa atabalhoada de recuperar o tempo e a posição que perderam, ainda que essa recuperação lhes custe a própria identidade. (...) O Projeto da *Folha* se tornou, em poucos anos, patrimônio coletivo do jornalismo brasileiro (grifos nossos).

Observa-se, no projeto editorial, não só uma auto-referência que explicita a questão concorrencial, mas também legitima o lugar simbólico e de distinção da *Folha*, a qual ressalta que a importância de seu projeto está para além dele mesmo, seria um “patrimônio coletivo”.

A consolidação de estratégias de marketing fez parte da lógica da *Folha* como conglomerado, segundo destaca Gisela Taschner em seu estudo sobre essa empresa:

A utilização da conjuntura política e econômica como elemento de cálculo fica visível, tanto se levarmos em conta a estratégia em relação aos produtos, quanto na definição das prioridades da empresa em cada momento. Assim, na crise de início dos anos 60, Frias e Caldeira formaram o conglomerado; no período da aceleração econômica, dos incentivos do governo e da escalada do autoritarismo, investiram mais na renovação dos equipamentos; na “abertura”, voltaram-se mais para as redações; na recessão do início dos anos 80, começaram a cuidar melhor do *marketing* e da publicidade, e assim por diante (TASCHNER, 1992, p.159).

A empresa passou a investir em estratégias de marketing²⁰² a partir da década de 1980, em uma época em que essa área ainda era algo relativamente novo no Brasil. Ela se desenvolveu originalmente nos países mais avançados, notadamente nos Estados Unidos, junto com o próprio capitalismo monopolista, à medida que as práticas de concorrência manifestavam-se cada vez mais na publicidade e na medida em que, como mostra John Galbraith (1967), citado por Taschner (1992, p. 181-182), o alto investimento em tempo e dinheiro por parte das grandes empresas levava-as à necessidade de tentar reduzir as incertezas com relação ao mercado.

4.3.1 O ajuste no “choque verão”

Quatro meses depois de instituído o Plano Verão, o governo expediu normas de ajustamento a esse programa de estabilização econômica por meio da Lei nº. 7.774, de 8 de junho de 1989.

Na cobertura jornalística de economia de maio e início de junho de 1989, as matérias sobre o fim do congelamento de alguns produtos, os aumentos de preços e a falta de produtos ocuparam bastante espaço nos jornais. Nesse período, a maioria das manchetes foi econômica, salvo algumas exceções em que a política ganhou destaque, em função das articulações para as eleições presidenciais que se realizariam naquele ano.

Diferentemente dos outros planos, o Verão II foi baixado, por meio de medida provisória, pelo presidente Sarney, ao longo do mês de maio – não houve um anúncio bombástico de choque, como nos outros pacotes, nos quais Sarney fez discursos em emissoras de rádio e TV –, e a cobertura diária dos jornais pesquisados acompanhou as mudanças para mostrar aos leitores as novidades que iam alterar o seu dia-a-dia.

O enfoque predominante, no entanto, foi mais de que o “choque verão” estava no fim, do que de que havia um “novo” conjunto de medidas econômicas que poderia ter resultado. Discutiu-se novamente se o país estava na iminência de uma hiperinflação.²⁰³ No dia 13 de maio de 1989, *O Globo* trouxe a manchete “Governo determina correção de

²⁰² Termo em inglês que designa todas as atividades de uma empresa associadas com a distribuição e venda de seus produtos. Essa área tem ampla abrangência e cobre atividades como a promoção de vendas, publicidade e propaganda, pesquisa de mercado, pós-vendas e o descobrimento de novas tendências do mercado e preferências dos consumidores. Essa atividade torna-se cada vez mais importante devido ao acirramento da concorrência internacional com a formação de mercados globais (SANDRONI, 2005, p.514).

²⁰³ A *Folha* de 9 de junho de 1989, por exemplo, publicou a matéria “Economistas crêem em risco de hiperinflação” (Economia, p.B-4), na qual fez uma repercussão sobre o tema com os especialistas.

contratos”, para explicar as mudanças da medida provisória nº. 54, baixada no dia anterior por Sarney (*Ver ilustração 44*).

A principal mudança era a indexação múltipla da economia, que deixava, para cada setor, a tarefa de procurar seu próprio indexador, que não fosse o Índice de Preços ao Consumidor (IPC). Nos textos, o jornal repetiu a fórmula da cobertura dos planos anteriores: retrancas acompanhadas por boxes com as explicações das principais mudanças determinadas pelo governo.

Nessa mesma data, a *Folha* trouxe a manchete “Governo acha que a economia está sobre o fio da navalha”. A discussão era de que o Brasil vivia uma situação de “equilíbrio estável”, como o ministro Máílson da Nóbrega definiu na época (*Ver ilustração 45*).

No dia 15 de maio, a *Folha* registrou a insatisfação da população, em uma matéria sobre uma pesquisa de opinião realizada após quatro meses do “choque verão”. Foram entrevistadas 1.050 pessoas, em São Paulo, e 755, no Rio de Janeiro, pelo Datafolha, em 11 de maio. O índice de desaprovação do plano foi de 66% e o percentual sobre a piora do nível de vida alcançou 60%.

Nesse contexto, a discussão econômica invadiu outras editorias, que não a de economia. Na *Folha* de 19 de maio, foi parar na editoria de *Cidades*, na qual a abordagem sobre a confusão gerada pelas notas em circulação chegou a ocupar uma página inteira. É que, nessa data, entrou em circulação a nota de NCZ\$ 100,00 e, com isso, três cédulas diferentes de cem, com valores específicos cada uma, passaram a confundir a cabeça de muita gente. A matéria registrava que havia, no país, 12 cédulas em circulação: algumas em cruzeiros, outras em cruzados e ainda algumas em cruzados novos (*Ver ilustração 46*).

Em *O Globo*, essa confusão gerada pelo dinheiro virou matéria no Segundo Caderno, no dia 20 de maio, com o antetítulo “A nova nota de NCz\$ começa a circular na cidade e confunde os cariocas na hora de pagar”; e título “A penúltima nota de 100”. A sub-retranca foi “Nas lojas, salve-se quem puder”.

No dia anterior, *O Globo* chegou a anunciar na capa que o governo estava preparando um novo pacote econômico para conter a expansão do consumo. Mas a edição de outro choque acabou sendo suspensa, nos dias seguintes, pelo ministro da Fazenda, e o jornal carioca teve de esclarecer isso em outras matérias. No dia 4 de junho, colocou uma chamada na primeira página com o título: “Governo já não pensa em choque para deter inflação”.



Ilustração 44 - O Globo destacou, em 13 de maio de 1989, medida provisória do Verão II

FOLHA DE S. PAULO ★
SEGUNDO CLUBE

Bureau do Brás: Otávio Frias Filho • São Paulo, sábado, 13 de maio de 1989 • Um jornal a serviço do Brasil • Ano 69 • N.º 21.955 • Al. Barão de Limeira, 425 • N.º 21.955 • R\$ 0,50

Trânsito mata 50 mil por ano

Desenho de ilustração computadorizada do quadro que a Folha traça com regras para dirigir com segurança

Cerca de 50 mil pessoas morrem todos os anos nas ruas e estradas do Brasil, a um custo social de US\$ 2 bilhões. O índice equivale a uma morte a cada dez minutos e representa um dos problemas existentes no país em termos de segurança dos transportes. Porto Velho (RO) é a cidade que tem o trânsito mais perigoso em relação ao número de veículos em circulação. Os dois mais perigosos locais das estradas estão na entrada de Vitória (ES). Especialistas em transportes discutem a falta de uma política global para o setor.

Na pág. C6, você verá as regras para dirigir com segurança. Caderno Cidades

Governo acha que a economia está sobre o "fio da navalha"

ELEONORA DE LUCENA
Estrada de Lacerdosa

O ministro da Fazenda, Malleson da Nêrega, tem dito a seus assessores que está sobre o fio da navalha. Se libera os preços de uma vez só, a inflação explode. Se segura demais os reajustes, há risco de superaquecimento do consumo e desabastecimento. A decisão pelos aumentos graduais pretende evitar "o estouro da bolada". A área econômica compara a situação da economia à de um barco frágil no meio da tempestade. O equilíbrio é instável. É preciso chegar ao porto seguro: as eleições presidenciais. Na avaliação oficial, será um sucesso se a inflação estiver em torno de 15% em novembro. A estimativa para maio está entre 8% e 9% e entre 10% e 11% para junho. O governo reconhece que a economia agora está mais vulnerável do que na época do "choque verão", em janeiro. **PAG. B-1**

Consumidores fazem fila a fim de obter uma senha para comprar carne no supermercado Eldorado (zona sul): o reajuste de 15% em vigor desde ontem não acabou com o dano nas açougues - Pág. B-4

Malleson para ser substituído: análise feita em Nova York, informa o colunista Joyce Paesowitch, na pág. B-2

Ilustração 45 – Em 13 de maio de 1989, a *Folha* mostrou o Governo defendendo que a economia estava em “equilíbrio estável”

Menos de cinco meses depois de lançado o Plano Cruzado Novo ou Verão, o governo Sarney desistia de um novo choque e se rendia à chamada política “feijão-com-arroz”: a administração do dia-a-dia para evitar uma explosão inflacionária. E essa foi a principal característica do Verão II.

Os números da inflação e a reivindicação de medidas econômicas foram a tônica dos editoriais. A *Folha*, por exemplo, destacou, no dia 4 de junho de 1989, o texto opinativo “Fim do choque verão”. A abordagem era a de registrar a suspensão do congelamento como uma coisa positiva, naquele momento, porque ele teria se tornado “artificial”.

As historiadoras Mendonça e Fontes (1994, p.83), ao analisarem o período, registram que o Plano Verão conjugava a absoluta falta de regras de indexação com a seletividade na aplicação de aumentos salariais. Suspendeu-se a URP, a qual só atingiria categorias com data-base entre fevereiro e junho daquele ano. O setor público constituiu-se em seu alvo número um: redução salarial, demissões e extinção de órgãos estavam entre suas medidas. O único e impávido “colosso” nessa crise era a inflação, quadruplicada entre 1985-1989, ultrapassando o índice de 1.000% ao ano.

A busca de represamentos temporários da inflação, sem mudanças no modelo distributivo, teve como consequência o agravamento do desequilíbrio das contas públicas e redundou em efeitos perversos. Houve a perda da credibilidade nas políticas de choque; a instalação de um horizonte especulativo na formação dos preços em geral; e desacelerava-se grandemente o crescimento industrial. Aliado a isso, havia o fato de que a moeda se desvalorizava internamente e, estrangulada pela dívida externa, perdia sua capacidade de constituir-se em reserva de valor. A crise extrapolava os limites econômicos e se irradiava pelo Estado e por suas instituições (*ibid.*, p.83-84).

Além disso, naquele contexto de final de década, em 1989, o país se preparava para a realização das primeiras eleições diretas para presidente. Esse fato político traria profundas consequências à economia nos anos seguintes.

Apesar das dificuldades, no entanto, o balanço da década de 1980, a partir das estatísticas oficiais, registrou uma nação com uma melhor condição que no passado. A longevidade do brasileiro era maior que nos anos 1970; as cidades dispunham de maior quantidade de bens duráveis, como carro e televisão, além dos serviços essenciais como luz e água, esgotos e vias públicas; o saber era mais acentuado, se comparado ao dos cidadãos dos anos 1960 e 1970; os índices de leitura e a edição de livros didáticos ou literários tinham se elevado; havia uma maior oferta de trabalho, mas as taxas de

desemprego oscilavam entre 3% e 5% – em média, 28 empregados para cada empregador e 50% deles trabalhando no campo com remuneração equivalente a meio salário mínimo; o pardo, mais que o branco, tinha ampliado sua presença na sociedade (BAHIA, 1990, p.394).

A riqueza social havia aumentado, mas não sua distribuição: o país tinha a sexta maior população do mundo e abrigava apenas 5% de ricos; e um novo perfil urbano se refletia em uma sociedade mais bem informada e mais participante, mais beneficiada por serviços públicos e por benefícios à educação e à saúde (*ibid.*).²⁰⁴

Nesse contexto de balanço da década de 1980, a indústria jornalística era desafiada por um mercado em expansão. As tiragens dos jornais, em 1988, evoluíram para índices em torno de 200/250 mil exemplares, de segunda-feira a sábado, e 400/500 mil aos domingos. As edições médias, por número de páginas, se fixaram em torno de 100 páginas, nos dias úteis, e 300, nos domingos, em face, principalmente, das limitações de custo do papel, comuns a todos os países (*ibid.*, p.374).²⁰⁵

No que diz respeito ao jornalismo de economia, da segunda metade até o final da década, a abertura política e a sucessão dos pacotes de estabilização trouxeram mudanças na forma de apresentar a notícia e de se relacionar com o leitor. A cobertura jornalística passou de predominantemente entusiasmada, no Plano Cruzado, para uma cobertura mais crítica ao longo dos outros quatro programas de medidas econômicas que se seguiram.

As notícias de economia foram valorizadas com a evolução dos gráficos e tabelas e ganharam o reforço dos infográficos. De 1986 a 1990, os principais jornais brasileiros instalaram, na redação e na área de classificados, sistemas integrados de computadores. Até 1990, o jornalismo impresso investiu US\$ 100 milhões em novas tecnologias, conforme estimativa da ANJ. Bahia (1990, p.390) registra que isso representou “a maior revolução industrial da imprensa brasileira em todos os tempos”.

Nessa época, investiu-se em inovações de pessoal, em micros, em rotativas, em aperfeiçoamento técnico de circulação. As novas técnicas de produção adotadas eliminaram uma série de etapas industriais na elaboração do produto e permitiram a sua impressão em até 35 minutos (BAHIA, 1990, p.391).

²⁰⁴ Mais da metade (53%) dos domicílios nas cidades tinham nessa época redes públicas de água, contra 33% nos anos 1970. A mesma tendência ocorria com instalações sanitárias. Mais da metade das casas (54%) tinham aparelho de televisão e, para cada 100 famílias, 22 tinham um carro, mais que o dobro do decênio anterior (BAHIA, 1990, p.294).

²⁰⁵ No Brasil, em 1986, o Plano Cruzado desencadeou crescente interesse dos leitores por jornais e revistas, de modo que os fabricantes de papel, embora aumentando a produção, não conseguiram atender à demanda. O consumo de papel em 1985 foi de 270 mil toneladas, contra 500 mil em 1986. Em 1987, a demanda continuou alta e exigiu economia de espaço dos veículos mais investimentos dos produtores de papel e celulose (*ibid.*, p.374).

A análise dos jornais pesquisados mostra que houve um aumento da interatividade com os leitores nesse período de pós-ditadura. Eles começaram a ter mais peso nessa relação, pois os periódicos intensificaram a preocupação de responder às questões que eram mais relevantes para seu público nas turbulências provocadas pelos diversos planos, e esse contato direto com o leitor (via telefone ou por cartas) gerava questionamentos e novas pautas, que alimentavam o noticiário.

Como empresas, os jornais passaram a investir em estratégias de marketing – uma área que também começou a ganhar espaço, no meio empresarial brasileiro, nos anos 1980 – para conquistar mais leitores em um período de guerra contra a concorrência entre os próprios periódicos e a TV.

Ao iniciar o novo decênio, o último do século XX, como se desenvolveu a cobertura da editoria de economia dos principais jornais? O jornalismo da primeira metade da década de 1990 compõe o próximo capítulo, que discute o impacto do Plano Collor, as reconfigurações provocadas a partir dele no país, o Plano Collor II e a análise da cobertura jornalística desse período, perpassado, inclusive, pela discussão dos direitos do consumidor.

5 “Brasil Novo” e foco no leitor consumidor-espectador-cidadão

Durante os primeiros meses de 1989, a crise econômica que assolava o Brasil, em seus diversos aspectos (inflação, dívidas externa e interna, déficit público, reforma do Estado), e as iniciativas do governo federal relativas a essas questões ocupavam o noticiário.

José Sarney acabaria o governo sitiado pela inflação, pressionado pelo baixo crescimento da economia e envolto em um clima de descrédito perante a população. Essas condições geradas favoreceram a candidatura de um nome visto pelo eleitorado como renovador, símbolo de algo novo para o país cuja população iria às urnas para escolher um presidente pelo voto direto depois de 29 anos. O então governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, soube sintonizar-se com tais tempos e construiu sua campanha dentro de tal contexto.

Nesta etapa da pesquisa, depois de perpassarmos nos capítulos anteriores a fase imediatamente seguinte à instauração da “Nova República”, buscando enxergar o jornalismo de economia nesse processo, ingressamos, deste ponto em diante, no outro momento histórico que marca o período analisado: o “Brasil Novo” propagado por Collor e a consolidação do modelo neoliberal nos governos brasileiros a partir de seu mandato.

Fernando Collor de Mello ascendeu no cenário brasileiro, em uma atmosfera política e econômica de incertezas, no limiar da década de 1990. Ele era praticamente desconhecido nacionalmente, até o início de 1989, quando começou uma campanha na televisão para vencer as eleições presidenciais.

Antes de lançar-se candidato, Collor teve uma vida política sinalizada por evidente inconstância partidária, com freqüentes mudanças de legenda, segundo as conveniências do jogo político. Em 1979, foi nomeado prefeito de Maceió, pela Arena. Em 1982, foi eleito deputado federal pelo PDS, sucedâneo da Arena na sustentação do regime autoritário. Em 1986, venceu as eleições para governador de Alagoas pelo PMDB, então uma agremiação sedutora para os náufragos do PDS, que se esfacelava junto com o governo militar. Dois anos depois, na impossibilidade de candidatar-se pelo PMDB, criou, a partir do Partido da Juventude (PJ), a sua própria legenda, a do Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Foi como candidato do PRN que chegou à Presidência da República,

com a ajuda de uma poderosa ofensiva publicitária (LATTMAN-WELTMAN, RAMOS & CARNEIRO, 1994, p.7).

O noticiário sobre a eleição presidencial, nos idos de 1989, se concentrava no acompanhamento da indefinição das candidaturas dos dois maiores partidos brasileiros à época, o PMDB e o PFL, únicos, ao que tudo indicava, capazes de opor uma forte candidatura de “centro” ou de “centro-direita” ao favoritismo que os já candidatos Leonel Brizola (PDT) e Lula (PT), então, obtinham nas pesquisas. Ambos eram identificados no cenário político-partidário nacional com propostas de “esquerda”. Nessa época, a candidatura de Collor não parecia ser digna de muita atenção por parte da imprensa (*ibid.*, p.15-17).

Mas, de março ao início de junho, a taxa de aprovação de Collor nas pesquisas nacionais disparou de 9% a 40%. Ele aumentou suas aparições na TV, comprando o tempo gratuito (dividido, segundo a lei eleitoral, de acordo com a proporção de votos ganhos nas eleições anteriores) de diversos partidos políticos. Embora tecnicamente legal, essa tática era típica das muitas práticas questionáveis de sua campanha (SKIDMORE, 2003, p. 302).

Collor era jovem, atlético, de boa aparência e muito desenvolvido em suas aparições televisivas. Ele vinha do estado pobre nordestino de Alagoas, mas havia crescido no Rio de Janeiro e em Brasília, onde sua tradicional família politicamente poderosa mantinha residências.²⁰⁶ Seu pai, Arnon de Mello, tinha sido senador e tinha governado Alagoas no período de 1950-1954, e seu avô pelo lado materno, Lindolfo Collor, tinha ocupado a pasta do Trabalho logo após a sua criação, em 1931, pelo Governo Provisório instituído com a Revolução (LATTMAN-WELTMAN, RAMOS & CARNEIRO, 1994, p.5-7; SKIDMORE, 2003, p. 302).

O pai de Collor havia levado seus modos políticos nordestinos ao Senado Federal, onde, em uma discussão, baleara mortalmente um suplente de senador. Mas Arnon de Mello estivera também em sintonia com a política moderna, como demonstravam suas estreitas relações com o empresário Roberto Marinho (*TV Globo*) e sua propriedade da estação da retransmissora da *TV Globo* em Alagoas (SKIDMORE, 2003, p. 302).²⁰⁷

²⁰⁶ Sua família de políticos alcançou, a partir de 1930, razoável destaque nos acontecimentos que sucederam ao desmantelamento da República Velha.

²⁰⁷ Tanto Arnon quanto seu sogro Lindolfo chegaram à militância política por meio do exercício profissional do jornalismo, circunstância que, de certo modo, repetiu-se com Fernando Collor, ligado às atividades do setor que projetou politicamente o pai e o avô. Arnon trabalhou na *Vanguarda*, jornal dirigido por Oséas Mota, em seguida no *Diário de Notícias* e, mais tarde, nos *Diários Associados*, assumindo finalmente a direção da *Gazeta de Alagoas*, uma espécie de matriz das Organizações Arnon de Mello, que, além do jornal, abrangem um parque gráfico, uma emissora de rádio e um canal de televisão que repassa os programas da *TV Globo*. Já Lindolfo Collor, era diretor de *A Federação*, jornal fundado por Júlio de Castilhos nos anos terminais do regime monárquico e que se transformou, com o tempo, em órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (LATTMAN-WELTMAN, RAMOS & CARNEIRO, 1994, p.5-7).

Na metade da década de 1980, Fernando Collor de Melo começou sua investida política, assumindo o manto de uma cruzada contra a corrupção ainda enquanto era governador de Alagoas. Seus alvos eram os altos funcionários públicos (“marajás”), a quem ele acusava de viver luxuosamente à custa do contribuinte brasileiro. A estratégia, depois, se demonstrou popular com o eleitorado nacional, até mesmo pelo fato de o candidato ser do Nordeste, uma região de notória corrupção política. Sua outra principal mensagem era uma promessa de aplicar a política econômica neoliberal no Brasil – isto é, encolher o governo e privatizar parte das empresas estatais. Isso, assegurava ele aos potenciais eleitores, poria o Brasil em dia com países como a Argentina, o Chile e o México, que já estavam descartando o protecionismo e vendendo suas maiores empresas públicas. Logo, de acordo com sua promessa, o Brasil estaria entrando no “Primeiro Mundo” (SKIDMORE, 2003, p. 303).

Dessa forma, Collor assumia a pose de um messias que poderia resolver os problemas do Brasil pela força de sua personalidade. Nisso, ele se assemelhava a Jânio Quadros, que havia ganhado as eleições presidenciais de 1960 apresentando-se como um messias político. Essa estratégia se adequava claramente ao ânimo dos muitos brasileiros suscetíveis a políticos que prometessem milagres. Ao mesmo tempo, sua mensagem neoliberal apelava aos homens de negócios, que procuravam um candidato comprometido com a redução do papel do governo na economia (*ibid.*).

Com a reinstituição da eleição popular direta para a Presidência da República, novos regulamentos eleitorais providenciaram um novo procedimento: o presidente deveria ser eleito em um processo de dois turnos. No primeiro turno de 1989, no dia 15 de novembro, foram registrados 22 candidatos²⁰⁸. Se nenhum candidato obtivesse maioria nessa fase, então seria realizado um segundo turno entre os dois candidatos mais votados no primeiro.

E foram para o embate, no segundo turno, Collor e Lula (que havia derrotado Brizola no primeiro). Na época, Lula era visto por muitos como um tipo de antimessias, o operário de São Paulo, com gramática hesitante e um inconfundível aspecto proletário, que havia perdido um dedo em um acidente com uma máquina de fábrica (SKIDMORE, 2003, p. 304).

²⁰⁸ Além de Collor, Lula e Brizola, foram também candidatos em 1989: Ulysses Guimarães (PMDB); Paulo Maluf (PDS); Guilherme Afif Domingos (PL); Mário Covas (PSDB); Roberto Freire (PCB); Affonso de Camargo Neto (PTB); Enéas Carneiro (Prona); Aureliano Chaves (PFL); José Alcides Marronzinho (PSP); Zamir José Teixeira (PCN); Fernando Gabeira (PV); Celso Teixeira Brant (PMN); Livia Maria de Abreu (PN); Paulo Gontijo (PP); Antônio dos Santos Pedreira (PPB); Manoel de Oliveira Horta (PDC do B); Eudes de Oliveira Mattar (PLP) e Armando Correa da Silva (PMB).

O confronto entre Lula e Collor assumiu, então, uma nova intensificação ideológica, com Collor tentando assustar os eleitores, ao qualificar Lula como o perigoso radical que expropriaria suas propriedades. Essa tática demonstrou ser bastante eficaz em São Paulo. O PT previu que Collor, se eleito, faria um governo inescrupuloso, que seria um desastre para o Brasil (*ibid.*)

A campanha no segundo turno polarizou as forças políticas. Lula recebeu apoio do PDT, do PCB, do PMDB e do PSDB, e Collor, dos demais partidos. A disputa foi se tornando cada vez mais tensa à medida que o candidato do PT ia crescendo nas pesquisas. No início de dezembro, segundo o Ibope, Lula estava a oito pontos percentuais do adversário, diferença que baixou para sete pontos quatro dias depois e para apenas um ponto na semana seguinte (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.209-214).

Na reta final da campanha, no dia 12 de dezembro, Collor apresentou uma bomba no horário eleitoral gratuito: o depoimento da enfermeira Miriam Cordeiro, ex-namorada do candidato petista e mãe de sua filha Lurian. Ela contou que, quando ficara grávida, Lula lhe oferecera dinheiro para abortar e acusou o ex-namorado de racista. O depoimento teve grande repercussão e abalou a candidatura de Lula (*ibid.*).

A meio do primeiro e do segundo turno da eleição, houve dois debates entre os candidatos do PRN e do PT. O primeiro foi transmitido dos estúdios da *TV Manchete*, no Rio de Janeiro, em 3 de dezembro. O segundo foi no dia 14, nos estúdios da *TV Bandeirantes*, em São Paulo. Ambos foram transmitidos das 21h30 à meia-noite por um *pool* formado pelas quatro principais emissoras de televisão do país: *Globo*, *Bandeirantes*, *Manchete* e *SBT* (*ibid.*).

A *Rede Globo* apresentou duas edições desse último debate, no dia seguinte à sua realização (uma, no jornal *Hoje*; e outra, no *Jornal Nacional*). A segunda edição acabou provocando uma grande polêmica com relação à emissora tê-la feito de forma a favorecer Collor, tanto na seleção dos momentos, como no tempo dado a cada candidato, já que ele teve um minuto e meio a mais do que seu adversário do PT.²⁰⁹

E o segundo turno ocorreu no dia 17 de dezembro, com a vitória de Collor –depois de intensa disputa e numerosas acusações de práticas ilegais de campanha – por uma

²⁰⁹ O livro *Jornal Nacional – a notícia faz história* (2004), publicado pelo setor Memória Globo, traz diversos depoimentos de jornalistas que trabalharam na cobertura e na edição do debate. O então vice-presidente das Organizações Globo, João Roberto Marinho, fez um balanço do episódio e admitiu que a edição provocou um inequívoco dano à imagem da *TV Globo*, mas rebateu qualquer tentativa de vincular a edição a um ato de má-fé. Nas eleições de 1994 a 1998, devido a divergências entre candidatos, não houve debates. Em 2002, quando eles se realizaram, a *TV Globo* já tinha consolidada a decisão de não mais editar debates políticos, limitando-se a apresentá-los na íntegra e ao vivo. Concluiu-se que um debate não pode ser tratado como uma partida de futebol. A *TV Globo* passou a adotar como norma não editar esse tipo de evento (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.209-214).

margem de 42% a 37,8%. As táticas amedrontadoras de Collor demonstraram ressoar melhor entre o eleitorado, especialmente em São Paulo, o berço do movimento trabalhista de Lula. Elas também amedrontaram os prósperos homens de negócios (industriais, empreiteiros etc.), que contribuíram com enormes somas para a campanha de Collor (SKIDMORE, 2003, p. 304).

5.1 Mito político e a cobertura do Plano “Brasil Novo” ou Collor I

Collor assumiu a presidência no dia 15 março de 1990, em meio a uma publicidade altamente favorável. A mídia, preponderantemente, o apoiara, com a imprensa estrangeira seguindo-a em grande parte. O governo dos EUA estava especialmente contente com o novo presidente brasileiro, acreditando que ele adotaria a política neoliberal que recomendava a todos os países em desenvolvimento (*ibid.*).

Latteman-Weltman, Ramos & Carneiro (1994, p.5-7), em um estudo sobre o papel da imprensa escrita e da mídia geral no momento da formação de uma democracia de massas no Brasil, acrescentam que, em todo o processo, o marketing de Collor e seus assessores contou não apenas com farto espaço na mídia, mas também com uma verdadeira adesão editorial dos principais órgãos de imprensa²¹⁰. “Os seus ‘reclames’ foram não apenas divulgados, como também incorporados à própria pauta dos veículos, e tal como os ‘anunciantes’ desejavam: com seus slogans, bordões, ênfases e apelos.”

Kátia Mendonça (2002), ao estudar o mito político da salvação no Brasil tendo como enfoque a construção de imagens em torno do presidente Collor, mostra que “expressões do mito do salvador são configuradas ao longo do século XX na história do país”. Surgem nas figuras de Getúlio Vargas, que construiu seu mito utilizando a imagem de protetor do povo, e cujo suicídio acabou completando sua heroificação; e de Juscelino Kubitschek, que, após Vargas, surgiu como o herói movido pela utopia da modernização: “50 anos em 5”. Também vão aparecer em Jânio Quadros, cuja imagem foi a do profeta que pregava a revolução do tostão contra o milhão por meio de discursos moralistas em favor da luta contra a corrupção.

A renúncia de Jânio Quadros criou o ambiente propício para a emergência do salvador coletivo – o Exército – cujo carisma institucional será reforçado pelo silêncio e

²¹⁰ Os autores fizeram um levantamento das principais matérias dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, e das revistas *Veja* e *Isto É/Senhor*, de agosto de 1988 a agosto de 1989.

imaterialidade do poder. Após o regime militar, novamente se constituiu o mito da salvação, em torno de Tancredo Neves. Nesse caso, reforça a autora, o mito se construiu pela espera da redemocratização do país e de melhores condições de vida para o povo. Ele foi expressão de destaque durante a campanha das “Diretas Já”; entretanto, foi sua morte que consagrou seu legendário de pai e ao mesmo tempo instaurador de uma nova ordem – a “Nova República” –, embora não sendo ele o advogado de rupturas, de aventuras, mas antes da estabilidade, da segurança, do mito da conciliação. Sua imagem acabou sendo associada à de um novo Tiradentes (MENDONÇA, 2002, p.306-308).

Depois, o mito se materializou nas primeiras eleições democráticas do país na figura de Collor, que, por sua vez, se inscreveu na construção de um imaginário da modernidade, menos como discursos acerca da implantação de indústrias de base e de projetos promotores do desenvolvimento econômico no país, como Vargas, JK ou os militares, e mais como discurso de inserção do Brasil no “Primeiro Mundo” (*ibid.*, p. 76).

O imaginário da ascensão de Collor foi, portanto, tecido sobre o mito do herói salvador, fundamentalmente sobre a imagem do “novo”, de um “novo jeito de fazer política”. Esse imaginário se baseará na ruptura simbólica com o passado, expressa no voto. Tal representação será definida, em relação às práticas que envolvem o exercício do poder, como não-corrupta e audaz e, em relação ao personagem, como jovem e não-comprometido com os antigos políticos (*ibid.*, p.69).

Mendonça (*ibid.*, p.71-74) afirma ainda que expressões simbólicas do mito da salvação foram, no plano do imaginário político, tanto o “Estado Novo” de Vargas, a “Revolução de 1964” ou a “Nova República” de Tancredo Neves e José Sarney, quanto o “Brasil Novo” de Collor que, como os anteriores, projeta a imagem de um herói fundador. O “Brasil Novo” de Collor romperá simbolicamente com a “Nova República” de Sarney, que nesse encadear de rupturas rompeu, por sua vez, com o regime militar. Novas palavras vão compor esse imaginário: o adjetivo “collorido” assume ares de emblema da modernidade e da firmeza administrativa prometida.

Que mudanças esse novo contexto trouxe para a imprensa e para a editoria de economia dos grandes jornais? Collor começou seu governo com uma bomba: no dia seguinte ao de sua posse, anunciou medidas de choque contra a inflação. Seus assessores o haviam alertado de que o Brasil estava à beira de uma inflação descontrolada. No

acumulado dos dois primeiros meses de 1990, a taxa oficial ficou em 169,72%.²¹¹ Em março, quando ele assumiu a presidência, o índice estava em torno de 80%.²¹²

Os principais itens do plano econômico foram concluídos na primeira quinzena de janeiro de 1990, pela equipe sob comando da economista Zélia Cardoso de Mello. Ela deveria ouvir as opiniões de todas as correntes políticas antes do fechamento definitivo do plano e as medidas de impacto só seriam reveladas dois meses depois, no dia seguinte ao da posse de Collor (LATTMAN-WELTMAN, RAMOS & CARNEIRO, 1994, p.50).

A equipe do presidente afirmava, então, que a única solução era um tratamento de choque, começando com o bloqueio das contas de poupança de todos os brasileiros e tendo como medidas paralelas o congelamento de preços e a abolição da indexação (SKIDMORE, 2003, p. 304-305).

Como foi a cobertura jornalística dessa época? Às vésperas da posse, as atenções se voltavam para a prospecção do que iria acontecer com a economia. Afinal, depois da redemocratização, havia um histórico de sucessivos planos econômicos e a expectativa era grande por parte da imprensa e da sociedade com relação ao tão anunciado “Brasil Novo” que Collor prometera instaurar desde sua campanha eleitoral.

Relatos de jornalistas confirmam essa expectativa – materializada em uma cobertura de antecipação do que poderia ser o novo plano econômico – que já havia sido incorporada, de certa forma, à prática profissional da categoria. Miriam Leitão, por exemplo, fala sobre isso:

O Plano Collor foi outro desespero porque, primeiro, a gente ouvia dizer que se preparava, mas, ao mesmo tempo, não podia dizer que estava ouvindo dizer, porque não tinha nada fechado, porque tudo era muito trancado a sete chaves. E o plano veio completamente destemperado, maluco. (...) Quando ele chegou, a imprensa já estava mais preparada, mas por outro lado não estava preparada para a bomba atômica, porque aquilo foi uma bomba atômica. O que ocorreu dias depois? Os bancos não conseguiam fechar o dia, porque se fechasse o dia tinham de quebrar. Como o dinheiro foi congelado todo, é como se tivesse de entregar todo aquele dinheiro para o governo. Enfim, o Banco Central não sabia exatamente como operar no dia seguinte com ativos congelados no banco. Então, foram, assim, 40 dias de caos nos bancos. Ninguém sabia quem podia tirar (*grifos nossos*).²¹³

²¹¹ Dados divulgados na matéria “Reajuste de tarifas públicas chega a 83,5%” (Economia, p. B-3), na *Folha de S.Paulo* de 17 de março de 1990.

²¹² Dados divulgados na matéria “Inflação prefixada de 40% vai determinar reajustes de abril” (O País, p.5), em *O Globo* de 15 de março de 1990.

²¹³ Entrevista de Miriam Leitão concedida à autora, no Rio de Janeiro, em 15 de maio de 2007.

No relato de Miriam Leitão sobre esse período, mais uma vez aparece a função do jornalista como um profissional que tem como missão “ajudar as pessoas” a entenderem as mudanças na economia, principalmente em um momento “dramático” como aquele:

Teve caso de gente que ligava para a redação dizendo que ia se matar. A gente não sabia o que fazer. Era um momento dramático. Gente que falava que vendeu tudo para comprar outra coisa e agora não teria mais acesso ao dinheiro. A arbitrariedade chegou ao limite, não é? A invasão que o governo fazia na vida das pessoas era uma coisa completamente alucinada. E, ao mesmo tempo, elas queriam tanto se livrar daquilo, que pesquisas de opinião mostraram que ninguém tinha ficado com raiva do Collor imediatamente. As pessoas diziam: “se esse era o preço a pagar, então vou agüentar”. Teve muito essa reação. A gente tinha de novo de ajudar as pessoas a entenderem aquela confusão toda (grifos nossos).²¹⁴

A jornalista relembra que teve impressões sobre a possibilidade de um novo choque antes do anúncio oficial do Plano Collor e que queria deixar seus leitores e telespectadores de sobreaviso, mas não tinha certeza do que iria ser anunciado. Nessa época, ela trabalhava também na televisão, na *Manchete*, e fazia um comentário no chamado *Programa de Domingo* dessa emissora, que era gravado às sextas-feiras:

E eu me lembro que eu gravei meu comentário, antes do Plano Collor, dizendo o seguinte: se você tem qualquer operação bancária para fazer na semana que vem, depósito, sacar coisas, fazer qualquer coisa bancária, saque na segunda ou na terça-feira, porque vai ter feriado bancário. Eu sabia que vinha um plano, mas não sabia que ia ser daquela forma tão violenta. Eu achava que ia mexer com as regras do overnight, mas não sabia que chegaria até a poupança. Mas eu não podia dizer: olha, tire seu dinheiro todo do banco. Eu queria dar uma dica, mas ser responsável. Não sei se agi certo ou não, se eu deveria ter dito o que eu achava. Mas eu não tirei meu dinheiro do banco. Se eu não posso contar para o meu ouvinte “tire seu dinheiro do banco”, também não vou tirar o meu. Vamos morrer juntos (grifos nossos).²¹⁵

Ela contou que suas deduções tinham sido baseadas na leitura que havia feito de textos de economistas envolvidos com o governo Collor:

Eu não tinha condição de ter certeza que iam fazer alguma coisa contra as contas bancárias. Eu achava que iam fazer. Tudo me levava a crer, pelo que eu tinha lido nos textos das pessoas que tinham chegado ao poder. Eu tinha lido Antônio Kandir, por exemplo, que falava claramente que era preciso um calote na dívida interna e ele estava na equipe econômica da Zélia. E eu dizia: e se ele influenciar os outros e se ele convencer de que tinha de fazer um calote? Mas eu não podia dizer.

²¹⁴ *Ibidem.*

²¹⁵ *Ibidem.*

porque podia detonar um processo desastroso e depois nunca ia poder saber se era o jornalismo que tinha feito isso ou o governo. Então, eu falei assim: se você tiver alguma coisa bancária para fazer, faça na segunda ou na terça-feira, porque vai ter feriado bancário e pode ser mais de um dia. Na quarta-feira de manhã, o governo decretou três dias de feriado bancário. Pelo menos, eu alertei um pouco, mas eu não podia ir muito além daquilo (grifos nossos).²¹⁶

Carlos Sardenberg, por sua vez, reforça que, nesse papel de antecipar possíveis medidas que ainda seriam anunciadas pelo governo, muitos jornalistas acabaram cometendo equívocos e gerando contradições na cobertura dos planos:

Depois do primeiro plano, os jornalistas aprenderam – fórmulas, congelamentos, tablitas, vetores – e ganharam capacidade para perguntar melhor e para ir atrás dos sinais emitidos pela economia e pelos chamados agentes econômicos. E, nas vésperas de cada novo plano, estabeleceram-se verdadeiras guerras entre os jornais, cujo objetivo era antecipar (furar) o máximo possível o próximo pacote. Competição mais do que compreensível: afinal, em cada caso, tratava-se sempre de mudança relevante e imediata na vida das pessoas e das empresas. Notícia quente, do dia. Acontece que o melhor preparo dos jornalistas foi também fonte de equívocos. Explico: pela experiência brasileira, os planos econômicos nunca são preparados de uma só vez. Ao contrário, são gerados ao longo de um tempo no qual as equipes analisam, testam, avaliam as diversas medidas – não raro, deixando vaziar algumas coisas para sentir a reação da sociedade. Ora, uma medida dessas, capturada no meio do caminho por um jornalista, como deveria ser tratada? Como uma possibilidade – 20 linhas na página 4 – ou como um furacão, manchete? Nessa decisão, houve a maior parte dos erros e dos sustos aplicados nos leitores: dava-se como certo algo que poderia ser. E, em dias diferentes ou às vezes na mesma edição, anunciavam-se como futuras medidas coisas absolutamente contraditórias (grifos nossos).²¹⁷

Como medida para conter justamente a especulação e os boatos sobre o novo plano – como se isso realmente fosse possível –, o presidente Collor decretou feriado bancário na quarta-feira, 14 de março de 1990, três dias antes do anúncio oficial do pacote. Os jornais pesquisados aqui estamparam em suas capas a notícia do fechamento dos bancos naqueles dias.

O Globo, por exemplo, publicou a primeira página dessa data toda sobre economia, com a manchete “Feriado congela a economia”, seguida de quatro submanchetes: “Polícia já fiscaliza supermercados”; “Cruzado sofre minidesvalorização”; “Overnight pode virar

²¹⁶ *Ibidem*.

²¹⁷ Relato feito no artigo “Jornalismo econômico, o aprendizado da estabilidade”, publicado no *Dossiê Ecos de Lisboa* (1997).

Overweek”; “Subsídios e incentivos serão revistos”. Curiosamente, o jornal carioca praticamente repetiu a apresentação gráfica de sua primeira página de 28 de fevereiro de 1986, quando foi anunciado o Plano Cruzado (salvo pelo uso de fotografias).

No dia 15, as capas traziam a notícia de como seria a posse de Collor e lembravam que ele era o primeiro a ser eleito pelo voto direto depois de três décadas. A expectativa, inclusive, foi citada nos textos noticiosos. Em *O Globo*, a chamada da manchete “Collor instala ‘Brasil Novo’ com mudanças radicais na economia” afirmava que o presidente estava cercado de “imensa expectativa de toda a Nação e comprometido com uma mudança radical na economia brasileira”.

Em 16 de março, os jornais registraram a cerimônia da posse de Collor ocorrida no dia anterior, bem como anunciaram que haveria congelamento de preços e anteciparam algumas medidas que seriam baixadas, mas a bomba ainda estava por vir. Em seu discurso de posse, assim como Sarney havia feito, Collor enfatizou que a meta número um do primeiro ano de seu governo era liquidar a inflação, que ele chamou de “câncer social”.²¹⁸ Depois, no parlatório, já usando a faixa presidencial, ele fez um discurso emotivo e garantiu que se fosse preciso, daria sua vida para cumprir suas promessas de campanha.

Como a análise do noticiário sobre os planos anteriores mostrou ao longo desta pesquisa, o interesse nacional na época do lançamento do Plano Collor se concentrava também no combate à inflação. Esse discurso único envolvia os diferentes agentes da sociedade e era reproduzido nos jornais.

No decorrer da cobertura, os dois jornais apresentaram alguns enfoques diferentes. No dia 16 de março, por exemplo, a *Folha* fez ampla cobertura da cerimônia de posse, como *O Globo*, mas publicou matérias com abordagens diferentes das do diário carioca, com um tom mais crítico. O diário paulista publicou também, nos dias que antecederam a posse do novo presidente, um caderno extra, chamado *Era Collor Especial*. Dentro dele, além das matérias sobre a posse em si, mostrou outros aspectos envolvendo o novo presidente.

Um exemplo foi a notícia “Marketing é usado para criar imagem austera” (página 3 do caderno extra), para mostrar o trabalho que a equipe do presidente estava fazendo para tentar estabelecer a imagem de austeridade do novo governo. Outra matéria teve o seguinte título: “*Rede Globo* faz cobertura exaltada da posse” (na página 14). Apesar do

²¹⁸ Os dois jornais pesquisados registraram informações com pequenas divergências com relação ao discurso de posse: *O Globo* registrou que ele foi feito em 54 minutos de leitura, teve 20 páginas e foi intercalado 33 vezes por aplausos do plenário e das galerias do Congresso; já a *Folha de S.Paulo* que teve 30 páginas e 28 momentos de aplausos.

formato de texto noticioso, assinado pelo repórter Nelson de Sá, a notícia fazia uma análise desde o seu *lead*:

A *Rede Globo* assumiu, na reta final para a posse de Collor, a cobertura-exaltação. Durante toda esta semana, e mesmo na semana passada, a preparação da emissora para o dia 15 foi semelhante aos anúncios de uma Copa do Mundo ou de uma prova de Fórmula 1. E isso não nos intervalos comerciais, mas nos próprios noticiários. Collor chegou a ganhar uma biografia com efeitos de imagem e a música-tema de Indiana Jones ao fundo.

Observa-se, nesse trecho de texto jornalístico, a crítica do diário paulista à cobertura feita pela emissora hegemônica do país com relação a Collor. Os foguetes utilizados nas páginas do caderno especial da *Folha* também eram sugestivos, como o “Dia collorido”, colocado sob o título da matéria “Primeira-dama começa o dia com cabeleireiro” (página 10).

A *Folha* adotou como selo da cobertura o foguete “Era Collor”, utilizando um termo que significa “um período geralmente longo que começa com um fato marcante ou que dá origem a uma nova ordem de coisas” (FERREIRA, 1999, p.784). E *O Globo* adotou como selo um desenho de um pacote com setas saindo de seus lados.

No dia 17 de março de 1990, os dois jornais anunciaram, na primeira página, o Plano Collor I, divulgado no dia anterior. *O Globo* estampou, em sua capa, “Collor bloqueia o dinheiro”, manchete acompanhada do box “As principais medidas do plano contra a inflação” (*Veja Ilustração 47*).

A *Folha* da mesma data trouxe a manchete “Choque do Plano Collor é o maior de toda a história” e repetiu a estrutura de sua primeira página quando houve o anúncio do Plano Verão, em 1989: do lado direito da capa trouxe um box “O que muda”, com as principais medidas resumidas em quatro linhas de texto, acompanhadas de ilustrações (*Veja Ilustração 48*).

As íntegras das novas medidas administrativas e econômicas

Páginas 23, 24 e 25



O tempo no Rio: céu parcialmente nublado e nublado, rajada e pancadas de chuva. Temperatura atual: 16. Máxima do sol: 21,7 graus, em Bangu; e mínima: 21, no Alto do Boa Vista. Página 30

O GLOBO

Imperativo moral

As profundas mudanças na administração federal instituem uma moralidade do serviço público — e mostram um caminho a seguir aos demais Poderes e níveis de governo do País. Editorial, página 4

Fundador: IRINEU MARINHO Diretor-Residente: ROBERTO MARINHO Ano LV — RIO DE JANEIRO, SÁBADO, 17 DE MARÇO DE 1990 — R\$ 30,00

Collor bloqueia o dinheiro



Zé Carlos de Melo, entre Antônio Kandir, Secretário do Planejamento, e Ibrahim Elris, Presidente do BC, explica o plano em entrevista coletiva

No plano econômico mais radical já decretado no País, considerado duro demais até pelo ex-Ministro Octávio Gouvêa de Bulhões, o Plano Collor determina que o dinheiro em contas correntes ou cadernetas de poupança só pode ser sacado até o limite de NCZ\$ 50 mil. O restante ficará retido no Banco Central durante 18 meses, rendendo correção monetária e 5% de juros ao ano, e depois deste prazo só poderá ser sacado em 12 parcelas mensais. No caso de over, contas remuneradas e fundos de curto prazo, o saque é de até NCZ\$ 25 mil ou 20% do saldo (o que for maior), e sobre o valor sacado serão pagos 8% de tributação. A partir de hoje, o cruzado novo é substituído pelo cruzeiro, sem corte de zeros. O dinheiro em poder do público está convertido automaticamente em cruzeiros, não sofrendo restrições para depósitos e saques.

Congresso reage com perplexidade

O Legislativo reagiu com perplexidade diante do novo plano. As lideranças políticas foram cautelosas evitando analisar as mudanças. O Líder do PDS, Amaral Neto, admitiu rever seu apoio a Collor, já o socialista João Hermann achou que as medidas "podem dar bons resultados". Em atitude inédita, Collor foi a pé do Palácio do Planalto ao Congresso para entregar as medidas, que devem ser votadas em 30 dias.

PRINCIPAIS MEDIDAS DO PLANO CONTRA A INFLAÇÃO			
POUPANÇA Sacos em cadernetas ou conta corrente limitados a NCZ\$ 50 mil. O restante fica retido por 18 meses, com juros de 5% de juros ao ano.	REAJUSTES SALARIAIS Os salários de março serão reajustados pela inflação de fevereiro (72,78%). De aí em diante, os reajustes estarão regulados pelas variações de inflação.	TÍTULOS AO PORTADOR Desaparecem os títulos e aplicações ao portador. Cheques ao portador só poderão ser emitidos até o valor máximo de cem BTNs (hoje, NCZ\$ 2.943).	
'OVER' E FUNDOS Os fundos ficam limitados a 20% ou NCZ\$ 25 mil, o que for maior. Sobre este valor sacado o investidor terá de pagar uma tributação de 8%.	SALÁRIO-MÍNIMO O salário-mínimo terá, a cada trimestre, reposição das eventuais defasagens entre os índices pretados e a inflação registrada, mais um ganho real de 5%.	ALUGUEIS Os reajustes serão pagos normalmente nas datas contratuais. Mas a partir de abril, os índices mensais serão os praticados, e não de inflação registrada.	
REFORMA MONETÁRIA O cruzado novo é substituído pelo cruzeiro, sem corte de zeros. Depósitos e saques em cruzados de contas e fundos não sofrerão qualquer limitação.	DÍVIDAS Dívidas e impostos em cruzados novos poderão ser pagos com o dinheiro das contas a fundos que estiverem retidos no Banco Central, sob controle do BC.	ESTATAIS São extintas a Portobras, Siderbras, IAA, BSC, Embriatime, EBTU, Embraer, Interbras, Petromisa, Banco Nacional de Crédito Cooperativo e outras estatais.	
CONGELAMENTO Os preços serão congelados até 15 de abril nos níveis de 13 de março. O Governo poderá autorizar aumentos em casos específicos a serem estudados.	CHEQUES Os cheques que foram emitidos em cruzados novos serão compensados normalmente, mas o favorecido só poderá sacar até os NCZ\$ 50 mil.	SUBSÍDIOS Desaparecem subsídios e incentivos fiscais, inclusive no âmbito da Sudam e Sudene, mas não da Zona Franca de Manaus, por imposição constitucional.	

Remarcações de preços dão até 5 anos de prisão

As remarcações de preços são, de agora em diante, crimes de abuso do poder econômico, punidos com prisão de dois a cinco anos ou multa de 200 a 500 BTNs, como fixou a Medida Provisória número 153, que é na verdade uma atualização da velha Lei Delegada número 4. A Medida pune a sonegação e também a fraude no peso do produto e, no caso de crime praticado por pessoa jurídica, como um supermercado, serão presos gerente, diretor e o dono da empresa. Outra Medida Provisória acabou com o anonimato fiscal e o sigilo bancário, o que facilitará a fiscalização do Banco Central e da Receita Federal, especialmente nas aplicações em ouro, bolsas de valores e títulos e valores mobiliários públicos e privados. Assim, foi extinto o Fundo de Curto Prazo ao Portador e só existe agora o Nominativo. Os cheques ao portador passaram a ter o limite de 100 BTNs.

Nesta edição	
Primeira Página	Página 2
Coluna de Meio	Página 5
1.º e 2.º Quadros e 3.º	Página 7
Quarta Coluna	Página 27
Quinta Coluna	Página 28 + 29
Seis e Sete Colunas	Página 31
Oito e Nove Colunas	Página 34
Dez Colunas	Página 35
Onze Colunas	Página 36
Doze Colunas	Página 40
Três Colunas	Página 43
Muito Mais	
Quarta Coluna	Página 2
Quinta Coluna	Página 4
Seis Colunas	Página 5 + 6
Sete Colunas	Página 8
Oito Colunas	Página 9
Nove Colunas	Página 10
Dez Colunas	Página 11
Muito Mais	
Primeira Página	Página 2



O Presidente Collor lidera a caravana de ministros e secretários que levou ao Congresso as medidas econômicas

Governo extingue 24 estatais e só não demitirá estáveis

O Governo extinguiu ontem cinco autarquias, oito fundações, três empresas públicas e oito sociedades de economia mista. Serão demitidos todos os servidores sem estabilidade nas empresas estatais extintas. Ficarão à disposição, recebendo salários sem trabalhar, os funcionários destes órgãos que tenham estabilidade no emprego, até que sejam transferidos. Os servidores sem estabilidade de empresas que não foram atingidas pela reforma continuam com seus empregos preservados. Serão leiloados todos os carros para transporte de autoridades, menos os usados pela Presidência da República e por ministros de Estado. Foi confirmada a venda dos imóveis funcionais em Brasília.

Caem barreiras às importações

O Plano Collor eliminou todas as barreiras não tarifárias à importação e mesmo as tarifas serão gradativamente reduzidas como forma de incentivo à produtividade da indústria nacional. A partir da reabertura dos bancos, o câmbio também estará livre. A liberalização não vai acabar com a centralização do câmbio. As remessas de lucros, por exemplo, continuarão sujeitas à escala de remessa do Banco Central.

Páginas 2 a 26

Ilustração 47 - O destaque para o choque, em O Globo de 17 de março de 1990

Os dois jornais explicavam as principais mudanças: o cruzeiro (Cr\$) retomava sua posição de moeda nacional, em substituição ao cruzado instituído durante o governo Sarney; os saques da poupança, do *overnight* e da conta corrente ficavam limitados a 50 mil cruzeiros, e o restante ficava retido no Banco Central pelo prazo de 18 meses; os cheques superiores a 1 mil BTN²¹⁹ passavam a ser nominativos, e estavam proibidos os aumentos de preços, enquanto o câmbio passava a ser flutuante.

O Plano Collor aplicou, de forma radical, a teoria monetarista: congelou e confiscou praticamente todo o dinheiro das pessoas, o que acabou por derrubar a inflação de forma fulminante. A reação pública, em um primeiro momento, foi de incredulidade. Muitos poupadores ficaram furiosos por lhes ser subitamente negado o acesso ao dinheiro que eles tão cuidadosamente economizaram. Grandes firmas ficaram paralisadas, porque as reservas financeiras que usavam para fazer os pagamentos estavam congeladas (SKIDMORE, 2003, p. 304-305; KUCINSKI, 2000, p. 129).

No decorrer do mês de lançamento do novo e bombástico plano econômico, como ocorreu nos anteriores, as notícias sobre as decisões políticas e econômicas relacionadas às medidas ocuparam praticamente a totalidade das capas das edições dos dois jornais e também grande parte de seu interior.

5.1.1 Dimensões técnicas e políticas

Qual foi o tratamento que os dois jornais pesquisados deram ao Plano Collor com relação às suas dimensões técnicas e políticas? Os aspectos técnicos eram explicados, principalmente, pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo, que deu uma entrevista coletiva, no dia 16 de março de 1990, para falar sobre as mudanças, acompanhada do então secretário Nacional de Política Econômica, Antonio Kandir, e do presidente do BNDES, Eduardo Modiano.

Na editoria de economia da *Folha* de 17 de março, a retranca principal foi “Collor faz o maior choque e revoluciona toda a economia” e, logo no *lead*, estava expresso que somente a equipe econômica demonstrava certeza com relação aos efeitos globais que o pacote traria.

²¹⁹ Significa Bônus do Tesouro Nacional e foi criado pela medida provisória nº 48. Este título teve seu valor fixado em 1 cruzado novo, retroativo a 1º de fevereiro de 1989 e era corrigido pela inflação medida pelo IPC. Com o fim da correção monetária, foi oficialmente extinto em 1º de fevereiro de 1991 (SANDRONI, 2005, p.100).

A argumentação principal da equipe econômica do governo Collor, nas matérias publicadas, era a de que o novo plano não repetiria uma das principais falhas dos anteriores: a explosão de consumo em função do congelamento de preços. Uma das diferenças era que o congelamento proposto não era rígido, com direito aos empresários consultarem o governo para solicitar aumentos.

Tanto a equipe econômica quanto o presidente Collor reforçaram a necessidade da confiança da sociedade no novo plano para que ele alcançasse resultados, como também ocorreu nos pacotes anteriores. Sua dureza era reforçada como inevitável, sob o risco de o país ficar submetido a uma hiperinflação.

Em que medida o jornalismo de economia reforçou esse discurso? Qual foi o seu papel nesse momento tão tenso, de perplexidade, em que os fatos eram de tão difícil compreensão para muitas pessoas? No Plano Cruzado, como vimos anteriormente, isso é indiscutível: a imprensa ajudou a criar um clima de otimismo, a produzir o fenômeno dos “fiscais do Sarney”. No Plano Collor, apesar da perplexidade geral imediata nos dias iniciais do mandato do novo presidente, os jornais pesquisados abriram amplos espaços para a divulgação das medidas e a tentativa de explicá-las e simplificá-las para o público. Portanto, a função de apaziguar os ânimos também existiu nessa época, no sentido de a imprensa ter sido o principal agente de intermediação, para o público, dos fatos econômicos gerados pelo governo.

O rigor na fiscalização do plano também foi reforçado pela equipe econômica e, principalmente, pelo presidente Collor, que, dois dias após o lançamento do pacote, fez uma reunião com todo o ministério para solicitar aos ministros que defendessem avidamente o plano. Nessa tentativa de rigor na fiscalização, a Sunab aparecia como principal órgão de vigilância e suas ações rendiam sucessivas matérias nos jornais.²²⁰

A ênfase do discurso era que o plano não poderia fracassar, sob o risco de o país entrar em uma recessão, e que as reformas implementadas recuperariam o crescimento econômico.²²¹ A equipe econômica recebeu apoio de outros economistas de fora do governo, como da ex-musa do Plano Cruzado, Maria da Conceição Tavares, e do ex-ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, que deu uma entrevista a *O Globo* afirmando que o pacote daria certo se as pessoas entendessem o confisco da poupança

²²⁰ Como mostram as matérias de *O Globo*: “Collor manda os ministros defenderem mais o plano” (na capa de 18 de março de 1990); e “Mais supermercados são autuados” (*O País*, p.16), da edição de 18 de março de 1990.

²²¹ Matérias publicadas na editoria de economia da *Folha* no dia 17 de março de 1990: “Fracasso levará à recessão, diz Kandir” e “Zélia diz que reformas vão recuperar crescimento econômico do país” (p. B-6).

como investimento. Simonsen também deu entrevista semelhante à *Folha*, dizendo que acreditava na queda da inflação.²²²

A oposição técnica se mostrou pequena nas edições analisadas do mês de lançamento do plano. O economista Francisco Lopes se apresentou claramente comopositor, ao falar, em uma palestra para 150 empresários da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), que o programa promoveria uma recessão acentuada e que, além disso, havia o risco de ele não conseguir combater a inflação. Matéria de *O Globo* registrava a análise de Lopes e lembrava que ele havia sido o mentor de todos os choques anteriores (Cruzado, Bresser e Verão).²²³

A *Folha* publicou muitas matérias de repercussão com economistas que atuavam na iniciativa privada e também membros de governos anteriores, como Luís Carlos Bresser Pereira, que alertavam para a possibilidade de ocorrer recessão.²²⁴

Com relação às dimensões políticas, as primeiras reações ao plano foram de perplexidade por parte do Congresso, conforme Collor havia declarado: “Vou deixar a esquerda perplexa e a direita com raiva”. Após o momento de perplexidade, vieram os questionamentos e as sugestões de mudanças no pacote.²²⁵

A chamada, pela imprensa, de “Frente de Oposição” – formada pelo PSDB, PT, PC do B e PDT – manifestou desconfiança com relação ao plano e pediu reajustes. Já o PFL e o PL, tentaram inicialmente manter uma espécie de “lei do silêncio” com a imprensa, sob o argumento de que precisavam se informar mais sobre as mudanças para se posicionarem. O Plano Collor, então, deve-se registrar, esteve longe da unanimidade: gerou muitas dúvidas em grande parte da sociedade e depois recebeu quase 3 mil emendas no Congresso.²²⁶

Um contraponto às dimensões técnicas e políticas, que apareceu na cobertura jornalística do Plano Collor, foi o Poder Judiciário.²²⁷ Aliás, conforme registra a jornalista

²²² Conceição Tavares se manifestou em prol do plano na matéria de *O Globo*: “Economistas do PT fazem suas ressalvas mas elogiam medidas” (O País, p.7); e o mesmo jornal publicou a entrevista com Mário Henrique Simonsen: “País pode retomar o crescimento em um ano” (Economia, p. 18), de 18 de março. Na *Folha* de 17 de março, foi publicada a matéria “Simonsen acredita na queda da inflação” (Economia, p. B-11).

²²³ A matéria “Chico Lopes prevê recessão e inflação alta” (Economia, p.17) foi publicada em *O Globo* de 30 de março.

²²⁴ Algumas das matérias publicadas na editoria de economia da *Folha*, ouvindo economistas: “Para Bresser, medidas têm caráter recessivo”, de 17 de março (p. B-11); “Roberto Campos diz que proposta é intervencionismo do estado” (p.B-11); “Plano vai desmontar economia informal” (p. B-11), de 21 de março.

²²⁵ Matéria “Plano deixa o Congresso perplexo” (O País, p.7) de *O Globo* de 17 de março. A *Folha* registrou, na mesma data, a matéria “Líderes dos partidos apontam falhas e oposição critica confisco” (Economia, p.B-10). No dia 21, também publicou: “Petistas criticam plano, mas não propõem rejeição no Congresso” (Política, p.A-6).

²²⁶ Conforme registra matéria “Plano recebeu ao todo 2.933 emendas no Congresso” (O País, p.5) de *O Globo* de 28 de março. Na mesma data, a *Folha* deu “Congresso apresenta 2.881 emendas às medidas” (Política, p. A-8).

²²⁷ O jurista Ives Ganda Martins, na época presidente da Associação Internacional de Direito e Economia e da Associação de Defesa do Contribuinte, apareceu na seguinte matéria de *O Globo* de 18 de março: “Jurista considera plano inconstitucional” (O País, p. 18), falando que o plano prejudicava “seriamente a credibilidade do governo por confiscar o

de economia Sílvia Araújo (2006, p.29-30), mais do que economistas renomados, os jornalistas buscaram explicações sobre o pacote baixado no governo Collor com representantes dessa esfera. Advogados e juristas eram as pessoas que o cidadão comum mais queria consultar e a mídia, com seu papel de levar a informação ao maior número de pessoas possível, fez as vezes dos escritórios especializados:

Enquanto economistas tentavam mensurar o impacto das medidas no país, os advogados, principalmente de empresas e de grandes investidores, se debruçavam sobre a Constituição e todo o arcabouço jurídico, a fim de “libertar” os recursos confiscados. Já o cidadão, mesmo sem saber o significado de jurisprudência, esperava que os meios de comunicação divulgassem os resultados das ações ajuizadas contra a medida para, a partir daí, procurar auxílio no desbloqueio de seus recursos (ARAÚJO, 2006, p.30) – *grifos nossos*.

Assim, a imprensa e os jornalistas reforçavam mais uma vez seu papel e sua importância como mediadores desse processo, conforme mostra a análise de Araújo (*ibid.*), tentando traduzir, além do econômico das medidas, seus impactos jurídicos. O público buscava desesperadamente explicações e a imprensa era procurada como uma fonte importante, dentro da idéia de que a realidade se mostrava como o lugar da entropia, do caos, e a imprensa poderia ser fonte de inteligibilidade, de organização dos sentidos.

A jornalista Ana Paula Padrão confirma essa tendência por parte do público, ao se recordar dos dias que se seguiram ao anúncio do plano como “dramáticos”, porque os telefones da *Rede Globo* não paravam de tocar. Os telespectadores tinham reclamações e dúvidas dos mais diferentes tipos, desde como quitar a última parcela de uma dívida, até o que fazer para pagar uma cirurgia urgente. “E não é que a equipe econômica não tivesse respostas para dúvidas particulares. Eles não tinham respostas para dúvidas básicas, mas a gente tentou fazer o que pôde. Nos dias que se seguiram, medidas provisórias foram saindo, porque eles foram percebendo os erros, os problemas.”²²⁸

patrimônio dos poupadores”. E muitas outras matérias da editoria de economia tinham como fontes especialistas da área jurídica, como as seguintes, publicadas na *Folha*: “Para tributaristas, medidas são inconstitucionais” (p.B-8), em 17 de março de 1990; “STF estuda constitucionalidade das medidas” (p.B-15), em 18 de março; “Plano econômico violenta o texto constitucional, diz Saulo Ramos” (p.B-11), no dia 19 de março.

²²⁸ Depoimento de Ana Paula Padrão ao *Memória Globo* (2004, p.226).

5.1.2 Trabalhadores, sindicalistas e consumidores

Como os representantes dos trabalhadores e os consumidores se apresentaram nessa cobertura sobre o plano? Imediatamente após o anúncio do pacote, a CUT apareceu como opositora, como ocorrera nos anos anteriores, em prol da luta contra as perdas dos trabalhadores. Mas o governo procurou os sindicalistas logo, para explicar as medidas e tentar neutralizar reações negativas, e a CUT aceitou conversar.²²⁹

Com relação aos consumidores, as reações das pessoas pelo Brasil afora, registradas pela imprensa, foram extremadas nos primeiros dias: ou apoio integral e esperança de que o plano daria certo, ou episódios de fúria, como saques a supermercados por grupos de consumidores e até mesmo uma invasão a um banco com um automóvel.²³⁰

As pesquisas de opinião pública, reproduzidas pelos dois jornais pesquisados naquele março de 1990, mostravam que a maioria da população acreditava no governo Collor e nas mudanças que o plano traria. No dia 18 de março de 1990, a *Folha*, por exemplo, trouxe uma dessas aferições como manchete. A matéria mostrava os resultados de um levantamento feito pelo *DataFolha* em dez capitais: 58% dos entrevistados diziam acreditar que as medidas era boas para o país. O texto jornalístico apontava que o índice era quase igual ao obtido pelo Plano Cruzado após a edição do pacote, em 1986, quando foi de 59% (*Ver ilustração 49*).²³¹

Apesar dessa aprovação, as donas de casa já não demonstravam mais o mesmo ânimo da época do Plano Cruzado para ir brigar pelos preços e fiscalizar supermercados. A Associação das Donas de Casa de São Paulo declarou que elas estavam revoltadas com o confisco da poupança e, por isso, não tinham decidido se fiscalizariam os preços.²³²

²²⁹ Matéria “CUT ameaça com greve contra pacote” (O País, p.9), publicada em *O Globo* de 17 de março. Na *Folha*, foram publicadas as matérias: “Magri reúne sindicalistas para explicar medidas” e “Equipe de Zélia teme rejeição dos trabalhadores às novas medidas” (p.B-5), ambas na editoria de economia, em 18 de março de 1990, e “CUT aceita conversar com o governo Collor”; “Collor busca o apoio sindical para medidas”; “Assembléia de metalúrgicos vira ato de repúdio contra pacote” (p.B-16).

²³⁰ A editoria de economia de *O Globo* de 21 de março de 1990 publicou, em sua página 17, uma matéria com um caso curioso: “Cliente vai de carro ao banco”. Ela contava a história do fazendeiro Aldo Valdecir Ferreira, que havia vendido, no dia 12 de março de 1990, sua fazenda, chácara, gado, tratores, além da casa onde morava em Rio Negro, em Mato Grosso do Sul, e investira tudo no fundo ao portador. Depois do anúncio do plano econômico, ele, desesperado, jogou o carro nas duas portas de vidro de uma agência do Banco Safra, no centro de Campo Grande. De acordo com a matéria, ele gritava: “Estou pobre, miserável! Esse governo levou tudo o que eu tinha. Roubou o meu dinheiro”.

²³¹ A *Folha* deu outra manchete desse tipo ainda no mês de março, no dia 23: “Apoio ao plano cresce e chega a 81%”, sobre uma pesquisa feita seis dias após o lançamento do pacote. *O Globo* trouxe matérias sobre pesquisas: “Pesquisa: Plano Collor tem o apoio da maioria da população” (O País, p.9), de 19 de março; “Ibope: 89% querem que Congresso aprove plano”, chamada de capa de *O Globo* de 24 de março.

²³² “Donas de casa não estão animadas para fiscalizar” (O País, p.12), de *O Globo* do dia 19 de março.

O comportamento dos consumidores rendeu outras abordagens, como uma matéria na editoria de *Negócios* da *Folha* do dia 21 de março de 1990 sobre o fato de que o choque havia feito com que as pessoas passassem a exigir produtos de maior qualidade.²³³

5.1.3 Empresários (indústria e comércio; e bancos)

Como ocorreu com a população e o Congresso Nacional, a reação inicial dos empresários, retratada pelos jornais, também foi de perplexidade. De imediato, eles diziam que não haviam conseguido entender o pacote e tinham medo de a economia ficar paralisada, conforme mostrou, por exemplo, *O Globo* de 17 de março de 1990. Alguns previam que haveria prejuízos para as empresas. Mas, poucos dias depois, representados pela Confederação Nacional da Indústria, demonstraram seu apoio ao plano, embora pedissem alguns ajustes.²³⁴

Os supermercados e os bancos foram os segmentos que ficaram sob a mira do governo, segundo o tratamento dados pelos jornais. A Sunab fiscalizava o aumento de preços, indo aos locais de venda; e a imprensa também o fazia, mas por meio da cobertura. Matéria da editoria de Economia da *Folha* do dia seguinte à posse de Collor, 16 de março de 1990, ilustra esse papel de “vigilância” dos preços que a imprensa assumiu, além do de tradutora das medidas econômicas: “Preços em supermercados sobem 39,7% em sete dias” (p.B-6). A notícia mostrava o aumento de preços ocorrido antes do anúncio oficial do plano. Esse tipo de matéria era recorrente no periódico, pois o *DataFolha* pesquisava semanalmente os preços de 174 itens em oito supermercados e cinco hipermercados de São Paulo e mostrava as oscilações dos valores.

Em *O Globo* de 17 de março de 1990, a matéria “Consumidor deve pesquisar preços” (p.16), publicada na editoria O País – embora devesse estar na de economia em função do assunto abordado, por exemplo –, denunciava que os supermercados teriam aumentado os preços “na calada da noite”. O próprio jornal dava exemplos de preços que a equipe de reportagem havia coletado na quinta-feira, em comparação aos encontrados na sexta-feira, após o anúncio dos planos.

²³³ “Choque faz com que consumidores exijam produtos de maior qualidade” (p.F-1), no dia 21 de março.

²³⁴ Como mostram as matérias “Ermírio prevê prejuízos para empresas” (O País, p.18) de *O Globo* de 18 de março, na qual o empresário Antônio Ermírio de Moraes analisou a repercussão das medidas do plano; e “Empresariado dá apoio ao Plano Collor” (Economia, p.25) de *O Globo* de 20 de março. Na *Folha* de 19 de março, foi publicada a matéria “Empresários apóiam mas prevêem recessão” (Economia, p. B-13).

Os supermercados, como outros segmentos do comércio, sofreram queda nas vendas, uma consequência imediata do choque de Collor. Os jornais registravam o movimento baixo nas lojas.²³⁵

Na indústria, o medo também era de recessão, conforme ilustram matérias da editoria de economia da *Folha*, como “Indústria prevê recessão brutal com plano” (p.B-9), de 25 de março; e “Fiespe diz que 90% da indústria está parada” (p.B-3), do dia 29.

A cobertura sobre bancos ocupou várias páginas nas edições dos jornais, principalmente na semana do lançamento do pacote. Esse segmento foi acusado pelo governo de estar prejudicando a aceitação do plano, pelo fato de as agências bancárias não estarem, após o feriado bancário, oferecendo dinheiro suficiente para os clientes sacarem nos caixas eletrônicos. Houve filas e tumultos nas portas das agências por causa da falta de dinheiro.²³⁶ A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) se defendeu e classificou como “muito duras” as acusações do governo.

²³⁵ Na editoria de economia da *Folha*: “Compradores somem e lojas fecham cedo” (p.B-13 de 18/03/1990); “Comércio abre, mas não há compradores” (p.B-13 de 20/03/1990); “Choque diminui comércio de hortifrutis” (p.B-12 de 22/03/1990).

²³⁶ Como mostram as matérias da editoria de economia, publicadas no mês de março de 1990: “Governo decide apertar o cerco aos banqueiros” (p.25), de *O Globo* do dia 20; “Tuma quer punir bancos que furaram feriado” e “Movimento é menor nos caixas eletrônicos” (p. B-10) da *Folha* do dia 16; “Banqueiros encaram as medidas com apreensão” (p. B-4), da *Folha* do dia 17; “Falta moeda e sobra fila na rede bancária” (p. B-3), da *Folha* do dia 20; “Febraban afirma que vai haver fechamento de agências bancárias” (p. B-1), da *Folha* do dia 21; “Bancos prevêem dificuldades para o setor” (p. B-10), da *Folha* do dia 25.

TRAFEGO
CIRCULAÇÃO INTERNA

FOLHA DE S. PAULO

SEGUNDA-FEIRA

Diretor de Redação: Otávio Frias Filho * São Paulo, domingo, 18 de março de 1990 * Um jornal a serviço do Brasil * Ano 70 * N.º 22.264 * Al. Barão de Limeira, 425 * Cr\$ 50,00

Veja as tabelas da Sunab com os preços congelados.

PÁGS. Especial-1 e 2

Maioria apóia choque de Collor

58% consideram o plano bom para o país; 60% acham que a inflação vai cair com as medidas



O presidente Fernando Collor caminha em direção ao seu helicóptero para deixar o Palácio do Planalto.

Liberação retirada do over para pagamento de salário

O governo decidiu autorizar as empresas a sacar dinheiro do over acima do limite para pagar os salários de funcionários. Pelo Plano Collor, os saques do over estão limitados

a 20% do total da aplicação ou Cr\$ 25 mil, o que for maior. Mas, se a folha de pagamentos superar o limite, a empresa poderá pedir ao Banco Central a liberação da parcela maior.

A ministra Zélia Cardoso de Mello (Economia) disse que os bancos manterão um controle direto caso o BC para facilitar a liberação. Essa regra valerá apenas em março. PAG. B-4

BC estuda a liberação das poupanças de aposentados

A poupança dos aposentados e pensionistas poderá ser liberada integralmente pelo governo. A ideia foi admitida ontem pelo ministro do Trabalho e Previdência Social, Amândeo Rodrigues Magalhães, e está sendo estudada pelo presidente do

Banco Central, Benício Brito. De acordo com o plano econômico, os saldos superiores a Cr\$ 50 mil serão devolvidos somente daqui a 18 meses. As poupanças abertas até o choque rendem em março pelo IPC, que deverá superar os

80%. A partir de agora, a correção seguirá o BTN, segundo o diretor de Política Monetária do Banco Central, Luis Eduardo Assis. Com o fim do feriado bancário, os bancos vão reabrir amanhã. PÁGS. B-3 e B-5



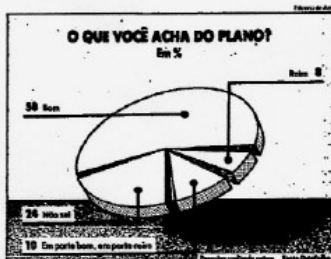
A fila da loja Arapuzi no centro de São Paulo mostra movimento fraco ontem, quando muitos estabelecimentos fecharam suas portas à espera da definição sobre o Plano Collor. Pág. B-13

O choque econômico implementado pelo presidente Fernando Collor na sexta-feira conta com o apoio da maioria da população de dez capitais brasileiras. Pesquisa realizada pelo DataFolha ontem, um dia depois da decretação do Plano Collor, mostra que 58% dos entrevistados acreditam que as medidas são boas para o país. É um índice semelhante aos 59% obtidos pelo Plano Cruzado após sua edição em 1986.

Para 60%, o novo presidente vai conseguir baixar drasticamente a inflação e 43% se sentem pessoalmente mais beneficiados do que prejudicados pelo choque. Na opinião de 46%, o governo Collor vai conseguir zerar o déficit público este ano.

Collor cancelou a partida de vôlei que faria hoje com a presença do jogador Bernard. O presidente e sua equipe continuam trabalhando. Avaliando-se no Planalto que "não ficaria bem" o novo presidente ser visto jogando vôlei enquanto o país está envolvido com o choque. Economia e PAG. A-7

Leu a opinião da Folha no editorial "Caso o que não é", pág. A-3



"Guia do Choque" tira as suas dúvidas

A Folha publica hoje, para ler e guardar, o Guia do Choque, um guia especial do Caixa-Alta com todas as informações sobre as novas medidas econômicas.

O guia explica as regras para movimentação de contas e pagamentos. O jornal também publica as regras de todas as medidas de governo. PÁGS. B-5 a B-12

STF avalia se bloqueio fere Constituição

Ministros do STF estão analisando o limite de saque nos bancos imposto pelo governo. Caso se caracterize como um "emprestimo compulsório", ele pode se chocar com norma prevista na Constituição. A apropriação integral do cheque no Congresso não é garantida. O principal obstáculo para isso é o limite para saques bancários. PÁGS. Especial-1 e B-15



O delegado Tuma verifica preços em um supermercado de Brasília.

CUT aceita a negociação com governo

O presidente da CUT, Jair Mesquita, disse que aceita conversar com o governo sobre as medidas econômicas. O Pánel informa que Collor convidou o líder metalúrgico Luiz Antônio de Medeiros para reunião hoje. O secretário de Administração, João Santana, disse que dez mil funcionários serão demitidos a partir de amanhã. PÁGS. A-4 e B-16

Tuma realiza "blitz" em um supermercado

O diretor da Receita Federal e da Polícia Federal, Rômulo Tuma, deu ontem uma blitz demonstrativa no supermercado Casas da Bença, em Brasília. Posando para a TV com um memorando de preços e dizendo: "Isto, que era uma arma contra a dona de casa, hoje será usado para trazer de volta os preços aos níveis do dia 12". Mandou um agente

comprar produtos semelhantes com preços discrepantes para uma "perícia", mas não tomou providências. Tuma disse que os supermercados fecham amanhã pela manhã para remarcar para baixo os preços.

Pesquisa DataFolha revela desaceleração na alta nos supermercados paulistanos na semana passada, até sexta-feira. PÁGS. Especial-2 e B-13

Opinião da Folha

Leu na pág. A-2 o editorial "Caso o que não é", pelo engajamento no choque de estabilização do Plano Collor.

Índice	
128 Páginas	
21 de Folha 4 - 1 de Capital	
21 de Capital	
Atividade	0,2
Artes	0,1
Comércio	0,1
Indústria	0,1
Política	0,1
Religião	0,1
Sociedade	0,1
Esportes	0,1
Entretenimento	0,1
Opinião	0,1
Classificados	0,1
Publicidade	0,1
Correio	0,1
Outros	0,1

classifolha

Circula em 4 países:

BRASIL, ARGENTINA, URUGUAI, PARAGUAI

A TV Brasil, que vai operar a partir de agosto, seleciona jornais na capital brasileira.

BRASIL, ARGENTINA, URUGUAI, PARAGUAI

A TV Brasil, que vai operar a partir de agosto, seleciona jornais na capital brasileira.

BRASIL, ARGENTINA, URUGUAI, PARAGUAI

A TV Brasil, que vai operar a partir de agosto, seleciona jornais na capital brasileira.

BRASIL, ARGENTINA, URUGUAI, PARAGUAI

A TV Brasil, que vai operar a partir de agosto, seleciona jornais na capital brasileira.

BRASIL, ARGENTINA, URUGUAI, PARAGUAI

A TV Brasil, que vai operar a partir de agosto, seleciona jornais na capital brasileira.

BRASIL, ARGENTINA, URUGUAI, PARAGUAI

Carros chegam ao Brasil para a corrida de F-1

PÁGS. D-1

BRASIL, ARGENTINA, URUGUAI, PARAGUAI

A TV Brasil, que vai operar a partir de agosto, seleciona jornais na capital brasileira.

BRASIL, ARGENTINA, URUGUAI, PARAGUAI

A TV Brasil, que vai operar a partir de agosto, seleciona jornais na capital brasileira.

BRASIL, ARGENTINA, URUGUAI, PARAGUAI

A TV Brasil, que vai operar a partir de agosto, seleciona jornais na capital brasileira.

BRASIL, ARGENTINA, URUGUAI, PARAGUAI

A TV Brasil, que vai operar a partir de agosto, seleciona jornais na capital brasileira.

BRASIL, ARGENTINA, URUGUAI, PARAGUAI

A TV Brasil, que vai operar a partir de agosto, seleciona jornais na capital brasileira.

BRASIL, ARGENTINA, URUGUAI, PARAGUAI

Berlim Leste faz primeira eleição livre

Enviado especial a Berlim Oriental. Cerca de 12,2 milhões de alemães-orientais vão às urnas hoje para eleger — pela primeira vez livremente em 40 anos — um novo Parlamento. Os favoritos são os dois grupos que também dividem a cena política da Alemanha Ocidental: os democratas cristãos (CDU) e os social-democratas (SPD). A renificação alemã foi o principal tema da campanha eleitoral. PÁGS. A-10 e A-11

Cresce busca de cidadania estrangeira

Cresce o número de brasileiros que tentam trocar de nacionalidade. O consulado da Espanha em São Paulo, por exemplo, recebeu em janeiro e fevereiro deste ano 700 pedidos de cidadania. Em 1989 a média mensal foi de 90 requerimentos. Cerca de seis mil descendentes de imigrantes japoneses se mudam para o Japão todos os meses. O consulado italiano emite 550 passaportes por mês. PAG. C-1

Avaliação de governadores sobe no país

Melhorou a avaliação dos governadores. Miguel Arraes (PE), Orestes Quércia (SP), Pedro Simon (RS), Tasso Jereissati (CE) e Joaquim Roriz (DF), revelada pesquisa DataFolha. Roriz deixou o governo para ser ministro da Agricultura de Collor. Quércia revela um desempenho superior ao do seu antecessor, Franco Montoro, em quase todos os itens administrativos. PÁGS. A-8 e A-9

5.2 A linguagem jornalística e a narrativa mitológica

Como foi a linguagem do noticiário da editoria de economia sobre o Plano Collor I? Predominou, na cobertura jornalística, a tendência de acompanhamento vista nos planos anteriores: a tentativa de tradução das medidas econômicas com relação aos seus impactos diretos e imediatos no bolso do consumidor.

O noticiário se voltou, principalmente, para a economia popular e lançou mão dos recursos já consolidados como auxiliares nas explicações dos fatos econômicos: tabelas, gráficos e ilustrações como acompanhamentos essenciais dos textos. Os jornais pesquisados publicaram cadernos ou espaços especiais para explicar as medidas, como o *Guia do Leitor*, da *Folha*, e a *Cartilha do Cruzeiro*, de *O Globo*, além das íntegras das medidas provisórias em várias páginas.

A *Cartilha do Cruzeiro* carregava em seu nome a intenção pedagógica de ensinar o leitor a lidar com o dinheiro. Nela, *O Globo* incluiu a publicação de páginas com tópicos explicativos sobre “Seu dinheiro”, “Suas contas”, “Seu salário”, “Seus investimentos”. O diário carioca também criou uma seção provisória, na editoria de economia, chamada *Suas dúvidas*, que foi explicada pelo jornal como informativa e que seria mantida enquanto “os leitores tiverem dúvidas sobre o Plano de estabilização anunciado na sexta-feira”. Pode-se observar, nessa explicação, um processo de auto-referenciação jornalística, pois o periódico estava legitimando o seu lugar de fala ao criar um espaço “enquanto o leitor tivesse dúvidas”.

O *Guia do Leitor* foi publicado em algumas edições da *Folha*. Em seu texto de lançamento, na edição de 18 de março de 1990 (*Rever ilustração 49*), o diário enfatizava sua função – explicar as novas medidas econômicas – e dizia que ele era “para ler e guardar”. A recomendação para o leitor manter o caderno e recorrer às informações sempre que precisasse ou até entendê-las demonstra o reforço na idéia de um jornalismo de utilidade.

Outra marca dessa cobertura foi sua aproximação com as narrativas da editoria de polícia, o que não ocorrera nos meses de lançamento dos planos anteriores. Foram freqüentes, nas páginas dos periódicos, as matérias sobre fatos policiais supostamente atribuídos ao choque econômico. Os saques aos supermercados, por exemplo, foram parar nas páginas da editoria de economia.

A *Folha* de 16 de março de 1990 trouxe as matérias “Cerca de 50 saqueiam supermercados em São Paulo” e “Polícia impede saque a filial do Paes Mendonça” (p.B-7). No dia 18, mais notícias de assaltos no diário paulista: “Cinco supermercados são saqueados no Rio” (p.B-15).

A morte que teria sido provocada por medidas econômicas também foi parar na editoria de economia, como mostra a matéria “Dentista fica deprimido e se mata em Campos”, publicada na *Folha* de 20 de março de 1990. O texto contava a história de José Soares Azeredo, de 56 anos, que teria se matado, segundo sua família, porque estava com depressão após o anúncio do confisco da poupança, na qual tinha depositado todas as suas economias (NCz\$ 800 mil).

Outra matéria policial publicada nessa mesma data como fato econômico foi “ex-prefeito faz refém e assalta banco no RS” (p.B-7). O texto relatava a história do ex-prefeito de Quaraí (RS), Carlos Alberto Vieira, que tentara assaltar uma funcionária da Caixa Econômica Federal em protesto contra o Plano Collor e acabara sendo detido.

Por que a editoria de economia, que relata fatos de um campo específico de conhecimento, abriria espaços para narrativas policiais? Elizabeth Bird e Robert Dardenne (1993, p. 263-277), ao fazerem uma abordagem sobre as qualidades narrativas das notícias, registram que elas fazem parte de uma prática cultural antiqüíssima: a narrativa e o contar estórias, que parece ser universal. Elas orientam e são comuns e ritualistas.

As notícias, dizem Bird & Dardenne (1993, p. 265), citando Paul Ricoeur (1981, p.278), como a história, dotam os acontecimentos do passado de fronteiras artificiais, construindo totalidades significativas a partir de acontecimentos dispersos. Nessa ordenação dos fatos, se aproximam da narrativa mitológica. E o mito tranquiliza, ao oferecer os contos que explicam fenômenos desnorteantes ou aterrorizantes e que, ao mesmo tempo, fornecem respostas aceitáveis, não necessariamente refletindo uma realidade objetiva. Os leitores de notícias não só as consomem como um reflexo da realidade, mas como um texto simbólico.

Citando Mead (1925-1926), os autores completam que as notícias são uma forma na qual se cria ordem da desordem, transformando o saber em contar. Elas oferecem mais do que o fato: oferecem tranquilidade e familiaridade, em experiências comunitárias partilhadas (BIRD & DARDENNE, *ibid.*, p. 266).

Na cobertura do Plano Collor, observa-se esse movimento: relatar experiências compartilhadas na convivência com um novo cenário econômico, inclusive as mais negativas, como suicídios e saques cuja motivação fora atribuída às mudanças do pacote.

As editorias de economia, ao aproximarem as narrativas sobre fatos econômicos das notícias policiais, além de publicarem matérias explicando as medidas de alteração nessa esfera, no país, buscaram uma extrema popularização na cobertura de economia no período.

Bird e Dardenne (1993, p. 275), citando Sperry (1976), explicam que “na produção jornalística, os jornalistas não se limitam a utilizar definições culturalmente determinadas, mas também têm de encaixar novas situações em velhas definições. Está no seu poder colocar pessoas e acontecimentos em categorias existentes de herói, vilão, bom e mau, e, assim, empossar as suas ‘estórias’ com a autoridade mitológica”.

No episódio do Plano Collor I, o presidente se apresentava e era representado pelos jornais, freqüentemente, como herói. Lattman-Weltman, Ramos & Carneiro (1994, p.54), ao analisarem a imprensa escrita do período, constataam que:

A firmeza de propósitos e a convicção de Collor no sucesso do plano fascinavam a grande imprensa. (...) Os noticiários dos jornais, de aparência informativa, não ocultavam em suas entrelinhas manifestações incontestáveis de apoio às providências restritivas tomadas pelo governo.

Collor empenhou sua palavra como salvaguarda do êxito do plano econômico, algumas vezes, via meios de comunicação. Um dos mais emblemáticos de seus empenhos ocorreu no domingo 18 de março de 1990, quando, frente às muitas dúvidas da população em relação às medidas econômicas, ele deu uma entrevista exclusiva, ao vivo, na *TV Globo*, logo após o *Fantástico*, para os jornalistas Paulo Henrique Amorim e Joelmir Beting. Ao ser perguntado sobre qual era a garantia de que o dinheiro confiscado seria devolvido após 18 meses, ele respondeu: “A garantia é que eu assino embaixo” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.228).

É interessante notar que o próprio pacote ficou conhecido pelo nome do presidente: Plano Collor. Batizado de “Brasil Novo” pelo próprio Collor, conforme registram matérias nos jornais pesquisados, o programa de medidas econômicas acabou ganhando um viés de personificação por carregar popularmente o sobrenome do chefe do Executivo. Isso não ocorreu nos pacotes anteriores. Entre eles, somente o Plano Bresser levou um sobrenome, mas não o do presidente, e sim o do segundo ministro da Fazenda do governo Sarney: Luís Carlos Bresser Pereira.

Quanto à atuação dos jornais pesquisados, deve-se destacar que a observação das edições dos dois, no mês de março de 1990, sugere uma cobertura, com relação ao

presidente Collor, mais empolgada e positiva por parte do jornal *O Globo* e mais crítica por parte da *Folha*. Nas páginas do diário carioca, por exemplo, Collor foi retratado, nas fotografias, freqüentemente, de forma dinâmica: praticando exercícios físicos, viajando de helicóptero, dando autógrafos (*Ver ilustração 50*).

Já as mudanças implementadas pelo pacote econômico, eram representadas em um duplo movimento: de forma heróica, porque iriam acabar com a inflação (através do “tiro certo” com o qual Collor afirmava que a golpearia fatalmente) e, ao mesmo tempo, como vilãs, porque provocaram tumultos em caixas eletrônicos e em supermercados, saques e até mortes.

A imprensa também acabou revelando alguns jornalistas que se aproximaram do papel simbólico de “heróis”, que nesta pesquisa chamamos de “jornalistas-personalidades”, conforme abordamos no segundo capítulo. Lillian Wite Fibe, que também consolidou sua carreira no jornalismo de economia, foi uma das “heroínas” da cobertura do Plano Collor I, na *TV Globo*, conforme lembram seus colegas de profissão Miriam Leitão e Sidnei Basile.

Para Miriam Leitão, o jornalismo de economia se popularizou durante a sucessão dos planos econômicos pós-redemocratização e a atuação de Lillian Witte Fibe foi uma das representações dessa popularização:

Eu acho que o jornalismo de economia se popularizou ao longo desse tempo. O que aconteceu aí, por exemplo, foi que a Lillian Witte Fibe ficou muito famosa. Ela foi entrevistar a Zélia e fez perguntas muito agressivas. E ela é muito boa jornalista e conseguiu mostrar que a Zélia não sabia o que responder. Naquele momento, a Lillian representou o desabafo nacional, porque ela foi e colocou a Zélia contra a parede, fez perguntas incisivas, sabia o que tinha de perguntar. É uma jornalista que fez uma carreira de jornalismo financeiro, era muito de finanças. Quando eu cobria o Itamaraty, ela cobria o Ministério da Fazenda para a *Gazeta Mercantil*. Ela faz parte desse quadro de mulheres na cobertura de economia. E ela foi muito feliz nas perguntas que fez para a Zélia. Ela ficou famosa, porque tinha colocado o dedo na garganta de uma louca, que tinha roubado o dinheiro das pessoas. Então, eu acho que ela representa muito bem esse fenômeno, que é a pessoa que vai para a televisão e fala o que você está querendo que fale e defende o seu bolso. Eu acho que ela representou muito bem esse personagem aí (grifos nossos).²³⁷

²³⁷ Entrevista de Miriam Leitão concedida à autora no Rio de Janeiro em 15 de maio de 2007.

O tempo no Rio claro, ocasionalmente nublado, com temperatura estável. A máxima de ontem foi de 35,3 graus, em Bangu e minima, 21,4, no Alto da Boa Vista. Visibilidade boa e ventos de Leste, fracos e moderados. Página 18

O GLOBO

Página 18

A lei desfigurada

Uma série de emendas às Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Rio criou um festival de favores que só beneficia o clientelismo político de seus autores. Editorial, página 4

Vice-Presidentes:
RODRIGO MARINHO JOÃO ROBERTO MARINHO

Fundador: IRINEU MARINHO Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO
ANO LXV — RIO DE JANEIRO, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 1990 — Nº 26.571

Diretor-Gerente: RICARDO MARINHO Diretor de Redação: EVANDRO CARLOS DE ANDRADE

Cheques em cruzados não serão mais convertidos em cruzeiros

Os bancos reabrem hoje em todo o País às 12h e funcionarão além do horário normal, só fechando às 20h. Ontem à noite, o Banco Central, através da Circular nº 1.599, acabou com uma brecha no plano de estabilização que permitia sacar além dos limites permitidos nas contas remuneradas, fundos de curto prazo e overnight. O BC determinou que os cheques em cruzados novos, emitidos antes de 16 de março, não poderão ser sacados nem convertidos para cruzeiros em hipótese alguma. Eles terão que ser depositados e ficarão com seu valor total bloqueado por 18 meses, como as demais aplicações. Com esta norma, o Governo impede um jeitinho que, até anteontem, mesmo a Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo, admitia ser impossível de proibir: muitas pessoas já com depósitos bloqueados se preparavam para depositar cheques acima do limite de saques nas contas de pessoas de confiança que tinham saldo abaixo dos Cr\$ 50 mil. Em seguida, este cheque seria retirado, agora convertido em cruzeiro.

Todos os supermercados do Rio abrem hoje às 14h — Carrefour, Freeway e Pães Mendonça funcionarão às 16h30m — já com os preços da nova tabela da Sunab. Da noite de sábado para a madrugada de domingo, quatro supermercados foram saqueados nos bairros de Vaz Lobo e Rocha Miranda, na Zona Norte do Rio.

Páginas 7, 8 e 11

AS MUDANÇAS COM O CRUZEIRO

CHEQUES EM CRUZADOS NOVOS

Os cheques emitidos em cruzados novos, até o dia 15 de março, serão compensados em cruzados novos, e o dinheiro só poderá ser sacado pelo favorecido daqui a 18 meses.

POUPANÇA

Quem sacar seu saldo da caderneta de poupança, antes do aniversário da conta, terá direito a rendimento proporcional aos dias em que o dinheiro ficou depositado na caderneta.

DÍVIDAS

Dívidas contraídas até 16 de março, inclusive prestações da casa própria, serão pagas em cruzados novos, por cheque nominativo. O dinheiro fica indisponível na conta do credor.

CÉDULAS E MOEDAS

As notas e moedas de cruzados novos continuam tendo validade. Até 15 de abril, será providenciada a emissão de novas cédulas, mantidas as atuais de NC25 50 a NC25 500.

CHEQUES ESPECIAIS

Os contratos de cheques especiais terão que ser assinados novamente, em cruzeiros. Os débitos destes cheques, como qualquer dívida, poderão ser pagos em cruzados novos.



Após uma manhã de trabalho, o Presidente faz exercícios de alongamento próximo à sua casa

Presidente negociará com Congresso

O Presidente Fernando Collor garantiu ontem que está aberto ao diálogo com o Congresso. Em conversa com o Líder do PDS na Câmara, Amaral Netto, assegurou que a equipe econômica estudará as sugestões apresentadas.

Depois, Collor mandou um bilhete para

o Ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva: "Por que os aviões, trens e ônibus não andam no horário no País?" O Ministro passou o problema para o Secretário de Transportes, Marcelo Ribeiro. Ao voltar para casa, o Presidente correu durante uma hora e 20 minutos. Página 3

Medida proíbe que a Justiça acolha ações contra o plano

O Presidente Collor assinou ontem, com data de hoje, Medida Provisória que impede ações na Justiça para derrubar as mudanças implantadas com o seu plano econômico. Através deste instrumento, o Governo quer proibir a concessão de medidas liminares, principalmente para revogar o bloqueio das poupanças e aplicações. Para Collor, iniciaria hoje "um verdadeiro ataque impatriótico" contra o plano que, segundo sustenta, é de interesse da maioria da população. "Adversários da sociedade estavam entrando com medidas cautelares para impedir que o plano fosse adiante. Este plano não pode ser mexido" — explicou Collor. Juristas ouvidos ontem consideraram que esta Medida Provisória é inconstitucional por impedir a ação do Judiciário. Página 3

Zélia promete ampliar as exceções para liberar saques

A Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo, informou ontem que, além dos aposentados, uma série de situações excepcionais poderá dar direito a sacar os depósitos e aplicações bloqueados. Entre estes casos, estarão os desempregados que aplicaram sua indenização trabalhista; pessoas com despesas médicas inadiáveis; entidades filantrópicas que dependam de doações que estão nos bancos; e trabalhadores com contratos de uma única remuneração por longo período. A Ministra Zélia declarou ainda que os limites de bloqueio para os casos não excepcionais são inegociáveis. Página 9

A liberação de dinheiro do overnight, para pagamento de folhas salariais, será feita por três faixas: as pequenas empresas, com folha até Cr\$ 500 mil, poderão sacar tudo; as médias poderão sacar Cr\$ 500 mil e pagar juros especiais sobre o restante; e as grandes terão que fazer uso dos 20% disponíveis. Se o dinheiro for insuficiente, terão de obter crédito, nas ajuízes de mercado. Páginas 6 e 10

Loto

Ninguém acertou a quinta (14, 50, 51, 77, 82) do concurso 698 da Loto, que, com a acumulação, deverá pagar Cr\$ 17 milhões no sorteio de quinta-feira. O concurso 105 da Sena, cujo sorteio será feito na manhã de hoje, vai pagar Cr\$ 21,8 milhões a quem acertar a principal. Página 15

Loteca

A previsão é do matemático Oswald de Souza: mesmo com uma zebra (a derrota de São Paulo, no jogo 3) e uma meia-zebra (o empate do Cruzeiro, no jogo 9), a Loteca, com qualquer resultado no sorteio, hoje, do jogo 13 (Grêmio x Inter), terá acertador com 13 pontos. Caderno de Esportes

Nesta edição

Programa Político	Página 2	RESUMO GABRIEL	Página 2
2. Carlos de Azeite	Página 16	Resumo Bred	Página 2
Brasil	Página 16	Claro Lenz	Página 2
Tabela de Loto	Página 16	Disciplinada	Página 2
Ciência e Vida	Página 16	Rio Show	Página 2
Programa Econômico	Página 21	Flamem na TV	Página 6
Indicadores Econômicos	Página 22	Hortifloras	Página 6
Informações	Página 26	Hoje na TV	Página 8
Indicadores Financeiros	Página 26		

PREÇO DESTA EXEMPLAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Cr\$ 30,00

Fla e Flu assumem a liderança da Taça Rio

Flamengo e Fluminense, ao lado de América e Bangu, são os líderes da Taça Rio, depois de disputada a primeira rodada do segundo turno. O Flamengo, mesmo sob vaivéns de sua própria torcida, derrotou o América de Três Rios, por 4 a 2, ontem, na Gávea. O Fluminense, por sua vez, venceu o Campo Grande por 1 a 0, sábado, nas Laranjeiras. O América fez 2 a 0 sobre o Nova Cidade, no Andaraí, e o Bangu ganhou de 1 a 0 da Cabofriense, em Moca Bonita. No clássico da primeira rodada, Vasco e Botafogo empataram em 1 a 1, no Maracanã. O Botafogo foi melhor, mas não soube superar a disposição dos zagueiros do Vasco. Os dois times caíram para segundo lugar, mas ainda são os únicos invictos e os que con-

Chico



A morte de Zacarias, o ingênuo dos Trapalhões

Vítima de infecção pulmonar, morreu ontem, às 11h25m, o ator Mauro Gonçalves, o Zacarias dos Trapalhões. Há nove dias o comediante foi internado na Clínica São Vicente, apresentando um grave quadro de insuficiência respiratória. Há duas semanas manifestou vontade de ser velado e enterrado em sua cidade natal, São Lázaro, em Minas Gerais. Sobre a perda do mais ingênuo personagem que há 16 anos integrava o grupo, Renato Aragão dizia estar se sentindo como se tivesse perdido seu filho.

Ilustração 50 - Collor apareceu fazendo exercícios nas páginas de O Globo

O jornalista Sidnei Basile (2002, p.76) ressalta que o confisco da poupança empreendido pelo presidente Collor foi um dos eventos da história recente do país que teve fundamental importância para o crescimento da imprensa de economia:

De repente os brasileiros, pessoas físicas e jurídicas, acordaram sabendo que só teriam disponíveis no banco 50 cruzados novos, que eram de fato muito pouco dinheiro. Como isso era possível? Como alguém tinha esse poder? Se o tinha, por que o tinha exercido? E se o tinha exercido, quão desesperada devia ser a situação do país para levá-lo a isso? E, se estava assim, como ficava o nosso futuro? E o dos nossos filhos? Receberíamos o nosso dinheiro de volta? Essas e muitas outras questões, extremamente angustiantes, infernizaram o cotidiano dos cidadãos. Precisavam entender o que ocorria. Era uma oportunidade de ouro para os veículos. Eles não a perderam. Investiu-se muito na cobertura econômica e de negócios e, sobretudo, na explicação dos vetores que afetam as finanças pessoais dos cidadãos. Diversos jornalistas se notabilizaram pela integridade e coragem com que interpretaram as inquietações, ansiedades e fúria do público, destacando, entre eles, Lillian Witte Fibe, que, vinda da mídia impressa, na *Gazeta Mercantil*, consolidou uma reputação de excelência em jornalismo econômico na cobertura da *Rede Globo*. Os jornais diários passaram a abrir seções de finanças pessoais para seus leitores e novos canais de comunicação começaram a se estabelecer com esse público ávido (BASILE, 2002, p.76) – *grifos nossos*.

Lillian Witte Fibe começou a cobrir economia no jornalismo impresso, como repórter na *Folha de S.Paulo*, onde entrou em 1973, quando ainda estava no segundo ano do curso superior em Comunicação Social na USP. Em 1975, ela foi trabalhar na editoria de Finanças da *Gazeta Mercantil*. Entre outubro de 1982 e dezembro de 1983, apresentou um programa diário chamado *Dinheiro*, de quatro minutos de duração e que ia ao ar de madrugada, um tempo que a *Gazeta Mercantil* comprava da *Bandeirantes*. Em janeiro de 1984, foi convidada para ser repórter de economia da *TV Globo*, inicialmente no *Jornal da Globo* e, em seguida, no *Jornal Nacional*. Sobre sua atuação na área e seu trabalho na época do governo Collor, ela conta:

Em 1987, a *Globo* ia lançar um programa chamado *Globo Economia*, que iria ao ar depois do *Jornal da Globo*, com duração de cerca de três minutos. Fui convidada a fazê-lo e aceitei. (...) Em 1988/89, Boni resolveu acabar com o *Globo Economia* e embuti-lo no *Jornal da Globo*, e tive que passar a fazer uma coisa mais enxuta. Comecei a fazer comentários de economia para o *Jornal Nacional*. Em março de 1990, Collor toma posse, faço aquela antológica entrevista com a Zélia Cardoso de Melo, da qual todo mundo se lembra até hoje, e aos poucos vou sumindo das câmeras da *Globo*. Não sei por quê, não me pergunte

por quê, mas comecei a ser menos usada. Continuava a fazer meus comentários para o *Jornal da Globo*, mas para o *Jornal Nacional*, por exemplo, nunca mais ninguém me chamou (*grifos nossos*).²³⁸

A polêmica entrevista com a ministra da Economia foi feita, ao vivo, por Lillian e por Carlos Monforte, no dia 17 de março de 1990, nos estúdios da emissora em Brasília. Ela conta que eles tentaram esclarecer as dúvidas mais comuns da população e perguntaram sobre consórcios, cartões de crédito, mensalidades escolares, dívidas e empréstimos:

Um dos trechos que mais pegaram foi quando ela não quis responder como ia remunerar naquele mês a caderneta de poupança, que, pela regra, teria que ser corrigida pelos 84% de inflação, a última herança do governo Sarney. Eles não iam dar os 84% e ela não queria dizer. Então eu fiquei perguntando: “Mas, por favor, eu não entendi, se eu não entendi o telespectador talvez também não tenha entendido”. E ela brigava comigo, dizendo que já tinha respondido. Mas as pessoas precisavam saber as coisas que eu perguntava para a Zélia: “Como é que paga a mensalidade escolar? Como é que paga o condomínio se não tem dinheiro no banco? Como é que fica o cheque especial? E ela não tinha resposta para nada. Aquele plano era sem pé nem cabeça, como a história veio provar. Mas, na época, eu não sabia disso, eu só queria entender o que estava acontecendo. Não tinha nenhuma bola de cristal, não sabia que ia ser aquela confusão toda que veio a ser depois, com recessão, inflação. Eu só fazia perguntas imediatas (*grifos nossos*)”.²³⁹

A repercussão da entrevista ocorreu justamente em função do tom incisivo usado por Lillian Witte Fibe, que insistiu para que a ministra esclarecesse pontos obscuros do plano.

5.2.1 A opinião nas páginas dos jornais: apoio e confronto

E como foi a cobertura dos jornais na esfera do jornalismo opinativo? Como se posicionaram em seus editoriais com relação a Collor e o pacote que ele implementou?

No mês de lançamento do Plano Collor I, esse foi o assunto predominante também nas páginas de opinião dos jornais analisados. A preocupação com os rumos da economia era o tema central dos textos opinativos. Em *O Globo*, a torcida era maior, e mais enfática,

²³⁸ Entrevista de Lillian Witte Fibe a Alzira Alves de Abreu feita no Rio de Janeiro, em 9 de abril de 1997, e atualizada em maio de 2005.

²³⁹ Depoimento de Lillian Witte Fibe ao Memória Globo (2004, p.224-228).

pelo presidente Collor e pelo pacote econômico, do que no periódico paulista. A *Folha* tinha feito oposição a Collor durante a campanha eleitoral para a Presidência – o jornal publicou várias notícias sobre irregularidades em sua vida política²⁴⁰ – e teve problemas logo depois de sua posse.

Na edição seguinte ao anúncio do pacote, no dia 17 de março de 1990, o diário carioca trouxe o editorial “Imperativo moral”, em sua página 4, no qual fazia a defesa das mudanças operadas pelo novo governo e que esse tom de moralidade apregoado pelo “Brasil Novo” deveria “espraiar-se até a mais modesta prefeitura e a mais distante Câmara de vereadores”.

No dia 18, a defesa continuava no editorial “Desestatizar é desalienar”. Nesse texto, exaltava esse novo momento do país, com a entrada de Collor na Presidência e com suas intenções neoliberais colocadas a favor do desenvolvimento, como mostra um de seus trechos:

Surge, em síntese, a perspectiva de um Brasil autêntico – aquele da coletividade nacional, criadora verdadeira de nosso patrimônio econômico e cultural. Surge a economia devolvida a seus agentes próprios, a iniciativa privada; surge a cultura reposta em sua origem. (...) O Brasil moderno é outro nome do Brasil da cidadania.

No diário paulista, os editoriais dos primeiros dias que se seguiram ao lançamento do Plano Collor registravam a violência do plano e a preocupação com o que as medidas causariam. Um exemplo foi o texto “Plano Collor”, publicado em 17 de março, no qual a *Folha* dizia claramente que apoiava a proposta de privatização e que ela era correta “para a necessidade de reformular o papel do Estado na economia”.

O 5º parágrafo desse editorial dizia que o jornal já vinha reiterando algumas medidas que deveriam ser tomadas: “A importância de um vigoroso ajuste fiscal e de um esforço coletivo inédito no sentido de extirpar definitivamente a inflação vem sendo reiterada enfaticamente por esta *Folha*”. A citação direta ao posicionamento do periódico em seus editoriais é uma forma de auto-legitimar sua relevância na sociedade, uma vez que se colocou em uma posição de indicar possíveis caminhos para o desenvolvimento do país.

²⁴⁰ Na edição de 22 agosto de 1989, a *Folha* denunciou a formação de uma rede informal de televisão, que reunia mais de 20 emissoras, montada de forma sigilosa e custeada por Collor, para a inserção diária de propaganda sua em diferentes telejornais (LATTMAN-WELTMAN, RAMOS & CARNEIRO, 1994, p.81).

No dia 18, o texto “Custe o que custar” também falava da radicalidade do plano, mas que ele era “necessário para combater uma inflação de 80% ao mês” e que era importante que desse certo. Essa mensagem sobre a necessidade de obter êxito apareceu em editoriais de outras edições da *Folha*, que avançavam na discussão das medidas.²⁴¹

No dia 20, *O Globo* publicou “A crença no estado” para fazer um apelo ao Congresso a fim de que analisasse as medidas provisórias baixadas pelo governo. O periódico enfatizava que a eficácia de uma ação contra a crise estava, pois, a partir daquele momento, nas mãos do Legislativo.

No restante do mês, a ênfase nas medidas e na necessidade de se eliminarem barreiras para que o plano desse certo foi a tônica da posição de *O Globo*, em suas páginas de opinião, até ir parar na capa, no dia 22 de março, quando o jornal publicou o texto “Remover obstáculos”. Nele, fazia a defesa do Plano Collor, como ilustra seu primeiro parágrafo:

Há dois aspectos do Plano Collor que precisam ser vistos em conjunto: ele tanto representa um choque, de violência jamais vista no país, como é tecnicamente correto. Tem tudo para dar certo, e precisa dar certo – pois não há alternativa a não ser o caos (grifos nossos).

Observa-se que o mesmo tom catastrófico propagado pelo presidente se espalhava pelos textos opinativos. Na entrevista que Collor deu para a *TV Globo*, no domingo, 18 de março, por exemplo, ele disse que o plano não poderia sofrer modificações em sua estrutura, pois isso causaria a quebra do país. “O plano é a única e última saída para o país”, afirmou. Os jornais fizeram matérias sobre as declarações que ele deu para a emissora de TV.²⁴²

Na edição dessa data, *O Globo* publicou outro editorial, na página de opinião, com o título “Para voltar ao normal”, no qual pedia às autoridades econômicas que compreendessem e explicassem ao cidadão com clareza sobre como se “comportar numa realidade transformada”.

A edição do dia 28 também trouxe um editorial na capa, “Retomada de rumo, não recuo”, no qual reforçava o discurso de Collor sobre o plano, após a retirada das Medidas Provisórias n.º 153 e n.º 156, que tratavam da matéria penal. O texto trazia trechos do discurso do presidente.

²⁴¹ No dia 19 de março de 1990, foram publicados editoriais com mensagens semelhantes: “Tudo ou nada” e “Não há tempo a perder. Não há como recuar” (p.A-2).

²⁴² Declarações de Collor em entrevista à *TV Globo* registradas na matéria “Presidente adverte empresas para que não demitam funcionários” (Economia, p.B-1), da *Folha* de 19 de março de 1990.

No dia 21, a *Folha* assumia uma posição parecida com a de *O Globo* e apontava para a necessidade de o Legislativo viabilizar o Plano Collor com o editorial “Nas mãos do Congresso”. O jornal paulista defendia, ainda, uma maior radicalização na reforma administrativa, em um segundo texto opinativo, na página A-2, intitulado “Mais austeridade”.

A reforma administrativa era outro aspecto da plataforma de mudanças que Collor queria introduzir no país. Depois do pacote de medidas econômicas, ela foi o segundo mecanismo acionado pelo presidente. Também foi implantada no dia 16 de março de 1990, por meio da Medida Provisória n.º 151, e propôs a diminuição do número de ministérios de 27 para 12, criando dois complexos gigantesco: o da Economia e o da Infra-Estrutura. Ela não teve outro sentido, além de realizar demissões maciças no serviço público e nos órgãos da administração indireta, na suposição de aliviar a folha de pagamento do pessoal civil do governo federal (LATTMAN-WELTMAN, RAMOS & CARNEIRO, 1994, p.55).²⁴³

Associado ao plano de medidas econômicas e à reforma administrativa, veio um terceiro item, relacionado com a política que o governo adotou para combater a inflação e que teve como base o desaparecimento das obrigações empresariais do Estado. Esse objetivo fundamentou-se na realização de um programa, elaborado pela equipe econômica, de transferência da propriedade das empresas estatais para o setor privado.

Foram duas as medidas provisórias nesse sentido: a n.º155 e a n.º 157. Baixadas também no dia 16 de março, a primeira criou o Programa Nacional de Desestatização (PND) e a segunda dispôs sobre a instituição dos Certificados de Privatização. O PND teve como principal objetivo reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades que eram exploradas pelo setor público. Já os certificados, se constituíram de títulos de emissão do Tesouro Nacional, nominativos e não negociáveis, exceto com expressa autorização do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, sem data de resgate (*ibid.*, p.57).

O que, pois, o terceiro mecanismo de ação do governo Collor inseria de relativamente novo nos rumos da política e da economia do país naquele início da última década do século XX?

²⁴³ Além da redução do número de ministérios e da criação de dois superpoderes, a reforma instituiu o Ministério da Ação Social, que substituiu o do Interior. O Gabinete Civil foi transformado em Secretaria Geral da Presidência da República e, da mesma maneira que o Estado-Maior das Forças Armadas, perdeu o status de ministério. O Conselho Nacional do Petróleo passou a se chamar Departamento Nacional de Combustíveis, e o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, recebeu a denominação de Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS (LATTMAN-WELTMAN, RAMOS & CARNEIRO, 1994, p.55).

Nos anos 1990, o liberalismo, que já havia sido adotado na maior parte da América Latina, implantou-se no Brasil, a partir do governo Collor. O discurso liberal radical, combinado com a abertura da economia e o processo de privatizações, inaugurou o que se pode chamar de “era neoliberal” no país.

Até então, durante o governo Sarney, de uma já forte massificação e propaganda dessa doutrina nos meios de comunicação de massa, havia uma resistência à “onda liberal”, calcada, principalmente, na ascensão política, durante a década de 1980, dos movimentos sociais e do movimento sindical (FILGUEIRAS, 2003, p. 83-84),

Com o governo Collor e o seu plano econômico, assistiu-se a uma ruptura econômico-política que marcou definitivamente a trajetória do desenvolvimento do Brasil nos anos 1990. Pela primeira vez, para além de uma política de estabilização, surgiu a proposta de um projeto de longo prazo, que articulava o combate à inflação com a implementação de reformas estruturais na economia, no Estado e na relação do país com o resto do mundo, com características nitidamente liberais (*ibid.*).

O Brasil se inseria, portanto, no cenário mundial de onda neoliberal que se intensificaria nas duas últimas décadas do século XX, quando o paradigma keynesiano foi substituído por outro, o monetarista, o qual restaurou as crenças liberais que haviam sido dominantes até a década de 1930. Voltou a prevalecer a idéia de que os mercados se equilibram em pleno emprego e de que as pessoas sem trabalho se encontram voluntariamente nessa situação, porque não aceitam a remuneração oferecida pelo mercado (SINGER, 2001, p. 112).²⁴⁴

Assim, a revolução keynesiana se esgotou mundialmente, e a contra-revolução monetarista tomou seu lugar. Os estados nacionais, a começar pelos EUA, abandonaram qualquer pretensão de controle dos fluxos de capital privado, entregando, com isso, o comando da conjuntura econômica mundial ao jogo especulativo dos grandes blocos econômicos de capital privado multinacional (*ibid.*, p. 124).

Em termos públicos, o fenômeno recebe o nome de globalização, mas politicamente coincide com a ideologia do neoliberalismo, uma plataforma econômico-político-social-cultural, empenhada em governo mínimo, fundamentalismo de mercado, individualismo econômico, autoritarismo moral. De um modo geral, livre trânsito de *commodities* e a velocidade circulatória dos capitais especulativos são valores excelsos da nova economia (SODRÉ, 2002, p. 14).

²⁴⁴ Os conceitos de keynesianismo e de neoliberalismo foram citados no primeiro capítulo.

A vitória ideológica da tese neoliberal, que sacrifica o princípio da solidariedade social sob o argumento de uma suposta eficiência econômica, deu-se, nas últimas décadas do século XX, com o colapso da economia soviética, planificada e estatal.

Nestor Garcia Canclini (2001, p. 41-42), ao refletir sobre a globalização, diz que esse processo supõe uma interação funcional das atividades econômicas e culturais dispersas, bens e serviços gerados por um sistema com muitos centros, no qual é mais importante a velocidade com que se percorre o mundo do que as posições geográficas a partir das quais se está agindo. As decisões políticas e econômicas são tomadas em função das sedução imediatistas do consumo, do livre comércio.

A possibilidade de situar a origem da globalização na segunda metade do século XX, para Canclini (2003, p. 41-43), advém de sua diferença com relação à *internacionalização* e à *transnacionalização*. A *internacionalização* da economia e da cultura teve início com as navegações transoceânicas, a abertura comercial das sociedades européias para o Extremo Oriente e a América e a conseguinte colonização. Os navios levaram aos países centrais objetos e notícias desconhecidos na Espanha, em Portugal, na Itália e na Inglaterra.

O outro processo, a *transnacionalização*, se formou mediante a internacionalização da economia e da cultura, mas deu alguns passos além, a partir da primeira metade do século XX, ao gerar organismos, empresas e movimentos cuja sede não se encontrava exclusiva nem predominantemente em uma nação.

Já a *globalização*, teria se preparado nesses dois processos anteriores por meio de uma intensificação das dependências recíprocas, do crescimento da aceleração de redes econômicas e culturais que operavam em escala mundial. Nesse momento, ressalta Canclini (2003, p. 42), ocorreria uma interação mais complexa e interdependente entre focos dispersos de produção, circulação e consumo.²⁴⁵

²⁴⁵ A globalização começou a ocorrer de forma mais delineada após a II Guerra Mundial (1939-1945), acentuou-se a partir da queda do Muro de Berlim (1989) e ganhou mais vigor com o fim da Guerra Fria (1990), a desintegração da União Soviética (1991) e a abertura das rotas chinesas para a economia ocidental. Foi no final do século XX que esse processo se consolidou, com a queda de barreiras alfandegárias entre os países e a revolução tecnológica, em particular no campo da informação (telefonia, televisão e computador). Essa “revolução” de base microeletrônica criou as condições físicas para um maior e instantâneo intercâmbio entre as economias e Estados nacionais. Barateou a produção, o processamento e a transmissão do conhecimento. Combinada com a desordem monetária, que começou como circunstancial, mas integrou-se ao sistema, deu origem ao aspecto mais visível da globalização no plano econômico: a autonomia do mercado financeiro em relação ao Estado-nação e entidades supranacionais, como o FMI ou a União Européia, e a sua volatilidade. A combinação desses fatores provocou drásticas mudanças no processo produtivo, liderado por empresas transnacionais, e, sobretudo, na forma como são feitos os investimentos mundiais. As grandes empresas se organizaram mediante fusões e parcerias e ampliaram seu poderio econômico. Seu poder de investimento inverteu a relação entre governo e iniciativa privada. Nas décadas de 1970 e 1980, era o governo que ditava as regras do desenvolvimento econômico e, com base nelas, as empresas definiam as estratégias de investimentos. Atualmente, essa ordem é inversa. O Estado não consegue mais deter a movimentação do capital estrangeiro. Há cada vez menos recursos para aplicar em setores como saúde, educação e saneamento. Ele passa a se retirar de negócios como a geração de

Para Octávio Ianni (2004, p. 313-314), o neoliberalismo compreende a liberação crescente e generalizada das atividades econômicas: a produção, a distribuição, a troca e o consumo. O que está em causa, portanto, é a busca maior e crescente de produtividade, competitividade e lucratividade, tendo em conta mercados nacionais, regionais e mundiais.

Muniz Sodré (2003, p. 39) chama a atenção para a existência de duas formas de globalização. A primeira seria a *forma real* em curso, em que a globalização e o mercado favorecem a desigualdade econômica e política em escala mundial, mas também a dimensão intersubjetiva, em que é cada vez mais acirrada a competição pelo trabalho e pela dignidade da existência. No formato, globalização e mercado são os significantes que articularam a construção sociolingüística de uma realidade compatível com a ideologia neoliberal, dissimuladora da concentração do capital financeiro e do mecanismo de desemprego crescente. Finalmente, fora do centralismo financeiro do capital, a globalização tende a impor-se apenas como ideologia e virtualidade. Sua segunda forma seria o seu *formato midiático* ou a sua representação social trabalhada pelas “elites logotécnicas” constituídas por jornalistas, financistas, professores, especialistas em marketing, artistas, tecnoburocratas de um modo geral.

Nos anos 1990, a imprensa vai atuar de forma importante na campanha neoliberal pelo desmonte do Estado social-democrata e pelo processo de naturalização da ideologia da globalização, especialmente nos países periféricos (KUCINSKI, 2000, p. 14). Essa análise é compartilhada por vários autores. Sodré (2003, p. 35) diz que a chamada grande mídia fabrica o consenso sobre a superioridade das economias abertas, insistindo que não há saída fora dos pressupostos neoliberais. “Aliados ao marketing e às mais sofisticadas técnicas de vendas, os meios de comunicação desempenham papéis estratégicos na naturalização ideológica da economia liberal de mercado.” Robert Mcchesney (2003, p.217-242) reforça que a globalização econômica e cultural seria claramente impossível sem um sistema de mídia comercial global para promover os mercados globais e encorajar os valores do consumo.

Sendo assim, na cobertura jornalística do Plano Collor, a atitude neoliberal do presidente foi vista como um sinal de progresso para o país e dessa forma foi retratada pela imprensa. Por outro lado, suas atitudes foram, em alguns momentos, criticadas.

Isso ficou particularmente explícito no episódio da invasão da Polícia Federal à *Folha*. Antes desse caso, o diário paulista já havia feito alguns editoriais criticando

energia, a distribuição de água, o tratamento de esgoto, a coleta de lixo e as telecomunicações (BAUMAN, 1999; CHOMSKY, 1999; ALONSO, 2000; MORAES, 2001, 2001a e 2003; IANNI, 2004).

explicitamente o presidente Collor. No dia 22 de março de 1990, o periódico publicou o texto “Escalada de intimidações”, no qual abordava a atitude intimidadora do poder público com relação ao cumprimento das medidas anunciadas; e “Margem para aperfeiçoar”, que identificava pontos passíveis de ajuste no plano.

Mas, do dia 24 ao dia 26, o tom crítico ganhou mais força em função de um episódio de invasão da *Folha*, que gerou as manchetes do diário paulista durante três edições. No dia 24, a manchete foi “Polícia federal invade a *Folha*” e, ao seu lado na capa, foi publicado o editorial “A escalada fascista” (*ver ilustração 51*).

A notícia era que a Polícia Federal havia feito duas horas e meia do que o jornal classificou como “truculenta inspeção” na sede da *Folha*, em São Paulo. A suspeita era de irregularidade na troca de faturas emitidas em cruzeiros. A operação financeira, segundo se defendeu o jornal, estava expressamente autorizada pela cartilha que havia sido distribuída pelo Ministério da Economia para explicar o funcionamento e os procedimentos a serem adotados na aplicação do plano.

No editorial, a *Folha* chamou Collor de fascista e o “Brasil Novo” de ditadura. Defendia a democracia e condenava a atitude do governo de usar a força física em uma “escalada repressiva”. Dizia que o diário havia criticado a candidatura de Collor, como todas as outras, mas que havia aprovado a audácia do presidente na edição das medidas econômicas. “Não se agrediu um jornal. Agrediu-se a democracia”, dizia o texto. A repercussão do caso foi retratada em várias páginas do diário paulista.

O jornal, como vítima da ação, atribuiu às denúncias que publicou contra Collor, ainda durante sua campanha eleitoral, a motivação para o primeiro ato de repressão do recém-empossado governo a um órgão de imprensa.

Na edição que estampava a invasão na manchete, outro editorial foi publicado na página A-2 com o título: “Instrumento do caos”. No texto, a *Folha* reiterava seu apoio ao combate à inflação, mas ressaltava que era “contra o fascismo do governo com prisões arbitrárias, ameaças de devassa fiscal, invasões policiais”.

No dia 25 de março de 1990, nova manchete sobre o caso: “Collor autorizou invasão da *Folha*”. Dois editoriais sobre o assunto foram publicados na página de opinião: “É preciso resistir” e “A era Collor”. Neles, a *Folha* dizia que o governo estava “se transformando em sinônimo de opressão do Estado, em totalitarismo, violência, arbítrio e iniquidades” e que a democracia estava em perigo, porque as atitudes do governo atingiam a liberdade de imprensa e os direitos elementares do cidadão.

A manchete do dia 26 foi “Câmara prepara inquérito sobre a invasão da *Folha*” e os editoriais da página de opinião foram: “Pretexto para a agressão” – sobre o argumento da Polícia Federal para invadir o jornal – “E definições para a dívida” – sobre a renegociação externa. Nessa edição, a *Folha* publicou, na capa, uma nota oficial, na qual explicava o caso e se defendia.

A repórter especial da *Folha* Elvira Lobato se lembra desse episódio no seu livro *Instinto de Repórter* (2005), no qual conta como foram feitas algumas reportagens que publicou ao longo de 19 anos de atuação no diário paulista. Uma série delas, sobre denúncias do governo de Collor, em Alagoas, foi publicada em maio de 1989²⁴⁶:

Na campanha eleitoral de 1989, fui cinco vezes a Alagoas investigar atos relativos à gestão de Collor no governo do Estado e à sua campanha. A *Folha* foi o único grande jornal a investigar o candidato de forma sistemática e, por esse motivo, foi perseguida quando Collor chegou ao poder. No dia 23 de março de 1990, seis fiscais da Receita Federal, dois agentes e um delegado da Polícia Federal invadiram o prédio da *Folha*. Collor foi avisado pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo, de que a PF faria uma diligência no jornal, e o presidente a autorizou a seguir em frente. O pretexto da invasão era conferir se o jornal estava cobrando faturas publicitárias em cruzados novos ou em cruzeiros, que haviam sido recriados. A Associação Nacional de Jornais (ANJ) havia orientado as empresas jornalísticas a fazer a cobrança em cruzeiro, mas só a *Folha* foi invadida (LOBATO, 2005, p.67) – *grifos nossos*.

Ao se sentir atacada, a *Folha* reagiu também com ataques em editoriais e em matérias, como a que comparava as atitudes de Collor as do político italiano Benito Mussolini. Diante da ofensiva, Collor acabou recuando e o fato foi comentado pelo diário. No dia 27, a *Folha* publicou o editorial “Sinal positivo”, sobre o presidente ter voltado atrás nas medidas rígidas de fiscalização. Publicou também o texto opinativo “Números da poupança”, no qual apontava contradições nos números sobre o bloqueio desse tipo de aplicação.

No dia 28, reiterava a posição do jornal no editorial “Retorno ao equilíbrio” e dizia que, assim como refutou, e refutaria qualquer tentativa de intimidação, estava pronta para apoiar os esforços de harmonização entre Estado e sociedade:

²⁴⁶ As matérias mostraram que Collor havia aumentado em oito vezes os gastos com publicidade, nos cinco meses finais de seu governo em Alagoas, quando já se preparava para disputar a eleição presidencial, e que também aumentara em 5.276% a verba para “despesas de caráter secreto” e gastara US\$ 1,1 milhão em aluguel de jatos, pesquisas de intenção de voto, recepções, banquetes e em presentes – flores, cristais e prataria – para amigos e correligionários (LOBATO, 2005, p.67).

Trata-se de acompanhar, com vigilância e isenção crítica, as atitudes governamentais, atentando para seus erros, para os riscos – e estes iam se tornando visíveis de forma alarmante – que contenham, mas também para o que possa revelar a intenção de retomar o rumo da democracia.

Observa-se que, apesar dos atritos com o governo, a *Folha* – assim como *O Globo* – assumiu uma atitude de apoio ao plano e de apaziguamento da situação de conflito.

Ao analisar os textos opinativos, verifica-se, no discurso do jornal, o reforço do papel da imprensa de vigiar os poderes como uma função ideológica, ao mesmo tempo em que ele legitima sua importância, diante da sociedade, como com o papel de apontar caminhos e criticar eventuais atentados contra a democracia.

5.3 A transição para o Plano Collor II

Economistas duvidavam da viabilidade, em longo prazo, do Plano Collor, porque ela dependia de instrumentos temporários, como o controle dos preços e o congelamento das poupanças. Por uns poucos meses, contudo, a terapia do choque pareceu funcionar. A inflação caiu a zero e o déficit fiscal foi reduzido.

Esse ataque dramático à inflação foi acompanhado pela demissão de milhares de servidores federais. Os sindicatos de funcionários públicos protestaram e os trabalhadores demitidos recorreram a mandados de segurança para restaurar seus empregos (SKIDMORE, 2003, p.305).

Collor também reduziu drasticamente as tarifas de importação brasileiras, que estavam entre as mais altas do mundo, e tomou o rumo da privatização. O Brasil tinha, então, 200 empresas estatais. Muitas haviam se tornado refúgios para indicações de apadrinhados. O presidente anunciou que o governo começaria a leiloá-las para compradores privados, inclusive estrangeiros (*ibid.*, p.305-306).

A implementação da política econômica se deu por meio de um dilúvio de decretos presidenciais (MPs), em 1990, mostrando pouca inclinação do presidente para negociar com o Congresso²⁴⁷. Apegou-se ao estilo “imperial” ou “bonapartista”, na suposição de que sua maioria de votos nas eleições presidenciais iria, por si, legitimar-lhe a audácia e desqualificou, sistematicamente, os poderes Legislativo e Judiciário. No final de 1990,

²⁴⁷ Desde sua posse até janeiro de 1991, Collor emitiu uma média de 14 decretos (MPs) por mês. Durante o resto de seu mandato, de janeiro de 1991 a setembro de 1992, a média mensal foi de menos de um (SKIDMORE, 2003, p.306).

contudo, sua investida havia despertado forte oposição (SKIDMORE, 2003, p.306; FILGUEIRAS, 2000, p.85).

O primeiro ano de governo de Collor se encerrou com o país imerso na recessão, com a inflação novamente ascendente, e com suas principais promessas, obras e palavras de ordem ainda por se cumprirem (LATTMAN-WELTMAN, RAMOS & CARNEIRO, 1994, p.60).

Em janeiro de 1991, a inflação continuava em alta e a recessão se intensificava. Nas grandes cidades, aumentava também o desemprego. Os empresários elevavam o tom de suas reclamações contra as altas taxas de juros e os sindicatos já não suportavam a estagnação dos índices salariais. Collor, por sua vez, dava as primeiras demonstrações de dúvidas e de defensiva. Admitiu a indexação salarial para os que ganhavam até três salários mínimos. Concordou em conversar com os empresários sobre a diminuição das taxas de juros. Pretendeu fundir o PRN e o PFL em uma só agremiação, a fim de criar um poderoso dispositivo de apoio parlamentar, em um esforço para salvar o plano econômico. Assim, já assumia feições visíveis de desespero. Enquanto as notícias sobre o pacote não eram boas, o processo de privatização seguia obtendo apoio da grande imprensa (*ibid.*, p.61).

O programa econômico do governo Collor, como tantos antes dele, estava se desfazendo. Numerosas exceções haviam sido feitas ao congelamento das poupanças e o congelamento de preços também estava entrando em colapso. Seu fracasso deveu-se, principalmente, à enorme desorganização provocada na economia e na vida de cada família devido ao bloqueio do dinheiro e do capital de giro das pequenas empresas (KUCINSKI, 2000, p. 129). Assim, no início de 1991, para a ministra Zélia, não havia outra solução senão tentar um segundo tratamento de choque, batizado por ela mesma de Plano Collor II.

Como os dois jornais desenvolveram a cobertura jornalística dessa segunda investida de Collor contra a inflação? No dia 1º de fevereiro de 1991, a edição do Plano Collor II, anunciado na véspera, foi a manchete dos diários (*ver Ilustração 52*). Os preços e os salários foram congelados, mas a ministra Zélia não utilizou a expressão “congelamento”. Admitiu que tinha havido uma “trégua” nos reajustes que vinham se verificando e não estipulou prazo para sua vigência. Os salários seriam reajustados pela média da inflação registrada nos últimos 12 meses e diferenciados por categoria profissional. Os preços deveriam retroagir aos níveis que vigoravam em 30 de janeiro.

A economia foi formalmente desindexada e foram extintos o *overnight* e os fundos de curto prazo e renda fixa, estabelecendo-se novas formas de remuneração para todos os ativos financeiros, incluindo a caderneta de poupança. O Ministério da Economia justificou as medidas contidas no Plano Collor II como um “aprofundamento da política de combate à inflação e um avanço nas reformas necessárias ao crescimento econômico e à modernização da sociedade brasileira”.

O anúncio do Plano Collor II e as repercussões a respeito das medidas ocuparam a maioria das manchetes dos dois jornais pesquisados entre o final de janeiro e o mês de fevereiro de 1991. Depois, na segunda quinzena de fevereiro, o plano começou a disputar espaço na capa, eventualmente, com a Guerra do Golfo Pérsico (*Ver ilustração 53*).

O Plano Collor II trouxe ainda menos consenso que o seu antecessor com relação às possíveis consequências que suscitaria para a sociedade brasileira: não havia consenso nem por parte dos jornais, que tomaram posições diferentes nas abordagens do jornalismo dito informativo e nos textos opinativos, nem por parte das diferentes categorias que sofreriam os impactos do pacote. A desconfiança sobre os rumos da economia do país era geral: população (consumidores), representantes dos trabalhadores, empresários, economistas e políticos apareceram no noticiário para repercutir as medidas e o que viam, principalmente, como contradições.

A cobertura do impacto das medidas no dia-a-dia da população foi intensa, nos jornais, que iam registrando a falta de produtos, o cumprimento ou não das novas tabelas de preços e as fiscalizações por parte da Sunab. A discussão sobre se o congelamento vingaria ou não foi a tônica de muitas matérias.²⁴⁸

As pesquisas de opinião apontavam para uma queda de confiança da população nas novas medidas anunciadas para tentar salvar o Plano Collor (*Ver ilustração 53*). Em 2 de fevereiro de 1991, um dia após o anúncio da segunda edição do pacote, o primeiro impacto era de perplexidade.

²⁴⁸ Algumas manchetes dos jornais, em fevereiro de 1991, abordaram esses problemas: 1) *O Globo*: “Indexar contratos agora é crime” (02/02); “Sai tabela para cálculo dos salários” (03/02); “Governo revê preços da lista da Sunab” (05/02/03); “Tabela muda: 11 produtos mais baratos” (06/02); “Polícias civil e militar vão fiscalizar o congelamento” (07/02); “Tabelamento inclui cerveja, refrigerantes e remédios” (08/02/1991); “Carnaval e praia desafiam o congelamento” (10/02); “Tarifaço desequilibra preços e ameaça congelamento – governo já recebeu mais de 200 pedidos de aumento imediato” (14/02/1991); 2) Na *Folha*: “População desaprova congelamento” (02/02); “Collor pode mudar política para salário” (06/02); “Governo muda de novo base para preços congelados” (07/02); “Descongelamento virá em março, diz Eris” (08/02); “Cresce reprovação ao Plano Collor 2” (9/02); “Interesse por dólar quadruplica com as mudanças do plano” (10/02); “Congresso vai mudar regra para salário, diz Benevides” (11/02); “Zélia tenta mudar o ano fiscal para ter mais arrecadação já” (12/02); “Falta de produtos vai piorar, dizem os supermercados” (15/02).

A *Folha* trouxe a manchete “População desaprova congelamento”, acompanhada de um gráfico explicativo na capa. E *O Globo* não deu na primeira página, mas na página 26 da editoria de economia: “População fica perplexa com pacote”. A matéria dizia que uma pesquisa feita pelo *DataFolha*, no Rio e em São Paulo – com 624 cariocas e 1.041 paulistas –, mostrava que 52% consideravam-se pessoalmente mais prejudicados que beneficiados com o plano.

Poucas pesquisas apontaram depois resultados mais positivos, como a que *O Globo* publicou em sua editoria *O País* no dia 23 de fevereiro: “Ibope constata aprovação ao Plano Collor II”. Segundo a matéria, 49% dos 2.680 entrevistados diziam que aprovavam o pacto, 67% concordavam com o congelamento, 52%, com a desindexação da economia e a unificação das datas-bases e 34% não tinham opinião formada.

Mas o clima geral registrado nos jornais era de preocupação com o andamento da economia e não faltaram especialistas na área para falar isso nas páginas dos periódicos. Mentores de planos econômicos, Carlos Bresser Pereira e Francisco Lopes foram dois economistas de relevância ouvidos. Ambos falaram que era muito difícil o novo pacote dar certo.²⁴⁹

Havia divergência até entre a própria equipe econômica do governo. Chegou-se a noticiar que eles tinham colocado os cargos à disposição de Collor antes do anúncio da segunda edição do pacote. A *Folha* deu matéria sobre isso na editoria de economia de sua edição de 3 de fevereiro de 1991: “Zélia e sua equipe chegaram a pedir demissão” (p.B-6). O texto falava dos bastidores da formulação do Plano Collor II e dizia que a equipe tinha feito isso por conta dos rumos que a economia vinha tomando, mas que o presidente não havia aceitado a demissão. O episódio foi confirmado pela ministra em sua biografia.²⁵⁰

Depois do lançamento das novas medidas, houve momentos de divergência entre a própria equipe, os quais se tornavam públicos e geravam ainda mais desconfiança e preocupação.²⁵¹

A própria ministra se propôs a negociar com os políticos o apoio ao Plano Collor II. Para ela, o que faltava mesmo era o empenho da própria sociedade. O presidente, segundo ela, tentou de todas as maneiras entender-se com os líderes políticos, especialmente com o PSDB, que se recusava a sair de cima do muro. Mas era preciso

²⁴⁹ a entrevista com Francisco Lopes teve como título “Plano Collor II não liquidará inflação” e foi publicada em *O Globo* de 24 de fevereiro (Economia, p.44); no mesmo jornal, no dia 27, saiu a matéria “Bresser: plano caminha para o fracasso” (Economia, p.22).

²⁵⁰ Cf. SABINO, Fernando. **Zélia uma paixão**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1991, 4ª edição.

²⁵¹ No dia 6 de fevereiro, a *Folha* deu a matéria “Áreas do governo divergem sobre a aplicação do tabelamento de preços” (Economia, p.B-1). No dia 11, outra notícia tratava das divergências: “Zélia se irrita com contradições de assessores e tenta unificar discurso” (p.B-1).

conquistar a boa vontade e a colaboração efetiva por parte dos empresários, banqueiros, políticos, sindicatos e entidades profissionais (SABINO, 1991, p.207).

Como os jornais se posicionaram, em seus textos opinativos, durante a cobertura do Plano Collor II? As mudanças foram discutidas na maior parte dos editoriais do mês de fevereiro de 1991 e o diário paulista manteve uma posição forte de crítica ao presidente e ao governo, a mesma que já havia adotado nos meses anteriores. No dia 1º de fevereiro, por exemplo, a *Folha* publicou o editorial “Plano Collor 2”, em sua página de opinião (A-2), no qual discutia o novo pacote, que estaria sendo recebido como “algo inevitável”, mas cujo “sucesso poderia rapidamente ser comprometido por dificuldades políticas e, sobretudo, pela flagrante ausência de credibilidade da equipe econômica”.

No dia 2, a *Folha* publicou um texto opinativo na capa, com o título “Arbítrio e prepotência”, no qual dizia que o Plano Collor II era “uma tentativa de salvar do naufrágio a equipe econômica do governo” e que era apresentado como “solução milagrosa” e a sociedade brasileira estava cansada disso. Na página de opinião (A-2), mais editoriais no mesmo tom: “Instrumento equivocado”, criticando o congelamento; e “Eficácia duvidosa”, alertando para os perigos de ocorrer uma falsa desindexação da economia.²⁵²

O Globo publicou editoriais analisando as medidas econômicas, mas com menos acidez nas palavras que a *Folha*. No dia 2, também publicou um texto opinativo na capa, intitulado “Erro triplo”, ao lado da manchete “Indexar contratos agora é crime”. O jornal se posicionava contra a unificação das datas-base para os reajustes salariais, argumentando que eles ocorreriam duas vezes por ano e que iriam causar uma “explosão inflacionária”.

No dia 16, *O Globo* publicou, em sua página 6 de opinião, o editorial “Porta estreita”, no qual se colocava favorável ao congelamento, desde que por um curto prazo. Mas o destaque do jornalismo opinativo do jornal carioca do período analisado está na edição do dia 25, em um texto, na capa, assinado pelo proprietário das Organizações Globo, Roberto Marinho, com o intuito de defender o pacote econômico. Com o título “É hora de cumprir promessas”, o dono do diário falava sobre o plano e afirmava que a batalha era de todos e não só do governo. “Trata-se de uma batalha em que todos ganham ou todos perdem. Está em jogo o destino do país. Negar-se a colaborar no esforço comum não é atitude de oposição. É traição”, enfatizou (*ver ilustração 54*).

²⁵² A título de ilustração da posição da *Folha*, foram publicados os seguintes editoriais sobre as medidas econômicas e suas contradições: “Insucesso previsível” e “Fraude e impunidade” (3/02/1991); “Discurso de Collor” (4/02/1991); “Fôlego curto” (5/02/1991); “Desabastecimento e dois pesos” (9/02/1991); “Roteiro do insucesso” (10/02/1991); “Mercado de incertezas, desajuste fiscal e exceção à regra” (11/02/1991); “Esforço inútil” (16/02/1991); “Risco financeiro” (17/02/1991); “Collor e o entendimento” (19/02/1991); “Descontrole econômico” (22/02/1991); “Buscando alternativas e mudança na Sunab” (24/02/1991).

5.3.1 A derrocada de Collor

Durante os tumultuados dias do governo Collor, diferentemente dos períodos analisados dos planos econômicos anteriores, o recurso de colocar editoriais na capa dos jornais para comentar fatos de impacto ganhou o reforço simbólico de serem eventualmente assinados pelos proprietários dos veículos de comunicação. Como ocorreu com *O Globo* com o texto em prol do plano econômico assinado na capa por Roberto Marinho, o diretor de redação da *Folha*, Otávio Frias Filho também colocou sua assinatura na primeira página, mas em uma investida declarada contra o presidente.

O diário paulista continuava investindo em matérias sobre irregularidades no governo Collor e publicou, na capa de 25 de abril de 1991, a “Carta aberta ao Sr. Presidente da República”, assinada por Frias Filho, um dos quatro jornalistas que estavam sendo processados por Collor. Nessa carta, o diretor criticava o presidente, que conclamava o entendimento nacional, em um momento que Frias Filho descreveu da seguinte forma (*ver ilustração 55*):

Depois de empobrecer a população, vender a fantasia de que os problemas nacionais seriam solucionados num passe de mágica, violar a Constituição, humilhar o Congresso, jogar o país numa recessão profunda e, naturalmente, fracassar desde logo à luz das expectativas delirantes então criadas, o Sr. resolveu vestir a pele de cordeiro ao recorrer ao entendimento nacional. Esse entendimento é o outro nome da impotência a que o Sr. chegou decorrido apenas um quinto do seu mandato.

Sai a listagem de todos os aprovados no Vestibular Associado

Páginas 9 e 12



O tempo no Rio/Chu chiu e temperatura caiu. A máxima da noite foi de 20,5 graus, em Bangor, mínima, 16, em Santa Cruz. Ventos do quadrante sul, contendo para leste, fracos a moderados. Visibilidade boa. Mar mais agitado, com ondas de 1,5 metro e águas a 25 graus.

O GLOBO

INDICADORES FINANCEIROS — Dólar — Comercial: Cr\$ 221,82 (compra), Cr\$ 222,29 (venda); Paralelo: Cr\$ 216,50 (compra), Cr\$ 216,50 (venda); Turismo (cotação do Banco do Brasil): Cr\$ 219,00 (compra), Cr\$ 219,00 (venda); Salário-mínimo: Cr\$ 15.895,40; NTN — Cr\$ 126,802 (valor) — Cr\$ 8.105,00 (valor) — para IPTU, 15% a mais; Cr\$ 4.304,57; Taxa de Espediente: Cr\$ 600,91; Taxa de delação cível — 1.1752; Taxa Referecia — 2%; TR diária — 0,000947%; Over (para o dia) — 0,4343%.

Vice-Presidentes: ROGERIO MARINHO JOAO ROBERTO MARINHO

Fundador: IRINEU MARINHO Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO

Diretor de Redação: EVANDRO CARLOS DE ANDRADE

É hora de cumprir promessas

ROBERTO MARINHO

As lideranças do Congresso não evidenciando uma sólida consciência de suas responsabilidades no exame dos modelos propostos pendentes de sua aprovação, atendendo ao apelo do Presidente da República, no encerramento da última reunião ministerial.

DECIDI-SE a implantação de um novo modelo institucional que poderá envolver o retorno do desenvolvimento e a instauração de um sistema sem privilégios, estatísticas, reservas de mercado e monobancos capitalistas.

A situação do País é crítica, insustentável, com um clima de perplexidade e inquietude. Não que as definições urgentes um programa econômico objetivo, sem expectativas de alterações a qualquer hora.

EM editorial publicado no mesmo dia da 19 de novembro passado, lembramos que Collor assumiu o Governo enfrentando uma hiperinflação de 100%, ao mês, com os serviços públicos paralisados e uma deterioração oculta de infra-estrutura de energia, transportes e comunicações.

PERDIAM os soldados diariamente o seu valor, enquanto a situação financeira garantia sua sobrevivência uma rentabilidade superior à exatidão inflacionária.

O Presidente não se preocupou em descer a nível local, de quem receber. Assim, a responsabilidade da política econômica, tanto na recuperação de uma economia desastrosa, como na estabilização da moeda, não na direção federal.

RECONHECERAM, segundo o relatório, que não são passíveis, no plano de longo prazo, a realização de uma programação da economia, pois impõem-se acompanhar as reações das agências formadoras da renda, a fim de serem providenciadas as adaptações indispensáveis.

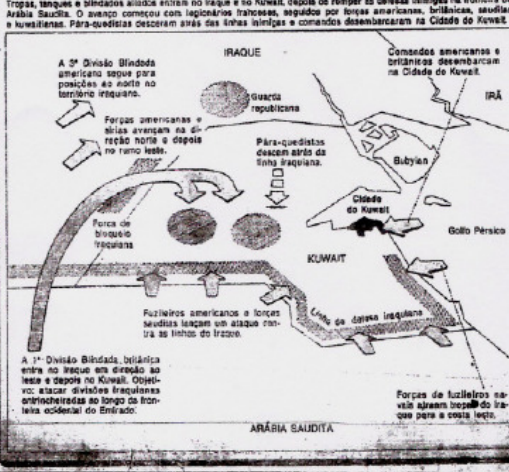
MAS afirmamos que "já os primeiros meses haviam que se adotar um planejamento a médio e longo prazo, fixando objetivos e prioridades".

É a essa imperiosa que os Ministros Provisórios 250 e 293 estão pretendendo atender, com uma ação de emergência visando temporariamente preços e salários a uma situação inflacionária de reestruturação do sistema financeiro. Ambas são imprescindíveis, além de que sua adoção simultânea responde a um requisito de coerência para que tenham eficácia.

O Governo considerou que uma das causas fundamentais da persistência da inflação está no sistema financeiro vigente que obriga o Banco Central a manter

Forças aliadas já estão na capital do Kuwait

O ataque terrestre, anfibio e aéreo para libertar o Kuwait



O avanço das tropas aliadas sobre o Kuwait e o Iraque, iniciado às 4h de ontem (22h de sábado em Brasília), foi arrasador e encontrou menos resistência que o esperado: apenas 11 soldados americanos morreram nas primeiras horas de combate.

Para-quadistas e comandos especiais cercaram a cidade do Kuwait. Algumas fontes militares garantiram que eles já entraram na capital e que encontraram uma cidade em chamas e praticamente destruída pelos iraquianos.

Para o Departamento de Defesa dos EUA, a libertação do Kuwait poderá terminar em duas semanas de combates por terra, ar e mar contra o Exército do Iraque. As 23h de ontem (17h de Brasília), as forças já tinham avançado 80 quilômetros no Iraque e continuavam em direção ao Norte, com o apoio de cerca de 300 helicópteros. Cautelosamente, o Secretário de Defesa, James Baker, lembrou que o Iraque ainda tem por dentro uma força militar.

Saddam: 'luta até a morte'

Em discurso transmitido na manhã de ontem pela Rádio Bagdá, quando a capital iraquiana estava sob intenso bombardeio, o Presidente Saddam Hussein exortou os soldados de seu país a resistirem até a morte ao assalto terrestre aliado. E afirmou que, quando as duas forças se confrontarem, a tecnologia ocidental desaparecerá e o resultado final "será dado pelos bravos e pelos crentes".

No Cairo, o semanário "Al Hakika" disse que há pilotos de várias nacionalidades, inclusive brasileiros, em um grupo de 140 selecionados na Jordânia, prontos para combater ao lado do Iraque "mediante bom pagamento".



Prisioneiros já são 10 mil

No primeiro dia da ofensiva terrestre aliada contra as forças de Saddam Hussein, cerca de 10 mil iraquianos já haviam sido feitos prisioneiros. Muitos se renderam, apunhados de surpresa pelo avanço dos aliados, sem terem disparado um único tiro e dizendo-se famintos por causa da falta de provisões. Junto a cada unidade militar aliada que avançava sobre território inimigo, havia uma companhia de 80 homens da Polícia Militar encarregados dos presos que, inicialmente, são colocados em jaulas e detidos por um mínimo de 24 horas. Mais tarde, eles serão conduzidos em ônibus até território saudita.

Nesta edição

Passagem Política	Página 2
Editorial	Página 6
Reportagem	Página 6
Cartas dos Leitores	Página 6
Brasil	Página 8
Chico e Yda	Página 10
Passagem Econômica	Página 10
Esportes/Negócios	Página 11
Indicadores Econômicos	Página 12
Informática	Página 12 e 13
Indicadores Financeiros	Página 14
CAIXA DE ESPORTES	Página 3
Formação Polêmica	Página 3
SEGUNDO CADerno	
Brasil em Geral	Página 3
Brasil-Brasil	Página 3
Desporto	Página 3
Rio de Janeiro	Página 4
Estado	Página 4
O Bolequenho via...	Página 4
Uma	Página 5
Filmes na TV	Página 6
Notícias	Página 6
Notas na TV	Página 6

Circulem com esta edição os cadernos regionais para Paraná e Copacabana

Botafogo é líder. Vasco descobre um novo herói

Depois do sábado desastroso da dupla Fla-Flu, os cariocas se reabilitaram no domingo preto e branco. O Botafogo, sem seis titulares, derrotou o Vitória por 2 a 0, gols de Renato e Vivinho. Agora é líder. O Vasco, que joga fora de casa e já tem um novo herói: os dois gols foram de Júnior. Caderno de Esportes



Encontrado morto garoto seqüestrado em Minas

A Polícia encontrou ontem, numa cisterna, em Montes Claros (MG), o corpo de Ludovino Martins Filho, o Lulu, de 12 anos, desaparecido desde 23 de novembro. O local foi apontado pelo assassino, o garoto Elton Rodrigues Gonçalves, que enforcou o menino com uma corda de nylon. O corpo estava em estado de decomposição. Página 4



FOLHA DE S. PAULO

70 ANOS

Diretor de Redação: Otávio Frias Filho • São Paulo, quinta-feira, 25 de abril de 1991 • Um jornal a serviço do Brasil • Ano 71 • Nº 22.667 • Al. Barão de Limeira, 425 • Cr\$ 150,00

Carta aberta ao sr. presidente da República

OTÁVIO FRIAS FILHO
Diretor de Redação

Como chefe do atual governo, o sr. tem conclamado ao entendimento nacional. Anteriormente sua visão era a de que o entendimento já ocorrera na eleição em que a sua candidatura derrotou as "elites", termo pelo qual o sr. designa as instituições organizadas da sociedade brasileira. Depois de empobrecer a população, vender a fantasia de que os problemas nacionais seriam solucionados num passe de mágica, violar a Constituição, humilhar o Congresso, jogar o país numa recessão profunda e, naturalmente, fracassar, desde logo à luz das expectativas delirantes então criadas, o sr. resolveu vestir a pele de cordeiro e recorrer agora ao entendimento nacional. Esse entendimento é o outro nome da impotência a que o sr. chegou decorrido apenas um quinto de seu mandato.

O acordo que o sr. vislumbra, entretanto, parece ainda resumir-se à submissão aos caprichos do governante. O sr. não assumiu até agora os rudimentos da noção de cidadania. A boa vontade da sociedade brasileira em face das promessas que o sr. formulou sem poder cumprir tem sido enorme, quase inacreditável, e o sr. se mal-acostumou a ela, mas não é incondicional nem inesgotável. Depois de vinte anos de uma ditadura que se dizia feita em nome de ideais democráticos —essa foi, aliás, a sua escola— não creio que a opinião pública esteja inclinada a tolerar uma democracia de fachada.

Apesar do empenho ingênuo que o sr. dedica à tarefa de desmantelar os partidos, abater as entidades empresariais e os sindicatos, sufocar as organizações culturais e intimidar a imprensa, prevalecendo-se da desordem ideológica da nossa época, açambarcando a torto e a direito bandeirinhas que vão do marxismo ao islamismo à ecologia, inspirando-se em este retrógrado aqui do fascismo, acolá da social-democracia, mas lançando sempre uma névoa cinzenta de confusão sobre a sociedade —apesar disso tudo o sr. é obrigado a ouvir vozes capazes de dizer não. São cada vez mais numerosas. A população pobre e desinformada ainda se deixa desconcertar pela voracidade com que o sr. manipula os símbolos da preta, do poder e da riqueza. Onde a informação circula livremente, as rações entretanto oscilam entre a ironia e a repulsa pela truístia, pela afoiteza e pelo arrivismo patético com que são conduzidas atitudes de governo.

O sr. está processando a mim e a três companheiros jornalistas da Folha. Muito bem, é seu direito. Mas esse processo é apenas —o sr. sabe não bem quanto eu— a ponta visível de um iceberg de ataques, discriminações, ameaças e violência contra este jornal. Sei da antipatia, formada há muito tempo, com tantos problemas graves e reais a enfrentar, com que o sr. interpela seus auxiliares todos os dias a respeito do andamento do processo contra a Folha. Sei que o sr. voltou todo o aparelho do Estado contra este jornal em que parece identificar um perigoso paradigma de independência a ser punida, de altivez a ser exemplada, de vigilância a ser reprimida.

Estou sendo duro, franco e leal em relação ao sr. Talvez seja útil para o país que alguém lhe diga em público e em voz alta as coisas que se comentam às suas costas. A Folha porém apolou as linhas gerais da campanha que o sr. propôs contra a inflação. Sustenta ideias congruentes com as suas no que se refere à privatização, à redução da máquina do Estado, à luta contra as desigualdades sociais e regionais, à modernização tecnológica, ao combate contra a economia de cartório e à integração do Brasil nos quadros do mercado internacional. Por incrível que pareça, do ponto de vista programático há mais convergência do que divergência entre as posições do jornal e aquelas que o sr. vem pregando.

O problema é o abuso que se abre entre o que o sr. diz e o que o sr. seu governo faz, entre o liberalismo da retórica e a selvageria da ação, entre o privatismo confesso e o intervencionismo que é praticado, entre a aura frenética de primado-mundismo e o costume arraigado do coronelismo interiorano, entre o Ocidente e Miami. Confesso que como cidadão brasileiro estou farto de suas tentativas de ludibri, desorganizar e tutelar a

sociedade. Como eu, muitos já não se acham dispostos a transigir com a insegurança de seu governo, com as arbitrariedades que despencam umas sobre as outras, às vezes umas contra as outras, com os pactos, os conflitos, as mentiras e o exibicionismo vulgar que contaminam a administração como um todo.

Que o sr. esqueça o processo contra meus três colegas e concentre seus rancores na minha pessoa, já que desejo atingir a Folha como instituição. Tenho sido às vezes aconselhado a deslocar nossa linha editorial para o campo da oposição pura e simples a seu governo. Por mais que o sr. me force a isso, resisto a esse impulso que desvirtuaria o jornalismo que vim procurando fazer antes mesmo que o sr. sonhasse em galgar a Presidência. Penso que a função da imprensa é apertar e não de apoiar ou de se opor a governos. Infelizmente o sr. não demonstra apertado nem discernimento intelectual para conviver com a diferença de pontos de vista, com o conflito de ideias e versões, com o curso desimpedido das informações, com a respiração política que somente a imprensa livre é capaz de assegurar. O sr. exige aplauso irrestrito e capitulação. Devo dizer que quanto mais o sr. persegue este jornal maior é o ânimo que vejo nos olhos dos jornalistas —e não apenas da Folha.

Processo-me pelo que de fato penso e afirmo em vez de se esconder sob o pretexto "de duas notas inocuas, perdidas sem assinatura numa edição publicada, aliás, quando eu estava ausente, em licença profissional. A Folha já disse e repetiu que não houve calúnia ou intenção de caluniar seja o sr. seja qualquer membro de seu governo. Sou fã, além disso, que fale em defesa alguém que sem apresentar até hoje uma única prova acusou o presidente Sarney de corrupção e utilizou contra o atual governador do Rio de Janeiro palavras irrepetíveis. Na realidade, não é com reparações a sua imagem supostamente ofendida que o sr. se preocupa no caso. Se fosse assim, teria tomado providências contra outros três jornais que publicaram as mesmas notas. Na véspera de sua publicação na Folha, um jornal do Rio divulgou informações de tipo idêntico e o sr. não moveu uma palha. Se a alegação de ofensa fosse séria, o diário de propriedade de sua família não teria sido publicado, pouco depois da publicação das duas notas, os direitos de republicação da mesma coluna da Folha onde elas haviam sido estampadas.

Não deixa de ser curioso que esteja sendo levada a julgamento, sob o silêncio acovardado e interessado de quase toda a mídia, a única publicação brasileira que mantém uma seção diária de retificações e que remunera um de seus profissionais pela exclusiva missão de corrigir pública e asperamente as suas próprias edições. Este jornal nunca pediu um favor sequer a seu governo e nunca cedeu à necessidade quase psicológica que o sr. tem de silêncio. Lamento concluir que a Folha está sob julgamento não por seus defeitos, que são muitos, mas por suas virtudes —o que me orgulha. O que está em jogo é saber se é possível existir um jornal como este num país como o nosso. O que está em jogo é decidir se daqui por diante a nação contará com uma imprensa intrépida ou temerosa, livre ou subjugada.

Vejamos. Eu estou na planície, o sr. está encastelado; eu me sinto cercado de amigos e amigas que nada me devem; a seu redor se vêem dúlcios da cor da cera; eu luto pela minha liberdade, o sr. por uma validade ferida; e no entanto minhas razões são públicas e de interesse geral, ao passo que as suas é que são particulares, sombrias como a própria solidão; eu defendo para cada um a possibilidade de expressar o que pensa sem ir para a cadeia por isso, enquanto o sr. se agarra à lei de imprensa do regime militar, eu procuro alcançar o exemplo dos grandes jornalistas do passado, o sr. desce à mesquinhez dos tiranetes; eu advogo um direito, o sr. uma obrigação de vassalagem, uma condenação lançada vergonhosa sobre o sr. e honra sobre mim; seu governo será traído do pelo turbilhão do tempo até que dele só reste uma pálida reminiscência, mas este jornal —desde que cultive seu compromisso com o direito dos leitores à verdade— continuará em pé, até mesmo o sr. se é capaz de compreender por que a minha causa é maior e mais forte e mais justa que a sua.

Ermírio diz que governo empurra para a ilegalidade

Antonio Ermírio de Moraes, presidente do Grupo Votorantim, disse ontem em São Paulo que o congelamento de preços fixado pelo governo e a pressão dos custos estão levando o empresário ao desespero e do desespero à ilegalidade, informa Eleonora de Lucena.

"Eu trabalho há 42 anos e uma crise com essa intensidade eu nunca vi", disse Ermírio, que comanda o maior grupo privado nacional. A produção na indústria paulista caiu 15,8% no primeiro ano do governo Collor, em relação aos 12 meses anteriores, conforme dados da federação das indústrias (Fiesp). No Rio, o ex-ministro da Marinha Maximiano da Fonseca, presidente da Petrobrás Distribuidora (BR), criticou a situação salarial dos militares e disse temer manifestações isoladas. PÁGS. 1-10, 1-4 e 3-1

Teixeira quer que deputado fale à Justiça

O governo vai interpor judicialmente e deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), que denunciou interdição de verbas federais por funcionários públicos. A decisão foi comunicada pelo ministro Eduardo Teixeira (Infra-estrutura), que pediu os nomes dos acusados. Ponte, presidente licenciado da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, disse que o governo não entende o alerta. PÁGS. 1-12



O príncipe Charles, com gravata de cor arroxeada, inaugura sala na Cultura Inglesa em São Paulo; no destaque, a princesa Diana faz uma visita a crianças nêgras. PÁGS. 1-15 e 1-16

STF decide sobre os cruzados

O presidente interino do Supremo Tribunal Federal, Sydney Sanches, deve decidir hoje sobre a liberação de cruzados novos determinada pelo juiz Cláudio Lacombe, do Tribunal

Regional Federal de SP. Lacombe ordenou o desbloqueio antes da confirmação da sentença pelo TRF. Sanches decidirá se o juiz tinha competência para essa decisão, diante de recurso do Banco Central. O TRF da 5ª região (seis Estados do Nordeste) rejeitou o pedido de segurança do Banco Central contra o desbloqueio. PÁGS. 3-4 e 3-5

Polícia prende 8 da chacinha de Matupá

PÁGS. 1-12

Servidora escapa de estupro na Unicamp

PÁGS. 1-12

FMI reduz previsão para o PIB mundial

PÁGS. 2-10

1 brasil

Opinião da Folha

Letra na pág. 1-2 os editoriais "Linha de defesa", "advertência para a deterioração do quadro econômico brasileiro" e "Rombo fiscal" criticando a manutenção da política de incentivos fiscais.

Fiesp realiza seminário sobre a Lei de Imprensa

O evento, promovido pelo Instituto Roberto Silveira, ocorreu hoje às 16h no Fiesp, debetando a atual Lei de Imprensa, citada em 1987. PÁGS. 1-7

RFFSA deve Cr\$ 28,7 bi para a Previdência

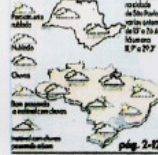
A Rede Ferroviária Federal S/A é a maior devedora da Previdência Social, segundo balanço da Digaop divulgado pela CPI do Congresso. PÁGS. 1-4

2 mundo

Corbathe vencer oposição e fica na direção do PC

O presidente da URSS, Mikhail Gorbachev, venceu a oposição ao PC que pediu sua renúncia à direção. PÁGS. 2-1

AMOSFERA



plg. 2-12

3 dinheiro

Sector público é o que mais deve ao FCTs

A CEF ainda não sabe qual o total de atraso junto ao FCTs, a inadimplência se concentra no sector público. PÁGS. 3-7

Ainda há 2 mil mortos durante fuga

Assaltantes do BB presos após morte durante fuga. PÁGS. 1-12

Assaltantes do BB presos após morte durante fuga

Assaltantes do BB presos após morte durante fuga. PÁGS. 1-12

4 cotidiano

Grupos negros querem afirmar rap no Censo-91

Estudados pedem que os negros se definam como "pretos", dentro da pesquisa para a Cens, em duas categorias: negros e pardos. PÁGS. 4-1

esporte

Começam nos EUA finais de basquete - Pág. 4-6

Logo mais sobre esporte no "Bim-Cinco da Hora", na pág. 1-12

5 ilustrada

Cinema traz "A Boêmia" de Puccini com cantora negra

Exatidão não basta "A Boêmia", de Luigi Puccini, versão da Opera de Puccini com a cantora negra Barbara Hendricks no papel principal. PÁGS. 5-7

6 turismo

Jamaica lembra uma Bahia de língua inglesa

Veja roteiro completo da Jamaica, ilha do Caribe que recebe mais de 1 milhão de visitantes por ano, apalado por regime, clima e praia. PÁGS. 9-1 e 9-4

7 classificolha

Ciência na Grande SP com 24 páginas.

Seções	
1 brasil	4 cristiano
capa	14
1º plano	15
2º plano	16
3º plano	17
4º plano	18
5º plano	19
6º plano	20
7º plano	21
8º plano	22
9º plano	23
10º plano	24
11º plano	25
12º plano	26
13º plano	27
14º plano	28
15º plano	29
16º plano	30
17º plano	31
18º plano	32
19º plano	33
20º plano	34
21º plano	35
22º plano	36
23º plano	37
24º plano	38
25º plano	39
26º plano	40
27º plano	41
28º plano	42
29º plano	43
30º plano	44
31º plano	45
32º plano	46
33º plano	47
34º plano	48
35º plano	49
36º plano	50
37º plano	51
38º plano	52
39º plano	53
40º plano	54
41º plano	55
42º plano	56
43º plano	57
44º plano	58
45º plano	59
46º plano	60
47º plano	61
48º plano	62
49º plano	63
50º plano	64
51º plano	65
52º plano	66
53º plano	67
54º plano	68
55º plano	69
56º plano	70
57º plano	71
58º plano	72
59º plano	73
60º plano	74
61º plano	75
62º plano	76
63º plano	77
64º plano	78
65º plano	79
66º plano	80
67º plano	81
68º plano	82
69º plano	83
70º plano	84
71º plano	85
72º plano	86
73º plano	87
74º plano	88
75º plano	89
76º plano	90
77º plano	91
78º plano	92
79º plano	93
80º plano	94
81º plano	95
82º plano	96
83º plano	97
84º plano	98
85º plano	99
86º plano	100

Após comentar o processo de que era vítima por parte de Collor, Otávio Frias Filho destacou que a *Folha* “apoiou as linhas gerais da campanha proposta contra a inflação” e sustentava idéias congruentes com as do presidente no que se referia “à privatização, à redução da máquina do Estado, à luta contra as desigualdades sociais e regionais, à modernização tecnológica, ao combate contra a economia de cartório e à integração do Brasil nos quadros do mercado internacional”. E concluía dizendo que: “do ponto de vista programático, há mais convergência do que divergência entre as posições do jornal e aquelas que o Sr. vem pregando (...)”.

Antes desse editorial, a *Folha* já vinha publicando, no segundo semestre de 1990, matérias sobre denúncias de corrupção que, inicialmente, envolviam o segundo escalão do governo Collor.²⁵³ Além das irregularidades que vinham sendo noticiadas pela imprensa, começaram a surgir escândalos de outra natureza. O jornal *Estado de S.Paulo* revelou, em setembro de 1990, o romance entre o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, casado, e a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, solteira.²⁵⁴

Em outubro, surgiram mais denúncias envolvendo pessoas próximas a Collor e, pela primeira vez, surgia o nome do personagem que o levaria ao *impeachment*. O então presidente da Petrobras, Luís Otávio da Motta Veiga, demitiu-se da estatal, denunciando pressões para efetuar um empréstimo de US\$ 40 milhões à Vasp, do empresário Wagner Canhedo. O pedido era intermediado por Paulo César Farias, conhecido como PC Farias, tesoureiro da campanha eleitoral de Collor e seu amigo, e pelo secretário-geral da Presidência, embaixador Marcos Coimbra, cunhado do presidente. Era o esquema PC que começava a mostrar a sua força (LATTMAN-WELTMAN, RAMOS & CARNEIRO, 1994, p.83).

²⁵³ Em junho de 1990, a denúncia era de que o então secretário de Transportes do Ministério da Infra-estrutura, Marcelo Ribeiro, havia dispensado licitação para contratação de empreiteiras para o programa de recuperação de estradas denominado SOS Rodovias (LATTMAN-WELTMAN, RAMOS & CARNEIRO, 1994, p.82).

²⁵⁴ No dia 13 de outubro de 1990, Cabral acabou sendo demitido do Ministério da Justiça e substituído pelo senador Jarbas Passarinho.



FOLHA DE S. PAULO



Director de Redação: Otavio Frias Filho • São Paulo, terça-feira, 30 de junho de 1992 • Um jornal a serviço do Brasil • Ano 72 • Nº 23.099 • Al. Barão de Limeira, 424 • Cr\$ 1.800,00

CPI
Motta Veiga
depõe e liga PC
ao presidente
PÁG. 1-6



RECESSO
Crise leva o
Congresso a
cancelar férias
PÁG. 1-4



OVICE
Itamar Franco
faz contatos
com políticos
PÁG. 1-7



Isolado pelo 'Collorgate', presidente tenta salvar o mandato hoje na TV

EDITORIAL

Renúncia já

Com rapidez vertiginosa, os desdobramentos do caso PC Farias vieram a atingir o próprio cerne do governo. A sociedade brasileira assiste, angustiada e estupefata, ao completo colapso da credibilidade presidencial.

O presidente Collor não possui, hoje, condições de governar o país. A questão deixa de incidir exclusivamente sobre os aspectos éticos de sua conduta à frente do governo. Sobre esta, restam as mais fortes suspeitas, tratase ainda de esclarecer com rigor e isenção o grau de seu envolvimento com os envolvidos que, dia a dia, repentinamente se avolumam, para indignação da opinião pública. Mas o problema deixou de ser apenas jurídico ou moral. Passou a ser político. Num momento de crise econômica e social profunda, o país não tem governo.

Temos, na Presidência da República, uma figura acuada. A sociedade não mais confia em sua palavra. Não mais espera do presidente nenhuma atitude.

Nenhuma atitude, exceto a da renúncia.

Trata-se da única alternativa capaz de assegurar de imediato a governabilidade do país. A crise chegou a seu ponto extremo. Não é por oportunismo sistemático que esta Folha vê, na renúncia do presidente, um imperativo político incontestável. As primeiras revelações de irregularidades no governo Collor, feitas pela Folha, seguem-se, hoje, uma verdadeira avalanche de denúncias e evidências, veiculadas por praticamente todos os órgãos de opinião, imerso no escândalo, o Executivo perdeu o crédito da sociedade.

Collor não consegue mais governar. Que renuncie. A Constituição prevê, em caso de renúncia do presidente, a posse de seu vice. Este ponto é inquestionável. Caberá a Itamar Franco o desafio de conquistar sustentação política para o exercício pleno do cargo, mostrando-se em sintonia com as exigências de modernização que se colocam para o país. Foi o papel de Collor, aliás, enfatizar um programa de mudanças hoje consensual na sociedade, mas ainda a ser posto em prática.

A gravidade da atual crise política impõe, acima de tudo, um espírito de máxima serenidade e de respeito aos mecanismos legais. Não é momento para exaltações, acertos de contas imaginários ou paixões ideológicas. Não se ignorem os pontos de atrito que, por diversas vezes, opuseram esta Folha ao presidente da República. O que se coloca, neste instante, é algo de bem mais alto do que divergências conjunturais. Trata-se da governabilidade do país. Trata-se de encerrar, da forma mais rápida e indolor possível, uma situação insustentável. O país precisa de governo. Precisa de um presidente. Já deixou de reconhecer, em Fernando Collor de Mello, uma figura capaz de atender a essa necessidade. A superação da crise exige sua renúncia.



O presidente Fernando Collor em solenidade no Planalto



Bolsa de SP no final do pregão em que a Telebrás PN, ação favorita de investidores estrangeiros, caiu 22,6% - Pág. 1-10

O presidente Fernando Collor de Mello tenta reagir hoje ao isolamento que ameaça encerrar o seu mandato, a 30 meses da data prevista para o fim. Em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão, busca explicar a nova onda de denúncias de tráfico de influência e irregularidades que atingem o governo federal. Até seus ministros, porém, duvidam que o presidente seja capaz de rebater de modo convincente as informações de que sua secretária, Ana Acioli, pagava as contas da Casa da Dinda com dinheiro recebido do empresário Paulo César Farias. Jorge Bornhausen (Secretaria de Governo), Célio Borja (Justiça), Marelio Marques Moreira (Economia) e Ricardo Fiuzza (Ação Social) acharam frágeis os primeiros argumentos de Collor — de que sua secretária tinha "vôo próprio". Outros aliados do Palácio do Planalto, como o governador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), passaram a condicionar a manutenção do apoio político a explicações "defensáveis". Os ministros militares também já não descartam a hipótese de renúncia ou impeachment do presidente. O vice Itamar Franco recebeu dos ministros da Marinha e do Exército a garantia de que toma posse em caso de afastamento de Collor.

Brasil

PFL exige explicação convincente

Depois de impor ao presidente o prazo de 48 horas para que explicasse como pagava as contas da Casa da Dinda, o PFL passou a exigir que os argumentos de Collor sejam "convincentes". Caso contrário, ameaça deixar o governo. O partido, no entanto, não está cioso. A ala majoritária — liderada pelo governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, e pelo ministro Jorge Bornhausen — quer ouvir as explicações de Collor antes de decidir o futuro do partido. Outro grupo, do qual faz parte o ministro da Ação Social, Ricardo Fiuzza, não quer falar em deixar o governo. PÁG. 1-4

Impeachment gera polémica jurídica

O impeachment divide especialistas. Segundo o advogado Walter Ceneviva, professor da PUC-SP, os crimes de responsabilidade do presidente são indicados na Constituição. Mas a punição depende de lei especial, inexistente. Para o advogado Fábio Konder Comparato, professor de Direito da USP, a lei sobre o impeachment está em vigor desde 1950. PÁG. 1-8

Oposição procura estratégia comum

Os presidentes do PMDB, Orestes Quercia, PT, Luis Inácio Lula da Silva, e do PSDB, Tasso Jereissati, se reúnem hoje para definir uma estratégia comum para enfrentar o "Collorgate". Nas duas últimas semanas, eles iniciaram uma política de aproximação. A iniciativa esbarra na oposição do governador Leonel Brizola (PDT-RJ), que tem defendido o governo Collor. PÁG. 1-9

Bolsas têm maior queda do ano

Sob efeito do "Collorgate", a Bolsa de Valores de São Paulo registrou ontem a maior queda do ano e a terceira maior de sua história. O Índice Bovespa, que mede a variação dos preços das ações mais negociadas, fechou em baixa de 14,7%. No Rio, a queda foi de 11,7%, também a maior do ano. O motivo do nervosismo foi o agravamento da crise política após a denúncia de que PC Farias paga contas da Casa da Dinda. Para conter a alta do ouro e do "black", o Banco Central vendeu aproximadamente US\$ 500 milhões nos mercados de dólar comercial e flutuante. PÁG. 1-10

brasil

Opinião da Folha

Leia na pág. 1-2 os editoriais "Bastantes parciais", apelando o fim do monopólio; "Estrutura de preços", sobre decisão em MCI; e "Assassinato no Argele", comentando sua importância.

O TEMPO EM SÃO PAULO



esporte

McEnroe vence e vira sensação em Wimbledon:

O americano derrotou o russo Andrei Chernikov por 3 sets a 0 e passou pelas oitavas-de-final, após melhor resultado do no torneio desde 1983. PÁG. 3-5

Carl Lewis também fica de fora nos 200 m - Pág. 3-5

Ginastas sabem que serão figuras em Barcelona

Mas a classificação aos Jogos tem valor de vitória para Marco Montañez, Lúcia Portante (gratificação olímpica) e Nidia Siqueira (ritmo). PÁG. 3-6

A ginasta Maretha Schonhorst, que vai a Barcelona



John McEnroe, após a vitória

mundo

Presidente da Argélia é morto durante discurso

Mohamed Bouciif, 73, foi assassinado ontem a tiros na cidade de Argel. A televisão argelina informou que o assassinato foi planejado. Ele usava uniforme do Exército. PÁG. 3-12

Aumenta poder estadual sobre aborto nos EUA

A Suprema Corte decidiu que os Estados têm poderes para regulamentar a prática. Ela também manteve o aborto como um direito constitucional de mulher. PÁG. 2-10

SENA Concurso 224

04 15 22 33 36 41

Seções	
1 Brasil	24
2 Esportes	24
3 Opinião	24
4 Economia	24
5 Mundo	24
6 Cultura	24
7 Saúde	24
8 Meio Ambiente	24
9 Educação	24
10 Tecnologia	24
11 Arte	24
12 Ciência	24
13 História	24
14 Geografia	24
15 Matemática	24
16 Língua Portuguesa	24
17 Inglês	24
18 Espanhol	24
19 Francês	24
20 Alemão	24
21 Italiano	24
22 Japonês	24
23 Coreano	24
24 Chinês	24

Esta edição tem 66 páginas

644 Argélia - 2 de Bolívia 57

28 de Clássica

12 de Informe Publicitário

379.429 exemplares

Nos meses seguintes, houve denúncias de compra de cestas básicas sem licitação, que atingiam a primeira dama, Rosane Collor, na presidência da Legião Brasileira de Assistência (LBA)²⁵⁵. No início de maio de 1991, surgiram denúncias de que Zélia Cardoso de Mello teria pressionado os fundos de pensão das estatais para a compra de ações da empresa Sul-Americana de Engenharia (Sade), do empresário e amigo Nelson Tanure.²⁵⁶

Somando-se às denúncias, a segunda edição do programa econômico não estava dando os resultados esperados. A aposta do governo na quebra das expectativas inflacionárias havia sido perdida.

Em outubro de 1991, *O Globo*, até então o que mais apoio havia prestado ao governo, mostrando já sua mudança de posição, denunciou o Exército por realizar concorrência superfaturada para a compra de fardas e lençóis para a tropa (LATTMAN-WELTMAN, RAMOS & CARNEIRO, 1994, p. 87).

No início de 1992, a arrogância de Collor e sua indisposição de negociar com os líderes partidários no Congresso, combinadas às suspeitas de corrupção, haviam-no deixado sem meios de mobilizar apoio político. Em maio, a revista *Veja* publicou uma primeira parte de um dossiê feito pelo irmão do presidente, o empresário Pedro Collor, sobre Paulo César Farias. Segundo o dossiê, PC havia amealhado uma fortuna, diversas mansões e um jatinho, intermediando favores políticos. Em meados do mesmo ano, Collor e seus colaboradores tornaram-se alvos de uma implacável investigação estilo *Watergate*²⁵⁷ (LATTMAN-WELTMAN, RAMOS & CARNEIRO, 1994, p.81-101; SKIDMORE, 2003, p.307-309).

²⁵⁵ Em fevereiro de 1991, a *Folha* denunciou que a LBA havia efetuado, em dezembro do ano anterior, sem licitação, uma compra de cestas básicas no valor de Cr\$ 66,5 milhões. Em março, a irregularidade se repetiu com a compra de 21.950 cestas igualmente sem licitação. Em junho, a *Folha* voltou a denunciar a compra pela LBA de 1,54 milhão de unidades desse produto, sem concorrência, entre março de 1990 e março de 1991. Em julho, surgiram outras denúncias e a primeira-dama foi acusada de ter gasto Cr\$ 5,3 milhões (valores da época), pagos com dinheiro público, para comemorar, no Palácio Alvorada, o aniversário de sua secretária particular e amiga Eunícia Guimarães (LATTMAN-WELTMAN, RAMOS & CARNEIRO, 1994, p.84 e 86).

²⁵⁶ Tanure acabou se notabilizando depois por comprar empresas semifalidas (como os tradicionais *Jornal do Brasil* e a *Gazeta Mercantil*) e por ter seu nome envolvido em negociações polêmicas. Cf. as matérias: “Nascimento Brito assegura que *Jornal do Brasil* não está à venda”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 14 de dezembro de 2000; e “JB está prestes a fechar um acordo com Nelson Tanure”, revista *Isto É*, edição nº.1629, de 15 de dezembro de 2000.

²⁵⁷ O caso Watergate levou à primeira renúncia presidencial da história dos EUA. Teve início em 17 de junho de 1972, quando cinco funcionários do Partido Republicano foram presos, às 2h30, na sede do Partido Democrata, no edifício Watergate (complexo residencial, localizado em Washington). O objetivo deles era instalar microfones para acompanhar de perto as atividades do Comitê do Partido Democrata naquele ano de eleição presidencial. Richard Nixon (1913-1994) era candidato à reeleição, com amplo favoritismo (teve 47 milhões de votos contra 29 milhões para George McGovern). Coube à testemunha Alexander Butterfield, um ex-assessor presidencial a que se dava pouca importância, revelar a existência do sistema de gravação na Casa Branca. A apuração do episódio levou à constatação de que Nixon e todos os homens do presidente estavam envolvidos em diversas operações ilegais e, em particular, no financiamento de campanhas eleitorais e que, ao contrário do que alegava Nixon, a operação tinha conhecimento e o aval da Casa Branca.

Foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias e, diante das descobertas que evidenciaram o envolvimento do presidente da República com o esquema PC, o *impeachment* tornou-se freqüente em todo o noticiário diário sobre o assunto. O episódio gerou uma mobilização popular contra Collor.²⁵⁸

O desfecho da história se daria a partir da pressão da população e também da votação histórica da Câmara dos Deputados para abertura do processo de *impeachment*, transmitida ao vivo por todas as emissoras de rádio e TV do país, direto de Brasília, com aprovação por 448 votos, 38 contra, uma abstenção e 23 ausentes (*ver ilustrações 57 e 58*).

Com a abertura do processo, Collor acabou deixando a Presidência da República, no dia 2 de outubro de 1992, e foi substituído pelo vice-presidente, Itamar Franco. Apenas no dia 29 de dezembro, três meses depois da votação histórica na Câmara, depois de esgotadas todas as tentativas juridicamente possíveis de defesa, em sessão do Senado, Collor renunciou.²⁵⁹ Mesmo assim, o processo de *impeachment* continuou, e Collor teve seus direitos políticos cassados por oito anos.

Em 20 de outubro de 1973, no “Massacre da Noite de Sábado”, Nixon demitiu Archibald Cox, que estava a cargo do processo. O secretário de Justiça, Elliot Richardson, e seu vice, William French Smith, renunciaram. Esse episódio acelerou os trabalhos da Comissão de Justiça da Câmara, que examinava a possibilidade de *impeachment*. Quando, em dezembro, constatou-se que 18 minutos e meio de uma fita entregue por Nixon à comissão tinham sido apagados, poucos duvidavam do destino do presidente, que ainda resistiu oito meses. Ciente de que não teria chance de barrar o *impeachment* na Câmara ou no Senado, renunciou em 9 de agosto de 1974. O *The Washington Post* (com seus jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein) teve papel decisivo no caso, graças a informações que lhes eram passadas por uma fonte anônima, apelidada de “Garganta Profunda”. Gerald Ford, o vice escolhido pelo Congresso (porque o vice eleito, Spiro Agnew, havia renunciado), anistiou Nixon de todos os seus eventuais crimes, porém diversos assessores foram julgados e cumpriram pena. Nixon morreu em 22 de abril de 1994 (ALONSO, 2000, p. 426). Apenas em 2005 o mundo ficou sabendo quem era “Garganta Profunda”. Aos 91 anos, E. W. Mark Felt, que na década de 1970 era o principal dirigente do FBI, abaixo do diretor da Agência, apresentou-se ao mundo.

²⁵⁸ No dia 13 de agosto de 1992, ele pediu à população que saísse às ruas de verde e amarelo. A oposição, entretanto, pediu para que todos vestissem preto, em protesto contra a corrupção. No dia 16, as ruas das principais cidades brasileiras se encheram de pessoas vestidas de preto, pedindo o *impeachment* do presidente (LATTMAN-WELTMAN, RAMOS & CARNEIRO, 1994, p.97). O episódio ficou conhecido como uma manifestação dos “caras pintadas”.

²⁵⁹ A lista de naufrágios e tragédias envolvendo Collor não terminaria aí: um câncer no cérebro, diagnosticado pouco antes, matou seu irmão Pedro Collor em dezembro de 1994. A matriarca do clã Collor, Dona Leda, morreu em um hospital paulista, em fevereiro de 1995, depois de passar dois anos e cinco meses em estado de coma irreversível. O tesoureiro PC Farias foi assassinado em junho de 1996 (MORAIS, 2005, p.69-70). Collor teve seus direitos políticos cassados até 2000. De volta à política, tentou, sem sucesso, se lançar à prefeitura de São Paulo em 2000. Em 2002, candidatou-se a governador de Alagoas, mas foi derrotado por Ronaldo Lessa. Nas eleições de 2006, conseguiu retornar à vida política: foi eleito senador pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), com 550.725 votos (O GLOBO, 2006).



VITÓRIA DA DEMOCRACIA

IMPEACHMENT!
Câmara depõe Collor em decisão histórica; presidente respeita o resultado e Itamar assume hoje



As 18h50, os parlamentares comemoram o anúncio do 318º voto a favor do impeachment de Collor, que selou a decisão



Collor chega de manhã ao Alvorada, antes da votação que o tirou do cargo e colocou no poder Itamar Franco (destaque)

Fernando Affonso Collor de Mello, 43, está afastado da Presidência da República. Em decisão inédita na América Latina, a Câmara autorizou a abertura do processo de impeachment por 441 votos a 38. Houve uma abstenção e 23 ausências. A 821 dias do fim de seu mandato, Collor deve deixar o cargo hoje, assim que for notificado da instauração do julgamento no Senado sob acusação de crime de responsabilidade. O vice Itamar Augusto Cautiero Franco, 62, assume automaticamente. Será o 37º presidente do Brasil.

A votação começou às 17h15. Os 336 votos necessários para o impeachment foram alcançados às 18h50, com Paulo Romano (PFL-MG). A votação foi interrompida e o plenário cantou o Hino Nacional.

O novo presidente é divorciado e tem duas filhas. Nascido na Bahia, a bordo de um navio que levava sua mãe ao Rio, foi criado em Juiz de Fora (MG). Eleito duas vezes prefeito da cidade e outras duas senador, primeiro pelo MDB e depois pelo PMDB, fez uma trajetória de oposição aos governos militares. Apesar disso, tem bom trânsito nas Forças Armadas. Ontem, disse que pretende convocar, o mais depressa possível, uma reunião com os partidos para elaborar um pacto de governabilidade. Avisou que seu principal objetivo será fazer a transição para o parlamentarismo.

O ministro da Justiça, Célio Borja, anunciou que Collor vai aceitar a decisão da Câmara, se defender no Senado e colaborar com a transição. Collor recusou o conselho de renúncia feito por seu coordenador político, Ricardo Fiuza, que previu a derrota. Definido o resultado, confidenciou a um auxiliar que vai "apostar nas besteiras de Itamar". À tarde, recebeu a carta de demissão coletiva de seus ministros. Os presidentes do Banco do Brasil, Lafaete Coutinho, e da Caixa Econômica Federal, Álvaro Mendonça, deixaram o governo.

Manifestações em 17 cidades somaram 500 mil pessoas, segundo a PM. Em São Paulo, 120 mil tomaram o Anhangabaú. Em Brasília, 100 mil foram para a frente do Congresso. No mercado financeiro, as Bolsas subiram (6,9% no Rio e 7,7% em SP) e o dólar caiu (0,67%).

O impeachment interrompe o primeiro governo eleito diretamente em 29 anos. Na campanha, o "caçador de marajás" anunciou que deixaria "a direita indignada e a esquerda perplexa". Empossado, o mais jovem presidente prometeu derrubar a inflação com um golpe. Fez do marketing seu estilo de governo. Voou de supersônico, popularizou o jet-ski e estampou suas idéias em camisetas nas corridas de domingo. Mas fixou uma agenda de questões hoje aceita pelo país e iniciou o processo de privatização e abertura da economia. Seu plano econômico, porém, fracassou. Forçado a rever a auto-suficiência, estendeu a mão para um frustrado entendimento nacional. Isolado, abraçou a fisiologia e chamou para o ministério nomes do regime militar.

Em maio, o irmão Pedro deflagrou as denúncias de corrupção que terminaram por depor o governo. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada para investigar as atividades de Paulo César Farias, tesoureiro da campanha do presidente. Após 84 dias de investigação, a CPI concluiu que a conduta de Collor era incompatível com a dignidade do cargo. Com o julgamento no Senado, Collor é afastado por até 180 dias e passa a depender do veredicto para voltar ao cargo. Recebe meio salário e pode se instalar no Palácio da Alvorada. Leia o noticiário sobre a queda de Collor em Brasil e nos cadernos Especial Brasil e Film.

O TEMPO EM SÃO PAULO

Parcialmente nublado

Próxima previsão: 11°

Outono: 13,0°

18 em São: 18,7°

Próxima previsão: 21°

Outono: 23,0°

18 em São: 18,7°

brasil

Opinião da Folha

Leia na pág. 1-2 editoriais: "A lição do impeachment", "localizando a votação histórica na Câmara dos Deputados", e "Na contramão", cobrindo a transição na CTV do Yagu.

2 diário

"Mortes" está hoje em "Brasil", à pág. Esp. A 8

A seção "Mercado" está hoje na pág. Especial A 11. A seção "América" está publicada na pág. 3-12

Seções

1 Brasil	2 mundo	3 esporte	4 cultura	5 tecnologia
6 saúde	7 educação	8 economia	9 política	10 sociedade
11 Brasil	12 mundo	13 esporte	14 cultura	15 tecnologia
16 saúde	17 educação	18 economia	19 política	20 sociedade

Esta edição tem:

- 84 Páginas
- 12 Especial Brasil
- 8 Especial Film
- 200 Ilustrações e 40 Especial Ilustrações-MF

504.833 exemplares

Lattman-Weltman, Ramos & Carneiro (1994), em seu estudo sobre o papel da imprensa escrita e da mídia geral, a partir do momento político em que se configurou o governo Collor, destacam o papel da imprensa nessa trajetória de ascensão e queda do presidente. Para eles, Collor foi o único candidato que conseguiu o apoio “unânime” da “grande imprensa brasileira” em favor de sua candidatura à presidência. Essa “grande imprensa” acabaria sendo “a principal responsável por sua vitória significativa nas urnas”.

Collor foi também o único presidente que, em pouco mais de dois anos de governo, perdeu o mandato sob “a pressão impositiva dos mesmos veículos de comunicação que sustentaram sua ascensão ao poder”. E foi, igualmente, o único chefe do Executivo brasileiro destituído do cargo por um processo de *impeachment*, conduzido pelo Congresso Nacional.

Treze anos depois de sua renúncia, ao dar entrevista sobre a época em que foi presidente, Collor disse que viveu um momento de glória suprema ao ser eleito pelo povo brasileiro presidente de um “país extraordinário” como o Brasil para, depois, “ser apeado do poder”. Para ele, o erro imperdoável de seu governo foi o mau relacionamento que teve com o Congresso Nacional.²⁶⁰

Além da falta de diálogo com o Congresso Nacional, outro problema do governo Collor foi seu extravagante sistema de marketing, que tinha como eixo o próprio presidente, apresentado em seu perfil de esportista: atlético, ginasta exuberante, capaz de fazer *coopers* quilométricos, arrastando admiradores pelo Brasil inteiro. “Ao extrapolar os limites de um plano de visibilidade, Collor foi criando bumerangues que se voltavam contra ele” (TORQUATO, 2004, p.19).

Mas o governo Collor teve o mérito de conseguir cortar sucessivos nós que paralisavam a economia brasileira, ajudado por alterações trazidas pela Constituição de 1988: mudanças no comércio exterior, diminuindo a burocracia e permitindo a mais empresas o acesso a mercados e fornecedores internacionais; fim das reservas de mercado, especialmente a da informática; abertura gradual e previsível da economia, induzindo as empresas nacionais a se tornarem mais competitivas; mudanças na política cambial, acabando com o sufoco histórico das crises cambiais; lançamento do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, que apontou o caminho o qual o setor produtivo deveria percorrer para competir com os importados; reinserção do Brasil no mercado internacional de capitais, com o levantamento da moratória (NASSIF, 2007, p.166-167).

²⁶⁰ Entrevista de Fernando Collor concedida ao jornalista Geneton Moraes Neto para o programa *Fantástico*, da Rede Globo, em 2005, e registrada na íntegra no livro *Dossiê Brasília - Os segredos do presidente* (2005, p.90-125).

5.3.2 O foco em um leitor “consumidor-espectador-cidadão”

Outra mudança importante que ocorreu durante o governo Collor acabou mexendo com a pauta do jornalismo de economia no país: o lançamento do Código Brasileiro de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 11/09/1990).

A defesa do consumidor, como atribuição do Estado, foi apresentada de forma expressa pela Constituição de 1988.²⁶¹ Mas, dois anos depois de sua entrada em vigor, justamente no governo Collor, foi lançado o Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, um instrumento que tornou as pessoas cada vez mais exigentes, constituindo-se em um enorme poder de pressão para a modernização das empresas e dos produtos.

Essencial para impulsionar os programas de qualidade, o Código veio regular uma série de instâncias, envolvendo não só a iniciativa privada, mas também o governo, no seu papel de educar e assegurar os direitos mínimos do cidadão. Surgiram as redes de Procons no país e o mote “foco no cliente” tornou-se prioritário. O Ministério da Justiça teve de se organizar para isso. Foram criadas as certificações ISO 9001 e 9002, nas suas categorias, para garantir a conformidade dos padrões exigidos ou contratados entre o produtor, o fornecedor e o cliente (NASSIF, 2007, 160-161).

A discussão sobre os direitos do consumidor alimentou uma gama de matérias no noticiário e os jornais ampliaram seus espaços para a economia popular. *O Globo*, por exemplo, mantém, desde meados dos anos 1980, páginas específicas, na editoria de economia, como o espaço *Defesa do Consumidor*, onde o leitor encontra informações e serviços de interesse popular, inclusive queixas contra produtos, empresas e denúncias feitas à Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon). Essa seção teve especial importância na prestação de serviços, durante a implementação dos planos econômicos depois da redemocratização. Muitas das denúncias publicadas fizeram com que o Ministério Público realizasse ações as quais resultaram em mudanças de contratos de bancos, de empresas de turismo e de cartões de crédito (*Ver ilustração 59*).

²⁶¹ A Constituição Cidadã, como era chamada, permitiu avanços fundamentais. Além da consolidação dos direitos do consumidor, consagrou a defesa do meio ambiente, por meio do Código de Defesa do Meio Ambiente. Instituiu um novo federalismo, responsável por repassar para estados e municípios verbas que, antes, eram distribuídas subjetivamente pelo executivo. Vinculou recursos para educação e saúde, permitindo a consolidação de uma rede básica universal embora precária (NASSIF, 2007, p.135-136).

Em defesa do consumidor

■ **ONDE RECLAMAR** — O Procon (Programa de Proteção e Orientação ao Consumidor), funciona na Avenida Erasmo Braga 118 loja F, Edifício Estácio de Sá, telefone 221-1041. O atendimento é feito de segunda a sexta-feira, das 10h às 16h.

Defesa do consumidor terá nova legislação

ANA CLAUDIA BARBOSA

BRASÍLIA — O Governo está disposto a jogar duro contra os setores cartelizados da economia brasileira e, para executar esse trabalho, tem à sua disposição três leis e uma Medida Provisória, que deverá ser baixada esta semana pelo Presidente Fernando Collor. São mais de 80 artigos dispostos sobre o que são crimes contra a economia popular; relações de consumo; defesa da concorrência; direitos do consumidor; e as penalidades cabíveis. Uma legislação extensa, mas em muitos pontos repetitiva e pouco ágil.

A mais antiga é a Lei 1.521, de dezembro de 1951, assinada pelo então Presidente Getúlio Vargas. Ainda em vigor, ela serviu de base para as leis que vieram depois: a Lei Delegada número 4, de 1962, a Lei 8.062 e a 8.137, ambas de 1990, e a Medida Provisória da chamada Lei Antitruste, cujo projeto de conversão do Congresso Nacional já se encontra na mesa do Presidente Collor. Assim que for transformado em lei, o projeto de conversão, que institui normas para a defesa da concorrência, será o principal instrumento jurídico da Secretaria Nacional de Direito Econômico (SNDE), órgão encarregado de desmontar cartéis e manter a ordem econômica do mercado.

A Lei Antitruste resume em seus 23 artigos os principais pontos das anomalias de comportamento de setores econômicos, capazes de afetar, direta ou indiretamente, os mecanismos de mercado de formação de preços, livre concorrência, liberdade de iniciativa empresarial e os princípios constitucionais da ordem econômica. A Lei dá à SNDE poderes de repressão de infrações previstas, como fixação de preços abaixo dos custos de produção (visando a distorcer o mercado), o controle



mento à existência de concorrência, controle regionalizado do mercado, entre outras.

Embora contenha em suas definições de infrações, a Lei Antitruste tem um mecanismo de aplicação pouco ágil. A SNDE, ao tomar conhecimento da irregularidade, terá prazo de oito dias para notificar o agente apontado como responsável. Este, por sua vez, terá 15 dias para prestar esclarecimentos e apresentar a defesa. Para apurar com precisão as denúncias, a SNDE poderá requisitar, em caráter confidencial, documentos

ou informações que julgar necessários.

Após analisar o material apurado, a SNDE poderá arquivar o processo, caso julgue correto, ou encaminhá-lo ao órgão competente, que tem 15 dias para comprovar a irregularidade da representação. Se a empresa envolvida não convencer a Secretaria de sua inocência, terá que adotar as medidas determinadas pelo Governo. Paralelamente, o processo será encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para ser analisado em 120 dias. Somente em caso de a empresa não atender à

recomendação da SNDE é que as penas previstas serão aplicadas.

A Lei 8.137 define quais os crimes contra a ordem econômica e o que são as relações de consumo. Estabelece como pena a prisão do implicado, variando entre dois e cinco anos de reclusão, conforme o caso, ou multas diárias fixadas pelo juiz. A Lei estipula que tais multas não sejam inferiores a 14 BTN's, nem superiores a 200 BTN's. No caso da conversão da detenção em multa, esses valores crescem significativamente, podendo chegar a cinco milhões de BTN's.

ACORDO ENTRE EMPRESAS SERÁ PUNIDO

O que será proibido na nova Legislação

- 1 — Ajuste ou acordo de empresas;
- 2 — Coalizão, incorporação, fusão ou integração de empresas;
- 3 — Impedimento à constituição, funcionamento ou desenvolvimento de empresa concorrente;
- 4 — Acordo, convênio, ajuste ou aliança entre ofertantes;
- 5 — Fixação artificial de preços ou quantidades vendidas ou produzidas;
- 6 — Controle regionalizado de mercado;
- 7 — Controle de rede de distribuição ou de fornecedores;
- 8 — Discriminação de preços de bens ou prestação de serviços por ajuste ou acordo de grupo econômico;
- 9 — Sonegação, destruição ou inutilização de bens de produção ou de consumo;
- 10 — Provocação de oscilação de preços em detrimento de empresa concorrente;
- 11 — Venda de mercadoria abaixo do preço de custo, com o fim de impedir concorrência;
- 12 — Elevação de preços valendo-se de monopólio natural ou de fato;
- 13 — Impedimento ao acesso dos concorrentes às fontes de insumos, equipamentos ou de tecnologia.

Ilustração 59 - Os direitos do consumidor ganharam espaço nos jornais, como ilustra esta página de *O Globo* de 9 de janeiro de 1991

Por que os jornais abriram espaços específicos como esses que, por meio de denúncias dos próprios leitores, impulsionaram ações na justiça contra empresas ou contra o governo? Os periódicos, por meio desses espaços, reforçam um discurso de enorme poder, pelo fato de conseguirem ajudar consumidores na promoção de ações judiciais que poderiam, mais tarde, até provocar modificações nas práticas econômicas do país. Dessa forma, os jornais estão também construindo um lugar de fala de extrema importância dentro da sociedade brasileira, por interferirem em uma dada realidade a partir da visibilidade que dão a determinados fatos. Esses espaços destinados a questões de utilidade para os leitores estão também relacionados a um tipo de jornalismo que começou a ser valorizado no contexto de final do século XX.

Nessa época, houve o fortalecimento dos movimentos de defesa dos excluídos, mas essas mobilizações não fazem necessariamente parte de um projeto de transformação da sociedade para revolver os problemas que impedem o acesso de uma parcela da população ao emprego, à terra, à educação, a salários dignos e aos direitos assegurados na Constituição. Essas novas formas de mobilização social combinam bons sentimentos, moralismo, mídia e direitos do homem.

Abreu (2003, p.69), citando Bernard Poulet (1999), autor que analisou as diversas associações surgidas na França na última década do século XX, afirma que esses movimentos nasceram “no momento em que a televisão se converte em meio de massa, tornando possível mobilizar diretamente a solidariedade do público para uma causa humanitária e urgente e permitindo ganhar a simpatia – e os donativos – da opinião pública com um pequeno número de militantes”. Essas novas organizações, que não são nem partidos, nem sindicatos, nem simplesmente as associações de caridade de outrora, têm um discurso voltado para a afirmação dos direitos, em substituição às velhas reivindicações de direito à moradia, à terra, à saúde, etc., e que se desdobram na categoria dos “sem”.

O que esses movimentos têm a ver com o comportamento da imprensa? Abreu (2002; 2003a) registra que, entre os profissionais de comunicação, especialmente entre os jornalistas da imprensa escrita, começa a prevalecer o conceito de “utilidade social” da mídia, idéia que identifica a ação jornalística como dirigida a servir aos interesses concretos dos cidadãos, a responder às preocupações dos seus leitores ou de sua audiência – seria o “jornalismo cidadão”.

A questão do “jornalismo cidadão” foi abordada por Fortes (2004) em um estudo sobre o Plano Cruzado, no qual ele afirma que, no Brasil pós-1985, ampliou-se o papel da

mídia jornalística, fundamental para a construção da cidadania. Mas, ao mesmo tempo em que debatia e apoiava a construção da cidadania, a imprensa legitimava a si mesma nesse processo.

Nos Estados Unidos, essa mesma idéia de “jornalismo cidadão” apareceu, no início dos anos 1990, com o conceito de “jornalismo público” (*public journalism*), que atribui aos profissionais da mídia o papel de ajudar os leitores, ouvintes ou telespectadores a enfrentar as dificuldades da vida cotidiana e de dar respostas às expectativas da população em relação a sua região, sua cidade ou seu bairro, por meio do estímulo à cultura cívica. Esse jornalismo significa, em parte, uma resposta alternativa à concorrência entre os meios de comunicação, pois os empresários da mídia perceberam que esse é um caminho para atrair o leitor de jornal e conquistar a audiência na televisão e no rádio (ABREU, 2002; 2003a).

Uma das conseqüências imediatas desse tipo de jornalismo é a preocupação da imprensa em geral em denunciar o não atendimento de necessidades básicas do cidadão, como más condições de assistência nos hospitais, vagas insuficientes nas escolas públicas, o desrespeito ao consumidor, falsificações de medicamentos, falta de controle de qualidade de produtos, violências praticadas pela polícia.

Apesar de dar lucro às empresas de comunicação, esse “jornalismo cidadão”, permite, ainda que de forma precária e intermitente, o acesso à justiça. Assim, a imprensa torna-se uma espécie de substituta da instituição judiciária, em que a opinião é que julga (ABREU, 2002, p.69).

A demanda da sociedade por informação, tendo como objetivo a construção da cidadania, permitiu, portanto, que a imprensa exercesse três funções (e, simultaneamente, se afirmasse como capaz de exercê-las): fornecer informações; dar visibilidade à coisa pública, a demandas do público e a setores da sociedade, servindo como uma espécie de *fórum*; e fiscalizar o poder público. Esse papel da mídia cresce à medida que o poder judiciário é visto como ineficaz e tendencioso pela população, que volta para os meios de comunicação a expectativa e a esperança de respostas e soluções para seus problemas (ABREU, 2003, p. 38).

Ao analisar o jornalismo nos anos 1990, a partir da imprensa norte-americana, Thomas Frank (2004, p. 367-404) tem uma posição crítica, ao dizer que essa década foi uma época em que os jornalistas tomaram uma posição de se empenhar em servir, de adotar um “jornalismo público”, capaz de “engajar as pessoas como cidadãos”, e de “ajudar a reviver a vida cívica e fomentar o diálogo público”:

O populismo ameno do jornalismo público foi, portanto, uma conciliação entre as exigências da mídia cada vez mais corporativa e o público alienado. (...) Ao pôr seu selo de aprovação nas inovações características do jornalismo em cadeia – pesquisas de opinião, levantamentos demográficos, grupos de foco, “encontros regionais” – o jornalismo público abraçou essencialmente o mercado como um arranjo inerentemente democrático. A chave para a solução dos problemas do jornalismo, sustentavam seus líderes, era compreender a edição como serviço ao cliente (FRANK, 2004, p.380).

A crítica de Frank foi a ênfase no populismo, em detrimento da criatividade e das investigações jornalísticas: “o jornalismo público optou por uma fórmula propositalmente mediana que prometia manter a criatividade jornalística sob rédea curta e protegê-la contra qualquer erupção do velho impulso de investigação” (FRANK, 2004, p.380).

Nesse processo, o jornalismo se volta para atender a um “leitor-cidadão” e também consumidor de mercadorias e de informações. O diretor da *Folha*, Otavio Frias Filho, confirma a tendência da imprensa, e do jornal paulista em particular, de adotar um tratamento noticioso voltado para um “leitor-consumidor”:

Tendo a concordar que, em alguma medida, o interesse pela política vem decaindo. Tendo a concordar também que, em alguma medida, o interesse por um noticiário que possa ser utilizado de modo mais utilitário tem crescido. Acho que o leitor tem uma relação cada vez menos diletante, cada vez mais utilitária com o noticiário: quer saber como ele pode usar, de que forma ele pode ganhar com aquilo. A gama de assuntos que podem interessar não só cresceu, como se fragmentou de maneira muito forte. (...) No jargão interno, temos discutido muito os limites e a validade da idéia de que estaríamos transitando de um leitor-cidadão para um leitor-consumidor. O leitor-cidadão seria o leitor muito característico do período dos anos 70 até começo dos anos 80, quando houve uma politização grande da sociedade, as questões institucionais estavam em primeiro plano. Já no período pós-democratização, houve uma prevalência das relações, mais econômicas mesmo, de ganho e perda, com a emergência dessa figura que seria o leitor-consumidor. Essa dicotomia é pouco significante, mas acho que contém algo de verdade.²⁶²

Com relação ao tratamento das notícias de economia, esse tipo de jornalismo “cidadão ou público” pôde ser observado na cobertura jornalística dos pacotes. Essa editoria passou a se voltar para atender um leitor que é, cada vez mais, consumidor de bens e produtos, e, por isso, intensificou uma cobertura de cunho mais pedagógico. Essa tendência que o jornalismo adquiriu está imbricada com a cultura do consumo, que representa uma

²⁶² Entrevista de Otavio Frias Filho concedida a Alzira Alves Abreu e Fernando Lattman-Weltman em 8 de dezembro de 1997.

das principais faces da globalização e que ganhou nova roupagem nas últimas décadas do século XX.

A década de 1980 assistiu a uma das mais incríveis redescobertas do consumismo, de acordo com Don Slater (2002, p. 19). O consumidor era o herói do momento, não apenas como provedor aquisitivo que serviria de combustível para o crescimento econômico (embora isso também fosse fundamental, e encorajado pela expansão fenomenal do crédito, pelo financiamento do déficit e por reduções no imposto de renda), mas como o próprio modelo do sujeito e do cidadão moderno.

Inspirada no neoliberalismo – especificamente na economia do governo Reagan e no “thatcherismo” –, a opção do consumidor tornou-se o modelo obrigatório para todas as relações sociais e exemplo do dinamismo e liberdade cívicos. A provisão coletiva e social deu lugar ao individualismo radical. E esse indivíduo era empreendedor dinâmica e descaradamente movido pelo interesse pessoal (SLATER, 2002, p.19).

A década de 1980 anunciou também a subordinação da produção ao consumo, sob a forma de marketing: o design, a venda no varejo, a publicidade e o conceito de produto estavam em ascensão, retratados na teoria pós-moderna como o triunfo do signo e o embelezamento da vida cotidiana (*ibid.*).²⁶³

Slater (*ibid.*, p. 17-18) ressalta que o consumo é, sempre e em todo lugar, um processo cultural, mas “cultura do consumo” seria singular e específica: “é o modo dominante de reprodução cultural desenvolvido no Ocidente durante a modernidade”. Surgiu, a partir do século XVIII, sendo parte da afirmação ocidental, que a diferenciava do resto do mundo como uma cultura moderna, progressista, livre, racional. Ela designa um acordo social em que a relação entre a cultura vivida e os recursos sociais, entre modos de vida significativos e os recursos materiais e simbólicos dos quais dependem são mediados pelos mercados.²⁶⁴

²⁶³ Foi nessa época que o consumo passou a ser abordado por pesquisadores do campo das ciências sociais e dos estudos culturais como um fenômeno social com práticas, tempo, significados e determinações próprias e não meramente em comparação com a produção e a distribuição. Na Europa e nos EUA, os estudos sobre a cultura do consumo já constituem uma sub-disciplina bem consolidada. As estruturas e as práticas do consumo vêm mobilizando o interesse de pesquisadores de áreas de atuação distintas (SLATER, 2002).

²⁶⁴ Entendemos como cultura do consumo aquela em que idéias, crenças, valores, significados, aspirações e identidades são definidos e organizados em torno do consumo, em vez de outras dimensões sociais como trabalho, cidadania ou religião. A posse e o uso de um número e de uma variedade crescentes de bens e serviços são a rota percebida como a liberdade para a felicidade pessoal, o status social e o êxito nacional. A noção de liberdade e escolha individual é extremamente valorizada. Cada componente da cultura se converte em uma mercadoria e fica subordinado à lógica do mercado, seja por intermédio de mecanismos diretos e econômicos ou indiretos e psicológicos; ao mesmo tempo, verifica-se uma estetização da realidade e das mercadorias. É importante ressaltar o duplo significado de cultura do consumo, que sugere que o consumo fornece o quadro de referências culturais e afetivas da nossa cultura e que o ato de comprar bens e serviços é também uma atividade cultural, imbuída de significados e motivada não apenas por fatores práticos e econômicos.

Essa cultura do consumo tem uma particularidade: gira em torno de sua autocriação contínua, ou seja, ela própria é anunciada constantemente como nova. Nos anos 1980, identifica-se mais uma de suas “novas eras”. Nessa época, asserções muito divulgadas sobre a reorganização da produção capitalista e sua relação com o Estado (pós-fordismo, capitalismo desorganizado, acumulação flexível) diziam que o consumo de massa fordista – o pioneiro dessa cultura – estava dando lugar a uma cultura do consumo de público-alvo ou marketing de nicho. “Tanto o neoliberalismo quanto o pós-modernismo²⁶⁵ proclamaram e aparentemente endossaram o assassinato da razão crítica pela soberania do consumidor” (SLATER, 2002, p. 17-18).

O consumismo ideológico da década de 1980 enfatiza o imediatismo e o individualismo radical e se embasa em uma modalidade de signos e significados (em lugar de necessidades e carências). A cultura do consumo se torna, a partir dessa fase, superficial e ligada às aparências. Realiza o milagre ideológico de vincular a imagem de superficialidade desarticulada aos valores mais íntimos e profundos e a promessas da modernidade: liberdade pessoal, progresso econômico, dinamismo cívico e democracia política. Com o renascimento neoliberal e o desmoronamento do marxismo (no Ocidente e no Oriente), a cultura do consumo foi considerada em termos das liberdades do mercado e, por isso, como avalista tanto do progresso econômico quanto da liberdade individual (*ibid.*, p. 19).

A soberania do consumidor é, portanto, valorizada ao extremo. Para Ianni (2004, p. 324-326), prevalecem, nesse contexto, as teorias ou os mitos do “individualismo metodológico” e da “escolha racional”. Supõe-se que o indivíduo seja o ator e agente por excelência da organização e do funcionamento da sociedade, a começar pela economia ou o mercado, e que ele tenda predominantemente a agir de modo racional, próprio, deliberado, com relação aos seus interesses, à realização dos seus objetivos. E que agirá mais ou menos racionalmente, conforme a soma das informações de que dispõe, tendo naturalmente em conta as escolhas racionais que também poderão realizar os outros indivíduos situados no mesmo contexto, com base nas informações de que dispõem.

²⁶⁵ A idéia de “pós-modernismo” surgiu pela primeira vez no mundo hispânico, na década de 1930, uma geração antes de seu aparecimento na Inglaterra ou nos EUA. Perry Anderson, conhecido pelos seus estudos dos fenômenos culturais e políticos contemporâneos, em *As Origens da Pós-Modernidade* (1999), conta que foi um amigo de Unamuno e Ortega, Frederico de Onís, que imprimiu o termo pela primeira vez, embora descrevendo um refluxo conservador dentro do próprio modernismo. Mas coube ao filósofo francês Jean-François Lyotard, com a publicação de *A Condição Pós-Moderna* (1979), a expansão do uso do conceito. Em sua origem, pós-modernismo designava a perda da historicidade e o fim da “grande narrativa” – o que no campo estético significou o fim de uma tradição de mudança e ruptura, o apagamento da fronteira entre alta cultura e cultura de massa e a prática da apropriação e da citação de obras do passado (LIMA, 2004).

São mitos, segundo Ianni (2004, p. 324-326), que dizem algo sobre as ações e relações sociais entre alguns contextos sociais, mas principalmente no mercado, no processo de compra e venda de mercadorias reais e imaginárias; e que se transferem do mercado para praticamente todos os outros contextos sociais, vistos ou constituídos com base no modelo de mercado. “Desde que se desenvolva essa construção, uma espécie de 'tipo ideal', logo se passa a preconizar o individualismo por todos os cantos do mundo.”

Ianni (*ibid.*) vai mais longe e afirma que o individualismo metodológico e a escolha racional sintetizam-se, em boa medida, no “cartão de crédito”, magnético, transnacional, global. Ele seria o signo por excelência da cidadania no âmbito da sociedade mundial, isto é, do mercado global. O cartão e o consumismo representariam as duas faces mais evidentes do tipo de cidadania do neoliberalismo.

Já Canclini (2001), refuta a acepção de consumo do senso comum, que costuma associá-lo com gastos inúteis e compulsões irracionais. Em sua visão, trata-se de uma desqualificação moral e intelectual que se apóia em outros lugares-comuns sobre a onipotência dos meios de massa, que incitariam as massas a se lançarem irrefletidamente sobre os bens. Sua definição é de que o consumo é o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos. Essa caracterização ajudaria a enxergar os atos pelos quais consumimos como algo mais do que simples exercícios de gostos, caprichos e compras irrefletidas, segundo os julgamentos moralistas, ou atitudes individuais, tal como costumam ser explorados pelas pesquisas de mercado.

Ele enfatiza que o consumo serve para pensar:

Quando selecionamos os bens e nos apropriamos deles, definimos o que consideramos publicamente valioso, bem como os modos com que nos integramos e nos distinguimos na sociedade, com que combinamos o pragmático e o aprazível (CANCLINI, 2001, p. 45).

O autor (CANCLINI, 2001, p.77-80) compreende o consumo, sobretudo, pela sua *racionalidade econômica* e como sendo onde se constrói parte da *racionalidade integrativa e comunicativa de uma sociedade*.

Richard Sennet (2006) acrescenta mais um aspecto para esta nossa reflexão sobre “jornalismo-cidadão” e leitores inseridos na “cultura do consumo”. Para ele, estamos diante de uma cultura do novo capitalismo, na qual o “consumidor-espectador-cidadão” é afastado da política progressista – entendida pelo autor como uma boa forma de organização política em que todos os cidadãos acreditam que estão unidos em um projeto

comum – em direção a um estado mais passivo. Daí seu estado de espectador (SENNET, 2006, p.123-162).

Levando em conta as reflexões dos autores, o jornalismo e o noticiário de economia estariam, portanto, produzindo narrativas noticiosas para um leitor “consumidor-espectador-cidadão”? Os leitores de jornais estão inseridos simultaneamente nas culturas do consumo e da mídia. A primeira tem uma inter-relação com a segunda, porque consumimos a mídia e consumimos pela mídia. Como afirma Roger Silverstone (2002, p.150), somos persuadidos a consumir pela mídia. O consumo seria, ele mesmo, uma forma de mediação, à medida que os valores e significados dados aos objetos e serviços são traduzidos e transformados nas linguagens do privado, do pessoal e do particular.

Para André Jansson (2002, p.5-32), citado por Freire (2005)²⁶⁶, a cultura da mídia e a cultura do consumo são categorias entrecruzadas e empiricamente inseparáveis. De um lado, o escopo da cultura da mídia está expandindo e, simultaneamente, mudando a face da cultura de consumo. Textos midiáticos exercem grande influência sobre o modo que as pessoas experenciam a relação entre o *self* e o mundo circundante, incluindo o mundo dos bens.

A nomeação cultural dos bens de consumo, segundo Jansson (*ibid.*), é normalmente impossível de discutir e analisar, sem levar em conta como esse processo está relacionado com a circulação e apropriação de imagens midiáticas. Por outro lado, o constante refinamento e a implementação da lógica capitalista envolve um processo de “mercadorização” dentro do setor midiático. À medida que processos culturais e econômicos se misturam, a distinção entre consumo e mediação também desaparece, conforme o autor.

Estudar as práticas da imprensa de economia implica estudar o consumo cultural, porque analisamos e refletimos, principalmente, sobre a cobertura realizada por um produto cultural (o jornal impresso), que se molda para atender ao público-leitor e estabelecer mediações com ele.

Considerando o conceito de mediações, introduzido por Jesús Martín-Barbero (2003) para abordar a interação entre os meios e seus públicos²⁶⁷, podemos dizer que o mesmo ocorre com os jornais impressos com cobertura de economia. Eles não respondem

²⁶⁶ Referente a um resumo feito pelo professor João Freire Filho na primeira aula da disciplina *Seminário Avançado Processos Comunicativos I*, no dia 14 de março de 2005, no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ, sobre a seguinte referência bibliográfica: JANSSON, André. *The Mediatization of Consumption: Towards an Analytical Framework of Image Culture*. In: *Journal of Consumer Culture*, Vol. 2, N°. 1: 5-32, 2002.

²⁶⁷ Aqui retomamos o conceito do autor citado no segundo capítulo.

unicamente a interesses comerciais, ao determinar os modos e os ângulos de cobertura jornalística dos fatos econômicos, mas têm também de atender às demandas dos receptores e resignificá-las para que essa cobertura tenha sentido para eles.

Ao analisar o jornalismo de economia, verifica-se que, no Brasil, portanto, a partir da década de 1980 – a que deu início a uma “nova era” da cultura do consumo –, com os sucessivos planos econômicos que foram implementados na tentativa de conter a inflação, esse subcampo passou a tentar traduzir mais detalhadamente os fatos econômicos. A tendência persistiu nos anos 1990 e se estabeleceu com a adoção, por parte dos jornais, da oferta de “jornalismo público” ou “cidadão” ou de “utilidade” para seus leitores.

Assim, a partir de pesquisa teórica e empírica (dos planos Cruzado ao Collor II até esta etapa), é possível verificar que a narrativa da imprensa de economia adota um direcionamento mais pedagógico, que se estabelece por meio de uma linguagem menos tecnicista. O jornalismo passou a atender a uma demanda crescente do leitor por informações sobre os impactos desses pacotes em suas vidas. O jornalista dessa área, por sua vez, passou a atuar voltado para atender a um leitor “consumidor-espectador-cidadão”.

E não se trata de uma mudança apenas para servir o leitor, com notícias mais didáticas, mas de uma estratégia de adaptação da imprensa, que, como vimos anteriormente, se consolidou durante o regime militar e depois teve de encontrar novos rumos a partir da redemocratização. Teve de se adaptar, portanto, a uma necessidade de sobrevivência no mercado. E os pacotes econômicos foram momentos nos quais os jornais auto-afirmaram sua importância, ao tentar desvendar os fatos desse campo específico do conhecimento e aproximá-los da compreensão dos leigos.

Como o jornalismo de economia se desenvolveu, no avançar da década, rumo ao século XXI? Essa questão instiga os dois próximos capítulos, que têm o desafio de enxergar esse objeto de estudo a partir do noticiário do Plano Real.

6 Novos rumos em tempos de estabilidade

O trauma econômico-político que balançou o país em todo o período do governo Collor, desde o confisco até o *impeachment*, levou Itamar Franco ao poder. Segundo vice-presidente a assumir a Presidência da República após a redemocratização, esse mineiro estava filiado ao PMDB desde o tempo em que o partido se chamava MDB e era visto como um político que mostrava pouca compreensão das forças econômicas em ação e de perfil antiliberal (FILGUEIRAS, 2000; SKIDMORE, 2003; PRADO, 2005; CARDOSO, 2006).

Naquele início dos anos 1990, embora o país estivesse sob o comando desse novo presidente, na esfera econômica continuava a questão mais urgente, a inflação. Afinal, o Plano Collor havia durado poucos meses e passou a fazer as famosas “torneirinhas”, ou seja, a liberar liquidez monetária de forma seletiva para determinados grupos que atendiam aos interesses políticos do governo. Nos bancos acadêmicos, os economistas faziam circular pela imprensa as mais diversas sugestões para adoção de novos pacotes (PRADO, *ibid.*, p.29).

Itamar Franco expressava dúvidas com relação à sensatez da privatização e se pôs a bloquear sistematicamente a via da política neoliberal de seu antecessor. Depois de “reembaralhar” constantemente seus ministros, ele nomeou, em 1993, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC) ministro das Relações Exteriores, e, depois, em 1994, ministro da Fazenda. FHC era o quarto a ocupar esse cargo em um período de apenas sete meses²⁶⁸. Ele, por sua vez, reuniu uma equipe de economistas reconhecidos, incluindo Pêrsio Árida, Edmar Bacha, André Lara Resende e Gustavo Franco, muitos dos quais haviam colaborado para o Plano Cruzado em 1986 (SKIDMORE, 2003, p.310; NASSIF, 2007, p.210-211).

A partir daí, um novo capítulo na história da economia brasileira se desenhou. Sobre ele, nos debruçamos na etapa final desta pesquisa. Nela, analisamos parte da cobertura jornalística do último pacote econômico do século XX e procuramos observar como o jornalismo de economia se comportou nesse contexto e se configurou em tempos de estabilização.

²⁶⁸ Ao todo, o presidente Itamar Franco teve seis ministros da fazenda entre outubro de 1992 e janeiro de 1995. Conferir Quadro “Ministros de Estado da Fazenda 1964-2000” no final deste capítulo.

6.1 As inflações brasileiras e a transição para o real

Por que a inflação no Brasil havia se tornado uma doença crônica para a qual não se encontrava remédio? Constituía-se como um processo que apresentava características muito peculiares, um pouco diferentes daquelas que orientavam o estudo sobre esse assunto em outros países, principalmente nos mais avançados. Sendo assim, não foi à toa que se tornou alvo principal do interesse de alguns economistas nas últimas décadas do século XX. No início dos anos 1960, Ignácio Rangel foi um dos primeiros a estudar mais a fundo o assunto, que resumiu no livro *A inflação brasileira*. Estruturalista por formação, ele trouxe uma novidade para o debate dessa época quando sugeriu que a inflação funcionava como mecanismo de defesa da economia. Na recessão, tendia a aumentar porque era por meio dela que as grandes empresas, principalmente os monopólios e oligopólios, conseguiam manter suas margens de lucro em um contexto de baixa demanda (PRADO, 2005, p.89).

O modelo de Rangel tratava de uma economia fechada, basicamente assentada no setor agropecuário, na qual a inexistência de competitividade externa garantia “poder” aos grandes grupos econômicos. Foi a primeira vez que um economista brasileiro procurou mostrar claramente a relação entre inflação e o conflito distributivo no país. Com a oferta de produtos concentrada em poucas e grandes empresas ou em produtores rurais, ela, uma vez instalada, dificilmente cairia (*ibid.*).

Outro livro, publicado sete anos mais tarde, em 1970, se tornaria a principal referência, no país, nos estudos sobre esse tema: *Inflação: gradualismo versus tratamento de choque*, de Mário Henrique Simonsen. Ele firmou a noção de que o processo inflacionário continha um forte elemento de auto-alimentação, que parte da inflação presente poderia ser explicada pela passada²⁶⁹.

Pode-se entender a idéia de “realimentação inflacionária” de Simonsen como um desdobramento de suas observações contidas em um livro anterior, de 1964: *A experiência inflacionária brasileira*. Essa noção surgiu da experiência que o próprio Simonsen tinha vivido no primeiro governo militar, ao lado de Roberto Campos e de Octávio Gouvêa de Bulhões, respectivamente ministros do Planejamento e da Fazenda.²⁷⁰

²⁶⁹ Esse livro foi tão importante que, três anos após sua publicação, rendeu a Simonsen o título de doutor em economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV do Rio de Janeiro, centro de estudo que o próprio Simonsen ajudou a criar e no qual lecionou até sua morte, no início de 1997 (PRADO, 2005, p.90).

²⁷⁰ Eles lançaram na época o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg) para o período de 1964-1966. Criou-se um novo título federal, as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), e instituiu-se um mecanismo formal de indexação: a correção monetária.

Simonsen, como assistente de Campos, criou uma fórmula para cálculo de reajuste dos salários, que ficou conhecida como a política do arrocho salarial, mecanismo que preconizava o uso da média da inflação passada para a correção da remuneração dos trabalhadores. Como os salários são um preço fundamental da economia, responsáveis por cerca de 60% do PIB, é a massa salarial que influencia o desempenho da demanda, além de representar um importante fator na estrutura de custos do setor produtivo.

Foi Simonsen quem lançou a base de estudo da inflação inercial no Brasil, que já existia com o nome de “realimentação inflacionária”²⁷¹. Nos anos 1980, essas idéias foram retomadas em uma série de trabalhos, dissertações e textos de alto valor para o pensamento econômico (PRADO, 2005, p.93).

O que mais dividia os economistas brasileiros com relação a esse assunto era a persistência de uma inflação de base, sem uma causa específica aparente, que não acabava nunca; ao contrário, ia se elevando até atingir níveis insuportáveis, quando era derrubada por um pacote econômico, para voltar a se elevar, alguns meses depois, quase da mesma forma que antes, como se fosse uma doença da economia do Brasil.

Cada escola de pensamento tinha uma explicação para esse fenômeno. Havia e há, ainda hoje, pelo menos, quatro bem definidas. A mais arraigada é a monetarista, cuja explicação está baseada na teoria quantitativa do valor da moeda.²⁷² Os monetaristas acreditam que o valor pago pelos bens e serviços em um determinado período é proporcional à quantidade de moeda que muda de mãos naquele mesmo período. Se, por algum motivo, faltarem bens, as pessoas vão disputar entre si os poucos disponíveis, pagando mais por cada unidade, e os preços sobem, provocando inflação. Para essa corrente teórica, a receita para acabar com o processo inflacionário é simples: não importa se houve um choque de oferta ou de demanda, ou de custos, basta cortar a quantidade de moeda. O monetarismo é conveniente para os defensores do arrocho salarial e dos ajustes econômicos através da recessão, que produz o desemprego e, portanto, reduz o poder de compra. O neoliberalismo é monetarista (KUCINSKI, 2000, p.124).

²⁷¹ Em 1970, Simonsen avançou em suas contribuições para o entendimento da inflação brasileira ao identificar três fatores determinantes no modelo de realimentação inflacionária: 1) o componente autônomo, que não tem vínculos com a inflação passada, mas sim com aspectos institucionais e até de natureza acidental que influenciam a oferta; 2) o componente da realimentação, que representa a disputa dos vários agentes econômicos – basicamente entre lucros e salários – para recompor a participação no PIB, que é corroída pelos efeitos da inflação; e 3) o componente que tem a ver com o comportamento da demanda à luz das influências dos elementos autônomos e do próprio processo de realimentação da inflação (PRADO, 2005, p.93).

²⁷² Trata-se de uma teoria clássica, desenvolvida pelo economista norte-americano Irving Fisher, segundo a qual o aumento da moeda em circulação provoca o aumento geral dos preços. Assim, o poder aquisitivo da moeda seria inversamente proporcional ao seu montante em circulação (SANDRONI, 2005, p.836).

A outra grande escola econômica, a dos estruturalistas, atribuída a inflação brasileira a falhas estruturais e a gargalos na economia (excessiva concentração econômica, o controle de setores-chave por pequeno número de empresas, incapacidade de aumentar as importações por falta de moeda forte e obstáculos nos transportes da produção agrícola, sua armazenagem e distribuição) e no seu processo de industrialização. Para os estruturalistas, os déficits públicos não são causa importante de inflação. Eles são também desenvolvimentistas: pregam a necessidade de o país avançar na sua industrialização.

A teoria da subutilização da capacidade produtiva é outra corrente, na qual se encaixa Ignácio Rangel. Ele desenvolveu, em seu livro, concepções que criticavam tanto os monetaristas quanto os estruturalistas. Segundo sua visão, não eram os gargalos na oferta e, sim, uma insuficiência crônica de demanda – subconsumo – a causa principal da inflação brasileira: uma insuficiência estrutural no padrão de demanda causada pela alta concentração da renda nacional em poucas mãos e pela baixa renda dos assalariados.

Com o agravamento da inflação brasileira e sua evolução para hiperinflação crônica nos anos 1980, surgiram novas teorias, entre elas a da inflação inercial, defendida, principalmente, por Luiz Carlos Bresser Pereira e economistas da PUC do Rio de Janeiro. Trata-se de uma sofisticação da teoria estruturalista dos gargalos, de que os preços sobem com facilidade e caem com dificuldade. O que teria elevado a inflação a um novo patamar e a tornou mais rígida foi a correção monetária, adotada no início dos anos 1970, como forma de proteger os capitais contra a inflação. A correção monetária faz com que todos os preços sejam reajustados para cima, automaticamente, cada vez que apenas alguns deles se elevam. Assim, uma mudança em preços relativos alimenta a alta geral dos preços, criando uma economia indexada à inflação e uma inércia inflacionária (*ibid.*, p.127-128).

Enquanto o debate teórico continuava em torno de alternativas para derrubar o índice de inflação, no período pós-Collor, existia um esgotamento por parte da sociedade brasileira com as experiências de choque heterodoxo (PRADO, 2005, p.43). Assim, quando FHC foi designado ministro da Fazenda, o Brasil permanecia o único país latino-americano que não havia conseguido controlar a inflação, sendo conhecido como o campeão mundial em assinar acordos não-cumpridos com o FMI. O problema não era fundamentalmente de diagnóstico, embora o tratamento da doença exigisse considerável sofisticação econômica, mas, sim, de liderança política.

Os políticos sabiam que todos os planos de estabilização, desde 1953, haviam produzido dores políticas de curto prazo, como quedas no salário real e encolhimento de crédito, criando uma recessão. Presidente após presidente havia recuado da estabilização:

Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros. Castelo Branco, fortalecido por um regime autoritário, persistira na estabilização tempo suficiente para alcançar uma conclusão bem-sucedida. Depois dos mandatos de José Sarney e de Collor, Itamar Franco parecia tão pouco inclinado quanto seus predecessores a levar a cabo essa batalha. Ele entendia pouco de economia e demonstrava uma atitude impaciente com medidas econômicas impopulares. A diferença entre o destino de seu plano e as tentativas anteriores revelou-se em seu senso de oportunidade e em sua escolha do ministro da Fazenda (SKIDMORE, 2003, p. 310-311).

FHC conta – em seu livro autobiográfico *A arte da política – a história em que vivi* (2006) – que eles apostaram em quatro frentes de batalha no caminho até a proposta do Plano Real. A primeira era ajustar, tanto quanto possível, o orçamento daquele ano, 1993, e preparar um que fosse equilibrado para 1994. A segunda frente travou-se, principalmente, com os estados, que acumulavam gigantescas dívidas com a União e não as vinham pagando com a regularidade devida. A terceira frente consistiu, segundo ele, em defender a necessidade de caminhar no processo de privatização de empresas estatais, não só para ajudar o esforço de ajuste fiscal, mas também para promover o investimento na expansão e na melhoria de serviços públicos, conforme a sociedade exigia de um governo sem recursos. Já a quarta frente, dizia respeito à negociação da dívida externa e à volta do Brasil ao mercado financeiro internacional, com a suspensão da moratória (CARDOSO, 2006, p.144-146).

Em seu conjunto, essas quatro frentes de batalha formavam o que FHC e sua equipe entendiam como a “etapa preparatória para um ataque frontal à inflação”. Em meio a muitas discussões, conforme conta FHC, tornou-se claro que a reforma monetária se desdobraria em duas fases. Na primeira, o objetivo seria promover um alinhamento voluntário de preços e preparar o terreno para a derrubada da inflação, sem congelamentos e desrespeito a contratos:

Como “alinhar preços” se eles variavam a cada dia? Seria preciso mostrar à população que era o dinheiro nacional que variava, e não o custo objetivo da produção ou o ganho com ela. A maneira mais simples de ver isso seria transcrever tudo em dólares, mas esse procedimento traria vários inconvenientes. Daí a decisão de utilizar como termo de comparação, uma moeda estável inventada por nós, a Unidade Real de Valor (URV), que seria um substituto do dólar como ponto de referência. A população já se acostumara, por exemplo, a pagar impostos com o que se chamava de Unidade Fiscal de Referência (Ufir), que atualizava o valor dos impostos e de alguns contratos diante do desgaste da moeda. Pretendíamos deixar claro que uma moeda – o cruzeiro real de então –

estava doente, e que a outra era sã, estável. Dito assim pode parecer simples. Custou, porém, muita discussão técnica e cuidado jurídico para que a idéia inicial tomasse forma concreta (CARDOSO, 2006, p.146).

O cruzeiro real foi instituído, pelo governo Itamar Franco, no dia 1º de agosto de 1993, substituindo o cruzeiro, que sofreu um corte de três zeros. A troca foi feita para facilitar o uso da aritmética e reduzir os custos da Casa da Moeda com a emissão física de dinheiro. As cédulas antigas passaram a circular com o carimbo de cruzeiro real, uma denominação sugerida por um funcionário da Casa da Moeda do Brasil em carta ao Palácio do Planalto. Não houve, naquele momento, qualquer reforma monetária, apenas uma medida de cunho mais administrativo para facilitar a vida dos brasileiros (PRADO, 2005, p.127).

A segunda fase da reforma monetária consistia no lançamento da nova moeda e na definição de regras cambiais e monetárias consistentes com o objetivo de manter a inflação baixa.

Para Filgueiras (2000, p.93-98), a matriz básica de elaboração do Plano Real foi constituída de duas vertentes. A primeira foi o chamado “Consenso de Washington”²⁷³ e, a segunda, a experiência do Plano Cruzado. O economista ressalta que todos os planos de estabilização adotados, nos últimos anos, na América Latina, são da mesma família do “Consenso”, na realidade, um plano único de ajustamento das economias periféricas, chancelado pelo FMI e pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) em mais de 60 países de todo o mundo.

²⁷³ Conjunto de trabalhos e resultado de reuniões de economistas do FMI, do Bird e do Tesouro dos EUA, realizadas em Washington, no início dos anos 1990. Dessas reuniões, surgiram recomendações dos países desenvolvidos para que os demais, especialmente aqueles em desenvolvimento, adotassem políticas de abertura de seus mercados e o “Estado Mínimo”, isto é, um Estado com um mínimo de atribuições (que privatizasse as atividades produtivas) e, portanto, com um mínimo de despesas, como forma de solucionar os problemas relacionados com a crise fiscal: inflação intensa, déficits em conta corrente no balanço de pagamentos, crescimento econômico insuficiente e distorções na distribuição de renda funcional e regional (SANDRONI, 2005, p.179).



Ilustração 60 - A mudança para cruzeiro real, registrada na capa de *O Globo* de 29 de julho de 1993

NOVA MOEDA

Saiba o que vai mudar com o cruzeiro real

Governo e bancos devem enfrentar mais dificuldades de adaptação do que o cidadão comum e as empresas

Dinar iugoslavo ganha em zeros

REGINA CARDIEL
De Brasília

Nenhuma moeda estrangeira tem as características do dinheiro do Brasil. Depois de sofrer desvalorização em 14 meses, na semana passada em pouco tempo chegou a 13,6 mil milhões de dinários em troca de um dólar.

Se o dinário acompanhou o golpe da inflação — já se sabe em 50% ao mês —, o dólar é muito mais caro para o Brasil do que antes.

Com a inflação em 70% ao ano, a moeda não se vale em nome de mil por dólar. Não se trata de uma hiperinflação que inevitavelmente levaria a zero a moeda.

No Balcãs, como pelo sobrinho de lá, o dinário está no ponto ideal para perder valor. Mas, com a inflação em 70% ao ano, a moeda não se vale em nome de mil por dólar. Não se trata de uma hiperinflação que inevitavelmente levaria a zero a moeda.

A taxa é fixada entre os países americanos. Uma moeda foi aplicada na Bolívia em janeiro de 87 quando um boliviano tinha o valor de um milhão de pesos. Hoje, o boliviano tem o valor de um peso. Também a Uruguai teve uma taxa fixa e depois não se pôde mais fazer o mesmo.

Se olhar para o passado do dinheiro alemão, o cruzeiro não pode ter esperanças de um dia ser uma moeda forte. A força que hoje tem sobre as outras moedas europeias já foi perdida em 1948.

Esta que foi uma das primeiras desvalorizações de uma moeda na história aconteceu entre os dois grandes países. E isso que se chama de "proteção" do "mercado alemão" foi feita em 1948. Foi este ataque que conseguiu a repressão de estabilidade, reconstrução interna após a Segunda Guerra. Foi este ataque que conseguiu a repressão de estabilidade, reconstrução interna após a Segunda Guerra.

A inflação que continua o velho marco alemão em um milhão por cento em 16 meses.

PREENCHA CORRETAMENTE O CHEQUE

Para transacionar em valores na nova moeda, não há necessidade de mudar a grafia do cheque para CR\$.

Não esqueça de escrever, depois do valor por extenso, o valor em zeros.

Exemplo: 1.000.000,00

um mil e quinhentos mil cruzeiros reais

São Paulo, 10 de agosto de 1993

Antônio Carlos Pereira

223702986 0168804458 0775141545678

A partir de 1º de agosto devem ser emitidos em cruzeiro real. Caso contrário, serão devolvidos.

AS MODIFICAÇÕES DA MOEDA NO BRASIL

CORTE DE ZEROS

10 Outubro de 1948: 1.000 cruzeiros viram 1 cruzeiro real.

1º Janeiro de 1964: 1.000 cruzeiros viram 1 cruzeiro real.

1º Janeiro de 1967: 1.000 cruzeiros viram 1 cruzeiro real.

1º Janeiro de 1968: 1.000 cruzeiros viram 1 cruzeiro real.

1º Janeiro de 1969: 1.000 cruzeiros viram 1 cruzeiro real.

MUDANÇAS DE NOME

1. Real: Em 1942, com a Segunda Guerra, o nome de cruzeiro foi trocado por real.

2. Cruzeiro: Em 1942, com a Segunda Guerra, o nome de cruzeiro foi trocado por real.

3. Cruzeiro novo: Em 1942, com a Segunda Guerra, o nome de cruzeiro foi trocado por real.

4. Cruzeiro: Em 1942, com a Segunda Guerra, o nome de cruzeiro foi trocado por real.

5. Cruzeiro: Em 1942, com a Segunda Guerra, o nome de cruzeiro foi trocado por real.

6. Cruzeiro: Em 1942, com a Segunda Guerra, o nome de cruzeiro foi trocado por real.

7. Cruzeiro: Em 1942, com a Segunda Guerra, o nome de cruzeiro foi trocado por real.

8. Cruzeiro: Em 1942, com a Segunda Guerra, o nome de cruzeiro foi trocado por real.

GUSTAVO PATU

Da Secretaria de Brasília

Governo e bancos deverão enfrentar mais dificuldades técnicas para a adaptação do que o cidadão comum e as empresas.

Todas as contas hoje em circulação continuarão sendo aceitas, obrigatoriamente, pelo cidadão e bancos. Os exemplos já eram evidentes: o Fichas (Ficha de Pagamento) e o Fichas (Ficha de Pagamento).

Assim, a população continuará com os tipos de unidades, as unidades em circulação, as unidades em circulação, as unidades em circulação.

Porém, o valor das moedas inferiores a Cr\$ 10,00, os Cr\$ 0,01 (um centavo de cruzeiro real), inclusive as comemorativas. Quem quiser dessas moedas em volume superior a um centavo de cruzeiro real pode fazer a troca em qualquer banco até 29 de outubro. Depois disso, a troca só poderá ser feita junto às dez agências regionais do BC, até 28 de fevereiro de 1994.

Cheques devem respeitar data

Da Reportagem Local

Os bancos vão devolver, a partir de 1º de agosto, os cheques emitidos em cruzeiros antigos. Todos os cheques terão de estar emitidos em cruzeiros reais, e os bancos terão de emitir os cheques em cruzeiros reais.

Se uma pessoa tiver de assinar, antes de segunda-feira, dia 1º, um contrato de prazo longo, com vencimento nos meses seguintes, vale também o critério da data. Assim, os valores deverão estar em cruzeiros e a conversão para cruzeiros reais não será feita na hora do pagamento.

Quem tiver vários contratos para pagar depois de 31 de julho, deve primeiro assinar, depois fazer a conversão e preencher o cheque em cruzeiros reais. Não há necessidade de alterar a grafia da moeda de Cr\$ para CR\$, antes dos valores em números, no campo superior direito do talão. Segundo Tápia, será permitido fracionar o valor maior do que o centavo de cruzeiro real para efeito de crédito em algumas operações.

A partir de 1º de agosto, segundo a medida provisória, a moeda nacional é o cruzeiro real.

Venda de calculadoras de 14 dígitos deve cair

Da Reportagem Local

Segundo ele, o país tinha consumido 10 mil calculadoras de 14 dígitos por mês. A Sharp parou de produzir em 1992, mas a inflação continuou a se manter, o que fez com que o preço das calculadoras de 14 dígitos continuasse a subir.

De imediato, avalia, as vendas desse produto devem cair 70%.

Banco Real não quer associação com a moeda

Da Reportagem Local

O Banco Real não vai fazer campanha de marketing associando seu nome ao da nova moeda — o cruzeiro real. Por dois motivos, explica Paulo Gualberto, diretor de Marketing do Banco Real. Primeiro, seria um erro de estratégia de marketing. Segundo, não seria uma boa associação de uma moeda que não é sinônimo de estabilidade.

Bolsa negocia lotes de mil ações na 2ª

Da Reportagem Local

O preço das ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo não será afetado com a entrada em vigor do cruzeiro real. O preço das ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo não será afetado com a entrada em vigor do cruzeiro real.



Bancos fazem jornada extra para adaptação

Bradesco vai mudar 3.000 programas

Da Reportagem Local

Os bancos terão de fazer um esforço extra e interromper a adaptação dos programas à cobrança da IPIF em preparação para o ano de 1994. Segundo Tápia, presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos, os bancos deverão fazer um esforço extra e interromper a adaptação dos programas à cobrança da IPIF em preparação para o ano de 1994.

No Bradesco, mais computadores serão necessários para a adaptação dos programas à cobrança da IPIF em preparação para o ano de 1994. Segundo Tápia, será permitido fracionar o valor maior do que o centavo de cruzeiro real para efeito de crédito em algumas operações.

normalização e restabelecimento. O presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos, os bancos deverão fazer um esforço extra e interromper a adaptação dos programas à cobrança da IPIF em preparação para o ano de 1994. Segundo Tápia, será permitido fracionar o valor maior do que o centavo de cruzeiro real para efeito de crédito em algumas operações.

Esses planos seguiram sempre o mesmo roteiro em todos os países onde foram adotados: combate à inflação, através da dolarização da economia e de valorização das moedas nacionais, associado a uma grande ênfase na necessidade do “ajuste fiscal”. Acompanharam a realização de reformas do Estado – sobretudo privatizações e mudanças na seguridade social – e a desregulamentação dos mercados e liberalização (internacionalização) comercial e financeira (FILGUEIRAS, 2000, p.93-98).

Com relação à segunda vertente apontada por Filgueiras, o Plano Cruzado acabou sendo referência para o Plano Real no que diz respeito às discussões sobre inflação inercial; ao debate entre as propostas de uma “moeda indexada” e as de um “choque heterodoxo”; e à própria condução prática da política de estabilização do Cruzado, que indicou os procedimentos que não deveriam ser repetidos.

O mérito operacional do Plano Real foi a invenção da URV, uma unidade fictícia, que variava de acordo com a inflação. Isso foi feito atribuindo a uma URV um poder de compra diferente todos os dias pela manhã. Em seguida, após um período de estímulo ao alinhamento dos preços, foi introduzido o real, de valor igual à URV, e um congelamento temporário dos salários e das tarifas públicas.

Esse congelamento e a entrada mais barata de produtos estrangeiros em URV asseguraram um grau de estabilidade, sem a necessidade de um congelamento geral. Mas, em contrapartida, deu-se uma alta expressiva nos preços dos bens que não tinham oferta internacional. O custo de uma cesta básica de alimentos, por exemplo, subiu de 86 URVs (antes do plano) para 104 URVs; e foi para 94 URVs após um ano de sua vigência. Os custos de serviços para a classe média e o valor dos aluguéis também subiram (KUCINSKI, 2000, p.129-130).

As condições internacionais eram favoráveis ao lançamento do Plano Real. Com o avanço da logística e das comunicações, teve início a implosão das formas tradicionais de produção. As grandes multinacionais passaram a alocar unidades em todo o mundo, buscando países com mercado interno e/ou vantagens competitivas (NASSIF, 2007, p.180-181).

6.2 A construção estratégica da credibilidade do Plano Real

Como fazer com que a população depositasse confiança em mais um pacote econômico, o oitavo após a redemocratização? Esse foi um dos desafios enfrentados pelo governo na gestação do Plano Real e, por isso, ele teve um cuidado redobrado no trabalho de comunicação sobre as mudanças que seriam implementadas.

No dia 31 de agosto de 1993, Edmar Bacha fez circular, pela equipe econômica do governo, um texto com sua proposta de estabilização, um programa que compreenderia três fases. Todas seriam previamente definidas. A primeira iria de setembro a dezembro de 1993 e abrangeria o encaminhamento para o Congresso de forte ajuste fiscal e patrimonial do governo. A segunda, de janeiro a julho de 1994, e seria a fase de transição. O real funcionaria como unidade básica de conta e de reserva de valor enquanto fossem adotados na prática os ajustes fiscal e patrimonial. A terceira, a partir de julho de 1994, e seria a fase da estabilização propriamente dita. O real assumiria, então, o papel de nova moeda estável do país (PRADO, 2005, p.146).²⁷⁴

O texto de Bacha estabeleceu um cronograma para as etapas da estabilização que, imaginado com meses de antecedência e em uma fase ainda muito preliminar do processo de definições, acabou por ficar muito próximo da realidade (*ibid.*, p.151).

Entre outubro e dezembro de 1993, os lineamentos básicos do plano estavam formulados. Com a votação da URV ainda inconclusa, FHC exonerou-se do cargo de ministro da Fazenda, no dia 2 de abril de 1994, para se candidatar à Presidência da República (CARDOSO, 2006, p.201).

Em seu lugar, assumiu Rubens Ricupero, que havia sido convidado por Itamar Franco para o cargo, pela primeira vez, em outubro de 1992, por sugestão do próprio FHC, então senador, e que estava na época assumindo o ministério das Relações Exteriores. Era um jeito de pôr na Fazenda alguém ligado ao então deputado José Serra, cujo nome era o preferido do PSDB para a pasta e tinha até a chancela de Lula, o presidente de honra do PT. Mas o nome de Serra foi vetado por Orestes Quécia, do PMDB de São Paulo, além de não agradar Itamar. A formalização do convite a Ricupero ocorreu em 30 de março de 1994, quando FHC se desincompatibilizou do governo (PRADO, 2005, 226-227).

²⁷⁴ Quatro séculos após o descobrimento, o Brasil lançou uma moeda homônima à que era usada nos séculos XVI e XVII. Na época, a maior parte do meio circulante brasileiro era composta por *reales* (como a palavra ficava, no plural), cunhados na Espanha e nas colônias hispano-americanas. Em 1582, o governo português fixou uma equivalência entre os *reales* da América Espanhola e os réis de Portugal: oito reales passaram a valer 320 réis. Os reales ou réis perduraram em todo o Brasil Colônia, inclusive após a vinda de Dom João VI para o Brasil, em 1808. Cf. “Brasil busca o real na História”, matéria publicada no caderno *Guia do Real*, em *O Globo*, de 1º de julho de 1994 (p.5).

Ricupero, que era embaixador de carreira do Itamaraty, teve de adaptar-se rapidamente ao vocabulário do “economês” e acabou fazendo um contraponto com relação aos “homens do Real”, mais ligados ao mundo acadêmico – onde as idéias normalmente transitam por meio de códigos sofisticados, de difícil entendimento para os leigos – e pouco pacientes na difícil arte de comunicar o que pensam para o público.

Entre os economistas do real, apenas um tinha a capacidade de explicar medidas técnicas e iniciativas mais complexas de forma didática: Edmar Bacha. Os demais membros da equipe econômica tinham dificuldades de dar explicações sobre as questões operacionais do plano. Eles se esquivavam de informar à imprensa sobre as medidas tomadas. Afinal, explicar um plano tão sofisticado para um simples mortal era, no entendimento da maioria, uma tremenda perda de tempo. Muitas vezes, os jornalistas que faziam a cobertura da Fazenda ouviam, dos formuladores do Plano Real, respostas do tipo: “Não adianta explicar os detalhes da medida, porque você não vai entender!”. O ponto de vista quase unânime da equipe era o de que a mídia desgastava e deturpava, e que os jornalistas eram incapazes de entender as técnicas envolvidas nas questões econômicas (*ibid.*, p.231, 232 e 238).

Diante disso, na tentativa de divulgar o Plano Real, Ricupero acabou fazendo um importante trabalho de comunicação com a população sobre o novo pacote e se tornou seu garoto-propaganda. Itamar o chamava de “Apóstolo do Real”, por passar um bom tempo a peregrinar pelo país, buscando adesões à causa da estabilidade (*ibid.*, p.126). Fazer a opinião pública compreender e apoiar o novo pacote era um desafio, principalmente porque muitas questões ainda estavam sendo discutidas pela equipe econômica.

Boa parte da população brasileira entrou naquela fase de transição sem saber o que era a URV. Mesmo pessoas mais bem informadas, com conhecimento de economia, tinham dificuldade de entender o mecanismo da moeda virtual, que não passava de um grande indexador de preços. Para complicar, aquele era um ano eleitoral. A impressão de que o Plano Real não passava de um truque para ganhar as eleições permeava a sociedade. Um bom indicador disso era o teor dos editoriais publicados nos jornais na época (*ibid.*, p.232).

Como Ricupero não podia contratar serviços especializados de terceiros, recorreu à Radiobrás, a empresa de comunicações governamental, para fazer a divulgação do Plano Real. O único jeito era entrar em rede nacional, valendo-se da regra que permite ao governo convocar as emissoras para a transmissão de pronunciamentos das autoridades públicas. Quando souberam da intenção do ministro, as concessionárias de TV ficaram

preocupadas com o uso regular de alguns minutos justamente no chamado horário nobre (PRADO, 2005, p.234).

Diretores da *Rede Globo*, da família Marinho, foram a Brasília tentar convencer Ricupero a mudar de idéia. Falaram em nome de todas as outras emissoras. O argumento era que o uso do horário nobre para os pronunciamentos oficiais teria o inconveniente de impedir a repercussão dos destaques nos principais noticiários da noite. A rigor, teria também o efeito de atrapalhar a veiculação de comerciais, justamente no horário em que o aluguel do espaço na TV é mais caro. Sugeriram que Ricupero entrasse no ar na hora do almoço, quando a audiência é bem menor. Se assim ocorresse, comprometiam-se a repercutir no noticiário do horário nobre as declarações do ministro, chamariam atenção para os pontos mais importantes do pronunciamento do dia e fariam reportagens de destaque sobre eles (*ibid.*, p.234-235).

O primeiro pronunciamento foi ao ar no dia 13 de abril de 1994 e foi o único transmitido no horário nobre, às 19h50. Ricupero se dirigiu basicamente aos trabalhadores que haviam acabado de receber o primeiro salário referenciado à URV, no início de abril. A URV havia sido instituída para vigorar a partir de 1º de março e salários, pensões, aposentadorias e os vencimentos do funcionalismo público tiveram de ser obrigatoriamente convertidos de cruzeiro real para URV. Iniciou-se uma difícil etapa do plano, que envolvia o maior de todos os riscos: a aceleração da inflação. Ricupero enfatizou, naquele primeiro comunicado, que o plano de estabilização em gestação não traria surpresas, sustos ou correrias, e conclamou o Congresso Nacional a dar um crédito, aprovando o projeto (*ibid.*, p. 235-236).

A URV, a rigor, não era moeda no sentido amplo da palavra, e o povo sabia disso. Mas se tornaria moeda mais adiante, e era preciso, por meio de uma campanha de convencimento, manter a credibilidade daquilo que ninguém sabia bem o que era. Naqueles meses de transição, ela funcionava apenas como unidade de conta (*ibid.*, 2005, p. 237).

Ricupero, nos vários pronunciamentos que fez depois para o público, em cadeia de rádio e TV, aparecia como a personificação do plano. Ele era a cara do real para o público. Em suas declarações, imprimiu confiança. Por inúmeras vezes, empenhou sua palavra, afirmando que não haveria confiscos, nem choques, nem congelamentos, nem ameaças (PRADO, 2005, p.241).

No dia 10 de maio de 1994, a equipe econômica se reuniu na casa de Ricupero para definir os últimos detalhes. Contra qualquer avaliação técnica, havia o tempo político. As

eleições ocorreriam dali a cinco meses e àquela altura a nova moeda já teria de estar na rua e, de preferência, resultar em retumbante sucesso, pois o êxito do plano era importante para o projeto político do PSDB. Decidiu-se, na reunião, que o real seria lançado em 1º de julho. A data foi sacramentada na reedição da medida provisória da URV publicada em 1º de junho. A decisão atendia aos anseios políticos, mas não era nada confortável para a própria equipe, que continuava empacada na definição de questões fundamentais (*ibid.*, p.222).

FHC conta como se posicionou para conseguir fazer com que o plano fosse desenvolvido e implementado:

Busquei exercer a arte da política, que consiste justamente em criar condições para que se possa realizar um objetivo para o qual as condições não estão dadas de antemão. Por isso a política é uma arte e não uma técnica. E sua arma principal na democracia é a persuasão. Graças à persuasão, ao convencimento da sociedade, em que me empenhei obsessivamente, acabou sendo possível formar os consensos mínimos onde eles eram presumivelmente mais difíceis e certamente mais necessários: dentro do governo, no Congresso, com os partidos, ou seja, entre os agentes que tomam as decisões políticas ou impedem que elas sejam tomadas. Não sendo economista, minha ação se animava pela intuição política e pelos valores da minha formação democrática. Em meio a muitas dúvidas, abrigava só uma e fundamental certeza, de que só um programa que pudesse ser explicado e compreendido pelas pessoas seria capaz de derrubar a inflação de forma duradoura e colocar em marcha a reorganização do Estado brasileiro (CARDOSO, 2006, p.146) – *grifos nossos*.

FHC, em seu relato, faz questão de ressaltar que não era economista, portanto, atuava em uma seara para a qual não tinha formação específica. Por isso, se ancorou em suas habilidades políticas. Sua articulação foi fundamental para impulsionar o andamento do plano, que precisava dos meios de comunicação para conseguir a adesão às medidas. Mas a idéia de adotar uma postura aparentemente transparente, mediante a opinião pública, com relação à proposta veio de um economista da equipe:

Foi Pêrsio Árida quem apresentou a sugestão “revolucionária”: minimizar as regras e torná-las transparentes. A complicada relação entre preços cambiantes, graças à erosão diária do cruzeiro real, e a URV seria explicada à população. Isso batia com o que eu mais acreditava: a pedagogia democrática. Nada seria secreto. Nós anteciparíamos os principais passos do que iria ocorrer e mostraríamos que se tratava de um processo e não de um ato milagroso. Portanto, haveria que trabalhar com o tempo e tornar o povo partícipe ativo desse processo. Riscos havia: se os meios de comunicação não atuassem para ajudar nas explicações, se

nós não fôssemos capazes de certo didatismo, se a descrença vencesse antes da troca de moeda (quer dizer, antes de a URV transformar-se em real), perderíamos a guerra. Preferi, no entanto, correr esse risco e não fazer um plano apenas tecnocrático (CARDOSO, 2006, p.174-175) – *grifos nossos*.

A aposta, segundo FHC, era no somatório entre informação adequada e liberdade de escolha, que apresentaria bom resultado. Mas, apesar de o delineamento do programa de estabilização ter sido apresentado em dezembro de 1993, o ceticismo da sociedade brasileira continuava. Somava-se a isso o espectro da candidatura de FHC à Presidência, que começava a aparecer. Assim, foi mesmo depois de 19 de janeiro de 1994 que o Congresso começou a aprovar, por etapas e com alterações, as principais medidas do Plano Real (*ibid.*, p.192).

As decisões foram sendo tomadas até as vésperas do lançamento da nova moeda, naquele 1º de julho de 1994, quando FHC já estava afastado do Ministério da Fazenda para ser candidato à Presidência da República. Nesse contexto, a preservação da ordem jurídica teve um peso enorme. Assustava a toda a equipe o fantasma das ações na justiça contra o governo, geradas, nos planos anteriores, por falta de pleno fundamento legal nas decisões (*ibid.*, p.181).

6.2.1 A cobertura jornalística: dimensões técnicas e políticas

A questão cambial ainda era um ponto de divergência, entre os membros da equipe do Plano Real, a um mês de a nova moeda entrar de fato em vigor, substituindo a URV. Buscava-se um gancho, uma âncora, que desse sustentação e credibilidade ao real logo de partida. Quatro semanas antes de ele entrar em vigor, não havia ainda na equipe um consenso sobre a âncora na qual deveria se firmar. Depois de inúmeras discussões, o grupo acabou optando pelo sistema que depois se revelou o mais difícil de ser sustentado: a fixação de uma meta, baseada na média trimestral, para a emissão de moeda, no fim do primeiro trimestre de 1995, com metas trimestrais intermediárias para setembro e dezembro de 1994 (PRADO, 2005, p.250).

Não havia muita convicção na equipe do real de que a fixação de metas monetárias trimestrais, ainda que definidas por lei, funcionaria. Mas não havia a menor dúvida de que, uma vez decidida, a fixação teria de ser convincente. A saída seria postergar. Não por acaso, a primeira grande meta apontava para o primeiro trimestre de 1995.

Era preciso sinalizar com um horizonte mais largo para transmitir a sensação de que o plano era sólido e que seus formuladores confiavam no sucesso em longo prazo. Além disso, a meta estava sendo fixada, politicamente, no escuro, já que ninguém podia saber quem ocuparia a cadeira de presidente da República em março de 1995. Mais um motivo para dar ao mercado e aos formadores de opinião a idéia de que o plano era consistente. E a equipe atuou sem considerar o chamado “efeito Lula”. Afinal, todos trabalhavam para ver FHC na Presidência e alguns dos economistas eram filiados ao PSDB (*ibid.*, p. 252).

No dia 31 de maio, houve uma reunião no gabinete de Pedro Malan no Banco Central, em Brasília, com a participação de alguns diretores, e a equipe chegou aos pontos que, a rigor, definiriam o coração da política cambial seguida pelo Plano Real. No dia 1º de junho, Ricupero apresentou os pontos à nação e anunciou para os jornalistas: “O câmbio ficará estável por tempo indeterminado a partir de 1º de julho; isto significa que a paridade entre o real e o dólar norte-americano será de um para um, na posição do câmbio de venda do Banco Central” (*ibid.*, p.254).

Também anunciou que seriam definidos limites quantitativos para a emissão de moeda e tranqüilizou os poupadores, dizendo que a intenção do governo era estimular as aplicações em cadernetas de poupança. Falou, ainda, sobre o esquema montado para a troca física da moeda. De todos os planos de estabilização lançados desde 1986, o real foi o único a fazer a troca efetiva e imediata do numerário. A moeda brasileira – tanto as cédulas como as moedas metálicas – passou por uma mudança completa, não só de nome, mas também de cara. Todo o meio circulante do país foi substituído, em uma verdadeira operação de guerra (*ibid.*, p.255).

A troca imediata do dinheiro, certamente, fez parte da estratégia de associar uma imagem de moeda forte ao real, como um símbolo da nação que, daquela vez, teria vindo para ficar, ao contrário dos padrões monetários anteriores. Esse foi um dos rituais de construção da credibilidade do Plano Real, junto com a postura de aparente transparência que a equipe adotou para conduzir o processo de transição para o pacote.

A coerência do discurso foi um dos pontos de sustentação do Plano Real, na avaliação da jornalista Maria Clara Prado (2005), que trabalhou junto com a equipe de economistas na parte de comunicação do governo:

A sociedade precisa perceber que a intenção de estabilizar é forte e que será perseguida com tenacidade. Essa percepção é fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de estabilização. A construção de um

ambiente de expectativas favoráveis não pode ser feita artificialmente, com marketing. Acabar com a hiperinflação é diferente de vender um sabonete, um pacote turístico ou a imagem de um político. (...) No caso do Plano Real, optou-se pela naturalidade no processo de informação e pela transparência. Cada passo era fartamente divulgado com antecedência, de modo que não houvesse surpresas. Era esse o grande diferencial que se tinha para evitar desde o início qualquer contaminação perversa que o Real pudesse sofrer do Plano Collor, que pegou todos desprevenidos e causou um enorme trauma no país. O alvo do Real não era simplesmente derrubar a inflação. Ia muito além. Buscava acabar com a inércia inflacionária que durante anos corroeu a renda dos mais pobres, sem acesso aos mecanismos da correção monetária (PRADO, 2005, p.260-261) – grifos nossos.

Qual foi o tratamento que os dois jornais pesquisados deram ao Plano Real, com relação às suas dimensões técnicas e políticas, em sua cobertura? Como as notícias ajudaram a construir uma “realidade” sobre o sistema econômico? Como os meios de comunicação ajudaram no processo de credibilidade desse plano? É pertinente refletir sobre a mídia como um agente discursivo do sistema econômico, inclusive na construção de verdades sobre ele.

A construção da verdade passa pela linguagem, que fornece os termos pelos quais o mundo passa a ser conhecido. Sistemas de valores, conceitos e mesmo noções aparentemente simples sobre as coisas e fatos do dia-a-dia se tornam a base do sistema sobre o qual os vários discursos – como o social, o político, o econômico e o cultural – são construídos.

A constituição da palavra e o seu uso estão associados ao poder, que produz realidade, campos de objetos e rituais de verdade. “A palavra, a linguagem, é alvo do exercício de poderes que a controlam; os poderes não incidem apenas sobre os corpos, mas também sobre as palavras”, como afirma Michel Foucault (2005). Os rituais de verdade são a forma mais superficial e mais visível dos sistemas complexos de restrição dos discursos. A troca e a comunicação são figuras positivas que atuam no interior desses sistemas.

O ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados). Define também os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção (FOUCAULT, 2001). “Os discursos religiosos,

judiciários, terapêuticos e, em parte também, os políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos” (FOUCAULT, 2001, p.38-39).

A construção dos discursos, o uso da palavra e, em consequência, a construção de verdades estão relacionados, portanto, com o poder. O discurso não é, segundo ressalta Foucault (*ibid.*, p.10), aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar. “Nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos” (*ibid.*, p. 49).

E os meios de comunicação, como emissores essenciais de discursos sobre e para a sociedade, contribuem para a construção de verdades. A mídia se envolve ativamente na construção do mundo social. Ao levar imagens e informações para indivíduos situados nos mais distantes contextos, modela e influencia o curso dos acontecimentos e cria outros que poderiam não ter existido em sua ausência (THOMPSON, 2002, p. 102).

Os veículos de comunicação, aqui representados pelos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, contribuíram para a construção da credibilidade do Plano Real, na medida em que divulgaram amplamente os discursos das fontes oficiais e apoiaram o pacote em seus textos opinativos. Na parte informativa do noticiário, falaram sobre e defenderam o Plano Real o presidente, ministros, equipe econômica do governo e diretores do Banco Central. Os primeiros responderam, principalmente, pelas dimensões políticas do pacote e os outros, pelas dimensões técnicas.

Como ocorreu nos planos anteriores, o presidente falou diretamente à nação para anunciar oficialmente a implantação do real, na véspera, dia 30 de junho de 1994, e conclamou o povo a ajudar o novo plano a dar certo. O pronunciamento, de seis minutos, foi feito em cadeia nacional de rádio e televisão.

O Globo de 1º de julho de 1994 teve como manchete “Começa a guerra real X inflação” e recorreu, como na época do Cruzado, à retórica de luta contra aquele que continuava a ser o maior inimigo da população (*ver Ilustração nº 62*). Essa edição trouxe a matéria “Itamar pede ajuda popular para garantir êxito do Real”, que teve como sub-retranca o discurso, na íntegra, com o título “O real é conquista do povo”.

O presidente enfatizou que o governo não aceitaria e nem permitiria que interesses particulares se sobrepusessem aos “superiores direitos da coletividade”. Como nos

lançamentos dos planos anteriores, o discurso do Executivo foi concentrado na defesa do interesse nacional e de aquele plano marcava uma “nova” fase da economia brasileira.²⁷⁵

A *Folha* dessa data trouxe a manchete “Real começa a circular; preços dispararam na virada da moeda”. O segundo caderno do jornal, espaço da editoria de economia, foi publicado com o nome “Real” e dedicado totalmente às matérias sobre o plano. As páginas traziam um selo com o mesmo rosto gravado na moeda. No dia 1º de julho, a matéria principal da editoria foi “Preço dispara na virada do real”. Essa matéria registrou os aumentos de cesta básica antes da entrada em vigor da nova moeda e foi seguida de uma tabela com o detalhamento das medidas econômicas. Como na cobertura dos pacotes anteriores, os jornais publicaram gráficos para simplificar a explicação sobre as mudanças.

Os periódicos divulgaram as principais medidas do Plano Real, baixado por meio de Medida Provisória de 30 de junho de 1994: mudança na unidade monetária, que passou a ser denominada “real”, sendo que a paridade entre ela e o cruzeiro real foi fixada em R\$ 1,00 igual a CR\$ 2.750,00; autorização ao Banco Central de emitir, entre junho de 1994 e 31 de março de 1995, até R\$ 9,5 bilhões, podendo o Conselho Monetário Nacional alterar esse valor em até 20%; limitação da correção monetária contraída a partir de 1º/07/1994 à variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor em Reais (IPCR). Embora não tenha sido instituída a livre conversibilidade do real em dólar, o lastro de emissão de reais foi composto por parcela das reservas internacionais disponíveis em moedas estrangeiras e em ouro monetário, expressas suas equivalências em dólares na paridade de R\$ 1,00 igual a US\$ 1,00 (SANDRONI, 2005, p.655).

Outra voz oficial, que fazia a defesa do plano e o utilizou largamente como uma plataforma para ser eleito presidente da República, foi FHC. No dia 1º de julho, já afastado do cargo de ministro e se apresentando como candidato do PSDB à Presidência, ele deu uma entrevista pingue-pongue para *O Globo*, publicada com o título “FHC – pacote para reorganizar o estado” (Economia, p.22).

As esferas política e econômica se misturam nessa narrativa, pois o candidato ao mais importante cargo público do país falava sobre o Plano Real e se colocava como o “pai” do pacote, mesmo não sendo economista.

²⁷⁵ Na editoria de economia de *O Globo*, de 1º de julho de 1994: “O Brasil entra na fase do real” (p.15).

O noticiário sobre o Plano Real não se restringiu às páginas de economia dos jornais, tendo ocupado também o espaço destinado à política, com notícias sobre pronunciamentos do presidente Itamar e do ministro Ricupero, de aferição da opinião pública sobre o pacote e, principalmente, notícias relativas aos desdobramentos da disputa pela Presidência da República. Sobre esse aspecto, Kucinski (2000, p. 129) afirma que o Plano Real foi concebido com o objetivo central de vencer a eleição presidencial, sendo “cronometrado para produzir o máximo de efeitos benéficos às vésperas das eleições, incluindo uma espetacular troca de moeda”.²⁷⁶

Na entrevista que FHC deu ao jornal *O Globo* do dia 1º de julho, ele admitia que a inflação era um fato importante para a decisão da eleição e que, se eleito, trabalharia para garantir as reformas necessárias para a continuação do novo plano.

O real se tornou, inevitavelmente, o tema principal do embate entre os candidatos à Presidência e virou principal argumento de seus discursos, conforme registraram os jornais pesquisados. Na *Folha* do dia 2 de julho de 1994, a título de ilustração, essa discussão apareceu na matéria “Plano Real vira principal peça de retórica eleitoral”. O uso do pacote como estratégia política foi recorrente na campanha dos candidatos FHC e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), como podemos ver, por exemplo, na matéria do diário paulista do dia 6: “FHC chama Lula de ‘candidato’ da inflação”. FHC foi mais agressivo nessa estratégia, chegando a prometer, como candidato, que os juros iriam abaixar, mesmo não estando mais no governo naquele momento.²⁷⁷

²⁷⁶ O potencial eleitoral dos planos de estabilização já havia sido demonstrado na Bolívia e na Argentina. Em ambos os países, o eleitorado, aliviado de imediato por uma estabilização de preços, mudou radicalmente sua postura eleitoral (KUCINSKI, 2000, p. 129-130).

²⁷⁷ Na editoria Brasil, da *Folha* de 2 de julho de 1994: “Plano Real vira principal peça de retórica eleitoral” (p.1-4); do dia 5: “Lula e FHC preparam guerra de índices” (p.1-7); do dia 6: “FHC chama Lula de candidato da inflação” (p.1-6); do dia 8 de julho: “FHC promete queda na taxa de juros” (p.1-5).

FOLHA DE S. PAULO

30-1

BALANÇO DA PRIMEIRA FASE

ON MELHOR	O DESTAQUE DO BRASIL	O ATUADOR
Maradona (Argentina) Mais 7,6 segundo a Jorl Folha	Romário Mais 6,6 segundo a Jorl Folha	Salento (Brasil) Com 6 gols em três jogos

30 lutas por jogo, em média, foram cometidas. Na Copa de 1990, foram 39	2,6 gols por jogo foram marcados. Na Copa de 1990, foram 2,3 gols por jogo
-----------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------

81% é o índice de punição contra o Brasil. Em 1990, foi de 77% em 20 jogos	7 jogadores foram expulso. Em 1990, foram cinco
--------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------

Abraçada a paralamita da Fifa, Maradona deixa o gramado para fazer o exame antidoping após a vitória sobre a Nigéria no sábado. Copa 94

Doping tira Maradona do futebol pela 2ª vez

Diego Armando Maradona, 33, está fora da Copa do Mundo, e afastado do futebol por tempo indeterminado. O jogador argentino foi suspenso pela Fifa devido ao uso de substâncias proibidas. Exame antidoping após a vitória da Argentina sobre a Nigéria, sábado, detectou cinco substâncias na urina do jogador; dois deles vetados pela Fifa. A controvérsia foi positiva. Maradona será punido por conta própria medicamento para debilitar as vias respiratórias. Mas Michel D'Hooghe, chefe da Comissão Médica da Fifa, disse que ele pode ser feito "culpado" de reatuação. A Argentina não terá punido. Comissão da Fifa vai julgar Maradona depois da Copa, em data a ser anunciada, e levará em conta seus antecedentes. Em 91, o jogador foi suspenso por 15 meses na Itália devido a uso de cocaína. A delegação argentina não quis comentar o assunto. "Não flet", definiu-se Maradona, permanecendo nos EUA. Copa 94

Parreira pode mudar time contra os EUA

MÁRIO MAGALHÃES
Especialista em Los Gatos

O técnico Parreira disse que vai mudar o meio-campo da seleção no jogo contra os EUA, segunda. Ele pode optar por Mazinho no lugar de Mauro Silva ou pela saída de Zé não para a entrada de Branco — o lateral Leonardo jogaria na posição de Zinho. PÁG. 44

Real começa a circular; preços dispararam na virada da moeda

R\$ 1,00 = 1 URV = CR\$ 2.750,00

Uma real é igual a uma URV, que equivale a dois centavos e cinquenta cruzeiros novos.

COMO FICAM OS BANCOS

Hoje, a 1ª de julho, os bancos vão para o mercado com notas por reais e para saques de até R\$ 100 por meio de cartão magnético ou cheque. Agências que abrem às 8h ou 9h fecham uma hora mais tarde. Agências que abrem às 10h ou 11h abrem uma hora mais tarde.

ALUGUELA

Além da taxa de câmbio, os bancos vão cobrar taxa por real.

HISTÓRICO ANUAL DO DÓLAR

Dólar (US\$ 1)

Além da taxa de câmbio, os bancos vão cobrar taxa por real.

CEBES

Os bancos vão cobrar taxa por real.

O ministro Rubens Ricupero mostra a repórteres alguns recibos recebidos de um consumidor que o procurou para reclamar de compras não pagas nos últimos dias. PáG. 2-3

★ Medida provisória prevê contenção dos gastos federais

★ Governo amplia o limite da circulação da nova moeda

O presidente Itamar Franco anunciou em reunião ministerial o lançamento do real, que começa a circular hoje. R\$ 1,00 vale CR\$ 2.750,00. Em pronunciamento de sete minutos, Itamar disse que o plano não provocará recessão.

Os preços dispararam na virada da moeda. A cesta básica teve alta recorde em junho — 61,84% em cruzeiro real e 10,39% em URV, apontaram o Procon e o Diário de São Paulo. A perda do salário em relação à cesta chega a 11,40% nos últimos quatro meses. A Folha apurou que a inflação da Fazenda é congelada o câmbio até dezembro para baixar preços.

Foi ampliado o limite de moeda em circulação para R\$ 9,5 bilhões até março de 95, com possível expansão de 20%. A medida provisória prevê contenção de gastos, e proíbe a União de avaliar empréstimos. Estados e municípios.

A medida provisória autoriza que contratos de aluguel tenham seu valor revisado a partir de janeiro de 95. Real

TIRE SUAS DÚVIDAS

Aluguel

Aluguel passou a ser cobrado em reais. A medida vale a partir de 1º de julho.

Se tenho um contrato de aluguel em cruzeiros, como fica a minha situação a partir de hoje?

Se o contrato for em cruzeiros, você precisa pagar o aluguel em reais. Se o contrato for em reais, você continua pagando em reais.

Se tenho um contrato de aluguel em reais, como fica a minha situação a partir de hoje?

Se o contrato for em reais, você continua pagando em reais.

Se tenho um contrato de aluguel em reais, como fica a minha situação a partir de hoje?

Se o contrato for em reais, você continua pagando em reais.

Para a ONU, Aids avança 60% em 1 ano

A Organização Mundial da Saúde, órgão da ONU, estima que o número de doentes com Aids cresceu 60% nos últimos 12 meses e chegou a 4 milhões de pessoas. Mantida esta taxa, 41 milhões estarão com a doença em 1999. PÁG. 1-9

DOMINGO

Fascículo ensina a ter negócio

A Folha traz domingo o primeiro dos cinco fascículos da série "Seu Negócio na Nova Era". Eles ensinam a abrir e administrar uma pequena empresa em sinergia com as tendências do final do século.

Opinião da Folha

Leia na pág. 1-2 os editoriais "Cor na real", sobre a entrada em vigor da nova moeda e "O contramão", sobre medidas provisórias que ainda afetam os debates de grandes temas.

Folha aleneça tiragem recorde

A Folha circula hoje com 518.205 exemplares. Essa tiragem é recorde para os dias de semana.

ORIENTE-SE

Para quem quer saber mais sobre o Brasil, veja o guia "Oriente-se" na pág. 3-4.

Serviços

Veja na pág. 5-6 os serviços oferecidos pela Folha, como o "Folha 24 Horas" e o "Folha 360".

Plano é cheque em branco ao governo

ROBERTO CAMPOS
Especialista em Política

A medida pela qual o Plano Real foi conduzido criou graves problemas. Não há um plano provisório claro. Existe um cheque em branco do Congresso para o governo. PÁG. 2-8

Sucesso de grande de atos corriqueiros

RUBENS RICUPERO
Especialista em Política

O sucesso do real depende do comportamento e das decisões de cada indivíduo nos atos corriqueiros: comprar, vender, pagar, salvar, prever e atuar. PÁG. 1-3

César Maia é o prefeito com pior avaliação

O Datafolha mostra que César Maia (PMDB-RJ) tem a pior avaliação entre os prefeitos das dez principais capitais brasileiras. Sua administração é considerada ruim ou péssima por 56% dos entrevistados — eram 50% em dezembro. Jair Bolsonaro (sem partido), de Recife, é o melhor avaliado. Ele está com 67% de aprovação. PÁG. 3-1 e 3-3

Bisol desiste de retirar emenda que o favorece

O senador José Paulo Bisol (PSB-RS), vice de Lula Inácio Lula da Silva (PT), desistiu de retirar emenda ao Orçamento de 94 que beneficiaria sua fazenda em Curitiba (PR). Bisol pediu a políticos da região que obtivessem absolvição de líderes partidários para evitar as emendas propostas, porque não pode "sustentar sozinho" as despesas. PÁG. 1-8

Em *O Globo*, o plano ocupou páginas da editoria O País, com a discussão do pacote como instrumento de campanha eleitoral. No dia 3 de julho, por exemplo, o jornal publicou a matéria “Uma moeda no caminho das urnas”, com o antetítulo “O governo criou com o real o primeiro grande fato da eleição, animando FH e preocupando seus adversários”. Essa matéria é ilustrativa do contexto de disputa eleitoral daquele momento e trouxe os posicionamentos dos principais candidatos a respeito do Real. FHC associou diretamente o pacote à sua candidatura. Talvez nenhuma declaração possa ser mais emblemática do que a seguinte, feita pelo candidato do PSDB na ocasião: “Todos os que estão contra mim estão contra o Plano Real, contra o Brasil. Nós sabemos o que fazer com o país porque já fizemos” (grifos nossos).

A cobertura jornalística deu voz a diversos atores políticos e os principais candidatos à Presidência trocaram farpas por meio das matérias dos jornais. Leonel Brizola (PDT) foi um dos opositores declarados do Plano Real e de seu uso político por FHC. Ele disse, em uma das matérias, que queria “derrotar o governo Itamar” e chamou FHC e Lula de “o diabo e a coisa ruim”.²⁷⁸ Em “Uma moeda a caminho das urnas”, matéria de *O Globo*, Brizola destacou: “O Real é a maior tapeação que já se fez neste país. É um congelamento de moedas”.

Já o candidato do PMDB à presidência, Orestes Quércia, também foi crítico com as medidas do Plano Real e destacou: “Esse plano é uma violência. Vai segurar a inflação só artificialmente”. Ao longo da cobertura, o discurso de Quércia era que o governo Itamar teria dificuldades para controlar os preços e isso prejudicaria o plano.²⁷⁹ Para opositores de FHC, logicamente, o discurso era de que o real iria “quebrar o país”.²⁸⁰

Em matéria de *O Globo*, já citada, Lula disse que o plano cheirava a estelionato eleitoral: “Funcionará em curto prazo e, depois, seja o que Deus quiser. Vão congelar a miséria”. Durante a campanha, Lula tentou conter o efeito eleitoral de implantação da nova moeda, reforçando o discurso de que a mudança provou aumento do custo de vida.²⁸¹ Na *Folha*, a discussão política sobre o Plano Real ocupou bastante espaço no primeiro mês de sua vigência.²⁸²

²⁷⁸ Na editoria Brasil, da *Folha* de 2 julho de 1994: “Brizola diz que FHC usa plano econômico” (p.1-6); do dia 6: “Brizola diz que quer derrotar governo Itamar” (p.1-6).

²⁷⁹ Na *Folha*, de 6 de julho de 1994: “Para Quércia, governo não vai conter preços” (Brasil, p.1-6).

²⁸⁰ Na *Folha*, de 17 de julho de 1994: “Para opositores de FHC, Real vai ‘quebrar’ país” (Brasil, p.1-7).

²⁸¹ Em *O Globo*, de 4 de julho de 1994: “PT prepara contra-ataque ao real” (O País, p.3).

²⁸² A título de exemplo, podemos citar a edição do dia 7 de julho de 1994, que teve muitas matérias nesse sentido, na editoria de Brasil: “Eleitor aprova Plano Real; cai intenção de voto em Lula” (p. 1-4); “Garantia de candidato” (chapéu ou antetítulo): “FHC diz que Itamar não pretende congelar preços” (p.1-5); “FHC vai ao segundo turno contra Lula” (p. 1-8); “Pesquisa DataFolha (chapéu ou antetítulo): eleitores de Lula aprovam Plano Real” (p.1-9).

Ricupero acabou deixando o cargo duas semanas antes das eleições, assim que se tornou pública uma conversa informal sua com o jornalista da *Rede Globo* Carlos Monforte, revelando alguns detalhes sobre o Plano Real, quando se preparava para entrar ao vivo no *Jornal da Globo*. Enquanto esperavam o início das gravações, o bate-papo entre os dois foi captado acidentalmente por algumas antenas parabólicas domésticas que estavam na mesma frequência do sinal emitido via satélite pela Embratel (MEMÓRIA GLOBO, 22004, p.280; PRADO, 2005, p.343-355)

O episódio ficou conhecido como “Escândalo das parabólicas”. O sinal do link via satélite que transmitiria a entrevista já estava aberto, e os lares cujas antenas parabólicas estavam sintonizadas no canal privativo de satélite da *Rede Globo* captaram a conversa informal do ministro com o jornalista (que também é cunhado de Ricupero; a irmã do jornalista é mulher do ex-ministro). Uma das partes mais polêmicas de sua fala foi: "Eu não tenho escrúpulos: o que é bom a gente fatura, o que é ruim a gente esconde".

O incidente resultou em um pedido público de desculpas do ministro e, posteriormente, no seu pedido de demissão. O fato foi um forte golpe na campanha presidencial de FHC, mas não o bastante para tirá-lo das primeiras colocações nas pesquisas.

Esse episódio deixou clara a natureza da operação para alavancar o Plano Real e o apoio ao candidato FHC, na avaliação de Kucinski (1998):

O Plano Real, de estabilização monetária, foi cientificamente cronometrado para atingir a mínima inflação às vésperas do primeiro turno e, portanto, para eleger FHC, conforme instruções detalhadas passadas a Fernando Henrique por Domingo Cavallo, o ministro da Economia da Argentina e um dos principais quadros do projeto neoliberal. Seu aspecto diabólico estava na elevação de preços nos dias imediatamente anteriores à introdução do Real, de forma que nas semanas subseqüentes seria possível anunciar até mesmo a queda de preços, deflação. Haveria deflação já em agosto ou em setembro. (...) Aos meios de comunicação coube o papel estratégico de alavancar o Real como última chance de emplacar o candidato FHC (KUCINSKI, 1998, p.125).

Kucinski registra que, nessa operação, grandes bancos e empresas estatais lançaram uma campanha de propaganda do Real de cerca de R\$ 22 milhões, contratando as cinco melhores agências do país. Ele analisa o papel do jornalismo de economia nesse período:

O tratamento eufórico e acrítico de pacotes econômicos do governo já faz parte da tradição do jornalismo econômico no Brasil; no Plano Real esse comportamento apenas atingiu novo patamar. Houve ainda a propaganda tanto subliminar como direta do Real durante a cobertura da Copa do Mundo. Paralelamente, deu-se uma notável e súbita marginalização dos economistas de oposição nos debates e entrevistas de avaliação do Real, especialmente na TV, denotando um esforço no sentido de manter o monolitismo do discurso do sucesso “indiscutível” do Real. Como repetiu todas as noites o jornalista Boris Casoy, “O Real é indiscutivelmente um sucesso” (KUCINSKI, 1998, p.126) – *grifos nossos*.

Os jornais pesquisados registraram a diminuição da vantagem de Lula após a entrada da nova moeda, que depois se comprovou, de fato, nas urnas.²⁸³ FHC venceu as eleições, no primeiro turno, com 54% dos votos – 35,9 milhões entre 67,6 milhões dos votos válidos (CARDOSO, 2006, p.204).

Ao dar entrevista sobre seu governo, em 2005, Itamar Franco falou sobre a primeira eleição de FHC ter ocorrido em função do Plano Real:

A eleição de Fernando Henrique Cardoso dependeu do Plano Real, sobretudo. Pode ele não gostar, porque costuma dizer que ele é quem fez o Plano Real. Não discuto nem brigo: um dia vão ver que a assinatura não foi a de Fernando Henrique. Porque muitos trabalharam no Plano Real: Paulo Haddad, Gustavo Krause, Eliseu Resende, Fernando Henrique Cardoso e o grande sacerdote do plano, o ministro da Fazenda, Rubens Ricupero. Lamentavelmente, o ministro teve de sair, pelas condições que todo o Brasil conhece. Depois, veio o ministro Ciro Gomes, a quem muito devo também. Mas, naquele instante, Fernando Henrique se agarrou ao Plano Real. Como o plano não era uma planta de beira de rio, que vai embora na primeira enchente, Fernando Henrique ficou agarrado a ele. Assim, elegeram-se, independentemente de todas as qualidades que tenha (*grifos nossos*).²⁸⁴

²⁸³ Na *Folha*, de 10 de julho de 1994: “Diminuiu a vantagem de Lula após a entrada do real” (p.1-4); no dia 15: “Real faz FHC ficar a nove pontos de Lula” (p.1-8); no dia 17: “Plano Real impulsionou a candidatura de FHC” (p.1-4).

²⁸⁴ Entrevista de Itamar Franco concedida ao jornalista Geneton Moraes Neto para o programa *Fantástico*, da *Rede Globo*, em 2005, e registrada na íntegra no livro *Dossiê Brasília - Os segredos do presidente* (2005).



CADERNO ESPECIAL MOSTRA COMO SERÁ O GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE

FHC É PRESIDENTE



FHC acena a simpatizantes na chegada ao colégio Alberto Levy (SP); após votar foi de jatinho a uma fazenda da construtora Camargo Corrêa em Jaú e, de lá, seguiu para local ignorado

Boca-de-urna aponta vitória do tucano no primeiro turno

BRASIL

Opinião da Folha

Leia na pág. 1-2 os editoriais "FHC", sobre a vitória do candidato; "Governo e serviços sociais", acerca dos preceitos; e "Teste decisivo", comentando a economia.

ORIENTE-SE

DINHEIRO (R\$100) **Índice**

POUPANÇA	2,76385	UPR	R\$ 9,4308
DÓLAR*	Cotação de 3001,00 R\$		
Paralelo	0,57 / 0,58		
Turismo	0,55 / 0,56		
Libra	0,552 / 0,554		

* Compra e venda de moedas

BOLSA

SP	+87,46	R\$	+1,82
----	--------	-----	-------

TEMPO EM SP **Índice**

Brasil

Próximas previsões: **19°** / **25°**

Ontem: 20,8° / Hoje: 20,8°

18 em São: 18° / 11 em São: 28°

Seções

1. Brasil	2. São Paulo
3. Opinião	4. Economia
5. Política	6. Esportes
7. Cultura	8. Meio Ambiente
9. Saúde	10. Tecnologia
11. Educação	12. Turismo
13. Direito	14. Internacional
15. História	16. Opinião
17. Economia	18. Opinião
19. Opinião	20. Opinião
21. Opinião	22. Opinião
23. Opinião	24. Opinião
25. Opinião	26. Opinião
27. Opinião	28. Opinião
29. Opinião	30. Opinião
31. Opinião	32. Opinião

Esta edição tem 110 páginas

527.631 exemplares



Com um crânio na orelha, Lula estende bandeira do PT na sacada da casa do filho Marcos em São Bernardo (SP); ele atirou pétalas da flor no público na rua - Pág. 5

O RESULTADO DA PESQUISA DE BOCA-DE-URNA

Em % do total de votos

PARA GOVERNADOR

CEARA	46
Paraná (PDS)	31
Paraná (PDS)	31
Paraná (PDS)	31
Paraná (PDS)	31
Paraná (PDS)	31

PARA PRESIDENTE

FHC (PSDB)	47
Lula (PT)	24
Briza (PFL)	6
Queluz (PRD)	5
Briza (PDT)	4
Amorim (PFL)	2
Clayton (PDS)	1
Fortuna (PSC)	1
Em branco/sem voto	15

FOLHA INFORMAÇÕES

Presidência: governador e senador em SP: PS e PT

Ligue para saber:

224-4007

224-4023

Atualização das votações a partir das 18h

* Pesquisa feita pela Folha de São Paulo

Fernando Henrique Cardoso, 63, é o virtual sucessor de Itamar Franco. O Datafolha indica que o senador do PSDB obteve 55% dos votos válidos, o que elimina a necessidade de segundo turno. Ele será o 38º presidente da República e o primeiro sociólogo a ocupar o cargo. Seu mandato de quatro anos começa em 1º de janeiro.

O presidente eleito nasceu no Rio. É casado há 41 anos com a antropóloga Ruth Corrêa Leite Cardoso. Tem três filhos e quatro netos. Professor universitário, foi aposentado compulsoriamente pelo governo militar em 1969.

Fernando Henrique iniciou a carreira política no antigo MDB. Foi suplente de Franco Montoro no Senado. Assumiu a vaga em 1983. Pelo PMDB, perdeu para Jânio Quadros a prefeitura paulistana em 1985. No ano seguinte elegeu-se senador por São Paulo. Fundou o PSDB em 1988.

No governo Itamar, foi ministro das Relações Exteriores e depois da Fazenda. Em maio saiu candidato pela coligação PSDB-PFL-PTB. Antes lançou o Plano Real, que reduziu a inflação e garantiu a vitória nas urnas.

O programa de FHC dá continuidade ao plano. Define como prioridades as reformas tributária e da Previdência, o enxugamento do Estado e um projeto de renda mínima.

Após sair de casa para votar, o tucano defendeu "diálogo permanente" entre o futuro governo e as forças políticas.

Luiz Inácio Lula da Silva, o segundo colocado, disse que FHC terá "menos autoridade moral do que alguém eleito com base num processo totalmente limpo".

É a segunda vez que o candidato do PT perde uma eleição presidencial. Em 1989, foi derrotado no segundo turno por Fernando Collor, afastado por corrupção.

O primeiro turno da votação para presidente, governadores, Congresso e Assembléias Legislativas foi tranquilo. O eleitor não enfrentou filas e houve pouca boca-de-urna. A apuração começa às 18h. Leia a cobertura completa nas 22 páginas de Superdeleição e no especial Governo FHC.

Disputa em SP deve ir ao segundo turno

PÁG. Esp. 13

A predominância das vozes oficiais apareceu em quase todas as edições dos jornais analisadas. Na cobertura de economia, as fontes de informação são, principalmente, as oficiais e os especialistas, no caso os economistas, operadores de mercado, empresários e profissionais da área de finanças. Tais fontes disputam o espaço das páginas dos jornais, na construção dos discursos sobre o campo econômico, e são as vozes que têm mais força – mais visibilidade – nessa cobertura.

De um lado, o governo, representado pelo presidente da República, ministros e representantes do BC, fala, quase sempre de forma positiva, sobre suas ações. De outro lado, estão os especialistas do campo econômico, que fazem análise com base em um conhecimento específico e que, muitas vezes, aparecem representando o mercado, uma grande entidade que congrega várias vozes. A editoria de economia de *O Globo* trouxe exemplos de uso desse termo como uma grande voz formada por múltiplas vozes, com as matérias “Mercado deverá abrir hoje com juros nominais de até 8%”, no dia 4 de julho, e “Plano deixa mercado otimista”, no dia 31. Na editoria Dinheiro, da *Folha* do dia 24, outro exemplo: “O mercado já se ajusta à inflação zero”.

Em sentido geral, o termo mercado designa um grupo de compradores e vendedores, em contato, para que as trocas entre eles afetem as condições de compra e venda dos demais. Um mercado existe quando compradores que pretendem trocar dinheiro por bens e serviço estão em contato com vendedores desses mesmos bens e serviços. Ele pode ser entendido como o local, teórico ou não, do encontro regular entre esses agentes de uma determinada economia. Concretamente, é formado pelo conjunto de instituições em que são realizadas transações comerciais (feiras, lojas, Bolsas de Valores ou de Mercadorias, etc.) e se expressa, sobretudo, na maneira como se organizam as trocas realizadas em determinado universo por indivíduos, empresas e governos (SANDRONI, 2005, p.528-529).²⁸⁵

Com relação às dimensões técnicas da cobertura jornalística, os economistas do Plano Real apresentaram-se no noticiário dando suporte ao ministro Ricupero, que, junto com o presidente, foi a fonte que mais apareceu falando oficialmente sobre as medidas.

Outros economistas comentaram as medidas do Plano Real, em matérias de repercussão. O ex-ministro Mário Henrique Simonsen foi uma das fontes ouvidas. Ele

²⁸⁵ A formação e o desenvolvimento de um mercado pressupõem a existência de um excedente econômico intercambiável e de certo grau de divisão e especialização do trabalho. Historicamente, isso ocorre nas cidades européias no final da Idade Média. Com a formação regular do excedente, a antiga economia natural ou de subsistência passa a ser substituída por um mecanismo de mercado, formado pela oferta de bens e serviços e pela demanda (ou procura). Da interação desses elementos, surge um sistema de preços que vai orientar a economia no sentido do aumento ou da redução da produção (SANDRONI, 2005, p. 528-529).

declarou, em uma entrevista pingue-pongue publicada na editoria de economia de *O Globo* de 2 de julho, que estava “cautelosamente otimista”.

No balanço do primeiro mês do plano, a editoria de economia de *O Globo* de 31 de julho apresentou as avaliações de oito renomados economistas sobre o andamento do pacote de estabilização, na matéria “Real passa no teste do primeiro mês” (p.55). O jornal carioca ouviu Simonsen mais uma vez, além de Maria da Conceição Tavares (ex-musa do Cruzado), João Paulo dos Reis Velloso, Roberto Campos, Dionísio Carneiro, Paul Singer, Daniel Dantas e Affonso Celso Pastore.

Eles destacaram, nos pontos positivos, a forma tranqüila como aconteceu o processo de substituição da moeda, a queda no consumo e a receptividade favorável. Como ameaças ao pacote, citaram as pressões por aumento de salários e de tarifas públicas, que poderiam resultar em emissão de moeda.

6.2.2 Consumidores no noticiário do Plano Real: mudança de comportamento

Como os trabalhadores e os consumidores foram retratados na cobertura jornalística? Os trabalhadores e seus representantes apareceram de forma mais positiva que em planos anteriores. As matérias mostravam dirigentes sindicais admitindo que, com a queda da inflação, houve ganhos no poder aquisitivo. A preocupação registrada era se o Plano Real correria perigo nos três meses seguintes ao seu lançamento por causa da data-base para aumentos de salário de 2,7 mil trabalhadores. O receio era de um impacto dos reajustes salariais sobre os custos e preços.²⁸⁶

Os consumidores apareceram no noticiário sobre o campo econômico como representantes do povo, que têm um papel determinante em uma economia de mercado, em relação à compra e venda de bens e serviços. Um exemplo desse aspecto pode ser encontrado em *O Globo* de 31 de julho, em uma matéria com o título: “Reação do consumidor determina preços”.

A maior parte da cobertura jornalística de economia do período de transição para o real e entrada em vigor do plano foi voltada para a orientação ao consumidor, para a prestação de serviços, confirmando uma tendência já verificada na cobertura dos pacotes anteriores. Afinal, a partir de 1º de julho de 1994, começou um processo de aumento da capacidade de consumo da população. Dezenas de milhões de pessoas saíram da linha da

²⁸⁶ Na *Folha*, de 24 de julho: “Trabalhadores obtêm aumento de até 41%” e “2,7 mi têm dissídio em 3 meses” (Dinheiro, p.2-14); do dia 25: “Petroleiros reivindicam reajuste de 50%” (Brasil, p.1-8).

miséria e passaram a consumir novos produtos, com o controle da inflação. Nesse contexto, surgiram também novos leitores em potencial para os jornais.²⁸⁷

A década de 1990 consagrou o consumo no mundo, particularmente no Brasil. A estabilidade monetária conquistada pelo Plano Real, em 1994, inseriu o país no paraíso dos consumidores. Após sucessivas tentativas frustradas de debelar o dragão inflacionário, uma moeda forte por período longo impediu o advento da hiperinflação e, sobretudo, permitiu o estabelecimento de uma noção menos caótica de preço para as coisas. Com o valor menos volátil das compras, o dinheiro ficou mais tempo no bolso das pessoas e, das mãos delas, correu para o varejo.

As grandes compras mensais de supermercado deram lugar aos volumes menores e à periodicidade semanal. Foi nos primeiros anos do Plano Real que os brasileiros compraram mais carros, diversificaram seus cardápios e guarda-roupas e passaram a brigar pelo amplo direito de escolher em que gastar seus rendimentos (RIBAS, 2006, p. 69)

A cobertura jornalística vai refletir e registrar essa mudança de comportamento do consumidor nas matérias e em reportagens direcionadas a eles. No primeiro dia da vigência do plano, por exemplo, *O Globo* publicou o *Guia do Real*, um encarte de 15 páginas, com pequenas matérias acompanhadas de boxes, tabelas e infográficos, que detalhavam as medidas para o consumidor. A *Folha* de 30 de junho trouxe o seu *ABC do Real*, com a mesma finalidade.

Esse didatismo permaneceu ao longo da cobertura. A edição do jornal carioca do dia 3 de julho exemplifica essa característica na matéria “É hora de organizar a vida com a nova moeda”, seguida de dois infográficos – “O que muda no bolso com a nova moeda” e “Os cuidados nas compras a prazo” – e duas tabelas para auxiliar o leitor a fazer cálculos de preços de serviços, como o valor do aluguel. O consumidor, na posição de fonte, se manifesta na narrativa jornalística, freqüentemente, como um termômetro da recepção do plano econômico pela população, tal qual verificamos nas matérias da *Folha*: “Preços desiludem consumidor” (dia 6) e “Consumidor opta por produto mais barato” (dia 15).

As matérias orientavam o consumidor a continuar pesquisando preços, ensinavam como calcular o valor do aluguel e de mensalidades escolares e davam dicas de como usar

²⁸⁷ Com relação às empresas de comunicação, a inserção das classes com menos poder aquisitivo (C, D e até mesmo a E) no mercado consumidor, a partir do Plano Real, fez com que grandes grupos brasileiros de comunicação, como o *Infoglobo*, *Folha de S. Paulo* e *RBS*, desengavetassem projetos de jornais populares. Com o controle da inflação e a possibilidade de parcelamento das compras, o setor varejista voltou-se para essas classes e procurou veículos para fazer divulgar sua publicidade. O *Infoglobo* lançou o *Extra* em 1998. O projeto existia desde 1993, mas dependia de uma previsão de faturamento, que foi visualizada com a entrada de novos consumidores no mercado. Em março de 1999, foi a vez do *Grupo Folha* lançar seu jornal popular, o *Agora São Paulo* (VILELA, 2002, p.31).

o cartão de crédito.²⁸⁸ A questão do aluguel foi tema de vários textos noticiosos e manchete em algumas edições do período analisado. Isso ocorreu na *Folha*, de 8 de julho – “Sai tabela para converter aluguel”; e também em *O Globo*, de 4 de julho – “Aluguéis: sai nova cartilha de conversão”; e de 30 de julho – “MP cria limites para reajuste dos aluguéis”. A edição do dia 10 do jornal paulista trouxe a seguinte abordagem “Aluguel repete confusão de outros planos”. O acompanhamento do rendimento da poupança também era feito sistematicamente.²⁸⁹

Na cobertura do Plano Real, predominou a característica de acompanhamento do comportamento dos preços dos produtos e serviços, com a entrada em vigor da moeda.²⁹⁰ Nessa cobertura, o jornalismo de economia reafirmou, mais uma vez, para seus leitores, o papel de tradutor dos fatos econômicos e de fiscalizador em prol da sociedade brasileira.

A variação da cesta básica foi monitorada constantemente pelos jornais.²⁹¹ E os juros e o câmbio foram alvo de várias matérias na cobertura do Plano Real, por se tratar de questão nevrálgica do pacote. *O Globo* de 2 de julho, por exemplo, registrou o incômodo de Itamar com esse assunto na matéria “Satisfeito com a moeda, Itamar exige queda das taxas de juros” (Economia, p.17). Na edição da *Folha* do dia 12 de julho, o assunto de destaque na manchete foi “Juros altos pressionam preços”.²⁹²

Os juros fixados na época de lançamento do Real foram de 8,20% ao mês, os maiores da história econômica brasileira até então.²⁹³ A equipe econômica defendia que,

²⁸⁸ Na editoria Dinheiro, da *Folha* de 1º de julho 1994: “Mensalidade em CR\$ terá que usar a média” (p.2-13); do dia 3: “Fazer compras exige cuidados extras” (p.2-8); “Continue a pesquisar preços” (p.2-8); “Saiba converter o valor do aluguel” (p.2-9). Em *O Globo*, do dia 2: “Nota fiscal: a arma do consumidor lesado” (p.18); do dia 3: “É hora de organizar a vida na nova moeda” (p.38); e do dia 5: “Aluguel pela média será pago em agosto” (p.2-9).

²⁸⁹ Na *Folha*, de 1º de julho: “Poupança é a melhor opção para julho” (p.2-7); do dia 3: “Poupança e ações dão rendimento de 54%” (p.2-6); do dia 4: “Poupança pode render até 8,3% em julho” (p.2-4). Em *O Globo*, de 1º de julho: “Poupança: rentabilidade reduzida” (p.16);

²⁹⁰ Na *Folha*, de 1º de julho: “Preço dispara na virada do real” (p. 2-1), “Procon autua empresas por aumento abusivo” (p.2-13); do dia 2: “Preços sobem 0,92% na virada para o real” (p.2-7, na editoria de economia, publicada com o nome de “Real”); “Arredondamentos puxam preços para cima” (p.2-7); do dia 7: “Ricupero admite tabelamento de preços” (p.2-5); do dia 9: “Preço despenca em hipermercados” (p.2-1). Na editoria de economia de *O Globo*, de 1º de julho: “Governo vai punir aumentos sem justificativa”, “Preços disparam nos supermercados de Brasília” e “Reajustes de preços podem levar donos do Makro à prisão” (p.18); do dia 24: “Real derruba os preços no atacado” (p.47) e “Disparidade dos preços confunde consumidor” (p.50).

²⁹¹ Na *Folha*, de 1º de julho: “Cesta básica sobre 10% acima da URV” (p.2-9); do dia 2: “Cesta básica sobre 0,51% na estréia do real” (p. 2-7); do dia 5: “Cesta básica já acumula alta de 1,24%” (p. 2-5); a manchete do dia 6 da *Folha*: “Cai preço da cesta básica em SP”; do dia 5: “Governo ameaça tabelar pão francês” (p.2-5). Em *O Globo*, de 1º de julho: “Cesta básica subiu 10% em URV” (p.16); no dia 23: “Cesta básica acumula queda de 2,93% desde a chegada do real” (p.21).

²⁹² Na *Folha*, na editoria Dinheiro, de 1º de julho: “Plano prevê câmbio fixo durante seis meses” (p.2-3); do dia 2: “Câmbio pode punir exportador” (p.2-8); do dia 5, por exemplo, a matéria “Juro sobe e dólar vale menos que o real” (p.2-6) e “Lojas revêem os juros cobrados no crediário” (p.2-9); de 3 de julho: “Mercado financeiro espera BC fixar juros para operar” (p.2-3); do dia 5: “Juro de estréia do real é de 8,31%” (p.2-1) e “Juro sobe e dólar vale menos que o real” (p.2-6); dia 6 de julho: “Itamar cobra explicações para juro alto” (p.2-5). Na editoria de Economia de *O Globo*, de 1º de julho: “BC deve manter câmbio flexível no real” (p.16) e “Itamar exige que juros caíam em dois meses” (p.17); do dia 2: “BC baixa duras medidas monetárias e cambiais” (p.20); do dia 6: “Itamar critica taxa de juros e exige redução” (p.16).

²⁹³ Na primeira década do século XXI, a taxa ficou em torno de 13% ao ano.

sem juros elevados em um primeiro momento, o plano estaria perdido. A matéria “Juros nas alturas, a decolagem do plano” (p.40), publicada na editoria de economia de *O Globo*, de 10 de julho, abordava o assunto, dizendo que as altas taxas eram motivo de desespero de quem devia e de euforia para quem tinha dinheiro para aplicar.

Os consumidores demonstravam apoio ao plano, apesar de as páginas dos jornais não registrarem nem de perto o clima de euforia verificado no lançamento dos primeiros pacotes após a redemocratização do país, sobretudo o Plano Cruzado.

Matérias com pesquisas de opinião pública sobre a aceitação do plano foram publicadas, como ocorreu na cobertura dos pacotes anteriores. A *Folha* de 2 de julho, por exemplo, trouxe a notícia “Paulistanos aprovam Real”, na qual mostrou que 59% dos 1.060 moradores da capital paulista avaliavam como bom para o país o novo pacote e 43% acreditavam que a inflação cairia. Gráficos acompanhavam o texto para ilustrar os percentuais do levantamento.

No balanço de um mês de vigência do Plano Real, a editoria de economia de *O Globo* registrou na matéria “Reação do consumidor determina preços” (p.50) que o brasileiro reagiu como “cidadão de Primeiro Mundo”, adiando compras, trocando de marcas e aguardando em casa a baixa dos preços nos supermercados.

O jornal carioca fez outras matérias para mostrar a mudança de comportamento dos consumidores na hora das compras. A reportagem “A nova arma na boca do caixa”, publicada em 10 de julho de 1994, na página 44, afirmava que os brasileiros estavam mais racionais e individualistas, e punindo altas com boicote, em contraponto ao comportamento emocional da época do Plano Cruzado. Acompanhava a matéria um infográfico com o título “A evolução do consumidor ao longo dos planos econômicos”, fazendo uma referência à evolução do homem (*ver ilustração 67*).

Ao observar as edições dos dois jornais do mês de lançamento do Plano Real, verificamos o farto uso de recursos gráficos acompanhando as notícias sobre as medidas e sua repercussão, para explicar detalhadamente as mudanças, como exemplificamos ao citarmos anteriormente a edição de *O Globo* de 3 de julho de 1994.

A evolução do consumidor ao longo dos planos econômicos



Manifestação contra remarcação de preços durante o Plano Cruzado.



Ministro Picupero ouve reclamações de um consumidor sobre aumento de preços.

CRUZADO

Emocional, participativo. Algumas vezes, até violento. Confiante no sucesso de um plano que - através de tabelamento e congelamento de preços - estava garantindo o aumento de seu poder aquisitivo, o consumidor do Plano Cruzado foi o mais xita, eufórico e confiante de todos. Achava que tudo ia dar certo. E para ajudar o Governo a levar o plano adiante, quebrou lojas, fechou supermercados em nome do então presidente José Sarney, foi um freguês assíduo da Sunab - denunciando reajustes - e levou comerciantes para a delegacia. Era dono da situação.



BRESSER

O presidente ainda era José Sarney, mas seus "fiscais" obviamente já não eram os mesmos. Afinal, o sonho do Cruzado não se realizara. E, além disso, o consumidor sentia que havia sido usado. Mas era preciso lutar contra a inflação, que há seis meses voltara a comprometer sua renda: o consumidor do Plano Bresser também fez denúncias e reagiu a aumentos de preços não oficializados, provocando tumultos em alguns pontos da cidade. Só que já não tinha mesma garra e vontade do ano anterior.



VERÃO

Aumento de preço generalizado às vésperas do novo plano e tabelas oficiais com valores acima da média do mercado. Isto depois de dois choques econômicos, que não tinham dado certo. O consumidor do Plano Verão nem mesmo saiu às ruas com as tabelas que lhe permitiram conferir os preços que estavam sendo cobrados. Agora era a Polícia Federal que ajudava o pessoal da Sunab. Descredito e indiferença eram a tônica no país.



COLLOR

Foi com perplexidade e indignação que o consumidor enfrentou os planos Collor I e II. Bloqueio dos cruzados (principalmente da poupança) em 1990 e um tarifaço maior do que todos os anteriores foram as causas principais. Para piorar, as tabelas registravam preços tão altos que, de início, era possível encontrar nas lojas produtos mais baratos do que os neles fixados. Foi a gota d'água para o descredito.



REAL

Racional, individualista. Ele até briga. Mas para defender o seu próprio interesse - denunciar abusos não é mais a tônica: o consumidor atual deixa de comprar ou compra o mesmo produto mais adiante. Ele, acima de tudo, está muito mal-humorado. Mas também está mais informado: afinal, acumulou uma longa experiência.

Ilustração 67 - A "evolução" do consumidor ao longo dos planos, em infográfico de *O Globo*

Na década de 1990, a imprensa econômica valorizou e consolidou o uso de matérias acompanhadas de tabelas, gráficos e infográficos para tornar ainda mais pedagógica a notícia de economia e para acompanhar os novos hábitos de um leitor que também passou a buscar notícias na internet²⁹⁴. Essa foi a época da informatização das redações.²⁹⁵

6.2.3 Empresários (indústria e comércio; e bancos)

E os empresários? Como foram inseridos na cobertura do último plano do século XX? Eles foram fontes no noticiário e, de maneira geral, apoiaram o Plano Real, conforme ilustram as seguintes matérias: “Empresários, a curto prazo, crêem até em deflação” (*O Globo*, 3 de julho, Economia, p.41); e “Empresários confiam no plano, diz pesquisa” (*Folha*, 23 de julho, Brasil, p.1-8).

No levantamento divulgado pelo jornal paulista, realizado pelo Instituto Trevisan com 110 empresários, 59% achavam, naquele momento, que o plano daria certo e 41%, que daria certo só no início e que depois a inflação voltaria a subir.

A principal entidade representativa desse segmento declarou-se, desde o início, contra o uso político do Plano Real: a Fiesp. A Federação destacou que a moeda não era propriedade privada de candidato algum e criticou o posicionamento de FHC como “pai” do pacote. A matéria “FIESP critica vinculação de FHC ao plano” foi publicada na editoria de Brasil, da *Folha* de 2 de julho (p.1-6). No final desse mês, no dia 28, o jornal registrou mais uma vez a crítica da entidade: “Plano econômico é eleitoreiro, diz Fiesp” (p.1-11). Outra preocupação dessa instituição era com o impacto dos juros altos.²⁹⁶

Os empresários que aumentaram os preços antes da entrada do Plano Real foram os vilões da cobertura jornalística. *O Globo* de 15 de julho, por exemplo, trouxe a matéria “Contra-ataque na batalha dos preços”, na qual mostrava a dura crítica do ministro da Fazenda aos empresários que elevaram os preços dos produtos. Ricupero dizia que eles reclamavam sem razão da alta dos juros. Ele também atacava, dizendo que os preços e as

²⁹⁴ A rede mundial de computadores chegou ao Brasil, como internet comercial, na década de 1990, e o impacto de uma nova mídia eletrônica gerou a adoção de dois conceitos que pautam hoje o planejamento das empresas de comunicação: a produção de conteúdo independente do meio, que leva os conglomerados de comunicação a reaproveitarem o mesmo material em diversas mídias e produtos, e a possibilidade de convergência dos meios que operam de modo independente, como a televisão, o rádio e a internet.

²⁹⁵ De 1986 a 1990, os principais jornais brasileiros instalaram, na redação e na área dos classificados, sistemas integrados de computadores. Até 1990, o jornalismo impresso fez investimentos de US\$ 100 milhões em novas tecnologias, conforme estimativa da Associação Nacional de Jornais. Isso representou “a maior revolução industrial da imprensa brasileira em todos os tempos” (BAHIA, 1990, p.390).

²⁹⁶ Na *Folha*, de 14 de julho: “Juro alto é insustentável, diz Fiesp” (p.2-1).

margens de lucro foram aumentados, desnecessariamente, no fim de junho e que não se podiam justificar aumentos de preços de estoques passados com a taxa de juros futura.

Com a queda no consumo, nos primeiros dias do Plano Real, a indústria e os supermercados tiveram de buscar alternativas para estimulá-lo. As empresas fornecedoras dos supermercados foram obrigadas a cortar preços.²⁹⁷

O comércio, logo no primeiro dia de vigência da nova moeda, aproveitou a confusão do real para arredondar os preços para cima, conforme registrou a manchete de *O Globo* de 2 de julho. Depois, teve de recorrer a promoções para atrair os consumidores, já acostumados a fazer pesquisa de preço. A expectativa do setor era que houvesse o aumento das vendas pelo crediário.²⁹⁸

Nos supermercados, o comportamento foi de aumento de preços, também no primeiro dia do real. Na primeira quinzena de vigência da nova moeda, esse segmento teve queda nas vendas, porque o consumidor estava pesquisando mais e gastando menos nas compras.²⁹⁹ O ministro Ricupero incentivou as entidades civis a organizarem boicotes aos estabelecimentos que estivessem aumentando os preços e pediu que a população passasse a pesquisar mais.³⁰⁰

As empresas foram alvo de fiscalização por parte do governo, na tentativa de barrar aumento de preços. A fiscalização de grandes empresas, em São Paulo, foi feita de forma conjunta pela Receita Federal, Previdência social, Procons, Sunab e Secretaria Estadual de Justiça. O Ministério Público Federal também ajudou no trabalho de fiscalização de aumentos abusivos para tentar combater eventuais especuladores.³⁰¹

No dia 22 de julho, Ricupero fez um pronunciamento, em cadeia nacional de rádio e televisão, reproduzido pelos jornais no dia seguinte, no qual destacou que o brasileiro havia conseguido sentir, nas primeiras três semanas do real, o que era viver em um país sem inflação. Para os empresários e comerciantes, ele elogiou o fato de eles começarem a adotar uma postura nova: prever os gastos, planejar o futuro, investir com segurança. Disse também que o governo estava atento às preocupações dos empresários e que, no

²⁹⁷ Na *Folha*, de 11 de julho: “Indústria dá desconto de 5% a 20% para supermercados” (Dinheiro, p.2-3).

²⁹⁸ Em *O Globo*, de 10 de julho: “Promoções pós-real reduzem os preços nas prateleiras” (p.46); do dia 17: “Margens brutas de lucro do comércio superam os 40%” (p.42). Na *Folha*, do dia 23: “Preço cai 4,3% nos hipermercados” (p.2-1); do dia 25: “Comércio espera aumento das vendas pelo crediário” (p.2-5).

²⁹⁹ Na editoria de economia, de *O Globo*: “Supermercados elevam preços na virada” (2 de julho, p.18); “Promoções voltarão aos supermercados” (dia 3, p.37); “Sunab notifica supermercados do Rio por aumentos na virada” e “Nas prateleiras, reajustes de até 106% acima da inflação” (dia 5, p.21); “Sunab detecta aumentos de até 30% na virada do real” (dia 18, p.13). Na *Folha*: “Marca alternativa cresce com o real” (15 de julho, p.2-1); “Supermercados vendem 10% a menos” (dia 15, p.2-4); “Preço cai 2,3% em hipermercados” (dia 16, p.2-1).

³⁰⁰ Em *O Globo*, de 6 de julho: “Ricupero pede boicote contra preços altos” (p.18); de 17 de julho: “Ricupero quer acordo contra abusos nos supermercados” (p.43).

³⁰¹ Na *Folha*, de 11 de julho: “Governo fiscaliza sete grandes empresas” (p.2-6). Em *O Globo*, do dia 8: “Ministério Público vai reforçar o combate aos preços abusivos” (p.20).

processo, era preciso diminuir os impostos e aumentar o financiamento para aumentar as exportações, criar empregos e melhorar a produção.

Com relação ao mercado financeiro, a cobertura jornalística se concentrou em acompanhar o sobe e desce da bolsa e a adaptação dos bancos às mudanças da política econômica. Com o aperto de liquidez do Plano Real (menos dinheiro disponível para o sistema), os grandes bancos passaram a restringir o crédito aos pequenos e os jornais registraram o risco de crise no sistema financeiro, o que era negado pelo governo. O BC acabou mudando algumas de suas regras para poder dar “assistência de liquidez” aos bancos que estavam em dificuldade.³⁰²

6.2.4 A opinião dos jornais

Em seu conjunto, o noticiário de economia foi muito favorável ao Plano Real. Como nos pacotes anteriores, o posicionamento da mídia foi mais de torcida em prol do sucesso das medidas econômicas do que de crítica. Isso se repetiu no jornalismo opinativo, só que, dessa vez, com muito menos entusiasmo do que em experiências anteriores.

A repercussão do plano entre os consumidores foi tema de muitos editoriais. O da *Folha* de 1º de julho de 1994, com o título “Cair na real” (Opinião, p.1-2), por exemplo, discutiu exatamente isso: como a sociedade brasileira recebia a 10ª moeda desde o descobrimento do país. “Não se sente nem de parte dos agentes econômicos nem da população em geral o entusiasmo que se viu no Cruzado, em 1986”, lembrava, no texto, o jornal paulista.

O editorial de *O Globo* de 1º de julho de 1994, com o título “Razões para acreditar” (Opinião, p.6), propôs responder por que depositar alguma crença no novo pacote, depois de tantos fracassos na política econômica, e, por fim, fez uma defesa do Plano Real. Apresentou duas razões para o povo acreditar:

- 1) nenhum país pode viver sem uma moeda que expresse valor real. A nossa, há muito tempo, era apenas um índice, cada vez mais fluido. Era obrigatório tentar de novo; 2) O plano que agora toma corpo não tem qualquer das características que denunciam uma mistificação. Foi o primeiro do gênero arquitetado às claras, e discutido etapa por etapa. A

³⁰² Na *Folha*, de 24 de julho: “Governo nega crise no sistema financeiro” (p.2-6) e “O mercado já se ajusta à inflação zero” (p. 2-11); do dia 26: “BC vai mudar lei da liquidação de bancos” e “Liquidação de bancos terá novas regras” (p.2-4); do dia 30: “Banco Central prevê fusões de bancos” (p.2-1) . Em *O Globo*, de 15 de julho: “BC eleva limite de compra de dólares pelos bancos”, “Falta de dinheiro prejudica bancos” e “Bolsa antecipa mudanças na economia e volta a subir” (p. 19).

sociedade sabe exatamente o que se pretende e quais são as perspectivas e os obstáculos que existem pela frente.

Nesse texto, o diário carioca, além de pedir que se combatesse o ceticismo total com relação ao Plano Real, cobrava as grandes reformas modernizadoras que deveriam ter sido feitas na revisão constitucional e que ajudariam no desenvolvimento econômico do país.

No dia 2, a *Folha* trouxe um editorial para mostrar o “Sucesso de público” – título do texto opinativo – que o novo plano já estava tendo, imediatamente após seu lançamento, conforme destacava o primeiro parágrafo: “Antes de ser um sucesso ou fracasso do ponto de vista econômico, o real já é um grande sucesso de público. É a única constatação possível a se extrair da pesquisa feita ontem, no primeiro dia de vigência da nova moeda, pelo Datafolha”.

No dia 3, o diário paulista cobrava – como havia feito *O Globo* – que o governo perseguisse a estabilidade, mas que também implementasse reformas que melhorassem a distribuição de renda no país. Também criticava o aumento abusivo de preços e discutia a manutenção de juros altos.³⁰³

A questão do momento em que o real entrava em vigor, coincidindo com o final da campanha eleitoral, no qual os dois principais candidatos eram nitidamente da oposição e do governo, também foi citada em editoriais. O sucesso do real, inevitavelmente, influenciaria o êxito do candidato de situação, diziam os jornais.

A *Folha* de 15 de julho, por exemplo, tratou desse aspecto no texto “O real como eleitor”, no qual afirmava ser a derrubada da inflação um poderoso instrumento eleitoral nas mãos dos responsáveis por planos de estabilização. No texto, a *Folha* citava pesquisas de opinião pública que demonstravam: “um paralelismo quase perfeito entre o aumento de otimismo com relação ao sucesso do Plano Real e o crescimento da candidatura do senador Fernando Henrique que, como ministro da Fazenda, chefiou a equipe que concedeu o plano” (Opinião, p.1-2).

O Globo recorreu ao recurso de publicar alguns textos opinativos na capa, como fez em outros planos. No dia 8 de julho, publicou o texto “A autoridade de Itamar”, no qual elogiava a sabedoria do presidente em lidar com aquele momento de implantação do Plano Real, que oferecia “sólidas garantias” de que o pacote daria certo. Na página de

³⁰³ Na editoria de Opinião da *Folha*, de 3 de julho: “O real e o fantástico”; do dia 7: “Gordura na chapa”; do dia 10: “O estouro do champanhe”; do dia 12: “O preço dos juros”.

opinião dessa mesma edição, outro editorial abordou a questão econômica: “Rearrumação da poupança”.

No dia 29 de julho, *O Globo* publicou mais um editorial, na capa, sobre o assunto. Com o título “Objetividade e audácia”, o texto opinativo falava do discurso de FHC e o elogiava. Nas edições do primeiro mês do Plano Real, o diário carioca também fez editoriais defendendo a privatização de empresas do governo e discutindo a questão das altas taxas de juros.³⁰⁴

6.3 Ampliação da pauta em tempos de estabilização?

A partir de 1º de julho de 1994, com o Plano Real, a economia brasileira ganhou previsibilidade e, a partir daí, pôde implementar estabilidade. No final desse ano, as previsões de aumento nas vendas de automóveis, eletrodomésticos, bens de consumo não-duráveis, alimentos incendiavam a imaginação das multinacionais. Entre março de 1994 e março de 1995, o comércio de duráveis no Estado de São Paulo registrou aumento de 57,6%. A produção de bens de consumo, no primeiro semestre de 1995, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), teve média de 109,55 (base 1991 = 100). No primeiro semestre de 1994, havia sido de 98,00 (NASSIF, 2007, p.181).

O que mudou no jornalismo de economia depois que o dragão da inflação foi relativamente domado? Quais características podem ser destacadas na cobertura de economia após o Plano Real e o início dos tempos de estabilização?

De forma geral, esse plano foi bem recebido pela imprensa. A jornalista Miriam Leitão destaca o porquê de o Plano Real ter dado certo, em sua avaliação:

Eu entendi, ao longo desse processo, que fazer com que as pessoas entendessem exatamente o tamanho do problema e da doença que tinha acometido o Brasil era lutar contra o problema, porque se mais gente entendesse, mais gente faria a coisa certa, mais gente lutaria contra a inflação. O plano que deu certo, só deu certo porque as pessoas entenderam. E as pessoas precisavam entender. Então, o jornalismo econômico prestou um enorme serviço ao país – e eu tenho muito orgulho de ter participado desse período – por lutar contra um inimigo que roubava o futuro da pátria, que empobrecia os pobres, enriquecia os ricos, dava toda a base para a corrupção, permitia fraudes bancárias enormes, impedia o planejamento e a competição via preços. Porque se ninguém tinha noção de quanto custava cada coisa, ninguém podia

³⁰⁴ Na editoria de Opinião de *O Globo*, de 6 de julho: “Privatização revigorada”; e do dia 17: “Queda inevitável”.

escolher pelo preço. Se ninguém podia escolher pelo preço, o mais forte ganhava sempre, e o mais forte na estrutura de preços, porque o Brasil tem uma economia muito cheia de cartéis, oligopólios e monopólios. E a economia era fechada. E isso fazia com que o consumidor fosse refém desses grupos da economia fechada. E isso e a neblina da inflação impediam que o consumidor visse e fizesse a relação entre valor e preço. Quebrou-se a relação entre valor e preço. Você não sabia mais se uma coisa era cara ou barata. Então, o jornalista precisava ajudar a entender isso. (...) A diferença do Plano Real é que eles deram tempo para as pessoas entenderem. Foi o primeiro plano que foi explicado com antecedência. Antes se dizia que nada poderia ser explicado com antecedência, porque não daria certo, porque as pessoas se protegeriam. Mas a tecnologia do Plano Real era diferente, era preciso que você entendesse. Então, por isso, o plano deu certo, porque ele requereu a inteligência das pessoas. (...) Então, a gente teve de entender a lógica do plano, sua mecânica, explicar na televisão, no rádio, jornal, o tempo todo: explicar, explicar, explicar. Aí, de novo, a gente foi muito necessário (*grifos nossos*).³⁰⁵

Miriam Leitão atribui o êxito do Plano Real ao fato do governo ter dado tempo para as pessoas entenderem as mudanças na economia, ter explicado com antecedência. E, em seu relato, ela destaca, mais uma vez, a importância do jornalista de economia em ser o agente intermediário na explanação sobre a lógica do pacote para a população. Entender a mecânica do Plano Real era função do jornalista, que deveria explicar e se tornava necessário por isso.

Joelmir Beting – que também trabalhou na cobertura do Plano Real, inclusive em um *Globo Repórter* exibido no primeiro dia de circulação da nova moeda, no qual foi o mediador das perguntas da população para o ministro Ricupero, e para o presidente do BC, Pedro Malan, no estúdio, em Brasília (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.277) – também destacou o papel da explicação antecipada das medidas para o êxito do pacote:

O Plano Real acertou na mosca. Foi uma solução única no mundo, na literatura econômica, para um problema exclusivamente nosso. Só podia ser uma solução brasileira para um problema brasileiro: que foi um mecanismo de engenharia monetária para produzir a desindexação radical da economia. Então, inventou uma moeda, que era escritural, chamada URV, que passou a substituir não o cruzeiro, mas o dólar. Porque o refúgio, então, das pessoas, das famílias, até da baixa renda, era dolarizar tudo. Então você cria uma moeda para substituir o dólar. E não havia inflação no dólar. O preço dolarizado ficava congelado. Todo mundo se defendia com o preço congelado em dólar, porque se eu congelava em dólar o outro também estava congelando o dele, em dólar. Havia uma estabilidade dos preços em dólar, a dolarização informal. Aí eu ponho essa dolarização informal dentro de um mecanismo de

³⁰⁵ Entrevista de Miriam Leitão concedida à autora, no Rio de Janeiro, em 15 de maio de 2007.

conversão, chamado URV, com aviso prévio: que no dia 1º de julho ia se transformar no Real. E todo mundo que passou a conviver, entender a URV, passou a aceitar a chegada do real, e não deu outra (grifos nossos).³⁰⁶

A questão nacional apareceu muitas vezes, nos relatos dos jornalistas, ao analisarem o papel do jornalismo de economia no período estudado nesta pesquisa. Eles ressaltaram o trabalho dos jornalistas dessa editoria, nesses acontecimentos importantes que foram os planos econômicos, como Miriam Leitão fez ao abordar a cobertura do Plano Real, como úteis à nação em função de sua função de “prestadores” de um serviço importante ao país.

O que acontece com o jornalismo de economia nos países estáveis? A cobertura mudou após a estabilização? O jornalista Carlos Sardenberg destaca que o jornalismo de economia competente, em uma economia estável, é um jornalismo dedicado a empresas, empreendimentos e negócios.³⁰⁷ Ele destaca que esse subcampo e os jornalistas dessa área evoluíram ao longo dos planos econômicos:

Depois da redemocratização, nós entramos em uma sucessão de crises econômicas e políticas mal sucedidas. E isso obrigou os jornais, os veículos, a terem uma boa equipe de economia e obrigou os jornalistas a aprender. Se você faz uma pesquisa nos jornais e pega a cobertura do Plano Cruzado, em 1986, e depois da introdução do Real, em 1994, você vê como a qualidade mudou. Na época do Cruzado, quando eu estava no Ministério do Planejamento, três ou quatro jornalistas estavam familiarizados com o assunto. Um deles era o Celso Pinto, que tinha boa familiaridade com os assuntos econômicos. Mas, quando a gente teve o segundo ou terceiro plano econômico, já tinha gente sabendo. E, em um determinado momento, nós tínhamos um verdadeiro check-list. Tem congelamento ou não tem congelamento? Tem tablita ou não tem tablita? Tinha uma equipe muito boa ...Tinha informação muito boa sobre qual era o melhor momento de aplicar na poupança. Então, a gente desenvolveu essa *expertise*. (...) Os jornalistas desenvolveram mais o conhecimento de economia. São, em geral, os repórteres mais bem pagos. No meu tempo, quando eu estava na redação, era o pessoal mais bem pago.³⁰⁸

Sardenberg destaca, em seu relato, que houve um amadurecimento da cobertura, ao longo dos sucessivos planos econômicos, o qual fez com que esses profissionais

³⁰⁶ Entrevista de Joelmir Beting concedida à autora, em São Paulo, em 26 de março de 2007.

³⁰⁷ Palestra “A transição no jornalismo econômico”, proferida em 24 de novembro de 1995 e publicada no site <http://www.bancobrasil.com.br/appbb/portal/bb/si/pbcs/rsm/CarlosAlbertoSad.jsp>. Acesso em 1º de maio de 2004.

³⁰⁸ Palestra “Muitas mídias, a mesma notícia”, realizada no dia 24 de novembro de 2008, no auditório da Rede Gazeta de Comunicação, em Vitória-ES.

conseguissem alcançar um maior preparo e mais prestígio, pois, em geral, conseguem ser mais bem remunerados que seus pares na profissão.

Na avaliação de Miriam Leitão, com a estabilização, muita coisa mudou no jornalismo de economia, mas faltou cobrir com mais profundidade algumas áreas:

Há muito assunto por aí, mas há muita coisa mal coberta. Acho, por exemplo, que os jornalistas de economia não cobriram o que aconteceu com a indústria. Ela passou por uma mudança dramática, de um país fechado para um país aberto, de um país sem nenhuma competição para um país com grande competição, e como isso foi coberto? Quem contou o que aconteceu dentro das empresas que os economistas diziam que seriam destruídas, mas sobreviveram e ficaram mais eficientes? O que aconteceu mesmo no dia-a-dia da empresa brasileira? Ninguém contou direito a revolução dos agronegócios quando ela estava sendo feita. Só depois que a produção e a exportação de grãos explodiram é que se começou a falar no assunto. Ou o meio ambiente é que atrapalha o crescimento ou toda a produção é tratada como devastadora do meio ambiente. É preciso contar as histórias para que se sabia, caso a caso, qual é a melhor decisão para o país (grifos nossos).³⁰⁹

Na avaliação dela, alguns temas passaram a ser abordados pela editoria de economia depois da estabilização: combate à pobreza, natureza da desigualdade, desafios da educação. “Na época da superinflação, a cobertura de economia nem olhava para esses temas. Hoje, em *O Globo*, eles foram totalmente apropriados pela economia”, destacou.

A pauta do jornalismo de economia, em sua avaliação, se ampliou e ela buscou alargar sua própria pauta:

Quando a inflação baixou, eu falei “poxa, agora eu quero cobrir o Brasil”. Então, eu comecei a lidar muito mais com outros temas, comecei a agregar outros temas na minha pauta. Eu não fiz isso sozinha, não. A editoria de economia fez isso também. Eu vi que o movimento foi mais geral. Eu senti em mim, mas acho que eu percebi que foi um movimento coletivo, inconsciente ou não. A editoria de economia começou a cobrir desigualdade social, de uma forma muito mais técnica, estudando a desigualdade, os indicadores diferentes, foi quando a questão racial entrou na pauta. E eu entrei nessa pauta, defendendo a tese de que o Brasil tem racismo e grave, e está escrito nos números, e tem de ter medidas contra o racismo. Foi aí que eu fui entender melhor o quê que os movimentos negros estavam falando. (...) Mas estava tudo na economia. Estou convencida que a economia não é forte se ela é tão desigual. Antes tinha uma emergência e nem podia lidar com isso. Depois, passada a emergência, eu podia cuidar dessas coisas (grifos nossos).³¹⁰

³⁰⁹ Entrevista de Miriam Leitão concedida à autora, no Rio de Janeiro, em 15 de maio de 2007.

³¹⁰ *Ibidem*.

Assim, com a passagem da instabilidade aguda para a estabilidade, com a consolidação do Plano Real, a imprensa de economia teve de buscar novos temas para abordar, ao lado da cobertura sobre os rumos da economia no país. Isso porque, quanto mais instável é o ambiente econômico, maior é a fonte de notícias – quentes e do dia.

A pauta de economia incorporou, então, temas sociais e ambientais, conforme destaca Miriam Leitão:

É um outro momento de ampliação do nosso olhar. Eu acho que, antes, o jornalismo econômico falava pouco para o cidadão comum, para o consumidor e tal. O jornalismo da ditadura era muito voltado para as empresas e era prisioneiro dos interesses dos grupos. Era muito prisioneiro do Delfim Neto, que comandava a pauta, era o soberano da pauta. Cobria Delfim Neto e Fiesp. Então, era prisioneiro das grandes empresas e do que eles achavam que era importante para o país e do Delfim Neto. E o jornalismo econômico ficou menos governamental ao longo dos anos. Demorou porque, com a emergência, nós tínhamos que continuar tendo fontes governamentais, ou seja, tínhamos que cobrir o governo. Significava cobrir o Ministério da Fazenda. Hoje, o Ministério da Fazenda não tem a importância que já teve no passado. Por quê? O jornalismo foi mais para a economia como um todo, para a empresa, para os consumidores, para os investidores, para os exportadores, para os contadores, foi para as pessoas, se privatizou. Buscou fontes, pautas fora e interesses fora. Durante um tempo, agregou também os trabalhadores (grifos nossos).³¹¹

A mídia foi considerada simpática demais com o governo FHC, conforme criticaram alguns jornalistas que atuaram no jornalismo de economia e escreveram artigos e livros sobre o tema, como Bernardo Kucinski (1998; 1999) e Aloysio Biondi (1998), que compartilham da opinião de Nassif, em seu depoimento, e têm identificação com o pensamento de esquerda.

Para Kucinski (1999, p.183), o sucesso do Plano Real de estabilização, em meados de 1994, estimulou o alinhamento da mídia a FHC. Ela se manteve, durante todo o primeiro mandato do presidente, aparentemente motivada por sua personalidade, sua fama de intelectual importante, em contraste com o horror que a alternativa Lula inspirava nas classes médias na época. O apoio dos meios de comunicação foi ao projeto de reestruturação econômica do Estado, no início magnificamente personificado pelo presidente. Sobre isso, o autor registra:

O sistema mídia como um todo fechou com o sistema de poder e por tabela com o sistema governo. Apenas alguns poucos veículos isolados e

³¹¹ Entrevista de Miriam Leitão concedida à autora, no Rio de Janeiro, em 15 de maio de 2007.

de circulação restrita, como a *Carta Capital*, manteve-se também sistematicamente crítico a FHC e, portanto, fora do sistema de apoio. *Veja* tem sido o veículo mais explícito em colocar a reestruturação nos termos exatos em que é formulada pelo grande capital como um imperativo histórico, visão subjacente à postura de toda a mídia brasileira. Dos grandes jornais, apenas a *Folha de S.Paulo* matizou seu apoio sistêmico com revelações pontuais que podiam eventualmente pôr em risco o governo. A ausência de pluralismo, outra notável característica do discurso da mídia durante o primeiro mandato de Fernando Henrique, é mais um sintoma do caráter sistêmico do apoio. Apenas dois ou três colunistas mantiveram-se críticos ao governo, entre eles, Jânio de Freitas, Cony e Aloysio Biondi, nenhum deles, no entanto, engrossando o discurso tradicional do campo popular (KUCINSKI, 1999, p.183) – *grifos nossos*.

O apoio pouco crítico das empresas de comunicação a FHC foi sobredeterminado pelas volumosas privatizações das telecomunicações nas concessões de novas frequências de transmissão de rádio e TV e de áreas de exploração de TV a cabo. O traço central da reforma dos sistemas Telebrás, no governo FHC, foi sua fragmentação em empresas regionais, que passariam a ser disputadas por grupos privados, interessados em reorientar suas estratégias de expansão centradas nas telecomunicações (KUNCINSKI, 1999, p.183-184; BIONDI, 1988).

O discurso do jornalismo, na era FHC, na avaliação de Kuncinski (*ibid.*, p.186-188), “é essencialmente econômico e não veio para explicar e, sim, para persuadir”. A partir da tese de que liberar a economia era o único caminho e FHC a única solução, não houve debate, nem mesmo durante a campanha eleitoral. Em FHC, o narcisismo tornou-se fator importante no desencadeamento do modo dogmático de governar. Reconhecidamente vaidoso, tinha também consciência do papel determinante da mídia como formatadora do espaço público da política e governava também para a televisão (*ibid.*, p.195).

Outros jornalistas da área apontam problemas na forma de fazer a cobertura de maneira geral. Aloysio Biondi, que atuou na cobertura de economia de 1967 a 2000, ao falar sobre o jornalismo de economia, em 1998, durante o governo FHC, disse que um de seus problemas mais graves foi que ele “nunca esteve tão vergonhosamente atrelado ao governo”.

Para Biondi, a qualidade do jornalismo de economia ficou comprometida, porque as empresas jornalísticas “fecharam” com o governo FHC, não só pela onda neoliberal, mas também por causa da privatização das telecomunicações. Ele avaliou esse tipo de cobertura da seguinte forma:

O jornalismo econômico é como o jornalismo policial, é fragmentado. Dá o momento de recorde e o momento de grande crise. Depois não fala mais nada e todo mundo fica pensando que só tem crise. Que é o fim do mundo. A gente já passou por várias crises em que as pessoas pensavam que o mundo ia acabar. A crise do petróleo, a crise da dívida externa nos anos 80, tudo parecia indicar que o mundo ia acabar. E com a ajuda da imprensa, aí, sim, ideológica (*grifos nossos*).³¹²

Luís Nassif, que tem uma postura mais combativa e crítica do que os jornalistas Miriam Leitão e Joelmir Beting com relação ao modelo econômico adotado no país, diz que: “Já faz muito tempo que a economia é apresentada como uma ciência mágica, capaz de transportar o país para o progresso, sem esforço, e o jornalista de economia como o sujeito que usava o jargão econômico para se valorizar ou escrevia fácil sem explicar”.

Nassif diz que, desde os anos 1970, o jornalismo de economia ajudou a montar a fantasia do saber mágico, pairando acima da realidade do país e das pessoas: “Ajudamos a vender a fantasia do ‘milagre’, período em que todo empresário era tratado como uma ‘raposa felpuda’ que sabia tudo e tinha todas as virtudes”.

Sobre o desenvolvimento desse subcampo, nas duas últimas décadas do século XX, Nassif analisa que:

Depois, nos anos 80, o jornalismo econômico ajudou a “vender a morfina dos pacotes econômicos milagrosos”. Desviamos a atenção nacional dos temas fundamentais, da educação, saúde, da gestão, da inovação, tudo trocado pela mística dos pacotes, pelo sebastianismo que atribuía a algumas pessoas o condão de transformar a vida nacional. Nos anos 90, nos deixamos seduzir pela miragem da abertura financeira indiscriminada, pelos sofismas de que a criação de vulnerabilidade externa atrairia capital volátil, que, por si, atrairia o capital de investimento. Ajudamos a vender o peixe de que, reduzindo a aposentadoria, os repasses para Estados e municípios, impondo um arrocho fiscal sem precedente, se abririam as portas do desenvolvimento para o país (*grifos nossos*).³¹³

Ele avalia que, muitas vezes, os jornalistas de economia e os jornais deixaram de lado aspectos fundamentais da construção do país, o respeito ao seu povo, a compreensão da sua história, o entendimento da sua cultura, a análise dos seus personagens e agentes econômicos, para substituí-los pela superficialidade das análises diárias de mercado.

³¹² Entrevista de Aloysio Biondi concedida à revista *Caros Amigos* em outubro de 1998. Disponível em http://carosamigos.terra.com.br/outro_edicoes/grandes_entrevistas.asp. Acesso em 12 de outubro de 2003.

³¹³ Cf. *O jornalismo econômico*, artigo publicado na *Folha de São Paulo* em 17 de setembro de 2003.

Neste capítulo, como vimos, a “era” do real, se inicia, trazendo a estabilização como uma novidade há anos não sentida pela população. FHC e a equipe econômica do governo buscaram, como estratégia de construção da credibilidade do novo plano, a comunicação das medidas, com antecipação, para a sociedade. FHC utilizou a arte da política para conseguir fazer as articulações entre os diversos agentes a fim de convencê-los do êxito das medidas. E o jornalismo de economia foi cobrir as mudanças em tempos de previsibilidade e buscar novos assuntos para a pauta, inclusive temas sociais, embora devesse se aprofundar mais nas abordagens, conforme apontam os jornalistas-chave desse subcampo.

O próximo e último capítulo desta pesquisa aborda o jornalismo de economia no final da década de 1990, em tempos de convergência multimídia, acelerada globalização e crise econômica.

Quadro 5 - Ministros de Estado da Fazenda (de 1985 ao final do século XX)

18/01/1980 a 14/03/1985	Ernane Galvêas
18/01/1980 a 25/03/1981	<i>Eduardo Pereira de Carvalho (Interino)</i>
25/03/1981 a 01/03/1983	<i>Carlos Viacava (Interino)</i>
15/03/1985 a 26/08/1985	Francisco Oswaldo Neves Dornelles
26/08/1985 a 29/04/1987	Dilson Domingos Funaro
29/04/1987 a 21/12/1987	Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira
13/05/1987 a 06/01/1988	<i>Maílson Ferreira da Nóbrega (Interino)</i>
13/05/1987 a 06/01/1988	
06/01/1988 a 15/03/1990	Maílson Ferreira da Nóbrega
15/03/1990 a 10/05/1991	Zélia Maria Cardoso de Mello
10/05/1991 a 02/10/1992	Marcílio Marques Moreira
02/10/1992 a 16/12/1992	Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho
16/12/1992 a 01/03/1993	Paulo Roberto Haddad
01/03/1993 a 19/05/1993	Eliseu Resende
19/05/1993 a 30/03/1994	Fernando Henrique Cardoso
30/03/1994 a 06/09/1994	Rubens Ricupero
06/09/1994 a 31/12/1994	Ciro Ferreira Gomes
01/01/1995 a 31/12/2002	Pedro Sampaio Malan

Fonte: Ministério da Fazenda (www.fazenda.gov.br)

Quadro 6 - Presidentes do Banco Central do Brasil (de 1985 ao final do século XX)

De 05/09/1983 a 14/03/1985	Affonso Celso Pastore
De 15/03/1985 a 28/08/1985	Antonio Carlos Braga Lemgruber
De 28/08/1985 a 11/02/1987	Fernão Carlos Botelho Bracher
De 11/02/1987 a 30/04/1987	Francisco Roberto André Gros
<i>De 30/04/1987 a 04/05/1987</i>	<i>Lycio de Faria (interino)</i>
De 05/05/1987 a 09/03/1988	Fernando Milliet de Oliveira
De 09/03/1988 a 22/06/1989	Elmo de Araújo Camões
<i>De 23/06/1989 a 25/10/1989</i>	<i>Wadico Waldir Bucchi (interino)</i>
De 25/10/1989 a 14/03/1990	Wadico Waldir Bucchi
De 15/03/1990 a 17/05/1991	Ibrahim Eris
De 17/05/1991 a 16/11/1992	Francisco Roberto André Gros
De 13/11/1992 a 29/03/1993	Gustavo Jorge Laboissière Loyola
De 26/03/1993 a 09/09/1993	Paulo Cesar Ximenes Alves Ferreira
De 09/09/1993 a 31/12/1994	Pedro Sampaio Malan
<i>De 31/12/1994 a 11/01/1995</i>	<i>Gustavo Henrique de Barroso Franco (interino)</i>
De 11/01/1995 a 13/06/1995	Pérsio Arida
De 13/06/1995 a 20/08/1997	Gustavo Jorge Laboissière Loyola
De 20/08/1997 a 04/03/1999	Gustavo Henrique de Barroso Franco
De 04/03/1999 a 01/01/2003	Arminio Fraga Neto

Fonte: Banco Central (<http://www.bcb.gov.br/>)

7 Economia virtual e risco: o jornalismo na era dos mercados

A aplicação do Plano Real, a partir de 1º de julho de 1994, refletiu em uma notável desaceleração da inflação. Depois de quatro anos de aparente calma, no entanto, começou um período de turbulência na economia do país.

A valorização do câmbio, decorrente da sustentação da estabilidade de preços na âncora cambial, inverteu a situação da balança comercial, transformando um megasuperávit, até 1994, em um megadéficit, a partir de então. O déficit em transações correntes cresceu e tornou muito mais elevadas as necessidades de financiamento do setor externo. Isso fez a economia brasileira mais dependente dos fluxos externos de capital e obrigou a manutenção de altas taxas de juros internas (SANDRONI, 2005, p.655).

O déficit público também se expandiu em função do crescimento dos encargos financeiros da dívida interna, pela necessidade de ajustar as contas dos Estados e municípios e dos bancos fragilizados pela baixa inflação. Com a crise mexicana no final de 1994, o Plano Real sofreu seu primeiro ataque especulativo, entre março e abril de 1995, quando foram criadas as bandas cambiais, permitindo que a taxa de câmbio fosse ajustada pelas autoridades monetárias dentro de limites estreitos (*ibid.*).

A crise mexicana foi a primeira de uma série a abalar a economia brasileira. Em dezembro de 1994, a passagem da paridade com o dólar para um câmbio a 3,46 pesos resultou na perda de US\$ 10 bilhões para os investidores estrangeiros e mexicanos. A partir daí, ocorreu uma fuga de capitais do México, muito noticiada pela imprensa. Desencadeou-se, então, uma fase de instabilidade que se propagou rapidamente para o Brasil e a Argentina (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.315-316).

Mas o Brasil superou esse ataque. Não desvalorizou sua moeda de maneira intensa. No entanto, como o déficit em conta corrente se agravou e as contas públicas não foram ajustadas, o prometido equilíbrio fiscal não foi conseguido. Além disso, com a crise no Sudeste e Nordeste asiáticos, no segundo semestre de 1997, a moeda brasileira voltou a ser atacada. Em 1997, o desmoronamento dos chamados “tigres asiáticos”³¹⁴ fez com que as principais bolsas de valores do mundo registrassem baixas históricas. Conseqüentemente,

³¹⁴ Denominação dada aos países da Ásia cujo desenvolvimento, depois da Segunda Guerra Mundial, foi muito intenso e contínuo, como nos casos de Cingapura, Coréia do Sul, Hong Kong e Taiwan, e que assumiram uma posição agressiva no comércio internacional, ampliando suas exportações, especialmente de produtos manufaturados, e ganhando novos mercados. Mais recentemente, a China vem ocupando um papel de destaque nas exportações asiáticas e, em muitos casos, deslocando ou substituindo os países citados. A crise do segundo semestre de 1997 provocou sérios problemas para a continuidade desse desenvolvimento acelerado. Os países mais atingidos foram a Tailândia, a Indonésia, a Malásia, as Filipinas e a Coréia do Sul (SANDRONI, 2005, p.841).

os investimentos foram cancelados, principalmente em países emergentes como o Brasil (SANDRONI, 2005, p.655; MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.316).

Apesar de as perdas de reservas terem sido substanciais, o real não sofreu desvalorização. Permaneceu praticamente a mesma política cambial, embora o custo tenha sido uma brusca e intensa elevação da taxa de juros no último bimestre de 1997 e de tributos para o equilíbrio das contas públicas. Em 1998, em um efeito dominó, a economia russa entrou em colapso e o país decretou moratória da dívida externa. Novamente, ocorreu uma onda de baixas nas bolsas de valores mundiais. As consequências da falência russa atingiram o Brasil, que teve suas reservas internacionais reduzidas (*ibid.*).

7.1 A crise do Plano Real de 1999 e o segundo mandato de FHC

No plano político, o pleito de 1998 foi o primeiro em que o chefe do Executivo pôde disputar a reeleição. Em junho de 1997, FHC conseguiu a aprovação da emenda constitucional que instituiu a possibilidade de um presidente ter dois mandatos consecutivos.

No dia 4 de outubro de 1998, a população escolheu, além do presidente, deputados, governadores e senadores. FHC disputou a sucessão presidencial com Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Ciro Gomes (PPS) e mais nove candidatos. Cerca de 61 milhões de eleitores, de 537 cidades brasileiras, utilizaram as urnas eletrônicas naquele ano, o dobro das eleições anteriores (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.311).

O presidente FHC se reelegeu ainda no primeiro turno, com 35.936.918 votos (53,6%). Lula recebeu 21.475.348 (31,71% do total), Ciro Gomes, 7.426.235 (10,97%) e Enéas Carneiro, 1.447.976, que representaram 2,14% (*Ver Ilustrações nº 68 e 69*). Em seu primeiro discurso após ser reeleito, no dia 7 de outubro, FHC reafirmou o compromisso de cortar despesas do governo (*ibid.*, p.313).

O maior desafio de FHC, depois da posse, foi manter a estabilidade do real e, ao mesmo tempo, promover o crescimento econômico. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, teve papel estratégico para que o governo pudesse seguir as diretrizes traçadas. Naquele período, o capitalismo vivia uma de suas piores fases dos últimos 50 anos do século XX. De 1994 a 2001, cinco graves crises internacionais atingiram fortemente o Brasil.

No fim de 1998, o desaquecimento da economia ao longo do ano provocou redução do PIB; taxas de desemprego recordes; ocorrência de um período deflacionário; e as contas públicas e externas do Brasil só pioraram. O país foi vítima de uma crise cambial prevista por economistas das mais variadas correntes de pensamento. Assim, no início de 1999, assistiu-se a mais uma fuga de capitais do país, que detonou uma crise cambial que forçou a desvalorização do real. Foi o fim da “âncora cambial”, depois de um período de quatro anos e meio no qual ela cumpriu um papel fundamental no controle da inflação. Com isso, deram-se as condições políticas necessárias para a implementação, em tempo recorde, da agenda liberal proposta pelo governo FHC: a quebra dos monopólios estatais, a ampliação e o aprofundamento do programa de privatizações, as reformas do Estado e da Previdência etc. (FILGUEIRAS, 2000, p.217).

A instabilidade potencial dos preços foi rapidamente elevada pela desvalorização cambial de 14 de janeiro de 1999, quando o Banco Central (BC) abandonou a política de câmbio fixo, deixando-o flutuar de acordo com as condições do mercado.

Em momentos de nervosismo (oscilações bruscas da moeda estrangeira), a autoridade monetária passa a oferecer títulos atrelados à variação do dólar. Essa operação, realizada, naquela época, com a oferta de Notas do BC em série Especial (NBC-E) foi duramente criticada por fontes credenciadas na imprensa, que viam na transação um contra-senso duplo. Primeiro, porque se o câmbio era flutuante, o BC não deveria interferir na formação das cotações do dólar, e segundo, porque as ofertas de papéis elevaram significativamente a parcela da dívida pública em moeda externa (ARAÚJO, 2006, p.22-23).

A política de estabilização associada ao Plano Real foi acompanhada por mudanças na forma de atuação do Estado na economia, nas relações internacionais do país, na estrutura dos setores industrial e financeiro e do mercado de trabalho – conforme o ideário liberal de estabilidade e desenvolvimento. Isso criou uma barreira intransponível entre estabilidade monetária e crescimento, agravando o desemprego, aprofundando a dependência externa do país, fragilizando financeiramente o Estado e enfraquecendo sua capacidade de adotar políticas públicas e sociais (FILGUEIRAS, *ibid.*, p.218).

OS RESULTADOS OFICIAIS ATUALIZADOS PELOS TRIBUNAIS ELEITORAIS • PÁGINAS 19 a 23

O GLOBO

Fundador: IRINEU MARINHO

RIO DE JANEIRO, SEGUNDA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 1998 - ANO LXXIV - Nº 23.777

Presidente: ROBERTO MARINHO

Reeleição com votação recorde dá força para FH enfrentar crise

Malan anuncia em Washington que não haverá pacote após a eleição



● Primeiro presidente reeleito pelo voto direto na História do Brasil, Fernando Henrique Cardoso terá, a partir de hoje, uma força renovada pelas urnas para enfrentar a crise econômica. Se forem confirmadas as previsões da pesquisa de boca de urna do Ibope, Fernando Henrique terá 56% dos votos válidos, a maior votação da História do país, superando o recorde do presidente Eurico Gaspar Dutra, que teve 55% dos votos válidos. O ministro Pedro Malan foi muito aplaudido em Washington, numa reunião com representantes de vários países, ao anunciar a reeleição de Fernando Henrique. Ele garantiu que não haverá pacote pós-eleitoral. "Não haverá o dia em que será travada a mãe de todas as batalhas", disse Malan. Pela boca de urna do Ibope, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) terá 29% dos votos. Ele disse que a oposição sairá fortalecida da eleição, por ampliar a unidade da esquerda no Congresso. A reeleição não foi tão fácil para os governadores, apenas seis estão reeleitos no primeiro turno, de acordo com o Ibope: César Borges (PFL-BA), Roseana Sarney (PFL-MA), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Jaime Lerner (PTL-PR), e Dante de Oliveira (PSDB-MT). Até 21h36m de ontem, com 22% dos votos apurados, o resultado oficial era de 50,75% para Fernando Henrique e 34,31% para Lula.

56%

29%

11%

2%

2%

Boca de urna do IBOPE PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Fernando Henrique	Lula	César Borges	Ernesto	Dante
56%	29%	11%	2%	2%

Indefinição no Rio e em São Paulo

● A pesquisa de boca de urna apontou empate entre a votação de Anthony Garotinho e a soma da votação dos demais candidatos ao Governo do Rio, não se sabendo ainda se vai haver segundo turno. Se houver, será entre Garotinho e Cesar Maia. Em São Paulo, haverá segundo turno entre Paulo Maluf e Mário Covas ou Marta Suplicy, empatados em segundo lugar.

Páginas 3 a 18 e 30 a 33



1ª EDIÇÃO

RS 1,00

Impressão em papel de 100% algodão

Composição gráfica: [illegible]

Edição: [illegible]

Revisão: [illegible]

OPERAÇÃO • 24h

1º turno: 02+04+07+09+11+14+16+18+20+22+24+26+28+30+32+34+36+38+40+42+44+46+48+50+52+54+56+58+60+62+64+66+68+70+72+74+76+78+80+82+84+86+88+90+92+94+96+98+100

2º turno: 01+03+05+07+09+11+13+15+17+19+21+23+25+27+29+31+33+35+37+39+41+43+45+47+49+51+53+55+57+59+61+63+65+67+69+71+73+75+77+79+81+83+85+87+89+91+93+95+97+99+100

REGISTRO • 110

21+22+23+24+25+26+27+28+29+30+31+32+33+34+35+36+37+38+39+40+41+42+43+44+45+46+47+48+49+50+51+52+53+54+55+56+57+58+59+60+61+62+63+64+65+66+67+68+69+70+71+72+73+74+75+76+77+78+79+80+81+82+83+84+85+86+87+88+89+90+91+92+93+94+95+96+97+98+99+100

0000 • 102

01+02+03+04+05+06+07+08+09+10+11+12+13+14+15+16+17+18+19+20+21+22+23+24+25+26+27+28+29+30+31+32+33+34+35+36+37+38+39+40+41+42+43+44+45+46+47+48+49+50+51+52+53+54+55+56+57+58+59+60+61+62+63+64+65+66+67+68+69+70+71+72+73+74+75+76+77+78+79+80+81+82+83+84+85+86+87+88+89+90+91+92+93+94+95+96+97+98+99+100

BRINCA • 101

22+16+29+17+20+10+11+12+13+14+15+16+17+18+19+20+21+22+23+24+25+26+27+28+29+30+31+32+33+34+35+36+37+38+39+40+41+42+43+44+45+46+47+48+49+50+51+52+53+54+55+56+57+58+59+60+61+62+63+64+65+66+67+68+69+70+71+72+73+74+75+76+77+78+79+80+81+82+83+84+85+86+87+88+89+90+91+92+93+94+95+96+97+98+99+100

21+22+23+24+25+26+27+28+29+30+31+32+33+34+35+36+37+38+39+40+41+42+43+44+45+46+47+48+49+50+51+52+53+54+55+56+57+58+59+60+61+62+63+64+65+66+67+68+69+70+71+72+73+74+75+76+77+78+79+80+81+82+83+84+85+86+87+88+89+90+91+92+93+94+95+96+97+98+99+100

22+16+29+17+20+10+11+12+13+14+15+16+17+18+19+20+21+22+23+24+25+26+27+28+29+30+31+32+33+34+35+36+37+38+39+40+41+42+43+44+45+46+47+48+49+50+51+52+53+54+55+56+57+58+59+60+61+62+63+64+65+66+67+68+69+70+71+72+73+74+75+76+77+78+79+80+81+82+83+84+85+86+87+88+89+90+91+92+93+94+95+96+97+98+99+100

● Obras interativas, entre surpresas e revelações, fizeram a festa do fim de semana de estreia da Bienal de SP.

● Longe da mesmice, a busca por softwares lora do padrão revela boas alternativas ali para o sistema Windows.

Ilustração 69 - O Globo citou a crise econômica ao falar sobre a reeleição de FHC

Naquele ano de 1999, projetava-se, como efeito da desvalorização cambial, uma explosão dos índices de preços, principalmente daqueles que carregavam algum componente ligado ao comportamento internacional, como os indicadores de atacado (Índice Geral de Preços - IGP). *Commodities*, como as agrícolas (soja, trigo e café), siderúrgicas (aço) e petróleo, que fazem parte da vida de qualquer cidadão comum, embutiam um forte potencial de reajustes. Esse nervosismo todo se justificava pelo medo de o plano fracassar. Então, em janeiro de 1999, quando o câmbio passou a flutuar de acordo com as condições do mercado, as estimativas para os indicadores de preços foram alarmantes (ARAÚJO, 2006, p.23).

Após o êxito econômico nos primeiros anos do governo FHC, o Plano Real encontrava-se, então, combalido por tantas crises e passava, em 1999, por um período de grave instabilidade monetária: a crise cambial. A evasão dos investimentos estrangeiros, o aumento da taxa de juros, a entrada do capital especulativo e a lentidão das reformas fiscais no Congresso puseram em xeque a credibilidade econômica brasileira.

7.2 A cobertura da crise

Como os jornais trataram na cobertura a crise do Plano Real? Nesta seção, analisamos as edições da *Folha* e de *O Globo* de janeiro de 1999, quando a questão da crise se tornou mais grave para a política econômica do país. Levamos em conta também, como complementação da nossa análise qualitativa, os resultados de um estudo sobre a cobertura dos três primeiros meses do segundo governo de FHC, realizado por Ananias Freitas (2001), embora o autor, diferentemente do que fazemos nesta pesquisa, tenha seguido o método de análise comparativa de um jornal com outro.³¹⁵

Logo no primeiro dia de 1999, uma sexta-feira, os dois jornais pesquisados cobriram de forma distinta a posse de FHC para o segundo mandato. O diário paulista valorizou a parte política do evento, enquanto o carioca descreveu também os detalhes da cerimônia (a editoria de *O País*, destinada à política nacional, ganhou o subtítulo “A posse” nos dias 1º e 2). Em suas matérias, a *Folha* foi mais “seca” na abordagem. Já *O Globo*, deu destaque aos detalhes que deram toque pessoal, de intimidade ao ato da posse.³¹⁶

³¹⁵ O pesquisador analisou as edições dos jornais *Folha* e *O Globo* e dos telejornais *Nacional*, da *Rede Globo*; *Jornal da Band*, da *TV Bandeirantes*; e *Jornal da Record*, da *TV Record*, dos três primeiros meses de 1999.

³¹⁶ No dia 1º de janeiro de 1999, a abordagem foi a seguinte, pelos títulos das matérias (seguidas das linhas finas) dos jornais: 1) Na *Folha*: “FHC toma posse hoje ainda com ministério provisório - Segundo mandato: presidente fará novas mudanças depois de aprovar pacote fiscal”; “Presidente desiste de sair em carro aberto – Segundo mandato: com medo

FH, em seu discurso, disse que não seria gerente de crise e que queria a queda dos juros para até 15% ao ano.³¹⁷ A conjuntura de incertezas que circundava o real já era registrada pelos diários desde o final de 1998 e foi tema do pronunciamento do presidente no dia do início de seu segundo mandato.

Naquela primeira semana de janeiro, o noticiário de economia se concentrou em aconselhar o consumidor sobre como lidar com as contas no começo do ano e os orientou a investir na poupança. O comportamento das vendas e de preços de produtos também estava no dia-a-dia da pauta dessa editoria e continuou sendo coberto ao longo do mês após a crise ter se agravado.³¹⁸

As altas taxas de juros eram abordadas constantemente nos diários, já que eram um ponto nevrálgico para a economia do país. Foram, por exemplo, o tema da manchete de *O Globo* de 5 de janeiro de 1999: “FH espera queda de juros em 3 meses para conter desemprego”. No dia 11, o jornal voltou a falar no assunto, desta vez para registrar o apelo dos governadores aliados do Planalto, na manchete: “Governadores farão movimento pela redução das taxas de juros”.³¹⁹

O cumprimento das metas do país com o FMI também ocupou parte do noticiário.³²⁰ Esse assunto apareceu associado à ameaça de moratória do governo de Minas Gerais, que foi constante no noticiário. Foi manchete, por exemplo, de *O Globo* de 7 de janeiro – “Governo enfrenta Itamar e não vai aceitar moratória de Minas” – e também no dia 8: “Calote de Itamar derruba bolsas e dólar no mundo”. Nessa data, a repercussão da

de chuva e para evitar pompa, FHC não usará o Rolls Royce doado pela rainha da Inglaterra”; “Política cambial terá desfecho em dois anos – Segundo mandato: Batalha entre defensores e opositores das medidas”; “FHC repete posse simples de Jânio – Em 61, falta de estrutura em Brasília impedia festa maior; em 99, crise dita cerimonial”; “Aprovação da CPMF é o primeiro desafio – Segundo mandato: contribuição deve arrecadar R\$ 15 bilhões em 99, mais da metade do previsto no acordo com o FMI”. 2) Em *O Globo*: “Mais quatro anos e o desafio de fazer o país crescer – FH toma posse hoje anunciando compromisso com ajuste fiscal”; “Um réveillon em família no Alvorada – FH oferecerá hoje jantar a 114 convidados, dos quais apenas 19 são parentes”; “Alfaiate dos imortais fez a nova faixa de FH – Cerimonial da Presidência ensaia no Planalto cerimônia em que Fernando Henrique será empossado”; “Evento será exibido em quase todos os canais – Cobertura das TVs inclui flashes ao vivo, boletins e entrevistas”; “Convivência com oposição deverá ser mais pacífica – FH liga novamente para Lula e poderá chamar os líderes de outros partidos de esquerda para diálogo”; “Um Ministério para que o ajuste fiscal seja aprovado”; “Em 99, um olho no ajuste e outro na crise externa”; “Em 4 anos, cesta básica ficou bem abaixo da inflação”.

³¹⁷ Manchete de *O Globo* de 2/01/1999: “FH: não fui eleito para ser o gerente da crise. Farei um país mais justo”, com a linha fina “Presidente diz, após a posse, que espera queda de juros para até 15% até o fim do ano”.

³¹⁸ Na editoria de economia de *O Globo* do dia 3: “A ressaca das contas de janeiro – é hora de quitar as compras de Natal e enfrentar os aumentos de IPTU, remédios e carros” e “Na hora de investir, poupança ficou mais atrativa” (p. 27); no dia 7: “Corrida pelo carro zero – consumidor tenta se antecipar ao aumento de preço provocado pelo repasse do novo IPI” (p.21), “Vendas no Natal cresceram 8% em 1998” (p.22), “ANP: gasolina acima de R\$ 0,76 só aumenta lucros” (p.23); do dia 9: “Pesquisa de preços pode evitar que o material escolar pese também no bolso” (p.26); no dia 11: “Indústria farmacêutica ameaça subir preços” (p.19); no dia 31: “Diferenças de preços podem chegar a quase 200%” (p.40).

³¹⁹ Em *O Globo*, do dia 13: “Nervosismo faz disparar juros futuros. Títulos da dívida externa caem 4,8%” (p.26).

³²⁰ Em *O Globo* do dia 7: “Equipe econômica diz que metas com o FMI serão cumpridas sem problemas” (p.26).

briga com o governador mineiro ocupou a maior parte das páginas das editorias de política e economia.³²¹

Esse episódio ocorreu porque os então governadores Itamar Franco (PMDB-MG), Olívio Dutra (PT-RS), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Garotinho (PDT-RJ), Zeca do PT (PT-MT), Ronaldo Lessa (PSB-AL) e Jorge Vianna (PT-AC), ao tentarem renegociar a dívida de seus estados com a União, compraram uma briga com FHC. O assunto foi discutido pela imprensa por dias consecutivos, enfocando, sobretudo, o governador mineiro, devido à moratória que ele havia decretado. No dia 9, *O Globo* deu novamente o assunto na manchete com a reação do governo – “FH: governadores terão que cumprir lei, custe o que custar”.

O comportamento de queda da inflação nos estados também era acompanhado pelos jornais.³²² Outro tema recorrente foi a taxa de desemprego no país.³²³ Assuntos novos foram inseridos na pauta da editoria de economia, como a ameaça do “bug” nos computadores com a chegada do ano 2000.

No dia 14 de janeiro, os jornais estamparam em suas primeiras páginas a manchete sobre a crise e a desvalorização do real em 8,9%. Eles repercutiam as reações ao dia considerado mais tenso desde que FHC havia chegado ao poder. O BC havia anunciado as medidas para conter os efeitos da crise de credibilidade enfrentada pelo país no exterior (*Ver ilustração 70*).

Gustavo Franco, um dos idealizadores do Plano Real e da política cambial, vinha sendo criticado por empresários e por economistas por causa da crise e pediu demissão da presidência do BC. Foi substituído pelo diretor de Política Monetária dessa instituição. *O Globo* deu matéria sobre essa mudança na manchete do dia 13: “Gustavo Franco cai e Francisco Lopes é o novo presidente do BC”. No dia seguinte, o jornal fez uma auto-referenciação, ao lembrar, na página 34, que tinha publicado aquele assunto em primeira mão, e reproduziu parte da primeira página da edição anterior, com o título “*O Globo na frente*” (*Ver ilustração 71*).

³²¹ Em *O Globo*, no dia 8, na editoria de O País: “Governo endurece com Itamar” e “PMDB busca saída para o problema” e, “FH: não a moratórias e confiscos” (p.3); na editoria de economia: “Itamar derruba bolsas e até o dólar” (p.19); “Mercado espera que Governo execute a dívida de Minas com corte de repasses” e “Para bancos, ajuste fiscal está em risco” (p.20); “Governo só pode gastar R\$ 2 bi com custeio este mês” (p.21); no dia 10: “Itamar fica isolado ao decretar moratória” (chamada na capa); no dia 12: “BB bloqueia recursos de Minas e Itamar ataca FH” (manchete); no dia 13: “Calote de Itamar faz Brasil sofrer nova fuga de dólares” (manchete).

³²² Em *O Globo*, de 8 de janeiro: “SP teve deflação anual pela primeira vez desde 1939” (p.25); no dia 9: “Rio teve em 98 a menor inflação em 53 anos: 3,11%” (p.23). Na *Folha*, dia 20: “Pão símbolo do Real sobe na padaria” (Dinheiro, p.2-3); dia 29: “Fipe projeta inflação anual de 8% em SP” (p.2-4).

³²³ Em *O Globo*, do dia 10: “Taxa de desemprego pode chegar a 12%” (p.36). Na *Folha*, do dia 28: “Número de desempregados sobe 48,2% durante o governo FHC” (p.2-14).

As tensões no mercado financeiro, a partir da queda do presidente do BC e da desvalorização da moeda, foram registradas pelos jornais.³²⁴ E as editorias de economia, mais uma vez, reafirmaram seu papel de prestadoras de serviço para a população por meio da tradução da turbulência financeira. No dia 14, por exemplo, *O Globo* deu uma matéria sobre a perspectiva de aumento do índice inflacionário: “Inflação deverá ficar entre 2% e 4% em 99” (p.31). Ao lado desse texto jornalístico, publicou um box com o título “Traduzindo o economês”, no qual explicava o que a desvalorização do real frente ao dólar trazia de impacto para o cotidiano do consumidor. Se o real estivesse valendo menos, importar um produto ficaria mais caro e isso se refletiria em inflação mais alta. Isso também afetaria as compras e as dívidas em dólar de muitas indústrias e esse impacto poderia ser repassado para os preços.

Diante do agravamento da crise, FHC e Pedro Malan fizeram um pronunciamento, no Palácio do Planalto, no qual reiteraram o compromisso com o ajuste fiscal e disseram que os rumos da política econômica não mudariam. A *Folha* do dia 14 publicou um caderno especial sobre a crise, com 15 páginas, nas quais fez a repercussão sobre o assunto com diversas fontes. Na capa, trouxe como matéria principal: “Governo muda política cambial; mercado reage com ceticismo”.³²⁵

³²⁴ Em *O Globo* do dia 14: “Governo desvaloriza o real” (O País, p.2); “Bovespa cai mais de 10% e operações são suspensas” (Economia, p. 29); “Novo câmbio, sozinho, não garante recuo de juros” e “Quem tem dívida em dólar sai prejudicado” (p.30); “Dólar mais alto encarece viagem para o exterior”, “Fundos atrelados ao dólar dão um salto” e “Desvalorização deve afastar clientes de carros importados” (p.31); “PIB do Brasil deverá cair mesmo que os juros baixem” e “Desvalorização aumentará dívida do governo” (p.35); “Economistas descartam uma disparada da inflação” e “Indústria paulista declara uma trégua ao Governo” (p.40); “Bill Clinton apóia medidas do Governo Brasileiro” e “Analistas aconselham rapidez na reforma fiscal” (p.43).

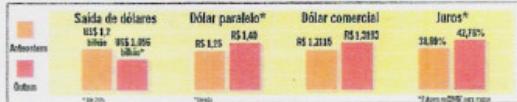
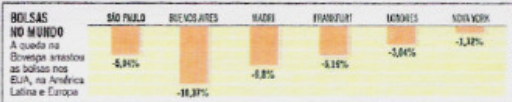
³²⁵ O diário paulista trouxe a repercussão ao longo do caderno especial: “Mudança desvaloriza o real” (p.2); “Fuga de dólar precipitou a troca de nome” (p.3); “Câmbio foi motivo de saída”, “Gustavo Franco uniu quase todos contra ele” e “O Real não pode depender de indivíduos” (p.6); “Nova política cambial é um ‘blefe’, diz Dornbusch” (p.12); “Investidor deve ficar onde está” (p.14).

O GLOBO

Fundador: IRINEU MARINHO

RIO DE JANEIRO, QUINTA-FEIRA, 14 DE JANEIRO DE 1999 - ANO LXIV - Nº 23.276

Presidente: ROBERTO MARINHO



Agravamento da crise leva BC a desvalorizar o real em 8,9%

Reservas do país perdem mais de um bilhão de dólares em dia tenso

Bolsas despencam no mundo. Em São Paulo, queda é de 5,04%

Bill Clinton diz que EUA acreditam no sucesso das reformas brasileiras

Congresso dá apoio ao Governo e aprova medidas do ajuste fiscal

• No dia mais tenso no Governo desde que o presidente Fernando Henrique chegou ao poder, o Banco Central anunciou medidas que alteram substancialmente a metodologia cambial implantada em 1994 com o Plano Real. Para conter os efeitos da crise de credibilidade enfrentada pelo país no exterior, o Governo trocou o presidente do BC — Francisco Lopes assume no lugar de Gustavo Franco, como O GLOBO antecipou ontem — e mudou o sistema de bandas que rege a política cambial, permitindo uma desvalorização imediata do real de 8,96%.

Francisco Lopes anunciou que as mudanças no câmbio podem abrir espaço para a redução das taxas de juros. O mercado financeiro, entretanto, reagiu em clima de pânico logo pela manhã e o dólar subiu imediatamente ao teto da nova banda, fixada em R\$ 1,32; os juros no mercado futuro dispararam, batendo em mais de 50% ao ano; os títulos da dívida externa brasileira chegaram à menor cotação registrada nos últimos cinco meses. As bolsas caíram mais de 10%, fazendo com que o pregão fosse interrompido.



O NOVO PRESIDENTE do Banco Central, Francisco Lopes, durante a entrevista sobre a mudança na política cambial: alteração pode permitir redução dos juros

No início da tarde, após a aprovação de vários itens do ajuste fiscal pelo Congresso, o cenário já era diferente. Os juros no mercado futuro recuaram para cerca de 40%; os títulos brasileiros tiveram uma ligeira recuperação; e a Bolsa fechou com queda de 5,04%. O movimento no mercado brasileiro acabou afetando as bolsas de Europa, América Latina e EUA. A Bolsa de Buenos Aires teve queda de 10,3%, a de Madrid caiu 6,8%, e a de Nova York, 1,3%. As mudanças anunciadas não foram suficientes para reverter a saída de dólares do país, mas evitaram que as projeções mais pessimistas se confirmassem. O saldo cambial ficou negativo em cerca de US\$ 1,05 bilhão, mesmo nível do dia anterior — abaixo, porém, das previsões catastróficas de analistas durante o dia, que previam saída de até US\$ 4 bilhões.

O presidente Fernando Henrique interrompeu as férias em Sergipe e regressou imediatamente a Brasília. Ao lado do ministro Pedro Malan, o presidente fez um pronunciamento no qual reafirmou o compromisso do Governo com o ajuste fiscal, pediu a solidariedade da comunidade internacional e garantiu que as mudanças não significam políticas monetária e cambial mais frouxas: "É apenas uma modificação técnica para facilitar a continuidade do compromisso do Governo de manter política fiscal, política monetária e política cambial com regras claras."

Em meio à crise, o Governo conseguiu aprovar quatro MPs do ajuste fiscal. A principal delas, que inclui o aumento do imposto sobre Operações Financeiras (IOF), vai resultar numa receita extra de R\$ 5,6 bilhões aos cofres da União, para compensar o que deixará de ser arrecadado pela CPMF, cuja cobrança termina no próximo dia 23.



PARLAVRA-CHAVE: legenda



2ª edição
Anúncio classificado no jornal de São Paulo
R\$ 1,50
Exemplar de Arquivo

SEGUNDO CADERNO
• Depois de visitar os gêneros policial ("A dama do Cine Shanghai") e melodrama ("Perfume de gardenia"), Guilherme de Almeida Prado Lomazaga o rádio e os dubla-

RICARDO BOECHAT
Vazamento do emissário suja as praias da Zona Sul
Páginas 16 e 17

BOA VIAGEM
• Dez anos depois da queda do muro, uma nova Berlin recebe os turistas. Uma série de obras muda a paisagem da cidade, e seus dois lados agora formam um grande ponto de efervescência cultural e agitação noturna. Nos museus, exposições unem o passado ao presente e colocam a História em lugar de destaque.

Ilustração 70 - A crise foi manchete dos jornais, consecutivamente, em janeiro de 1999, a partir do dia 14



Ilustração 71 - Uma das suítes da crise que afetou o Brasil, depois do México, da Ásia e da Rússia (acima); e a manchete da troca de comando no BC (abaixo)

A crise brasileira repercutiu no mercado internacional³²⁶ e ocupou as manchetes dos jornais do restante do mês em função da importância de suas possíveis consequências para o país.³²⁷ Também ocupou a primeira página nos meses seguintes, conforme mostra o levantamento feito por Freitas (2001, p.108-124). Durante os 75 dias de sua análise, a crise do real foi tema de manchete na maioria das vezes e esteve presente em todas as primeiras páginas dos dois jornais.³²⁸

Como se trata de dois jornais que buscam uma projeção nacional, pode-se intuir, segundo o autor, que em *O Globo* operou-se, com destaque, uma combinação do posicionamento mais positivo para o governo: falou-se menos de assuntos negativos. A *Folha* buscou, em uma estratégia mais pedagógica, explicar aos seus leitores que, de certa forma, cada medida econômica influenciaria no seu dia-a-dia. Criou o selo “Real em Crise” para identificar as matérias relacionadas ao tema e fez um caderno especial com o mesmo nome. Durante toda a cobertura, criticou o presidente e suas medidas econômicas, mas não se limitou a uma postura de oposição ao governo.

O Globo não destacou a crise do real na primeira página em todos os dias de análise. A manchete principal foi dividida entre política nacional e local, futebol carioca e carnaval na Sapucaí. Nas capas, foram divulgados também os assuntos das novelas globais e de seus artistas, demonstrando uma busca pela diversificação de matérias e por uma maior diluição dos assuntos negativos. O autor conclui que *O Globo* utilizou mecanismos buscando “esconder” a presença do governo nas “más notícias” por meio da diluição dos

³²⁶ Os dois jornais pesquisados publicaram, no dia 15, matéria da repercussão da crise brasileira no mercado internacional: “Brasil ganha manchetes em todo o mundo” (*O Globo*, p.24); e “Crise brasileira ganha destaque na imprensa mundial” (*Folha*, p.2-9).

³²⁷ O diário carioca, por exemplo, manteve as manchetes sobre economia no restante do mês: “Mercado impõe câmbio livre e real é desvalorizado em 17%” (dia 16); “Mudança no câmbio faz empresas reverem preços” (dia 17); “FMI aceita câmbio livre e vai rever metas com Brasil” (dia 18); “Alta do dólar chega a 29,6% e juros devem subir para evitar inflação” (dia 19); “Contribuição de inativos deixa Governo perto de concluir ajuste” (dia 21); “Mercado nervoso força alta do dólar para pressionar BC” (dia 22); “BC prevê que estabilidade só voltará no prazo de 3 a 6 meses” (dia 23); “Comércio resiste à alta de preços da indústria” (dia 24); “FH convocará empresários e sindicatos para discutir crise” (dia 25); “Produtores de alimentos anunciam aumento de preços” (dia 26); “Congresso avança no ajuste mas dólar vive dia de forte especulação” (dia 27); “Tensão no mercado de câmbio faz o BC elevar a taxa de juros” (dia 28); “Conselho Monetário anuncia medidas para atrair dólares” (dia 29); “Indignado, FH nega confisco e diz: ‘Deixe o dinheiro em paz no banco’” (dia 30); “Economia pára à espera da estabilização do dólar” (dia 31).

³²⁸ Em sua pesquisa, Freitas (2001, p. 108-124) considerou as dimensões quantitativa e qualitativa do noticiário no período de 1º de janeiro a 15 de março de 1999 e mostrou que a *Folha* publicou 182 manchetes em sua capa sobre política e economia. Dessas, 20 foram consideradas positivas para o governo federal, 75 negativas e 79 neutras. *O Globo* publicou 120 manchetes sobre política e economia, sendo 52 positivas, 13 negativas e 55 neutras. Esse quantitativo foi avaliado pelo autor como “uma pluralidade saudável entre os dois veículos”. Com relação às matérias produzidas sobre o tema política e economia, a *Folha* publicou 590 matérias, sendo 161 positivas para o governo, 295 negativas e 134 neutras. Já em *O Globo*, saíram 652 matérias no mesmo período: 288 positivas, 106 negativas e 258 neutras. Freitas considerou as notícias e reportagens como “positivas” quando tratavam de assuntos favoráveis ao governo, utilizavam fontes que o apoiavam e/ou especialistas ou cidadãos comuns que o defendiam ou eram abertamente tendenciosas a seu favor. Já as que classificou como “negativas” foram as que tratavam de assuntos desfavoráveis ao governo, que utilizavam fontes que não o apoiavam ou eram tendenciosas contra ele. E, por fim, foram consideradas “neutras” as matérias que tratavam de assuntos que não estavam relacionados ao tema, embora tratassem de questões políticas nacionais e/ou locais, mas que não favoreciam nem desfavoreciam o governo.

sujeitos e das responsabilidades. Os títulos das matérias sobre fatos negativos raramente levaram o nome do governo, muito menos de FHC. Os textos também seguiram nessa linha (FREITAS, 2001, p.114-117).

Os dados apresentados na pesquisa de Freitas ajudam na contextualização de aspectos dessa cobertura sobre esse momento de crise, a partir da qual podemos dizer – considerando as teorias de construção social das notícias, a estruturalista e a interacionista, que emergiram nos anos 1960 e 1970 – que a crise econômica ocupa grande espaço nos principais jornais brasileiros por se tratar de um assunto com valor-notícia semelhante ao da morte.

Para essas teorias, explica Nelson Traquina (2004, p.173-174), as notícias são o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua organização. Essas correntes sublinham a importância da cultura jornalística, a ideologia dos membros da comunidade, e as rotinas e procedimentos que os profissionais utilizam para levar a cabo o seu trabalho. Assim, ambas rejeitam categoricamente uma visão instrumentalista das notícias, porque reconhecem que os membros da comunidade jornalística exercem um grau de autonomia. Contestam a visão de que eles são observadores passivos e defendem a posição de que, ao contrário, são de fato participantes ativos na construção da realidade.

Assim, as notícias seriam uma “construção” social, o resultado de inúmeras interações entre diversos agentes que pretendem mobilizá-las, portanto, como um recurso social em prol das suas estratégias de comunicação. Em um nível, os jornalistas interagem com diversas fontes de informação, algumas a quem têm acesso regular. Em um segundo nível, a interação tem lugar entre eles, como membros de uma comunidade, que partilham uma identidade profissional, valores e cultura comuns.

Em um terceiro nível, na definição deles de notícias, eles também interagem silenciosamente com a sociedade, por via dos limites com que os valores sociais marcam as fronteiras entre normal e anormal, legítimo e ilegítimo, aceitável e desviante. As narrativas sobre os fatos têm uma estrutura profunda de valores que os jornalistas partilham, como membros da sociedade, com a sociedade. Como um todo e como seus membros (TRAQUINA, 2004, p.28-29).

Assim como onde há morte, há jornalistas, onde existe uma perspectiva ou risco de ocorrer uma crise, também há jornalistas. A morte e a crise econômica são valores-notícia fundamentais para essa comunidade interpretativa e são razões que explicam o

negativismo do mundo jornalístico, apresentado diariamente nas páginas dos jornais, nas emissoras de rádio e televisão ou nos sites noticiosos.

O crime é percebido como um fenômeno permanente e recorrente e grande parte dele é observada pelos meios de comunicação de uma forma igualmente rotinizada (TRAQUINA, 2005, p.85). No caso da notícia sobre crise econômica, ocorre o contrário: ela não é percebida como um fenômeno que deva ser permanente e, por isso, se fortalece como valor-notícia quando irrompe a normalidade do campo econômico.

O que confere especial atenção às “estórias” de crimes é a mesma estrutura de “valores-notícia” que se aplica a outras áreas noticiosas: um crime mais violento, com um maior número de vítimas, equivale a maior noticiabilidade para esse delito. Qualquer crime pode ficar com mais valor-notícia se a violência lhe estiver associada (*ibid.*). Nesse aspecto, a notícia sobre a crise na economia se assemelha a sobre delitos: quanto mais impactante for para a macro e a microeconomia, maior espaço ocupará nos meios de comunicação.

7.2.1 Crise e risco no jornalismo de economia

A iminência de uma crise no campo econômico remete a outro conceito importante nessa área: o de risco. E de que forma ele se relaciona com o jornalismo dessa área? Qual é a relação com a construção da notícia, especificamente a de economia?

O Plano Real, como citamos no capítulo anterior, teve como matriz básica o chamado “Consenso de Washington”, que também pode ser visto como resultado do processo de globalização financeira, que acelerou o movimento dos capitais especulativos, com a formação de um mercado financeiro mundial, e levou a um acentuado crescimento da incerteza e do risco (FILGUEIRAS, 2000, p. 94),

Os mercados de câmbio se tornaram altamente especulativos a partir das políticas de desregulação financeira, implementadas por Ronald Reagan e Margaret Thatcher nos anos 1980. O economista Filgueiras (*ibid.*), citando Fiori e Tavares (1993, p.17-20), assinala que uma das conseqüências mais daninhas desse fenômeno se expressa no fato de que os bancos centrais, principalmente dos países periféricos, se tornaram impotentes para controlarem ataques especulativos contra as suas respectivas moedas nacionais, o que implicou o aumento dos riscos sistêmicos.

A tentativa de administrar o risco é uma preocupação que ganhou novas proporções na pós-modernidade, pois ele se tornou um sintoma da cultura contemporânea,

com o aumento do número de conflitos étnicos no mundo e sua relação com a disputa de interesses econômicos, que geram instabilidade. Isso está associado à incerteza, ao risco. Nesse contexto, as descontinuidades, as irregularidades e a volatilidade parecem estar proliferando.

No mundo das finanças, novos instrumentos aparecem a um ritmo estonteante, novos mercados estão crescendo mais rapidamente do que os antigos, e a interdependência global torna a administração do risco cada vez mais complexa. A insegurança econômica, sobretudo no mercado de trabalho, gera manchetes diárias em veículos de comunicação. O meio ambiente, a saúde, a segurança pessoal e o próprio planeta Terra parecem estar sob o ataque de inimigos nunca antes encontrados (BERNSTEIN, 1997, p. 331-332).

Risco se tornou um conceito central na sociedade contemporânea, porque eles têm se tornado, progressivamente, mais sistêmicos e globalizados. E isso aumenta a dificuldade de calculá-los, pois são cada vez mais imponderáveis.

A palavra risco emergiu na pré-modernidade, na transição entre a sociedade feudal e as novas formas de territorialidade que dariam origem aos Estados-nação.³²⁹ Mas foi apenas em meados do século XX que ocorreu a progressiva formalização do conceito e aperfeiçoamento das técnicas de cálculo. Spink (2001, p.1280) explica que o campo interdisciplinar da análise dos riscos se inaugurou, segundo alguns autores (HOOD; JONES; PIGEDON; TURNER. & GIBSON, 1992; e RENN, 1998), na década de 1950, por conta da energia nuclear. Esse campo englobava três áreas de especialidade: o cálculo dos riscos, a percepção deles pelo público e sua gestão. Mais recentemente, essa gestão passou a englobar também a comunicação sobre riscos ao público.

Seu significado é próprio da modernidade e está intimamente relacionado à incorporação cultural da noção de probabilidade. Mary Douglas (1992) o considera a maneira moderna de avaliar o perigo em termos de probabilidade, em um contexto de incerteza. A noção moderna da palavra emergiu, segundo ela, no século XVII, no contexto dos jogos de azar. Foi incorporada, no século XVIII, no seguro marítimo e, no século XIX, na economia.

Paulo Vaz (1999, p.6) destaca que o conceito é nômade, pois orienta múltiplas práticas e recebe conteúdos diversos segundo os diferentes campos de saber que suscita,

³²⁹ A palavra risco emergiu no catalão, no século XIV, nas línguas latinas, no século XVI e nas anglo-saxônicas, no século XVII. Há o consenso de que surgiu para falar da possibilidade de ocorrência de eventos vindouros, em um momento histórico onde o futuro passava a ser pensado como passível de controle. Depois, risco se tornaria um conceito fundamental na modernidade clássica. O processo de conceituação envolveu, de um lado, o lento desenvolvimento da teoria da probabilidade, cuja história teve início no século XVII. De outro lado, esse conceito envolveu a sofisticação da estatística e seu uso como ciência do Estado (SPINK, 2001, p.1280).

como a ciência política, a economia, a medicina, o direito, a engenharia e a ecologia. Em sua face positiva, supõe que é possível o planejamento e a possibilidade de aventurar-se cientificamente, isto é, com segurança e controle no uso de tecnologias bastante complexas. Sua outra face, porém, é a advertência constante sobre as conseqüências de nossos atos.

Esse conceito tem sido tratado pelas ciências sociais a partir de diferentes perspectivas. Dentre elas, destaca-se a formulação de Ulrich Beck (1992) que, no final dos anos 1980, propôs o risco como uma noção central para a compreensão da sociedade em que vivemos, cunhando a expressão “sociedade do risco”, que designa “um estágio da modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então no caminho da sociedade industrial” (BECK, 1997, p.17).³³⁰

A “sociedade do risco” (ou modernidade tardia para alguns) sucederia a sociedade disciplinar ou de controle. Para Michel Foucault (2005), o crescimento de uma economia capitalista fez apelo à modalidade específica do poder disciplinar, cujas fórmulas gerais, cujos processos de submissão das forças e dos corpos, cuja “anatomia política” podem ser postos em funcionamento por meio de regime políticos, de aparelhos ou de instituições muito diversas.³³¹

A sociedade disciplinar teve seu ápice no início do século XX. Em meados dele, porém, ela entrou em crise, que nos anos 1990 se completou. Mudaram as técnicas de poder, o sentido da vida que nossa cultura nos propõe e o sujeito:

³³⁰ A proposição de Beck baseia-se no diagnóstico de que as instituições que caracterizavam a modernidade – entendida por ele como uma sociedade industrial – confrontaram-se com os limites de seu próprio modelo, a partir dos avanços no processo de industrialização, que se fez acompanhar de um crescente avanço tecnológico. A literatura sobre risco sugere que a “sociedade de risco”, ou modernidade reflexiva, inaugurou novas possibilidades de significação do conceito. O princípio central da sociedade industrial, segundo Beck, era a distribuição dos bens. Já a de risco teria como questão central a distribuição dos males ou dos perigos (CHEVITARESE & PEDRO, 2005, p.1).

³³¹ O que estava em pauta na sociedade disciplinar era a gestão da vida que, segundo as reflexões de Foucault, englobou duas estratégias. Uma, desenvolvida a partir do século XVII, centrou-se no corpo-máquina, constituindo os dispositivos disciplinares. A outra, um pouco mais tardia, se desenvolveu por volta de meados do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie e englobou as técnicas de governo das populações. É no âmbito dessas últimas que vão se constituir os biopoderes essenciais para a moderna gestão dos riscos (FOUCAULT, 1977). O poder disciplinar, fundamental para o desenvolvimento do capitalismo industrial, tinha por objetivo o controle dos corpos, tornando-os dóceis e fortalecidos para o trabalho produtivo. Ancorava-se duplamente na organização da massa indiferenciada, mediante sistemas classificatórios, e nas estratégias de vigilância continuada. O principal mecanismo classificatório nesse tipo de gestão era a norma, mais precisamente a definida a partir das distribuições de frequência. Dessa forma, essa organização era perpassada pela noção do “homem médio”, introduzida por Lambert Adolphe Jacques Quetelet e aperfeiçoada por Francis Galton (BERNSTEIN, 1997). Também a vigilância dependia de dois mecanismos. De um lado, apoiava-se nas “disciplinas”, saberes específicos constituídos e constituidores das instituições de vigilância: a escola, a prisão, por exemplo. De outro lado, para que essas ordenações fossem internalizadas, a vigilância dependia de um regime disciplinar exercido no espaço privado dos lares e das subjetividades: a higiene. Já os biopoderes voltavam-se ao governo do corpo-espécie e tinham por objetivo a segurança, estratégia de governo que implicava o aperfeiçoamento e o uso da informação. É importante, nessa perspectiva, entender os riscos e seus correlatos. É obviamente nessa vertente que se ancoram as modernas estratégias de gestão dos riscos.

Por estarmos no início, por ainda assistirmos à instalação de uma nova forma social, é difícil precisar seus contornos. A exposição só pode ser comparativa e estratégica; apreender o fim da forma disciplinar pela relativa pacificação no que antes, nos comportamentos humanos, inquietava e o aparecimento de novos objetos de preocupação social (VAZ, 1999).

Spink (2002, p.152) afirma que vários autores (BECK, 1992 e 1998; GIDDENS, 1998) ponderam que os riscos não estão mais limitados temporalmente (na medida em que futuras gerações podem ser afetadas) e nem espacialmente, pois muitas vezes extrapolam as fronteiras nacionais. A reflexão necessária deixa, portanto, de estar circunscrita a grupos e localidades, tendendo à globalização à medida que os riscos modernos (ou a consciência deles) revelam ameaças irreversíveis à vida das plantas, dos animais e dos seres humanos desta e de futuras gerações.

Beck e outros sociólogos (entre eles GIDDENS, 1998) falam de “sociedade de risco” para pontuar a complexidade dos riscos modernos, que se referem à sua natureza, enfatizando a presença crescente dos riscos manufaturados, produtos dos desenvolvimentos da ciência e tecnologia e à progressiva tendência à desterritorialização e à globalização deles.

Vaz (1999) acrescenta que atualmente experimentamos a formação de uma sociedade de controle ou da fragilidade. Se uma sociedade se define pelos valores que propõe como positivos e se esses emergem por negação da negação, a passagem da disciplina ao controle é, segundo ele, também a passagem da norma ao risco, como conceito primário a partir do qual se pensa a relação dos indivíduos consigo mesmos, com os outros e com o mundo.

Atualmente, risco é abordagem recorrente em uma ampla variedade de pesquisas em diferentes disciplinas científicas. Na economia é, em certa medida, um problema econômico-monetário. Depende, em particular, de todas as possibilidades de se restringir o domínio de conseqüências a serem consideradas em uma equação de custo/benefício (LUHMANN, 1993, p.1).

Como um termo econômico, risco é uma situação em que, partindo-se de determinado conjunto de ações, vários resultados são possíveis e as probabilidades de cada um acontecer são conhecidas. Quando tais probabilidades são desconhecidas, a situação denomina-se incerteza (e, no ramo de finanças e investimentos, a incerteza influencia todas as decisões). Em sentido mais concreto, é a condição de um investidor de perder ou

ganhar dinheiro. Em termos históricos, a análise científica do risco teve início no século XVII, em pleno Renascimento (SANDRONI, 2005, p.737).

A capacidade de administrar o risco e, com ele, a vontade de correr riscos e de fazer opções ousadas, portanto, são elementos-chave da energia que impulsiona o sistema econômico (BERNSTEIN, 1997, p. 3).

E qual é o papel da mídia dentro desse contexto? No linguajar convencional, a era atual da história é geralmente caracterizada como sendo de globalização, revolução tecnológica e democratização (MCCHESNEY, 2003, p.217). Nessas três áreas, a mídia e as comunicações têm um papel central no interior de uma cultura pública que é profundamente influenciada pela nova economia política.

Na sociedade atual, denominada de risco, complexa ou pós-moderna, a informação tem papel fundamental, diante dos inúmeros meios que permitem ao cidadão o contato imediato com a notícia e com os acontecimentos, não mais em nível local, mas globalizado e de acesso imediato.

A mídia se legitima por ocupar o lugar daquele que, na sociedade, adverte sobre a existência dos riscos e propõe os meios de contorná-los (VAZ, 1999). Uma pesquisa citada por Vaz mostra que 40% das chamadas de primeira página em jornais norte-americanos dizem respeito à gestão do cotidiano, tendo em vista os hábitos de vida e os riscos que se correm. É principalmente pelos meios de comunicação que o indivíduo se informa sobre os perigos locais, regionais e globais que podem, de alguma forma, lhe atingir.

No campo econômico, a informação é considerada um item essencial na tomada de decisões. Schuch (1997) observa que decidir economicamente é praticar uma ação racional, no presente, que terá uma consequência, um resultado, no futuro, procurando otimizar uma relação aparentemente simples, mas que, na verdade, é complexa: a relação custo/benefício. A importância da tomada de decisão está no futuro. Para chegar à decisão, os agentes econômicos (indivíduos e empresas) processam informações já conhecidas e procuram as desconhecidas a fim de minimizar o risco.

O papel da informação na tomada de decisões é, portanto, minimizar o risco, de forma a maximizar benefícios econômicos. Assim, dentro de um ambiente econômico competitivo, o jornalismo torna-se uma fonte poderosa de informações necessárias à tomada de decisões e à formação de estratégias econômicas pelos agentes desse campo. Evidentemente, cabe a cada agente econômico a escolha das formas de uso dessas informações. Mas é lícito concluir que o uso do jornalismo proporciona vantagens competitivas em um ambiente de negócios (SCHUCH, 1997, p.2-3).

Bernstein (1997, p. 278) explica que temos a tendência a acreditar que a informação é um ingrediente necessário à tomada racional de decisões e que, quanto mais informações tivermos, melhor conseguiremos lidar com os riscos que enfrentamos. No sistema econômico, o jornalismo tem, portanto, o papel de servir como ferramenta ao processo decisório dos agentes do mercado.

Na cobertura do lançamento do Plano Real, verifica-se que o risco aparece no sentido de possibilidade de ocorrência de algum evento, concebido como ocasião para ganhos ou perdas. Nesse glossário, incluem-se as palavras “ameaça” e “medo”, “chance” e “perda” (ou “queda”), “sorte” e “perigo”, que apareceram em matérias as quais discutiram o possível aumento ou queda da inflação, os índices, repercussões com especialistas ou comportamento dos preços dos produtos e dos agentes do mercado.

No caso da crise do Plano Real, as possibilidades de risco de a inflação voltar e a idéia de que produziria os impactos para a economia do Brasil estiveram presentes, no noticiário verificado no mês de janeiro de 1999, porque havia a ameaça de desequilíbrio, o que levou à decisão do governo de desvalorizar a moeda. Nessa cobertura, apareceram, com frequência, as palavras “incerteza”, “medo” e “ameaça”, usadas por segmentos do mercado e reproduzidas nas matérias sobre aumentos de preços ou queda de índices.³³²

O risco move o sistema capitalista e, em consequência, o noticiário sobre os fatos econômicos. Com o advento das novas tecnologias da informação e da comunicação e aumento da velocidade da informação, o jornalismo de economia foi ganhando importância, porque foi servindo cada vez mais à economia virtual, na qual os fluxos de informação são tão rápidos, abundantes e vigorosos, que passado e futuro passam a ficar comprimidos em percepções sintetizadas no presente.

No mundo de hoje, os mercados financeiros fazem a mediação entre as percepções sobre o futuro, a soma de diagnósticos e de prognósticos. A percepção e a prevenção do risco tornam-se cada vez mais importantes, em uma economia virtual, na tomada de decisões em um terreno marcado por influências e repercussões de fatos com consequências globais.

O risco, portanto, alimenta o noticiário. Nas notícias de economia, fala-se em probabilidade ou chance de ocorrência e tenta-se analisar os fatores. Uma das características do jornalismo de economia que pode ser observada – e é uma das mais

³³² Exemplos nas edições dos jornais em janeiro de 1999: em *O Globo*, do dia 31, “Incertezas reduzem o ritmo dos negócios no setor de imóveis” (Economia, p.35); na *Folha*, do dia 15, “Brasil reacende medo de crise argentina” (Dinheiro, p.2-6), do dia 17, “Paulistanos temem volta da inflação” (p.2-10) e, no dia 24, “Medo da inflação leva país à crise cambial” (p.2-7).

marcantes – é o constante tratamento, como verdade, de prognósticos. A cobertura do campo econômico é muito mais construída em torno de análises, estimativas, especulações, aproximações e pontos de vistas sobre cenários futuros de fontes especializadas do que por fatos concretos³³³. Com isso, muitas vezes, antecipa situações, constrói cenários futuros como verdades do presente, e, conseqüentemente, provoca mudanças em um mercado onde as operações são cada vez mais virtuais, voláteis, e cujas decisões são fortemente influenciadas pelos discursos sobre os rumos dos setores da economia.³³⁴

Aliás, sobre a construção de cenários pelas fontes especializadas e suas análises de risco para o campo econômico é importante acrescentar que, em geral, elas o fazem a partir de suas expectativas com relação ao desempenho da economia, quase sempre positivas. Analisar de forma negativa pode fazer com que setores deixem de lucrar e, como se sabe, a possibilidade contínua de se obter lucro é a mola que move o capitalismo e seus discursos. Também ocorrem interpretações de dados sobre desempenho da economia do país a partir de projeções das fontes especializadas sobre medidas que elas acham que o governo deveria adotar.

Dessa forma, a cobertura jornalística do campo econômico pelos meios de comunicação passa por especulações sobre os riscos das medidas tomadas pela política monetária do governo, por aproximações, estimativas e cenários futuros desenhados por fontes especializadas da área, o que pode levar a informações equivocadas, dependendo da interpretação que se dá ao assunto.

Outro ponto importante que a análise das edições dos jornais indica e que também está relacionado com a interpretação por parte das fontes é o uso das estatísticas na pauta do jornalismo. Kucinski (2000, p.24) ressalta que, no debate econômico, abusa-se das falácias, argumentos com premissas aparentemente corretas, mas cujas conclusões são falsas. E a mais freqüente é a falácia estatística. Quase tudo pode ser provado em economia, manipulando-se estatísticas. Escolhem-se dois pontos convenientes de uma série estatística para provar, por exemplo, que os preços agrícolas sofreram uma perda em seu poder de troca. Poderiam ser escolhidos outros dois pontos, não muito distantes, para se provar exatamente o contrário.

³³³ Exemplos publicados nos jornais em 31 de janeiro de 1999: em *O Globo*: “ONU prevê recessão grave se mercado e Fundo não mudarem” (p.38); e na *Folha*: “BIRD e BID avaliam que país poderá superar a crise atual” (p.2-5).

³³⁴ Matérias que ilustram isso nas editoriais de economia foram: “Rumores infundados agitam os mercados” e “A especulação é por falta de dólares” (*O Globo*, p.22, 30 de janeiro); “Euforia faz Bolsa de SP subir 3,4%” (*Folha*, p.2-5, dia 16).

Esses aspectos mostram que, na economia, o que é verdade para um agente pode ser falso para o conjunto dos agentes econômicos. Frequentemente, jornalistas e economistas formulam leis gerais, e, portanto, relações de causalidade, com base em observações singulares. O que acaba sendo um erro metodológico. Observações singulares, como ressalta Kucinski (2000, p. 25), não garantem a validade de uma lei geral.

É comum, no debate econômico, o recurso, ora sincero, ora retórico, a teses já refutadas. Para escapar das falsas relações de causalidade, ou da formulação de leis inválidas, o jornalista deve evitar generalizações e tomar cuidado com a validade de suas premissas. Na lógica dedutiva, se as premissas forem verdadeiras, a conclusão tem de ser verdadeira. Em economia, deve-se preferir a lógica indutiva, que trata da maior ou menor probabilidade de uma conclusão ser verdadeira (*ibid.*).

7.2.2 A opinião dos jornais sobre a crise, que atinge a mídia

Na análise do jornalismo opinativo dos periódicos, verifica-se que os dois jornais publicaram muitos editoriais analisando o tema. A *Folha*, nos momentos de maior tensão da crise do real, publicou o editorial na primeira página. O *Globo* utilizou a mesma estratégia.

O real estava sofrendo constantes desvalorizações e, no dia 14 de janeiro de 1999, a *Folha* colocou em sua capa o editorial “Sem direito de vacilar”, que ocupou praticamente um terço da primeira página. O texto tratava da crise financeira no país e falava de suas dificuldades políticas:

(...) À exaustão do plano econômico, fruto da combinação perversa de erros domésticos não corrigidos a tempo com uma reviravolta no cenário econômico internacional, somam-se dificuldades de outra ordem, menos presentes em crises anteriores. Elas são políticas (...) Quando, no entanto, esses fatores se aglutinam e se retroalimentam numa dinâmica que parece pôr em risco a própria governabilidade, é preciso dar um basta e reagir a tempo. (...) Esse descrédito que recai sobre o Estado brasileiro se traduziu nas últimas semanas numa intensa fuga de capitais, gerando perda de reservas e deflagrando uma crise cambial. (...) O nó górdio da crise continua sendo a questão fiscal. (...) A elite política brasileira não tem mais o direito de vacilar.

Os editoriais da *Folha* cobravam que o governo tomasse medidas enérgicas para que a economia do país não retomasse a inflação e o desequilíbrio, conforme mostra o

texto opinativo “Coragem para mudar”, que também foi publicado na capa, no dia 24 de janeiro:

A política econômica do Plano Real, que criou a moeda artificialmente valorizada diante do dólar, esgotou-se – e de forma dramática. (...) Pode comprometer a grande conquista que foi a derrubada da inflação. É hora de mudar de rumo, de abandonar a crença no dom dos mercados de organizar a economia, que não deve se submeter ao império da especulação.

O jornal paulista recomendava, nesse texto, a queda dos juros e a privatização de estatais para estimular a economia:

Caindo os juros, a atividade econômica, hoje em depressão, será estimulada, aumentando a renda nacional e a arrecadação de impostos. (...) A centralização cambial é providência temporária e insuficiente. (...) O governo não deve tampouco temer tabus na privatização. A Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal podem e devem ser privatizados. Acelerar o enxugamento da máquina pública, em todos os níveis, é crucial.

O tom mais crítico e dirigido direto ao governo foi uma característica mais percebida nos editoriais da *Folha*, que se posicionou a favor das privatizações. Já *O Globo*, concentrou sua opinião em fazer uma defesa do real, discutir os problemas externos e criticar a moratória mineira. No dia 15, por exemplo, publicou o editorial “Defesa da moeda” (Opinião, p.6), no qual chamava o Congresso para finalizar as votações relacionadas ao programa de ajuste fiscal, sem atacar o governo ou sua equipe econômica:

Sem o apoio do câmbio, o Brasil jamais teria conseguido debelar o processo de inflação crônica e aguda que infernizava a vida da grande maioria da população brasileira e fazia com que o resto do mundo nos olhasse como uma economia de segunda classe. (...) O Brasil terá de lutar nos próximos dias e semanas contra a incredulidade. Mais do que nunca, o setor público como um todo (União, estados, municípios e empresas estatais) precisa dar claras demonstrações de austeridade nos seus gastos. Resta ainda ao Congresso Nacional finalizar as votações relacionadas ao programa de ajuste fiscal.

No dia 18 de janeiro, *O Globo* publicou sua opinião na capa, reiterando os pontos que havia defendido na edição do dia 15, mas, dessa vez, o jornal se mostrou mais crítico com o governo com relação aos rumos da crise:

A crise não é destes dias, mas aquela que se mantém latente desde que o Governo começou a agir como se a estabilidade da moeda gerasse espontaneamente as etapas seguintes da realização do potencial econômico brasileiro. (...) O Brasil está perdendo suas reservas de credibilidade rapidamente e de maneira lamentável. O presidente Fernando Henrique tem o dever de recuperá-las, mais rapidamente ainda, com a ênfase dramática que o momento exige.

Como ocorreu nos planos anteriores, os jornais reagiram por meio de editoriais cobrando ações do governo mediante o risco de o plano não dar mais certo por conta dos efeitos da crise. Os periódicos, como agentes partícipes da sociedade, com poder de dar visibilidade aos assuntos e de pautar a agenda pública de debates, também se colocaram na posição de críticos dos poderes e, nesse episódio de crise, até apontaram onde o governo estava falhando por meio de seus textos opinativos.

Para não repetir o que ocorreu na década de 1980, a equipe do BC, liderada pelo economista Armínio Fraga, recém-saído da equipe do megaespeculador George Soros, tratou de elevar a taxa de juros às alturas (40% ao ano), inviabilizando o crédito e os investimentos no setor produtivo, restringindo ao máximo o consumo e a possibilidade de uma inflação de demanda. Esse foi o remédio amargo que manteve os preços ao consumidor sob controle, mesmo com o dólar, na época, atingindo o patamar de R\$ 2,15 (ARAÚJO, 2006, p.24).

Para evitar a volta do caos inflacionário, o Decreto n.º 3.088, de 21 de junho de 1999, estabeleceu a sistemática de metas como diretrizes para fixação do regime de política monetária. Já naquele ano, o Conselho Monetário Nacional indicou sua primeira meta, de 8%, com intervalo de variação de 2,5 pontos percentuais para cima ou para baixo. Ao BC, coube executar as políticas necessárias para o cumprimento do percentual fixado (*ibid.*).

A crise na economia daquele final de século acabou atingindo os meios de comunicação. Na segunda metade dos anos 1990, a maior parte das empresas jornalísticas se lançou em projetos de diversificação tecnológica e ação de mercados. A partir de 1999, no entanto, com a reversão nas condições da economia, as dívidas das empresas se tornaram bolas de neve. E elas tiveram que tomar providências drásticas no sentido de reduzir despesas. Isso foi feito a duras penas e com perdas profissionais relevantes em alguns casos, conforme relato do diretor da *Folha*, Otávio Frias Filho.³³⁵

O impacto da crise econômica alcançou, por sua vez, a cobertura do jornalismo de economia, criticada por jornalistas da área por ter “fechado com o governo FHC”,

³³⁵ Entrevista concedida a Pedro Venceslau e publicada na revista *Imprensa* de setembro de 2007.

conforme citamos no capítulo anterior. Os depoimentos desses profissionais são interessantes para ilustrar o comportamento da imprensa no período.

Luís Nassif fala sobre o fato de a imprensa encampar a tese do modelo neoliberal de que toda a forma de gasto social é vista como despesa:

É impossível você construir um país sem criar inclusão social, sem ter investimento na educação. Só que você pega esse pensamento único, que é o tem na mídia, onde todo investimento social é visto como desperdício, todo gasto público é visto como desperdício – não no sentido de você melhorar o gasto público, mas de ser um desperdício em si. Então você tem, nos anos 1980/1990, vários grupos de vanguarda que passaram a pensar o país de forma sofisticada. O pessoal de gestão pela qualidade, da tecnologia social, de inovação da tecnologia das universidades. (...) Mas, quando chega 1994, Fernando Henrique pega o país com esse conjunto de idéias prontas para serem colocadas em prática – graças a dois episódios especialmente muito relevantes que jogam o Brasil na modernidade: a Constituição de 1988 que, ao contrário do que o mercado diz, foi extraordinariamente modernizante (...) e o primeiro ano do governo Collor, que, mesmo com todas as besteiras que ele fez, deu um avanço muito grande nessa maneira de pensar o Brasil de forma moderna –, e ele joga fora. Por conta dessa financeirização da economia, aprecia o câmbio, cria um déficit externo, é obrigado a manter os juros lá em cima, quebrando o país. Daí a imprensa começa a dar sobrevida a esse modelo, através de clichês. Por que o país não cresce? Porque não fez a lição de casa. Qual é a lição de casa? É cortar aposentadoria, é cortar dinheiro para a merenda escolar. Você tem desperdício no gasto público e tem de ter gestão para melhorar isso. Mas, nessa ideologia de mercado, toda a forma de gasto público é vista como desperdício e isto é uma maluquice!!! (grifos nossos).³³⁶

Em seu relato, Nassif, mais uma vez, reclama do comprometimento dos meios de comunicação com o governo FHC e da crença na retórica sobre o modelo adotado, que é encampado e reproduzido pela própria imprensa:

Por que os jornais entraram nisso? Porque os jornais tiveram de fazer parte desse grupo que foi beneficiado por esse modelo e foi prejudicado em 1999, com a mudança do câmbio. Eles acreditaram naquilo que escreviam. Tinham de fazer isso diante desses fundos de investimentos para enfrentar as novas mídias. Então, fecharam os olhos para isso. (...) Essa falta de visão de modelo de país passou pela cobertura econômica (grifos nossos).³³⁷

Sobre as crises do Plano Real e o comportamento do jornalismo de economia, Joelmir Beting acrescenta que:

³³⁶ Entrevista de Luís Nassif concedida à autora, em São Paulo, em 26 de março de 2007.

³³⁷ *Ibidem*.

O Plano Real, inclusive, não se bastou, porque depois dele nós tivemos a crise cambial do México, em 1995, que, para evitar o contágio, levou o Brasil a adotar a banda cambial aqui dentro. A banda cambial congelou o dólar dentro de uma faixa estreita, que continua patrocinando consumo. Aí, veio a crise da Ásia, em 1997, que atingiu o mundo todo, e principalmente os emergentes, e o Brasil já era um emergente meio desajeitado, mas já era. Depois veio a crise da Rússia, em 1998. Tudo isso manchete. O jornalismo econômico se fartando. Aí, veio um efeito chamado de globalização, que ninguém entendeu até hoje, mas estava lá nas manchetes, então já se falava em globalização e a globalização com pé esquerdo, porque a crise é global. E o mundo estava meio parado mesmo, andando meio de lado com essas crises todas. Aí, nós saímos da crise da Rússia já para a reeleição de FHC. E a reeleição do FHC criou uma grande especulação que se ele fosse reeleito ele ia abrir o câmbio. E aí, não deu outra. Em janeiro, ele tomou posse no dia 1º e, no dia 15, abriu o câmbio. (...) Aí, nós tivemos 55% , 63% de desvalorização do dólar, depois foi se acomodando. Aí, nós tivemos, em 2000, o estouro da bolha financeira lá fora. A segunda grande bolha financeira, a primeira foi a dos petrodólares, que acabou estourando lá atrás. A segunda foi a do *Wall Street Bank*, com base das empresas de tecnologia da Nasdaq, que contaminou as demais bolsas, e o mundo todo foi para uma sobrevalorização absurda, chamada “exuberância irracional” (*grifos nossos*).³³⁸

O jornalista acentua a importância do valor-notícia crise para a cobertura da editoria de economia, que se alimenta, sobretudo, das ameaças que irrompem o campo econômico. “Você vê, então, que o noticiário econômico está sempre rico, no bom sentido jornalístico, está sempre rico”, disse Beting ao citar outras crises que ameaçaram o Plano Real no início do século XIX. Conforme ele destaca em seu relato, crise é elemento rico para alimentar a pauta e a cobertura de economia. E também é momento propício para a própria legitimação da importância do jornalismo da área e dos economistas enquanto especialistas que explicam esses fatos.

³³⁸ Entrevista de Joelmir Beting concedida à autora, em São Paulo, em 26 de março de 2007.

7.3 Os economistas como fontes e os jornalistas

Como os economistas são as principais fontes de informação e de análise que alimentam permanentemente o jornalismo de economia, seu papel merece uma reflexão no final deste estudo. Verificamos, ao longo da cobertura analisada, que eles vão desempenhar um papel específico entre todas as fontes ouvidas pelos jornais.

A análise das edições da *Folha* e de *O Globo* dos meses de lançamento do Plano Real – e dos outros sete pacotes que o antecederam – indica como um traço do jornalismo dessa área no país o fato de os economistas que compõem a elite dirigente do Brasil serem fontes privilegiadas a serem ouvidas constantemente pela imprensa. A equipe econômica do governo, como vimos, foi fonte obrigatória das matérias sobre os planos por concentrar o centro decisório sobre essa esfera no país.

Por um lado, a equipe econômica é fraca politicamente, por não ter mandato eleitoral, nem tampouco ser constituída de funcionários, garantidos em seus cargos por normas institucionalizadas de recrutamento e carreira. Portanto, depende do apoio pessoal do presidente da República. Por outro lado, enquanto grupo de técnicos competentes, é importante instrumento de sustentação política do próprio presidente. Como se sabe, conforme ressalta Loureiro (1997, p. 116), o bom desempenho econômico e a consolidação do programa de estabilização são elementos centrais do sucesso político do governo. Nesses aspectos estiveram concentrados os principais trunfos do presidente FHC, que lhe garantiram a eleição em 1994 e a reeleição em 1998, como ocorreu na Argentina de Carlos Menem.

Em seu estudo sobre os economistas como atores políticos importantes para o país, Loureiro (*ibid.*, p.86-87) identifica dois principais perfis de carreira seguidos por esses profissionais no governo. O primeiro é a carreira de funcionário-economista, seguida por profissionais que se diplomaram em ciências econômicas. A variante mais recente é a dos jovens economistas que ingressam (por concurso ou contratação direta) em órgãos governamentais de gestão econômica onde desempenharam sua atividade profissional mais importante. A maioria dos economistas que trilha esse tipo de carreira permanece nos escalões intermediários dos organismos governamentais.

Variante mais antiga desse tipo de carreira, como nas primeiras gerações, é a do funcionário com origem social mais modesta, que cursou graduação em Economia ou Contabilidade, geralmente em escolas noturnas e de menor prestígio, de entremeio a uma metódica e longa carreira em órgãos burocráticos públicos. Partindo de cargos subalternos,

alguns até puderam chegar a ministro da Fazenda ou do Planejamento; mas, quando isso se deu, foi geralmente como compensação por fortes vínculos de trabalho e lealdade estabelecidos com figuras de elite.³³⁹

O segundo tipo de carreira é o do economista-dirigente político – objeto central da análise de Loureiro. É a carreira do *scholar* ou acadêmico, recrutado no meio universitário, especialmente de São Paulo e Rio. São, em geral, professores “brilhantes”, que se fizeram conhecer no meio empresarial por meio de consultoria. Foi o caso de Delfim Neto, no início dos anos 1960, ou Mário Henrique Simonsen, nos anos 1970.

Durante a abertura democrática, jovens economistas acadêmicos tornaram-se atores importantes também nos meios políticos de oposição ao governo militar. E o fizeram participando de debates na TV, em artigos na imprensa e mesmo em fóruns empresariais, como os promovidos pela *Gazeta Mercantil*, no início dos anos 1980.

Muitos desenvolveram, em universidades norte-americanas, teses relativas às questões atuais da agenda política, como aconteceu com os teóricos da inflação inercial e das políticas heterodoxas de estabilização econômica. Para um economista acadêmico, ser convidado a participar do governo é expressão do reconhecimento de sua competência técnica.

As relações diferenciais vividas pelos economistas com o governo respondem por comportamentos que merecem atenção: quando assumem postos no governo, os *scholars* ali chegam para pôr em prática modelos elaborados no meio acadêmico e estão imbuídos da missão de “resolver” os problemas econômicos. Menos comprometidos com a máquina governamental ou com uma carreira a nela construir, e mais envolvidos com projetos de mudança de uma ordem econômica que em geral criticam, os acadêmicos freqüentemente entram em choque com os demais atores políticos, quando a racionalidade técnica esbarra na racionalidade política (LOUREIRO, 1997, p.89-90).

Após uma passagem, mais ou menos longa, por cargos no governo, a maioria dos acadêmicos não retorna à universidade, no sentido de vê-la como seu espaço de ação profissional mais importante. Eles preferem seguir carreira no setor privado, abrindo empresas de consultoria, nas quais têm oportunidade de rentabilizar os “capitais” de informação e de conhecimento acumulados durante sua experiência em organismos

³³⁹ Um exemplo foi Ernane Galvêas, ex-funcionário do Banco do Brasil, que galgou postos diversos na hierarquia das agências de gestão econômica até chegar ao posto de ministro da Fazenda no governo Figueiredo, desenvolvendo vínculos de lealdade com o grupo Eugênio Gudin e Octavio Gouvêa de Bulhões, posteriormente transferidos para o ministro Delfim Neto (LOUREIRO, 1997, p.86).

governamentais. A consultoria de monitoramento da conjuntura econômica cresceu enormemente no Brasil nas duas últimas décadas.

São três critérios mais importantes que determinam, em geral, o prestígio dos consultores e seu nível de remuneração ou a demanda pelos serviços de suas empresas, apontados no estudo. O primeiro é a relevância dos postos que tenham ocupado no governo. O segundo é a visibilidade na imprensa com a participação regular nos principais jornais de São Paulo e Rio de Janeiro, inclusive com colunas nas principais revistas especializadas; as empresas de consultoria, por sua vez, constroem sua visibilidade na imprensa não só por meio da publicação de artigos de seus principais sócios, mas também pela contratação de empresas de publicidade, que se encarregam de produzir “centimetragem de jornal” (divulgação de notas, resultados de pesquisas efetuadas pelos clientes, etc.). E, por último, tem-se a universidade de origem do consultor e seu prestígio acadêmico.

Em suma, universidade, governo e consultoria privada são momentos distintos, mas intrinsecamente relacionados; eles desvendam a rede de espaços sociais por onde circula e se legitima esse segmento específico das elites dirigentes no Brasil. Delfim Neto e Mário Henrique Simonsen são casos exemplares desse perfil de carreira, surgido na segunda metade dos anos 1960 (LOUREIRO, 1997, p.91).

Entendendo a complexidade dos problemas de desenvolvimento, de regulação econômica, de estabilidade monetária, etc., como complexidade técnica (isto é, como atributo de certos indivíduos ou grupos que detêm a competência, ou o monopólio exclusivo, de falar e decidir acerca de uma área específica) e não como complexidade política (isto é, como assunto aberto à competição de todos os grupos organizados na sociedade), os economistas acabaram reforçando, de forma não necessariamente consciente, o processo de reprodução das relações não-democráticas que pautaram a atuação das elites políticas brasileiras (*ibid.*, p.98).

Independentemente de suas orientações teóricas ou ideológicas, todos eles contribuíram, devido aos padrões estabelecidos de acesso ao poder e de gestão de políticas econômicas, para o reforço do centralismo decisório. Além disso, contribuíram também para o desenvolvimento de práticas neopatrimonialistas, ao transformarem sua passagem pelo governo em um “capital” de conhecimento e informações (sobre a máquina governamental, o sistema decisório e os recursos públicos disponíveis) passível de ser rentabilizado no mercado. As inúmeras firmas de consultoria de ex-ministros ou ex-

dirigentes de agências econômicas governamentais são reveladoras dessa situação (LOUREIRO, 1997, p.98).

O acirramento do processo inflacionário foi um álibi importante para que as decisões econômicas não fossem discutidas e negociadas de forma aberta e ampla, envolvendo uma pluralidade de grupos organizados na arena política. Com a justificativa, teoricamente construída, de que os agentes econômicos agem estrategicamente, antecipando medidas e neutralizando os resultados das políticas governamentais, quando conhecem previamente seus conteúdos, as decisões acabam sendo tomadas por um grupo mínimo de indivíduos. São eles que detêm com exclusividade as informações mais importantes, como se fossem segredos de guerra. Quanto mais elevadas eram as taxas de inflação, melhor se configurava uma situação de ameaça e mais se esperava dos governantes decisões drásticas. Isto é, choques ou “poções mágicas”, elaborados por mentes poderosas capazes de resolver definitivamente o “problema” da nação.

O mesmo clima fez com que se sentissem legitimados para isso. Aliás, a atitude de “salvadores da pátria” assumida por alguns economistas juntamente com os presidentes que os sustentaram politicamente, em especial nas experiências consideradas de choques heterodoxos, de um lado exprime uma visão autoritária do poder, implícita na crença na capacidade transformadora do saber técnico e em sua superioridade em relação à racionalidade política. De outro, é sintoma, mesmo que paradoxal, da situação de ingovernabilidade ou paralisia decisória que tem caracterizado o Estado no Brasil nas últimas décadas. Quanto menor é a capacidade governativa, mais se recorre a soluções mágicas ou não-políticas. Como já visto, um dos fatores decisivos para o lançamento do Plano Cruzado foi a percepção por parte do governo de seu enfraquecimento político e de que a aliança política que o sustentava estava se esfacelando (*ibid.*, p.99).

Os economistas que compõem a elite dirigente do país foram, ao longo dos planos econômicos – e ainda o são –, as principais fontes que alimentam o noticiário das editorias da área, que passam as informações sobre as medidas do governo, que traduzem os fatos para jornalistas e público leigo.

Luís Nassif destaca que a imprensa foi partícipe em reforçar uma espécie de endeusamento dos economistas a partir da sucessão de pacotes e, principalmente, com o Plano Real:

Os planos econômicos, o Cruzado e os demais, permitiam muito jornalismo de serviços, porque você tinha de saber como se converte o contrato tal, como se convertem os salários. Esse foi um período bom para mim, profissionalmente, porque eu dominava a matemática financeira dos planos. Mas aí, quando você começa a se aprofundar e entender mais de economia, você vê que esses planos foram um engodo, para garantir governabilidade a um governo sem legitimação que era o Sarney. E daí, você tem um problema bem sério, que acaba inflando nos anos 1990, que é o endeusamento desses economistas de pacote. Nos anos 1990, quando a economia começa a se internacionalizar, é o pessoal que se associa a bancos que vai dispor de mandar no Plano Real. E o que você aprende com esses planos econômicos? Em cada plano econômico o país fechava os olhos para toda a sorte de abusos. Você tinha essa questão do “interesse nacional” e os planos econômicos permitiam grandes ganhos, porque, quando você definia as regras do jogo, os contratos, especialmente em mercado, você permitia grandes ganhos ou grandes perdas para grupos. Então, nos anos 1990, vem a internacionalização do grande capital brasileiro, que passa a ir para o exterior e voltar na forma de investimento externo. Então, quando vem o Plano Real, e os economistas tomam o controle, porque Fernando Henrique tinha saído para se candidatar, Ricupero estava chegando, tem uma manipulação do câmbio lá visando o jogo de mercado, entre os comprados e vendidos do mercado de câmbio. Todo o endeusamento desses economistas, desde o Cruzado, acabou desarmando a opinião pública sobre fazer uma fiscalização sobre o que eles aprontaram em 1994 (grifos nossos).³⁴⁰

O jornalista critica que os economistas colocaram no plano uma armadilha cambial, para jogar a favor deles sem uma justificativa técnica e fala sobre a importância do jornalismo de economia para a sustentação do modelo:

A imprensa estava desarmada e precisava acreditar. Quem mostrasse os abusos era apontado como articulado com o atraso. Essa subordinação cega a essa visão financeira da economia começa definitivamente em 1994. E o jornalismo econômico sai daquela visão de reserva de mercado, defesa da lei de informática, e parte para o lado oposto, onde há a questão da financeirização, de clichês, que mata toda a cobertura dos anos 1990. Então, esse pessoal de mercado passa a definir o que era bom para eles e o jornalismo financeiro não tem como sair. E estamos há 12 anos dando sobrevida a esse modelo e a garantia a isso foi basicamente o jornalismo econômico (grifos nossos).³⁴¹

Nassif tem uma posição bastante crítica com relação à atuação de alguns economistas que ajudaram a formular o Plano Real e teriam se beneficiado com as regras criadas. Ele diz que, ao longo dos preparativos para o pacote, houve muitas discussões,

³⁴⁰ Entrevista de Luís Nassif concedida à autora, em São Paulo, em 26 de março de 2007.

³⁴¹ *Ibidem*.

mas não uma explicitação de como seriam as políticas monetária e cambial depois de lançada a nova moeda:

Desde o início, André Lara Resende era defensor intransigente da remonetização com poupança externa. Na gestão de FHC na Fazenda, André concordou em completar o processo de renegociação da dívida externa. Ali, ampliou contatos com banqueiros internacionais. Com a rede de contatos externos ampliada por sua posição de negociador da dívida, saiu do governo para operar no mercado. Mas continuou tendo participação ativa nas formulações econômicas, em um caso flagrante de insider information. Aliás, era mais do que o *insider*. Era o economista com dupla militância, ajudando a definir as regras do Real e, depois, operando no mercado em cima dessas mesmas regras. Os economistas do Real haviam sido economistas do Cruzado. Lá, aprenderam duas características desses planos. Uma, as possibilidades que se abriam nos mercados de derivativos, devido à falta de clareza sobre os próximos passos dos mercados. Quem está no governo tem o controle do processo, porque cabe a ele definir as regras do jogo e prever suas conseqüências. Além disso, há uma dupla blindagem para suas ações: aquela decorrente do clima cívico que se seguia a qualquer plano de estabilização, e o desconhecimento da opinião pública em geral sobre as complexidades dos mercados de derivativos (NASSIF, 2007, p.187-188).

O foco do jornalismo de economia que Nassif apregoa teria de ser a defesa dos valores que ajudem o país a se desenvolver. Os jornais e os jornalistas, de maneira geral, e, principalmente, os especializados em economia têm de explicar criticamente, questionar as afirmações econômicas, conferir o que é consistente e denunciar a burla e a farsa e não apenas reproduzir o que as fontes dizem.

Nassif critica a imprensa, porque os jornais e os jornalistas desenvolvem as coberturas no que chama de “efeito manada”:

A cobertura continua seguindo o “efeito manada”. Ocorre quando você tem temas complexos, e o jornalista não quer correr risco, e o modo de produção jornalística é anacrônico. Hoje, o país é muito mais complexo do que o país dos anos 1970, e o modo de produção da notícia é o mesmo. O pauteiro pela manhã faz a pauta, passa para o repórter que está em começo de carreira, porque não tem o repórter que faz carreira como repórter como devia ter. Ele sai e vai buscar as mesmas fontes que vêm com as mesmas análises. Esse “efeito manada”, na medida em que o Brasil foi se sofisticando, se tornou mais forte ainda. Nos anos 1990, você tinha uma economia sofisticada. Antes, você cobria como? Tinha setorista na Fiesp, um na Febraban, um no Ministério da Fazenda, um no Banco Central. O país se sofisticou tremendamente, mas o modo de produção continua o mesmo. E você tem o advento dessa financeirização da economia e isso muda bastante coisa e você passa a ter o “efeito manada” de forma total. (...) A imprensa moderna tem que buscar um leque amplo de público e, para isso, você tem de fazer mediação. Quando todo mundo vai na mesma direção, quando todo mundo começa

a falar a mesma coisa, qual a força dos jornais? Cria jurisprudência jornalística, cada fato tem uma cobertura igual em todos os jornais. Isso não é jornalismo! (grifos nossos).³⁴²

No caso da cobertura dos oito planos econômicos, observamos que alguns grupos de economistas permaneceram sendo ouvidos constantemente, pelos jornais, como fontes-chaves especializadas, ao longo das últimas décadas do século XX. A maior parte dos profissionais da área que apareciam no noticiário estava sempre no centro decisório, como ministros, secretários e assessores ou consultores especiais do Ministério da Fazenda, presidindo o Banco Central ou outros órgãos governamentais. E, quando deixavam os cargos no governo para ocupar outras posições de destaque no campo econômico, voltavam a ser ouvidos, como fontes identificadas como ex-ocupantes desses cargos importantes no governo (*ver Quadro 5*).

As matérias não apresentavam uma grande diversidade de fontes da área econômica ouvidas pelos jornalistas. E, quase sempre, elas não contextualizavam a trajetória dessas fontes principais, constantemente ouvidas, e a que grupos de pensamento econômico estavam ligadas. Isso mostra uma baixa capacidade da imprensa de diversificar suas fontes no campo econômico.

Alguns profissionais se tornaram referências do pensamento econômico do país na segunda metade do século XX, como Octávio Gouveia Bulhões, Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen e Delfim Neto³⁴³. A partir dos anos 1980, predominaram no noticiário os grupos das duas escolas principais desse pensamento. À direita, o grupo de economistas monetaristas discípulos de Roberto Campos e de Mário Henrique Simonsen, reunidos em torno da FGV, no Rio de Janeiro. E os ligados à PUC-Rio: Francisco Lopes, Edmar Bacha, Pedro Malan, Pérsio Arida e André Lara. À esquerda, os herdeiros da tradição estruturalista de Celso Furtado: Luiz Gonzaga Beluzzo, João Manuel Cardoso de Mello e Maria da Conceição Tavares. São esses nomes, principalmente, que vão frequentar o noticiário no período analisado nesta pesquisa.

Assim, a análise da cobertura jornalística dos planos nos permite inferir que os economistas são agentes que foram legitimados pelos jornais e pelos jornalistas de economia – por meio de espaço para a publicação de artigos deles e de sua atuação como fontes fundamentais para diversas matérias sobre a economia do país. Eles foram

³⁴² Entrevista de Luís Nassif concedida à autora, em São Paulo, em 26 de março de 2007.

³⁴³ Esses economistas de referência só deixam o noticiário quando morrem. Foi o caso de Simonsen, que apareceu como fonte na cobertura jornalística de todos os planos econômicos estudados nesta pesquisa até sua morte em 1997.

popularizados pelos jornalistas de economia, uma vez que freqüentaram o noticiário dando entrevistas. Mas foram legitimados e, ao mesmo tempo, ajudaram a legitimar os jornalistas e o jornalismo de economia, dando-lhes distinção com relação aos outros jornalistas e editorias, à medida que permitiam que desenvolvessem um papel de intermediários entre eles, com seu saber técnico, e o público-leigo, com o conhecimento do senso comum. E o fizeram quando lhes forneceram informações para que pudessem traduzi-las em narrativas jornalísticas.

Ao recorrer primordialmente às fontes que compõem a equipe do governo, o jornalismo de economia brasileiro demonstra depender, principalmente, das fontes oficiais. Joelmir Beting fala sobre essa questão:

Aí, o problema é o seguinte: 70% das fontes são geradas no mundo inteiro pelas políticas públicas. A política econômica não é da sociedade, a política econômica é do governo. Então, você tem de trabalhar com o governo, as fontes estão lá dentro. Do lado de fora também tem outro universo, que é o mundo corporativo, do trabalho. (...) A informação econômica é basicamente gerada pelas políticas públicas. Nós somos os pacientes dessas políticas. Então, você vai procurar os pacientes para ver como eles estão encarando isso, vivendo com isso, sobrevivendo, contornando tudo isso, superando ou não tudo isso. A fonte básica é a área pública. Agora, a relação que você tem com a área pública é que pode variar de acordo com o jornal, de acordo com o jornalista (grifos nossos).³⁴⁴

O trato e o relacionamento dos jornalistas com essas fontes da área pública é que pode se tornar um problema de ética, na avaliação de Beting:

Do ponto de vista ético, aí vale para o jornalismo como um todo, é que você tem uma ética de jornalismo que não é a ética do jornal, e você tem uma ética de jornal que não é a ética do jornalista e uma ética de jornalista que não é a ética do jornalismo. A ética do jornal é a mais porosa de todas. Muda de acordo com o dono do jornal. Mudou o dono, muda a ética do jornal. Mudou o governo, também muda a ética do jornal. Mudou o partido, muda a ética do jornal em relação ao poder e ao partido. Quer dizer: tem gente que faz até jornalismo com base na religião. Então, existe a ética de jornal que é muito mais estética do que ética. Existe um conceito genérico, que é a ética do jornalismo, que se resume em dizer a verdade, nada mais que a verdade. Agora, a ética do jornalista é a de trabalhar dentro desse universo, sob pressão de todo tipo, procurando fazer a triagem de todas as versões que você encontra e de todas as situações, até de conflitos de interesse que você tem de administrar. Você tem de trabalhar com esse tampão da ética da sua empresa. Não é a ética da sua profissão. É a ética da sua empresa. Você tem que acomodar a ética da sua profissão dentro desse processo. Alguns

³⁴⁴ Entrevista de Joelmir Beting concedida à autora, em São Paulo, em 26 de março de 2007.

conseguem, com luz própria, mas adquirida, sobrevoar esse problema, outros não vão conseguir nunca sair dessa. A maioria não consegue, porque não tem condição política de fazer a luz própria nesse ponto da ética (*grifos nossos*).³⁴⁵

Esse é um dos desafios da atuação do jornalista da área econômica colocados por Beting: tentar ser ético em uma cobertura na qual se está sob pressão do sistema como um todo – do jornal no qual trabalha e no trato com as fontes do governo e as que compõem o universo agrupado no termo “mercado”, que defendem seus interesses econômicos e políticos. E ele cita sua própria experiência com a questão da ética:

Eu sou um profissional que há muito tempo consigo dizer não. Eu não tenho relação de emprego faz muito tempo. Minha relação é de prestador de serviço. Eu produzo um serviço que eu vendo às empresas de mídia, que são minhas clientes, meus patrões. Elas não podem interferir no meu trabalho de maneira alguma. Se interferirem, eu posso aceitar ou não. Elas interferem, mas eu recuso. Às vezes, a gente acomoda, ajeita, também eu não vou ser o briguento da coisa, mas tem de chegar nesse ponto. Tem de ter força. Eu já troquei de empresa por conta disso.³⁴⁶

Kucinski (2000, p. 189-192) engrossa a lista de problemas do jornalismo de economia brasileiro. Ele aponta cinco principais traços que constituiriam a mentalidade desse subcampo. O primeiro é classificado como consensualismo e trata-se de um traço geral da cultura política do país, que exige o consenso em torno dos interesses dominantes, e não considera legítima a divergência.

Dogmatismo é o segundo. Em alguma medida, está presente em todo o jornalismo de economia, devido à influência de economistas que repetem teses antigas, já invalidadas como verdades reveladas, especialmente as teses do monetarismo. Manifesta-se no reducionismo da discussão, no desprezo pelo factual e no pouco trabalho analítico.

O terceiro traço é a ingenuidade. Ao contrário do jornalismo de economia dos grandes centros mundiais, que usa uma linguagem agressiva para descrever um mundo de negócios feito de disputas, golpes e rivalidade, o jornalista brasileiro insistiria em descrever o mundo dos negócios como uma história de contos de fadas em que só há encantamentos.

Os dois últimos traços são o entreguismo e o deslumbramento. O jornalismo de economia assume a defesa dos interesses estrangeiros, tanto na sua visão geral dos

³⁴⁵ *Ibidem.*

³⁴⁶ *Ibidem.*

processos econômicos, como em histórias específicas, ao mesmo tempo em que se apresenta de maneira deslumbrada perante as grandes empresas e empresários e banqueiros. Isso pode ser visto nas atitudes subservientes e acríticas. Os grandes empresários são reverenciados pelo jornalismo. Mais recentemente, alguns passaram a ocupar espaço fixo em jornais, como colunistas.

Neste capítulo, ao encerrar a análise do mês de janeiro de 1999, quando se fortalece a crise do Plano Real, verificamos uma cobertura mais voltada para os prognósticos no noticiário, já que a conjuntura era de incerteza para a economia brasileira. Na construção da notícia de economia, sobretudo em período de crise, o risco se torna elemento central, uma vez que é em torno dele que giram as decisões tomadas pelos agentes econômicos. Verificamos também o papel dos economistas como legitimadores dos jornalistas que cobrem essa área, ao mesmo tempo em que também são legitimados por eles.

Deve-se ressaltar ainda que, apesar da crise de 1999 e de outras que ameaçaram a estabilização da moeda no país, o Plano Real foi considerado o mais bem concebido entre os 13 planos de estabilização tentados no Brasil desde 1979 (LOUREIRO, 1997, p.103 e 117). Ele rompeu com as práticas anteriores, baseadas em terapias de choque e medidas de surpresa, diminuindo, de certa forma, o grau de incerteza para os agentes econômicos.

Quadro 7 - Economistas presentes no noticiário (1986-1999)

Plano Econômico	Economistas da equipe econômica do governo (e cargos ocupados na época)	Outros economistas que foram fontes frequentes (e cargos ocupados na época)
Cruzado I e II	<p>André Lara Resende (economista, professor da PUC-Rio e empresário; diretor de Dívida Pública do Banco Central)</p> <p>Pérsio Arida (economista e professor da PUC-Rio; Secretário de Coordenação Econômica e Social da Seplan)</p> <p>João Manuel Cardoso de Mello (assessor especial do Ministério da Fazenda)</p> <p>Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo (secretário especial para assuntos econômicos do Ministério da Fazenda)</p> <p>Andrea Calabi (professor de economia da USP e secretário-geral da Seplan).</p> <p>Francisco Lopes (economista, professor de economia da PUC-Rio e empresário)</p> <p>Eduardo Modiano (economista, professor da PUC-Rio e sócio de Chico Lopes)</p> <p>Edmar Bacha (economista e presidente do IBGE).</p>	<p>André Franco Montoro (pres. do BNDES)</p> <p>Delfim Neto (ex-ministro)</p> <p>Edmar Bacha (pres. do IBGE)</p> <p>Frederico Mazzucchelli (prof. Unicamp)</p> <p>Mário Henrique Simonsen (ex-ministro e diretor da pós-graduação da FGV)</p> <p>Maria da Conceição Tavares (prof. Da UFRJ)</p> <p>Paulo Rabello de Castro (FGV)</p> <p>Yoshiaki Nakaro (prof. FGV)</p> <p>Domingos Rodrigues (diretor do Ibmecc)</p> <p>Luiz Carlos Bresser Pereira</p> <p>Walter Barelli (diretor do Dieese)</p>
Bresser	<p>Yoshiaki Nakano (assessor do ministro da Fazenda e um dos pais do plano)</p> <p>Fernando Milliet (presidente do BC)</p> <p>Maílson da Nóbrega (secretário-geral do ministro)</p> <p>Francisco Lopes (elaborador dos planos Cruzado e Bresser)</p> <p>Adroaldo Moura (prof. USP e diretor da Fipe)</p> <p>André Sandro Calabi (secretário do Tesouro Nacional)</p> <p>Antônio de Mesquita (secretário da Receita Federal)</p> <p>Eduardo de Freitas (diretor do BC)</p> <p>Antônio de Pádua Seixas (diretor do BC)</p> <p>Pérsio Árida (colaborador do Plano Bresser)</p> <p>Júlio Colombi Neto (chefe da Sest)</p> <p>Robert Nicol (assessor especial do ministro da Fazenda)</p> <p>Geraldo Gardenalli (assessor do ministro da Fazenda)</p> <p>Akimar Ribeiro Moura (prof. Da FGV)</p> <p>Luiz Aranha do Lago (diretor do BC)</p> <p>Fernando Dall'Acqua (prof. Da FGV e assessor do ministro)</p>	<p>Daniel Dantas (diretor executivo da Icatu)</p> <p>Dilson Funaro (ex-ministro da Fazenda)</p> <p>Octávio Gouvêa Bulhões (ex-ministro da Fazenda e fundador do CMN)</p> <p>Paulo Sandroni (prof. PUC-SP)</p> <p>Roberto Campos (ex-ministro do Planejamento)</p> <p>Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo (ex-secretário especial para assuntos econômicos)</p> <p>João Sayad (ex-ministro)</p> <p>Paul Singer (pesquisador do Cebrap e prof. Da FEA/USP)</p> <p>Manuel Francisco Pereira (vice-presidente da Ordem dos Economistas de SP e prof. da FGV)</p> <p>Yoshiaki Nakano (ex-assessor do ministro da Fazenda e um dos pais do plano)</p> <p>Mário Henrique Simonsen (ex-ministro e diretor da pós-graduação da FGV)</p> <p>Maria da Conceição Tavares (prof. da UFRJ)</p> <p>Walter Barelli (diretor do Dieese)</p>

Quadro 7.1 - Economistas presentes no noticiário (1986-1999)

Plano Econômico	Economistas da equipe econômica do governo (e cargos ocupados na época)	Outros economistas que foram fontes frequentes (e cargos ocupados na época)
Verão I e II	<p>Paulo César Ximenes (secretário-geral do Ministério da Fazenda)</p> <p>Cláudio Adilson Gonçalves (assessor especial do ministro e que participou dos planos Cruzado e Bresser)</p> <p>João Batista Camargo (secretário de assuntos econômicos da Fazenda)</p> <p>Luiz Antônio Gonçalves (secretário do Tesouro Nacional);</p> <p>João do Carmo de Oliveira (do Ipea);</p> <p>Jorge Vitor Rodrigues (secretário-adjunto da Receita Federal);</p> <p>Sílvio Rodrigues Alves (do Departamento Econômico do BC);</p> <p>Roberto Figueiredo (da Secretaria do Tesouro);</p> <p>Michael Gartenkratu (secretário-geral-adjunto da Fazenda)</p>	<p>Affonso Celso Pastore</p> <p>Daniel Dantas (diretor da Icatu)</p> <p>Delfim Neto (ex-ministro)</p> <p>Carlos Alberto Longo (economista membro do Conselho Editorial da <i>Folha</i>)</p> <p>Edmar Bacha</p> <p>Mário Henrique Simonsen</p> <p>Nelson Barrizzelli (prof. da FEA/USP)</p> <p>Zélia Cardoso (economista ligada ao candidato do PRN, Fernando Collor)</p> <p>Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo (secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento de SP)</p> <p>Walter Barelli (diretor do Dieese)</p> <p>João Paulo dos Reis Velloso (pres. do Ibmecc)</p> <p>Luiz Carlos Bresser Pereira (ex-ministro)</p> <p>Eduardo Modiano (prof. PUC-Rio)</p> <p>Francisco Lopes (prof. PUC-Rio)</p> <p>Manuel Francisco Pereira (prof. da FGV)</p> <p>Octávio Gouvêa Bulhões (ex-ministro da Fazenda e fundador do CMN)</p> <p>Maria da Conceição Tavares (prof. Da UFRJ)</p>
Collor I e II	<p>Antônio Kandir (secretário Nacional de Política Econômica)</p> <p>Eduardo Modiano (presidente do BNDES)</p>	<p>Aloizio Mercadante</p> <p>Carlos Eduardo de Freitas (ex-diretor do BC)</p> <p>Carlos Alberto Longo (economista membro do Conselho Editorial da <i>Folha</i>)</p> <p>Delfim Neto (ex-ministro)</p> <p>Dionísio Dias Carneiro (prof. PUC-RJ)</p> <p>Roberto Macedo (pres. da Ordem dos Economistas do Brasil)</p> <p>Octávio Gouvêa Bulhões (ex-ministro da Fazenda e fundador do CMN)</p> <p>Mário Henrique Simonsen (ex-ministro e diretor da pós-graduação da FGV)</p> <p>Walter Barelli (diretor do Dieese)</p> <p>Maria da Conceição Tavares (prof. Da UFRJ)</p> <p>Luiz Carlos Bresser Pereira (ex-ministro)</p> <p>Nelson Barrizzelli (prof. da FEA/USP)</p> <p>Mailson da Nóbrega (ex-ministro)</p> <p>João Paulo dos Reis Velloso (ex-ministro)</p> <p>Francisco Lopes</p>
Plano Real	<p>Pérsio Árida</p> <p>Edmar Bacha</p> <p>André Lara Resende</p> <p>Gustavo Franco</p>	<p>Affonso Celso Pastore</p> <p>Aloizio Mercadante</p> <p>Daniel Dantas</p> <p>Delfim Neto (ex-ministro)</p> <p>Francisco Assis Moura de Mello (criador do sistema de índices do IBGE)</p> <p>Ibrahim Eris (ex-pres. do BC)</p> <p>João Paulo dos Reis Velloso (ex-ministro)</p> <p>Maria da Conceição Tavares (prof. Da UFRJ)</p> <p>Mário Henrique Simonsen (ex-ministro e diretor da pós-graduação da FGV)</p> <p>Luiz Carlos Bresser Pereira (ex-ministro)</p> <p>Mailson da Nóbrega (ex-ministro)</p>

Conclusão

O Brasil e o jornalismo de economia mudaram significativamente nas últimas duas décadas do século XX. Nesse período, ocorreram fatos marcantes no contexto político-econômico do país: redemocratização; promulgação da 8ª Constituição brasileira; mandatos de quatro presidentes da República; 13 ministros da Economia; oito planos econômicos antiinflacionários de grande alcance e cinco trocas de moeda, que mexeram nas relações econômicas, na vida e no bolso de milhares de brasileiros.

Os assuntos econômicos – que já haviam ganhado espaço, como temática jornalística, durante o regime militar, com o esvaziamento da cobertura política e do embate ideológico – alimentaram e movimentaram o jornalismo ainda mais, sobretudo, em função da queda-de-braço dos governos com o dragão da inflação.

E os economistas – que a partir da ditadura passaram a ter o papel e o espaço que antes eram dados à política e aos políticos – foram personagens importantes nos centros decisórios do governo e também nos jornais. Em nome da eficiência econômica e da competência técnica, os militares deram a esses profissionais os cargos de direção nos órgãos públicos, nos quais eles exerceram o poder de definir as políticas públicas e as orientações básicas para o desenvolvimento do país. Após a redemocratização, eles continuaram tendo autoridade e influência.

Com a valorização do campo econômico e dos economistas, o jornalismo dessa área ganhou importância durante o regime militar, não apenas devido à modernização da economia e à censura ao noticiário político, mas também em função das novas necessidades e aspirações da classe média em ascensão, ávida por informações sobre opções de aplicações, investimentos e outros serviços, bem como de proteção contra o surto inflacionário, que surgiu na esteira da decadência do “milagre econômico” e atingiu exorbitantes índices na década de 1980.

Depois da redemocratização, a economia se tornou uma área estratégica da política, e a estabilização virou a meta principal dos governos. Os sucessivos planos econômicos levaram essa esfera para a centralidade das páginas dos jornais, que reafirmaram sua importância na agenda nacional de debates.

Ao longo do processo traumático de tentar estabilizar a moeda, que tomou os dez anos seguintes, a imprensa de economia foi se especializando. Isso foi necessário para que o público entendesse a complexidade das questões envolvidas nas tentativas de proceder a

estabilização da moeda. A “grande imprensa”, representada nesta pesquisa pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, ampliou seus espaços de cobertura dos fatos econômicos. Nos anos 1980, esses periódicos buscaram novos enfoques para alimentar a pauta sobre essa área.

Na configuração do jornalismo de economia no Brasil, foi possível observar traços do grupo de jornalistas que atuam nessa área, os valores reiteradamente afirmados que conformam a identidade desse profissional. Alguns deles se destacaram e conseguiram se consolidar como referências da área, como Joelmir Beting, Luís Nassif e Miriam Leitão.

Conforme vimos, eles atuaram durante a cobertura dos planos econômicos e se tornaram “personalidades” da imprensa de economia do país, no sentido de que conquistaram status ao longo de suas carreiras, construídas com atuação em diferentes veículos de comunicação, muitas vezes simultaneamente, e com desempenho como analistas dos assuntos do campo econômico (comentaristas e colunistas), dotados de uma autoridade jornalística específica para isso, conquistada pela experiência e pelo estudo que adquiriram na área.

A aquisição de poder simbólico do jornalista de “referência” nesse campo passa por estratégias de construção de um texto jornalístico com capacidade de transmitir a informação de forma objetiva para ser assimilada pelo leitor, telespectador ou ouvinte. A publicação de livros, com análises sobre episódios importantes da economia brasileira, também faz parte das estratégias discursivas desses profissionais.

Depois de observar o caráter mais particular da profissão – os relatos dessas fontes-chaves –, foi feita uma análise mais geral sobre o jornalista que atua nessa área, a partir de análise documental dos resultados de duas pesquisas e de um levantamento de dados de 491 currículos.

Verificou-se como parte da trajetória de profissionais desse grupo fazer graduação em jornalismo – geralmente cursada nas principais instituições brasileiras de ensino superior localizadas em São Paulo e no Rio de Janeiro – e depois se especializar na área de economia, por meio de pós-graduações. As oportunidades do mercado, como os principais locais de formação, também estão concentradas na região Sudeste; e as relações de parentesco com outros jornalistas que estejam com carreiras em andamento influenciam na inserção desses profissionais nos postos de trabalho.

A análise da cobertura dos planos econômicos, por meio das edições da *Folha de S. Paulo* e de *O Globo*, mostrou que o jornalismo de economia, no período estudado, passou por mudanças que envolveram duas dimensões principais. Uma, mais intrínseca, diz

respeito a uma reconfiguração dentro desse subcampo, na forma de apresentação de suas narrativas.

Com a crise do milagre e os sucessivos planos econômicos implementados nos anos 1980 e início dos 1990, houve uma ampliação dessa editoria, que foi se profissionalizando e ganhando características específicas; foi consolidando uma linguagem própria, com a preocupação de tornar a informação acessível ao grande público.

Esse processo foi ganhando contornos mais definidos a partir do Plano Cruzado, quando os jornais tentaram fortalecer seu papel pedagógico diante do leitor na cobertura de economia. Houve uma mudança de postura no jornalismo – que desenvolveu um noticiário predominantemente otimista e, ao mesmo tempo, didático.

O episódio do Plano Cruzado foi um marco no fortalecimento do jornalismo de serviço, porque, no momento de choque econômico, leitores, ouvintes, telespectadores buscavam informações sobre bolsas, aplicações de curto prazo, investimentos de risco, como assegurar o valor do salário, como funcionava o seguro-desemprego. Essa necessidade de informações econômicas acessíveis aos leigos aumentou a oferta do jornalismo de serviço por parte dos jornais, o que se mostrou uma tendência nos anos 1980.

Os veículos buscaram simplificar a linguagem, na tentativa de explicar, de forma acessível, as medidas econômicas, e utilizaram recursos gráficos como boxes, tabelas e ilustrações para facilitar o entendimento por parte do leitor. Esse jornalismo de serviço ou de utilidade pública passou definitivamente a fazer parte da rotina e do papel dos jornalistas, nessa editoria, a partir dessa fase de turbulências na economia brasileira inaugurada pelo Plano Cruzado.

Ao longo dos quatro programas de medidas econômicas que sucederam o Plano Cruzado, ainda no mandato de Sarney – Cruzado II, Bresser, Verão I e II –, a cobertura passou de predominantemente entusiasmada para mais crítica. No início do mandato de Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente eleito por votação direta após a abertura política, o Plano “Brasil Novo” e o confisco da poupança deixaram perplexas a população e a imprensa.

Os jornais tiveram um papel de abrir amplos espaços para a divulgação das medidas e de tentar explicá-las e simplificá-las para o público. Além disso, tiveram a função de apaziguar os ânimos. A imprensa foi o principal agente de intermediação, para o público, dos fatos econômicos gerados pelo governo e os jornalistas reforçaram, mais uma

vez, na “era” Collor, seu papel e sua importância como mediadores desse processo, tentando traduzir, além do “economês” das medidas, seus impactos jurídicos.

No Plano Collor, as editorias de economia aproximaram as narrativas jornalísticas sobre fatos econômicos das notícias policiais. Relataram experiências compartilhadas dos consumidores na convivência com um novo cenário econômico, inclusive as mais negativas, como suicídios, assaltos e saques cuja motivação foi atribuída às mudanças do pacote.

A imprensa, ao longo dos sucessivos planos, foi construindo um noticiário para explorar a extrema participação popular, construindo narrativas de forma sensacional. Tradicionalmente marcada por uma linguagem mais hermética e sisuda, a editoria de economia buscou popularizar a cobertura dos fatos econômicos e conquistar leitores. As notícias foram valorizadas com a evolução dos gráficos e tabelas e ganharam o reforço dos infográficos. Esses recursos se sofisticaram graficamente com a informatização das redações.

Houve também um aumento da interatividade com os leitores. Eles começaram a ter mais peso nessa relação, pois os periódicos intensificaram a preocupação em responder às questões que eram relevantes para seu público nas turbulências provocadas pelos diversos planos. Esse contato direto com o leitor (via telefone ou por cartas) gerava questionamentos e novas pautas, que alimentavam o noticiário.

Assim, é possível verificar que a narrativa da imprensa de economia adotou um direcionamento mais pedagógico, que se estabeleceu por meio de uma linguagem menos tecnicista. O jornalismo passou a atender a uma demanda crescente do leitor por informações sobre os impactos desses pacotes em suas vidas.

Nesses momentos significativos para a economia do país, os jornais auto-afirmaram sua importância, ao tentar desvendar os fatos desse campo específico do conhecimento e aproximá-los da compreensão dos leigos. O jornalista dessa área passou, então, a atuar voltado para atender a um leitor “consumidor-espectador-cidadão”, inserido em um novo contexto da cultura do consumo.

Não foi apenas uma mudança para servir o leitor, com notícias mais didáticas e graficamente mais atraentes do que no passado, mas uma estratégia de adaptação da imprensa a uma necessidade de sobrevivência no mercado. Como empresas, os jornais passaram a investir em estratégias de marketing – uma área que também começou a ganhar espaço no meio empresarial brasileiro nos anos 1980 – para conquistar mais leitores em um período de guerra contra a concorrência entre os próprios periódicos e a televisão.

Verifica-se que, na luta contra a inflação que tomou conta do país nas duas últimas décadas do século XX, a esfera econômica ganhou a centralidade das páginas dos jornais e o mercado de imprensa teve de se adaptar, passar por um processo de reconfiguração, no qual os jornais (proprietários e direção) repensaram suas estratégias empresariais. Nesse contexto, um dos caminhos adotados foi a popularização dos periódicos, a afirmação de um movimento de aproximação com os leitores. Isso se deu de forma perceptível na editoria de economia com a mudança de sua linguagem.

A outra dimensão da reconfiguração do jornalismo de economia, no final do século XX, foi, sobretudo, política. A imprensa se posicionou na cobertura dos pacotes econômicos e acabou atuando como importante agente político nesse processo. Essa característica pôde ser observada em pelo menos três momentos emblemáticos do período estudado.

O primeiro momento se deu no contexto de transição democrática, na “era” do Cruzado. Esse período foi um marco da recente história política e econômica do país, não só porque provocou um choque na economia que inicialmente deu resultados, mas também porque teve uma conotação sensacional, de extasia até, para a população brasileira, que se engajou em nome da nação na luta contra o inimigo comum – a inflação – e, muitas vezes, de forma apaixonada e passional, partiu para o confronto físico em nome do controle de preços. Nesse episódio, houve um engajamento da imprensa, fundamental para criar um clima de euforia, que pode ser exemplificado pela atuação dos “fiscais do Sarney”.

Outro momento emblemático desse papel político adotado pelo jornalismo de economia foi o contexto do primeiro presidente eleito após a redemocratização do país. A maneira como a imprensa lidou com temas tão difíceis com o Plano Collor, com potencial de grande rejeição, como o confisco da poupança, ajudou a criar um clima de estabilidade no país. O confisco era um fator de inquietação e ela teve uma função de apaziguamento nesse episódio, como citamos.

A imprensa teve um papel importante na trajetória de ascensão e queda de Collor. Ele foi o único candidato que conseguiu o apoio unânime da grande imprensa brasileira em favor de sua candidatura à presidência e foi também o único presidente que, em pouco mais de dois anos de governo, perdeu o mandato sob a pressão impositiva dos mesmos veículos de comunicação que sustentaram sua ascensão ao poder. Foi, igualmente, o único destituído do cargo por um processo de *impeachment*, conduzido pelo Congresso Nacional.

O terceiro momento emblemático da atuação política do jornalismo de economia foi o período de gestação e lançamento do Plano Real. A imprensa ajudou a transformar esse acontecimento econômico em um fato político, com a identificação direta desse plano com o, na época, “futuro” presidente Fernando Henrique Cardoso.

Como vimos, para que a população depositasse confiança em mais um pacote econômico, o oitavo após a redemocratização, o governo teve um cuidado redobrado no trabalho de comunicação sobre as mudanças que seriam implementadas na elaboração do Plano Real. FHC, como ministro da Fazenda, e a equipe econômica do governo Itamar Franco buscaram, como estratégia de construção da credibilidade do novo pacote, a comunicação antecipada das medidas para a sociedade.

Os veículos de comunicação contribuíram para a construção da credibilidade do Plano Real, na medida em que divulgaram amplamente os discursos das fontes oficiais e apoiaram o pacote em seus textos opinativos. Contribuiu sobremaneira para essa credibilidade, também, o fato (e a divulgação do fato pela imprensa) de que a aplicação desse plano iniciou um processo de aumento da capacidade de consumo da população.

A pauta do jornalismo de economia também se ampliou em tempos de estabilização. Alguns temas passaram a ser abordados pela editoria dessa área: combate à pobreza, natureza da desigualdade, desafios da educação. A análise dos jornais mostra que, controlado o dragão inflacionário, com o Plano Real, o jornalismo de economia passou a cobrir as mudanças em tempos de previsibilidade e buscou novos assuntos para a pauta, inclusive os citados temas sociais.

Ao analisar a composição do jornalismo de economia e sua forma de apresentar a notícia nos episódios dos pacotes econômicos, verifica-se também o papel desempenhado pelos economistas nesse contexto. Eles são as principais fontes de informação e de análise que alimentam permanentemente essa editoria.

O acirramento do processo inflacionário, ao longo dos anos 1980, foi um álibi importante para que as decisões econômicas não fossem discutidas e negociadas de forma aberta e ampla, envolvendo uma pluralidade de grupos organizados na arena política. Com a justificativa, teoricamente construída, utilizada até hoje, de que os agentes econômicos agem estrategicamente, antecipando medidas e neutralizando os resultados das políticas governamentais, quando conhecem previamente seus conteúdos, as decisões acabam sendo tomadas por um grupo mínimo de indivíduos. São eles que detêm com exclusividade as informações mais importantes, como se fossem segredos de guerra.

À época, quanto mais elevadas eram as taxas de inflação, melhor se configurava uma situação de ameaça e mais se esperava dos governantes decisões drásticas, como os choques econômicos. Esse clima fazia com que os economistas se sentissem legitimados.

Nesse contexto, os economistas que compõem a elite dirigente do país foram, ao longo dos sucessivos planos econômicos, as principais fontes que alimentaram o noticiário das editorias da área, que passaram as informações sobre as medidas do governo e traduziram os fatos para jornalistas que, por sua vez, as repassaram ao público leigo, por meio das narrativas jornalísticas.

Alguns grupos de economistas permaneceram sendo ouvidos constantemente como principais fontes especializadas pelos jornais nas duas últimas décadas do século XX. A maior parte dos profissionais dessa área que apareceu no noticiário esteve sempre no centro decisório, como ministros, secretários e assessores ou consultores especiais do Ministério da Fazenda, ou presidentes do Banco Central. Além disso, quando esses profissionais deixavam os cargos no governo para ocupar outras posições de destaque no campo econômico, voltavam a ser ouvidos, sendo fontes identificadas como ex-ocupantes desses cargos importantes no governo.

A frequência com que esses especialistas apareceram no noticiário de economia demonstra uma baixa diversidade de fontes da área ouvidas pelos jornalistas. Outra evidência a respeito de tais fontes principais, constantemente ouvidas, é a de que, quase sempre, as matérias não contextualizavam sua trajetória e não explicitavam a que grupos de pensamento econômico estavam ligadas.

A observação da cobertura jornalística dos planos nos permite inferir que os economistas são agentes legitimados pelos jornais e pelos jornalistas de economia – por meio de espaço para a publicação de artigos deles e de sua atuação como fontes fundamentais para diversas notícias e reportagens sobre a economia do país. Eles foram popularizados pelos jornalistas, uma vez que freqüentaram o noticiário, dando entrevistas.

Foram legitimados e, ao mesmo tempo, ajudaram a legitimar os jornalistas e o jornalismo de economia, dando-lhes distinção com relação aos demais jornalistas, à medida que permitiam que desenvolvessem um papel de intermediários entre eles, com seu saber técnico, e o público-leigo, com o conhecimento do senso comum. E o fizeram quando lhes forneceram informações para que pudessem traduzi-las em narrativas jornalísticas. Ao recorrer primordialmente às fontes que compõem a equipe do governo, o jornalismo de economia brasileiro demonstra depender, principalmente, das fontes oficiais.

Os jornalistas de economia, por outro lado, ajudaram a reforçar sua importância, ao assumirem, como função fundamental de sua prática, a legitimação do discurso de valorização do mercado, em detrimento do poder do Estado. Na década de 1990, a imprensa atuou de forma importante na campanha neoliberal pelo desmonte do Estado social-democrata e pelo processo de naturalização da ideologia da globalização. Aliados ao marketing e às mais sofisticadas técnicas de vendas, os meios de comunicação, desde então e até hoje, desempenham papéis estratégicos na naturalização ideológica da economia liberal de mercado e no encorajamento dos valores do consumo.

Ao finalizar esta pesquisa, desenvolvida a partir de levantamento bibliográfico, entrevistas e análise das edições dos dois principais jornais do país, é possível afirmar que, tanto o Brasil, quanto o jornalismo de economia se “reinventaram” no final do século XX.

O país reconfigurou sua economia, por meio dos pacotes de estabilização, e a editoria dessa área, sua forma de apresentar a notícia e de desenvolver sua cobertura. Esse subcampo acompanhou e registrou notícias sobre um país que, de certa forma, foi sendo “reinventado” nos discursos do governo sobre os pacotes econômicos. José Sarney fez isso no lançamento do Plano Cruzado, como o primeiro da “Nova República” que se iniciava, rompendo simbolicamente com a ditadura militar que, a partir de então, passava a representar o passado.

Fernando Collor, com o seu “Brasil Novo”, tentou marcar seu primeiro dia de governo como um momento de renovação da economia, com um pacote que confiscou a poupança de milhares de brasileiros a um só golpe. Depois de tantas tentativas fracassadas, foi elaborado o Plano Real, cujo discurso de credibilidade foi construído pelo governo – com aproveitamento político por parte de Fernando Henrique – por meio da antecipação e explicação sobre as medidas para a população. A estratégia discursiva se centrava na afirmação de que aquela vez seria diferente das anteriores. Não haveria congelamentos de preços nem confisco da poupança e a população seria avisada antecipadamente sobre as medidas.

O discurso do governo no Plano Real, mais uma vez, foi de instauração de uma “nova” fase para o país. A moeda, vendida como “forte e permanente”, também apresentou uma renovada forma de a população conviver com uma economia mais estável, com uma inflação relativamente controlada. Com isso, reinventou-se, no país, por sua vez, o consumo e o consumidor, que antes desse plano estavam reprimidos por índices inflacionários assustadores.

Referências Bibliográficas

1. Fontes primárias

Jornais diários:

Folha de S. Paulo

28 de fevereiro de 1986 e as edições do mês de março de 1986; (Plano Cruzado); junho de 1987 (Bresser), janeiro de 1989 (Verão I), maio de 1989 (Verão II), março de 1990 (Collor I), janeiro de 1991 (Collor II); agosto de 1993 (Transição para o Real); julho de 1994 (Plano Real) e janeiro de 1999 (crise do Plano Real).

O Globo

28 de fevereiro de 1986 e as edições do mês de março de 1986 (Plano Cruzado); junho de 1987 (Bresser), janeiro de 1989 (Verão I), maio de 1989 (Verão II), março de 1990 (Collor I), janeiro de 1991 (Collor II); agosto de 1993 (Transição para o Real); julho de 1994 (Plano Real) e janeiro de 1999 (crise do Plano Real).

Entrevistas com jornalistas:

ANDRADE, Evandro Carlos de. **O Globo: independência na ordem. In:** ABREU, Alzira A., LATTMAN-WELTMAN, Fernando & ROCHA, Dora (org.) **Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC/FGV.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.14-67. Entrevista concedida a Alzira Alves Abreu e Fernando Lattman-Weltman em 29 de outubro de 1997.

BETING, Joelmir. **Jornalismo de economia depois da redemocratização.** Entrevistadora: Hérica Lene. São Paulo, Rede Bandeirantes, 26 de março de 2007.

BIONDI, Aloysio Biondi. **A bola da vez são os EUA.** Entrevista concedida à revista *Caros Amigos* em outubro de 1998. Disponível em http://carosamigos.terra.com.br/outro_edicoes/grandes_entrevistas.asp. Acesso em 12 de outubro de 2003.

CARDONA, Ismar. **In: Construtores do jornalismo econômico – da cotação do boi ao congelamento de preços.** São Paulo: Editora Ícone, 2005, p. 283-288. Entrevista a José Venâncio de Resende.

FIBE, Lillian Witte. **In: ABREU, Alzira Alves de & ROCHA, Dora. Elas ocuparam as redações – depoimentos ao CPDOC.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1ª edição 2006, p.228-247. Entrevista a Alzira Alves de Abreu feita no Rio de Janeiro em 9 de abril de 1997 e atualizada em maio de 2005.

FILHO, Roberto Müller. **Gazeta Mercantil: jornalismo econômico em sala. In:** ABREU, Alzira A., LATTMAN-WELTMAN, Fernando & ROCHA, Dora (org.) **Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC/FGV.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.212-287. Entrevista a Alzira Alvez Abreu em 27 de agosto e 28 de setembro de 2002.

LEITÃO, Miriam. **Jornalismo de economia depois da redemocratização.**

Entrevistadora: Hérica Lene. Rio de Janeiro, na residência da jornalista, na Gávea, em 15 de março de 2007.

NASSIF, Luís. **Jornalismo de economia depois da redemocratização.** Entrevistadora: Hérica Lene. São Paulo, na Agência Dinheiro Vivo, 26 de março de 2007.

PADRÃO, Ana Paula. **In: MEMÓRIA GLOBO. Jornal Nacional – a notícia faz história.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p.226.

SALES, Gabriel. **In: Construtores do jornalismo econômico – da cotação do boi ao congelamento de preços.** São Paulo: Editora Ícone, 2005, p.394. Entrevista a José Venâncio de Resende.

SARDENBERG, Carlos. Palestra “A transição no jornalismo econômico” proferida em 24 de novembro de 1995 e publicada no site <http://www.bancobrasil.com.br/appbb/portal/bb/si/pbcs/rsm/CarlosAlbertoSad.jsp>. Acesso em 1º de maio de 2004.

_____. Palestra “Muitas mídias, a mesma notícia”, realizada no dia 24 de novembro de 2008 no auditório da *Rede Gazeta de Comunicação*, em Vitória-ES.

TAVEJNHANSKY, Léo. **In: Jornalismo na prática – a arte de informar.** Artigo publicado no site da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em 29 de julho de 2005. **In:** <http://www.abi.org.br/paginaindividual.asp?id=556>. Acesso em 27 de janeiro de 2007. Entrevista a Rodrigo Caixeta.

Entrevistas com proprietário de meio de comunicação:

FILHO, Otavio Frias. **Folha de S.Paulo: ambigüidade e inovação.** **In:** ABREU, Alzira A., LATTMAN-WELTMAN, Fernando & ROCHA, Dora (org.) **Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC/FGV.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.344-384.

_____. *Otávio Frias Filho, 50.* **In: Imprensa**, setembro de 2007, Ano 21, revista nº 227, p. 20-24. Entrevista concedida a Pedro Venceslau.

2. Fontes secundárias

Sobre o contexto histórico:

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional.** Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Ática, 1989. Título original em inglês: *Imagined Communities. Reflections on the origin and spread of nationalism*, 190p.

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade.** Tradutor Marcus Penchel. J. Zahar, 1999, 168p.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política – a história que vivi.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 700p.

- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 240p.
- FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000, 294p.
- GALBRAITH, John Kenneth. **O novo Estado industrial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª edição, 1967, 324p.
- IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil Moderno**. São Paulo: Editoria Brasiliense, 1992, 180p.
- KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001, 143p.
- LEITÃO, Miriam, CALDAS, Suely, GOIS, Alcelmo, NETO, Geneton M. & PONTES, Marcelo. **Ciro Gomes – no país dos conflitos**. Editoria Revan, 1994, 166p.
- LEITÃO, Miriam, PONTES, Maurício, XAVIER, Rui & GOIS, Ancelmo. **ACM - Política é paixão** (entrevista). Rio de Janeiro, Revan, 1995.
- LOUREIRO, Maria Rita. **Os economistas no governo – gestão econômica e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, 216p.
- LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1998, 5ª ed, 131p.
- MAZZEO, Antonio Carlos. **Burguesia e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1995, 2ª ed., 83p.
- MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE, “**Produtividade no Brasil: A Chave do Desenvolvimento Acelerado**”, adaptado por Miriam Leitão, Ed. Campos, 2000, 262 p.
- MENDONÇA, Sônia Regina de & FONTES, Virgínia Maria. **História do Brasil Recente – 1964-1992**. São Paulo: Editora Ática, 3ª edição, 1994, 110p.
- MENDONÇA, Kátia Marly Leite. **A salvação pelo espetáculo – mito do herói e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora e Distribuidora de Livros, 2002, 332p.
- NASSIF, Luís. **O cruzado – por dentro do choque**. São Paulo: Livraria Cultura Editoria, coleção Fonte de Informação, 1986, 255p.
- _____. **Os cabeças-de-planilha – como o pensamento econômico da Era FHC repetiu os equívocos de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, 317p.
- NETO, Geneton Moraes. **Dossiê Brasília - Os segredos dos presidentes**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2005, 268p.
- NEVES, Lucília de Almeida. **Democracia, República e cidadania hoje**. *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2-3, maio/dez. de 1989, p. 339-347.
- _____. **Cidadania: dilemas e perspectivas na República brasileira**. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 4, 1997, p. 80-112.
- PEREIRA, Luís Carlos Bresser. *Seis interpretações sobre o Brasil*. In: **Dados**, Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 25, 1982.
- PEREIRA, Luís Carlos Bresser. *Do Estado patrimonial ao gerencial*. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge & PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.222-259.
- PERROT, Michelle. **La cause du peuple**. In: *Vingtième siècle*, nº 60 outubro/dezembro de 1998, p.4-13.

- PINTO, Céli Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney: o discurso do Plano Cruzado**. São Paulo: Hucitec, 1989, 193p.
- POULET, Bernard. *À gauche de La gauche*. In: **Le Débat** (103): 39-59, Jan./Fev. 1999.
- PRADO, Maria Clara R. M. do. **Real história do Real – uma radiografia da moeda que mudou o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005, 573p.
- PROST, Antoine. **Changer le siècle**. In: *Vingtième Siècle*, nº 60 outubro-dezembro, 1998, p.14-26.
- RANGEL, Ignácio. **A inflação brasileira**. Editora Tempo Brasileiro, 138p.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002 (Coleção Descobrindo o Brasil), 84p.
- SARDENBERG, Carlos Alberto. **Aventura e agonia: nos bastidores do Plano Cruzado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, 363p.
- SABINO, Fernando. **Zélia uma paixão**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1991, 4ª edição, 272p.
- SINGER, Paul. *Evolução da economia e vinculação internacional*. In: **Brasil: um século de transformações**. Organização: Ignacy Sachs, Jorge Wilhelm e Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.78-131.
- _____. **A Crise do Milagre – interpretação crítica da economia brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, 4ª edição, 107p.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, 512p.
- _____. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003, 4ª edição, 356p.
- SIMONSEN, M.H. **A experiência inflacionária no Brasil**. Editora Ipês/GB, 1964, 112p.
- _____. **Inflação: Gradualismo X Tratamento de Choque**. Rio de Janeiro: APEC, 1970, 215p.
- _____. *Ascensão e declínio do choque heterodoxo*. In: **A tragédia do Cruzado**. *Folha de S. Paulo*, 1986, p. 234-238.

Sobre globalização, neoliberalismo, consumo e mercado:

- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização – as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1999, 145p.
- CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e Cidadãos – conceitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 4ª edição, 2001, 290p.
- _____. **A globalização imaginada**. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda., 2003, 223p.
- CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas – neoliberalismo e ordem global**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 5ª edição, 2006, 192p, tradução Pedro Jorgensen Jr.

FIORI, J. L. e TAVARES, M. da C. *Introdução*. In: TAVARES, M.C. e FIORI, J. L. **Desajuste global e modernização conservadora**. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p.17-20.

FRANK, Thomas. *Nação da triangulação: o jornalismo na era dos mercados*. In: FRANK, Thomas. **Deus no céu e o mercado na terra – capitalismo, populismo de mercado e o fim da democracia econômica**. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2004, p.367-404.

IANNI, Octavio. *Neoliberalismo*. In: **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p.311-327.

_____. *Globalização, guerra e revolução*. In: **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p.13-36

JANSSON, André. *The Mediatization of Consumption: Towards an Analytical Framework of Image Culture*. In: Journal of Consumer Culture, Vol. 2, nº.1, p. 5-32, 2002.

MCCHESENEY, R. W. *Mídia global, neoliberalismo e imperialismo*. In: MORAES, Dênis. (Org.). **Por uma outra comunicação - Mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro - São Paulo: Editora Record, 2003, p.217-242.

MORAES, Denis de. *O capital da mídia na lógica da globalização*. In: MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação - mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro - São Paulo: Editora Record, 2003, p. 187-216.

_____. **Mutações Comunicacionais na era digital**. In: Revista Fronteiras – estudos midiáticos. Vol. III Nº2, dezembro de 2001 (a), p.77-93.

_____. **O concreto e o virtual – mídia, cultura e tecnologia**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 149p.

SENNET, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006, 192p.

SLATER, Don. **Cultura do consumo & modernidade**. São Paulo: Nobel, 2002, 216p.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho**. Petrópolis – Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002, 268p.

_____. *O globalismo como neobárbarie*. In: MORAES, Denis de (org.). **Por uma outra comunicação – mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003, 21-41p.

Sobre o contexto jornalístico e jornalismo de economia:

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (col. Descobrindo o Brasil), 2002.

_____. **Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática**. In: ABREU, Alzira A. de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando & Kornis, Mônica Almeida. **Mídia e Política no Brasil – jornalismo e ficção**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, 183p.

ABREU, Alzira A. de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando & ROCHA, Dora (org.) **Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC/FGV**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, 397p.

ABREU, Alzira Alves de & ROCHA, Dora. **Elas ocuparam as redações – depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1ª edição 2006, 280p.

ABREU, Alzira A. de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira*. In: ABREU, Alzira A. de (org). **A democratização no Brasil – atores e contextos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.67-101.

ARAÚJO, Silvia. *A partir da inflação*. In: BOA, Sérgio Vilas (org.). **Formação & Informação Econômica – jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Editora Summus, 2006, p.13-31.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira**. Volume 1. São Paulo: Editora Ática S.A., 1990, 445p.

_____. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. Volume 2. São Paulo: Editora Ática, 1990ª, 253p.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa – Brasil – 1900-2000**. Rio de Janeiro: Maud X, 2007, 263p.

_____. **Os Donos do Rio – Imprensa, Poder e Público**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000, 257p.

BASILE, Sidnei. **Elementos do jornalismo econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2002, 240p.

CALDAS, Suely. **Jornalismo econômico**. São Paulo: Contexto, 2003, 136p.

DIMAS FILHO, Néelson. **Jornal do Commercio: a notícia dia a dia – 1827-1987**. Rio de Janeiro: Ed. Jornal do Commercio, 1987, 360p.

DINES, Alberto. **O papel do jornal – uma reeleitura**. São Paulo: Summus Editorial, 7ª edição, 2001, 157p.

KUCINSKI, Bernardo. *A mídia de FHC e o fim da razão*. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). **O desmonte da nação: balanço do Governo FHC**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p.181-199.

_____. **Jornalismo econômico**. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, 227p.

LACHINI, Cláudio. **Anábase – História da Gazeta Mercantil**. São Paulo: Editora Lazuli, 2000, 332p.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando, RAMOS, Plínio de Abreu & CARNEIRO, José Alan Dias. **A imprensa faz e desfaz um presidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, 166p.

LOBATO, Elvira. **Instituto de Repórter**. São Paulo: Publifolha, 2005, 288p.

MARANHÃO, Aluizio. **Primeiras Páginas - 80 Anos de história nas manchetes do Globo**. Rio de Janeiro: Infloglobo Comunicações, 2005, 228p.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985, 168p.

MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional – a notícia faz história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, 408p.

NASSIF, Luís. **O jornalismo dos anos 90**. São Paulo: Futura, 2003, 308p.

O GLOBO – 70 anos de história. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora Danúbio, 1995, 152p.

PELTZER, Gonzalo. **Periodismo Iconográfico**. Madrid: Ediciones Rialp, 1991, 240p.

PRIMEIRA PÁGINA FOLHA DE S. PAULO – Uma viagem pela história do Brasil e do mundo nas 216 mais importantes vacas da Folha desde 1921. São Paulo: Publifolha, 2000, 5ª edição, 233p.

QUINTÃO, Aylê-Salassiê Figueiras. **O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964**. Rio de Janeiro: Agir, 1987, 213p.

RESENDE, a José Venâncio de. **Construtores do jornalismo econômico – da cotação do boi ao congelamento de preços**. São Paulo: Editora Ícone, 2005, 416p.

RIBAS, Sílvio. *Consumo e consumismo*. In: BOA, Sérgio Vilas (org.). **Formação & Informação Econômica – jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Editora Summus, 2006, p.67-84.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007, 362p.

RIBEIRO, Eduardo & PASCHOAL, Engel. **Jornalistas Brasileiros – quem é quem no jornalismo de economia**. São Paulo: Mega Brasil e Call Comunicações, 2005, 456p.

SCAVONE, Lúcia; BELLONI, Maria Luiza & GARBAYO, Cléa Sarmiento. **A dimensão política da comunicação de massa: um estudo exploratório do caso brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 1975.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?**. Editora Loyola, 1ª ed., 2002, 302p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, 501p.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento - análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992, 230p.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus Editorial, 1993, vol. 43 da coleção Novas Buscas em Comunicação, 3ª edição, 114p.

VASCONCELOS, Frederico. **Anatomia da reportagem** - como investigar empresas, governos e tribunais. São Paulo: Publifolha, 1a. edição, 2008, 151p.

Sobre memória e história:

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1978, 297p.

BURKE, Peter. *A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa*. In: BURKE, P. **A escrita da história**. Novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992, p.327-348.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro – do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 1999, 160p.

_____ **Da história da cultura impressa à história cultural do impresso.** Entrevista a Giselle Martins Venâncio, Andréa Borges de Leão, Aníbal Bragança e Ana Chrutina Mignot. **In:** Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, vol. XXVIII, nº1, janeiro/junho de 2005. ISSN 0102-6453, p.81-104.

_____ **Leitor também é autor.** Entrevista a Luciano Trigon, publicada no jornal *O Globo* em 10 de julho de 2004. **In:** <http://intervox.nce.ufrj.br/~valdenit/leitorautor.htm>. Acesso em 28 de maio de 2007.

COLOMBO, Fausto. **Os arquivos imperfeitos: memória social e cultura eletrônica.** São Paulo: Perspectiva, 1991, 135p.

GILLIS, John R. (editor) **Commemorations - The politics of National Identity.** 2ª Edição, Princeton University Press, 1996, p.3-57.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990, 189p.

HUYSEN, Andréas. **Seduzidos pela memória.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, 117p.

KOSELLECK, R. **Le futur passé. Contribution à la sémantique des temps historiques.** Paris: EHESS, 1990, 326p.

LACOUTURE, Jean. *A história imediata.* **In:** Le Goff, J. **A história nova.** Martins Fontes, 1990, p.215-240.

LE GOFF, Jacques. **Memória e História.** São Paulo: Editora da Unicamp, 1990, p.203-225.

NORA, Pierre. *O retorno do fato.* **In:** Le Goff, J. e Nora, Pierre. **História: novos problemas.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, p.179-93.

POLLAK, Michel. *Memória, esquecimento, silêncio.* **In:** **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: vol.2, nº 3, 1989, p.3-15.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *A mídia e o lugar da história.* **In:** HERSCHMANN, Carlos & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **Mídia, memória e celebridades – estratégias narrativas em contextos de altas visibilidades.** Rio de Janeiro: E-Papers, 2003, p.87-111.

TORQUATO, Gaudêncio. **Tratado de comunicação organizacional e política.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002, 303p.

Sobre linguagem, discurso e narrativa:

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 1995, 197p.

_____. *Os gêneros do discurso.* **In:** _____. **Estética da criação verbal.** 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 277-326.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski.** São Paulo: Hucitec. 2004

BARTHES, Roland. *Introduction to the structural analysis of narratives.* **In:** SONTAG, S. (editor). **Barthes: selected writings.** London: Fontana-Collins, 1982.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse – textual analysis for social research.** USA and Canada: Routledge, 2003, 270p.

_____. **Discurso e mudança social.** Brasília: Universidade de Brasília, 2001, 316p.

_____. *El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales.* In: WODAK, Ruth; MEYER, Michel (eds.). *Métodos de análisis crítico del discurso.* Barcelona: Gedisa, 2003, p. 179-203.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso - aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** São Paulo: Edições Loyola. 2001. 80 p.

_____. **Vigiar e Punir - o nascimento da prisão.** Petrópolis: Editora Vozes, 2005, 288 p.

FRANÇA, Vera. **Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, 259p.

LANDOWSKI, Eric **A sociedade refletida.** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Educ/Pontes, 1992, 213p.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. *Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória).* In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Discurso fundador.** Campinas, São Paulo: Pontes, 2ª edição, 2001, p.31-42.

PINTO, Milton José. **Comunicação & Discurso: introdução à análise de discursos.** São Paulo: Hacker Editores, 1999, 128p.

RICOUER, P. **Tempo e Narrativa.** Vol. 1. Campinas: Papirus, 1994, 327p.

_____. *The narrative function.* In: THOMPSON, J.B. (Editor). **Paul Ricoeur: hermeneutics and the Human Sciences.** New York: Cambridge University Press, 1981.

WHITE, H. **Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura.** São Paulo: UNESP, 1994, 312p.

Sobre teorias do jornalismo e da comunicação:

BIRD, S. Elizabeth & Dardene, Robert W. *“Mito, registro e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias”.* In Traquina, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.** Lisboa: Veja, 1993, p. 263-277.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações – comunicação, cultura e hegemonia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2ª ed., 2003, 372p.

GANS, Herbert J. **Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time.** New York: Pantheon books, 1979. 393 p. cap.4, p.116-146. Trad. MTGF de Albuquerque. Rev.téc.: Denis de Moraes e A. de Albuquerque

MEAD, G. H. *The nature of aesthetic experience.* In: **International Journal of Ethics,** 1925-1926, p.36.

PARK, Robert. *A notícia como forma de conhecimento.* In: STEINBERG – **Meios de Comunicação de Massa.** São Paulo, Cultrix, 1976, p.168-185.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *O acontecimento.* In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.** Lisboa: Comunicação & Linguagens, Veja, 1993, p.27-33.

SPERRY, S.L. *Television News as narrative*. In: ADLER, R. **Understand Television: essays on television as a social and cultural force**. New York: Praeger, 1981.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the News: a social history of american newspapers**. New York: Basic Books, 1978, p. 3-11, p. 121-159.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade – uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002, 5ª edição, 261p.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Vol. 1. Florianópolis: Insular, 2004, 223p.

TRAQUINA, Nélon. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Vol. 2. Florianópolis: Insular, 2005, 213p.

Sobre poder e autoridade jornalística:

BOURDIEU, Pierre. *Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe*. In: **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 183-202.

_____. **Sobre a Televisão – seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos**. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1ª edição, 1997, 144p.

_____. **O Campo econômico – a dimensão simbólica da dominação**. Tradução de Roberto Leal Ferreira e organização de Daniel Lins. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000, 119p.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertand Brasil S.A., 1989.

CAMPBELL, Richard. **60 minutes and the news: a mythology for Middle America**. Urbana & Chicago: Univ. of Illinois Press, 1991. 278p. Introd. p. XV-XXIX; cap. I, p. 1-24. Trad. para o português de M.T.G.F. de Albuquerque. Rev. técn. de A. de Albuquerque.

CAREY, James W. *Why and how. The dark continent of American Journalism*. In: MANOFF, Robert and SCHUDSON, Michel. **Reading the news**. New York: Patheon Books, 1987, p.146-196.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7ª edição. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, 244p.

ORTEGA, Felix & HUMANES, Maria Luisa. **Algo más que periodistas – sociologia de uma profesión**. Barcelona (Espanha): Editoria Ariel, 2000.

SARLO, Beatriz. *A voz universal que toma partido?*. In: **Paisagens imaginárias. Intelectuais, arte e meios de comunicação**. São Paulo: Edusp, 1997, p.158-168.

SENNETT, Richard. **Autoridade**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001, 270p.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Traduzido, editado e com uma introdução de H.H.Gerth e C. Wright Mills (publicado em 1946 pela Oxford Universit Press). Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982, 5ª ed., 325p.

TUCHMAN, Gaye. *A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas*. In: TRAQUINA, Nélson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993, p. 74-90.

ZELIZER, Barbie. **Covering the body: the Kennedy assassination, the media, and the shaping of collective memory**. Chicago & London: University of Chicago Press, 1992. 299p, Cap. 1: Introduction: narrative, collective memory and journalistic authority. p. 1-13. Traduzido para o português por MTGF de Albuquerque. Rev. técn. de A. de Albuquerque.

Sobre risco:

BECK, Ulrich. **Risk society: towards a new modernity**. London: Sage Publications. 1992, 260p.

BERNSTEIN, Peter L. **Desafio aos deuses: a fascinante história do risco**. São Paulo: Editora Campus, 1997, 389 p.

CHEVITARESE, L. & PEDRO, R. *Risco, poder e tecnologia: as virtualidades de uma subjetividade pós-humana*. In: **Anais do Seminário Internacional de Inclusão Social e as perspectivas pós-estruturalistas de análise social**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2005, 27p.

DOUGLAS, Mary. **Risk and blame - essays in cultural theory**. London: Routledge. 1992, 323p.

GIDDENS, Antony. *Risk society: the context of British politics*. In: FRANKLIN, J. (Ed.). **The politics of risk society**. Cambridge: Polity, 1998, p.23-34.

HOOD, C. C.; JONES, D; PIGEDON, N.; TURNER, B. & GIBSON, R.. **Risk management**. In: T. R. Society (Ed.). **Risk: analysis, perception and management**. London: The Royal Society, 1992, p. 89-134.

LUHMANN, Niklas. **Risk: a sociological theory**. New York: Aldine de Gruyter. 1993. 236 p.

SPINK, Mary Jane P.; MEDRADO, Benedito & MELLO, Ricardo P. **Perigo, probabilidade e oportunidade: a linguagem dos riscos na mídia**. In: *Psicologia Reflexiva Crítica*, 2002, Vol.15, p. 151-164.

SPINK, Mary Jane P. **Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora da modernidade tardia**. In: *Caderno de Saúde Pública*, 2001, Vol. 17, p.1277-1311.

SCHUCH, Hélio A. **Jornalismo e ambiente econômico competitivo**. In: *Anais do XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, promovido pela Intercom - Sociedade Brasileira dos Estudos Interdisciplinares da Comunicação em Santos (SP), 1997, 8p.

RENN, O. **Three decades of risk research: accomplishments and new challenges**. *Journal of Risk Research*, v.1, 1998, p.49-71.

VAZ, Paulo. *Corpo e risco*. In: VILLAÇA, N. G & KOSOVSKI, E. (Org.). **Que corpo é esse?** Rio de Janeiro: Novas Perspectivas, 1999, p. 159-175.

Artigos acadêmicos e/ou reportagens publicados em jornais ou revistas e palestras:

ABREU, Alzira. **Jornalistas e editorias de economia**. Trabalho apresentado no 10º Encontro Anual da Compós, em Brasília, de 29 a 1º de junho de 2001, no Grupo de Trabalhos Estudos de Jornalismo. Disponível em: www.facom.ufba.br/pos/compos-_gtjornalismo/home_2001.htm. Acesso em: 25 de setembro de 2003.

_____. *Jornalismo cidadão*. In: **Estudos Históricos**, Mídia, nº 31, 2003/1 (a), p.1-17. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/339.pdf. Acesso em: 12 de março de 2007.

BARBOSA, Marialva & RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **O que a história pode legar aos estudos de jornalismo**. Trabalho apresentado no Núcleo de Pesquisa de Jornalismo do V Encontro do Núcleo de Pesquisa do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, promovido pela Intercom e Uerj, nos dias 5 a 9 de setembro de 2005.

BARBOSA, Marialva. **O acontecimento contemporâneo e a questão da ruptura** Semiosfera – revista de Comunicação e Cultura, Ano 2, nº 1, maio de 2002. Disponível em: <http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/anteriores/semiosfera02/organizacao/frsoc1.htm>. Acesso em: 8 de agosto de 2007.

CAIXETA, Rodrigo. **Jornalismo na prática – a arte de informar**. Artigo publicado no site da Associação Brasileira de Imprensa em 29 de julho de 2005, 8p. Disponível em: <http://www.abi.org.br/paginaindividual.asp?id=556>. Acesso em: 27 de janeiro de 2007.

COSTA, Antonio Luiz Monteiro Coelho da (2004). **450 anos de exclusão**. In: *Carta Capital* 275, ano X, 28 de janeiro. Publicado em <http://www.cartacapital.com.br> e capturado em 28 janeiro de 2004.

DINES, Alberto. **100 anos de "Eu Acuso" no ano da crítica**. Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd200198a.htm>. Acesso em 13 de outubro de 2008.

DINIZ, Leila. **O jornalismo multimídia de Miriam Leitão**. In: Observatório da Imprensa, ISSN 1519-7670, Ano 12, nº 447, 21 de agosto de 2007.

FOLHA DE S.PAULO. **Tudo sobre a Folha**. Caderno Especial. São Paulo, 19 de fevereiro de 2001, 32p.

O GLOBO. **Globo 80 – Economia**. Caderno Especial. Rio de Janeiro, 24 de setembro de 2005. Disponível em <http://oglobo.globo.com/jornal/especiais/80anosed05/>. Acesso em 16 de julho de 2006.

LIMA, Raymundo de. **Para entender o pós-modernismo**. Revista Espaço Acadêmico, nº 35, Abril de 2004. In: <http://www.espacoacademico.com.br/035/35eraylima.htm>. Acesso em 7/7/2005.

MORAES, Denis de. **Mutações Comunicacionais na era digital**. In: Revista Fronteiras – estudos midiáticos. Vol. III Nº2, dezembro de 2001 (a).

NASSIF, Luís. **O jornalismo econômico**. Artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo* em 17 de setembro de 2003.

PABLOS, José Manuel de. **Siempre há habido infografía**. In: Revista Latina de Comunicación Social. Universidad de La Laguna (Tenerife), mayo de 1998, nº5, ISSN:

1138-5820. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1215216>. Acesso em: 24 de junho de 2007.

PEREIRA, Fábio Henrique. **De Gramsci a Ianni: condições histórico-estruturais para a emergência do “intelectual jornalista”**. Artigo apresentado durante o II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SPBJor), em Salvador-BA, novembro de 2004, e publicado na Biblioteca On-line das Ciências da Comunicação, p.1-8. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acesso em: 9 de junho de 2007.

REVISTA IMPRENSA. *Descentralizar informação*. In: **Especial II Troféu Dia da Imprensa**. Ano 20, nº. 225, julho/2007, p. 60.

ROVISCO, Maria Luís. **Reavaliando as narrativas da nação - identidade nacional e diferença cultural**. Artigo apresentado no IV Congresso Português de Sociologia, realizado em abril de 2000, pela Associação Portuguesa de Sociologia (APS), p.1-18.

SARDENBERG, Carlos. **Jornalismo econômico, o aprendizado da estabilidade**. In: Dossiê Ecos de Lisboa, resultado das apresentações do 3º Congresso Internacional do Jornalismo de Língua Portuguesa, realizado em Lisboa, entre 21 e 24 de abril de 1997, publicado no site do Observatório da Imprensa. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/cadernos/do0506b.htm>. Acesso em: 15 de março de 2005.

_____. **Muitas mídias, a mesma notícia**. Palestra realizada no dia 24 de novembro de 2008 no auditório da Rede Gazeta de Comunicação, em Vitória-ES.

_____. **A transição no jornalismo econômico**. Palestra proferida em 24 de novembro de 1995 e publicada no site <http://www.bancobrasil.com.br/appbb/portal/bb/si/pbcs/rsm/CarlosAlbertoSad.jsp>. Acesso em 1º de maio de 2004.

SERRA, Joseph María. **La irrupción del infografismo en España**. Revista Latina de Comunicación Social, La Laguna (Tenerife), n.º 11, novembro de 1998. Disponível em: <<http://www.lazarillo.com/latina/a/10Ainfo9.htm>>. Acesso em 13 outubro de 2005.

SERRANO, Estrela. **Jornalismo e elites do poder**. Publicado na Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação, <http://bocc.ubi.pt/pag/serrano-estrela-jornalismo-elites-poder.html>, 1999. Acesso em 14 de outubro de 2003.

SETTI, Ricardo. **O dia em que Sarney derrubou a inflação**. Matéria publicada na Revista Playboy de junho de 1996. Disponível em <http://www.geocities.com/reportagens/cruzado.htm>. Acesso em 13 de janeiro de 2003.

VILELA, Angélica. **Jornal descobre o leitor de baixa renda**. In: Futuro da Comunicação, relatório publicado como encarte da *Gazeta Mercantil* de 7 de fevereiro de 2002, p.31.

Teses e dissertações sobre jornalismo e jornalismo econômico:

CAFEO, Reinaldo Cesar. **Jornalismo Econômico - Análise dos editoriais da Folha De São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Unesp/Bauru. Bauru, São Paulo, 2002, 1v. 143p.

CARVALHO, Patrícia Maurício. **O jornalismo econômico em jornal no Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Comunicação) - UFRJ. Rio de Janeiro, 2001, 1v. 154p

CARVALHO, Samantha V. C. B. R. **Internacionalização da mídia brasileira: a trajetória da Gazeta Mercantil.** Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Umesp. São Bernardo do Campo, São Paulo: 2001, 1v. 381p.

ESPÓSITO, Maurício Pontes. **A reestruturação do setor elétrico brasileiro na visão do jornalismo econômico.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - USP. São Paulo, 2000, 1v., 104 p.

FORTES, Rafael. **A torcida "precisa e imparcial": Istoé, Veja e o Plano Cruzado.** Dissertação (Mestrado em Comunicação) - UFF, 2004. Niterói, Rio de Janeiro, 2004, 1v., 221p.

FREITAS, Ananias José de. **O eclipse da política, o mercado e a cobertura jornalística no Brasil: uma análise da cobertura dos três primeiros meses do segundo governo FHC.** Tese (Doutorado em Comunicação) - UFRJ. Rio de Janeiro, 2001, 1v. 181p.

KUCINSKI, Bernardo. **O Jornalismo econômico e os paradoxos da economia. Elementos para o exercício crítico do jornalismo econômico.** Dissertação (mestrado em Jornalismo) – USP. São Paulo, 1995, 138p.

LENE, Hérica. **A crise da Gazeta Mercantil: Tradição e ruptura no jornalismo econômico brasileiro.** Dissertação (Mestrado em Comunicação) - UFF. Niterói, Rio de Janeiro, 2004, 1v. 255p.

LOPES, Omar Barreto. **Fatos e números - valores-notícias, quantidade e o poder das fontes no jornalismo econômico.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – USP. São Paulo, 2002, 2v. 211p.

MARTINS, Delcimar Pires. **Decifrando as informações do mercado financeiro - estudo de uso dos indicadores publicados na Gazeta Mercantil.** Dissertação (Mestrado em Administração) – PUC-SP. São Paulo, 2000, 3v, 170 p.

MORAIS, Rubens Damasceno. **O Eminente Discurso da Queda Iminente: O Telejornalismo Econômico em Foco.** Dissertação (Mestrado em Linguística) - UnB. Brasília, 2005, 1v. 142p.

MOREIRA, Breno Lima. **Mídia, economia e governo: O enquadramento da economia no Jornal Nacional no primeiro governo Lula.** Dissertação (Mestrado em Comunicação) - UnB. Brasília, 2007, 1v. 170p.

NETO, José de Souza. **O discurso econômico nos telejornais. A crise financeira de 1998 e a reeleição presidencial.** Dissertação (Mestrado Em Economia) - Unesp/Araraquara. São Paulo, 2002. 1v. 170p.

NOBREGA, Ayres Charles de Oliveira. **Traduzindo o economês: metáforas da inflação em textos de jornalismo econômico.** Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - UFRN. Natal, 2007, 1v. 204p.

PARK, Eun Yung. **Valor Econômico: a mudança no estado de arte do jornalismo econômico.** Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - USP. São Paulo, 2002, 1v. 197p.

RABELO, Ricardo Fonseca. **Mundialização, Neoliberalismo e Discurso Jornalístico: uma análise do Jornalismo Econômico**. Tese (Doutorado em Comunicação) – UFRJ. Rio de Janeiro, 2002, 1v. 230p.

RAMADAN, Nancy Nuyen Ali. **Jornalismo econômico de prestação de serviços e instituições financeiras: uma revisão necessária**. Dissertação (mestrado em Ciências da Comunicação) - USP. São Paulo, 1995, 1v. 67 páginas.

RENAULT, David. **O discurso antecipatório no jornalismo econômico**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - UnB. Brasília, 1997, 1v., 100p.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – UFRJ. Rio de Janeiro: 2000, 1v., 335p.

RODRIGUES, Andréia dos Santos. **Um retrato do Mercosul**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – USP. São Paulo, em 2000, 1v, 154 p.

SCHMITT, Valdenise. **A infografia jornalística na ciência e na tecnologia – um experimento com estudantes de jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado de Engenharia e Gestão do Conhecimento) - UFSC, Florianópolis, 2006, 104p.

SILVA, Rosane Torres da. **O Mercosul selecionado - a Gazeta Mercantil Latino-americana e o processo de consolidação do Mercado Comum do Sul**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - UFRGS. Rio Grande do Sul, 2001, 1v., 120p.

TOLEDO, Paulo Roberto. **Jornalismo Econômico - a construção da notícia e suas influências**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Unesp/Bauru. Bauru, São Paulo, 2003, 2v. 212p.

UNGARETTI, Wladimir Netto Ungaretti. **Contribuição ao Estudo das Relações entre Empresariado e Ambientalismo através de uma Análise de Conteúdo do Jornal Gazeta Mercantil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - UFSC. Florianópolis, Santa Catarina, 1996, 1v. 164p.

Dicionários, manuais e livros de metodologia da pesquisa:

ALONSO, José Antônio Martínez. **Dicionário de História do mundo contemporâneo**. Espírito Santo: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), 2000, 446p.

DHBB – Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Centro de Pesquisa e Histórica Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/>. Acesso em 15 de outubro de 2008.

DUARTE, Jorge. *Entrevista em profundidade*. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio (org.) **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Editora Atlas, 2005, p.62-83, p.269-279.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989, 2.128p.

FOLHA DE S. PAULO - Manual Geral da Redação. Folha de S. Paulo, 1ª edição, 1984, 94p.

FOLHA DE S. PAULO - Manual da Redação. São Paulo: Publifolha, 5ª edição, 2002.

GARCIA, Luiz (org.) **O Globo. Manual de Redação e Estilo**. Rio de Janeiro: Globo, 1996.

MANUAL DE ELABORAÇÃO E NORMALIZAÇÃO DE DISSERTAÇÕES E TESES. UFRJ/Sistema de Bibliotecas e Informação (SBI) – série Manual de Procedimentos, nº 05, 3ª edição revisada. Atualizada e ampliada. Rio de Janeiro, 2004, 98p.

MÍDIA DADOS 2005. São Paulo: Grupo Mídia São Paulo.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação & pesquisa – projetos para mestrado e doutorado**. São Paulo: Hacker Editores, 2002, 216p.

MOREIRA, Sônia Virgínia. *Análise documental como método e como técnica*. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio (org.) **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Editora Atlas, 2005, 380p.

RICHARDSON, Roberto Jarry (e colaboradores). **Pesquisa Social – métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999, 3ª edição, 336p.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. São Paulo: Atlas, 1999, 2ª edição, 192p.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005, 905p.

3. Fontes Html:

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (ANJ). Dados de circulação dos maiores jornais do Brasil. Disponível em: <http://www.anj.org.br/>. Acesso em: 2 de julho de 2007.

PRESIDENTES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/>. Acesso em: 1º de outubro de 2008.

LUÍS NASSIF fala de sua despedida da Folha e da nova fase na carreira. Matéria do site Comunique-se de 14 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.comunique-se.com.br/>. Acesso em: 10 de outubro de 2006.

FERNANDO COLLOR de Mello é eleito senador por Alagoas. Matéria do jornal *O Globo* de 1º de outubro de 2006. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Eleicoes/0,,AA1294127-6285-23,00.html>. Acesso em: 26 de março de 2008.

GALERIA DE MINISTROS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA. Disponível em: www.fazenda.gov.br. Acesso em: 1º de outubro de 2008.

PERFIL DE JOELMIR BETING. Disponível no site oficial do jornalista Joelmir Beting: <http://www.joelmirbeting.com.br/>. Acesso em: 19 de outubro de 2006.

PESQUISA NACIONAL por Amostra de Domicílios (PNAD 2002). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/10102003pnad2002html.shtm>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2007.

PROJETO EDITORIAL 1985-1986 da *Folha*, de julho de 1985. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/>. Acesso em: 30 de setembro de 2005.

PROJETO EDITORIAL 1988-1989 da *Folha*, de agosto de 1988. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/>. Acesso em: 30 de setembro de 2005.

REFORMA GRÁFICA DA FOLHA 2006. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/cadernos_diarios.shtml. Acesso em 10 de outubro de 2006.

REIS, Julia. **Mulheres ocupam apenas 18% dos cargos de chefia no Brasil, diz pesquisa.** Matéria de 5 de agosto de 2005. Disponível em: http://www2.uol.com.br/infopessoal/noticias/_HOME_OUTRAS_368965.shtml. Acesso em: 27 de fevereiro de 2007.

RIBEIRO, Eduardo. **Novo tabu quebrado pelas mulheres.** Disponível no site do Comunique-se (www.comunique-se.com.br) em 6 de abril de 2005. Acesso em 1º de março de 2007.

Anexo I

Roteiro para Entrevista Semi-estruturada

- 1) Como era o jornalismo de economia na época em que você começou?
- 2) O que mudou no jornalismo de economia dos jornais impressos depois da redemocratização do país (do plano cruzado ao real)?
 - Relacionamento do jornalista com a fonte?
 - Introdução nos anos 1980 nessa editoria do uso de infográficos e tabelas para simplificar a notícia de economia?
 - O jornalismo econômico é mais acessível hoje à população?
- 3) O jornalista de economia ocupa um lugar de maior prestígio nas redações?
 - Em que época o jornalista alcançou esse lugar de prestígio nas redações? Na época do regime militar ou depois da abertura, com os sucessivos planos econômicos?
 - Como deve ser a formação de um jornalista de economia?
- 4) Como um jornalista constrói credibilidade na cobertura dos fatos econômicos?
- 5) Você se tornou um dos nomes mais conhecidos do jornalismo de economia, uma referência nessa área. como isso interfere no exercício da sua profissão? Quais são as vantagens e desvantagens?
 - Formação específica para atuar como jornalista de economia?
 - Intelectuais (ou autores e livros) que mais influenciaram sua formação e por quê?
 - Jornalistas com quem trabalhou que mais contribuíram para sua formação e atuação profissional?
- 6) De que forma o fato de você ser um jornalista de TV influencia(va) no seu trabalho no jornalismo impresso?
- 7) Que problemas apontaria no jornalismo de economia brasileiro especificamente no final do século XX ? Esses problemas persistem?

